RAQUEL PEREIRA ALVES

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS NAS CIDADES DE CAMPINAS E HORTOLÂNDIA: UM BALANÇO DO PERÍODO DE 2000 A 2012.

CAMPINAS
2015

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RAQUEL PEREIRA ALVES

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS NAS CIDADES DE CAMPINAS E HORTOLÂNDIA: UM BALANÇO DO PERÍODO DE 2000 A 2012

Orientador(a): Prof. Dr. Vicente Rodriguez

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Ciências Sociais na Educação.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA RAQUEL PEREIRA ALVES
E ORIENTADA PELO PROF.DR. VICENTE RODRIGUEZ

Assinatura do Orientador

CAMPINAS
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

AL87f

Alves, Raquel Pereira, 1959-
A formação continuada de professores/as nas cidades de Campinas e Hortolândia : um balanço o período de 2000 a 2012 / Raquel Pereira Alves. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Vicente Rodriguez.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional "Prof. Milton Santos". 2. Centro de Formação dos Profissionais em Educação "Paulo Freire". 3. Formação continuada - Cursos. 4. Capacitação de professores. 5. Politicas públicas. 6. Politica educacional. I. Rodriguez, Vicente,1951-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The continuing education of teacher in the cities of Campinas and Hortolândia : a balance of the period 2000-2012
Palavras-chave em inglês:
Training Centre , Technology and Educational Research "Prof. Milton Santos "
Teacher Training Centre in Education "Paulo Freire"
Continuing education - Courses
Teacher training
Public policy
Educational policy
Área de concentração: Ciências Sociais na Educação
Titulação: Mestra em Educação
Banca examinadora:
Vicente Rodriguez [Orientador]
Guilherme do Val Toledo Prado
Julio Antonio Moreto
Data de defesa: 27-03-2015
Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS NAS CIDADES DE CAMPINAS E HORTOLÂNDIA: UM BALANÇO DO PERÍODO DE 2000 A 2012

Autor (a) : Raquel Pereira Alves
Orientador: Prof. Dr. Vicente Rodriguez

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Raquel Pereira Alves e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 27/03/2015

.....
Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

2015

RESUMO

Essa pesquisa tem como propósito investigar o papel que os Centros de Formação de Professores das cidades de Campinas e de Hortolândia vêm desempenhando na condução das políticas de formação continuada, através do levantamento e da análise dos Programas de Formação ofertados aos docentes do Ensino Fundamental, no período de 2000 a 2012. O contexto histórico pautou-se nas mudanças ocorridas a partir da Reforma do Estado que propôs o processo de descentralização e municipalização das matrículas do Ensino Fundamental, bem como, a criação de mecanismos de monitoramento dos resultados das avaliações externas. Essa mudança colocou para os municípios, os/as gestores/as e principalmente, para os/as professores/as a responsabilidade sobre os resultados da educação. Nesse sentido, a formação continuada ganha o centro das atenções e dos debates. A literatura sobre o tema é unânime em indicar que a formação seja centrada na escola. Nossa questão se coloca nesse ponto: qual o papel dos centros de formação?

A coleta de dados foi realizada nos documentos guardados nos Centros de Formação das duas cidades. A análise se pauta na identificação dos proponentes, das temáticas e objetivos subjacentes às ações ofertadas, e também no modo como se deu a captação das demandas e a participação dos/das professores/as.

Como resultados, identificou-se que as Secretarias Municipais de Educação das duas cidades realizam parcerias com a esfera federal e estadual, bem como com o setor privado para a condução de suas políticas de formação continuada. No entanto, grande parte da oferta dos programas resulta das orientações das próprias secretarias de educação, dos/as gestores/as, assessores/as, especialistas e dos/as professores/as. A pesquisa mostrou que os temas Curriculares foram prioritários no planejamento das ações de formação durante o período analisado. Os objetivos das ações ofertadas variaram de acordo com o proponente, no entanto observamos como prioridade nos dois centros a implementação de políticas educacionais originadas, tanto das próprias secretarias municipais quanto dos governos estaduais e federal. Em Hortolândia constatamos a interferência do setor privado na definição de conteúdos no Currículo do Município.

Os modos como as ações de formação estão estruturadas nesses municípios marcam diferenças: em Hortolândia a escolha dos professores é mais individualizada e em Campinas a escolha é individual e a proposta se organiza de forma mais coletiva por meio, principalmente, de grupos de formação e de estudos.

Concluímos que os Centros são importantes na medida em que favorecem o encontro de professores de diferentes escolas, o que, dependendo da metodologia empregada, poderá favorecer o intercâmbio de experiências e de reflexões sobre a prática e a profissão.

Palavras-chaves: formação continuada, Centro de Formação, proponentes, demandas, Campinas, Hortolândia.

ABSTRACT

This research aims to investigate the role that the Centers for teacher's training, have played in the conduct of continued education policies in the cities of Campinas and Hortolândia. The investigation was conducted through the survey and analysis of the training programs offered to elementary school's teachers, in the period from 2000 to 2012.

The historical context was based on the changes brought about by the State Reform which proposed the process of decentralization and municipalization of elementary school´s enrolment, as well as the creation of mechanisms to monitor the external evaluations results. These changes have placed to municipalities, managers and especially for teachers the responsibility for education results. In this sense, continuing education wins the center of attention and debates. The literature on the subject is unanimous in stating that continuing education should be centered in school. Our research question arises at this point: what is the role of training centers?

Data collection was performed on documents stored in the training centers of the two cities. The analysis is guided in identifying the proponents, the themes and the objectives of these programs, and also in the way how demands were captured and how teachers' participation has occurred.

As a result, it was found that the Municipal Departments of Education of the two cities hold partnerships with the federal and state governments as well as with the private sector to conduct their continued education policies. However, much of the supply of programs follows from the guidelines of their own education departments, managers, advisors, experts and teachers.

The research has shown that the Curriculum subjects were most important in the planning of training activities during the period. The objectives of actions taken have varied according to the proponent, however we could observe that the priority in the two centers was the implementation of educational policies arising from the municipal education departments and also from the state and federal governments. In the city of Hortolândia we found the private sector's interference in the content definition of the Municipality's Curriculum.

The ways in which training activities are structured in these municipalities show differences: in Hortolândia teachers' choice is more individualized and in Campinas the choice is individual but the program's proposal is organized in a more collective way through, mainly, groups of training and of studies.

We conclude that the centers are important in favoring the meeting of teachers from different schools, which, depending on the methodology used, can promote the exchange of experiences and reflections on the practice and the profession.

Keywords: Continuing Education, Training Center, proponents, demands, Campinas, Hortolândia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 1

Contextualização histórica..... 8

Objetivo geral..... 9

Objetivos específicos..... 9

Metodologia..... 10

Os instrumentos utilizados na pesquisa..... 12

Organização da dissertação..... 14

CAPÍTULO I: A Reforma Administrativa do Estado e o estado da Reforma Educacional no Brasil: globalização, neoliberalismo, descentralização e gerencialismo na educação..... 16

1.1- A Política educacional e as interferências do Banco Mundial..... 17

1.2 - A Reforma do Estado: o modelo de administração público-gerencial..... 20

1.3 - Globalização, neoliberalismo, descentralização e gerencialismo na educação..... 28

1.3.1 - Globalização e educação..... 28

1.3.2 - Neoliberalismo e educação..... 30

1.3.3 - A descentralização e o novo gerencialismo: impactos na educação..... 36

CAPÍTULO II: Formação Continuada de Professores/as: concepções, lócus e programas..... 54

2.1 – Concepções e modelos de formação continuada 58

2.2 – A concepção de professor/a e os objetivos da formação continuada..... 72

2.3 – O *lócus* da formação continuada 75

2.3.1 – A escola como *lócus*..... 77

2.3.2 – Os centros de formação como *lócus*..... 83

2.4 – Os programas de formação continuada 92

CAPÍTULO III: A Formação Continuada nas cidades de Hortolândia e de Campinas: documentos pesquisados 95
3.1 – O contexto dos documentos pesquisados 95
3.1.1 – O lugar e os lugares dos documentos de FCP em Hortolândia 97
3.1.1.1 – Primeiro ato: Como a mão e a luva (agosto /2013) 97
3.1.1.2 – Segundo ato: Esconde varinha "quente ou frio?" (novembro/2013) 98
3.1.1.3 –Terceiro ato: Caça ao tesouro (fevereiro/2014) 99
3.1.2 – O lugar dos documentos da FCP em Campinas 101
3.1.2.1 – Túnel do tempo 102
3.1.2.2 – Os vários batismos 102
3.2 – As fontes documentais, dados e informações sobre a FCP nas cidades de Hortolândia e de Campinas 104
3.2.1 – Fontes e documentos sobre a FCP em Hortolândia entre 2000 e 2012 104
3.2.2 – Fones e documentos sobre a FCP em Campinas entre 2001 e 2012 106

CAPÍTULO IV: A Formação Continuada em Hortolândia: proponentes, objetivos, temas e participação 112
4.1 – Breve história da cidade de Hortolândia 112
4.2 – Hortolândia no período de 2000 a 2012: população, IDHM e renda 115
4.2.1 – A educação em Hortolândia no período de 2000 a 2012 116
4.3 – A formação continuada em Hortolândia de 2000 a 2012 122
4.3.1 – Estrutura e organização do CFPE "Paulo Freire" de Hortolândia 126
4.3.2 – As ações de FCP ofertadas no CFPE de Hortolândia de 2000 a 2012 127
4.3.3 – Os proponentes da FCP em Hortolândia 127
4.3.4 - Os objetivos da FCP em Hortolândia 129
4.3.5 – Os temas da FCP em Hortolândia 136
4.3.6 – As modalidades da FCP em Hortolândia 146
4.3.7 –.Participação quantificada e qualificada na FCP em Hortolândia 147
4.3.8 - Carga horária das ações de FCP em Hortolândia 149

CAPÍTULO V – A Formação Continuada em Campinas: proponentes, objetivos, temas e participação 153
5.1 – Breve história da cidade de Campinas..... 153
5.2 – Campinas no período de 2001 a 2012: população, IDMH e renda..... 156
5.2.1 - A educação em Campinas no período de 2001 a 2012 157
5.3 – A formação continuada em Campinas de 2000 a 2012..... 164
5.3.1 – Estrutura e organização do CEFORTEPE "Milton Santos" de Campinas..... 179
5.3.2 – As ações de FCP ofertadas no de CEFORTEPE de Campinas de 2001 a 2012 182
5.3.3 – Os proponentes da FCP em Campinas 182
5.3.4 – Os objetivos da FCP em Campinas..... 186
5.3.5 – Os temas da FCP em Campinas 191
5.3.6 - As modalidades da FCP em Hortolândia..... 207
5.3.7 - Participação quantificada e qualificada na FCP em Campinas 209
5.3.8 - Carga horária das ações de FCP em Campinas..... 211

CONSIDERAÇÕES FINAIS 218
REFERÊNCIAS..... 224
ANEXO I 236

A todos/as os/as professores que, dia após dia, se dirigem
às salas de aula, olham para os seus alunos e alunas
acreditando e sentindo que podem fazer a diferença:
podem fazer uma escola pública melhor,
a despeito da indiferença com que suas dificuldades são acolhidas,
das competências que lhes são impingidas,
e das condições materiais que lhes são negadas.

AGRADECIMENTOS

À minha família que desde cedo me ensinou que estudo é coisa séria e que "inclusão" e “arte” são palavras de ordem na vida.

À Angela, companheira que não só me estimulou para a realização desse trabalho de pesquisa, como compartilhou cada etapa do meu mestrado.

Ao meu orientador Prof. Dr. Vicente Rodriguez, com quem dei os primeiros passos para a pesquisa, pelos momentos de troca e pela sua sempre disposição ao diálogo.

À Profª. Dra. Aparecida Neri de Souza, que me ajudou na difícil tarefa de definir o tema dessa pesquisa, além de colaborar com o envio de artigos para o seu aprofundamento.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Educação - GPPE, pelos momentos de trocas e estudos.

Aos mestres que me instruíram nessa jornada, professores da Unicamp: Newton Antônio Bryan, José Roberto Rus Perez, Debora Cristina Jeffrey, Silvio Gamboa, Debora Mazza e Helena Sampaio.

À família de amigos e intelectuais da Escola Criativa de Uberaba, uma escola que sempre me inspirou na busca pelo conhecimento através da pesquisa e do diálogo.

Ao Diretor do Centro de Formação dos Profissionais da Educação "Paulo Freire", Aparecido Donizete C. de Faria, pelas horas de diálogos e trocas sobre a FC e por todos os documentos impressos que generosamente organizou e disponibilizou para o meu acervo e trabalho.

À Equipe do Centro de Pesquisa do Centro de Formação dos Profissionais da Educação "Paulo Freire", nas pessoas do Prof. Edivaldo, da Assistente Administrativa Márcia, do Prof°. José Francisco, pessoas que não pouparam esforços nos esclarecimentos que foram necessários em relação aos documentos encontrados.

À Ângela Trianotti, coordenadora do Ensino Fundamental do Centro de Formação dos Profissionais da Educação "Paulo Freire", que muito generosamente conferiu as informações que colhi nos documentos do Centro de Pesquisa sobre os Programas de Formação Continuada não só apontando as correções necessárias como também, por ter buscado informações que completaram a lista de programas.

À Gorete, recepcionista do Centro de Formação dos Profissionais da Educação "Paulo Freire", que sempre me recebeu com delicadeza, sorriso, atenção e café.

Ao Diretor do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, Júlio Antonio Moreto, pelo acolhimento à solicitação de permissão para o acesso aos documentos relativos aos Programas de Formação Continuada no Município de Campinas, guardados no Núcleo de Memória e Pesquisa em Educação do CEFORTEPE.

À Coordenadora Setorial de Formação de Campinas, Miriam Benedita de Castro, que contribuiu com informações preciosas sobre a história da Formação Continuada na RMEC.

Às colaboradoras Mariza e Ester do Núcleo de Memória e Pesquisa em Educação do CEFORTEPE, que me receberam com disponibilidade e facilitaram, o quanto puderam, o meu acesso às caixas que continham guardadas a história da Formação Continuada de Campinas.

À amiga Dione, pelo estímulo e colaboração na pesquisa sobre a cidade de Hortolândia.

À amiga Eneida de Paula, pelas horas de aconchego e força e por suas palavras de incentivo, amante que é do seu trabalho de pesquisa.

À amiga e Profª. Dra. Gabriela Rigotti, sempre de prontidão e muito entusiasmada, pela leitura das fotos que utilizo na pesquisa e orientação para mais leituras bibliográficas.

Aos professores Rogério Adolfo de Moura e Guilherme do Val Toledo Prado, titulares da Banca de Qualificação, pelas inestimáveis palavras de encorajamento, críticas e sugestões bibliográficas que permitiram o aprofundamento de questões primordiais desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Rui Canário, que muito gentilmente me recebeu para uma entrevista em sua residência, em Portugal. Foram horas que para sempre estarão marcadas na minha vida, pois de uma só vez foi possível aprender teoria da formação continuada, humildade intelectual e delicadeza.

À Profª. Inácia Oliveira, diretora do Centro de Formação Maria Borges de Medeiros, em Lisboa, por ter me recebido e dialogado sobre a política de formação continuada de professores em Portugal.

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, FIGURAS

TABELAS	DESCRIÇAO
Tabela 01	Número de programas de FCP - Centro de Pesquisa - Hortolândia 2000/2012
Tabela 02	Número de Programas de FCP encontrados no Centro de Memória - Cefortepe
Tabela 03	População de Hortolândia em idade escolar, no período de 2000/2012.
Tabela 04	Distorção idade/série no Ensino Fundamental de Hortolândia – anos 2011 e 2012
Tabela 05	Matrículas no Ensino Fundamental de Hortolândia nas esferas estadual, municipal e privada – 2000/20012
Tabela 06	Matrículas no Ensino Fundamental de Hortolândia – 2000/20012 (em %)
Tabela 07	IDEB em Hortolândia - comparação entre as esferas municipal, estadual e privada – período 2005 a 2011
Tabela 08	Número de Docentes e de Escolas em Hortolândia
Tabela 09	Proponentes da Formação Continuada em Hortolândia -2000/2012
Tabela 10	Número de participantes nas ações de FC - Hortolândia 2000 a 2012
Tabela 11	Carga horária das ações FCP - Hortolândia 2000 a 2012
Tabela 12	População de Campinas em idade escolar, no período de 2000/2012.
Tabela 13	Matrículas no Ensino Fundamental de Campinas nas esferas estadual, municipal e privada – 2000/20012
Tabela 14	Matrículas no Ensino Fundamental de Campinas – 2000/20012 (em %)
Tabela 15	Distorção idade/série no Ensino Fundamental de Campinas – anos 2011 e 2012
Tabela 16	IDEB em Campinas – comparação entre as redes municipal, estadual e privado com outras esferas – período 2005 a 2011
Tabela 17	Número de Docentes e Escolas em Campinas
Tabela 18	Proponentes da FCP em Campinas
Tabela 19	Síntese do número de temas e registros anuais - 2001/2012
Tabela 20	Número de participantes nas ações ofertadas em Campinas no período de 2001 a 2012

Tabela 21	Carga horária dos programas de FCP - Campinas 2001/2012
FIGURAS	**DESCRIÇÃO**
Figura 01	Modelo rede
Figura 02	Estante com documentos relativos à história da FC em Hortolândia
Figura 03	Detalhe da figura 2 (horizontal)
Figura 04	Detalhe da figura 2 (vertical)
Figura 05	Material a partir do ano de 2006 em caixas-arquivo
Figura 06	Documentos arquivados com etiqueta de identificação do local
Figura 07	Documentos da FC junto aos livros da Sala de Pesquisa
Figura 08	Caixas sem identificação
Figura 09	Portfólio dos cursos de Formação Continuada, 2013
Figura 10	Vista por entre estantes de um dos corredores formados pelas estantes
Figura 11	Vista de um dos corredores de estantes.
Figura 12	Lista dos documentos contidos na caixa 285
Figura 13	Lista dos documentos contidos na caixa 291
Figura 14	Ficha de "identificações". Caixa 301 ou 19. Docs - 1547 a 1630
Figura 15	Informativo "Responsabilidade Social AutoBan", maio/2001
Figura 16	Jornal de Hortolândia, 24 de maio de 2002
Figura 17	Refletindo sobre o que fazer do Coordenador Pedagógico
Figura 18	Refletindo sobre o que fazer do Coordenador Pedagógico – cont.
Figura 19	Foto documento: Proposta do Departamento Pedagógico para a Formação Continuada
GRÁFICOS	**DESCRIÇÃO**
Gráfico 01	Hortolândia – Gastos municipais com o Ensino Fundamental 2003/2011
Gráfico 02	Campinas - Gastos municipais com o Ensino Fundamental –- 2003/2011

QUADROS	DESCRIÇÃO
Quadro 01	Panorama da educação básica no Brasil de 1988 s 2012: marcos institucionais, compromissos assumidos e sistema de monitoramento
Quadro 02	Resumo dos termos e concepções de FCP
Quadro 03	O lugar da formação continuada
Quadro 04	Documentos pesquisados e nº de cursos - Campinas/ 2000 – 2012
Quadro 05	Temas, ações de formação e periodicidade da oferta - Hortolândia 2000 a 2012.
Quadro 06	Modalidade da oferta de FCP - Hortolândia, 2000/2012
Quadro 07	Histórico da organização da xFC em Campinas
Quadro 08	Outros achados da FCP no Centro de Memória do Cefortepe - Campinas
Quadro 09	Modalidades/características da FCP em Campinas
Quadro 10	Exemplo de ações de FCP nos eixos A e B – Campinas/2011
Quadro 11	Categorias, temas e periodicidade da oferta da FCP - Campinas 2001 a 2012
Quadro 12	Modalidades da oferta de FCP – Campinas - 2001 a 2012

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIE – Assessoria de Informações Educacionais

AUTOBAN - Rodovia Anhanguera-Bandeirantes

BM - Banco Mundial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEERT – Centro de Estudos e Relações de Trabalho

CEFORMA - Centro de Formação Continuada da Educação Municipal

CEFORTEPE – Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional "Milton Santo".

CENPEC – Centro Profissional de Comércio Exterior

CePA – Escola de Capacitação Docente – Centro de Pedagogias de antecipação

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CF – Centro de Formação

CFAE – Centros de Formação de Associação de Escolas

CFC - Centro de Formação Continuada

CFPE PF – Centro de Formação dos Profissionais em Educação "Paulo Freire".

CIER – Centro Integrado de Educação e Reabilitação

COLE - Congresso de Leitura do Brasil

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CP – Coordenador/a Pedagógico/a

CSF – Coordenadoria Setorial de Formação

DEPE – Departamento Pedagógico

DOC- Documento

DOM – Diário Oficial do Município

EAD – Educação à Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos

ENEM – Exame nacional do Ensino Médio

FC – Formação Continuada

FCC - Fundação Carlos Chagas

FCP - Formação Continuada de Professores/as

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação

FUMEC - Fundação Municipal para Educação Comunitária

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

GPPE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação

GT – Grupos de Trabalho

GF – Grupos de Formação

HAC – Hora de Atividade Coletiva

HTPC – Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISE - Instituto Superior de Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NAED – Núcleo de Ação Educativa Descentralizada

NIED - Núcleo de Informática Aplicada à Educação – Unicamp

NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização Não Governamental

OTP – Oficina Técnico-Pedagógica

PAR – Plano de Ações Articuladas

PCJ – Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE – Programa Dinheiro Direto Na Escola

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PDT – Partido Democrático dos Trabalhadores

PFC – Programa de Formação Continuada

PNAE – Programa Nacional De Alimentação Escolar

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRADE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores

PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Nacional de Universidade para Todos

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

RH – Recursos Humanos

RMC - Região Metropolitana de Campinas

RMEC – Rede Municipal de Educação de Campinas

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SME – Secretaria Municipal da Educação

SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como propósito um levantamento e uma análise das Ações de Formação Continuada para Professores/as do Ensino Fundamental da Educação Básica que foram realizados pelos Centros de Formação nas cidades de Hortolândia e Campinas, no período de 2000 a 2012. A análise se pauta na identificação dos proponentes desses programas, nas temáticas e objetivos subjacentes aos programas ofertados, no modo como se deu a captação das demandas e a participação dos/das professores/as.

Esta pesquisa vincula-se à linha de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação - GPPE, cujo tema central direciona-se à Descentralização e Formação Continuada de Professores: novas articulações institucionais na Região Metropolitana de Campinas - RMC[1].

A seguir, tratamos dos termos e expressões que constituem o foco dessa pesquisa e reservando para o Capítulo II o aprofundamento teórico das mesmas.

O conceito de "formação continuada" refere-se, geralmente, a situações diversas e em momentos diferentes da formação docente. Alguns autores utilizam a expressão como indicativa de programas que visam compensar os déficits colocados pela Formação Inicial; outros apontam a formação continuada como uma necessidade ao exercício de qualquer profissão, sendo que na docência deve ser uma formação permanente em função das novas descobertas no campo da aprendizagem. Outros ainda escrevem sobre a necessidade de que seja planejada num *continuum*, no sentido de continuidade de ações articuladas. Encontramos também a mesma expressão referindo-se às atividades de aprimoramento e atualização profissional, assim como aos cursos de pós-graduação como aumento da escolarização. Além disso, há autores que empregam a expressão para designar a formação realizada com o objetivo de promover a capacitação para implantação de novos direcionamentos e orientações de políticas educacionais (IMBERNÓN, 1994, 2005; COLLARES ET AL, 1999; LÜDKE ET AL. 1999; FERREIRA, 2003; MORETO, 2008,

[1] RMC - Região Metropolitana de Campinas é composta atualmente por 20 municipios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. A cidade de Morungaba foi incorporada à RMC em 2014.

2009; GATTI E BARRETO, 2009; CONAE, 2010; DAVIS ET AL, 2011a; DAVIS ET AL, 2011b).

Para esta pesquisa, consideramos a expressão Formação Continuada de Professores/as - FCP - como indicativa da necessidade permanente de desenvolvimento dos/as profissionais que estão no exercício da docência, a partir de uma concepção que a pressupõe num *continuum*, como espaço de aprofundamento de questões que possam contribuir para a qualificação profissional tanto no aspecto pedagógico quanto político. E, nesse sentido, consideramos a necessária correspondência dos aspectos materiais e salariais como condições imprescindíveis para a realização do trabalho docente.

O termo "ações de formação" será considerado como o conjunto de todos os eventos que objetivaram a formação continuada dos/as professores/as do Ensino Fundamental e que foram ofertados através dos Centros de Formação de Campinas e de Hortolândia, compreendendo modalidades tais como cursos, palestras, seminários, oficinas, congressos, jornadas pedagógicas e outros que forem encontrados na pesquisa de campo.

Consideramos "proponentes" todos os atores que em distintas esferas e setores estão envolvidos na proposição dos programas. Assim, tem-se na esfera municipal: a Secretaria de Educação, via departamento pedagógico, professores/as, coordenadores pedagógicos das escolas ou dos centros de formação, gestores/as escolares; na esfera estadual, os programas propostos e realizados pela Secretaria Estadual de Educação e, na esfera federal, os programas implementados pelo Ministério da Educação. O setor privado, é também considerado por realizar parcerias com as esferas públicas, assim como o terceiro setor, por meio da atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPs).

Quanto aos "objetivos", pretendemos verificar os propósitos presentes/indicados na oferta dos programas. Os programas objetivam o atendimento de demandas oriundas de que necessidades? Dos/as professores/as? De alguma inovação decorrente da implementação de políticas educacionais, orientadas por alguma das três esferas públicas (federal, estadual, municipal) ou oriundas da esfera privada e/ou do terceiro setor? As ações de formação objetivam uma formação permanente, contínua e sistemática ou não apresentam continuidade na oferta, caracterizando-se como ações isoladas?

O termo "participação" será utilizado considerando, tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos. A participação qualitativa é definida a partir de uma concepção de participação democrática e como exercício e vivência da cidadania (Rossi, 2001; Dagnino, 2004; Paoli, 2002), o que significa, portanto, tomar parte nos processos decisórios, numa perspectiva ativa e deliberativa que, nesta dissertação, se coloca tanto em relação às proposições quanto à escolha das ações ofertadas pelos Centros de Formação aos/as professores/as. Faremos o aprofundamento desse conceito com o objetivo de identificar a qualidade da participação docente nos centros pesquisados.

A participação será quantificada, para a verificação da presença dos(as) professores(as). Quantos professores participaram dos cursos oferecidos pelos Centros de Formação no período contemplado nesse trabalho?

São duas as motivações acerca da escolha específica das cidades de Campinas e Hortolândia: primeiro, porque as mesmas fazem parte da Região Metropolitana de Campinas, campo onde se concentram os estudos e as pesquisas que vimos realizando no GPPE desde 2011 e, segundo, porque a maioria dos programas e ações de formação continuada dos/as professores/as da rede municipal de educação dessas duas cidades são oferecidos através de um Centro de Formação.

Grande parte da literatura pesquisada para este trabalho aponta o espaço da escola como *lócus* privilegiado para a FCP, por considerar a formação como tarefa coletiva indo ao encontro das problemáticas e necessidades da realidade vivida pelos/as docentes que trabalham numa mesma escola. A FC na escola possibilitaria a promoção de um trabalho colaborativo, de uma reflexão sobre a prática que poderia levar à promoção de inovação institucional[2], numa perspectiva de trabalho coletivo e de profissionalização docente (CANÁRIO; AMIGUINHO, 1994; CANÁRIO, 1995; FERREIRA, 1994; MORETO, 2008; IMBERNÓN, 2005, 2009; DAVIS et al., 2011a, 2011b).

Se por um lado, os centros de formação têm sido citados como espaços que se caracterizam pela individualização e pelo treinamento através de cursos pontuais concebidos como parte da escolarização e não da profissionalização (FERREIRA, 1994;

[2] Inovação institucional refere-se a processos formativos coletivos que introduzem mudança significativa no contexto organizacional da escola. Canário (1995, p. 11) coloca que esses processos de criação de novas situações enriquecem o potencial *ecoformativo* do estabelecimento de ensino "criando uma situação nova que convida professores e alunos a descobrir novas modalidades de ação e interação".

CANÁRIO, 1994; IMEN; FELDFEBER, 2003), por outro, os centros de formação aparecem como espaços que servem de apoio ao trabalho de FCP nas escolas (DAVIS et al., 2011a), através do trabalho de acompanhamento e avaliação realizados por suas equipes e, através da elaboração de propostas de formação que refletem os anseios e necessidades pedagógicas dos/das docentes. Pode-se citar, também, o trabalho realizado em Portugal, pelos Centros de Formação de Associação de Escolas - CFAE, cujos efeitos positivos no sistema educativo apontam, dentre outros, para o "desenvolvimento de uma cultura de formação" (ESTRELA, 2003, p. 49). A literatura, também aponta que os Centros de Formação, deveriam se constituir em "espaços de formação dos profissionais da educação, com a socialização das experiências docentes e sua auto-organização em grupos de estudos e investigação sobre o trabalho docente e as escolas" (FREITAS, H. C. L., 2013, p. 237).

A discussão sobre o *lócus* da formação continuada será desenvolvida no Capítulo II, com o objetivo de identificar que tipos de contribuições os programas realizados nos centros de formação podem oferecer à formação docente. Nessa discussão, sinalizamos as várias dimensões que assinalam diferenças entre os dois lugares da formação (lócus), tais como: as concepções, os formatos, as temáticas dos programas, as modalidades, as perspectivas individual e coletiva/colaborativa, os objetivos da FC e as lógicas que se traduzem na procura e na oferta, dentre outras (DAVIS et al., 2011a; IMBERNÓN, 2005; SERRA, 2004; CANÁRIO; AMIGUINHO, 1994; FERREIRA, 1994).

Em tempo, registramos que a discussão sobre os Centros como lócus da formação será realizada a partir de dados empíricos, coletados na pesquisa documental e por meio de entrevistas nas duas cidades, bem como das contribuições da literatura. A discussão da escola como lócus da formação será realizada tendo como referência somente a literatura, uma vez que não tivemos fôlego para realizar um trabalho de pesquisa empírica que pudesse dar conta da formação centrada na escola.

Recente pesquisa realizada pelo GPPE (2012)[3], com o objetivo de analisar as políticas públicas de formação continuada de professores/as nos sistemas municipais de ensino da Região Metropolitana de Campinas, (mediante o uso de um roteiro matriz para

[3] Projeto Banco de Dados - *Descentralização e formação continuada de professores*: novas articulações institucionais na RMC. Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação - GPPE, Faculdade de Educação, Unicamp, 2012.

coleta de dados), permitiu um maior aprofundamento sobre as diretrizes e organização da oferta de Formação Continuada de Professores nessa região. Dos 19 municípios da RMC, 13 (68%) responderam ao questionário enviado via online. Os dados resultantes dessa pesquisa revelam que as cidades com mais de 100 mil habitantes, que possuem Centro de Formação, com programas organizados, bem estruturados e com diretrizes definidas, realizam poucas parcerias com o setor privado (RODRIGUEZ; VIEIRA, 2012; ALVES; OLIVEIRA, 2013).

Portanto, a escolha das cidades de Campinas e Hortolândia se justifica pela presença dos Centros de Formação e busca compreender como se organizam e estruturam as ações e a definição das temáticas e objetivos, quem são os proponentes e como se dá a participação docente em cada um dos municípios pesquisados.

Em Campinas os programas são desenvolvidos no CEFORTEPE – Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional "Milton Santos" e, em Hortolândia, no CFPE PF – Centro de Formação dos Profissionais em Educação "Paulo Freire".

Inicialmente, as duas cidades apresentam os Centros de Formação como um ponto em comum, no entanto, é importante deixar claro que esta não pretende ser uma investigação dentro da abordagem da educação comparada, opção que direciona para a necessidade de estudos e aprofundamentos que não correspondem aos objetivos dessa pesquisa. Porém, registramos, nessa introdução, uma inquietação e/ou possível contradição: a da não comparação. Concorda-se, em parte, com a ideia de que "Comparar é um recurso fundamental nas atividades de conhecer" (LOURENÇO FILHO, 2004, p. 17), no sentido de que através da comparação pode-se conhecer, mas entende-se que o conhecimento não está subordinado a comparações.

Afinal, o que significa comparar? Saviani (2001) apresenta o significado a partir do grego – co-avaliação, co-apreciação, co-julgamento, co-distinção – que supõe o caráter crítico da comparação e ao mesmo tempo indica o prefixo "com", que significa "reunião com".

Dentre os significados possíveis de comparação, destaca-se o do Dicionário Aurélio (FERREIRA, s/d): uma definição que vai ao encontro dos propósitos da pesquisa com as duas cidades: "(...) 3. Examinar simultaneamente, a fim de conhecer as semelhanças, as diferenças ou relações" (FERREIRA, s/d, p.352).

Nesse sentido, esta pesquisa não tem como objetivo comparar para avaliar a Formação Continuada, ofertada nos Centros de Formação das cidades em questão, como tem ocorrido no âmbito da teoria da modernização, na qual os países e as escolas são ranqueados segundo comparações de seus resultados nas avaliações, o que é denominado de "comparativismo avaliador" por Afonso (2013, p. 267).

Partimos do princípio de que entrar em contato com o modo como as cidades de Campinas e Hortolândia vêm respondendo às necessidades de formação continuada dos/das professores/as, poderá resultar em caminho profícuo no sentido de conhecer as alternativas e dimensões contempladas no período analisado, bem como identificar as respostas dadas aos propósitos colocados pelo processo de descentralização e municipalização das matrículas.

O nível de educação escolhido, o "Ensino Fundamental" – EF e o período "de 2000 a 2012" são complementares. Primeiro esse nível de ensino é contemplado na grande maioria dos programas de formação continuada para professores propostos pelos governos federal e estadual[4], sendo que alguns programas têm como destinatários exclusivos os docentes do EF. Numa primeira leitura, observamos ainda que a maioria dos programas destina-se aos docentes das séries iniciais, objetivando marcadamente preparar os docentes para a garantia da alfabetização das crianças no primeiro ciclo. Segundo, porque a 'responsabilização' pelos resultados tem sido delegada, quase que com exclusividade, aos professores e gestores/as escolares do ensino fundamental (XIMENES, 2012; AFONSO, 2012; FREITAS, L. C. 2012, 2013; GENTILINI, 2013). Terceiro, porque esse período é marcado por mudanças que sinalizam um Estado que, para além de forçar a descentralização das matrículas através da descentralização do financiamento da educação – inicialmente com a instituição Fundef, que vigorou de 1998 a 2006 e, depois, ampliando

[4] Conforme os Programas de Formação Continuada de Professores veiculados pelo MEC, têm-se três programas cujos destinatários são os/as docentes do Ensino Fundamental, sendo exclusivamente para este nível o GESTAR II, o Pró-Letramento e o PNAIC. O PROFA e os demais cursos ofertados são para os/as professores/as de todos os níveis da Educação Básica, o que inclui o Ensino Fundamental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 20/06/2014. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, através da Escola de Formação de Professores Paulo Renato oferece um "cardápio" variado de cursos. Como exemplo cita-se o programa: Letra e Vida substituído pelo Programa Ler e Escrever, sendo que este último inclui, além do programa Alfabetização e Letramento, o programa de Matemática, também.

sua dimensão com o Fundeb[5] – institui mecanismos de controle e monitoramento dos resultados de avaliações. Portanto, delegou a gestão e a formação aos municípios, descentralizando as responsabilidades e manteve centralizado o controle.

Se tomarmos como exemplo o ano de 2007, período do governo Lula – PT, podemos mencionar a instituição do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – ferramenta criada pelo INEP para monitorar as metas fixadas pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, Decreto de nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Também é desse ano e por meio da Portaria Normativa/MEC nº 10 que foi instituída a Provinha Brasil, objetivando avaliações periódicas em classes de alfabetização. O detalhamento e a discussão dos exemplos citados acima, assim como os outros mecanismos regulatórios e os marcos institucionais estabelecidos no período de 2000 a 2012, serão realizados no Capítulo I.

A nosso ver, pensar que as notas aferidas pelos testes padronizados podem balizar a qualidade da educação sinaliza uma atitude, no mínimo, reducionista em relação à concepção de educação adotada pelo Estado no período mencionado.

A qualidade da educação gerenciada por resultados impostos por testes padronizados, assim como os programas e modelos de formação continuada adotados pelo governo federal, mesmo sob as presidências de Lula e Dilma Rousseff, são em grande parte, decorrentes dos acordos que o Brasil historicamente vem realizando com organismos internacionais como o Banco Mundial, a OCDE[6] e a Cepal[7], medidas que apontam para uma perspectiva de cunho economicista visando à redução de gastos com a educação (DI GIORGI, 2004; TORRES, 2009).

Essas medidas afetam diretamente os/as docentes, consumindo o tempo destinado à formação continuada, na descontinuidade de processos formativos que realmente poderiam resultar em qualidade educacional para todos, uma vez que provocam o deslocamento da concepção da educação como política pública social para focá-la nas questões econômicas. O modo como o Estado, nas últimas décadas, vem se colocando frente à política

[5] Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) foi regulamentado pela Lei nº. 11.494/2007 e pelo decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).
[6] OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.
[7] CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

educacional, com a adoção de ferramentas gerenciais e com a transferência para a esfera municipal da sua responsabilidade em relação à qualidade, nos leva a buscar compreender as suas motivações.

Portanto, tomando o período de 2000 a 2012 da Formação Continuada em Campinas e Hortolândia, consideramos relevante apontar as alternativas elaboradas e vivenciadas pelas duas cidades dentro do contexto histórico nacional, que aceita e conforma as influências internacionais de concepção marcadamente neoliberal. Essa concepção que orienta a redução do Estado, no sentido da responsabilidade da educação ficar delegada aos municípios, vê a educação como uma mercadoria, acessível aos consumidores que são as famílias e os/as alunos/as, através da produção do trabalho e mão de obra dos/das professores/as e gestores/as.

Partimos do princípio de que o modo como esses dois municípios vêm organizando suas políticas de Formação Continuada, as opções feitas em relação aos programas, às parcerias escolhidas, aos sujeitos envolvidos bem como aos objetivos definidos, são influenciados pelos contextos político, social e econômico nos âmbitos global e nacional, o que poderá condicionar suas escolhas. No entanto, também consideramos que os Centros de Formação podem sofrer a resistência dos/das professores/as no sentido de questionarem os formatos, modalidades e adequação dos cursos à realidade que enfrentam no cotidiano escolar.

Contextualização histórica

A contextualização tomará como ponto de partida o processo de descentralização do setor educacional, desencadeado no Brasil com as lutas populares pela democratização e garantida pela Constituinte de 1988. Anterior à Constituição de 1988, a área educacional estava submetida ao poder centralizador do regime militar que durou de 1964 a 1985. Nesse sentido, objetivamos discutir as medidas adotadas imediatamente após o período de ditadura e até os dias atuais, uma vez que elas incidiram na descentralização do aparelho de proteção social do Estado brasileiro (RODRIGUEZ, 2001).

A descentralização, principalmente das matrículas do ensino fundamental, tendo como objetivo "a universalização e a maior equidade do acesso; a melhora da qualidade do

ensino e a implementação de processos mais eficazes e eficientes de prestação de serviços educacionais" (DRAIBE, 1999, p. 68), integrou e ainda integra a atual agenda do governo.

Observamos que ainda há resistências por parte de alguns municípios, como Campinas, na adesão à descentralização das matrículas do Ensino Fundamental, processo que ainda não acontece articulando as esferas federal, estadual e municipal, como proposto na Lei 9394/96. Essa lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu Capítulo IV, quando trata da Organização da Educação Nacional, define no Art. 8º que "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino″.

Discutir em que bases o regime de colaboração e a partilha de responsabilidades em relação à educação vêm acontecendo é relevante porque aumenta as possibilidades de compreendermos os posicionamentos adotados pelas cidades de Campinas e de Hortolândia no processo histórico da descentralização.

É nesse contexto que se inscreve esta pesquisa e que esses dois municípios desenvolvem seus Programas de Formação Continuada.

As primeiras questões que alimentam o fazer desse trabalho são registradas a seguir. Pode-se deparar no decorrer da pesquisa com outras questões de igual ou maior relevância para a investigação aqui proposta. Nesse sentido, cuidaremos para que sejam introduzidas no conjunto do trabalho e discutidas com propósitos de rigor científico.

Objetivo geral

Esta pesquisa se propõe a investigar o papel que os Centros de Formação de Professores das cidades de Campinas e de Hortolândia vêm desempenhando na condução das políticas de formação continuada, através da análise dos Programas de Formação ofertados aos docentes do Ensino Fundamental, no período de 2000 a 2012.

Objetivos específicos

Dentre os objetivos específicos desse trabalho, destacam-se:

a) Descrever os programas ofertados pelos Centros de Formação e analisar o **conteúdo temático** bem como seus **objetivos**;

b) Identificar os **termos e concepções, as modalidades e os formatos** dos programas analisados;

c) Identificar os **proponentes dos programas e as parcerias** realizadas para a execução das políticas de formação nos municípios;

d) Verificar se os Centros de Formação desenvolvem **mecanismos de captação de demandas** que possam orientar o planejamento e a avaliação da oferta de programas;

e) Considerando que a literatura examinada enfatiza a importância da escola como **lócus** privilegiado para a realização da Formação Continuada, busca-se identificar e discutir o que diferencia a Formação realizada nos Centros de Formação.

As hipóteses iniciais dessa dissertação são:

a) Os Centros de Formação atuam como parceiros dos Governos Federal e Estadual no sentido de favorecem a implementação dos programas oficiais implicando, nesse sentido, a indução das instâncias federativas nas questões colaborativas;

b) Os Centros de Formação acomodam a penetração do setor privado, fato que facilita a inserção da ideologia desse setor na educação pública;

c) Os Centros de Formação operam como mecanismo de transmissão e disseminação das políticas das Secretarias Municipais de Educação.

d) Os Centros de Formação atuam como espaços que submetem e controlam os/as professores/as, uma vez que conjugam formação continuada com certificação.

Metodologia

Escolheu-se para a realização desta pesquisa, uma abordagem dentro da perspectiva materialista histórico-dialética, partindo-se do entendimento de que a realidade a ser investigada, inserida no contexto das políticas educacionais, apresenta um caráter "conflitivo, dinâmico e histórico da realidade" (SÁNCHEZ GAMBOA, 2006, p. 97).

De acordo com Masson (2012), pesquisas recentes informam o uso crescente do enfoque marxista nas investigações sobre políticas educacionais, numa perspectiva crítica.

Esta autora faz uma colocação interessante: "Em que pese o avanço, a partir da década de 1990, de concepções neoliberais e gerencialistas no processo de definição de políticas educacionais, a utilização do enfoque marxista tem crescido nos últimos anos nas pesquisas dessa área (...)" (MASSON, 2012, p. 11).

Já sinalizados na introdução, que a concepção neoliberal e os mecanismos gerencialistas estão presentes nos procedimentos adotados pelo Estado em relação às políticas educacionais. O enfoque marxista poderá ser um aliado no desvelamento dos conflitos e dinâmicas presentes no interior das políticas educacionais, que vêm sendo implementadas no Brasil desde a década de 1990.

Outro aspecto a considerar, é a existência de "diferentes forças no processo pelo qual se define e se implementa uma política pública" (MASSON, 2012, p. 09).

As diferentes forças que atuam na implementação das políticas educacionais e na FCP, estão marcadas por diferentes interesses que perpassam o econômico, o político e, principalmente, o ideológico. O foco ideológico pode influenciar os demais interesses, já que é na concepção da política que se encontram presentes as concepções de professor/a, de educação e de alunos/as.

Dentro do conjunto que faz parte do fenômeno pesquisado é preciso desenvolver uma postura e um olhar capazes de apontar quais as relações de forças e as contradições que se estabelecem entre os elementos desse conjunto e os interesses que marcam continuidades e rupturas históricas.

Busca-se, também, elucidar as contradições existentes entre o que apontam os documentos oficiais, a literatura sobre Formação Continuada de professores/as e o que a realidade investigada empiricamente revela sobre as diretrizes para a FCP e a efetiva participação dos professores como sujeitos e possíveis agentes de mudança.

Esta pesquisa terá como eixo de sua análise a contradição e a dialética marxista (SAVIANI, 2008), numa perspectiva crítica.

Nessa direção, Frigotto (2006, p.81) corrobora com nossa escolha

> No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social.

Concluindo, as políticas educacionais no que tange à FCP serão analisadas e entendidas em sua "gênese, desenvolvimento, contradições e relações (...) com o contexto social e histórico" (MASSON, 2012, p.11), buscando-se estabelecer o máximo de relações possíveis para apreender as particularidades e o seu movimento dentro do momento histórico educacional brasileiro.

Fez-se a opção por uma análise qualitativa, entretanto, todos os dados quantitativos que forem passíveis de levantamento, serão utilizados objetivando uma leitura mais apurada das realidades pesquisadas.

É no processo da própria pesquisa, que os dados colhidos e os instrumentos utilizados, pertencentes aos dois paradigmas - qualitativos e quantitativos - articulam-se, complementam-se, na busca de superação do dualismo existente para a construção de uma síntese (SÁNCHEZ GAMBOA, 2013).

Santos Filho (2013, p. 51) coloca que é "epistemologicamente mais defensável a tese da unidade dos paradigmas" em decorrência da abordagem quantitativa *versus* abordagem qualitativa, ser ainda um dilema das pesquisas nas Ciências Humanas e da Educação.

Os instrumentos utilizados na pesquisa:

- Revisão da literatura para contato com as pesquisas já desenvolvidas dentro da temática Formação Continuada. Buscam-se assim, referenciais que darão suporte teórico em todo caminhar da pesquisa, através de uma "leitura crítica de artigos, livros, dissertações e teses" (LÜDKE, 2007, p. 45);
- Análise de documentos referentes aos aportes legais sobre políticas educacionais e formação continuada de professores, objetivando relacionar as realidades pesquisadas com a legislação, bem como ampliar informações de relevância para a análise e interpretação dos dados da pesquisa;
- Análise dos documentos sobre os PFC nos arquivos municipais, sendo eles: Núcleo de Memória no Cefortepe, Campinas e Centro de Pesquisa no CFPE "PF", Hortolândia.
- Coleta de dados quantitativos nos sites oficiais do governo nacional, principalmente nos sites do Ministério da Educação - MEC, da Fundação Sistema Estadual de Análise de

Dados - SEADE, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, e nas pesquisas realizadas pelo Projeto Banco de Dados do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais e Educação - GPPE, já mencionado, com a finalidade de construir um panorama geral através da leitura e do cruzamento desses dados;

- Realização de entrevistas buscando informações que respondam aos objetivos específicos, procedimento que visa ao final, a construção de uma resposta à questão principal dessa pesquisa. As entrevistas apoiam-se em roteiros semi-estruturados, mas quando necessário poderão ser realizadas entrevistas dirigidas, com roteiro definido e enviado previamente ao informante, ou entrevistas não dirigidas com maior abertura para as respostas. Quando possível e consentido, as entrevistas serão gravadas. Utilizamos, para esta etapa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido[8] e, demos prioridade ao diálogo com os sujeitos diretamente envolvidos com a implementação e coordenação dos programas nos Centros de Formação.

- Utilização do recurso da fotografia como documento/monumento. Buscamos em Le Goff (1990), o suporte teórico para o tratamento que daremos aos documentos fotografados. Le Goff, um historiador, propõe a noção de documento para além da superioridade do texto escrito - o documento/monumento - colocando que "tudo o que permite a descoberta de fenômenos em situação (a semântica histórica, a cartografia, a fotografia aérea, a foto-interpretação) é particularmente útil" (1990, p.549). Optamos pelo recurso da fotografia para registrar o contexto dos documentos pesquisados, onde estão guardados, como são conservados, como e por quem são cuidados, objetivando uma leitura do que comunicam as imagens, o que ensinam e fazem recordar, enquanto documentos/monumentos.

As fontes documentais, os dados e as informações sobre a FCP nas cidades de Campinas e Hortolândia, serão detalhadas no Capítulo III.

Finalizando, a metodologia dessa pesquisa busca compreender - através dos instrumentos citados acima, bem como de cuidadosa reunião de dados históricos e atuais - o papel que os Centros de Formação Continuada das cidades de Campinas e de Hortolândia desempenham na condução das políticas públicas de Formação Docente.

[8] Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, (Conselho Nacional de Saúde). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 02/2014.

Organização da dissertação

A dissertação está organizada em cinco capítulos.

O Capítulo I apresenta a educação como política pública, como um direito social - e não como serviço social – e, portanto, como direito ao acesso, permanência e conclusão a todos/as cidadãos/ãs brasileiros, como também discute questões relacionadas à responsabilização da educação. Tomando como ponto de partida a Reforma Administrativa ocorrida no Brasil em 1995, discute as transformações que vêm ocorrendo em relação à educação e os efeitos da globalização e do neoliberalismo presentes nas orientações relativas à política educacional. O processo de descentralização e municipalização das matrículas do Ensino Fundamental bem como os aportes e marcos constitucionais que vêm instituindo o gerencialismo na educação, são apresentados e discutidos, assim como os possíveis impactos e consequências, para a política educacional, das parcerias público não-estatal que o Estado e os governos realizam com o setor privado, com as ONGs e com outras instituições sem fins lucrativos.

O Capítulo II trata da discussão sobre a Formação Continuada de Professores - FCP - dando ênfase às concepções, termos e modalidades de FC, bem como discute a concepção de professor/a subjacente à orientação da oferta. Realiza uma discussão sobre os impactos metodológicos da FC, quando orientados no sentido da escolarização ou da profissionalização. Faz uma discussão mais aprofundada sobre o lócus da formação, elucidando as possibilidades de uma formação dentro das perspectivas colaborativa e individualista tanto nas escolas como nos centros de formação, apresenta discussão sobre a necessária autonomia e participação dos professores nas decisões sobre a sua própria formação continuada, assim como discorre a respeito dos mecanismos de avaliação e impactos na formação profissional e na carreira docente.

No Capítulo III damos ênfase ao lugar onde os documentos são acondicionados nos dois Centros de Formação, às condições de conservação em que foram encontrados, informando sobre as mudanças ocorridas com os mesmos durante os meses da pesquisa empírica. Utilizamos o recurso da fotografia como documento e registro.

Os Capítulos IV e V informam e discutem dados sobre a educação nas duas cidades, apresentam como ocorreu ou vem ocorrendo o processo de municipalização das matrículas nas mesmas. Os dados numéricos em relação às ações de formação durante o período são discutidos e analisados. Os dados e informações colhidas na pesquisa de campo sobre os proponentes, os objetivos, os temas e a participação dos/as docentes na FC são apresentados e discutidos à luz da literatura do Capítulo II.

As considerações finais serão tecidas mediante o cruzamento entre os aportes teóricos, os achados da pesquisa de campo e as nossas hipóteses.

CAPÍTULO I

A REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO E O ESTADO DA REFORMA EDUCACIONAL NO BRASIL: globalização, neoliberalismo, descentralização e gerencialismo na educação.

Esse capítulo discute as mudanças verificadas nas políticas educacionais, a partir da Reforma do Estado, bem como as influências da globalização e do neoliberalismo na educação brasileira. Aponta as influências das intervenções dos órgãos bilaterais, principalmente do Banco Mundial no direcionamento e orientação dessas políticas. Nesse contexto, discute o processo de descentralização e municipalização das matrículas do Ensino Fundamental, bem como os aportes legais e marcos constitucionais que vêm instituindo o gerencialismo na educação e termina com a discussão sobre o Plano Nacional de Educação - PNE - e com o debate sobre a responsabilização da educação brasileira.

A educação brasileira nas últimas três décadas vem sofrendo transformações decorrentes da Reforma do Aparelho do Estado, realizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. As linhas de mudança propostas influenciaram a educação nos âmbitos das políticas (forma de financiamento, relação escola /comunidade e sociedade civil, parceria público-privado), da administração (concepção gerencialista da gestão do ensino, pautada no modelo de gestão empresarial) e da concepção de ensino (deslocamento do foco do processo ensino - aprendizagem para o foco nos resultados) onde a educação passa a ser discutida dentro de uma perspectiva economicista. A qualidade da educação passou a ser gerenciada pelo Ministério da Educação - MEC através de sofisticados mecanismos de controle.

Para compreender essas mudanças e sua influência sobre a formação dos/as professores/as é fundamental conhecer as orientações dos órgãos bilaterais, que influenciaram o teor da reforma do Estado, implementada a partir de 1995, e a política educacional dos anos de 1990 e 2000.

1.1 - A Política Educacional e as interferências do Banco Mundial

Tratar de política educacional no Brasil, hoje, é trabalhar com um complexo conjunto de medidas interventivas, uma vez que temos uma legislação que garante em seu texto que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, p.121)[9], e a realidade apresenta parte da população ora não contemplada por este direito, ora contemplada pelo direito de acesso, mas não pelo direito de permanência e conclusão.

Situando a política educacional, Höfling (2001, p. 31) entende "a educação como política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos".

Nesta direção, pode-se citar as influências do pensamento neoliberal que postula através dos organismos bilaterais – Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional – uma agenda global para a educação que impacta diretamente nos modos como as políticas educacionais são formuladas e implementadas através dos programas educacionais.

As prioridades econômica e administrativa apontadas pelo Banco Mundial - BM orientam e condicionam as diretrizes educacionais no Brasil (TORRES, 2009; HADDAD, et al., 2008; DI GIORGI, 2004). Di Giorgi (2004) ao discutir o ideário pedagógico do BM, tendo como referência o texto *Prioridades e estratégias para a educação* (BANCO..., 1995), elenca o que este documento propõe aos governos, para ser incorporado às políticas educacionais:

> a) maior prioridade à educação; b) maior atenção aos resultados da aprendizagem e à relação da educação com o mercado de trabalho; prática da avaliação sistemática dos resultados e da relação custo/benefício das medidas tomadas; c) centrar o financiamento em educação básica e diminuir despesas com educação superior; d) mais atenção à equidade (políticas compensatórias para minorias culturais, mulheres e deficientes; e) maior participação das famílias (em vários sentidos, inclusive no financiamento da educação); focalização do gasto público nos mais pobres; f) maior autonomia das escolas (p. 90).

[9] Constituição Federal, Título VIII, Cap. III, Seção I, Art. 205.

Com relação ao item “b” e conforme será abordado na discussão sobre os impactos do novo gerencialismo na educação brasileira, a avaliação dos resultados que vem sendo feita, através de instrumentos como o SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, a Prova Brasil e o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007[10], seguem essas orientações.

Em relação ao item “c”, Callegari (2009, p. 13), logo na introdução do seu livro que trata do FUNDEB e do Financiamento da Educação Pública no Estado de São Paulo, coloca que

> O FUNDEB estabelece as condições formais e, em menor grau, financeiras, para que se institua uma ‘Escola de Educação Básica Integrada’, melhor posicionada para acompanhar e apoiar o desenvolvimento integral dos estudantes durante toda a sua trajetória escolar. A contrapartida dessa nova configuração estrutural e pedagógica encontra-se, contudo, no requerimento de que as equipes profissionais que atuam em diferentes níveis se articulem de maneira cooperativa; o que se deve fazer com atenção, tendo em vista a necessidade de propiciar uma maior e mais ativa participação das famílias e da comunidade na instituição do projeto político - pedagógico da escola.

Pode-se depreender a partir do texto citado acima que os itens “c” e “e” colocados pelo BM, foram contemplados, no caso brasileiro. Nessa direção, as famílias são convidadas a participarem nos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CALLEGARI, 2009, p. 14) e de discussões sobre o projeto político-pedagógico.

Entende-se que a prioridade na educação básica não pode se restringir a financiamentos e resultados. Há um "como ensinar" e os modos de aprender são subjetivos. A visão do BM não contempla os aspectos pedagógicos, apresenta-se restrita, mas ainda assim, ele anuncia conteúdos e habilidades que devem ser incorporadas no currículo.

Torres (2009, p. 143) colabora com esta discussão ao afirmar:

> Enquanto o BM não inclui em sua definição de currículo o como ensinar e enquanto as próprias políticas educativas concedem pouca importância à pedagogia, se já é pouco o que se fala dos conteúdos, muito menos se diz dos métodos, das diferenças entre ensinar e aprender, das práticas docentes e das atividades da sala de aula.

[10] O Ideb é a "nota" do ensino básico no país. Numa escala que vai de 0 a 10, o MEC (Ministério da Educação) fixou a média 6 como objetivo para o país a ser alcançado até 2021. Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 07/06/2012.

Os compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência de Jomtien, na Tailândia - Declaração Mundial sobre a Educação para Todos - ocorrida em 1990, são considerados no planejamento e na implementação de políticas educacionais. Esta conferência foi promovida por um conjunto de organismos bilaterias: Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud, Banco Mundial - BM e a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura - Unesco.

A Declaração de Jomtien (CONFERÊNCIA DE JOMTIEN, 1990), em relação à visão de educação básica do BM, apresenta uma concepção mais ampliada. No artigo nº 2, no que trata sobre a expansão do enfoque educativo, encontra-se, dentre outros: universalizar o acesso à educação e promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem.

No artigo nº 3, a Declaração de Jomtien (CONFERÊNCIA DE JOMTIEN, 1990) estabelece que "a educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades". Outro aspecto da Declaração que aponta para uma visão mais abrangente da *educação básica para todos/as*, não importando a idade, e com qualidade. A universalização qualificada da educação é importante porque poderá colaborar na redução das desigualdades sociais.

Enquanto política pública de corte social, a educação está colocada como direito social e não como um serviço social, conforme a visão do BM. E sendo a educação concebida como um serviço é, também, um produto. Sendo um produto, pode ser vendida, portanto, pode ser privatizada nas condições do mercado.

Nesse sentido, Höfling (2001, p. 40) contribui para esclarecer os termos de responsabilização do Estado

> Mais que oferecer "serviços" sociais - entre eles a educação - as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais. Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo “competitivo” frente à ordem mundial globalizada'.

As drásticas mudanças ocorridas na trajetória do capitalismo, junto aos avanços tecnológicos no modo de produzir, sinalizam mudanças que vêm ocorrendo no modo como o Estado propõe as políticas educacionais, direcionado-as para as estratégias competitivas.

Nessa vertente, os/as professores brasileiras são chamados a responsabilizar-se pelos resultados das avaliações, sendo cada vez mais afastados das decisões no âmbito das políticas e dos objetivos educacionais mais nobres, como a formação cidadã de seus alunos, pressionados a darem respostas que coloquem a educação brasileira em patamar de igualdade de condições e de competição na ordem mundial globalizada.

Assim tem-se um duplo desafio: a competitividade e a responsabilidade por resultados. Estão em discussão propostas para regulamentar a responsabilidade da educação no Brasil (XIMENES, 2012). Propõe-se a transferência da educação como política pública de responsabilidade do Estado, para outras esferas. Busca-se a redefinição da responsabilidade educacional para incluir,

> como objeto de responsabilização o fracasso nos testes e como sujeitos responsabilizáveis, em última instância, os trabalhadores da educação. A concepção de responsabilidade deixa de ser predominantemente política (do agente político) e coletiva e passa a ser funcional (do funcionário) e individual, enfocando, em última instância, a responsabilização dos trabalhadores da educação e das escolas (XIMENES, 2012, p. 374).

Observa-se que a omissão do Estado de parte de suas responsabilidades em relação à educação, vai tomando um formato que corresponde à orientação neoliberal, que considera as intervenções do Estado como um entrave ao desenvolvimento.

As orientações para a descentralização e para a política educacional implementada a partir, principalmente, do governo Fernando Henrique Cardoso foram formalizadas na Reforma do Estado de 1995, como veremos no próximo item.

1.2 - A Reforma do Estado: o modelo de administração público-gerencial

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) (BRASIL, 1995)[11], lançado em 1995, com a pretensão de dar uma resposta à crise capitalista estabelece e

[11] Foi aprovado pela Câmara Da Reforma do Estado em 21 de setembro de 1995 e pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso em novembro do mesmo ano.

define objetivos e diretrizes para assegurar maior eficiência da administração pública brasileira através da adoção do paradigma gerencial, que inclui mudanças nas formas de financiamento, na gestão e nos âmbitos de decisão relativa às políticas sociais, em especial, à política educacional.

Para a elaboração e implementação da reforma, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), coordenado pelo Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado Luiz Carlos Bresser Pereira, no período de 1995 a 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

De inspiração ideológica neoliberal, referência no processo de mundialização do capital (CARNOY, 2002), a reforma gerencial implementada no Brasil, foi induzida por um movimento que já se espalhava por vários países. Assim,

> Os processos de reforma gerencial, que ganharam força no final do século XX, foram incentivados principalmente pelas experiências ocorridas no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, nos governos Thatcher e Reagan, respectivamente. A referida experiência caracterizou-se pela preconização da modernização da administração pública via utilização de critérios provenientes de empresas privadas (SILVA; RODRIGUEZ, 2013, p. 04).

O documento da Reforma traz o modelo do gerencialismo adotado pela administração do setor privado, como forte componente de indução e orientação das políticas púbicas no campo educacional.

O PDRAE não deixa dúvidas sobre suas motivações quando propõe a substituição do modelo de administração pública burocrática pelo modelo da administração pública gerencial, como única forma de responder com eficiência "à expansão das funções econômicas e sociais do Estado", bem como "ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial" (BRASIL, 1995, p.15-16).

Nesse sentido, críticas à Carta Constitucional de 1988, por privilegiar o modelo burocrático tradicional – formalista, normativo e rígido – são parte da justificativa.

> Visando maior racionalização no uso de recursos, a constituição de 1988 assegurou como princípio administrativo a descentralização da execução dos serviços sociais e de infra-estrutura, bem como dos recursos orçamentários para os estados e municípios. Entretanto, os avanços no sentido de conceber maior autonomia na execução de serviços e de favorecer unidades subnacionais caminham lentamente pela crença arraigada na cultura política brasileira de que cabe à União promover diretamente o desenvolvimento social do país (BRASIL, 1995, p. 26).

Para fazer caminhar rapidamente a racionalização no uso de recursos, buscou-se tirar da União o provimento direto e a responsabilidade na promoção do desenvolvimento social. As mudanças no papel do Estado ficam bem definidas nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso: o Estado de provedor passa a regulador das políticas sociais descentralizadas. Assim, como observa Silva (2012, p. 34)

> Visou-se conciliar 'participação' da sociedade na gestão gerenciada de políticas sociais com a redução da responsabilidade do Estado frente à garantia dos direitos sociais e econômicos. Fortalecia-se, contudo, um poder público a serviço do mercado mundial.

O sentido da "participação", nesse caso, tem se materializado com a abertura para as parcerias que os governos vêm realizando com as organizações da sociedade civil, através das ONGs e instituições sem fins lucrativos transferindo para elas, a condução das políticas sociais, inclusive educacionais.

Uma das opções encontradas para solucionar a questão da participação dentro do embate público/privado foi a criação do Terceiro Setor, que comporta e legitima a "ação responsável empresarial" e que "reivindica um modelo de regulação social mais eficaz do que o realizado pelo Estado". O "terceiro setor" é concebido como o espaço da neutralidade na resolução dos problemas sociais "centrado na generalização de competências civis descentralizadas, exercidas pelo ativismo civil voluntário em localidades específicas" (PAOLI, 2002, p. 380).

Bresser-Pereira (2005, p. 88) sinaliza que as ONGs são organizações quase públicas ou

> (...) são públicas não-estatais na medida em que estão a meio-caminho entre o Estado e a sociedade. As organizações públicas não-estatais realizam atividades públicas e são controladas diretamente pela sociedade por meio de seus conselhos de administração e seus associados.

Nesse sentido, cabe perguntar se a sociedade civil brasileira carece de um intermediário para dialogar com o Estado, para o exercício da cidadania e da democracia, uma vez que a participação democrática foi assegurada pela Constituição Federal de 1988. Do caminho direto de participação democrática através do diálogo entre o Estado e a sociedade, legitimado pelas organizações sindicais, negociações, plebiscitos, associações, dentre outros instrumentos de participação, para o meio caminho: o público não-estatal.

Paoli (2002, p. 405) coloca que

> Por vias indiretas (e até hoje explicáveis apenas pela desmobilização social e política gerada pelos efeitos do modelo neoliberal), a aspiração de autonomia pública dos movimentos sociais (...), tomou gradativamente a forma de organizações públicas não-estatais. Nelas corporificou-se a noção de "sociedade civil" e diluíram-se variavelmente as linguagens do conflito, a visibilidade do protagonismo popular e as utopias republicanas de decisões comuns tomadas por cidadãos politicamente equivalentes, embora socialmente desiguais.

Pode-se compreender que o empreendimento para a desmobilização social, abriu uma brecha para a "ampliação e especializações das ONGs, que se viram cada vez mais como uma representação social especializada na mediação das demandas populares ao poder público" (PAOLI, 2002, p. 405).

As ONGs abandonaram os vínculos orgânicos que mantinham com os movimentos sociais (DAGNINO, 2002). Segundo essa autora

> (...) essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público. Por mais bem intencionadas que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas equipes diretivas (DAGNINO, 2012, p. 101).

Portanto, se as ONGs não representam os anseios dos movimentos sociais, mas sim os interesses das agências internacionais que as financiam - não havendo autonomia neste caso, pois atendem às diretrizes de seus diretores - elas não são públicas a não ser na prestação dos serviços não cobrados ao público, pois recebem seus serviços do contrato/convênio que realizam com o Estado. Sendo assim, são privadas e como tal, não

são representativas dos interesses sociais, mas, principalmente de interesses puramente econômicos e ideológicos.

Dagnino (2002) indica que a relação entre o Estado e as ONGs é um *campo exemplar* do que denomina de *confluência perversa*. Segundo a autora, as ONGs, antes de interesse e representação social, passaram a ser usadas para acomodar os interesses neoliberais. Assim ocorre uma "disputa de significados para referências aparentemente comuns", porém "sem identidade de propósitos" (DAGNINO, 2002, p. 97).

Ao encontro dos propósitos da reforma bresseriana, ainda em Paoli (2002), encontra-se uma questão importante sobre as motivações para a realização das parcerias públicas não-estatais na gestão das políticas públicas. A autora sinaliza "que o argumento não é que as ONGs podem pensar bem os serviços sociais, mas o de que 'as ONGs sabem gastar bem', e, portanto, executarão melhor estes serviços" (Paoli, 2002, p. 384).

Como uma das questões colocadas por essa pesquisa, refere-se aos proponentes dos programas de Formação Continuada, pretende-se verificar como ocorre a participação de instituições públicas não-estatais no conjunto dessas proposições.

Resta questionar os resultados que se tem auferido a partir da atuação das ONGs internacionais e muitas nacionais e de cunho privatista na educação. Ainda não se tem notícias de que mudanças sociais sólidas e duradouras tenham ocorrido em função do trabalho que elas realizam.

O texto de Bresser Pereira (1995) em toda a sua extensão, busca justificar a necessidade de um modelo moderno e eficiente de gestão pública, no qual os resultados auferidos são confrontados com as metas estabelecidas pelos órgãos vinculados diretamente ao poder central - que dentro desse modelo de gestão pode ser associado ao diretor/gerente geral de uma empresa - que faz o controle dos resultados confrontando-os com a metas e, principalmente com os gastos relacionados à operação em questão.

Silva (2012, p. 152) colabora com essa visão, quando coloca que "as reformas educacionais promovidas na era FHC, são correlatas dos imperativos inerentes do padrão 'civilizatório' do mundo dos negócios".

Na mesma direção, Santos (2002, p. 64) ao apresentar e discutir o texto de Paoli (2002), referindo-se às fundações de filantropia empresarial no Brasil, coloca que essas fundações "tendem a reduzir a ideia de público em duas categorias: a dos consumidores e a

dos empregados da própria empresa" [e coloca que essa autora mostra] "os perigos da apropriação do discurso da democracia participativa por propostas que não significam muito mais que a sua redução às categorias da mercantilização".

A educação, como política pública social passa a ser concebida como uma mercadoria, disponível para instituições não-estatais que desejam realizar negócios com o Estado.

São os resultados que permitem a regulação do processo, no modelo da administração pública gerencial, que na educação tem como ferramenta o novo gerencialismo (BALL, 2011). A gestão, nesse caminho ganha força em detrimento da ênfase na administração da política como um conjunto ordenado de ações. Descentraliza a responsabilidade na administração da política, centralizando apenas a gestão da mesma.

Esses parâmetros que orientam as reformas atuais "tem suas raízes históricas na globalização" e sofrem as influências das "organizações e instâncias de regulação supranacional" (AFONSO, 2001, p. 24)[12].

Em vários pontos do texto de Bresser Pereira (1995), pode-se constatar tanto a ênfase na gestão como o cuidado extremado ao propagar que "A administração pública gerencial inspira-se na administração de empresas, mas não pode ser confundida com esta última" (BRASIL, 1995, p. 16), buscando justificar as infrutíferas tentativas de se buscar uma administração mais flexível, menos burocrática, moderna e descentralizada, ocorridas no período anterior à Reforma Administrativa.

As expressões neoliberais "indicadores de desempenho", "espírito empreendedor", "eficiência e eficácia na gestão", "treinamento permanente", "sistema de motivação material e psicossocial", "autonomia aos executores" e "cobrança de resultados", estão presentes no texto do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995, p. 26-38) e na condução das políticas educacionais, significando uma ruptura em relação aos ideais de uma educação verdadeiramente equânime, de qualidade e para todos/as, preconizadas pelas lutas sindicais dos/as docentes e pelos ideais de redemocratização nos anos 80.

[12] Afonso (2001, p. 24) refere-se às ONGs, Mercosul, Organização Mundial do Comércio, União Europeia que se juntam a organizações que não são tão recentes, mas que são influentes ainda, como o Banco Mundial, a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o FMI - Fundo Monetário Internacional.

De acordo com Silva (2012, p. 27),

> No âmbito da educação, a modernização tem significado também racionalização, mas compreendida como uma espécie de "colonização mercantil da escola" e aumento da eficácia no âmbito da educação. (...) A eficácia, embora sendo tomada como correlata da medida, da quantificação, está associada a outros cultos, como o da avaliação e da inovação. A avaliação passa a ser concebida como uma técnica neutra de controle e efetivação de objetivos e metas.

Nessa direção, pode-se, também, entender a racionalização da liberdade nos processos decisórios por parte dos/das que estão diretamente envolvidos/as com a educação: as secretarias municipais de educação, os/as professores/as, os/as gestores/as pedagógicos/as e administrativos/as das escolas, porque todos/as terão que responder aos imperativos colocados pelas metas da avaliação.

Portanto, na revolução gerencial, proposta em substituição a práticas tradicionais de gestão, "a racionalização pode estar a serviço de fins autoritários, iníquos, mistificados e conservadores" (SILVA, 2012, p. 27).

Na abordagem sobre as motivações que devem ser repensadas para os servidores públicos brasileiros, dentre os quais estão os professores do Ensino Fundamental, no modelo da administração pública gerencial, o documento Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995) explicita três delas, sendo duas positivas e uma negativa: 1ª motivação, "uma cultura de *atendimento ao cidadão-cliente*"; 2ª motivação, "profissionalização do serviço público, não apenas através de concursos e processos seletivos públicos, mas principalmente através de um sistema de *promoções na carreira em função do mérito, acompanhadas por remuneração correspondente maior*"; e a 3ª motivação definida como negativa é "*possibilitada através da demissão por insuficiência de desempenho*. (...) *Não há dúvida que sem ela será muito difícil, senão impossível, levar o funcionário comum a valorizar seu emprego*" (BRASIL, 1995, p. 39-40, grifos nossos).

As motivações citadas acima reforçam o modelo gerencialista expressando "um quadro ético em que o indivíduo seria reativo, isto é, apenas responderia passivamente às condições a que se vê submetido ou coagido" (SILVA, 2012, p. 28).

Verifica-se que após quase três décadas de reforma administrativa, os preceitos institucionalizados materializaram-se de forma contundente na educação, refletindo-se

diretamente nos/as profissionais envolvidos/as com a gestão da escola e com a aprendizagem dos/as alunos/as.

Os eixos selecionados nos recortes acima e citados como importantes e imprescindíveis para a efetivação da Reforma empreendida, assim como, as três motivações citadas, fazem parte do glossário e do elenco de orientações que conduzem a administração no modelo empresarial gerencial e da qualidade total, presente em programas de formação continuada.

Este fato pode ser verificado em um dos Programas de Formação Continuada - PFC, oferecido pelo Centro de Formação de Hortolândia, no ano de 2006. Trata-se do Curso *Gestão do Trabalho Pedagógico e Avaliação do Desempenho*. Esta formação realizada em parceria com uma entidade privada - a Fundação Getúlio Vargas -, teve como participantes todos/as os/as gestores/as escolares de todas as escolas e os/as coordenadores/as do Centro de Formação dos Profissionais da Educação "Paulo Freire"[13].

Como aponta Silva (2012, p. 30-31)

> Na retórica governamental, frente à inexorabilidade da expansão globalizada do capital, caberia ao país formar um número cada vez maior de pessoas munidas de competências para enfrentar os desafios do mercado. Numa era de competição generalizada, a forma mais eficiente de se fazer isso seria reestruturar a educação, criar sistemas de ensinos produtivos e promover gestões eficazes nas escolas.

Como mostra o exemplo citado acima, a formação dos/das gestores/as escolares em programas gerencialistas que visam um ensino produtivo e eficaz vem sendo realizada já há algum tempo. Todos prontos para enfrentarem os desafios do mercado através da gestão do trabalho pedagógico e da avaliação do desempenho, marcas da garantia do sucesso da educação no mercado global. A objetividade desta visão desconsidera - e talvez desconheça e/ou não respeite e não reconheça - as subjetividades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem.

Assim, verifica-se que as premissas e orientações colocadas pelo PDRAE estão ainda em vigor e se têm conseguido dar uma resposta à crise capitalista com a definição de diretrizes que objetivam assegurar maior eficiência à administração pública brasileira através da adoção do paradigma gerencial, também se materializaram substancialmente na

[13] Diário de Campo da autora, em 27 de fevereiro de 2014.

gestão das políticas educacionais implementadas através das Secretarias Municipais de Educação - SME.

1.3 - Globalização, neoliberalismo, descentralização e gerencialismo na educação

A Reforma do Estado brasileiro acontece em meio ao processo de globalização da economia mundial e da difusão das ideias neoliberais. Esse processo influenciou o Estado tanto na forma de organização da sua relação com a sociedade civil, na implementação da política de descentralização das matrículas como medida para melhorar o atendimento às políticas públicas educacionais, como na adoção das medidas gerencialistas na administração da educação nacional.

Este tópico será desenvolvido a partir da discussão de cada elemento em separado - globalização, neoliberalismo, descentralização e gerencialismo - buscando-se discutir as relações entre os mesmos e a educação.

1.3.1 - Globalização e educação

A discussão em torno da origem da globalização na literatura vai depender dos objetivos da abordagem. Pode-se encontrar a década de 1970, como marco das pressões para a globalização em função da "intensificação do comércio internacional", isto é, a superação das fronteiras ou o começo dos anos 1980, em função da "internacionalização dos mercados financeiros". Mas em geral, "as discussões sobre globalização referem-se aos processos de mudanças desencadeados desde meados dos anos de 1960" (ARAUJO, 2001).

Em Morrow e Torres (2004, p. 28) a globalização é um produto do surgimento de uma economia global e pode ser definida como

> (...) a intensificação de relações sociais mundiais que ligam comunidades distantes, de modo que os acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitas milhas de distância e vice-versa.

Nessa direção, pode-se dizer que a esfera local é moldada por influências globais e que essas influências abrangem os níveis políticos, econômicos e culturais.

Segundo Burbules e Torres (2004), a globalização não ocorreu apenas em termos econômicos, ela impacta de forma contundente e profunda outros níveis e setores da sociedade, tais como os níveis político e cultural.

Em relação ao nível político, estes autores apontam que ao Estado-nação caberá o equilíbrio de quatro imperativos:

> (1) Respostas ao capital transnacional; (2) Respostas a estruturas políticas globais (por exemplo, a Organização das Nações Unidas) e outras organizações não governamentais; (3) respostas a pressões e demandas domésticas, de modo a manter a própria identidade política; (4) respostas a suas necessidades e seus interesses internos (BURBULES; TORRES, 2004, p. 16).

A globalização confere aos Estados imperativos para que possam alavancar desenvolvimentos para suas nações, mas não tira o seu poder de decisão sobre as direções escolhidas para as suas políticas. Disso dependerá o modo como se estabelecem as relações econômicas internacionais: se de modo dependente e ineficaz perderá sua força e será engolido pelas demandas externas ou de modo interdependente, quando poderá equilibrá-las mediante os imperativos acima descritos.

A questão do equilíbrio é imperativa uma vez que se verificam algumas implicações decorrentes da globalização para a educação. Morrow e Torres (2004, p. 31-32) apontam três áreas de implicações da globalização para a educação:

> (1) de maneira mais fundamental, o papel diferente do Estado na economia global e informacional (ou seja, pós-fordista), em resposta aos fracassos do modelo de desenvolvimento keynesiano, de bem-estar social anterior; (2) pressões neoliberais para desenvolver políticas que tendem a reestruturar sistemas educacionais pós-secundários, seguindo linhas empresariais, para proporcionar respostas educacionais flexíveis a modelo de produção industrial; e (3) um apelo semelhante pela reorganização primária e secundária e pela formação do professor, seguindo linhas que correspondam às habilidades e competências (e assim, qualificações educacionais) exigidas de maneira ostensiva dos trabalhadores do mundo globalizado.

Em relação à primeira área destacada, pode-se citar que o Brasil não chegou a desenvolver uma política de bem - estar social como ocorreu nos países desenvolvidos.

Segundo Vasquez (2007, p. 55),

> Quando se iniciava a construção de algo próximo a um Estado de Bem-Estar Social, com a Constituição de 1988, nós navegávamos contra a maré. Já se assistia, nos anos 80, nos países centrais, um movimento de reforma de caráter neoliberal do Estado de um modo geral e do Estado de Bem Estar Social. Movimento ao qual o Brasil adere ao longo dos anos 90. Esta opção teve consequências perversas e praticamente irreversíveis para a estrutura social brasileira sob todos os seus aspectos — emprego, condições e relações de trabalho, padrão de consumo, padrão de vida, proteção social, etc.

No período do governo de FHC, marcado pelas concepções do paradigma neoliberal, as políticas sociais têm suas bases na focalização, isto é, na assistência social voltada para os pobres (SILVA, 2012), em contraposição às políticas públicas universalizantes, além da predominância da lógica de mercado determinando as reformas nas políticas e os cortes no gasto social.

Nessa direção, pode-se discutir as influências e impactos do modelo de globalização neoliberal na oferta de políticas públicas e, principalmente, as pressões neoliberais na reestruturação dos sistemas educacionais.

1.3.2 - Neoliberalismo e educação

O neoliberalismo é uma ideologia que defende e prega o livre mercado e a privatização dos serviços públicos. Surge com mais força nos anos 70, criticando as políticas econômicas que se baseavam na intervenção do Estado e dizendo que essa intervenção, o tamanho do Estado e sua ineficiência eram culpados pela crise que atingiu a economia mundial (APPLE, 2004; BURBULES; TORRES, 2004; MORAES, 2001).

Alguns exemplos da visão que estrutura a ideologia neoliberal são, por exemplo: o que é público é ruim e o que é privado é bom; as escolas são como 'buracos negros' por onde o dinheiro desaparece e, nesse sentido, a ética e a eficiência são analisadas a partir da normatização da relação custo/benefício; os estudantes são vistos como capital humano; as escolas públicas - e todas as instituições públicas - sugam o dinheiro da sociedade uma vez que fracassam com os futuros trabalhadores pois estes não terão como competir de forma eficaz e eficiente no mercado; o mundo é um vasto supermercado e a escolha do consumidor é a garantia da democracia e ainda que "*as escolas são construídas para*

professores e burocratas do Estado e não para 'consumidores' " (APPLE, 2004, p. 46-47, grifos do autor).

Dos efeitos da visão neoliberal, observa-se que a democracia deixa de ser concebida como um conceito político para ser concebida como um conceito econômico, atrelada a outro conceito: o da suposta liberdade de escolha (APPLE, 2004; PETERS et al., 2004).

Apple (2004, p. 47), quando analisa as políticas educacionais nos Estados Unidos, coloca que "A maioria delas [se referindo às iniciativas políticas dos segmentos neoliberais] está centrada em criar ligações mais íntimas entre educação e economia, ou inserir as próprias escolas no mercado".

Na visão neoliberal, a opção seria a privatização da educação como única forma de os pobres terem boas escolas e uma boa educação. Nesse caminho, citam-se abaixo, algumas experiências de privatização da educação, com a inserção da iniciativa privada nas políticas educacionais, através de grupos e associações de empresários.

Nos Estados Unidos o Relatório *A Nation at Risk* apontava o quadro caótico da situação da educação americana que "segundo os reformadores empresariais, comprometeria sua competitividade no cenário internacional" (FREITAS, 2012, p. 381).

Freitas (2012) aponta como exemplo dessa tendência o movimento *Todos pela Educação*, coordenado por empresários brasileiros. Esse movimento influenciou as políticas educacionais no Brasil, tendo sua máxima expressão no Decreto nº 6.094 de 24 de abril/2007 (BRASIL, 2007), que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro da Educação Fernando Haddad.

Dentre as diretrizes apontadas pelo Decreto nº 6.094, encontra-se no Art. 2º a seguinte redação:

> Organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB (BRASIL, Diário Oficial da União, 25 de abril de 2007, p. 5).

Essa diretriz, ao propor a composição do comitê local, inicia as indicações de representantes pelas associações de empresários.

O decreto como um todo demonstra a opção do governo Lula pela participação da iniciativa privada nas políticas educacionais, bem como pelo acompanhamento das metas de evolução do IDEB. Não estaria aí uma oportunidade de os empresários, através das notas do IDEB terem as mesmas reações dos empresários americanos, no sentido de avaliarem que as notas comprometeriam a participação do Brasil na competitividade internacional como citado acima?

Existem outros exemplos que podem ilustrar os caminhos por meio dos quais a educação pública pode ser privatizada. No Brasil o Programa Bolsa Creche[14], oferece vagas para crianças da Educação Infantil em escolas privadas, como medida emergencial, enquanto aguardam vagas nas escolas infantis dos municípios. Os pais recebem a bolsa - uma quantia em dinheiro - e com essa quantia escolhem escolas conveniadas mais próximas de suas casas.

O Programa Bolsa Creche em Hortolândia, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento educacional das crianças na Educação Infantil nas escolas conveniadas oferece, através da Secretaria de Educação, curso de Formação Continuada para os educadores envolvidos[15].

Essa situação coloca duas inquietações: os recursos financeiros que o poder municipal utiliza, pagando as vagas de seus alunos para as instituições conveniadas, poderiam ser direcionados para a construção de mais escolas, senão, com que recursos as instituições escolares municipais serão construídas? Outra inquietação é se as instituições conveniadas têm condições pedagógicas e histórico de atuação em educação, para acolher adequadamente as crianças que deveriam estar nas escolas públicas. O que se verifica é um descompasso entre as matrículas, a oferta de vagas, a construção de escolas e a formação de professores, o que poderia ser resolvido com planejamento sistemático e foco na educação pública.

Freitas (2012, p. 386) cita dois exemplos de modalidades de privatização no Brasil, que conceitua como "público não estatal": o Programa Nacional Universidade para Todos – PROUNI, realizado através da instituição de bolsas, para alunos selecionados pelo Enem cursarem o ensino superior em universidades e faculdades particulares, e o Programa

[14] Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/>. Acesso em: 20/05/2014.
[15] Diário de Campo da autora, em 13/02/2014.

Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, direcionado para os alunos do ensino médio. Essa modalidade de privatização, através de instituições públicas não-estatais, bem como a adoção de programas no formato Educação à Distância - EAD, fazem parte de um conjunto maior de medidas que visa o ajuste estrutural em resposta às pressões da globalização neoliberal.

Conforme Morrow e Torres (2004, p. 37),

> (...) devido aos obstáculos imensuráveis de levantar suficiente capital internamente, não há outra escolha senão adaptar-se a políticas que sistematicamente reduzem a capacidade dos governos de construir políticas educacionais que aumentem a igualdade educacional ou busquem desenvolver um grau de autonomia nacional no contexto da pesquisa e do desenvolvimento.

As políticas educacionais adotadas na última década - como mostram os exemplos citados - Bolsa-Creche, Prouni e Pronatec - poderiam ser entendidas como imposição do ajuste estrutural decorrente do processo de globalização. No entanto, a adoção de medidas adequadas ao ideário neoliberal, não se configura como imposição, mas antes como uma escolha.

O Estado, quando realiza parcerias com as instituições privadas da sociedade civil, para o atendimento à universalização da educação, transferindo para elas o fornecimento de serviços educacionais no formato "público não-estatal", coloca algumas dúvidas principalmente quando os parceiros escolhidos são empresários[16], que têm como objetivo a educação para o trabalho e adotam para a educação a lógica do mercado: competição, lucro, eficiência, eficácia, gestão de qualidade e meritocracia.

Rodriguez e Vieira (2012) discutem as formas de parcerias presentes no Estado contemporâneo, em análise dos modelos de parcerias presentes na oferta de FCP na Região Metropolitana de Campinas. Com relação às formas públicas não-estatais, ressaltam a

[16] Cabe elucidar este aspecto com uma fala da Profª Helena C. L. de Freitas "Todos sabemos que a atuação da sociedade civil organizada e sua participação na gestão pública democrática, postulada historicamente e materializada na LDB, não se confunde absolutamente com a organização de segmentos empresariais que se articulam para passar à Secretaria Municipal de Educação as suas idéias, na tentativa de interferir nas concepções educativas". Texto divulgado no blog da referida professora que homenageia os Professores da Rede Municipal de Campinas. Disponível em: <http://formacaoprofessor.com/2013/10/15/em-defesa-da-valorizacao-dos-professores/>. Acesso em: 03/08/2014.

complexidade de análise e a imprecisão de sua categorização, chamando a atenção para a necessidade de mais estudos nessa área.

Esses autores levantam algumas questões importantes sobre a definição da modalidade de parceria pública não-estatal.

> O que define esta modalidade? Pode definir-se pela característica da política implementada – se universal ou focalizada? Ou privilegiando as características de sua formulação e seu gerenciamento? Ou ainda, com relação ao processo decisório utilizado (participativo ou não)? Ou, simplesmente, pelo financiamento da política proposta? Por exemplo, a implementação de políticas do MEC por intermédio de ONGs, como acontece com o Instituto Airton Sena ou com o Instituto Alfa Beta, na RMC operacionalizando ambas as políticas de correção de fluxo escolar, porém, fazendo-se acompanhar por modelos de gestão e informação totalmente formatados pelo setor privado e de propriedade privada mercantil (ou não), é uma situação que impõe obstáculos à categorização usada para análise, desvendando suas imprecisões (RODRIGUEZ; VIEIRA, 2012, p. 87).

Nesse modelo em que o Estado vem fazendo a gestão das políticas públicas sociais, através de parcerias com segmentos empresariais para a sua execução, uma percepção que se tem é de que o Estado mantém o seu protagonismo, motivo pelo qual e de acordo com Afonso (2010, p. 1141), "não se pode afirmar que tenha vindo a prevalecer uma concepção neoliberal de sociedade civil, ainda que esta concepção esteja também muito presente".

Outro aspecto que se pode verificar é que o Estado de uma forma ou de outra sempre esteve presente no campo da educação.

> (...) o Estado nunca se retirou totalmente [do campo da educação], apesar de, em determinados momentos, os discursos da redução do papel do Estado e do incremento da privatização serem ideologicamente ardilosos e, também por isso, fortemente persuasivos (AFONSO, 2010, p. 1143-1144).

Essa persuasão para a privatização ou para a utilização da lógica e dos valores do mercado manifesta-se no Brasil, consoante com os preceitos da reforma do Estado da década de 90 e se difunde no interior do sistema educacional, mantendo-se inclusive nos Governos Lula e Dilma.

Ocorre que se o mercado pode deixar muitos fora dele - os que não podem consumir, os que não estão aptos à concorrência, os que são negros, as mulheres e portadores de necessidades específicas, por exemplo – o Estado não pode.

A adoção de medidas que privilegiam “resultados mensuráveis de avaliações oficiais generalistas, parciais, impressionistas" (ARROYO, 2010, p. 1383) repercute na produção de mais desigualdades e exclusões.

De acordo com Apple (2004, p. 48),

> Há evidências empíricas crescentes em todo o mundo de que o desenvolvimento de “semimercados” em educação levou à exacerbação de divisões sociais existentes com relação às questões de classe e raça. Existem hoje argumentos cada vez mais convincentes que, enquanto o suposto objetivo explícito dos planos de vales e de liberdade de escolha é dar aos pobres a liberdade de sair das escolas públicas, entre os efeitos finais a longo prazo podem estar a aumentar “a fuga dos brancos” das escolas públicas para as escolas privadas (...). O resultado é mais *apartheid* educacional, e não menos.

A questão da divisão de classe e de raça, dentro de uma economia e de um Estado capitalista, pode corroborar para situações como a citada pelo autor. Observa-se que esta estratégia está em consonância com a visão neoliberal de que o que é privado necessariamente bom. Por outro lado, existe o problema da fuga dos brancos (e das classes média e alta) das escolas públicas para as privadas. Nesse caso a crise fiscal pode ser agravada, uma vez que os pais podem se negar a pagar impostos pela opção de não querer sustentar a escola pública já que terão despesas pagando mensalidades (APPLE, 2004).

Afonso (2010, p. 1144), utiliza a expressão *quase mercado* ou *semi-mercado*,

> como referência genérica que inclui todas as formas possíveis em que esteja em desenvolvimento uma qualquer alteração, mais ou menos radical, nas lógicas públicas e estatais de provisão, financiamento e organização da educação escolar.

Considerando a definição dada pelo autor, entende-se que a educação pública no Brasil pode ser classificada dentro da concepção de *quase-mercado*, uma vez que tanto a provisão, quanto o financiamento e a organização escolar não são mais apenas de responsabilidade direta do Estado, mas reguladas por ele.

Percebe-se que estas situações vão sendo naturalizadas, como se não houvesse um outro caminho, uma vez que ainda não se assistiu a transformações nesse sentido, pelo contrário, medidas como as citadas nos exemplos acima têm sido intensificadas, incorrendo em mais desigualdade social, e a qualidade dessas políticas é no mínimo questionável pela adoção de um viés gerencialista.

Nesse sentido a mídia é uma ferramenta poderosa, pois auxilia na divulgação dessa forma de pensar neoliberalizante, como a única visão de mundo capaz de resolver os problemas da sociedade, da economia e do Estado e não como uma das possíveis visões de mundo.

1.3.3 - A descentralização e o novo gerencialismo: impactos na educação

Conforme discussão do tópico anterior pode-se ver como a ideologia neoliberal afeta as políticas educacionais. A adoção da lógica e dos valores do mercado é visível no novo gerencialismo educacional, levando à condição de *quase-mercado* (AFONSO, 2010).

A redução do Estado em relação às políticas educacionais pode ser desastrosa, porque abre espaço, como discutido acima, para a inserção de atores cujos ideais de participação podem ir em direção contrária à efetivação dos direitos sociais.

Nesse sentido, Frigotto (1997, p. 80-83), ao discorrer sobre a "dilatação da esfera pública", sinaliza três aspectos fundamentais: a) a incapacidade do mercado de "democraticamente atender direitos como o da educação, saúde e habitação" e os efeitos perversos e violentos do abandono pelo Estado desses direitos; b) como a descentralização e a municipalização do ensino constituem formas autoritárias e antidemocráticas de gestão educacional, além da abertura para a participação do setor privado no setor público, reduzindo as possibilidades de articulação entre as esferas federativas para um projeto unitário e orgânico de educação; c) como o estreitamento do caráter público da educação deu abertura ao "cerco empreendido pelos homens de negócios" sobre o ensino técnico e a formação profissional.

A descentralização e a municipalização das matriculas do Ensino Fundamental foi uma providência que teve como pressupostos a divisão de responsabilidades entre esferas, a redução das obrigações e despesas do Estado e como fundamento assegurar maior eficiência administrativa.

Para Farenzena e Marchand (2013, p. 797)

> Na atual LDB, a divisão de responsabilidades em face ao dever do Estado para com a educação e a instituição de mecanismos de redistribuição de recursos configuram uma organização descentralizada. Mas a

> centralização ainda persiste, sobretudo em processos de avaliação de larga escala e no estabelecimento de normas e de diretrizes de caráter nacional.

Observam-se dois movimentos: o de descentralização de responsabilidades e recursos e o movimento de centralização do controle. Este fato aponta para um desequilíbrio de responsabilidades e de poder entre esferas, o que a princípio fere o regime de colaboração intergovernamental, proposto pelo pacto federativo, "princípio gravado na Constituição Federal e na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) como fundamento das responsabilidades e das relações entre sistemas de ensino e entre governos no setor da educação" (FARENZENA; MARCHAND, 2013, p. 797-798).

Em decorrência do processo de descentralização das políticas públicas, iniciado no Brasil nos anos 80 através do pacto constitucional de 1988, que ganhou consistência nos anos 90, com a Reforma do Aparelho do Estado, a descentralização do Estado brasileiro ocorre, essencialmente, segundo Rodriguez (2002), em relação ao aparelho de proteção social. O setor educacional sofre uma profunda transformação ganhando outros contornos e outro território: a municipalização do ensino. Conforme esse autor, “O Brasil viveu, no inicio dos anos 90, vários processos de descentralização estaduais seguindo a tendência, já forte na época, da municipalização dos serviços educacionais” (RODRIGUEZ, 2002, p. 46).

O PDRAE, na década de 90, define objetivos e diretrizes para assegurar maior eficiência à administração pública brasileira, o que inclui mudanças nas formas de financiamento, na gestão e nos âmbitos de decisão relativa às políticas sociais, em especial, à política educacional.

É nesta perspectiva, que:

> O Brasil implementou, a partir de meados dos anos 1990, um dos processos de descentralização educacional mais significativo do continente latino americano. Essencialmente um processo de municipalização das matriculas, entre 1999 e 2006 mais de 5 milhões de matriculas foram transferidas de outras instâncias administrativas para o município. Este processo combinado com as características assumidas pelo federalismo brasileiro, pós-assembléia Constituinte de 1988, terá várias consequências para o sistema educativo do país. Consequências que se refletem na qualidade do processo de ensino aprendizagem, na qualidade das condições institucionais e dos recursos humanos do sistema (RODRIGUEZ; VIEIRA, 2012, p. 70).

Junto com o pacote da descentralização dos serviços educacionais, providências foram articuladas com o objetivo de elevar a qualidade da educação básica, compromisso firmado pelo Brasil em Jomtien, 1990, e Nova Delhi, em 1993. Pode-se mencionar, que uma mudança marcante "envolveu um afastamento significativo da ênfase em administração e políticas para uma ênfase em gestão" (PETERS et al., 2004, p. 77).

Esse deslocamento ocorrido na gestão tem suas bases e princípios no "novo gerencialismo" (PETERS et al., 2004; BALL, 2005; GERWITZ; BALL, 2011) e vai interferir diretamente no conjunto das políticas educacionais, exatamente porque ao objetivar assegurar maior eficiência e qualidade na educação, a nova gestão pública cria mecanismos para monitorar esta eficiência e

> funciona como uma tecnologia de governança emergente e cada vez mais racionalizada e complexa, que opera em diversos níveis: o individual (do estudante autogerido e o professor), sala de aula ("técnicas de gestão de sala de aula"), o programa acadêmico (com a promoção dos objetivos da autogestão) e a escola ou instituição educacional (PETERS et al., 2004, p. 78).

Essa tecnologia de governança[17], que opera nos diversos níveis do sistema educacional, vai conformando um todo entrelaçado – política, gestão e ensino - onde a coesão deixa de ser uma escolha para se transformar numa imposição exógena.

De acordo com Costa (2009, p. 46), existe uma relação imbricada entre política, gestão escolar e qualidade do ensino. Para esse autor,

> (...) diversos aspectos da gestão organizacional da escola – tais como a adoção de determinadas concepções organizacionais, o ambiente, a visão e as expectativas partilhadas, os processos de planificação e monitoramento utilizados, os procedimentos de gestão adotados, as relações estabelecidas com os contextos locais (em particular a implicação das famílias nos processos educativos), o tipo de recrutamento e de formação de professores e dos responsáveis mais diretos pela gestão (de topo e intermédia), o perfil e os modos de exercícios de liderança, entre muitos outros – tem repercussões nos processos pedagógicos e, portanto,

[17] O autor trabalha com o conceito de governança como tecnologia, a partir da noção de governamentalidade foulcautiana. Um aprofundamento do conceito está em Peters et al. (2004), e Ball (2013). Outra fonte que possui vários artigos sobre o conceito de governamentalidade e sua utilização no contexto educacional atual é a Seção Temática: Governamentalidade e Educação, da Revista *Educação & Realidade*, publicada no v.34, n.2, em 2009.

> interferem no desempenho dos diversos intervenientes escolares e na qualificação das aprendizagens educativas.

Portanto, pode-se dizer que o modo como cada um desses três elementos interatua no conjunto – política educacional, gestão escolar e qualidade do ensino – interfere diretamente nos outros dois. Dito de outro modo, a maneira como a política educacional é formulada e, principalmente, implementada – sua concepção de homem, de educação, seus princípios e valores, seus programas, objetivos e proposta de avaliação - determina o modelo e as práticas da gestão no interior da escola e esta, por sua vez repercute nas práticas pedagógicas e nos resultados do ensino.

Considerando os elementos dessa complexa estrutura, compreende-se que "determinadas práticas de gestão poderão ser favoráveis à qualidade das práticas educativas e à aprendizagem dos alunos e outras não" (COSTA, 2009, p. 46).

Leva-se em conta também, que as práticas de gestão da escola pública no âmbito local e/ou subnacional, consolidam-se mediante as normas definidas pelas orientações do governo nacional.

Segundo Gewirtz e Ball (2011, p. 196), existem dois tipos ideais de discursos sobre a gestão escolar. Um deles está enraizado no "bem-estar-social" e o outro no "novo gerencialismo".

Para esses autores, as práticas de gestão mudam de perspectiva quando posicionadas num ou noutro modelo e destacam que

> Dentre os discursos mais populares relacionados à educação no Estado de Bem-Estar Social, desde fins dos anos 1960 estão aqueles que giram em torno de compromissos ideológicos com igualdade de oportunidades, valorização de todas as crianças por igual, relações de igualdade e apoio, acolhimento, concepção centrada na criança, escola não seletiva, assimilacionismo, multiculturalismo, antirracismo, respeito à diversidade sexual, práticas não sexistas, desenvolvimento de cidadãos críticos, participação democrática e transformação social (GEWIRTZ; BALL, 2011, p. 198).

A prática de gestão enraizada no Bem- Estar Social tem como base o respeito e a valorização a todas as crianças, a inclusão social e o respeito às diferenças, pois diz não à seletividade e sim à igualdade de oportunidades, e defende uma concepção de gestão e participação democráticas como um dos pilares para a transformação social. A gestão, neste

caso, “envolve um *estilo* de direção (ou forma de gerenciar)” (GEWIRTZ; BALL, 2011, p. 197).

Em contraposição a este “velho” modelo de gestão educacional, está o modelo do novo gerencialismo. O novo gerencialismo tem se apresentado como um dos mecanismos centrais da reforma política no Brasil, expressando-se em todos os setores da economia nacional e da administração estatal.

Para Clarke, Cochrane, McLaughlin (1994, p. 4) *apud* BALL (2005, p. 544),

> o gerencialismo tem sido o principal meio pelo qual a estrutura e a cultura dos serviços públicos são reformadas...[e]... Ao fazer isso, busca introduzir novas orientações, remodela as relações de poder e afeta como e onde são feitas as opções de políticas sociais.

O novo gerencialismo não só afeta as relações de poder, mas tem o papel fundamental de “destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos” (BALL, 2005, p. 545).

Proclamada como meta, a qualidade do ensino, dentro da nova gestão pública, tem o poder de gerenciar através da governança todos os espaços – do macro ao micro: sistemas nacionais, subnacionais, regionais e municipais chegando a adentrar a instituição escolar e a sala de aula. Mas para que isso aconteça, necessita de um sistema educacional bem aparelhado tecnologicamente, amparado legalmente e com um ministério da educação fortemente organizado.

Com esse propósito, o Brasil – ainda que com tantas desigualdades sociais e educacionais nos âmbitos regionais – vem se concentrando diligentemente na consolidação de um sistema único criando estratégias avaliativas, programas e mecanismos de controle e medição, estabelecendo metas universalizadas que possam ser gerenciadas à distância e seus resultados disponibilizados com transparência para todos.

O sistema educacional brasileiro reúne hoje um conjunto de medidas, que tem seu marco no final da década de 80, direcionadas para “o ensino fundamental” que “foi a etapa da escolarização básica para a qual grande parte das políticas públicas educacionais e dos esforços governamentais convergiram sob os ditames da Carta Constitucional Brasileira de 1988” (FREITAS, 2013a, p. 37).

Esse conjunto de medidas, projetadas pela agenda da reforma para a gestão da educação básica, vem sofrendo continuidades e transformações, como rupturas oriundas de compromissos internacionais e das orientações introduzidas pelas diferentes gestões presidenciais ocorridas no Brasil, desde o final dos anos 80.

O Quadro 1, a seguir, apresenta um resumo dos principais marcos institucionais, compromissos internacionais assumidos, políticas educacionais e gestões, bem como os principais arranjos regulatórios expressos nos sistemas de avaliações e monitoramentos criados para a garantia da qualidade da educação básica brasileira.

Quadro 1 – Panorama da educação básica no Brasil de 1988 a 2012: marcos institucionais, compromissos assumidos e sistema de monitoramento[18].		
ANO/GESTÃO	**Marco institucional e compromissos assumidos no/pelo Brasil**	**Condições criadas pelo MEC, para o monitoramento da educação no Brasil.**
1988 José Sarney de Araujo Costa (1985 a 1990)	Constituição Brasileira de 1988 – Constituição Cidadã - Propõe aos sujeitos historicamente excluídos o direito à educação e a valorização dos profissionais da educação.[19]	- Estudos avaliativos esparsos. Ao longo da década de 80, houve "recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) relativas à melhoria da qualidade do ensino e aumento de pesquisas focadas no efeito escola e na eficácia escolar" (FREITAS, 2013b:71). - SAEP - Sistema de Avaliação do Ensino Público de Primeiro Grau
1990 Fernando Collor de Melo (1990-92)	Brasil participa e assume compromisso internacional na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia.	
1993 Itamar Franco (1992 a 1994)	- Plano Decenal de Educação Para Todos com vigência prevista para 2003, compromisso firmado em Jomtien em 1990. - Nova Delhi - Conferência Mundial de Educação para Todos, com a presença dos nove países em desenvolvimento com maior contingente populacional[20]	- Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sistema utilizado até 2002 para avaliar a educação básica no Brasil.
1994		- SAEB – Objetivava desenvolver uma cultura avaliativa, informar desempenho dos estudantes e resultados nos sistemas educativos (FREITAS, 2013b)

[18] A maioria das informações contidas nesse quadro-resumo está referenciada em FREITAS, D. N. T. (2013a) e GENTILINI (2013). Quando do contrário, as fontes serão devidamente citadas em notas de rodapé e explicitadas na lista de referências ao final do texto.

[19] É a sétima Constituição do Brasil e a "mais extensa de todas em matéria de educação, sendo a educação detalhada em dez artigos específicos (arts. 205 a 2014) e figurando em quatro outros dispositivos (arts. 22, XXIV, 23, V, 30, VI, e art. 60 e 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (VIEIRA, 2007, p. 29).

[20] Indonésia, China, Bangladesh, Brasil, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Índia (DAVIS et al., 2011b, p. 30).

Continuação Quadro 1:

ANO/GESTÃO	Marco institucional e compromissos assumidos no/pelo Brasil	Condições criadas pelo MEC, para o monitoramento da educação no Brasil.
1995 Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002)	- Plano Estratégico – com validade de três anos, objetivava a implementação das metas do Plano Educação para Todos.	- SAEB passa a ser bienal e tem caráter amostral.
1996	- Lei nº. 9394/96 – Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional[21]. - FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, instituído pela Emenda Constitucional de nº 14/1996, regulamentado pela Lei 9.424/96 e pelo Decreto nº 2.264/97[22].	
1997		- Constituição do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - autarquia ligada ao MEC.
1998	- FUNDEF – vigorou de 1998 a 2006.	- ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio tem por objetivo avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica[23].
2000	- Metas do Milênio para a Educação - Dakar – Brasil participa e firma compromissos internacionais de cumprimento das metas estabelecidas.	
2001	- PNE – Plano Nacional de Educação com vigência plurianual, conforme exigência da Constituição Federal/88, passando a ser decenal a partir da EC 59/2009.	
2002		ENCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, para jovens e adultos residentes no Brasil e no Exterior[24].

[21] A nova LDB institui prazos para a formação dos professores em nível de graduação e toma medidas, através do oferecimento de cursos de graduação aligeirados, no formato EAD.
[22] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/mo.pdf>. Acessado em: 26/11/2013.
[23] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/mo.pdf>. Acessado em: 26/11/2013.
[24] Instituído pela Portaria n.º 2.270, de 14 de agosto de 2002. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2002/portaria2270.pdf>. Acessado em: 02/08/2014.

Continuação Quadro 1:

ANO/GESTÃO	Marco institucional e compromissos assumidos no/pelo Brasil	Condições criadas pelo MEC, para o monitoramento da educação no Brasil.
2005 Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010)		- O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, neste período passa a ter como objetivo avaliar a qualidade do ensino por meio da Prova Brasil e permitiu ao governo federal acrescentar à avaliação dos sistemas educacionais a avaliação do desempenho das escolas públicas urbanas de ensino fundamental (FREITAS, 2013b, p. 74). - Criação da Prova Brasil através da Portaria 931, de 21 de março de 2005[25]
2006	- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, criado pela EC nº53/2006.	
2007	- Criado o FUNDEB - regulamentado pela Lei nº. 11.494/2007 e pelo decreto nº 6.253/2007 em substituição ao Fundef que vigorou até 2006. - PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação Básica[1]. Uma das metas do plano era a de que o Brasil chegasse à qualidade do ensino na Educação Básica (média 6.0) em 2021. - PAR – Plano de Ações Articuladas - adesão dos municípios ao Par, garante repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nova ferramenta criada pelo INEP para monitorar as metas fixadas pelo Plano de Metas, citado abaixo. - Com o Ideb, propõe-se o Plano de Metas "Compromisso Todos pela Educação", conforme art. 1º do Decreto nº 6.094/2007. - Provinha Brasil – avaliações periódicas em classes de alfabetização. Foi instituída por meio da Portaria Normativa/MEC nº 10 de 2007. - Autoavaliação "induzida no contexto do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola), instituído no âmbito MEC e do FNDE, pela Portaria Normativa n. 27 de 21/06/2007.

[25] A Prova Brasil foi criada em 2005, a partir da necessidade de tornar a avaliação mais detalhada, em complemento à avaliação já feita pelo SAEB. A avaliação expande o alcance dos resultados porque oferece dados não apenas para o Brasil e unidades da Federação, mas também para cada município e escola participante.Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/exames-nacionais/317-SAEB-e-prova-brasil.html> e <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_SAEB/legislacao/Portaria931_NovoSAEB.pdf>. Acessado em: 02/08/2014.

ANO/GESTÃO	Marco institucional e compromissos assumidos no/pelo Brasil	Condições criadas pelo MEC, para o monitoramento da educação no Brasil.
2010	- 1ª CONAE – Conferência Nacional de Educação	- Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente, instituído pelo MEC/INEP, por meio da Portaria Normativa nº 14, de 21/05/2010.
2012 Dilma Roussef (2011 a 2014)	Pacto Nacional pela Avaliação na Idade Certa - PNAIC	- Provinha Brasil passa a ser uma referência para o PNAIC.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das referências citadas.

O quadro apresenta algumas das mudanças mais marcantes no período estudado.

Fazer uma análise detalhada das mudanças ocorridas de 1988 até 2012, não é o objetivo desse trabalho no momento. No entanto, cabem algumas reflexões e apontamentos uma vez que no conjunto, tanto os marcos institucionais como os compromissos assumidos internacionalmente e os mecanismos criados pelo MEC, constituem um sistema estruturado por meio do qual o Estado brasileiro realiza a gestão e o monitoramento do sistema educacional, buscando o primado da qualidade do ensino, o qual irá intervir diretamente na formação dos professores.

Evidencia-se um estreito "vínculo entre os arranjos institucionais e criação de condições para o monitoramento do desenvolvimento do ensino fundamental", como observa Gentilini (2013, p. 56).

É possível observar, a partir do Quadro I, que no governo Itamar Franco se inicia a criação de mecanismos de monitoramento, visando à constituição de uma cultura avaliativa que pudesse acompanhar o desempenho dos estudantes. Esses mecanismos vão ser aperfeiçoados nos governos FHC e Lula de maneira a se adequarem às orientações do BM e aos compromissos assumidos pelo Brasil nas Conferências de Jomtien (1990) e Dakar (2000).

Nos governos FHC são constituídos os marcos institucionais e os mecanismos de avaliação mais adequados às orientações neoliberais oriundas dos organismos bilaterais. É possível perceber que, nesses governos, se realizou a montagem de um sistema focado no Ensino Fundamental que relacionava descentralização, metas a serem alcançadas pelos municípios, mecanismos de avaliação e financiamento (Fundef).

Os arranjos institucionais foram conformando uma estrutura de avaliação e monitoramento que chega ao seu ponto mais elevado em 2007, no governo Lula com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, para monitorar os índices fixados pelo Plano de Metas "Compromisso Todos pela Educação".

Foi, portanto, durante os dois governos do presidente Lula, que foram aprofundados e sofisticados os instrumentos de monitoramento e avaliação da educação (ABRÚCIO, 2011), de modo a permitir uma avaliação do desempenho das escolas públicas, ampliando o foco e os recursos financeiros para toda a educação básica com a instituição do Fundeb. Além disso, com o aprimoramento dos mecanismos de avaliação, observa-se uma tendência de maior centralização do controle no governo federal sobre as metas e resultados da educação básica.

Apesar de ter adotado um conjunto de políticas sociais na contramão das orientações neoliberais, no que diz respeito à política educacional, o governo Lula manteve uma linha de continuidade com os princípios gerenciais, presentes nos mecanismos de avaliação e no sistema de financiamento que colocam seu foco fundamentalmente nos resultados.

Coerente com esta linha de continuidade, os mecanismos de monitoramento, avaliação e gestão, perpassam todos os níveis do sistema educacional, a começar com as secretarias municipais de educação (PAR), as escolas (PDE-Escola), os alunos (IDEB, Provinha Brasil, Prova Brasil, Enceja, Enem) e mais recentemente, os Professores (Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente, instituído pelo MEC/INEP). Nada mais escapa ao "novo gerencialismo" adotado como política de gestão da educação no Brasil.

O ano de 2007 traz duas marcas importantes: uma é a instituição do IDEB e a outra, é que este foi o ano determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394, promulgada em 1996, como prazo final para a certificação em nível superior de todos os/as professores/as em exercício.

A lei, em seu art.67, inciso II, aponta que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes aperfeiçoamento profissional continuado e, inclusive, o direito de licenciamento periódico remunerado, para este fim (BRASIL, 1996).

Comporta aqui uma questão: será que foi uma coincidência a instituição do Ideb justamente no ano em que todos os/as professores em exercício no Ensino Fundamental deveriam ter concluído a formação em nível superior? As formações aligeiradas que ocorreram foram no intuito de preparar os professores para darem conta das metas fixadas?

A avaliação dos resultados que vem sendo feita no país, através de instrumentos como o SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, a Prova Brasil e o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, faz parte desse conjunto de orientações e informa as políticas de formação continuada que tem como objetivo sanar o déficit da educação brasileira, elevando os índices de aprendizado dos alunos do ensino básico.

No centro de todo esse processo, os municípios se veem com a responsabilidade de criar mecanismos que deem conta das novas tarefas e demandas, como a transferência das matrículas do ensino básico e os bons resultados que são verificados a partir das médias apontadas pelos instrumentos de avaliação. No pacote das novas demandas direcionadas aos municípios inserem-se os Programas de Formação Continuada dos Professores - FCP.

É nesse contexto, portanto, que a FCP ganha notoriedade e passa a ser realizada por meio de arranjos os mais diversos, numa perspectiva nunca antes vivenciada na história da educação nacional (RODRIGUEZ; VIEIRA, 2012).

Os municípios, desde o início da descentralização das matrículas, vêm buscando formas de responder aos desafios colocados pelas metas das avaliações e a formação continuada de seus/suas professores/as coloca-se como importante elemento nessa complexa engrenagem que relaciona eficiência na gestão, metas a serem alcançadas e avaliação dos resultados.

O deslocamento do eixo da aprendizagem para o eixo dos resultados, preconizado pelo novo gerencialismo, coloca em questão a performatividade dos/das professores. Os/as professores/as são os/as profissionais que diretamente respondem pelos resultados pretendidos pelas metas colocadas pelo IDEB, ainda que não corresponda a essa responsabilidade, condições materiais de trabalho.

Um exemplo dessa situação pode-se verificar na RMC, aonde cada um de seus dezenove municípios[26] vem se organizando para dar conta do desafio da FCP.

Em 2011, foi realizada uma pesquisa on line, GPPE, coordenada pelo Prof. Dr. Vicente Rodriguez, para fazer um levantamento da Formação Continuada na RMC.

Apresenta-se abaixo, uma síntese dos resultados dessa pesquisa (ALVES; OLIVEIRA, 2013):

- Doze municípios (63%) responderam às perguntas enviadas por meio do formulário eletrônico;
- Quatro destes municípios (21%) possuem Centros de Formação. São centros muito diferentes, com histórico de criação, tempo de "vida" e estrutura diferenciados;
- Campinas se destaca por possuir um centro de formação com origem na década de 1980, com data institucional desde 1996. Esse processo histórico destaca Campinas em relação à história da FCP no território da RMC;
- Quanto ao aspecto da estrutura de oferta de cursos na RMC, a pesquisa mostra que 75% das Secretarias Municipais de Educação organizaram alguma formação por conta própria em 2011, nas modalidades de oficinas e cursos de curta duração, em salas das escolas ou em espaços das próprias SME;
- Em cinco municípios, todos com menos de 50 mil habitantes, mais de 50% da FCP foi ofertada em parcerias com o setor privado,;
- Os dados revelam que as cidades com mais de 100 mil habitantes, que possuem Centro de Formação com programas organizados e bem estruturados com diretrizes definidas, realizam poucas parcerias com o setor privado.

Desses dados, depreende-se que as parcerias do setor público com o setor privado ocorreram em maior ou menor grau em todos os municípios. Essa abertura para as parcerias com o setor privado estão respaldadas na flexibilização institucionalizada em dois marcos importantes,

[26] A Região Metropolitana de Campinas é composta pelos seguintes municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (GPPE, 2011).

> A Constituição Brasileira e, posteriormente, a LDB definiram o que seriam os grandes princípios a nortear a Gestão da Educação no Brasil que são os da *descentralização educacional, da gestão democrática* e da *flexibilização* de organização e funcionamento dos sistemas educacionais nas três instâncias da federação (União, Estados e Municípios) que deveriam, então, reorganizar seus respectivos sistemas de ensino em função daqueles princípios e preparar e qualificar os quadros da administração direta e indireta da educação para atuarem dentro dos novos marcos institucionais (GENTILINI, 2013, p. 16, grifos do autor).

Para atender aos novos marcos institucionais e qualificar os professores, os municípios buscam soluções fora da esfera pública e optam pela transferência para instituições privadas (Fundações, ONGs etc.) de parte da execução das políticas educacionais, conforme já discutido anteriormente.

Como o setor privado trabalha basicamente com resultados (para a obtenção de lucros) e utiliza-se das ferramentas gerenciais, como a qualidade total, para alcançar suas metas e resultados, através do treinamento dos gerentes de processos, essas parcerias parecem colaborar para que os municípios possam atingir com mais facilidade suas metas.

Dada essa característica própria da administração empresarial, não seriam os professores influenciados por esse modelo? E, não seriam os alunos, que não correspondem aos resultados esperados excluídos do processo, como o são os gerentes que não conseguem atingir as metas da empresa? O que dizer dos professores que não conseguem ensinar os alunos a darem as respostas esperadas nos testes padronizados?

As parcerias com empresas educacionais e outras instituições privadas levam muito do dinheiro público que poderia ser investido em formação com qualidade para os professores, em cursos bem fundamentados, privilegiando espaço de discussão da prática pedagógica e das teorias que a embasam, objetivando a atualização profissional e, também, a consciência profissional cidadã.

A descentralização das matrículas e a consequente responsabilidade pela formação continuada dos professores foi um processo que pegou muitos municípios da RMC - Região Metropolitana de Campinas, sem preparo para tal tarefa. Ainda assim, o esforço pode ser considerado grande. Os doze municípios que participaram da pesquisa online, citada acima, no conjunto realizaram 257 cursos de formação continuada em 2011 com e/ou sem parcerias.

Desse montante, 16 cursos (6.2%) em parceria com a esfera estadual; 20 cursos (7.8%) em parceria com a esfera federal; 30 cursos (11.6%) em parceria com a esfera privada e 191 cursos (74%) foram realizados sob a responsabilidade das SMEs[27] (GPPE, 2012).

Mesmo os municípios com experiência em FCP, tiveram que agilizar seus programas, pressionados pelos indicadores de baixo desempenho colhidos pelo INEP. Os municípios pequenos, sem experiência com formação de professores e pressionados pelo condicionamento das verbas aos resultados, ainda não encontraram alternativas fora da parceria com o setor privado.

Consolidam-se assim, sob a égide do pensamento neoliberal, os discursos de que o Estado é ineficiente e a iniciativa privada competente. Com o processo de descentralização e de flexibilização da gestão das políticas públicas, as agências de assessorias educacionais privadas invadem cada dia mais os espaços públicos de educação fazendo uma ocupação privilegiada em detrimento e em desrespeito à capacidade qualificada das secretarias municipais de educação e de seus professores[28].

Pode-se dizer que com os mecanismos de monitoramento criados sob a coordenação do MEC, a gestão da educação está assegurada através do "controle à distância" (BALL, 2011).

---

[27] Secretarias Municipais de Educação.

[28] Registramos que essa invasão das agências do setor privado na educação pública tem sido duramente combatida pelo **Coletivo de Educadores da Cidade de Campinas**, movimento do qual tivemos a oportunidade de acompanhar algumas das reuniões que tiveram como propósito a discussão e a elaboração de estratégias de resistência. A Prefeitura de Campinas em fevereiro de 2013, firmou uma parceria com o projeto Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, da Comunitas, "a fim de desenvolver estudos e ações para otimizar os investimentos em políticas públicas, em princípio nas áreas de saúde e educação, consideradas prioridade nesta administração" (ver: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=17468). O Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, projeto da Comunitas, conta com a *expertise* da Falconi Consultores de Resultados, para o desenvolvimento de seu projeto gerencial na Educação de Campinas, atuando com duas frentes: a) padronização do currículo e instituição de pagamento por mérito aos professores que conseguirem alcançar os resultados proposto pela meta. O movimento do Coletivo de Educadores utiliza como instrumento de resistência à Comunitas/Falconi, o diálogo com professores e gestores nas escolas, atos públicos, carta aberta, moção de repúdio, abaixo assinado. O movimento também contou com o apoio da Faculdade de Educação da Unicamp que promoveu o Fórum "Gestão Pública da Educação" promovido pela Faculdade de Educação da Unicamp, realizado no início de novembro de 2014. Sobre o movimento Coletivo de Educadores da Cidade de Campinas, a parceria Campinas/Comunitas, a Comunitas e a Falconi ver, respectivamente: <https://pt-br.facebook.com/coletivodeeducadores>,<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=17468>,<http://projetoscomunitas.org.br/cms/noticias/juntos-pelo-desenvolvimento-sustentavel>, <falconi.com/quem-somos/o-metodo-pdca/#sthash.BOXcaoPE.dpuf>. Acesso em: 15/06/2014.

Carnoy (2002, p. 76-77), ao avaliar o impacto da descentralização sobre a educação, nos países que aderiram às reformas de cunho neoliberal, aponta que

> Segundo a opinião dos reformadores, o ensino será de melhor qualidade se as autoridades educativas locais se sentirem – e forem julgadas – responsáveis pelas tarefas educativas. A descentralização está, portanto, catalogada como uma reforma que aumenta a produtividade da educação e, por isso mesmo, contribui de maneira significativa para aperfeiçoar a qualidade dos recursos humanos de uma nação, respondendo melhor às necessidades dos pais e conferindo às autoridades locais uma maior autonomia de decisão no campo da educação.

Na era da globalização, o trabalho dos professores e a própria profissão docente sofre grande interferência, uma vez que os acordos realizados entre o Brasil e os agentes multilaterais, bem como a abertura da gestão das políticas educacionais ao chamado 3º setor, mediados pelos projetos de inserção dos países no mercado global e sob influência da lógica neoliberal e do novo gerencialismo, influenciam os planejadores das políticas educacionais, produzindo alguns deslocamentos de foco.

Esses deslocamentos poderiam ser traduzidos nas questões: foco nos resultados ou no aprendizado? Foco na inclusão ou na promoção de mais exclusões, direcionando as matrículas de quem não aprende na idade certa, para o EJA? Foco no desenvolvimento do papel profissional dos professores ou nas técnicas e procedimentos, para conseguirem boas médias nas avaliações institucionais? Foco na autonomia das escolas para melhorar a qualidade da educação ou na redução dos gastos?

Ao fazer uma análise dos resultados da descentralização em vários países, Carnoy (2002, p. 79) aponta suas reais motivações.

> (...) a razão principal da descentralização nem sempre consiste em outorgar uma autonomia maior aos professores ou à escola, mas exercer um controle mais vigilante sobre suas atividades, um grande número dessas reformas não são motivadas pelo desejo de aumentar a produtividade da educação, mas pela necessidade de limitar a responsabilidade financeira e administrativa do Governo central em relação ao ensino primário e secundário.

Gewirtz e Ball (2011, p. 31), corroboram com a discussão em torno da questão da autonomia, quando na abordagem que realizam sobre as características da nova civilidade,

observam "O novo cidadão é animado por e articulado às concepções de liberdade de Hayek, 'da liberdade de' mais do que da 'liberdade para'".

Nesse sentido, aos professores ficaria a "liberdade de" seguir os programas, os objetivos e as orientações planejadas dentro do sistema público, mas não a 'liberdade para' opinar, discutir, dialogar, refletir, pensar e construir junto ao coletivo de profissionais das escolas, práticas que possam resultar em aprendizagens e não somente em resultados estimados.

À "liberdade de" vinculam-se os aportes legais e os marcos institucionais, apresentados no quadro acima e as interferências do "controle à distância" (GEWIRTZ; BALL, 2011, p. 24).

Os sistemas de avaliação implementados no Brasil, e em vigor atualmente, são um exemplo desse controle, funcionando pois, como espaço de inserção da competitividade, da responsabilização (*acountability*) e da performance – pelo novo gerencialismo - nas relações de trabalho dos/das docentes (GEWIRTZ; BALL, 2011).

A concepção ideológica que orienta os atuais planejamentos educacionais, tanto num contexto mundial como no contexto brasileiro, parece estar ancorada numa concepção comtiana, na qual a tarefa de pensar racionalmente cada etapa dos programas e os resultados pretendidos cabe aos planejadores, ficando aos professores a tarefa de executar o passo – a – passo proposto pelas orientações contidas nos referenciais que saem prontos do Ministério da Educação.

Friedmann (2006, p. 16), ao tratar das tradições de pensamentos que formaram os planejadores coloca as influências das ideias de Comte e o modo como ele concebe o planejamento:

> Duas coisas merecem ser assinaladas (...). A primeira e mais importante é que há uma rígida divisão funcional do trabalho entre planejadores-teóricos de um lado e administradores práticos de outro, ou na linguagem militar uma divisão entre o pessoal e a linha de frente.

O problema que se coloca, é que os que estão posicionados como "pessoal" ou administradores práticos, na atual conjuntura educacional brasileira, são os profissionais da educação – gestores/as escolares, especialistas e os/as professores/as - enquanto o MEC assume a linha de frente, o planejamento teórico.

Outro aspecto a ser enfatizado é que diante das demandas colocadas pelas avaliações nacionais o ambiente entre professores e escolas é caracterizado pela competição, o que levará "à diminuição da possibilidade de colaboração entre estes" (FREITAS, 2012, p. 390).

Finalizando este tópico, verificamos as motivações que levaram o Brasil e outros países ao processo de descentralização bem como a influência da globalização neoliberal sobre as estratégias de reforma educacional que privilegiam a avaliação e os resultados em detrimento do processo pedagógico e que submetem os/as docentes a uma liberdade vigiada. Nesse sentido e conforme discussão que será realizada no Capítulo II, os Centros de Formação podem ser considerados como espaços que contribuem para a competição, uma vez que a participação nos cursos ofertados está condicionada à pontuação concedida pela certificação – sendo necessário que os docentes frequentem os cursos para terem melhores posições e pontuações - e, ao mesmo tempo, os CF também podem ser considerados como um mecanismo onde é possível controlar a formação e a participação dos/das docentes.

O novo gerencialismo impacta, portanto, fortemente nas políticas educacionais e, consequentemente, na Formação Continuada dos Professores.

As ferramentas de controle, o modelo e a concepção do novo gerencialismo, ao propagar a competição e a meritocracia transformam a educação em produto e o/a professor/a em executor/a responsável pela qualidade desse produto, desconsiderando as subjetividades do processo educativo e provocando o esvaziamento dos sentidos que animam a docência para uma escola pública e uma educação pautada na justiça e na equidade.

Nesse sentido, a educação pública também se esvazia de seu sentido enquanto política de proteção social. O justo direito a uma educação de qualidade para todos/as, ainda luta pelo seu espaço, pela sua concretização.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS: concepções, lócus e programas

Conforme discussão do capítulo anterior, a descentralização da responsabilidade pela educação para as escolas e professores no plano municipal, como é o caso do Ensino Fundamental, envolve a criação e definição de mecanismos de controle à distância, bem como uma intensa agenda de Programas de Formação Continuada organizada e preparada pelas Secretarias Municipais de Educação, medidas que visam corresponder às metas propostas pelo governo nacional.

Nesse capítulo realizamos uma discussão com a literatura sobre os conceitos e as concepções, bem como sobre as dimensões e diretrizes que vem orientando a formação continuada de professores. Busca-se, identificar que concepção de FC vem orientando o trabalho dos Centros de Formação.

Inicialmente, faz-se necessário retomar alguns aspectos da formação inicial – considerada nesse trabalho como a formação que o docente adquiriu no curso de graduação – que incidem nas concepções que orientam as propostas de FCP.

A redemocratização da escola pública na década de 90 no que tange à ampliação da oferta de vagas e ao acesso colocou em cheque as reais possibilidades das escolas atenderem bem os alunos, bem como, a qualidade do trabalho dos docentes (DAVIS et al., 2011a), conforme se viu no Capítulo I.

Gatti e Barreto (2009, p. 201), sinalizam também que

> os processos de formação continuada desenvolvidos desde os anos 1980, quer para atualização ou implementação de conhecimentos, quer para preparar a implementação de uma reforma educativa, não produziram os efeitos esperados. Entre as razões invocadas estão a dificuldade da formação em massa, a brevidade dos cursos realizados nos limites dos recursos financeiros destinados, e a dificuldade de fornecer, pelos motivos citados, ou ainda pelo nível de preparação das instituições formadoras, os instrumentos e o apoio necessários para a realização das mudanças.

Um dos aspectos verificados pelo Ministério da Educação foi a necessidade de rever a formação inicial dada aos professores, quando muitos destes não possuíam sequer a

formação no Magistério. Pode-se dizer que se pensou primeiro em aumentar a oferta de vagas, ampliando o acesso das crianças à escola básica, e só posteriormente se pensou no/na profissional responsável por receber e trabalhar com essa demanda. Ainda assim, esse profissional foi pensado dentro de um contexto de restrição financeira, de falta de preparo das instituições formadoras e de falta de apoio. Pode-se inferir das colocações das autoras acima referidas, que dificilmente os efeitos esperados poderiam se traduzir em resultados positivos dado que o profissional da educação e sua formação, inicial e continuada, foram os últimos a serem pensados no contexto das reformas educativas e, quando considerados, os/as professores/as não foram convidados/as a opinarem sobre a própria formação.

Do ponto de vista estrutural, a exigência da formação docente em nível superior para os professores da educação básica é assegurada com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Forte discussão na época foi quanto à necessidade da reformulação dos currículos dos cursos de formação de professores, questão que foi contemplada em 2002[29] quando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores e as diretrizes para cada curso de licenciatura foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (GATTI e BARRETO, 2009). Isso, no entanto, não excluiu as críticas e as preocupações em relação aos componentes curriculares adotados pelas Escolas Normais Superiores e pelos cursos de Pedagogia fomentados pelos ISEs – Institutos Superiores de Educação - por não privilegiarem em seus currículos componentes éticos, culturais, econômicos e sociais, as condições materiais de trabalho e a valorização através de planos de carreira e de salários.

Os Institutos Superiores de Educação foram eleitos como locais exclusivos para a formação docente em nível superior, "ao invés de indicar fortemente a responsabilidade da instituição universitária como lócus preferencial para o enfrentamento de tal tarefa" (ANFOPE, 2001).[30]

[29] Conforme Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acessado em: 17/12/2014.

[30] Contribuições para subsidiar discussão na Audiência Pública Nacional/CNE sobre a proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Documento enviado em 23 de abril de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ANFOPE.pdf>. Acessado em: 25/08/2014.

Outro ponto de tensão foi a instituição pela LDB/96, dos cursos de licenciatura no formato Educação à Distância (EAD), o que fez proliferar cursos de licenciatura nesse formato sem uma adequada avaliação de seus componentes curriculares (GATTI e BARRETO, 2009).

Assim, diante da necessidade de um posicionamento qualificado em torno da formação docente, em 2009, através do Art. 1º do Decreto nº 6.755, foi

> instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica" (BRASIL, 2009).

De acordo com Davis et al. (2011a, p. 830) os esforços em torno da formação docente são decorrentes das "tentativas de superar os problemas de acesso e assegurar a permanência bem-sucedida dos alunos em escolas públicas com uma nova e melhor qualidade".

O regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tem como desafio, portanto, organizar tanto a formação inicial quanto a continuada dos/das professores/as de modo a assegurar uma escola pública nova e de qualidade.

Em relação à formação docente verificam-se, novamente por parte do Estado, os movimentos de descentralização/centralização, já discutidos no Capítulo I. O governo federal ao mesmo tempo em que delegou/descentralizou a responsabilidade da formação continuada e inicial aos municípios, realizou procedimentos e ofertas que configuram centralização mais que colaboração. Como exemplos têm-se a instituição da UAB - Universidade Aberta do Brasil, em 2006 e a indicação da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em 2007, para atuar também na formação dos professores da Educação Básica[31]. Outro exemplo de centralização e monitoramento da formação docente pode ser encontrado com a instituição do PAR - Plano de Ações

[31] A indicação da Capes ocorreu em 2007, mas a instituição legal ocorre por meio do Decreto Nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009, cujo texto "Institui a Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no fomento a programas de formação inicial e continuada.

Articuladas[32] - instrumento para diagnóstico da situação educacional local que se estrutura em quatro dimensões, sendo uma delas a formação de Professores e dos Profissionais do serviço de apoio escolar. Esses procedimentos colocam os municípios numa situação difícil uma vez que se não assinam o convênio não recebem recursos financeiros para implementação das políticas de melhoria na educação municipal. Portanto, essas parcerias, a nosso ver, se configuram centralizadamente como uma via de mão única: o Estado oferece os recursos orçamentários desde que os municípios assinem e assumam as orientações e diretrizes do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

Dados os passos para assegurar a formação inicial, isto é a graduação, ficando a Capes responsável pela aprovação das diretrizes dos cursos de licenciatura, as preocupações se concentram na formação continuada.

Decorrente do processo de descentralização e municipalização das matrículas do Ensino Fundamental, a Formação Continuada de Professores/as - FCP ganha centralidade nas pesquisas, na literatura e nas discussões. Os professores ganham o centro das atenções na formulação das políticas educacionais no cenário nacional. É preciso dar conta da complexidade que envolve o processo de ensinar e aprender e, principalmente, espera-se do professor que ele prepare seus alunos para atingirem as metas municipais colocadas pelo Ideb. Verifica-se que os Governos Federal, Estadual e Municipal vêm empreendendo esforços na elaboração, planejamento de ações e implementação de programas de FCP.

O debate na literatura diz respeito ao próprio conceito de formação continuada e sua relação com a formação inicial, derivando daí a discussão sobre seus objetivos, os conteúdos que devem ser trabalhados com os/as professores/as, a quem compete a sua proposição e o lócus onde a formação deve ocorrer. Os debates ainda incluem o impacto dos Programas de FCP na avaliação dos resultados do aprendizado dos/as alunos/as e abordam questões relacionadas à carreira docente e às condições materiais de trabalho (DAVIS et al. 2011a; GATTI et al., 2011; SERRA, 2004).

[32] O PAR, segundo o MEC, está à disposição dos estados, Distrito Federal e dos municípios como instrumento eficaz de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação básica. Os municípios que aderem ao PAR realizam a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, plano este que constitui um plano estratégico do PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>. Acessado em: 17/12/2014.

2.1 - Concepções e modelos de formação continuada

Quanto ao conceito de FCP, não há ainda um consenso entre os estudiosos do tema. Imbernón (1994, 2005 e 2009) emprega de forma recorrente o termo formação permanente. Considerando os movimentos que vêm ocorrendo no sentido de reduzir a diversidade terminológica, o autor conclui que:

> A formação permanente e contínua cobre, pois a formação posterior à escolar derivada da ocupação profissional, estando este conceito em consonância com o da UNESCO, que considera que a formação implica a aquisição de conhecimentos, atitudes, habilidades e condutas intimamente associadas ao campo profissional (IMBERNÓN, 1994, p. 13, tradução nossa).

A conclusão desse autor já indica dois aspectos importantes a serem considerados: o primeiro é o de que a formação contínua é posterior à formação escolar - portanto uma formação em serviço - e o segundo é a indissociabilidade entre formação contínua e campo profissional - aspecto que aponta para a relação entre a formação, o exercício da profissão e a instituição escolar.

Nóvoa (2009, p. 80-81) discute como o propósito inicial da Educação Permanente, apontado pelo Relatório da Unesco de 1972 - Aprender a Ser - foi sofrendo modificações ao longos das décadas de 70 e 80. Conforme esse autor "Em vez de uma educação aberta sobre as dimensões da vida, assistiu-se à redefinição da Educação Permanente como 'Educação e formação ao longo da vida', conceito marcado pelo princípio da empregabilidade".

Esse autor aponta que a Educação Permanente, iniciou como um *direito* exigido pelos trabalhadores, transformou-se "numa necessidade ditada pelas mudanças do mundo do trabalho; e agora impõe-se como uma obrigação". O sentido da obrigatoriedade da formação ao longo da vida apresenta-se como condição "para que cada trabalhador (...) se mantenha apto a desempenhar novas tarefas profissionais" (NÓVOA, 2009, p. 82).

Nessa direção, cabe mencionar que os cursos de Formação Continuada nos Centros de Formação apresentam-se mais como uma obrigatoriedade do que como uma escolha dos/as professores/as, primeiro, conforme já colocado, pelo condicionamento das

certificações como créditos para progressão junto ao plano de carreira e, segundo, por ser um espaço onde a divulgação da implementação de novos programas das esferas federal, estadual e municipal se efetiva, fato que apela para a obrigatoriedade da atualização profissional.

Observa-se que as expressões *formação permanente* e *formação contínua*, nos dão o sentido de algo que não se esgota em um determinado tempo, mas que se estende continuamente, ao longo da vida, e na vida de qualquer profissional. Os debates e estudos anteriores à nova LDB já propunham um *novo conceito de profissionalização dos professores baseado* [dentre outros] *na proposta de um continuum de formação* (GATTI; BARRETO, 2009, p. 42).

O sentido da formação em um *continuum* pode ter a conotação da formação para: a) a superação de um conhecimento ultrapassado e que precisa ser atualizado, tendo em vista a cultura globalizada e as reformas curriculares; b) a necessária atualização profissional, para a aquisição e desenvolvimento das novas técnicas e tecnologias educacionais que, a todo o momento, são anunciadas pelo mercado da formação, pelas assessorias privadas, pelas Ongs e, também, pelos Centros de Formação.

Na literatura, estes dois objetivos já foram identificados por outros termos como reciclagem, treinamento, qualificação e capacitação (MARIN, 1995; TORRES, 2004, IMBERNÓN, 1994). Atualmente o termo que identifica o conjunto de programas e ações dirigidos para professores/as é o de Formação Continuada. O MEC[33] inclusive divulga e informa todas as suas ações e programas utilizando-se desse termo.

Ocorre que nem sempre há uma correspondência entre a concepção relativa ao termo Formação Continuada, apontada pelos estudos de Marin (1995) e os propósitos subjacentes aos programas ofertados nos âmbitos dos governos federal e estadual, bem como das secretarias municipais de educação, por meio dos Centros de Formação.

Marin (1995, p. 13) elucida essa questão, chamando a atenção para a necessidade de "re-ver tais termos presentes no discurso dos profissionais nas escolas e nos vários níveis de administração da educação".

[33] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index>. Acessado em: 07/07/2014.

Destacamos a seguir os termos e as concepções correspondentes encontrados na literatura que versa sobre este assunto.

- Treinamento - tornar destro, apto, capaz de determinada tarefa, ter habilidades.

Segundo Marin (1995, p.15) "(...) em se tratando de profissionais da educação, há uma inadequação em tratarmos processos de formação continuada como treinamento quando desencadearem apenas ações com finalidades mecânicas". Essa concepção leva à suposição de que aos professores caberia apenas a execução das tarefas a que foram adestrados. Não haveria a necessidade do exercício inteligente do pensamento sobre o como ensinar?, para quem ensinar?, o que ensinar? e para quê ensinar? A FCP realizada através de treinamentos requer a presença de um *expert*. Um especialista num campo de conhecimento específico para transmitir o conteúdo a ser trabalhado no treinamento. Essa concepção tem como característica básica a presença de grupos numerosos e objetiva apenas que o conteúdo transmitido seja transferido para a prática (SERRA, 2004).

- Reciclagem – relativo a processos de modificação de material manipulável.

Para Marin (1995, p. 14)

> Para haver reciclagem (leia-se "**atualização** pedagógica") é preciso haver alterações substanciais, pois o material é manipulável, passível de destruição para posterior atribuição de nova função ou forma [grifos da autora].

Condizente com esta concepção estaria a proposição e implementação de cursos rápidos como palestras e oficinas. No entanto, a autora alerta para o uso reduzido desse termo nos discursos dos profissionais da educação, propiciado pelos debates na área.

Imbernón (1994, p. 17-18) coloca que o termo reciclagem no campo da educação provém do campo empresarial e é usado para indicar

> a atualização na profissão para assimilar os novos avanços tecnológicos ou para corrigir ou renovar atitudes que com o tempo vão ficando deteriorados. (...) Também dentro do campo da educação a reciclagem quer indicar a atualização do conhecimento, atitudes e habilidades adquiridos com o avanço científicos e tecnológicos.

Reciclar, na visão desses autores, seria atualizar, entrar em contato com novos conhecimentos e formas de transmiti-los substituindo o modo de fazer anterior. É também habilitar, tornar apto, o que será possível com o treinamento. Tem-se nesse caso uma visão bem positivista da prática profissional docente, quando se espera dos/as professores/as a mera transposição, para a sala de aula, do que aprenderam nos cursos.

Canário (1994) ao discutir o papel dos Centros de Formação no processo da reforma portuguesa, realiza uma discussão sobre a necessidade do processo de reelaboração, por parte dos/das docentes, do conhecimento recebido. Segundo esse autor, referindo-se à relação vertical e autoritária entre o Centro (administração) com a periferia (escolas e professores)

> Esta concepção de mudança reserva à formação o papel de, por um lado, "persuadir", por outro lado, "reciclar" os professores, fornecendo-lhes as competências técnicas que a aplicação da reforma exige. Encarada como um processo cumulativo e linear, a formação de professores tende a assumir, de forma dominante, um modo fortemente escolarizado, em que o somatório de acções de reciclagem são oferecidas, a um público abstracto, através de um catálogo (CANÁRIO, 1994, p. 20).

Depreendemos da citação de Canário (1994) um conceito importante que marca diferenças nos modos de se conceber e planejar a Formação Continuada: a formação enquanto escolarização, isto é, formatada e pensada como transmissão e acúmulo de conhecimentos. Nesse sentido, o/a professor/a é concebido/a como transmissor/a, aquele/a que comunica o que lhe foi ensinado, sem o necessário pensar sobre o conteúdo a ser transmitido. Recicla-se, também a pessoa do/a docente que é vista como "material manipulável, passível de destruição" (Marins, 1995) que agora atuará conforme as novas demandas e funções decretadas nos cursos de reciclagem.

Em contraposição à FC que tem como modelo a escolarização pautada na racionalidade técnica, no ensino transmissivo, encontra-se, na concepção de Canário (1994) a FC que objetiva a profissionalização. Escolarização e profissionalização são dois conceitos que fazem toda a diferença na FC e serão discutidos mais adiante ainda nesse capítulo.

- Aperfeiçoamento – tornar perfeito ou mais perfeito. O que para Marin (1995, p. 16) "é impossível e nega a raiz da própria educação, ou seja, a idéia de educabilidade do ser humano". Essa concepção de FCP objetiva tornar os/as participantes perfeitos ou de concluí-los, levando ao entendimento de que não estão prontos para o exercício da profissão.

Imbernón (1994, p. 17) apresenta esse termo da seguinte forma

> O termo aperfeiçoamento pode ser considerado como sinônimo do de 'formação permanente' do professor, ainda que é preferível usar este último conceito já que abarca implicitamente o de aperfeiçoamento e o supera [grifos do autor].

Já para Serra (2004, p. 62) o termo aperfeiçoamento "remete a um modelo de formação tradicional que assume que a formação inicial é adequada, mas que é necessário ampliá-la e aprofundá-la em alguns temas e conteúdos (...)".

Nessa perspectiva é que o termo atualização aparece como sinônimo de aperfeiçoamento. A atualização como necessidade de entrar em contato com novos temas, mas de forma isolada e fragmentada sem um questionamento sobre a prática e a formação recebida (SERRA, 2004). Observa-se aqui um distanciamento entre a prática docente e a atualização sobre novos temas, aspecto que reflete sobre os objetivos da FC. Como os novos temas serão inseridos nas práticas pedagógicas docentes e a partir de quais necessidades? Dos/das docentes? Dos formadores? Dos Centros de Formação? Da Secretaria de Educação? Do Ministério da Educação? E as temáticas ligadas às necessidades dos docentes serão contempladas quando e onde?

O termo aperfeiçoamento indica que os professores estão prontos para o exercício da profissão, no entanto, é possível e desejável a aquisição de outros saberes dentro de uma perspectiva permanente e continuada, sem os quais estarão desatualizados. Esta questão está intimamente ligada a uma visão de FC permanente, conforme já discutido, para suprir as lacunas do sujeito que deverá se aperfeiçoar, mantendo-se atualizado para o desempenho da profissão (NÓVOA, 2009).

Nessa direção, Canário (1994, p. 21) apoiando-se em (Berger, 1992) coloca que

> O reconhecimento da importância do saber experiencial, baseado na ideia de unidade do sujeito, fez emergir práticas formativas novas que contrapõem à tradicional análise de necessidades (balanço das lacunas do sujeito), um processo de inventariação das suas experiências, saberes e competências.

Destaca-se, sobretudo, na visão desse autor, a perspectiva do ponto de vista do adulto que se forma. Não existem lacunas no sujeito. O que existe são problemas postos pela prática cotidiana escolar e que não podem ser antecipados. Retomamos a ideia colocada por Marin (1995) sobre a raiz da palavra educação como processo de "educabilidade do ser humano" entendida nesse contexto da discussão como desenvolvimento da capacidade de refletir sobre as próprias ações, de tomar decisões conscientes e pensadas, o que deve ser próprio e possível a um adulto, sendo, portanto, bem diferente do processo de aplicação, em sala de aula, do que foi transmitido nos cursos de aperfeiçoamento.

- Capacitação – esse termo pode ser concebido, inicialmente, como tornar capaz, habilitar e, uma segunda forma como convencer, persuadir.

A primeira forma, tornar capaz e habilitar, concilia

> com a ideia de educação continuada, pois aceitamos a noção de que para exercer as funções de educadores é preciso que as pessoas se tornem capazes, que adquiram condições de desempenho próprias da profissão (MARIN, 1995, p. 17).

Essa autora entende que a FCP deve caminhar em sentido totalmente oposto aos do convencimento e da persuasão. Para ela “Os profissionais da educação não podem, e não devem ser persuadidos ou convencidos de ideias; eles devem conhecê-las, analisá-las, criticá-las, até mesmo aceitá-las, mas mediante o uso da razão” (MARIN, 1995, p. 17).

Cita-se como exemplo do uso do termo capacitação, o inciso III do Art.87 da LDB 9394/96, “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação à distância” (BRASIL, 1996, p.44, grifo nosso).

Ao relacionar o termo capacitação no texto da LDB com a discussão feira por Marin (1995), podemos dizer que, se por um lado, os programas de FCP capacitam para um melhor desempenho profissional, por outro lado, quando são realizados no formato EAD, abortam qualquer possibilidade de intervenção dos/das profissionais da educação mediante suas análises críticas. Nesse sentido, os programas transmitem ideias para serem aceitas e repassadas aos alunos.

Gatti e Barreto (2009, p. 202) fazem uma crítica ao modelo de capacitação, que forma um primeiro grupo responsável por replicar o aprendido, ou seja, a capacitação busca ensinar a ensinar.

> Não raro o modelo de capacitação segue as características de um modelo "em cascata", no qual um primeiro grupo de profissionais é capacitado e transforma-se em capacitador de um novo grupo que por sua vez capacita um grupo seguinte.

Ainda hoje observa-se a adoção do modelo "em cascata" sinalizado pelas autoras supracitada para *capacitar* os professores. Alguns programas do governo federal, como mais recentemente o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em 2012, ou mesmo um programa mais antigo como o PROFA – Programa de Professores Alfabetizadores, lançado em 2001 são exemplos nessa direção.

Citando como exemplo o PNAIC[34], que tivemos a oportunidade de acompanhar através de relatos em seminários e através de entrevista com uma formadora de Hortolândia, um grupo de profissionais da Unicamp foi formado diretamente pelos profissionais do MEC - Ministério da Educação, com a tarefa de replicar a formação para os grupos das Secretarias Municipais de Educação, que deverão, por sua vez, repetir o mesmo procedimento em suas cidades.

Os formadores do PNAIC utilizam a nomenclatura Modelo de Rede. O desenho do procedimento está representado abaixo.

[34] Exemplo citado a partir das colocações da Coordenadora do Ensino Fundamental do Centro de Formação de Hortolândia e dos relatos dos participantes da Mesa Redonda: Uma proposta de integração entre língua portuguesa e matemática na alfabetização: o desafio da Unicamp no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **19º COLE**, de 22 a 25 de julho. Unicamp, Campinas, 2014.

Figura 01 – Modelo rede

Fonte: Criado pela autora.

Um formador do MEC capacita 25 Orientadores de Estudo. Os Orientadores de Estudo são, na sua maioria, profissionais que as SME - Secretarias Municipais de Educação enviam à formação para que sejam, depois, os responsáveis pela implementação e coordenação do programa na rede pública municipal.

Cada orientador de Estudo, por sua vez, capacita 25 professores alfabetizadores. Dentro desse modelo, de rede/cascata cada formador do MEC tem na sua responsabilidade um conjunto de 650 docentes[35].

Dependendo da demanda, isto é, do número de professores alfabetizadores da rede municipal, o orientador de estudos capacita primeiro um grupo menor de professores para ajudá-lo na tarefa de formar/orientar os outros. Quando o programa chega ao professor, ele já passou por duas ou três interpretações, já tem um percurso.

Por um lado, pensando no tamanho continental do Brasil e na quantidade de 1.882.961 professores só na educação básica nos anos iniciais e finais[36] seria impossível dar

[35] Este é apenas um exemplo de como a política é planejada inicialmente para ser implementada. Do processo de iniciação da implementação (neste caso, cursos de preparação dos orientadores de estudo) até a fase da implementação propriamente dita (a divulgação da nova proposta aos/às professores/as e às escolas como um todo), adequações são realizadas, dependendo do grau de complexidade que abrangem os níveis de receptividade ou de resistência com que a mudança é recebida pelos envolvidos (FULLAN, 2001, p. 49-66). Outro aspecto a ser ponderado é a capacidade de recursos humanos que os municípios dispõem para serem deslocados para os ambientes de formação para implementação de programas das esferas federal e/ou estadual.

[36] Conforme o documento Estudos exploratórios sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2007 (BRASIL, 2009).

conta da implementação de programas educacionais dos governos federal e estadual sem um processo de formação para os formadores. A formação neste caso deve favorecer sólidos estudos, discussões e preparo. O/a formador/a deve ser bem preparado deve estar seguro para que seu trabalho tenha credibilidade junto aos docentes e o programa a ser implementado possa ser discutido, analisado, refletido e as dúvidas sanadas gerando clima de segurança em relação aos propósitos almejados. Dessa forma, também, fica-se livre da FCP dentro da concepção de capacitação (MARIN, 1997), não havendo necessidade de persuadir os/as professores/as.

Em nosso entendimento, ainda seria melhor o modelo em "cascata", com os cuidados descritos no parágrafo anterior, do que o formato EAD que não permite a reflexão e nem a discussão qualificada da política a ser implementada.

Para Serra (2004, p. 62) o termo capacitação é visto "como o instrumento para cobrir os vazios, 'os buracos' da formação inicial recebida". Para este autor, o conceito de formação contínua e permanente é o que está mais de acordo com a perspectiva da profissionalização.

Nessa direção, novamente o termo capacitação está amparado no "modelo do déficit" que tem como concepção suprir lacunas da formação inicial (DAVIS et al., 2011a, p. 831).

Por fim, os termos mais usados atualmente:

- Educação permanente, formação continuada e educação continuada – sem desprezar as nuanças subjacentes aos três termos, Marin (1995, p. 18) os coloca em um mesmo conjunto por entendê-los como complementares e por terem como eixo o conhecimento "estabelecido como fulcro das novas dinâmicas interacionistas das instituições para a valorização da educação e a superação de seus problemas".

Na opinião da autora, eles partem de uma perspectiva teórica que valoriza a pesquisa no processo de formação do/a professor/a, valoriza seus saberes e suas práticas pedagógicas.

Gatti e Barreto (2009, p. 202), fazem menção a uma reconceitualização da formação continuada. Segundo as autoras,

> Mais recentemente, assistiu-se a um movimento de reconceitualização da formação continuada em decorrência de pesquisas destinadas a investigar questões relativas à identidade profissional do professor. As propostas inspiradas no conceito de capacitação cedem lugar a um novo paradigma, mais centrado no potencial de autocrescimento do professor, no reconhecimento de uma base de conhecimentos já existente no seu cabedal de recursos profissionais, como suporte sobre o qual trabalhar novos conceitos e opções.

A concepção de formação continuada de acordo com as colocações dessas autoras diferencia-se das concepções já mencionadas anteriormente porque considera e reconhece que o/a professor/a possui uma base de conhecimentos e recursos para a sua prática, aspectos que direcionam para uma FC que considere importante a construção da identidade profissional e contemple, nesse sentido, a "pessoa do professor" (NÓVOA, 2007, 2009). Essas questões incidem fortemente numa visão de FC que tem, junto ao autocrescimento do/a professor/a, "a prática como lócus da formação" (CAMPOS, 2003, p. 88).

A visão de Imbernón (1994, p. 17) se destaca por considerar que Educação continuada ou formação profissional continuada são termos muito usados na França para "referir-se às atividades que permitem a um indivíduo desenvolver conhecimentos e capacidades ao longo de sua vida e aperfeiçoar posteriormente sua educação de base na universidade".

Moreto (2002, p. 10) discute, também, em sua dissertação, os termos e concepções da FCP, buscando um termo que melhor se ajuste conceitualmente à sua pesquisa. O autor faz sua opção pelo termo Educação Continuada por entender

> A educação continuada com essa amplitude de "auxiliar os profissionais a participar ativamente do mundo que os cerca" tem a responsabilidade de conduzi-los na busca de uma atividade que é vital: estarem sempre se informando, se constituindo enquanto curiosos por aprender cada vez mais, na construção de um profissional incluído num mundo em constante mudança, numa mutação que requer daqueles que convivem com a Escola de hoje uma atitude ativa perante a educação tanto pessoal quanto daqueles que têm sob sua responsabilidade.

Volta-se ao tema da formação como atividade permanente: a educação continuada como atividade vital na constituição do profissional atuante em um mundo em constante mutação, enfim, a educação continuada para o desenvolvimento profissional.

Moreto (2002, p. 10-11) chama a atenção para a abrangência da expressão educação continuada.

> Ao incorporar os outros termos (capacitação, treinamento, reciclagem, formação), a educação continuada se mostra como um jeito de ver e fazer educação que se diferencia dos demais porque traz para si todos os termos e, ao fazer isso, se mostra como uma opção mais abrangente, que pode dar respostas mais precisas para o que se espera com o trabalho continuado de educar e estar se educando, numa busca de movimentos que ampliem a formação pessoal.

Assim sendo, podemos entender que a expressão Educação Continuada abarca o conjunto dos termos e concepções discutidos até o momento, fato que nos leva ao entendimento e à reflexão de que o conceito de Formação Continuada não se adéqua às experiências que investigamos, uma vez que constatamos, conforme mostraremos no Capítulo III que uma multiplicidade de ações são ofertadas mediante uma variedade de modalidades, concepções e tempo de duração.

A discussão alicerçada no conjunto dos autores supracitados nos coloca inquietações: primeiro, FCP significa então uma formação ao longo da vida? Os conhecimentos sofrem mutações, se tornam obsoletos e são substituídos por novos conhecimentos. Nessa perspectiva, as atualizações são necessárias. A questão é: são necessárias constantemente? Segundo, se são necessárias as atualizações com certa constância, porque as horas destinadas a FCP nos Centros de Formação não são incorporadas como parte do trabalho da jornada de trabalho e, portanto, nos salários? Nesse sentido, a exigência da participação na FCP não constituiria uma forma de exploração? Esta questão será abordada no capítulo seguinte, com dados da pesquisa em Hortolândia e Campinas referente ao modo como as horas destinadas à FCP são remuneradas e/ou aproveitadas.

Ferreira (2003) coloca a formação continuada como uma exigência do mundo atual, inserida numa dimensão de formação humana e numa perspectiva que tem como característica basal a capacidade de refletir sobre os desafios atuais.

> A "formação continuada" é uma realidade no panorama educacional brasileiro e mundial, não só como uma exigência que se faz devido aos avanços da ciência e da tecnologia que se processaram nas últimas décadas, mas como uma nova categoria que passou a existir no "mercado" da formação contínua e que, por isso necessita ser repensada cotidianamente no sentido de melhor atender à legítima e digna formação humana. (...) A formação continuada hoje precisa ser entendida como um mecanismo de permanente capacitação reflexiva de todos os seres humanos às múltiplas exigências/desafios que a ciência, a tecnologia e o mundo do (não) trabalho colocam (FERREIRA, 2003, p. 19-20).

A autora vai além tratando da necessidade de uma "formação continuada que se alicerce nos princípios constitucionais da liberdade, solidariedade (...)". E nessa direção, aponta para a necessidade de "uma nova ética humana mundial solidária, que respeite as diferenças e garanta um continuum de formação a todos os seres vivos até o término de suas vidas" (FERREIRA, 2003, p. 37).

O termo formação continuada, na perspectiva de Ferreira (2003), ganha abrangência; é para todos e por toda a vida, ancorada nos princípios éticos da bondade, da construção coletiva e solidária.

Nessa direção, recorre-se a Nóvoa (2009, p. 17) que aponta para a necessidade de "passar a formação de professores para dentro da profissão "expressão que esse autor sublinha como a "necessidade de os professores terem um lugar predominante na formação de seus colegas". Das palavras desse autor, pode-se inferir que é no coletivo que os/as professores/as aprendem e ensinam ao mesmo tempo, se constituindo como profissionais no exercício solidário de sua profissionalização.

Conforme já sinalizado, ao conceito de escolarização estão subordinadas as concepções de FC que se traduzem em reciclagem, aperfeiçoamento, treinamento e capacitação, como lógicas em que "mudanças são impostas verticalmente" (CANÁRIO, 1995, p.2). As demandas são orientadas a partir de cima e ao/à professor/a cabe a tarefa de incorporá-las em suas rotinas escolares. A FC numa perspectiva escolarizada pauta-se em ações distanciadas das práticas reais dentro de uma perspectiva técnica, transmissiva e

cumulativa, onde o número de ações de FC conta mais que os efeitos dessas ações nas práticas dos/as docentes e no aprendizado dos/as alunos/as.

Os termos escolarização e profissionalização guardam relação nos estudos realizados por Moreto (2008) sobre a profissão docente. Segundo ele

> A profissionalização via escolarização se refere a processos educativos permanentes com intenção de atualização, formação inicial, formação em serviço, formação contínua que permitem adquirir e desenvolver conhecimentos à qualificação que não se esgota na formação inicial e muito menos na contínua (MORETO, 2008, p. 13).

A escolarização está direcionada para os conteúdos necessários à formação como profissional e a profissionalização ao exercício da profissão docente.

O termo Formação Continuada tem sua concepção mais próxima ao conceito de profissionalização, o que já demarca o sentido da desescolarização, da formação e dos processos de negociação, entre os pares, na resolução dos problemas colocados pelo cotidiano do exercício profissional. Nesse sentido, a relação entre formadores e formandos ocorre de forma horizontal. O professor, nesse caso, "não é um mero consumidor, mas um produtor de saberes; um investigador reflexivo e inova a partir da análise de suas próprias práticas" (FERREIRA, 1994, p. 78).

As colocações de Ferreira (1994) abrem para o debate sobre o desenvolvimento da autonomia docente. Analisar as próprias práticas requer espaços planejados de discussões entre docentes, bem como estudos que possam fundamentar essas análises e a necessária liberdade para tomar decisões pedagógicas.

Feldfeber e Imen (2003, p. 181) entendem que

> um "desenvolvimento autônomo" da profissão deveria contemplar que a profissionalização em uma perspectiva democratizadora implica a participação dos docentes na definição de objetivos e métodos de trabalho, estabelecendo uma base de conhecimentos que legitime a autonomia profissional.

Nesse sentido, pode-se conceber a FCP dentro de uma lógica horizontal, onde os/as professores/as são participantes e responsáveis pela definição de sua formação, junto aos demais colegas, no exercício da autonomia necessária que coloca a "formação dentro da profissão″ (NÓVOA, 2009) e a "prática como lócus da formação" (CAMPOS, 2003).

Diante do exposto, duas inquietações complementares se colocam: será que as concepções classificadas como tradicionais, ultrapassadas e escolarizantes já estão ausentes da formação docente e foram substituídas por uma Formação Continuada planejada pelos/as professores/as, como espaço de investigação e reflexão, numa concepção de profissionalização e autonomia? Espera-se elucidar esta questão no Capítulo III, quando da análise da oferta de FC realizada pelos Centros de Formação e quando da verificação de questões relativas às demandas que orientam o seu planejamento.

Abaixo apresentamos um quadro resumo do que discutimos sobre os termos e concepções de formação continuada relacionando-os aos conceitos de escolarização e de profissionalização.

Quadro 2 - Termos, Concepções e Modelos de Formação

ESCOLARIZAÇÃO (relação verticalizada - de cima para baixo)	TREINAMENTO	Objetiva habilitar para determinada tarefa. Tem finalidade mecânica, centrada na execução e no adestramento. Pode ser com grupos numerosos. Não concebe o/a professor/a como ser pensante, inteligente, mas apenas prático.
	RECICLAGEM	"Atualização pedagógica". Objetiva substituir uma prática pedagógica por outra. Concebe tanto os/as professores/as como as práticas, manipuláveis. Modelo: oficinas mais utilizadas e encontros de curta duração.
	APERFEIÇOAMENTO	Objetiva tornar perfeito o que está imperfeito; introduzir novos temas e conteúdos na formação e/ ou ampliá-los. Nesse sentido pode-se conceber os/as docentes como inacabados porque tiveram uma formação inicial deficitária.
	CAPACITAÇÃO	Objetiva a aquisição de condições de desempenho próprios da profissão e tem os sentidos de:. a) tornar capaz, habilitar, valoriza análise crítica e uso da razão; e b) convencer, persuadir, não valoriza o diálogo, a discussão.
PROFISSIONALI-ZAÇÃO (relação horizontal - entre pares)	EDUCAÇÃO PERMAMENTE FORMAÇÃO CONTINUADA EDUCAÇÃO CONTINUADA	Objetiva as dinâmicas interacionistas para a superação de problemas. Valoriza os/as professores/as e reconhece seus saberes como suporte sobre o qual novos conceitos serão trabalhados. Privilegia a perspectiva teórica e prática. Está centrada no potencial de autocrescimento do/a professor/a.

Fonte: Organizada pela autora a partir das referências supracitadas.

Subjacente ao tema sobre os termos e concepções adotadas para a FCP, estão as modalidades utilizadas para a oferta dessa formação. As oficinas são as mais citadas como ações pontuais de curta duração, sendo bem aceita pelos participantes por se constituírem em espaço de articulação "da prática a aspectos teóricos [sua dinâmica propicia a construção] de materiais e recursos para incorporar ao cotidiano da sala de aula" (DAVIS et al., 2011a, p. 841).

Além das oficinas, outras modalidades são utilizadas, tais como conferências, cursos, seminários, grupos de trabalho, jornadas pedagógicas, congressos, palestras, seminários (DAVIS et al., 2011b; IMBERNÓN, 1994).

Não se encontrou na literatura pesquisada uma discussão sobre os parâmetros[37] definidores do que seria considerado uma carga horária de curta, média ou de longa duração, com exceção das oficinas, sempre apontadas como de curta duração, mas sem informações sobre a carga horária.

Diante do exposto, pode-se dizer que os termos e concepções apresentados, bem como as modalidades utilizadas para a oferta dos programas estão diretamente relacionados ao modo como se concebe a FCP e a figura do próprio professor.

2.2 – A concepção de professor/a e os objetivos da formação continuada

Ao pensar o professor como um especialista, um técnico, um executor de tarefas ou aquele que transmite conhecimento, os programas de formação continuada adotam uma visão de conhecimento que postula a "concepção clássica da ciência, que concebe a natureza como estável e os resultados da pesquisa científica como verdades", e, nessa

[37] Na literatura pesquisada são poucas as definições de carga horária de um curso de curta, média ou de longa duração. As oficinas são sempre citadas como de curta duração. No entanto, encontramos nos Programas de FC de Hortolândia e de Campinas, oficinas com carga horária que variam de 4 a 30h; cursos com duração entre 25 e 100hs. Davis et al., (2011b, p. 70) consideram de longa duração os cursos de 200 a 400 horas. Como exemplo, essas autoras citam os programas Gestar e Pró-Letramento da Rede Nacional de Formação de Professores - Governo Federal. Barroso e Canário (1999), na análise que fazem da oferta das atividades de formação realizadas em seis Centros de Formação que investigam em Portugal, registram como ações de curta duração as ações que têm duração inferior a 12 horas. Consideramos que estes indicadores apontam algumas pistas, mas ainda são insuficientes para orientar a leitura e análise da carga horária das ações de FC realizadas nos CF. No entanto, consideramos que a carga horária é um elemento importante, sobre a qual estão assentadas as concepções de FCP.

concepção, o conhecimento se torna algo pronto, imutável, "uma mercadoria a ser trocada, repassada", não havendo interação entre "o sujeito que transmite e o sujeito que aprende" (COLLARES et al., 1999, p. 207).

Esta concepção não reconhece o professor como um sujeito de saberes, como um profissional que reflete e constrói conhecimentos sobre a sua prática (FÁVERO e TONIETO, 2010; IMBERNÓN, 2005, 2009; NÓVOA, 2007, 2009). Outra crítica a esta concepção, está no fato dela ignorar os problemas postos pelo cotidiano do trabalho pedagógico, separando produção de utilização do conhecimento (COLLARES, 1999); dicotomizando o lugar de aprender do lugar de ensinar (CANÁRIO, 1994).

Tardif (2002, p. 237) defende duas teses quanto ao modo de se conceber a figura do professor:

> Primeira tese: os professores são sujeitos do conhecimento e possuem saberes específicos de seu oficio. Segunda tese: a prática deles, ou seja, seu trabalho cotidiano, não é somente um lugar de aplicação de saberes produzidos por outros, mas também um espaço de produção, de transformação e de mobilização de saberes que lhe são próprios.

Nessa direção, os conteúdos a serem trabalhados na FCP, seriam elencados e estudados a partir das necessidades apontadas pelos professores, propondo o seu deslocamento da condição de meros receptores, para a condição de sujeitos participantes – aqueles que propõem, têm saberes próprios, tomam decisões coletivamente, trabalham de forma colaborativa, avaliam resultados e assumem responsabilidade pelo processo de ensino/aprendizagem.

De modo semelhante, para Imbernón (2005) a FCP deve ser desenvolvida com base na prática reflexiva competente, a partir de um modelo centrado nas práticas coletivas e colaborativas. Os professores, seus saberes e experiências, seriam o ponto de partida e os protagonistas dos programas de formação continuada (PRADO et al., 2011; FAVERO e TONIETO, 2010; GATTI, 2009, 2011; DI GIORGI, 2004; TARDIF, 2002; GERALDI et al., 1998; DAVIS et al., 2011a).

Outras abordagens centram-se na figura do professor, mas como um profissional que não está preparado, não está pronto e "precisa passar por um processo de aprimoramento amplo, que atua como um 'remédio' para sanar os muitos problemas que a

pobre, heterogênea e superficial formação de base coloca para o ensino e para a educação das futuras gerações" (DAVIS et al., 2011b, p. 17-18).

Este tipo de visão

> (...) entende o professor como alguém com formação deficitária e que por isso necessita de complementação. Esta forma de enxergar o professor lhe retira o papel de sujeito em transformação, colocando-o como coisa no processo contínuo de aperfeiçoamento que a educação exige (RODRIGUEZ; VIEIRA, 2011, p. 4, mimeo).

Nessa direção, os saberes construídos através da prática pedagógica dos/as docentes são desconsiderados e as suas experiências não reconhecidas.

Collares et al. (1999) fazem uma reflexão que esclarece a questão da ruptura entre o conhecimento prático elaborado no exercício profissional e o conhecimento teórico decorrente da formação inicial dos/as docentes.

> Entre o exercício profissional e a formação prévia constrói-se uma ruptura justamente porque um é continuidade da outra. Tal ruptura não se dá nos saberes e conhecimentos, mas no estatuto do sujeito, que de estudante torna-se profissional, carregando para o novo tempo o tempo que passou. Exatamente porque a ruptura não é relativa aos saberes e conhecimentos, mas relativa ao estatuto do sujeito, perde o sentido a dicotomia posta pelas expressões "formação inicial" e "educação continuada" (COLLARES et al., 1999, p. 213).

Os professores são sujeitos em transformação. O trabalho cotidiano, além de considerar na prática pedagógica os saberes produzidos por outros, proporciona uma produção própria. Os/as professores/as são sujeitos do conhecimento, e nesse reconhecimento "deveriam ter o direito de dizer algo a respeito de sua própria formação profissional" (TARDIF, 2002, p. 240).

Qual seria então o lugar da formação continuada dos/as professores/as? Qual o *lócus* ideal para o exercício do direito de participar das discussões e da tomada de decisão com relação à sua própria formação/profissionalização?

2.3 - O lócus da formação continuada

Como essa pesquisa tem como objeto de investigação a FCP realizada em dois Centros de Formação, escolheu-se para enriquecer e subsidiar esta discussão as posições também presentes na literatura, que defendem a FCP realizada na escola.

As diferenças que marcam esses lócus da FC - escola e centro de formação - são dimensionadas de forma distintas pela literatura de modo a possibilitar um paralelo comparativo entre os objetivos da FC num e noutro lócus.

Há autores que defendem a escola como a instituição responsável pela formação continuada, uma vez que é nesse espaço que se podem produzir inovações institucionais e a resolução dos problemas está intimamente relacionada à prática pedagógica cotidiana (IMBERNÓN, 2005; CANÁRIO, 1994; FERREIRA, 1994).

Outro aspecto que a literatura aponta e que reflete na escolha do *lócus* da FCP refere-se a duas perspectivas: a individualista e a colaborativa. A individualista está centrada na figura do professor enquanto a perspectiva colaborativa tem seu foco na cultura de trocas e de ações coletivas (DAVIS et al., 2011a; IMBERNÓN, 2005; SERRA, 2004, CANÁRIO, 2000).

A partir do trabalho de Davis et al. (2011a, p. 831-835), cita-se a seguir as principais características de cada uma dessas perspectivas, individualista e colaborativa, buscando elementos que possam elucidar e responder se elas se desenvolvem dependendo do *lócus* da FCP ou se são dimensões que independem do lugar onde a FCP se estrutura e acontece.

Optamos por essa autora em virtude de seu trabalho já conter uma revisão da literatura especializada nesse assunto.

A perspectiva individualista de FCP está embasada em várias suposições, sendo elas:

a) O desenvolvimento da ética, que implica preocupar-se com o bem-estar e desenvolvimento dos alunos; o conhecimento político, que implica a reflexão crítica sobre si mesmo, sobre sua profissão e sobre seus alunos, munindo-se de condições para a luta por um futuro socialmente melhor; a motivação que implica recuperar a alegria de ensinar e

aprender. A FCP como caminho para experiências prazerosas e novas formas de ser, pensar e agir.

b) A superação dos déficits da formação inicial que se centra nas características ausentes nos docentes, motivo pelo qual "a FCP é definida por outras instâncias e/ou por níveis hierárquicos superiores dos sistemas de ensino" (DAVIS et al., 2011a, p. 832), com propostas uniformes para o conjunto dos professores, desconsiderando especificidades como tempo, experiência, idade.

c) O ciclo de vida profissional: a FCP propõe-se a ajudar o/a professor/a a enfrentar as etapas de sua vida profissional e nesse sentido, "defende que os estágios da carreira docente sejam conhecidos para que se identifiquem neles as necessidades e carências dos professores" (DAVIS et al., 2011a, p. 833).

Pode-se destacar através das características da perspectiva individualista, colocadas por Davis et al (2011a) que o/a docente realizará estudos de FC adequados ao seu momento profissional, estudos estes que vão ao encontro de inquietações que decorrem da sua prática pedagógica. Ainda nessa perspectiva, pode-se dizer que o/a docente, faz suas escolhas a partir de oferta que podem ser viabilizadas através de eventos de educação, como congressos e conferências, e/ou através dos Centros de Formação. Pode-se dizer que aqui o professor protagoniza a sua formação? Essa autonomia possivelmente trará bem estar ao docente, se ele/ela encontra respostas ou caminhos para pensar soluções para uma atuação profissional mais segura e consciente.

A abordagem colaborativa de FCP está centrada no desenvolvimento de equipes pedagógicas, devendo ocorrer no interior das escolas. Nesse sentido baseia-se em duas vertentes que podem ser complementares:

a) O coordenador pedagógico (CP) como articulador central da FCP e com a tarefa de assegurar a qualidade do processo educativo - o foco é no coletivo dos professores e o "CP deve, além de coordenar o trabalho pedagógico na escola, intermediar a formação de sua equipe segundo as necessidades e demandas da realidade escolar em que se situa" (DAVIS et al, 2011a, p. 834). Assumindo como tarefa e responsabilidade dinamizar as políticas públicas governamentais no interior da escola, o CP perde sua independência e, por vezes,

"passa a ver os docentes como meros executores de ações que lhes são impostas de fora" (SÁ et al., 2001, *apud* DAVIS et al., 2011a, p. 835).

b) A escola como lócus de formação continuada e permanente – interações entre docentes de um mesmo local de trabalho são privilegiadas em virtude dos questionamentos sobre a prática, maior comprometimento dos docentes em inovar; coordenação mais eficiente entre docentes de igual e de diferentes níveis de ensino, fatores que incidem no plano institucional, uma vez que a escola como lócus incorpora em seu interior a cultura da aprendizagem contínua. Nesse sentido, a autora destaca as comunidades de aprendizagem – espaço do conflito, da negociação da possibilidade de entrar em contato com diferentes dificuldades de desenvolver sensibilidades política e ética.

Destaca-se nessa perspectiva, a escola como lócus, o coordenador como responsável pela FC, mas nem sempre preparado para uma relação entre iguais (Davis et al., 2011a), a possibilidade da constituição das comunidades de aprendizagem e a instituição da cultura da aprendizagem contínua no interior da escola, decorrendo daí as inovações institucionais.

Pode-se dizer que aqui a escola e os docentes protagonizam a formação?

Realizamos nos tópicos seguintes uma tentativa de discutir a FC centrada nas escolas e a FC realizada nos CF, inicialmente de modo separado, atentando para as concepções que as defendem e as diferenciam. Ao final da discussão apresenta-se um quadro com as dimensões que demarcam as diferenças e semelhanças encontradas.

2.3.1 - A escola como lócus

Recolhendo as contribuições, de um conjunto de autores (DAVIS et al., 2011a, 2011b; PRADO et al., 2011; IMBERNÓN, 2005, 2009; SERRA, 2004; ESTRELA, 2003; CANÁRIO, 1995, 2.000,; CANÁRIO & AMIGUINHO, 1994; CANÁRIO, s/d; FERREIRA, 1994), observa-se que a FCP centrada na escola, isto é, no próprio local de trabalho, tem como objetivos principais favorecer o diálogo como meio para desenvolver o senso crítico permanente em relação à prática pedagógica; construir clima de confiança e entrosamento entre os pares; auxiliar na organização de grupos de estudos sistemáticos; estimular a produção coletiva de materiais; apoio mútuo em situações de mudança tanto

para apoiar como para rechaçar inovações provenientes de órgãos centrais e/ou esferas externas à escola; envolver os professores nos processos de planejamento e elaboração do projeto político pedagógico; compartilhar problemas identificados na sala de aula e trabalhar na busca de soluções, dentre outros.

Segundo Nóvoa (2009, p. 19) "é essencial reforçar dispositivos e práticas de formação de professores baseada numa investigação que tenha como problemática a acção docente e o trabalho escolar".

Tem-se pois, a necessidade de uma FC contextualizada, onde "o lugar da formação e o lugar de sua aplicação" são o mesmo, para que a formação não ocorra "num vazio social" (CANÁRIO, 1994, p. 36). Segundo esse autor

> Não constituindo um somatório de indivíduos, nem de salas de aula, o estabelecimento de ensino constitui uma organização social complexa no quadro da qual os professores tomam decisões, em grande medida condicionadas por fatores contextuais de natureza organizacional. A uma estratégia de mudança, analítica e segmentada, focada na "inovação como produto" tende a suceder uma estratégia de natureza holística, centrada na "escola total" (Fullan e Hargreaves, 1992), isto é no estabelecimento de ensino encarado como realidade sistêmica (CANÁRIO, 1994, p. 25, grifos do autor).

Esse autor destaca a visão de totalidade integrada da escola, o que pressupõe não só um somatório de indivíduos e partes que a compõe, mas a dimensão relacional e interdependente entre os componentes desse todo.

Ainda em Canário (2000, p. 84) encontra-se que

> a chave para a produção de mudança (simultâneas) referentes aos professores e às escolas passa, então, a residir na reinvenção de modos de socialização profissional - o que constitui o fundamento mais sólido para encarar como uma prioridade estratégica o desenvolvimento de modalidades de formação *centradas na escola*, por oposição e contraste com a oferta formalizada, descontextualizada e escolarizada que é dominante [grifos do autor].

Conforme esses autores, a escola tem que ser vista, concebida e respeitada como um todo social, como "organização complexa" (Tragtenberg, 1978), que vive situações particulares ao seu contexto, situações que mudam de tempos em tempos - portanto não são estáticas, não podem ser previstas e antecipadas - e que se organiza a partir de suas próprias

demandas. A escola constitui, portanto, uma realidade sistêmica, não fragmentada, não fraturada pelas demandas externas às suas necessidades, à sua realidade.

Nessa concepção - a da formação centrada na escola - situam-se as discussões e pesquisas cujo propósito é o de tornar o/a professor/a um investigador de sua própria prática.

Prado et al. (2011, p. 07), ao relatarem sobre suas pesquisas com professores alfabetizadores, sinalizam que

> A professora que vê na investigação de sua própria prática um importante instrumento de ação, entende que alfabetizar seus alunos requer entender a lógica das ações infantis, mas também de suas próprias ações. A professora pode então, se vendo refletida no espelho, ver também nesta imagem seus alunos e alunas, desejando para si e para eles, um horizonte de novas possibilidades. Pesquisando *com* a escola e não *sobre* a escola e, consequentemente, produzindo um conhecimento junto *com* as professoras e não *sobre* suas práticas, entendemos poder contribuir para fortalecer um paradigma de formação docente que questiona uma visão monocultural do saber, que elegeu a ciência moderna como critério único de verdade, e a Universidade e os seus intelectuais como os legítimos representantes desse saber, tal como denuncia Santos (2006) [grifos dos autores].

Uma inversão da lógica da formação continuada se coloca, segundo esses autores, quando apontam para uma visão pluricultural do saber - que pode e deve ser construído por outros e em espaços outros que não seja só o da universidade. Outro fator importante a ser destacado se refere à inversão da lógica em relação aos destinatários da formação: os/as professores/as e as escolas do estatuto de objetos (formação para) passam ao estatuto de sujeitos da formação (formação com).

Outra experiência que vem ao encontro da discussão metodológica está referenciada em Monteiro e Giovanni (2000). Estas autoras relatam alguns princípios metodológicos que estão no centro

> do novo conceito de profissionalidade e de formação docente, calcado em conceitos como cooperação, partilha entre pares, autonomia profissional, reflexão do professor sobre sua própria experiência (...). Essa forma de conduzir o processo de formação continuada procura superar a tradicional dicotomia entre teoria-prática, articulando, sistematicamente, fundamentos e atividades do cotidiano dos professores. Nessa articulação, são consideradas e afirmadas as vozes, experiências e histórias pelas quais os professores atribuem sentido às suas práticas; os conceitos e procedimentos são aprendidos em meio às diferenças e ao diálogo com a experiência do outro e com a teoria. (MONTEIRO; GIOVANNI, 2000, p. 136).

Os princípios apontados pelas autoras devem orientar o trabalho de formação continuada com grupos que "reúnem profissionais de várias instituições ou contextualizados numa só escola″ (MONTEIRO; GIOVANNI, 2000, p. 129). Nesse sentido, a metodologia apontada por essas autoras serve aos dois lócus da formação: aos centros e às escolas.

Os modelos de formação quando centrados na escola, viabilizam a reflexão sobre a prática, bem como a adoção de princípios filosóficos abertos à valorização do percurso profissional e da sua historicidade (ESTRELA, 2003).

Depreende-se da leitura desses autores que sendo a escola o *lócus* privilegiado da FCP, será também o *lócus* particular da perspectiva colaborativa.

Ressalta-se que só o fato da FC ser realizada na escola, não garante que seja numa perspectiva colaborativa, ao contrário, os/as docentes podem sentir-se sós na realização de seu trabalho. Farias (2006, p. 75) relata sobre a solidão que sentia na realização de seu trabalho como professora do Ensino Fundamental numa escola de Hortolândia.

> (...) No entanto o grupo na escola na qual trabalhava não conseguia se falar, se olhar, se comunicar. Todos eram estranhos a todos. Consequentemente o isolamento, a recusa, o sentimento de abandono, e o conforto pelo silêncio de estar sendo preservada fazem parte do contexto do trabalho dos professores (...).

A solidão sentida, mesmo quando dentro de um grupo de trabalho, pode trazer o conforto de não ter que se expor, mas pode ser um mote para a busca do trabalho colaborativo e compartilhado, necessitando, nesse caso, de um/a formador/a que tenha propostas nesse sentido.

Dentro da perspectiva colaborativa alguns alertas e cuidados são mencionados.

Imbernón (2009, p. 59) coloca que "não se pode confundir a colaboração com processos forçados, formalistas ou a adesão a modas que costumam ser mais nominais e atraentes que processos reais de colaboração". Nesse sentido, corre-se o risco de burocratizar a colaboração, de por "em risco a individualidade e a criatividade gerando atitude conformista" (SERRA, 2004, p. 50).

Conseguir a adesão dos/as professores/as à perspectiva colaborativa que tem a escola como espaço privilegiado, ainda se coloca como um desafio a ser transposto, dado que esta perspectiva se apoia "fortemente no papel do coordenador pedagógico, considerado responsável pela formação continuada dos professores no âmbito escolar" (DAVIS et al., 2011b, p. 75) e nesse sentido, considerando tanto as secretarias estaduais como as secretarias municipais de educação, a autora divulga que são poucos os exemplos de políticas que tem conseguido promover práticas de formação colaborativas.

Para Imbernón (2009, p. 105),

> O/A formador/a deve assumir mais um papel de prático colaborador num modelo mais reflexivo, no qual será fundamental criar espaços de formação (ou de inovação ou pesquisa) para ajudar a analisar os obstáculos (individuais e coletivos) para ter acesso a um projeto formativo que os ajude a melhorar. O/a formador/a nas práticas de formação permanente deve ajudar a transpor esses obstáculos para que o/a professor/a encontre uma solução à sua problemática.

Nessa direção, questiona-se qual a formação que um/uma formador/a deveria ter? Se na escola esta tarefa fica na responsabilidade do coordenador pedagógico e, como para esta função, a exigência é a de um curso de pedagogia[38], pelo menos inicialmente, questiona-se se os currículos da pedagogia contemplam este aspecto, que é o de tornar o pedagogo apto para a tarefa de realizar a FCP.

As qualidades do/a formador/a necessárias para atender aos objetivos da FCP centrada na escola, conforme os autores estudados, seriam: a capacidade de propor e desenvolver o diálogo crítico; organizar grupos de estudos e estimular a produção coletiva de materiais; apoiar o grupo na avaliação e nas decisões relativas às mudanças provenientes de órgãos centrais e/ou esferas externas à escola; envolver os professores nos processos de

[38] Em minha experiência como professora, com exceção de uma (nesta a coordenadora tinha uma especialização lato sensu) das oito escolas (6 públicas e 2 privadas) que trabalhei, nos estados de Minas Gerais e São Paulo, todas as coordenadoras pedagógicas das escolas, tinham apenas o curso de pedagogia.

planejamento e elaboração e avaliação do projeto político pedagógico, criar um clima de confiança e afetividade entre os membros do grupo, estabelecer uma relação de interdependência e confiança no grupo, entre outras. Essas habilidades teriam que ser desenvolvidas e contempladas no currículo da licenciatura em pedagogia.

Recorre-se novamente a Imbernón (2005, p. 81) para quem a instituição educacional deve ser vista "como nicho ecológico para o desenvolvimento e a formação". Para esse autor, na escola "o professor é sujeito e não objeto da formação".

O/A professor/a quando sujeito da sua formação produz saberes a partir das reflexões e dos estudos que realiza quando investiga a própria prática. Esses saberes são legitimados quando a FC tem como lócus a escola como espaço legítimo da formação.

> Temos perseguido em nossas pesquisas e nas práticas formativas continuadas que alimentam e são alimentadas por aquelas, a produção de um conhecimento que reconheça a escola como um lugar legítimo de produção de saberes legítimos e legitimados, o que pressupõe problematizar a idéia de que as universidades, as secretarias de educação e os centros de formação exteriores a escola, são *os lócus* privilegiado de produção de conhecimento (PRADO et al., 2011, p. 7).

Reivindica-se, conforme esses autores, que a produção do conhecimento no espaço da escola seja considerado e respeitado também como ocorre em outras instâncias, enquanto um saber legítimo. Essa questão tem relevância e convida a pensar, em outra: a divulgação do conhecimento construído pelos/as professores/as nas escolas poderá contribuir para a formação de outros/as professores/as, questão já assinalada por Nóvoa (2009), quando esse autor orienta sobre o lugar dos/as professores/as na formação de outro/as professores/as, conforme já citado anteriormente.

Diante do exposto algumas questões se colocam: será que só através da FC que ocorre na escola é que o professor poderá ser sujeito da formação? Quando o/a docente planeja sua formação, escolhe os cursos que melhor se adequam às necessidades do seu momento profissional não estará sendo sujeito também? Os saberes produzidos pelos professores em outros espaços de formação, como nos centros de formação, não seriam legítimos, também, e não poderiam contribuir para o trabalho com o coletivo da escola?

2.3.2 - Os centros de formação como lócus

Conforme discussão feita até o momento, a formação continuada centrada na escola possibilita a não dicotomia entre teoria e prática, entre ensinar e aprender. Portanto, forma-se em/no trabalho numa perspectiva que é ao mesmo tempo local - os conteúdos da FC emergem das necessidades colocadas pelas práticas reais - e, global - no sentido do entrelaçamento dos desafios vividos no coletivo entre os setores da própria instituição. A autonomia e a participação estariam garantidas, uma vez que as decisões não são mais verticalizadas e as responsabilidades sobre os resultados das aprendizagens, nessa concepção, seriam partilhadas, isto é, assumidas pelo coletivo de docentes e não individualmente. Qual seria então o papel dos Centros de Formação?

A literatura específica sobre os Centros de Formação Continuada não é tão extensa quanto a literatura que discute e aponta a escola como lócus da FCP. Esta constatação permitiu uma abordagem que considerasse, também, a liberdade de escolha individual dos/as docentes em relação às opções de programas de FC ofertados pelos Centros. Nesse caminho, a discussão realiza-se com muitos dos autores que destacam a FC centrada na escola, uma vez que eles estabelecem comparações significativas com a formação realizada em outros espaços, incluindo aí os Centros de Formação.

Estrela (2003) ao discutir a experiência de Portugal com a formação continuada ressalta as mudanças que ocorreram no discurso jurídico.

Aponta que nos anos 90 esse discurso

> se abre a uma concepção desenvolvimentista e personalista da formação, ao conferir ao docente o direito 'de escolher ações de formação que mais se adéquam ao seu plano de desenvolvimento profissional e pessoal, sem prejuízo do cumprimento de programas ou prioridades definidos pela escola a que pertence ou pelo Ministério da Educação (ESTRELA, 2003, p.47).

A citação acima indica a liberdade e autonomia dos/as docentes uma vez que o plano de desenvolvimento profissional é organizado segundo as ações de formação escolhidas por eles/as e, portanto, dentro de uma perspectiva individual de formação, sem desconsiderar o nível central. Nessa mesma vertente, Serra (2004), através das contribuições de vários autores, elenca os vários modelos de desenvolvimento profissional

docente. Na abordagem que trata do modelo de formação orientado individualmente, o autor situa que

> cada professor determina seus próprios objetivos e seleciona as atividades de formação que podem ajudá-lo. Os professores aprendem mediante leituras, na troca com colegas é posto a prova de novas experiências e ao confronto reflexivo com sua própria prática, sem a presença de um programa formal e organizado (SERRA, 2004, p. 63).

Tem-se, assim, uma visão da formação como espaço de troca de saberes entre docentes de diferentes escolas.

Imbernón (2009), ao contrário, critica a formação em contexto individualista como um obstáculo a transpor porque é personalista. Para esse autor,

> O contexto individual significa que o processo de formação se produz descontextualizado, sem considerar a realidade de cada professor ou do coletivo, voltando-se à melhoria da cultura do docente, mas não à mudança e à inovação (IMBERNÓN, 2009, p. 33).

A discussão sobre a organização de centros de formação como agrupamentos de escolas ocorre em Imbernón (1994, 2009), Estrela (2003), Canário (1994), Ferreira (1994), de forma peculiar, com concepções distintas das que conhecemos no Brasil e, mais especificamente, nas cidades de Campinas e Hortolândia.

Em Portugal, a principal inovação no regime jurídico visou, sobretudo, a autonomia das escolas e a instituição de novos territórios educativos nas regiões onde as escolas estão inseridas (ESTRELA, 2003).

Na direção dos territórios educativos é que se discute a criação dos Centros de Formação de Associações de Escolas - CFAE. Aos centros caberia a tarefa de garantir a formação continuada das escolas associadas. Assim, o que se verifica é uma dinâmica de agrupamentos de escolas em torno de um Centro de Formação, o que levou à criação de vários desses centros oportunizando o agrupamento de várias escolas.

Essa dinâmica de criação de vários centros de formação, teve como efeito positivo a "assumpção da formação pelos órgãos do poder central, regional e local, permitindo uma territorialização que facilitou o acesso dos professores de todas as áreas geográficas à

formação" (ESTRELA, 2004, p. 49). Nesse sentido, aos centros de formação, cabe a tarefa de identificar necessidades e elaborar planos de formação, além da articulação entre os projetos desenvolvidos nas escolas e o poder local.

Imbernón (1994) discute a criação dos centros, por parte das administrações centrais, como tendência importante que toma corpo ao final da década de 80 e início da década de 90 em vários países no sentido de organizar a formação permanente. Estes "centros são situados em zonas específicas nos quais os professores podem se reunir, formar grupos de trabalho, investigar, receber material e apoio técnico" (IMBERNÓN, 1994, p. 79).

Para esse autor, a estratégia de criação de vários centros é positiva pelo fato de que

> os professores de uma determinada região podem participar na concepção, implementação e avaliação de uma formação permanente dirigida para o seu próprio coletivo e como resposta a suas necessidades, assumindo os professores o protagonismo de sua formação (IMBERNÓN, 1994, p. 79).

Constatamos que as colocações desse autor diferenciam a FC em Centros de Formação (IMBERNÓN, 1994) - onde os professores, coletivos de uma mesma região, podem ter uma atuação ativa e participativa na própria formação - da FC em contexto individualista (IMBERNÓN, 2009) – do que se infere que o autor se refere a ofertas de cursos isolados dos contextos locais ou regionais.

Percebemos nessas experiências de Centro de Formação de Associação de Escolas – CFAEs objetivos diferentes: ao mesmo tempo em que os centros têm como tarefa a mediação entre os projetos das escolas e o governo local, no que tange às necessidades de FCP, são também, espaços gestados pelos próprios professores de uma mesma região.

De acordo com Davis et. al. (2011a) uma experiência que tem sido referência no Brasil, é a da Secretaria Estadual de Educação - SEE da Região Centro-Oeste que apresenta uma política de formação continuada inovadora. Essa SEE criou vários Centros de Formação Continuada de Professores que têm como desafio

> tomar a prática da escola e suas necessidades como referência para a FCP. É deles a responsabilidade de organizar e promover ações nas próprias escolas, em horários reservados às atividades pedagógicas que estão integradas à jornada de trabalho dos docentes. Esse projeto tem viabilizado uma atuação coletiva, a formação de redes de informações, a

> troca de conhecimentos e alteração de valores por meio de um permanente diálogo. Seu objetivo central é levar os educadores a protagonizar o processo de mudança da própria prática pedagógica" (DAVIS et. al., 2011a, p.843).

Nesses casos, entendemos que os Centros de Formação atuam numa perspectiva colaborativa em relação às escolas, estão a serviço das necessidades das instituições escolares e de seus/suas docentes, dentro de um planejamento integrado à jornada de trabalho, portanto, remunerado.

Oliveira Dri (2013), apresenta a experiência do CePA – Escola de Capacitação Docente – Centro de Pedagogias de Antecipação, da cidade Autônoma de Buenos Aires na análise que faz das modalidades de capacitação. Essas modalidades se dividem em duas, sendo uma em serviço, na escola, e com jornadas menores e a outra fora do horário do serviço, no Centro e com jornadas maiores.

Essa dinâmica ocasiona não só a divisão do lócus da oferta de FC entre a escola e o centro, mas também, divide a oferta em termos de pontuação para progressão na carreira, sendo que apenas a formação no CePA é pontuada mas não é remunerada (OLIVEIRA DRI, 2013).

Davis, et al. (2011b, p. 103) apresentam, a necessidade de as Secretarias de Educação (SE)

> a) incentivarem suas escolas a se converterem em espaços colaborativos de formação profissional; b) investirem em centros de formação, cuja tarefa é propiciar tanto a troca de experiências e a socialização de ideias e conhecimentos, como construir espaços para cursos sistemáticos, oficinas pedagógicas, elaboração de material de trabalho junto aos alunos, grupos de estudos etc.; c) acompanharem a implementação de mudanças para verificar se os resultados esperados estão sendo obtidos, dando apoio às escolas, ao mesmo tempo em que cobra delas ações efetivas para que sejam alcançados melhorias no processo de ensino aprendizagem; d) promover a interação entre escolas e delas com as universidades (...).

Nota-se que a organização da FCP em Centros de Formação orienta e coloca como parâmetros: apoiar as escolas, propiciar a troca de experiências e a formação de redes de informação entre os/as docentes e estimular o diálogo como meio de mudança de valores. Outro forte componente nessa orientação está associado à participação dos/as

professores/as na avaliação da formação dirigida a seu próprio coletivo, indicando, nesse caso, o protagonismo docente.

A crítica aos Centros de Formação com procedimentos de oferta de catálogos de cursos desvinculados dos parâmetros citados no parágrafo anterior é contundente (CANÁRIO, 1994; FERREIRA, 1994). Canário (1994) aponta para três lógicas diferentes que atuam nesse procedimento: a primeira é que a FC se organiza a partir da oferta e não da procura, isto é, da demanda; a segunda lógica é que a FC se organiza através de ações de formação e não de projetos de formação; e a terceira lógica enraíza-se no papel dos professores: de construtores da própria formação passam a consumidores da formação.

Nóvoa (2009, p. 23) corrobora nesse sentido

> Muitos programas de formação contínua têm se revelado inúteis, servindo apenas para complicar um quotidiano docente já de si fortemente exigente. É necessário recusar o consumismo de cursos, seminários e acções que caracteriza o actual "mercado da formação" sempre alimentado por um sentimento de "desatualização" dos professores. A única saída possível é o investimento na construção de redes de trabalho colectivo que sejam o suporte de práticas de formação baseadas na partilha e no diálogo profissional (NÓVOA, 2009, p. 23).

Um elemento complicador na oferta de cursos pelos Centros de Formação é a vinculação entre certificação, creditação e carreira, o que pode obrigar os/as professores/as a frequentarem as ações de FC ofertadas nos Centros de Formação.

A literatura portuguesa sobre os CFAE - – Centros de Formação de Associação de Escolas, evidencia que esses Centros foram criados com o objetivo de aplicação da reforma educativa que ocorreu no país nos anos 90. Um dos aspectos utilizados para a garantia do sucesso da reforma foi a criação de mecanismos de controle na formação.

Canário (2000, p. 71) confirma essa evidência

> O controle estatal exerceu-se por meio de dois instrumentos essenciais: por um lado, por intermédio do processo de financiamento e, por outro lado, pelo estabelecimento de uma articulação direta entre o “consumo” da formação e a progressão na carreira, com base num sistema de créditos proporcional à quantidade de horas de formação “recebida”.

Nas cidades pesquisadas nesse trabalho – Campinas e Hortolândia - os CF também emitem certificados que depois são utilizados na contagem de horas de formação que refletirão na progressão horizontal, conforme se verá nos Capítulos IV e V.

Silva (2003, p. 111) aponta essa questão, quando analisa a FC ofertada pelos CFAE, em Portugal.

> A formação só tem sentido encarada numa perspectiva crítico-reflexiva, criativa e livre. Não faz sentido (porque não produz mudanças) *obrigar* os professores a frequentar ações isoladas, descontextualizada, de uma forma uniforme, caótica, cujo objectivo essencial é a obtenção de créditos para a progressão na carreira. Uma formação assim entendida passa a ser (de) formação e emerge de uma lógica de descontextualização da atividade formativa centrada em "pacotes de formação" paradoxalmente sustentada por um discurso que faz apelo a uma concretização contextualizada e diversificada (Formosinho e Ferreira e Silva, 1999).

A articulação entre a FC ofertada nos Centros de Formação e a sua contextualização com os projetos das escolas dependeria do desenvolvimento de mecanismos de captação de demandas, fato que colabora para que os CF estejam a serviço das escolas e não de necessidades individuais dos/as professores/as. Por outro lado, se as pontuações adquiridas pelas presenças nos cursos forem utilizadas para progressão na carreira, os pacotes de formação ofertados pelos Centros de Formação podem concorrer com a FC centrada na escola.

Apresenta-se a seguir, um quadro comparativo entre as dimensões que orientam a FC tendo como lócus a Escola ou os Centros de Formação. Esse quadro é um resumo da literatura utilizada na discussão sobre o lócus da formação. Algumas dimensões já foram discutidas no texto acima. Outras dimensões foram acrescentadas, conforme a mesma literatura e serão discutidas na sequência da apresentação do quadro.

Quadro 03 - O Lugar da Formação Continuada		
DIMENSÕES da FC	LOCUS NA ESCOLA	LOCUS NO CENTRO
Abrangência	FC inserida no conjunto do trabalho da escola	FC inserida na dimensão individual / pessoal
Foco	No aprendizado: docentes constroem conhecimentos, através de discussões, reflexões, conflitos.	No ensino: docentes recebem conhecimentos prontos, através da busca individual de FC. Podem ocorrer reflexões, discussões, mas poucos serão os conflitos.
Motivação	Problematização de situações postas pelo cotidiano escolar.	Solução de problemas postos pelos coordenadores dos Centros e/ou pela Secretaria Municipal de Educação ou esfera federal estadual.
Visão	Unidade do sujeito	Lacunas no sujeito
Forma de realização	Trabalho coletivo, colaborativo. Realizada *pelos e com* os professores. Formar-se agindo.	Escolha individual dos cursos. Realizada *para* os professores. Formar-se para agir.
Estatuto dos docentes	Professores são os sujeitos e construtores da formação.	Professores são o objeto e consumidores da formação.
Abordagem temática	Definida por meio de projetos de formação inseridos no plano pedagógico das escolas.	Ações isoladas e programas de formação definidos pelo Centro.
Inovação institucional	Capaz de promover essa inovação	Dificilmente ocorrerá essa inovação.
Objetivo da FC em relação ao docente	Formativa/Profissionalização Tem como propósito principal a melhoria do trabalho pedagógico.	Informativa e transmissiva/ Escolarização. Tem como propósitos a implementação de programas das esferas federal, estadual e municipal e a melhoria do trabalho pedagógico.
Resultados da FC em relação à carreira	Não tem como consequência a progressão na carreira.	Certificação com propósito de ascensão na carreira.
Nível da experiência	Pessoal/ profissional/ Institucional	Individual / Pessoal
Sequenciação	Contínua	Descontínua
Status da escolha	Obrigatória	Livre e/ou obrigatória
Efeitos da FC	Efeitos imprevistos	Efeitos imediatos
Lógicas que orientam a formação	lógica projeto; lógica do uso; lógica da inovação; lógica da procura para a oferta	Lógica catálogo; lógica da troca; lógica da implementação da reforma; lógica da oferta para a procura
Metodologia de pesquisa	*Com* professores e *com* escolas	*Sobre* professoras e *sobre* escolas
Objetivos da FC em relação à aprendizagem dos alunos	Melhoria das intervenções pedagógicas e consequente melhoria das aprendizagens dos alunos.	Melhoria das intervenções pedagógicas e consequente melhoria das aprendizagens dos alunos.

Fonte: Organizado pela autora a partir de Prado (2011); Nóvoa (2009); Imbernón (2005); Silva (2003); Canário (2000, 1995, 1994); Barroso e Canário (1999); Ferreira (1994).

Conforme registrado no início desse tópico, as diferenças que marcam a FC nos dois lócus discutidos possibilitam contrapor as dimensões que definem a formação quando realizada num ou noutro lócus. Busca-se a seguir, dar maior visibilidade a algumas dessas dimensões.

A FC pode ser realizada a partir de dois percursos: formar-se agindo ou formar-se para agir. Silva (2003, p. 110) apresenta essa questão afirmando que "É preciso conceber a escola como um espaço onde os docentes possam trabalhar e, ao mesmo tempo, formar-se". Portanto, trabalho e formação fazem parte de um mesmo projeto, de um todo indissociável. Canário (1995, p. 12) reforça essa ideia dizendo que "*os professores em vez de 'serem formados', se formam em contexto construindo uma inovação* [grifos do autor]". Nesse sentido, a formação contribui para a inovação numa perspectiva endógena, isto é, realizada pelos profissionais da própria escola, o que não quer dizer, segundo esse autor, que não possa ser com a contribuição de apoio externo.

Em relação ao estatuto, os/as docentes podem ser construtores/as ou consumidores/as da FC o que será definido pelas lógicas do valor de uso ou do valor de troca. Canário (2000, p. 74) sinaliza que

> Do ponto de vista dos 'consumidores', o caráter instrumental e economicista da formação é reforçado pela articulação direta e necessária entre as 'ações, os certificados e a progressão na carreira. O valor de uso da formação tende a ser substituído pelo seu valor de troca, quantificado na unidade de medida de créditos.

Esse autor chama a atenção para o caráter mercantilista da formação uma vez que a adoção da lógica do mercado conduz à inversão dos resultados da formação para a carreira. Conforme registrado no Quadro 03, a formação muda de propósito quando vinculada à carreira, através dos créditos dos certificados, perdendo seu objetivo principal: a reflexão, a pesquisa e a construção coletiva da melhoria do trabalho pedagógico. Este fato marca a presença de princípios do gerencialismo já discutido no Capítulo I. A eficiência pode ser medida por certificados conquistados e, ainda pode ser monitorada, quando a lógica da oferta dos CF representa os programas das esferas federal e estadual e não representam a lógica da procura, isto é, das necessidades das escolas e docentes.

Oferta e procura são lógicas que se diferenciam na medida em que a lógica da oferta não considera uma necessidade que a antecede (SILVA, 2003)

Outro aspecto a ressaltar relaciona-se ao foco da FC: quando na escola, está dentro de uma perspectiva de aprendizagem coletiva o que pressupões interações, conflitos e busca de consenso. Apoiando-se nas discussões de Sarmento (1993), Ferreira (1994, p. 99), esclarece que

> (...) é nessas interacções que se realizam os processos de conflito e de negociação de diferentes perspectivas ideológicas, que se debatem crenças e assunções sobre a educação, o processo de ensino e os alunos, que se estabelecem as condições de comunicação no interior da organização e se delimitam os territórios e zonas de influência e se suspeitam as zonas de incerteza organizacional. Para esse autor [se referindo a Sarmento] essas interacções podem favorecer ou não a autonomia.

O foco da FC realizada no Centro de Formação está no ensino, isto é, um/uma coordenador/a ensina um conteúdo aos/as professores/as. O tema do conteúdo pode ser importante para o grupo, mas pode não ter sido demandado por esse grupo. O tema pode ter sido colocado por um/a diretor/a ou coordenador/a de escola, bem como pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo MEC. Portanto a temática é demandada por uma percepção exógena, que "exporta 'soluções' procurando, de forma coercitiva ou persuasiva, impô-las à 'periferia' (os professores, a quem compete 'aplicar bem' estas soluções") (CANÁRIO, 1995, p. 05, grifos do autor). Nesse sentido acredita-se que os efeitos podem ser previstos.

A imprevisibilidade dos efeitos, quando a FC está centrada na escola, se coloca justamente por se entender que a singularidade do contexto, de cada professor/a e de cada turma, pode resultar em respostas diferenciadas, bem como em tempos diferentes para a implementação do que foi elaborado, refletido e combinado no coletivo (CANÁRIO, 1995). Nessa direção a continuidade do trabalho da escola pode garantir a retomada das situações, fato que dificilmente ocorreria no Centro de Formação pelo motivo de que um curso tem tempo determinado.

Finalizando, sobressai um aspecto que, acredita-se, seja comum aos dois lócus da formação continuada discutidos nesse capítulo: a FC tanto no Centro como na Escola tem como preocupação a melhoria das intervenções pedagógicas e, como consequência, a melhoria das aprendizagens dos/das alunos/as. Acrescenta-se que os professores/as

individualmente ficam mais fragilizados em relação aos resultados que deverão apresentar em relação ao Ideb – uma realidade que está colocada pela política educacional brasileira, conforme apresentado e discutido no Capítulo I. A cobrança por resultados, e não só a cobrança por formação/certificação/carreira, pode levar à corrida aos cursos, também.

2.4 – Os programas de formação continuada

A FCP dentro das diversas concepções e abordagens, acontecendo na escola, nos centros de formação ou em outros espaços de formação, objetivando ao atendimento de demandas colocadas pelo contexto municipal ou da própria sala de aula coloca no centro do debate o modo como se articulam as ofertas dos programas.

Gatti et al. (2011), discutem a questão da articulação entre os diversos programas em oferta:

> Diante da grande oferta de cursos proveniente do governo federal e dos recursos disponibilizados para a sua execução, por um lado, e dos programas estaduais ou locais, por outro lado, é de perguntar-se como se articularão as ações voltadas aos docentes diante das necessidades dos sistemas educacionais. Os mecanismos estabelecidos para ordenação das demandas docentes por cursos gestados na instância federal, por meio da Plataforma Freire e pela atuação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, certamente não substituem a atuação integradora das administrações dos estados e dos municípios em relação às suas próprias políticas e às suas interfaces. Ainda assim, não fica descartada a "corrida" aos cursos por parte dos docentes em busca incessante por titulação para assegurar melhores postos de trabalho, sem que haja evidências de que ela resulte em melhoria das práticas escolares (GATTI et al., 2011, p. 249).

Neste sentido, os municípios se veem com uma dupla tarefa: criar condições que estimulem, promovam e organizem a participação de seus professores nos cursos provenientes dos governos federal e estadual, além de planejar e oferecer programas de Formação Continuada que deem conta das demandas locais.

A oferta de programas por parte dos Governos Federal e Estadual tem sido intensificada nos últimos anos. Praticamente em quase todos os anos do período 2000 - 2012 houve oferta de programas conforme se poderá verificar no próximo capítulo.

A discussão da FCP dentro de uma perspectiva individual, onde o planejamento e o aprimoramento do/a profissional docente é feito segundo uma escolha própria, não se concretiza quando o lócus é a escola. No entanto, há liberdade de escolha de cursos e programas de FC quando a oferta é feita pelos Centros de Formação.

Percebe-se que as concepções em relação ao lócus da FCP se dividem. É praticamente unânime na literatura a defesa da escola em função da valorização do trabalho coletivo, da perspectiva colaborativa na busca de soluções para as questões postas pelo cotidiano da prática pedagógica e, como pressuposto, resultando numa melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

O Centro de Formação como lócus aparece como importante instrumento no planejamento de ações de FC voltadas para o atendimento das demandas das escolas e de seus/suas docentes e, nesse trabalho, os centros se relacionam com as escolas dentro de uma perspectiva colaborativa.

O Centro de Formação, também pode ter a tarefa de ser um articulador entre projetos desenvolvidos nas escolas e o governo central, uma vez que cabe ao CF identificar necessidades e planejar a formação.

Outro aspecto que cabe ressaltar é que o Centro de Formação pode ser um espaço gestado pelos/as próprios/as educadores que através da organização de coletivos vão planejar, implementar e avaliar a FC, numa atitude que protagoniza a própria formação.

Em relação à avaliação da qualidade da FCP ofertada pelos Centros ou pelas Escolas, ainda não se verificou um planejamento sistemático que contemplasse o acompanhamento e a avaliação dos programas de formação. Nesse sentido, "*valoriza-se mais a quantidade de coisas realizadas do que a qualidade do que se executou*" (IMBERNÓN, 2009, p. 32).

Por outro lado, Serra (2004, p. 157), quando pesquisa os cursos de capacitação na perspectiva dos docentes apresenta dados da avaliação dos mesmos. Os docentes avaliam como bons os programas e cursos que "trazem respostas para o seu trabalho cotidiano, que sejam aplicáveis" dentre outros.

Percebe-se aqui a urgência e a valorização das respostas prontas, soluções para problemas e/ou para dinamizar/inovar a prática. Professores mais experientes podem colaborar e muito nesse sentido. Não seria o caso de desenvolver uma cultura de

valorização da experiência na docência? Aprofundar o que a literatura (DAVIS et al. 2011a, 2011b; HUBERMAN, 2007) já vem apontando sobre os estágios da carreira docente e os ciclos de vida profissional?

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO CONTINUADA NAS CIDADES DE HORTOLÂNDIA E DE CAMPINAS: documentos pesquisados

Conforme já registrado na introdução desse trabalho, as duas cidades realizam ações de FCP através de Centros de Formação. O que não representa que todas as ações de formação continuada aconteçam através destes centros. Tanto em Campinas como em Hortolândia a FC acontece também nos espaços das Escolas, nos horários de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo - HTPC ou outros espaços programados pela escola. São ações mais pontuais, que visam estudos, discussões e resolução de situações problemas oriundas da prática pedagógica.

Mas são nos espaços dos Centros de Formação que observamos para essa dissertação, um conjunto de programas e propostas de FCP para o conjunto dos/as docentes dessas redes municipais de ensino.

Em Campinas os programas são desenvolvidos no Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional "Milton Santos" - CEFORTEPE – e, em Hortolândia, no CFPE PF – Centro de Formação dos Profissionais em Educação "Paulo Freire".

Uma apresentação sobre o contexto / lócus dos documentos pesquisados nos Centro de Formação das duas cidades será feita inicialmente, através de informações sobre o espaço onde os documentos foram encontrados. Para essa discussão, será utilizado, também, o recurso da fotografia como documento e registro da realidade encontrada.

3.1 - O contexto dos documentos pesquisados[39]

Registram-se nesse tópico as modificações verificadas na organização e exposição do material que traz a história da FC em Hortolândia e em Campinas, fazendo-se o uso das fotografias como documento e registros.

Inicialmente, a fotografia não havia sido elegida como registro.

[39] Todas as fotos utilizadas nesse trabalho fazem parte do acervo da pesquisadora.

O fato é que logo no início da pesquisa de campo, verificou-se a necessidade de registrar o *lócus* dos documentos pesquisados, seja pelo movimento que ocasionou a mudança dos documentos de lugares, como ocorreu em Hortolândia, ou dada a dificuldade de encontrá-los, pela falta de organização e organicidade temporal e/ou temática coerentes, como também, pela dificuldade de manuseá-los por falta de um acondicionamento adequado, como no caso de Campinas.

Assim o que se percebeu é que alguma coisa estava acontecendo com a história, a memória da formação continuada nos dois Centros de Formação[40].

Segundo Le Goff (1990, p. 535), os "materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os 'monumentos', herança do passado, e os 'documentos', escolha do historiador".

Para esse autor, o *monumento* é tudo o que pode evocar, perpetuar e fazer recordar o passado, como uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura, como também um monumento funerário destinado a fazer recordar uma pessoa que morreu.
Monumento é, também, um legado à memória coletiva. Já o termo *documento* derivado de ensinar evoluiu para o significado de prova e firma-se essencialmente como um testemunho escrito, opondo-se por sua objetividade à intenção do monumento (LE GOFF, 1999).

Na educação, pode-se dizer que existem os documentos oficiais que atestam resoluções, orientações normativas. Existem, também, os documentos oficiais nas escolas como os Projetos Políticos Pedagógicos, as Atas de Reuniões, os Planos de Ensino, dentre outros (CASSAN, 2013).

[40] Essa percepção foi possível, primeiro, porque já estávamos utilizando a fotografia para documentar o *lócus* que guardava a história que se pretendia investigar, bem como para digitalizar os documentos que não tivemos tempo de ler no local e, segundo, porque em 2013, assistimos a Banca de Tese de Doutorado de Elaine Regina Cassan. A referida pesquisadora, em sua tese buscou em Le Goff (2003) e March Bloch (2001) *referenciais que subsidiaram a construção do conceito de documento e monumento* (...) (CASSAN, 2013, p. 8). A pesquisadora utilizou fotografias dos documentos encontrados fazendo uma leitura detalhada das fotos, tais como conservação, cuidados, acomodação, realizando uma leitura crítica da política de Educação Infantil através dos papéis soltos,amarrados, ensacados - monumentos que ela transforma em documentos.

Cassan (2013, p.23) coloca que sua experiência pessoal, como professora,

> possibilitou vivenciar o sentimento de que nada é produzido em Educação; exercitamos uma eterna repetição nas formas de conceber e organizar o trabalho pedagógico e a política educacional; não construímos história e não temos memória. Esses sentimentos jogam os sujeitos-professoras à condição de coadjuvantes, apartados da história, da vida e de si mesmos.

As imagens fotografadas são os monumentos que podem ser convertidos em documentos, dados que farão recordar e evocar um passado como memória coletiva, como tempo histórico, como tempo vivido. Essas imagens são, também, uma denúncia no sentido de apontarem o descaso com que os documentos que contam a história da FCP - uma história construída pelos coletivos dos profissionais da educação - estão sendo acondicionado modo pelo qual perderão a condição de testemunhos da história da FCP nessas cidades.

3.1.1 – O lugar e os lugares dos documentos da FCP em Hortolândia

Na Sala de Pesquisa do Centro de Formação dos Profissionais em Educação "Paulo Freire", um armário se abre e nele encontram-se, empilhados ano a ano, os documentos que contam a história da FCP em Hortolândia. Tudo pronto para que a pesquisa seja iniciada e concluída sem problemas. Até que os documentos, muitos deles artesanalmente registrados, começam um movimento. Como se tivessem pernas realizam deslocamentos para o interior de caixas-arquivos. Agora nem nome, nem datas. Nenhuma identificação (até arquivo-morto tem identificação).

Em três atos a história desses documentos é contada abaixo.

3.1.1.1– Primeiro ato: Como a mão e a luva (agosto/2013)

Fazendo uma analogia com o dito popular "como a luva e a mão" - quando se quer dizer que os elementos de duas situações distintas se combinam, se juntam, se unem, estão um para o outro, em acordo – os documentos estavam alinhados com o quadro criado para o registro dos programas de FCP, organizado ano a ano.

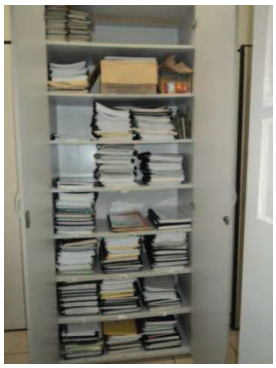


Figura. 2 - Estante com documentos relativos à história da FC em Hortolândia

Figura. 3 - Detalhe da figura 2 (horizontal)

Figura.4 - Detalhe da figura. 2 (vertical)

Na estante (Figura 2), encontravam-se todos os documentos relativos à história da Formação Continuada de Hortolândia de 1997 a 2011. Cada prateleira apresentava os documentos e registros empilhados verticalmente, Figura 3, e embaixo da pilha uma etiqueta com o ano, Figura 4. Dessa forma, foi possível encontrar, facilmente, os documentos já organizados em cada ano. Foi possível desfrutar dessa organização para o registro dos programas de FC ofertados no período de 2000 a 2006.

3.1.1.2 – Segundo ato: Esconde Varinha "quente ou frio"? (novembro/2013)

Fazendo uma analogia com a brincadeira "Esconde varinha" - quando você chega perto da varinha o/a condutor/a da brincadeira diz que está "quente", quando você está longe da varinha, o/a condutor/a da brincadeira diz que você está "frio". Só que a condutora, nesses caso, foi a própria pesquisadora. Abre caixa / fecha caixa. Às vezes quente, outras tantas vezes frio.

Figura 5 - Material a partir do ano de 2006 em caixas-arquivo.

Figura 6 - Documentos arquivados, com etiqueta de identificação do local.

Verifica-se que o modo de organização do material começa a sofrer mudanças.

Os documentos, antes organizados no sentido de trazerem ano a ano os cursos e as informações sobre os mesmos foram, a partir do ano de 2006, acondicionados em caixas de arquivo (Figura 5). As caixas não apresentam identificação sobre os seus conteúdos, apenas apresentam uma etiqueta de identificação do local: CFPE "PF" - Sala de Pesquisa, Pasta nº 5 (Figura 6).

Na falta do funcionário para explicar a lógica adotada na nova ordem - pois o mesmo fora designado para outra função em outro departamento - adotou-se o princípio de abrir caixa por caixa na sequência em que estavam posicionadas nas estantes e fazer as anotações dos achados, conforme iam aparecendo: um de um ano, outro de outro ano, dois ou três de outros anos. Os colegas do Centro de Pesquisa não puderam ajudar, não tinham informações sobre a nova organização. Este fato demandou tempo maior para as consultas e registros. Perdeu-se a sequência histórica que havia anteriormente conforme se pode verificar nas Figuras 2, 3 e 4.

3.1.1.3 – Terceiro. Ato: Caça ao tesouro (fevereiro/2014)

Figura 7 - Documentos da FC junto aos livros da Sala de Pesquisa

Figura 8 - Caixas sem identificação

Em 2014 todos os documentos já estavam dentro das caixas-arquivos verdes, e a maioria delas sem nenhuma identificação (Figuras 7 e 8).

A continuidade da pesquisa sofreu drástica mudança em termos do tempo demandado para encontrar os documentos dos anos para os quais faltavam os registros dos programas, sendo eles os anos de 2009, 2010, 2011. Foi necessário abrir todas as caixas, inclusive, muitas vezes nos deparamos com material que já haviam sido pesquisados. Um retrabalho e uma verdadeira "caça ao tesouro". Como solução, passamos a identificar as caixas já inspecionadas com uma etiqueta branca, com a permissão de um funcionário do CF. Terminada a pesquisa as etiquetas foram removidas.

A história da FC de Hortolândia, no período de 1997 até 2011 foi arquivada. Será que cairá no esquecimento? Muitos períodos dessa história foram registrados de forma artesanal, feitos a muitas mãos, por professores e professoras.

Verifica-se que procedimentos como esses dificultam o acesso à história.

Em Hortolândia, os cursos a partir de 2012 estão sendo organizados em Portfólio. Este sistema facilita muito o acesso, pois todos os cursos de uma mesmo ano estão guardados numa pasta de arquivo, protegidos por plásticos, conforme exemplo do portfólio de 2013 (Figura 9), uma iniciativa do Diretor do CF, para organizar o material e o acesso.

Figura 9 - Portfólio dos cursos de Formação Continuada, 2013

No entanto, cabe ressaltar que, ao mesmo tempo em que, o portfólio organiza, é frio na medida em que padroniza a apresentação do material tornando impessoal o que tinha nome, contava história, tinha textos e imagens atestando processos e acontecimentos. Mas pode ser um caminho para a segurança e proteção das informações.

3.1.2 – O lugar dos documentos da FCP em Campinas

Em Campinas os programas de formação continuada são desenvolvidos no CEFORTEPE "Milton Santos". É no Núcleo de Memória, sala localizada no Cefortepe, que os documentos que contam a história da FCP estão guardados.

Os documentos estão arquivados dentro de caixas e acomodados nas prateleiras de estantes dispostas em filas e alinhadas para a formação de corredores bem apertados, formando um “túnel do tempo” (Figuras 10 e 11).

3.1.2.1 – Túnel do tempo

Figura 10 - Vista por entre estantes de um dos corredores formados pelas estantes

Figura 11 – Vista de um dos corredores de estantes.

O espaço não está adequado para os documentos, que estão muito mal acondicionados e alguns já apresentam marcas de deterioração. Há necessidade de uso de luvas e máscara para proteger o documento e a saúde de quem os manuseia. O Centro de Memória não oferece o material de proteção. O local não está preparado para receber pesquisadores. Há falta de espaço e não tem mesas e nem cadeiras suficientes. A boa vontade dos funcionários do local, com um jeitinho aqui e outro ali, consegue uma mesinha e uma cadeira para acomodar a pesquisadora. Mas onde?

3.1.2.2 – Os vários batismos

Como encontrar um documento no Centro de Memória do Cefortepe de Campinas? O sistema de catalogação dos documentos é confuso.

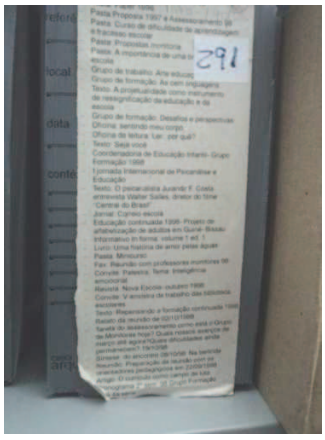


Figura 12 – Lista dos documentos contidos na caixa 285

Figura 13 - Lista dos documentos contidos na caixa 291

Uma lista com a relação dos documentos contidos nas caixas e colada na parte externa da mesma nos indica qual o conteúdo existente em seu interior (Figuras 12 e 13). Há, portanto, a necessidade de ler lista por lista para ver se ali tem material que possa interessar à sua pesquisa. As caixas não são organizadas nem por tema e nem por ano. Por exemplo: a caixa 289 guarda documentos de 2004 e 2001; a caixa 290 guarda documentos de 2004 e 2003.

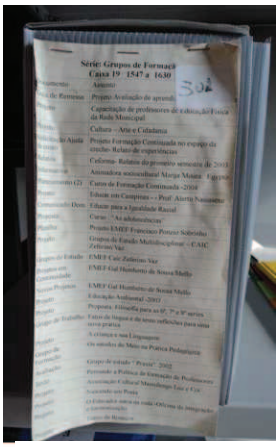


Figura 14 - Ficha de "identificações". Caixa 301 ou 19. Docs - 1547 a 1630

Outro fato é que uma mesma caixa pode apresentar mais de uma numeração, indicando claramente que mais de um sistema de organização foi experimentado. Por exemplo: a caixa 301 (Figura 14) é também a de número 19. Os números entre parênteses (1547 a 1630) correspondem aos documentos que estão dentro da caixa que são os mesmos da lista externa, só que eles só ganham numeração quando estão dentro da caixa.

Uma profissional que já trabalha na rede há mais de 20 anos e que há alguns deles está trabalhando no CEFORTEPE, esclareceu em diálogo informal que “esse processo de cuidados com os documentos da formação continuada, isto é, o melhor modo de guardá-los e arquivá-los para disponibilizar a quem possa interessar é uma questão que já atravessa muitos anos e ainda não se chegou a uma resposta que viabilizasse a organização do arquivo dentro dos padrões de conservação e acesso adequados” (Diário de Campo da autora, em 10/05/2014).

Se a tendência contemporânea coloca que os Centros de Formação atuem em colaboração com as escolas, resta saber como irão orientar o “como” guardar as

memórias/registros da FCP. Sem esses registros como avaliar o processo? Como implementar novas políticas? Como "*tomar em suas mãos o seu próprio destino*"[41]?

3.2 - As fontes documentais, dados e informações sobre a FCP nas cidades de Campinas e Hortolândia.

Apresentam-se abaixo as fontes através das quais foi possível o levantamento da oferta da FCP nos Centros de Formação das cidades pesquisadas. A referência aos entrevistados será indicada por colaborador/a seguida de um número - colaborador/a 1, colaborador/a /2, ... - para preservar suas identidades.

Registra-se que foi realizado um levantamento das pesquisas acadêmicas relacionadas à Formação Continuada envolvendo os municípios de Hortolândia e Campinas, no Banco de Dissertações e Teses da Unicamp, com o objetivo de mapear o objetivo dessas pesquisas. Alguns desses trabalhos foram selecionados para possíveis diálogos com os propósitos dessa dissertação. Essas pesquisas e seus/suas autores/as serão devidamente referenciadas, quando utilizadas.

3.2.1 – Fontes e documentos sobre a FCP em Hortolândia entre 2000 e 2012

As informações apresentadas sobre a oferta de FC em Hortolândia, no período de 2000 a 2012 foram colhidas e organizadas a partir do trabalho de 18 dias de pesquisa de campo, Sala de Pesquisa do Centro de Formação dos Profissionais em Educação "Paulo Freire", sendo 12 dias de campo em 2013 e 6 dias em 2014.

Realizou-se ainda:

a) Uma entrevista semiestruturada e três reuniões com o/a Colaborador/a 1, do Centro de Formação dos Profissionais da Educação "Paulo Freire".

b) Uma entrevista semi-estruturada com o/a Colaborador/a 2, do Centro de Formação dos Profissionais da Educação "Paulo Freire".

Registra-se que esses dois colaboradores assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme orientação Conselho Nacional de Saúde, Resolução nº 196/96.

[41] Uma referência ao texto de Rossi (2001) "Desafio da escola pública: Tomar em suas mãos seu próprio destino".

c) Documentos encontrados no armário que guardava os materiais da FCP e/ou disponibilizados pelos coordenadores do Centro de Formação, sendo:

1. Memorial – oficina pedagógica (xerox);
2. Projeto Político-Pedagógico Entre Diálogos e Práticas: caminhos em construção. Outubro de 2007 (xerox);
3. Lei nº 1.263 de 19 de setembro de 2003, que "Dispõe sobre a inclusão do projeto denominado "Construção do Centro de Capacitação de Professores", no Plano Plurianual 2002/2005 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 e 2004 e dá outras providências" (xerox);
4. Diretrizes pedagógicas para 2007 (xerox);
5. Lei de nº 1.326 de 05 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do magistério, institui o plano de carreira de vencimentos e de remuneração e dá outras providências correlatas" (xerox);
6. Várias pastas com folhas e cadernos com registro dos cursos ofertados;

d) Registros no Diário de Campo da autora (19 páginas).

Cuidou-se de organizar um arquivo contendo 204 fotos dentre as quais fotos do espaço e fotos digitalizadas dos documentos para posterior leitura.

A leitura dos documentos contidos em todas as pastas e nos cadernos possibilitou a organização de uma extensa e detalhada tabela[42] contendo os programas, os proponentes, os objetivos dos programas e a participação dos/as professores/as.

Na Tabela 1 apresentamos um resumo do número de programas encontrados no Centro de Formação de Hortolândia.

Tabela 1 – NÚMERO DE PROGRAMAS DE FCP CENTRO DE PESQUISA – HORTOLÂNDIA 2000/2012

Ano/	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
N° de cursos	03	03	10	18	05	13	13	10	07	05	04	05	37	**133**

[42] Em função da extensão das tabelas, tanto a de Hortolândia como a de Campinas, estas foram gravadas em um CD que acompanha a versão impressa desse trabalho.

Os dados da Tabela 1, organizados a partir dos documentos disponíveis no Centro de Pesquisa, nos informam variações entre a oferta de ações de um ano para o outro, sendo que em seis (46%) dos treze anos do período analisados a oferta é inferior a cinco ações de formação.

3.2.2 – Fontes e documentos sobre a FCP em Campinas entre 2000 e 2012

As informações apresentadas sobre a oferta de FC em Campinas foram organizadas a partir do trabalho de 08 dias de pesquisa no Núcleo de Memória e Pesquisa em Educação, localizado uma sala do Centro de Formação Tecnologia e Pesquisa em Educação - Cefortepe, nos meses de março, abril, maio e junho de 2014.

a) Realizou-se um questionário respondido por escrito pelo/a Colaborador/a 3 da Coordenadoria Setorial de Formação;
b) Encontrou-se um doc. Relatório Final da Coordenadoria Setorial de Formação de Educação Básica - CEB que registra todos os programas realizados no período de 2003 e 2004 (xerocado);

   Cuidou-se de organizar um arquivo contendo 164 fotos dentre as quais fotos do espaço e fotos digitalizadas dos documentos para posterior leitura e utilização;
c) Registros do Diário de Campo da Autora (16 páginas), contendo informações sobre os documentos encontrados nas caixas que foram indicadas para a pesquisa – a partir das palavras chaves: formação continuada – professores do ensino fundamental – período 2000 a 2012 - sendo elas, inicialmente, as caixas de números 285, 288, 290, 292, 293, 301, 327. Posteriormente, depois de pesquisar os materiais contidos nessas sete caixas solicitamos permissão para abrir outras caixas. Permissão concedia, foram abertas as caixas de números 289, 291, 294 e 503.

Os documentos encontrados nas caixas são de várias naturezas – e-mails entre setores, circulares, textos estudados, agenda de encontros, propostas de cursos encaminhadas, listas de presença em cursos, projetos desenvolvidos pelas escolas, dentre

outros – e às vezes informam os cursos de FCP realizados, com exceção da caixa 293, onde foi encontrada lista completa dos cursos desenvolvidos nos anos de 2003 e 2004.

Organizamos um primeiro quadro com as informações sobre as ações de FCP, resultantes das 11 caixas pesquisadas. Foram encontrados alguns cursos ofertados nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2006, 2007. Num livro-ata, também guardado na caixa-arquivo de nº 293, encontramos vários recortes e colagens de Comunicados do Departamento Técnico Pedagógico, publicados no Diário Oficial do Município de Campinas - DOM, sendo todos do ano de 2002.

O objetivo foi o de obter um panorama dos achados nas 11 caixas - arquivo.

Resultados da 1ª busca: síntese contendo o número de cursos encontrados em cada ano do período pesquisado, a partir da pesquisa nos documentos encontrados nas 11 caixas-arquivo do Centro de Memória.

Tabela 2 – Número de Programas de FCP encontrados no Centro de Memória – Cefortepe – 2000/2012

Ano/	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Número de cursos	-	05	51	58	44	-	01	07	-	-	-	-	-	166

Só conseguimos informações para seis anos. Os anos de 2001, 2006 e 2007 apresentaram poucas informações quando comparados com os anos de 2002, 2003 e 2004. Buscando informações para uma análise mais consistente que pudesse responder aos propósitos dessa pesquisa, fez-se uma busca nos Diários Oficiais do Município[43] (DOM), usando a palavra-chave *cursos de formação continuada.*

O quadro abaixo apresenta a soma dos resultados da primeira busca mais as informações encontradas nos Diários Oficiais Municipais e em Moreto (2009). Registramos, sempre que foi possível localizar o semestre em que o programa foi ofertado.

[43] Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/diario-oficial/busca-diario.php>. Acesso em: 22 de junho de 2014. A leitura e seleção dos cursos nos Diários Oficiais do Município de Campinas, nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, contou com a colaboração laboriosa da colega do GPPE Lorraine Cristina da Silveira Pereira.

Quadro 4 – Documentos pesquisados e número de cursos - Campinas/ 2001-2012.		
ANO[44]	**RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PESQUISADOS**	**Nº DE CURSOS**
2001 (1º semestre)	Doc. Cefortepe (caixa 288)	02
	Doc. Cefortepe (caixa 289)	01
	Doc. Cefortepe (caixa 292)	02
2001 (2º semestre)	DOM nº 7.789 de 2/10/2001	01
Total de cursos em 2001		**06**
2002 (1º semestre)	DOM nº 7.894 de 12/03/2002	01
	DOM nº 7.932 de 7/5/2002	06
	DOM nº 7.929 de 1/5/2002	01
	DOM nº 7.948 de 29/5/2002	01
	DOM nº 7.950 de 4/6/2002	01
	Doc. Cefortepe caixa 293	127
2002 (2º semestre)	DOM nº 7.989 de 31/07/2002	02
	Doc. Cefortepe caixa 293	21
Total de cursos em 2002		**160**
2003 (1º semestre)	Documentos Cefortepe (caixas 290, 292 e 293); DOM nº 8.168 de 17/04/2003; DOM nº 8.205 de 13/06/2003	32
2003 (2º semestre)	Documentos Cefortepe (caixas 293); DOM nº 8.205 de 13/06/2003	30

[44] Não encontramos até o momento nenhum curso referente aos anos 2000 e para o ano de 2008 apenas 01 curso.

Total de cursos em 2003		**62**
2004 (1º semestre)	Doc. Cefortepe (caixa 289)	01
	Doc. Cefortepe (caixa 292)	01
	Doc. Cefortepe (caixa 290)	01
	Doc. Cefortepe (caixa 293)	35
2004 (2º semestre)	DOM nº 8.492 de 10/08/2004	01
	DOM nº 8.497 de 17/08/2004	01
	Doc. Cefortepe (caixa 293)	42
Total de cursos em 2004		**82**
2005 (1º semestre)	DOM nº 8.671 de 05/05/2005	02
	DOM nº 8.653 de 07/04/2005	11
2005 (2º semestre)	DOM nº 8.731 30/07/2005	10
	DOM nº 8.749 25/08/2005	04
	DOM nº 8.760 9/9/2005	02
Total de cursos em 2005		**29**
2006 (1º semestre)	DOM nº 9.616 de 21/03/2006	01
	DOM nº 8.931 de 26/05/06	01
2006 (2º semestre)	DOM nº 9.616 de 21/03/2006	01
	DOM nº 8.966 de 19/07/2006	03
	DOM nº 9.043 - 10/11/2006	01
	DOM nº 9.055 de 30/11/2006	01
	Doc. Cefortepe (caixa 292)	01
Total de cursos em 2006		**09**
2007 (1º semestre)	DOM nº 9.144 de 12/04/2007	46
	DOM nº 9.149 de 19/04/2007	09
	Doc. Cefortepe (caixa 292)	01
	Doc. Cefortepe (caixa 293)	01
	Doc. Cefortepe (caixa 294)	01

	MORETO (2009)[45]	18
2007[46] (2º semestre)	DOM nº 9.224 de 09/08/2007	01
	Doc. Cefortepe (caixa 293)	01
Total de cursos em 2007		**80**

2008	DOM nº 9.536 de 15/11/2008	01
Total de cursos em 2008		**01**
2009 (1º semestre)	DOM nº 9.616 de 21/03/09	30
2009 (2º semestre)	DOM nº 9.688 de 09/06/2009	14
Total de cursos em 2009		**44**
2010 (1º semestre)	DOM nº 9.846 de 04/03/2010	49
Total de cursos em 2010		**49**
2011 (1º semestre)	DOM nº 10.078 de 12/02/20011	64
2011 (2º semestre)	DOM nº 10.205 de 18/08/2011	01
	DOM nº 10.207 de 22/08/2011	01
	DOM nº 10.109 de 10/08/2011	38
Total de cursos em 2011		**104**
2012 (1º semestre)	DOM nº 10.339 de 09/03/2012	50
	DOM nº 10.355 de 02/04/2012	01
	DOM nº 10.358 de 05/04/2012	02
2012 (2º semestre)	DOM nº 10.430 de 24/07/2012	02
	DOM nº 10.433 de 27/07/2012	57
	DOM nº 10.443 de 10/08/2012	06
	DOM nº 10.502 de 06/11/2012	01
	DOM nº 10.507 de 13/11/2012	01

[45] MORETO, Julio Antonio. **Formação Continuada de Professores**: dos (des)caminhos aos órgãos colegiados de participação, às instâncias de gestão das políticas públicas. Tese de Doutorado. Unicamp/FE, Campinas, SP: [s/n], 2009. (p.312-314)

[46] Só foi possível identificar 4 cursos no 2º semestre. Pela quantidade de cursos elencados no 1º semestre, é bem provável que muitos deles tenham ocorrido no 2º semestre, mas não se conseguiu este dado das fontes pesquisadas.

	DOM (pdf 20118) contrato 118/2012	02
Total de cursos em 2012		**122**
TOTAL = 749		

Fonte: organizado pela autora

O levantamento da oferta de FCP nos possibilitou a organização de uma extensa e detalhada tabela contendo os programas, os proponentes, os objetivos dos programas, o número de participantes e a carga horária.

O material coletado nas duas cidades está organizado em tabelas (ANEXO I) e será utilizado para a análise e interpretação da oferta dos programas, dos proponentes, dos objetivos e da participação que comporão os próximos itens.

Dentro da nossa proposta, centrada em dois municípios – Hortolândia e Campinas - vizinhos, conurbados, porém, com realidades contrastantes como, por exemplo, surgimento, dimensões territoriais e demográficas, e tantos outros aspectos, julgamos pertinente, para melhor situar o leitor, fazer um breve histórico sobre ambas.

Os dados atualizados sobre a Educação nos municípios de Campinas e Hortolândia serão apresentados separadamente e farão parte do conjunto de informações específicas com o objetivo de trazer elementos para uma leitura que auxilie na análise dos Programas de FC ofertados pelos dois Centros de Formação, no período contemplado por essa pesquisa.

CAPÍTULO IV
A FORMAÇÃO CONTINUADA EM HORTOLÂNDIA: proponentes, objetivos, temas e participação.

Inicialmente, apresentamos um breve histórico sobre a cidade de Hortolândia. Na sequência, exibimos os dados sobre a população, IDH e renda e dados sobre a educação do município. É nesse campo, delineado historicamente, que a formação continuada dos/das professores/as dessa cidade é apresentada.

4.1 - Breve história da cidade de Hortolândia

Nessa brevíssima síntese da história da cidade de Hortolândia, buscamos dar relevância a alguns dados sobre a sua constituição e emancipação assim como trazer alguns marcos relativos às primeiras escolas construídas no município.

As origens de Hortolândia devem ser atribuídas à expansão das atividades agropecuárias, uma vez que a cidade está inserida na região paulista cuja economia baseava-se principalmente na agricultura e na pecuária de subsistência, no início do século XIX (PASCHOAL, 2012, p. 21).

Nos idos de 1860, deu-se início ao pequeno povoado, atraindo compradores para as terras vizinhas ao Córrego do Jacuba. Os novos moradores fixaram ali suas residências e iniciaram o trato da terra para lavouras de café e de algodão (HORTOLÂNDIA, 2007).

Dois fatos importantes ocorridos em 1917 contribuíram para o processo de crescimento da região de Jacuba: a Companhia Paulista inaugura a Estação Ferroviária junto ao povoado - anterior a esta data, a Ferrovia que ligava Campinas a Santa Bárbara, só passava por Jacuba, mas não fazia paradas; outro fato importante foi a construção da primeira escola em Jacuba, por decisão do Governo do Estado e através da Lei n.1.595, que recebeu o nome de Escola Mista do Bairro da Estação de Jacuba (PASCHOAL, 2012, p. 33).

No final dos anos 40, a Igreja Adventista adquire alguns lotes de terra no Jacuba para a construção do Educandário Adventista Campineiro, iniciando suas atividades em 1949. "Ali eles (os Adventistas) encontraram condições para desenvolver uma instituição

de ensino reconhecida como uma das melhores do País, por proporcionar sólida formação moral e intelectual a seus estudantes" (PASCHOAL, 2012, p. 41-43).

O pequeno povoado de Jacuba - (do tupi-guarani, y-acub, "água quente"), no início dos anos 50 deixa de pertencer ao Município de Campinas sendo anexado a Sumaré que, devido ao seu crescimento industrial, acabara de se emancipar de Campinas. A Lei Estadual nº 2.456 de 30 de dezembro de 1953, converte o Jacuba em Distrito de Sumaré. Registra-se que já naquela época, enquanto distrito de Campinas, várias indústrias estavam sendo instaladas na região do Jacuba, tais como: Ultrafértil, a 3M, a Goodrich, a IBM, Sanbra, Cobrasma, Braseixos, Dow Corning, Bendix, Eletrometal, Minasa, dentre outras (PASCHOAL, 2012).

Conforme Paschoal (2012, p. 50),

> Embora fosse apenas um novo Distrito de Sumaré, o Jacuba começou a ter cada vez mais importância dentro de Sumaré devido à maior proximidade com Campinas. Para se chegar a Sumaré, era necessário passar pelo Distrito de Jacuba. (...) A futura cidade de Hortolândia passou a receber, antes de Sumaré, todos os efeitos e todos os benefícios da crescente expansão de Campinas [motivo pelo qual] a chegada das novas indústrias a Sumaré começou pela instalação na Região do Jacuba.

Passados cinco anos, depois de ter sido elevado à categoria de Distrito da Paz do novo Município de Sumaré, "em 1958, Jacuba teve seu nome alterado, passando a chamar-se oficialmente de Distrito de Hortolândia" (HORTOLÂNDIA, 2007).

Em 1959, o deputado Ferraz Junior - o mesmo que contribuiu para que o nome Hortolândia substituísse oficialmente o nome Jacuba - apresenta à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o Projeto de Lei n°1.851, voltado para a construção de uma nova escola Pública para Hortolândia.

Segundo Paschoal (2012, p. 51), o deputado escreve a seguinte justificativa no projeto: "*É urgente a criação e instalação de um grupo escolar no distrito de Hortolândia, município de Sumaré, para atender a sua numerosa população em idade escolar e que ainda não encontrou um estabelecimento de ensino para as primeiras letras* [texto em itálico do autor].

No inicio da década de 1970, “Apenas uma escola pública funcionava no então Distrito de Sumaré, a Escola Estadual Manoel Ignácio da Silva, construída em 1962” (HORTOLÂNDIA, 2007, p. 22).

O Estado foi criando salas de extensão nas escolas de Sumaré, no Distrito de Hortolândia, o que se tornou inviável por muito tempo, uma vez que o crescimento populacional disparou vertiginosamente entre as décadas de 1970 e 1990, período em que o Estado inicia a construção de escolas estaduais. Para se ter uma idéia desse crescimento, a população de Hortolândia passa de 4.635, em 1970, para 33.044 habitantes em 1980, representando um crescimento 612,9%.

Esse crescimento demográfico é explicado pelo fato de que Hortolândia deixa de ser um Distrito-dormitório onde pernoitavam os trabalhadores das empresas localizadas fora de seus limites (a Wabco, em Sumaré; a G.E, em Campinas e a Rhodia em Paulínia) com a chegada das empresas IBM, Dow Corning e a Cobrasma situadas dentro do seu território distrital. Assim, os trabalhadores dessas empresas fixam residência no Distrito de Hortolândia, passando a fazer parte da sua população (PASCHOAL, 2012).

Esse fato provocou problemas urbanos que tiveram que ser resolvidos rapidamente como saneamento e luz elétrica. Por outro lado,

> Por ter representado uma radical transformação em termos sociais e econômicos, esse período que antecedeu a Década de 80 pode ser também apontado como o momento no qual despertou, entre os hortolandenses, de modo consistente e coeso, um novo sonho: o sonho da independência política (PASCHOAL, 2012, p. 71).

A década de 80 é marcada na história de Hortolândia como o período de acelerada urbanização e insatisfação dos moradores em relação à precariedade dos novos loteamentos, além de se sentirem relegados pelo não atendimento de suas reivindicações e porque Sumaré não lhe destinava recursos correspondentes à sua contribuição.

Consolidado na posição de grande núcleo industrial, a população do Distrito de Hortolândia inicia seu movimento emancipatório. No dia 19 de maio de 1991, depois de um plebiscito e contra a vontade do Prefeito de Sumaré que tentou impedir a realização da votação, 97,4% do total de eleitores votaram a favor da emancipação. A cidade de Hortolândia nesse período já contava com 110.000 habitantes (PASCHOAL, 2012).

Hortolândia se fez cidade, na condição de industrializada, mas ainda hoje enfrenta muitos problemas. Paschoal (2012, p.105) sinaliza três grandes necessidades básicas que ainda precisam ser sanadas em Hortolândia, sendo elas: de sobrevivência (saúde e segurança); de progresso (educação, ensino técnico, universitário e emprego), e de conforto (maiores opções de lazer e qualidade dos serviços de transporte público).

Hortolândia desponta na Região Metropolitana de Campinas (RMC) como uma cidade com grande potencial de desenvolvimento econômico. Estão hoje na cidade 231 indústrias, 704 empresas, 2.538 estabelecimentos comerciais, duas universidades e 5.337 prestadores de serviços.

Passa-se, a seguir, a situar a cidade de Hortolândia no período contemplado por essa pesquisa, 2000 a 2012.

4.2 - Hortolândia no período de 2000 a 2012: população, IDHM e renda

De 2000 a 2004, Hortolândia teve á frente da prefeitura, Jair Padovani (PSDB). De 2005 até 2012, Hortolândia foi administrada por Angelo Augusto Perugini (PT). Atualmente, 2014, a cidade de Hortolândia é administrada pelo prefeito Antonio Meira (PT).

Em 2000 a cidade registrou uma população de 151.697 e em 2012 passa a ter 199.843 habitantes, o que significa um crescimento de 32%, em treze anos e uma densidade demográfica de 3.270,99 habitantes/km2[47].

Hortolândia apresentou, em 2000, conforme dados da Seade, uma Renda per Capita (em reais correntes), de R$259,72; em 2010 este valor passou para R$552,57, o que significou um aumento de 113%. Na RMC os valores para 2000 e 2010, são respectivamente R$478,67 e R$945,32, significando um aumento de 97%.

Com relação às condições de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal[48] - IDHM apresentado por Hortolândia em 2000 foi de 0,636, enquanto em 2010

[47] De acordo com o SEADE – Fundação Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>. Acesso em: 25/02/2014

[48] Dados coletados no site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351907&idtema=118&search=sao-paulo|hortolandia|%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->. Acesso em: 27/02/2014

foi de 0,756, com um aumento de 19%, o que significa uma melhoria que o aproxima do índice geral do Estado de São Paulo, que foi de 0,783, em 2010.

O IDHM – Educação, apresentado em 2000 foi de 0,484, e em 2010 o índice foi de 0,703, registrando uma elevação na melhoria da educação de 45%.

4.2.1 - A educação em Hortolândia no período de 2000 a 2012

Para entender o desenvolvimento da FCP nesse município, no período considerado, é importante apresentar um panorama da situação do Ensino Fundamental.

De 2000 a 2012, podemos verificar na Tabela 03 que a população em idade escolar sofreu uma pequena redução, devido principalmente às quedas observadas nas populações de 6 anos e de 7 a 10 anos (respectivamente de 10% e de 5%). O fato da população de 11 a 14 anos ter apresentado um crescimento de 7% ao longo do período, contribuiu para que a redução total da população em idade escolar tenha sido de apenas 4%.

Tabela 03 - População de Hortolândia em idade escolar, no período de 2000/2012.

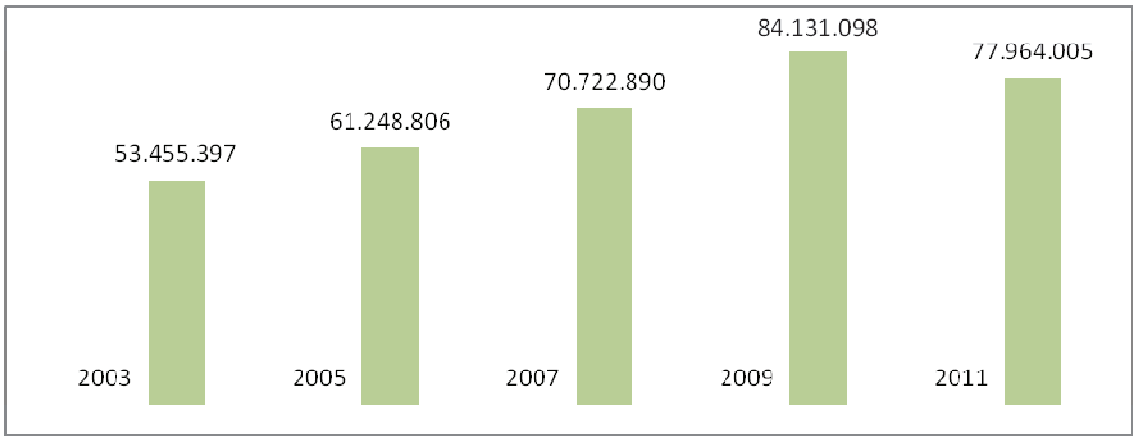
Idade	**2000**	**2004**	**2008**	**2012**
6 anos	3.094	3.012	2.864	2.771
7 a 10 anos	12.413	12.533	12.393	11.834
11 a 14 anos	12.412	13.218	13.767	13.250
Total	27.919	28.763	29.024	27.855

Fonte: Seade - Fundação Estadual de análise de Dados (2014). Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=ano_save#0>. Acesso em: 3/6/2014.
Organizada pela autora.

O gráfico abaixo mostra que num período um pouco menor, de 2003 a 2011, ocorreu um crescimento de 46% no gasto público com o Ensino Fundamental em Hortolândia. De 2003 para 2005 os gastos tiveram um crescimento de 15%; entre 2007 e 2009, o crescimento foi de 19%, tendo ocorrido, no entanto, uma redução de 4% desses gastos entre 2009 e 2011.

Esses dados sugerem que a redução dos gastos com o Ensino Fundamental pode estar relacionado com a queda da população em idade escolar.

Gráfico 01 – Hortolândia – Gastos municipais com o Ensino Fundamental 2003/2011 (em reais)



Fonte: Seade - Fundação Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=ano_save#0>. Acesso em: 3/6/2014.
Organizada pela autora.

A Tabela 04 apresenta a distorção idade/série referente aos dois últimos anos do período analisado.

Tabela 04 – Distorção idade/série no Ensino Fundamental de Hortolândia – anos 2011 e 2012:

Ano	Estadual	Municipal	Privada
2011	10,5	2,8	3,2
2012	9,4	2,6	3,3
Em %	-10%	-7%	3%

Fonte: Fundação Seade. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=ano_save#0>. Acessado em: 3/6/2014.
Organizado pela autora.

Observa-se, entre 2011 e 2012, que há uma diferença importante na distorção idade/série, entre as escolas das redes estadual, municipal e privada. Cabe ressaltar que a menor distorção ocorre na rede municipal. Verifica-se ainda, que há uma melhoria de 10% na rede Estadual e de 7% na municipal, enquanto na rede privada não se verifica uma mudança significativa.

Quanto às matrículas, as Tabelas 5 e 6 mostram que, no período de 2000 a 2012, houve um crescimento tanto na rede municipal quanto na privada, sendo que enquanto na primeira a expansão foi de 34% apenas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na segunda o aumento das matrículas foi de 147%. Ao contrário, a rede estadual nesse município sofreu um declínio de 27% no número total de matrículas, mas esse declínio foi ainda mais acentuado nas séries iniciais, com uma redução de 84%, ou seja, de 3.929 alunos.

Tabela 05 – Matrículas no Ensino Fundamental de Hortolândia nas esferas estadual, municipal e privada – 2000/20012

ESFERAS/ANO	**2000**	**2004**	**2008**	**2012**
Rede Estadual (total)	18.237	15.284	15.178	13.332
Anos Iniciais – Rede Estadual	4.654	3.029	1.780	725
Anos Finais – Rede Estadual	13.583	12.255	13.398	12.607
Rede Municipal (total)	8.484	12.061	14.634	11.337
Anos Iniciais – Rede Municipal	8.484	12.061	14.634	11.253
Anos Finais – Rede Municipal	-	-	0	84
Rede Privada (total)	1.726	1.540	2.404	4.268
Anos Iniciais – Rede Privada	885	799	1.390	2.335
Anos Iniciais – Rede Privada	841	741	1.014	1.933

Fonte: Fundação Seade. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br>. Acessado em: 3 6/2014.
Organizado pela autora.

A tabela abaixo informa o movimento das matrículas em Hortolândia, nas três redes, em porcentagem calculada em intervalos de 4 em 4 anos.

Tabela 6 – Matrículas no Ensino Fundamental de Hortolândia – 2000/20012 (em %)				
ESFERAS/ANO	**2000/2004**	**2004/2008**	**2008/2012**	**2000/2012**
Rede Estadual (total)	-16%	-1%	-12%	-27%
Anos Iniciais – Rede Estadual	-35%	-41%	-59%	-84%
Anos Finais – Rede Estadual	-10%	9%	-6%	-7%
Rede Municipal (total)	42%	21%	-23%	34%
Anos Iniciais – Rede Municipal	42%	21%	-23%	33%
Anos Finais – Rede Municipal	0%	0	0%	0%
Rede Privada (total)	-11%	56%	78%	147%
Anos Iniciais – Rede Privada	-10%	74%	68%	164%
Anos Finais – Rede Privada	-12%	37%	91%	130%

Fonte: Fundação Seade. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br>. Acessado em: 3/6/2014.
Dados organizados pela autora.

Os dados discutidos acima são indicativos do processo de municipalização das matrículas do Ensino Fundamental ocorrido em Hortolândia, principalmente nas séries iniciais. Podemos verificar que dos 3.929 alunos que saíram da rede estadual no período, 2.769 provavelmente se matricularam em escolas da rede municipal, pois é este o número que corresponde ao crescimento de novas matrículas entre 2000 e 2012 na rede municipal. Contudo os dados mostram que esse processo de municipalização vem ocorrendo, pelo menos até 2011, nas séries iniciais. Em 2012, a Tabela 05 registra 84 matrículas nas séries finais do ensino fundamental, mostrando a continuidade do processo de municipalização que passa a se expandir para o segundo ciclo. Estas matrículas estão na zona rural, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Taquara Branca, a única da rede municipal que atende alunos do 1º ao 9º ano.

Foi possível confirmar essas informações em entrevista realizada em abril de 2014, com o/a Colaborador/a 2 que atua como responsável pelo Ensino Fundamental no Centro de Formação de Hortolândia. Segundo essa fonte, foram municipalizadas nove escolas da

rede estadual destinadas aos anos iniciais (do 1º ao 5º)[49] e uma escola rural que oferece matrículas do 1º ao 9º ano.

Com o processo de municipalização o instrumento utilizado pelo MEC para monitorar a qualidade da educação básica é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, conforme já discutido no Capítulo I.

Tabela 07 – IDEB em Hortolândia - comparação entre as esferas municipal, estadual e privada – período 2005 a 2011

Ano/ Esferas	2005		2007		2009		2011	
	4ªs./5ºa.	8ªs./9ºa.	4ªs./5ºa.	8ªs./9ºa.	4ªs./5ºa.	8ªs./9ºa.	4ªs./5ºa.	8ªs./9ºa.
Municipal	4.6	*	**5.0**	*	**5.4**	*	**5.6**	*
Estadual	4.4	4.1	4.6	4.4	5.4	4.6	5.4	4.6
Estado de S.P.	4.7	4.2	**5.0**	**4.3**	**5.5**	**4.5**	**5.6**	**4.7**
Brasil/ média dos municípios	3.4	3.1	**4.0**	3.4	**4.4**	3.6	**4.7**	3.8
Brasil/rede privada	5.9	5.8	**6.0**	**5.8**	**6.4**	5.9	6.5	6.0

Fonte: INEP. Disponível em: <http://IDEB.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 16/04/2014.
Resultados marcados em negrito referem-se ao IDEB que atingiu a meta.
* Não existem resultados para essas séries.
Dados organizados pela autora

Conforme se pode verificar pela Tabela 7, a partir de 2005, a rede municipal de Hortolândia tem apresentado uma melhoria crescente no IDEB – de 4.6 a 5.6 em 2011 – tendo alcançado a meta estipulada em 2007, 2009 e 2011. Assim, nas séries iniciais, o IDEB da rede municipal tem sido maior do que o das escolas da rede estadual no município e equivalente ao IDEB do Estado de São Paulo, incluindo aí as redes pública e privada. No entanto, em comparação com o conjunto dos municípios brasileiros, o IDEB da rede municipal foi superior em todos os anos para os quais existem resultados divulgados pelo INEP. Apenas em comparação com a rede privada no Brasil é que esse índice teve um desempenho inferior.

[49] Cabe informar que Hortolândia tem atualmente uma rede de escolas municipais no atendimento aos/as alunos/as Ensino fundamental: 25 Escolas Municipais de Ensino Fundamental, 1 Centro Integrado de Educação e Reabilitação, 1 Centro de Complemento Educacional e 7 Escolas Municipais de Educação Infantil e o 1º ano do Ensino Fundamental.

Sobre a forma de avaliação estabelecida por meio do IDEB, Baiocchi (2012, p. 55-56) observa que

> (...) os impactos das políticas de avaliação externa são fortemente sentidos e questionados pelos profissionais" [e em relação ao currículo, coloca que] "É possível perceber que o currículo vem sendo orientado pelos descritores e pressupostos da Prova Brasil a fim de que os alunos sejam aptos e se saiam bem em tal avaliação e, consequentemente, a escola e a rede de ensino tenham bom desempenho no IDEB. (...) há a necessidade (...) de reflexão coletiva sobre esses mecanismos que se instauram na cultura da escola, se propagam sem não mais se tornarem pauta de discussão sobre a real finalidade da educação.

As colocações de Baiocchi (2012) reconduzem à discussão sobre a naturalização desses mecanismos de controle perante os quais todos/as – professores/as, escolas, diretores/as e secretarias de educação - devem responder pelas metas colocadas pelas avaliações externas. Ainda mais sério, de acordo com a autora, é que até o currículo que deveria ser uma construção e uma expressão do consenso do coletivo da comunidade educativa acaba por sofrer adequações correspondentes ao que será cobrado nas avaliações do IDEB.

Para atender à população em idade escolar e aos desafios colocados pela defasagem idade/série e às metas do IDEB, Hortolândia conta hoje com um total de 1.242 docentes no Ensino Fundamental distribuídos em 64 escolas, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 – Número de Docentes e Escolas em Hortolândia

	2005	**2007**	**2009**	**2012**
Docentes - Ensino fundamental (total)	**1.268**	**1.348**	**1.257**	**1.242**
Esfera privada	109	122	152	202
Esfera pública estadual	772	698	615	584
Esfera pública federal	0	0	0	0
Esfera pública municipal	387	528	490	456
Escolas - Ensino fundamental (total)	**53**	72	69	**64**
Esfera privada	8	9	9	10
Esfera pública estadual	26	26	26	23
Esfera pública federal	0	0	0	0
Esfera pública municipal	19	37	34	31

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Organizado pela autora

Considerando o número de alunos matriculados em 2012 – sendo 13.332 na esfera estadual, 11.337 na esfera municipal e 1.933 na esfera privada, conforme os dados da Tabela 5 – pode-se verificar que a esfera municipal em relação à esfera estadual apresenta uma média de 365 alunos por escola e 24 alunos por professores/as, enquanto as escolas estaduais recebem uma média de 579 alunos e 23 alunos por docente. O número de alunos por docentes nas duas esferas pode ser maior, uma vez que pode ocorrer de nem todos os/as professores/as estarem com turmas, por ocuparem cargos administrativos ou mesmo por estarem de licença. A rede privada apresenta uma média de 193 alunos por escola e a proporção 10 alunos por professor/a.

Conforme se pode ver pelos números apresentados, nesse período, em Hortolândia, a cobertura na oferta de vagas no período cresceu 34%, o IDEB das séries iniciais atingiu as metas e o número de escolas e de professores também expandiu.

Segundo Baiocchi (2012, p. 48),

> Em Hortolândia, a educação ao longo dos anos também vem sofrendo interferências de gestões gerencialistas no sentido quantitativo, com a ampliação do número de alunos, de escolas e de profissionais, e qualitativos, com os investimentos na formação dos profissionais, e infraestrutura das escolas.

Esse crescimento, conforme a autora é fruto das pressões colocadas pela descentralização e pela implantação da escola de nove anos, a partir de 2007.

4.3 - A Formação Continuada em Hortolândia de 2000 a 2012

Os primeiros trabalhos de Formação Continuada de Professores encontrados nos documentos disponíveis na Sala de Pesquisa do Centro de Formação dos Profissionais da Educação “Paulo Freire” têm sua origem na Hora Atividade Coletiva - HAC e datam de 1997. Os professores frequentavam as atividades em horário oposto ao trabalho da sala de aula.

Esse trabalho partiu de um grupo de coordenadoras pedagógicas que viam a necessidade de organizar o currículo da educação infantil.

A partir de 2000 até 2004, a Formação continuada passa a acontecer no formato OTPs - Oficinas Técnico-Pedagógicas - e era realizado no barracão da Escola Municipal de Ensino Fundamental Remanso Campineiro. Dois portfólios, um de 2002 e outro de 2003, registram os trabalhos desenvolvidos nas OTPs.

No portfólio de registro das reuniões das OTPs de 2002, consta roteiros detalhados das atividades de capacitação que foram realizadas com os professores, inclusive o número de horas extras que foram necessárias, bem como cronograma com datas dos encontros. Um relatório sobre o desenvolvimento do projeto inclui também as avaliações realizadas com os professores. O relatório contém ainda as propostas para o próximo ano, considerando necessidades como aquisição de material, extensão do projeto para outras séries, certificação dos participantes, cursos de capacitação para os professores, com registro de horas mensais.

Encontram-se registrados também as atribuições do coordenador do projeto, bem como as estratégias que serão utilizadas na formação dos professores, tais como: reuniões pedagógicas, encontros ou plantão de atendimento aos professores multiplicadores, curso de capacitação para professores interessados, pesquisas e visitação às escolas participantes dos projetos.

Em alguns projetos, como o Projeto Cidadania, por exemplo, encontra-se um relatório sobre todas as atividades e estudos que foram feitos nos encontros de capacitação.

Outro aspecto interessante, principalmente no sentido de proporcionar uma rápida leitura da realidade, é que a maioria dos projetos apresenta gráficos com os resultados das avaliações. Alguns projetos têm avaliação dos professores, outros apresentam a participação direta dos alunos, como no projeto adolescer.

Todo projeto tem um coordenador ou uma equipe coordenadora. Verifica-se grande envolvimento das vice-diretoras e das diretoras, uma vez que elas participam da formação, das reuniões de apresentação do projeto, do acompanhamento e da avaliação dos projetos junto à OTP.

Baiocchi (2012, p.51) destaca em sua pesquisa que um dos objetivos colocados no Projeto Político Pedagógico da Secretaria de Educação de Hortolândia, formulado em 2007, se refere a “ampliar a formação continuada dos profissionais da Educação, todos os cursos

devem ser abertos a todos os interessados e não com vagas limitadas ou voltados apenas para Diretores, Vice-Diretores e Coordenadores".

Com relação ao trabalho de Formação desenvolvido com os professores anterior ao período de 2004, os registros encontram-se encadernados em dois livros, além do memorial que foi realizado por um grupo de professores, com o propósito de manter viva a memória de um tempo que já era marcado pela preocupação com a FCP.

Hortolândia foi emancipada em 19 de maio de 1991, portanto atualmente conta com 24 anos. Desde 1997, conforme o Memorial da Oficina Pedagógica e outros documentos pesquisados existem registros referentes ao trabalho de Formação Continuada de Professores no município.

Com a aprovação da Lei nº 1.263 de 19 de setembro de 2003, que "Dispõe sobre a inclusão do projeto denominado Construção do Centro de Capacitação de Professores*",*

os professores hortolandenses passam a ter, a partir de 2005, um lugar construído especialmente para a formação continuada. A esse respeito e segundo Baiocchi, (2012, p. 59), o novo secretário da educação, inspirado nos pressupostos de Paulo Freire, "teve a intenção de contrapor a ideia de formação como algo prático, operacional".

Observa-se que na lei o espaço é designado por *Centro de Capacitação de Professores.* A mudança de nome para Centro de Formação dos Profissionais em Educação "Paulo Freire" é explicada em função da mudança das administrações municipais e das discussões sobre a terminologia oportunizadas pela participação das coordenadoras pedagógicas no PROESF[50].

> A mudança municipal foi bem nesse período, então o prédio ficou pronto em uma administração e a outra que assumiu. Tem mais um fator ai, que em 2002 houve o PROESF na Unicamp, (...) foi a formação na região metropolitana, do curso de formação em pedagogia, e era formação de professores, porque um pouco antes tinha saído a legislação que o professor de Educação Básica tinha que ser formado em nível superior

[50] O PROESF - Programa Especial para Formação de Professores em Exercício na Rede de Educação Infantil e Primeiras Séries do Ensino Fundamental foi realizado pela parceria da Unicamp com as cidades da Rede Municipal dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas. Teve como objetivo geral, Formar em Pedagogia, com Licenciatura Plena, professores em exercício em escolas da Rede Municipal da RMC na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/ensino/graduacao/proesf.html>. Acessado em: 28/07/2014.

> (...). A Unicamp conseguiu congregar (...) a entrada de professores já da rede municipal, então eles já tinham que estar em exercício, concursados, em formação em pedagogia presencial na Unicamp por 3 anos o curso. (...) fomos assistentes pedagógicas dos professores da Unicamp pra dar essa formação em pedagogia para os professores da região metropolitana daqui(...). Então acho que toda essa *mudança de conceito de capacitação para formação continuada,* teve esse tripé também do PROESF na Unicamp, e que Hortolândia estava dentro (Entrevista Colaborador/a 2, em 08/04/2014, grifo nosso).

A discussão dos termos e concepções, realizada no Capítulo II, reflete-se em Hortolândia, no sentido de levar seus profissionais, motivados pelas discussões realizadas com outros profissionais na universidade, a propor a mudança do termo 'capacitação' para o termo 'formação'. No entanto, não encontramos diferenças que possam marcar essa mudança, quando analisamos os cursos ofertados antes e depois de 2005, pois muitos deles se repetem com o mesmo objetivo e carga horária, com exceção do ano de 2012, quando a maioria dos cursos passa a ter 60 horas. Discussões conceituais a respeito do termo "capacitação" resultaram também na mudança do nome do espaço, onde seria realizada a FC, mas ainda não verificamos consequências dessas reflexões sobre o conteúdo da formação nem sobre a forma de sua realização concreta no período analisado.

Data também de 2005 o início "por iniciativa de alguns formadores do Centro de Formação" (BAIOCCHI, 2012, p. 60) de uma formação com os Coordenadores Pedagógicos para a construção do Projeto Político Pedagógico – PPP das escolas. Nesse mesmo ano inicia-se, por iniciativa de alguns formadores e do secretário da educação

> a construção coletiva com os diversos segmentos, do Projeto Político-Pedagógico da Secretaria de Educação/Centro de Formação. Surgia, então, nesse cenário, o ideário de construção de um documento referência que fosse estabelecido em conjunto, celebrando, assim, a intenção de se colocar em prática princípios de cidadania e democracia tão proclamados, também, nos documentos oficiais (BAIOCCHI, 2012, p. 60).

Observamos que, decorrente da iniciativa da construção do PPP nas escolas, a Secretaria de Educação também se posiciona, propondo a elaboração do PPP do município. Entendemos que as escolas ao realizarem seus PPPs necessitam de um documento referência que oriente a educação municipal. Não notamos como problemático um PPP

referência municipal quando construído coletivamente, com representantes dos vários segmentos da educação no município, incluindo as famílias nesse processo.

4.3.1 – Estrutura e organização do CFPE "PF" Hortolândia

O CFPE "PF" dispõe de um espaço amplo, com recepção, cozinha, banheiros para público masculino e feminino, duas salas para as coordenações, salas para as coordenações de programas do Governo Federal, como Bolsa Creche, sala do diretor, um Centro de Pesquisa para os/as Professores/as, um salão com auditório para mais de 100 pessoas equipado com áudio e vídeo e duas salas menores com capacidade para até 60 pessoas, onde os cursos com grupos menores são realizados.

Com relação aos profissionais que atuam no CF, além do Diretor de Departamento da FC, trabalha uma equipe de 20 Coordenadores Pedagógicos com a função de acompanhar as escolas, ministrarem cursos, coordenar reuniões de gestores/as, desenvolver projetos, planejar e desenvolver formações diversas, avaliar e coordenar especialistas nas áreas de Inclusão, Inglês, Arte, Música e Educação Física.

> As equipes são compostas segundo as necessidades da rede, afinidades e formação dos coordenadores pedagógicos. Os coordenadores podem inclusive participar de formações de outras equipes. Por exemplo: a equipe que trabalha com a formação do PNAIC (alfabetização) participou discutindo a alfabetização com os professores de Inglês em seus HTPCs. Um mesmo coordenador pode atuar em várias equipes, em vários cursos ao mesmo tempo (Entrevista com Colaborador/a 2).

As demandas para os cursos são oriundas de solicitações das escolas e da Secretaria da Educação e da equipe de coordenadores do Centro de Formação.

Com relação ao pagamento dos professores convidados e/ou assessorias contratadas para os cursos, todo o movimento orçamentário e toda a verba necessária para cobrir as despesas com os cursos de formação, é solicitada à Secretaria de Educação do município que se encarrega de efetuar os pagamentos (Entrevista Colaborador/a 01, em 6/3/2014).

4.3.2 – As ações[51] de FCP ofertada no CFPE "PF" em Hortolândia de 2000 a 2012.

Apresentamos a seguir os dados da pesquisa empírica. Durante o período de 2000 a 2012, foram realizadas 133 ações de FCP[52] em parceria com todas as esferas administrativas e com instituições privadas sem fins lucrativos e Ongs.

Os temas desenvolvidos nas ações de FC foram reunidos em três grupos que os divide em Temas Curriculares, Temas Relativos à Gestão e à Atualização Profissional e Temas da Convivência Escolar. Os objetivos das ações de FC foram divididos por esfera, com o objetivo de possibilitar uma análise dos seus propósitos. Por fim, são apresentadas as modalidades em que essas ações foram realizadas.

4.3.3 - Os proponentes da FCP em Hortolândia

Tabela 9 – Proponentes da Formação Continuada em Hortolândia - 2000/2012

ANO	Esfera Municipal	Esfera Estadual	Esfera Federal	Parceria c/ setor Privado	Parceria com ONGs	Total
2000	-	-	03	-	-	03
2001	02	-	01	-	-	03
2002	06	-	01	03	-	10
2003	15	-	02	01	-	18
2004	01	01	-	02	01	05
2005	11	01	01	-	-	13
2006	11	-	01	01	-	13
2007	07	01	01	-	01	10
2008	06	-	01	-	-	07
2009	04	-	01	-	-	05
2010	02	-	01	01	-	04
2011	02	-	01	02	-	05
2012	28	-	04	05	-	37
Total	**95**	**03**	**18**	**15**	**02**	**133**
Total em (%)	**71%**	**2%**	**14%**	**11%**	**2%**	**100%**

Fonte: Centro de Formação dos Profissionais da Educação “Paulo Freire”. Organizado pela autora.

[51] Optamos pela utilização do termo ‘Ações’ por entendê-la mais abrangente para designar as propostas de formação do CF que se apresentam nas modalidades de programas, cursos, oficinas, projetos, dentre outros.
[52] Registra-se que esse número de Ações de FCP pode ter sido maior que o número apontado pela pesquisa empírica, no entanto, só catalogamos e analisamos as ações encontradas nos documentos do Centro de Formação de Hortolândia.

Conforme se pode verificar pelos dados da Tabela 9 das 133 ações de FCP no período de 2000 a 2012, 71% têm como proponente a Secretaria Municipal de Educação, através do CFPE "PF" e são destinadas aos docentes, aos coordenadores pedagógicos das escolas, aos gestores/as, vice-diretores/as, assistentes de direção e aos coordenadores/as pedagógicos/as do próprio Centro de Formação. O aumento expressivo de ações no ano de 2012 – uma média de dois cursos por mês - ocorreu em função da mudança na política relativa ao tempo destinado para os cursos que passaram a ser ofertados em dois módulos.

Os programas propostos pela Esfera Federal representam 14% e são destinados principalmente aos professores das classes de alfabetização/séries iniciais do Ensino Fundamental. Outros cursos oferecidos por esse proponente ligam-se aos temas da erradicação das drogas e uso de tecnologias na educação. Destacamos que em 2000, encontram-se cursos ofertados apenas pela esfera federal e que em 2004 não se verifica nenhuma proposta dessa esfera. Com o processo de descentralização Hortolândia assumiu a tarefa da FC, no entanto, o governo federal, também tem atuado no sentido de ditar o conteúdo dessa formação, conforme já discutido no Capítulo I.

O setor privado é um proponente presente em praticamente oito dos treze anos pesquisados, marcado fortemente pela parceria com a AutoBan, responsável pela maioria das propostas de cursos, seguido pela Editora SM.

A presença das ONGs como proponentes, bem como da Esfera Estadual, não tem representação expressiva no conjunto da oferta de programas. No entanto, nos anos de 2004 e 2005, os cursos registrados foram realizados em parceria com o governo do Estado de Minas Gerais, através da parceria deste com Universidade Federal de Minas Gerais. No ano de 2007, a parceria foi realizada com o UDEMO - Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo que incluímos na esfera estadual, pois trabalha com temas que afinam com as propostas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, como Projetos Pedagógicos, Gestão e Ciclos.

As parcerias que o município de Hortolândia realiza com o setor privado e com as Ongs, são um exemplo da "dilatação da esfera pública" (FRIGOTTO, 1997, p. 80) e juntos, representam quase que o mesmo percentual das parcerias realizadas com o Governo Federal. Como já discutido no Capítulo I, de acordo com esse autor, essa dilatação reduz as

possibilidades de articulação e construção orgânica de projetos educacionais entre as esferas federativas.

4.3.4 – Os objetivos da FCP em Hortolândia

Os objetivos das ações oferecidas foram reunidos de acordo com sua vinculação aos proponentes e foram organizados em quatro grupos. Dentro de cada grupo, apresentam-se alguns dos objetivos específicos[53].

A) Objetivos vinculados às ações da Secretaria Municipal de Educação

A SME através da FC realizada no Centro de Formação tem como objetivo geral oferecer subsídios teóricos e práticos, capacitando os/as profissionais para uma atuação centrada na qualidade do ensino-aprendizagem.

A.1 - Objetivos que visam a FC para professores:
- implementação de projetos nas escolas;
- instrumentalizar para a prática pedagógica, nas várias áreas disciplinares (geografia, história, português, matemática, ciências, artes, inglês, etc.) e na linguagem de sinais Libras;
- confecção de material pedagógico;
- instrumentalizar para o uso do computador como ferramenta pedagógica, zelar pela qualidade do ensino e visar sempre reduzir as diferenças quanto ao acesso à tecnologia;
- capacitar os professores que trabalham com jovens e adultos da EJA I e da EJA II, e possibilitar aos professores da EJA III reflexões sobre a prática no cotidiano desta modalidade;
- capacitar os professores para que possam trabalhar com os conteúdos dos programas das outras esferas em suas práticas pedagógicas.

[53] Apresentamos apenas alguns dos objetivos, uma vez que são muitas ações de FC, por isso apenas algumas foram selecionadas. No CD Quadro de Programas que acompanha a dissertação impressa, encontram-se todos os objetivos que foram encontrados junto aos cursos.

Chama a atenção o objetivo voltado para os/as professores/as da EJA III, no sentido de que para os/as professores/as das turmas iniciais EJA I e EJA II o trabalho de formação objetiva "capacitar" e para aqueles/as que ministram a EJA III, a proposta de formação se baseia na "reflexão sobre a prática". Essa diferenciação nos termos define estratégias distintas de condução da formação, sendo que para os dois primeiros grupos de professores se pode retomar Marin (2005), no Capítulo II, que coloca a formação concebida como convencimento, persuasão, tornar capaz e habilitar, como se a princípio fosse necessário convencer e habilitar para o trabalho. Para o último grupo, o do EJA III, pode-se retomar Monteiro & Giovanni (2000) que colocam a reflexão sobre a prática como condição para superação da dicotomia entre prática e teoria e chamam a atenção para as vozes dos sujeitos que são consideradas e afirmadas nessa articulação. Recupera-se, também, Estrela (2003) que, dentre outros, atribui à FC centrada na escola a viabilidade de uma reflexão sobre a prática. Nesse caso, esse objetivo sinaliza com a possibilidade de que a reflexão sobre a prática ocorra nas ações realizadas no Centro de Formação.

A.2 - Objetivos que visam a formação dos formadores do Centro de Formação e dos coordenadores pedagógicos das escolas

- orientar a elaboração dos projetos políticos pedagógicos;
- capacitar para darem suporte aos profissionais da rede para a garantia da qualidade máxima da aprendizagem.

A.3 - Objetivos que visam a formação de gestores/as (incluindo os vice-diretores, assistente de direção e coordenadores pedagógicos.)

- implementação de programas de gestão da aprendizagem;
- implementação de projetos nas escolas;
- orientar para a gestão pública escolar;
- Possibilitar reflexões sobre questões administrativas e pedagógicas que permeiam o cotidiano da escola e a atuação dos/as gestores/as;
- Formar o gestor buscando princípio democrático e compreensão das políticas públicas educacionais

A.4 - Objetivos que visam a formação de bibliotecárias e nutricionistas

- orientações específicas sobre estímulo e o hábito da leitura e sobre gêneros textuais;
- trabalhar conceitos e aplicações para a boa alimentação e o controle do peso corporal;

B) Objetivos vinculados às ações de FC da SMEC em parceria com as Esferas Federal e Estadual

B.1 - PROFA I, II, III - Capacitar os professores das séries iniciais, objetivando erradicar o fracasso escolar, principalmente na aprendizagem da leitura e da escrita.

B.2 - PCN em Ação[54] - Apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores e especialistas em educação, de forma articulada com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para a Educação Indígena e da Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos.

B.3 - PROERD[55] - Conscientizar e prevenir sobre o uso das drogas

B.4 - CICLO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO[56] - Capacitar os professores das séries iniciais, objetivando erradicar o fracasso escolar, principalmente na aprendizagem da leitura e da escrita.

B.5 - PRO-LETRAMENTO - Ampliar a qualidade de aprendizagem de leitura, escrita e matemática.

B.6 - PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO - Fazer uma análise compartilhada da situação educacional na rede municipal e assinar o compromisso e o cumprimento das metas (só com gestores/as).

B.7 - PROINFO[57]- Promover o uso pedagógico através das mídias tendo como ferramenta as tecnologias educacionais.

B.8 - OLP - Olimpíadas da Língua Portuguesa[58]- Orientar os professores para a participação na OLP 2012.

---

[54] Programa lançado em 1999 pelo governo federal, através da Secretaria de Educação fundamental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_acao/pcnacao_alf.pdf>. Acessado em: 04/09/2014.

[55] **Proerd** (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) é um programa de educação preventiva ao uso de drogas. Disponível em: <www.**proerd**brasil.com.br/>. Acessado em: novembro de 2013.

[56]Ciclo Inicial de Alfabetização (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2004).

[57] Ambiente colaborativo de aprendizagem. Disponível em: <www.e-**proinfo**.mec.gov.br/>. Acessado em: fevereiro de 2014.

B.9 - FORMAÇÃO INTERAJA - Interagindo Saberes (Brasil Alfabetizado)[59]

- Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil - Formação específica para Educador Popular.

O município também aderiu ao Programa Mais Educação[60] em 2011, sendo que nesse primeiro ano participaram do programa cinco escolas, em 2012 participaram dez escolas e em 2013, vinte e uma escolas (Entrevista Colaborador/a 2). Na documentação pesquisada não constam cursos de FC sobre este Programa, no Centro de Formação. No entanto, tivemos a oportunidade de ler os relatórios das escolas sobre o Programa Mais Educação, uma vez que esses relatórios ficam no Centro de Formação e o acompanhamento do programa nas escolas é feito por profissionais do Centro.

C) Objetivos vinculados às parcerias com o setor privado:

C.1 - AUTOBAN[61] (Projeto Trânsito, Estrada para a cidadania e Educação ambiental)

- Educar as crianças para o trânsito, através do binômio Vida X Veículo;

- Formação específica para professores de 4º e 5º anos sobre a educação no trânsito e meio ambiente;

---

[58] OLP - Escrevendo o Futuro - "Originalmente, a Itaú Social lançou em 2001, o projeto Escrevendo o Futuro, voltado à formação de educadores para o ensino da escrita e a realização de concursos de redação entre os alunos dos professores participantes. *Hoje somos parceiros técnicos da Olimpíada a convite do MEC. Transferimos para o Ministério toda a estratégia"*, conta Izabel (superintendente da Fundação Itaú Social). "*Tornou-se uma ação nacional, com 98% dos municípios brasileiros registrando escolas participantes"* (CHARÃO, C.; SEGRE, L. OUCHANA, 2014, p.42,grifo nosso).

[59] OBJETIVO: Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida (a página que apresenta o programa traz o selo do PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola). Projeto sediado na Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/. Acessado em: 28/02/14.

[60] O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17, em 26 de abril de 2007, sendo posteriormente regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010. Trata-se de uma contribuição para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, projetos e programas das diferentes esferas de governo e de Entidades Parceiras, mediante subsídio do Governo Federal. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/projetos/mais-educacao.php>. Acessado em: agosto/2014.

[61] AutoBan (Concessionária das rodovias Anhanguera e Bandeirantes). Desenvolve projetos na área da saúde, educação, esporte, meio ambiente. Realiza parceria com Hortolândia desde 2000, através dos projetos Educação Ambiental e Estrada para a Cidadania. Disponível em: <http://www.autoban.com.br/>. Acessado em: 27/02/2014.

- Preparar e educar o motorista para o futuro, transformando os códigos transmitidos em significados;
- Oferecer subsídios teóricos para os coordenadores e vice-diretores desenvolverem suas atividades de formação com os professores (neste caso a formação foi realizada no CF e disseminada entre os/as professores/as na escola);
- Propor ações que visam a mudança comportamental cotidiano do ser humano e sua relação com o meio ambiente, resgatar valores e sensibilizar para a necessidade de defesa do meio ambiente;
- Enriquecer currículo dos alunos com possibilidades de construir conceitos referentes à consciência de conservação e preservação da natureza.

A parceria do município com a AutoBan tem grande impacto na política de FC, porque os professores, além de realizarem cursos nas temáticas propostas por essa empresa, ainda têm que inserir na sua programação diária, junto aos alunos, os temas que ela desenvolve. Por esse motivo, informa-se um pouco mais sobre a mesma. Abaixo, duas fotos ilustram a parceria da Prefeitura de Hortolândia com a AutoBan.

social
AutoBAn
EDUCANDO PARA O TRÂNSITO
Compromisso com o próximo

Figura 15 – Informativo "Responsabilidade Social AutoBan", maio/2002.

Hortolândia é destaque na Revista AutoBan do mês de Maio

Figura 16 – Jornal de Hortolândia, 24 de maio de 2002.

A foto que ilustra os dois informes apresenta um grupo de crianças com apostilas sobre o trânsito, material elaborado pela Autoban em parceria com a Editora Kalimera e

distribuído às crianças da rede municipal em 2002[62]. A empresa AutoBan realiza parceria com a Secretaria Municipal de Hortolândia desde 2000 (Entrevista Colaborador/a 1). No entanto, no período de 2008 a 2010, não foram encontrados nos documentos do Centro de Formação cursos de FC realizados em parceria com a AutoBan.

As informações contidas no pé de página 62 são importantes na medida em que confirmam a presença do empresariado na condução de políticas educacionais, como foi discutido no Capítulo I, a partir de Freitas (2012) e outros autores, caminho aberto pela Reforma bresseriana de 1995. Ressalta-se também, que os temas indicados pela AutoBan para a FCP, são constituídos por conteúdos que os docente têm condições de trabalhar sem a presença dessa empresa. Trânsito, Meio Ambiente e Cidadania, são temas que os Parâmetros Curriculares Nacionais já indicam como conteúdo curricular e/ou como Temas Transversais. O fato de a empresa proporcionar cursos de FC e materiais para os alunos pode ser um forte argumento para a realização dessa parceria, pois reduz gastos do município com essas despesas. Do ponto de vista da empresa, seu nome e seus atributos como "empresa de responsabilidade social", possivelmente lhe renderão bons lucros.

C.2 - SESI (SESI Santos Dumont de Campinas – curso de teatro)

- "Visar maior qualidade de ensino através da integração comunidade e conhecimento de um modo geral, de modo que o educando permaneça o maior tempo possível no ambiente escolar."

C.3 - GAL - consultoria e treinamento em educação - Conscientizar sobre o papel dos/as gestores/as.

C.4 – FGV - Fundação Getúlio Vargas (*Gestão do Trabalho Pedagógico e Avaliação do Desempenho*) - Atrair, desenvolver e motivas os RHs; mensurar e certificar a viabilidade de adoção de indicadores de desempenho e a geração das competências esperadas; ajustar e

[62] Destaca-se do início do texto do Informativo AutoBan "Recentemente, em um seminário sobre redução de acidentes em rodovias realizado em São Paulo, Valdemar de Oliveira Neto, do Instituto Ethos, conclamou a iniciativa privada a se mobilizar em prol de uma sociedade mais próspera e justa". "Precisamos tornar a responsabilidade social um critério de excelência de gestão em uma empresa" pontificou Oliveira. È nesse sentido que a AutoBan tem direcionado suas ações, desenvolvendo e implantando projetos que a identificam como empresa socialmente responsável". O projeto AutoBan Educando para o Trânsito, em 2002, realizou parceria com a prefeitura de 16 municípios situados na área de influência das duas rodovias (Anhanguera e Bandeirantes). Informa-se que o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Oscip cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/>. Acessado em: 20/01/2015.

balancear metas e alocar recursos para alcance dos objetivos acordados; capacitar os RHs para desenvolver competências, motivar desempenhos e obter resultados desejados.

C.5 - SISTEMA DE ENSINO POSITIVO (recurso tecnológico) - Capacitação para utilização da "banca positivo para alfabetização".

C.6 - EDITORA SM - Promover cursos sobre conteúdos dos livros didáticos

- Envolver os/as gestores/as com palestras e oficinas sobre Valores no Cotidiano dos Professores.

- Formação por meio das mídias, em matemática, que trazem ações para o cotidiano das aulas do professor (formato EAD).

C.7- CENPEC - Centro Profissional de Comércio Exterior[63] - Melhoria da aprendizagem dos alunos.

C.8 - POSITIVO INFORMÁTICA - Formação específica para uso da lousa digital como recurso pedagógico em sala de aula.

C.9 - FEDERAÇÃO PAULISTA DE XADREZ - Ampliar capacidade intelectual e de concentração dos alunos, através do aprendizado do xadrez. Necessidade de manter a criança por um maior tempo na escola.

D) Objetivos vinculados aos programas ofertados por Ongs

D.1 - ONG "Casa da Dinda"[64] - Discutir distorções educacionais e o papel dos educadores no combate ao racismo.

D.2 - Consórcio PCJ[65] - Educar para a Gestão dos Recursos Hídricos.

No conjunto dos objetivos elencados, em todas as esferas, tanto na municipal quanto nas parcerias com instituições privadas ou Governos estadual e federal observamos que os verbos mais utilizados e que iniciam os textos – "capacitar", presente em oito objetivos, "orientar" e "implementar" presentes em quatro objetivos cada um, seguidos de "conscientizar", "instrumentalizar" e "refletir" presentes em dois objetivos cada um - que o

[63] CENPEC - Centro Profissional de Comércio Exterior. Tem a Volkswagen como parceira. Projeto Estudar pra Valer do 1º ao 5º ano. Disponível em: <http://www.cenpec.com.br/>. Acesso em: 14/02/2014.
[64] Para saber mais, ver<http://www.ibp-casadadinda.org.br/Ong/Historico.html>. Acesso em: 28/02/2014.
[65] O Consórcio PCJ, que é uma ONG formada por empresas e prefeituras. Para saber mais: <Comitespcj.org.br>; <agenciapcj.org.br>; <agua.org.br – consórcio>.

foco da FC está no "ensinar", transmitir um conhecimento novo e pronto para ser aplicado, revelando estratégias escolarizantes. Nessa perspectiva o estatuto docente passa a ser o de consumidor da formação e os efeitos desse processo, espera-se, seja imediato.

Essa análise está em acordo com a literatura sobre o lócus da FC nos Centros de Formação, (ver Capítulo II), cuja discussão orienta para a necessidade de uma formação que permita um processo de reelaboração por parte de quem vai ensinar/educar (CANÁRIO, 1994).

Por outro lado, considerando os cursos realizados em parceria com os governos Federal e Estadual, quase todos eles com o objetivo de corrigir distorções e defasagens bem como de implementar novas políticas e introduzir inovações no aprendizado dos alunos em todo o território nacional e estadual, e considerando a urgência dessas medidas, vemos que os CFs podem ser um espaço privilegiado para a divulgação e formação dos multiplicadores de programas a serem implementados. Às escolas e seus coletivos, caberia a organização de um espaço para o debate sobre o programa e a escolha do caminho pelo qual ele será implementado. Considerando que cada escola é uma realidade que comporta particularidades, essa pode ser uma alternativa para que os/as docentes não tenham que "engolir" sem digerir os programas que lhes são impostos de cima.

Os objetivos apresentados acima se concretizam através dos temas/conteúdos elencados para a sua consecução, e se traduzem em ações de FCP.

4.3.5 - Os temas da FCP em Hortolândia

O levantamento dos temas ofertados nas ações de FC tem como objetivo a análise dos critérios de continuidade/descontinuidade, com/sem rupturas na oferta das ações de Formação Continuada, bem como uma análise dos conteúdos trabalhados.

Os temas foram classificados em três categorias, sendo elas "Temas Curriculares", "Temas Relativos à Gestão e à Atualização Profissional" e "Temas da Convivência Escolar", como pode ser visto no Quadro 5. Para identificar os primeiros levou-se em conta as Diretrizes Curriculares do Município e os objetivos das ações. Para as outras duas categorias, foram considerados os objetivos das ações.

A) **Temas curriculares** - temas que incidem diretamente no trabalho de planejamento das aulas. São parte integrante e integrada das/nas diretrizes e dos componentes curriculares, compreendidos nessa classificação como temas específicos, organizados e trabalhados nos cursos com os/as docentes para que estejam instrumentalizados metodológica e didaticamente para a prática, com suas turmas de alunos/as.

B) **Temas relativos à gestão e à atualização profissional –** são aqueles que dizem respeito diretamente à gestão escolar e pedagógica e à atualização e orientação dos professores. Esses temas estão ligados ao aprimoramento de atividades de gestão e de atuação profissional. Nesse sentido, também incidirão sobre a prática pedagógica influenciando e orientando posturas e atitudes reflexivas, compreensivas, criativas e responsáveis no e sobre o cotidiano escolar e contribuem para o exercício do papel do profissional.

C) **Temas da convivência escolar** - temas voltados à convivência dentro da escola, como também, incidem sobre a convivência extra muros, com a comunidade local, principalmente com as famílias . São temas que também afetam o trabalho da sala de aula.

QUADRO 5: TEMAS, AÇÕES DE FORMAÇÃO E PERIODICIDADE da OFERTA – HORTOLÂNDIA 2000 a 2012														
Temas Curriculares	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
1. Cálculo mental													x	1
2. OLP[66]													x	1
3. PCN em Ação	x													1
4. PCN alfabetização				x										1
5. Leitura e escrita[67]													x	1
6. Recreio dirigido													x	1
7. Canto coral													x	1
8. Proerd[68]	x													1
9. Confecção material pedagógico				x										1
10. História e geografia								x						1
11. Jornal na escola			x											1
12. Musicalização e jogos dramáticos								x						1
13. Plano de Metas [69]									x					1
14. Adolescer			x	x										2
15. Ed. Física				x		x								2
16. Prática de Leitura e escrita na formação docente[70]							x	x						2
17. Ciclo alfabetização[71]					x	x								2
18. Combate ao racismo/ Africanidades								x					x	2

[66] Olimpíada da Língua Portuguesa
[67] Gêneros textuais de leitura e produção de texto.
[68] Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
[69] Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.
[70] Atender as exigências e necessidades do trabalho do professor em relação à Alfabetização, Texto na perspectiva do Letramento.
[71] Introdução ao ciclo, avaliação diagnóstica da Alfabetização.

19. Brinquedoteca			x	x		x								3
20. Ciências[72]											x	x	x	3
21. Matemática [73]							x			x	x			3
22. Leitura[74]			x	x		x								3
23. Teatro			x	x		x								3
24. EJA[75]									x	x			x	3
25. Educação e Tecnologia[76]						x	x				x		x	4
26. Xadrez		x	x	x		x	x							5
27. Pro - letramento									x	x	x	x	x	5
28. Trânsito[77]		x	x	x	x								x	5
29. Cidadania[78]		x	x	x	x							x	x	6
30. Ed. Ambiental[79]			x	x	x	x	x	x						6
31. PROFA		x	x	x	x[80]	x	x	x						7
Temas da Formação Profissional e Gestão	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
1. Papel dos/as gestores/as					x									1
2. Bullyng													x	1
3. Comunicação[81]				x										1

[72] Objetivou trabalhar com as possibilidades do uso de Laboratório

[73] Em 2006 oficina Material Dourado; em 2009 e 2010 Pro-letramento em matemática; em 2012 curso Cálculo mental.

[74] Incentivo à leitura

[75] Envolve o CEJA/2008; em 2009, preparação para Pré-conferência envolvendo ampla discussão dos educadores na escolha de temáticas e abordagens. Em 2012, formação em HTPC e curso de formação; .

[76] Em 2005, Curso Kidsmart e Projeto Informática; em 2006, Projeto Informática, em 2010 curso Recursos Tecnologias Educacionais, em 2012, ProInfo.

[77] Projeto em parceria com a AutoBan.

[78] Apresenta-se como PCN - Tema Transversal em 2001 e 2002 e demais anos em parceria com a AutoBan.

[79] Inclui Programa Pequenas Ações Mudam o Mundo e o Programa Educação Ambiental "é dever é legal"

[80] Informado em entrevista com Colaborador/a 2 em entrevista realizada em 08/04/2014.

[81] Criar informativo para informar professores sobre experiências na rede. Capacitar professores para uso da comunicação como recurso pedagógico.

4. Formação em HTPC[82]													x	1
5. Gestão pública escolar[83]													x	1
6. EJA[84]										x				1
7. Matemática[85]						x		x						2
8. Gestão do trabalho pedagógico[86]							x	x						2
9. Grupo de apoio[87]						x							x	2
10. Alimentação escolar/saúde				x			x							2
11. Coordenação pedagógica[88]				x					x					2
12. Inclusão [89]				x		x			x	x			x	5
Temas da Convivência	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
1. Programa Escola e família[90]													x	1
2. Dança circular													x	1
3. Educação em Valores no Cotidiano dos Professores[91]													x	1
4. Valores e atitudes[92]					x	x	x		x					4

[82] Organiza e orienta a HTPC para os professores especialistas (artes, inglês, educação física) nas escolas.
[83] Para gestores e assistentes de gestão. Em 2012, Gestor em Ação; Aperfeiçoamento em gestão pública escolar.
[84] Em 2009, preparação para Pré-conferência envolvendo ampla discussão dos educadores na escolha de temáticas e abordagens.
[85] C ursos 'Teoria Pedagógica e Produção do Conhecimento em Matemática'
[86] Inclui avaliação do trabalho pedagógico, elaboração e gestão do Projeto Político Pedagógico.
[87] Grupo de Apoio atua na alfabetização de alunos com dificuldade
[88] Inclui cursos sobre o papel e sobre o plano de formação para o coordenador pedagógico
[89] Inclui várias temáticas (libras inicial, intermediário, consciência fonológica, teoria e prática da educação inclusiva, alunos autistas, deficientes intelectuais, déficit de atenção e hiperatividade, educação física adaptada). Só em 2012 foram mais de 4 cursos.
[90] Programa Escola e Família: conhecer para aprender. Formação específica para os professores que participam do programa e visitam as casas dos alunos. Participantes: gestores e professores.
[91] Curso de 04 horas promovido pela Editora SM, só para gestores
[92] Inicia em 2004 como 'projeto' e nos anos seguintes (2005, 2006 e 2008) apresenta-se como 'programa'.

De acordo com o Quadro 5, ao todo foram trabalhados 47 temas diferentes, sendo 31 Temas Curriculares, 12 Temas da Formação Profissional e Gestão e 04 Temas da convivência.

Alguns temas foram ofertados mais de uma vez ao ano, mas não foram computados mais de uma vez no mesmo ano. Por esse motivo, a soma em termos da oferta anual de cursos no período de 2000 a 2012 corresponde a 107 e não ao número total de cursos ofertados que foi de 133, como demonstrado na Tabela 9. Como exemplos, pode-se citar que o tema "Inclusão" foi trabalhado em três cursos durante o ano de 2012, mas lançado nesse quadro apenas um vez nesse mesmo ano e o curso "Teoria pedagógica e produção do conhecimento em matemática" que foi ofertado duas vezes no ano de 2007, e lançado também apenas uma vez no quadro.

Verificamos que 66% das temáticas são curriculares, isto é os professores participam da FC que os prepara para dar aulas, o que envolve a criação de estratégias, domínio do conteúdo, instrumentos de avaliação, aspectos que se encontram registrados em alguns documentos que acompanham os cursos (Diário de Campo da Autora, 29/08/2013, p.04).

Destacamos que os temas dos cursos PROFA e Pró- Letramento em parceria com o Governo Federal apresentam-se numa sequenciação contínua. Os cursos da esfera municipal Educação e Tecnologia e Xadrez comparecem em quatro e cinco anos respectivamente, mas com rupturas na oferta, assim como os temas Trânsito e Cidadania da empresa AutoBan. No entanto, o curso de FCP Educação Ambiental, apresentou continuidade durante um período de seis anos.

Os temas da categoria Formação Profissional e Gestão são responsáveis por 25.5% da oferta, sendo o tema da Inclusão de maior relevância: libras inicial, intermediário, consciência fonológica, teoria e prática da educação inclusiva, alunos autistas, deficientes intelectuais, déficit de atenção e hiperatividade, educação física adaptada. Só em 2012 foram mais de quatro cursos. Esse tema comparece nos anos de 2003, 2005, 2008, 2009, 2012, encaixando-se no critério da continuidade com rupturas.

Esse fato pode estar relacionado à FC dos novos professores e ao aprofundamento da FC dos professores que já trabalham na perspectiva da inclusão ou ainda, à dificuldade sentida por grande parte dos/as professores/as de ter que garantir aprendizagem de ‘todos/as alunos/as’, tarefa que não é simples e nem fácil.

> Na prática, isso toma uma proporção um tanto complicada, pois os profissionais não se sentem preparados para lidar com as diversas deficiências além de contarem com outras dificuldades, como o excessivo número de alunos na sala de aula, por exemplo. Se, por um lado, demos um salto incluindo na escola os que provavelmente ficariam fora dela por não acompanharem os estudos dentro de um "padrão" pré-estabelecido e sob a égide da equidade, por outro, vivemos um dilema que perpassa a cobrança por bons resultados, elevação de índices educacionais, competência profissional, regados a pouca valorização e muita frustração cotidiana (BAIOCCHI, 2012, p. 53-54).

Essa autora coloca um dilema no que se refere à questão da frustração que acompanha o exercício da docência em turmas heterogêneas – que incluem alunos/as com necessidades educacionais especiais - quando os resultados dos alunos são os indicadores da competência profissional, causando mal estar aos docentes.

Continuando, os temas relacionados à Informática são ofertados tanto pela SMEC como pelo Governo Federal através do Proinfo.

O tema Gestão aparece em 2004 com os cursos "Inovação e sucesso na escola" e "O papel dos gestores" (GAL – consultoria); depois em 2006 com o curso "Gestão do trabalho pedagógico e avaliação do desempenho" (FGV)[93]; em 2007 o curso "Elaboração de projetos pedagógicos – o que deve conter um plano de gestão?" ; em 2012 aparece o curso "Aperfeiçoamento em gestão pública escolar" (nos dois semestres e em parceria com a UFSCar) e, ainda em 2012, o curso da SMEC "Gestor em Ação".

A ação de formação denominada "comunicação" realizada no ano 2003, chama a atenção por ter como objetivo a criação de um informativo que pudesse divulgar ao conjunto de/a professores/as as experiências da rede. Percebemos que essa seria uma ação importante do ponto de vista da divulgação das experiências, uma forma de os/as professores/as colaborarem na formação de seus pares, Nóvoa (2009), como foi discutido no Capítulo II .

Na categoria Temas da Convivência Escolar estão 8.5% do conjunto dos temas ofertados no período de 2000 a 2012, com destaque para o curso "Valores e Atitudes" que teve como proponente uma professora do município e como objetivo "Discutir sobre as condutas violentas no ambiente escolar e refletir sobre a possibilidade de atitudes pacificadoras e relações harmoniosas". Esse tema aparece nas modalidades de projeto, programa e seminário com gestores/as, nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2008.

[93] FGV – Fundação Getúlio Vargas.

Finalizando, numa tentativa de análise geral da oferta temática apresentada no Quadro II, podemos concluir que o Centro de Formação de Hortolândia tem assumido temas da própria Secretaria Municipal de Educação e, com certa regularidade, os temas da FCP vinculados aos Programas do Governo Federal e a temas propostos pelo setor privado. A maioria dos outros temas encaixa-se no critério da descontinuidade. Do total das 107 ofertas ocorridas através dos 47 temas, 60 delas (56%) entram-se em um, dois ou três anos, às vezes com rupturas entre um ano e outro o que pode significar que essas temáticas foram transferidas para a FC na escola. Essa hipótese encontra seu fundamento em documentos do Centro de Formação que identificam os temas contemplados nos PPP – Projeto Político Pedagógico das escolas. Podem ser citados dois exemplos, retirados de documentos que datam de 2006:

Exemplo 01:

Projeto Político Pedagógico EMEF Dona Ana José Bodini Januário.

O PPP dessa escola apresenta os projetos oferecidos pela Rede Municipal de Educação que estão sendo desenvolvidos na escola: xadrez, brinquedoteca, música e saber, teatro, coral e grupo de apoio. O documento inclusive mostra fotos dos ambientes utilizados para estes fins.

Das Metas (p.16-17), citamos uma: "*a formação em serviço embasada nas dificuldades encontradas pelo corpo docente. Os temas a serem estudados deverão atender ao que realmente o professor precisa, acontecendo uma vez ao mês, na reunião de HTPC*". Alguns temas apontados como relevantes aos docentes:

- Dificuldades na aprendizagem: como amenizá-las?
- Déficit de atenção.
- Distúrbio de aprendizagem: características (como identificá-las).
- Níveis de escrita: consenso entre os professores.
- Avaliação: qual o melhor método?
- Conteúdos mínimos necessários ao aluno para que ele avance para as séries subsequentes – 2ª. e 4ª. séries.
- Como estamos organizados: por série ou por ciclos? Como ser coerentes neste sistema misto?
- Estatuto do Magistério no município – vir alguém da Secretaria da Educação para sanar as dúvidas.

- Como podemos nos organizar para viabilizar o aprendizado dos alunos com dificuldade? (Diário de Campo da Autora, em 31/10/2013).

Nessas ações, centradas na escola, identificam-se temas que pertencem ao elenco de cursos do Centro de Formação, como o xadrez, a brinquedoteca e o teatro. As propostas voltam-se para a discussão e tomada de decisões, busca de consenso, necessidade de coerência nas decisões, realização de escolhas, discussões sobre o melhor método de avaliação. Os conceitos utilizados e os temas indicados nesse documento situam-se no horizonte das preocupações e das dificuldades dos/as docentes. Nessa comunicação, fica explícita também a necessidade do grupo esclarecer dúvidas sobre o *Estatuto do Magistério no Município*, tema que não aparece no Centro de Formação, no período pesquisado.

Exemplo 02:

Projeto Político Pedagógico EMEF Jardim Estefânia

Esse PPP apresenta uma introdução onde assinala a importância da reflexão sobre a prática e a necessidade de um tempo maior para os estudos relativos às dificuldades encontradas no trabalho realizado. Temas estudados em 2006:

- Indisciplina
- Alfabetização
- Família e Escola
- Ensino de 9 anos
- Planejamento
- Avaliação
- Progressão Continuada
- Inclusão
- Desenvolvimento Cognitivo Infantil

Na sequência da apresentação dos temas, vem o texto: *"Fica aberto espaço para novos temas que surgirem de acordo com a necessidade. O Professor deverá trazer os temas e apresentar ao grupo como forma de enriquecer o trabalho. Acreditamos que para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como pessoas criticas participativas, sabendo claramente o seu papel de cidadão com*

direitos e deveres e principalmente valorizando seu trabalho" *(p.20)*. (Diário de Campo da Autora em 31/10/2013).

A lista de temas apontados pelos docentes, nos dois exemplos citados acima, encontra ressonância em alguns dos temas oferecidos pelo CF, principalmente os relacionados à alfabetização, inclusão, ciclos, dificuldade de aprendizagem. Esse fato pode indicar que o processo de implementação dos programas realizados no CF, repercute na escola através de situações – problemas que demandam soluções.

Comparando as duas listas, constatam-se diferentes necessidades temáticas, fato que, conforme visto em Canário (1995), só é possível quando a formação está centrada na escola, uma vez que as temáticas são demandadas por uma percepção endógena, não são impostas "de cima" aos professores.

Há temas comuns, como o da inclusão e o da avaliação.

Filus (2011, p. 179) realizou uma pesquisa sobre a política de inclusão em Hortolândia e finaliza sua tese de doutorado colocando que

> (...) o processo de inclusão no município de Hortolândia apresenta uma organização que necessita de ajustes, principalmente na visão dos professores, diariamente responsáveis pela criança com deficiência. Essas arrumações dizem respeito a cursos de formação continuada que atendam as dúvidas e angústias referentes ao fazer pedagógico, com atividades e metodologias que realmente favoreçam a inclusão escolar; e a presença constante das especialistas em Educação Especial para dar suporte ao professor.

Em relação ao tema da Avaliação observa-se estreita relação com o tema da inclusão. Sobre isso Trevisan (2004, p. 56) aponta que

> A avaliação que se impõe, geralmente, não respeita a limitação do educando, pois é aplicada da mesma maneira aos diferentes alunos. (...) O problema é do próprio sistema de ensino que 'fecha' os olhos para a questão da avaliação, propondo as chamadas 'sondagens' que muitas vezes chegam às escolas xerocadas, todas iguais (respeitando a série e ciclo), para avaliar os alunos.

Essa autora sinaliza para a necessidade de se pensar diferentes avaliações, uma vez que as turmas são compostas por alunos que apresentam necessidades educativas especiais.

Retomando a discussão da literatura confirma-se novamente que o professor é um sujeito de saberes e de experiências (IMBERNÓN, 2005; NÓVOA, 2007; FÁVERO; TONIETO, 2010) e com base na sua reflexão sobre a prática em sala de aula,

esses/as professores/as buscam novos saberes – caso contrário não haveria uma lista com temas tão relevantes como a apresentada acima – e também que os problemas do cotidiano têm que ser enfrentados numa perspectiva coletiva, reflexiva, e se possível, colaborativa, nas HTPCs, realizado no "chão da escola", local que aponta e dita as necessidades de novos estudos e aprofundamentos (CANÁRIO, 2000; PRADO, 2011, FERREIRA, 1994). Essa situação ilustra bem o que discutimos no Capítulo II sobre a organização dos projetos de FCP dentro de uma lógica da procura e não da oferta (CANÁRIO, 1994). Nessa direção, os PPPs são um caminho profícuo no sentido de assegurar espaços para a problematização da prática pedagógica, a busca de soluções conjuntas e, em decorrência, a criação de inovação institucional.

4.3.6 - As modalidades da FCP em Hortolândia

Durante o período de 2000 a 2012, foram oferecidas 133 ações de FCP nas seguintes modalidades: cursos, oficinas, projetos, mostras, conferências, seminários, jornadas pedagógicas conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Modalidades da oferta de FCP – Hortolândia, 2000/2012

Ano	Modalidades das ações de FCP
2000	Encontro regional, curso
2001	Oficinas, projetos, cursos
2002	Oficinas, projetos, cursos
2003	Projetos, oficinas, cursos
2004	Cursos, projetos, orientações
2005	Avaliação, oficinas, seminário, cursos, projetos
2006	Jornada pedagógica, cursos, projetos, oficinas
2007	Cursos
2008	Cursos, jornada pedagógica
2009	Cursos, mostra educacional, conferências
2010	Cursos, mostra educacional
2011	Projeto, cursos
2012	Cursos, vivências, oficinas

Como pode-se observar nesse quadro, os cursos, presentes em todos os 13 anos pesquisados, são a modalidade preferida para veicular as ações de FCP, seguidos pelos projetos e oficinas. Essas modalidades não se diferenciam pela carga horária: um curso, uma oficina ou um projeto podem ter a mesma carga horária. No entanto, os temas de FC propostos pelos governos federal e estadual são veiculados apenas na modalidade de cursos com carga horária superior a 120 horas.

4.3.7 - Participação quantificada e qualificada na FCP em Hortolândia

O número de participantes foi levantado a partir das informações conseguidas nos documentos pesquisados e, ainda assim, não se conseguiu mapear a participação em todos os anos. Como mencionamos na introdução, buscamos informações sobre a qualidade da participação dos professores, no sentido de verificar se eles/elas participam das decisões relativas à sua formação.

a) A participação quantitativa:

Nem todas as ações de FC informam sobre o número de participantes. Muitas vezes encontrou-se na categoria número de participantes a indicação de público alvo "professores do ensino fundamental", "professores do EJA", "todos os professores das séries iniciais", "todos os diretores", "professores e gestores", "todos os coordenadores do Centro de Formação", "por adesão" ou "professores em exercício na rede". As expressões "por adesão", "todos os professores da rede" e "professores e gestores" se diferenciam das demais, uma vez que se destinam a um público indeterminado entendido como "cliente individual que é o professor, desligado do contexto organizacional onde exerce a profissão" (BARROSO; CANÁRIO, 1999, p. 56). Nas demais indicações de público alvo, observamos o critério de nível de ensino ou mesmo de grupo de trabalho. Mas prevalece, no conjunto das 133 ações, a indicação inespecífica dos destinatários da formação. Outro fato que percebemos foi a ausência da divulgação do número de vagas em todos as ações de FC.

Portanto, só registramos o número de participantes quando essa quantidade foi informada nos documentos ou por consulta, conforme ocorreu com o ano de 2012. Os resultados são mostrados na tabela abaixo.

Tabela 10 – Número de participantes nas ações de FC – Hortolândia 2000 a 2012

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de ações de FC	03	03	10	18	05	13	13	10	07	05	04	05	37
Nº participantes	577	45	262	439[94]	1062	374	621	-	20	-	-	-	1000
Total = 4.400 participantes													

Fonte: Elaborado na autora com base nos documentos encontrados no Centro de Pesquisa do CFPE "PF"

[94] Registra-se presença de 40 professores da rede particular.

Cabe fazer alguns esclarecimentos sobre os dados relativos aos números da Tabela 10: registra-se que em 2003 os programas dinamizados pela "Oficina Pedagógica" incluíram a participação de 40 professores da Rede Particular. Em 2004, só o "Programa Educação Ambiental - VIII Semana da Água – Tema: Hortolândia: Sua História no Curso da Água" oferecido em parceria com a ONG Consórcio PCJ envolveu professores de todas as esferas (estadual, municipal e privado) totalizando 900 docentes participantes só nessa ação. Em 2005, o Seminário "Valores e Atitudes - Em Busca de Uma Cultura de Paz" e o Projeto Kidsmart (uso do computador com ferramenta pedagógica) informam que todos os professores participaram. O segundo, foi realizado em todas as escolas, conseguindo abrangência total. No entanto, ficamos sem a informação sobre a quantidade de participantes nessas duas ações de FC. Ainda em 2005, só dois cursos informam o número de participantes, sendo que desses, 290 professores/as participaram do PROFA e outros 84 participaram do Projeto Informática da SME.

Os anos 2007, 2009, 2010 e 2011 não apresentam registros do número de participantes. Já quanto ao ano de 2012, por ter sido um ano atípico com elevado número de ações - 28% do total dos 13 anos pesquisados - solicitamos por e-mail o número de participantes. A informação que obtivemos do/a Colaborador/a 1, via e-mail em 5/9/14 foi que participaram mais ou menos 1000 professores/as.

Observa-se que no ano de 2012, dos 37 cursos, 11 contaram com a participação da equipe gestora. Este fato foi assim explicado.

> Alguns cursos são planejados só para essa equipe [se referindo aos gestores], e eles participam dos outros também. Esse conceito compreende as responsabilidades sobre tudo o que está ligado à gestão da escola, inclusive a formação continuada aqui no CFPE, pois é esta a equipe responsável por enviar os professores às formações. Também é através das sugestões das equipes gestoras nas escolas que o CFPE planeja os cursos (Entrevista Colaborador/a 1, em 6/3/2014).

Não conseguimos estabelecer uma relação consistente entre o número de participantes e outros aspectos pesquisados, porque esse dado, quando informado nos documentos, oscila muito de um ano para o outro e/ou concentra-se em poucas ações de FC. Porém, pode-se assinalar que o ano de 2012 contou com 1000 participantes para os 37 cursos ofertados. Considerando que nesse ano Hortolândia tinha 456 professores no EF, conforme a Tabela 8, deduz-se que cada professor/a participou de pelo menos duas ações de formação no CFPE "PF".

a) A participação qualitativa

A participação dos/as professores/as na proposição dos programas de FC do Centro de Formação de Hortolândia ocorre através das sugestões escritas na avaliação das Jornadas Pedagógicas que acontecem anualmente, no início do ano letivo. Recolhida as sugestões, faz-se a tabulação dos temas mais indicados e busca-se um profissional – que pode ser da própria rede, do CF ou externo - para realizar a ação demandada. Outra via de participação vem através das solicitações que os/as professores/as fazem às coordenações pedagógicas na própria escola, a partir de dificuldades constatadas. Nesse caso, na reunião semanal com a coordenação do Centro de Formação os/as coordenadores/as pedagógicos/as informam as necessidades de suas escolas. "*Quando várias escolas solicitam profissionais do CF para um mesmo tema, o CF propõe uma ação de FC para toda a rede. De modo geral, o que se percebeu, é que as informações sobre as demandas de FCP vêm através dos/das coordenadores/as pedagógicos das escolas* " (Entrevista com Colaborado/a 2, em 8/4/2014).

Por outro lado, os professores participam das decisões relativas à FC que acontecem dentro das escolas e que são planejadas no início do ano compondo o Projeto Político Pedagógico, como já comentamos. Essa formação atende prioritariamente as necessidades colocadas pela prática pedagógica no cotidiano da escola.

4.3.8 – Carga horária das ações de FCP em Hortolândia

Na Tabela 11, observamos uma heterogeneidade com relação ao número de horas que comportam as ações ofertadas.Os cinco cursos de 120 horas, oferecidos entre

Tabela 11 - Carga horária das ações FCP - Hortolândia 2000 a 2012.

Ano/ c.h.	4h	8h	9h	16h	30h	32h	44h	60h	90h	120h	180h	Não consta	Nº de cursos
2000	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	01	03
2001	-	-	-	-	03	-	-	-	-	-	-	-	03
2002	-	-	-	-	09	01	-	-	-	-	-	-	10
2003	-	-	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-	18
2004	-	-	-	-	04	-	-	-	01	-	-	-	05
2005	-	-	-	-	12	-	-	01	-	-	-	-	13
2006	01	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	13
2007	-	-	01	-	06	01	-	-	-	01	-	01	10
2008	-	-	-	-	05	-	-	01	-	01	-	-	07
2009	-	01	-‘	-	02	-	-	-	-	01	-	01	05
2010	-	-	-	-	01	-	01	-	-	01	-	01	04
2011	-	-	-	-	02	-	-	-	-	01	01	-	05
2012	02	-	-	-	18	-	-	13	-	-	04	-	37
Total	**03**	**01**	**01**	**-**	**94**	**01**	**01**	**15**	**01**	**05**	**05**	**04**	**133**

2007 e 2011, referem-se aos programas do Pró-Letramento ofertados pela esfera federal. Os cinco cursos de 180 horas foram o curso Pró-Letramento (2012), o ProInfo (2012), ambos da esfera federal e o curso Aperfeiçoamento em Gestão Pública Escolar (um em 2011 e dois em 2012), ofertados pela SME. Dos cursos de 4 horas dois foram realizados em parceria com editoras e um foi uma Oficina de Material Dourado.

Observa-se que o ano de 2012, além de apresentar um número maior de cursos em relação aos anos anteriores, destaca-se pelo fato de apresentar 18 cursos de 30 horas e 13 de 60 horas.

De acordo com depoimento do/a Colaborador/a 1, a maioria dos cursos é de 30 horas por semestre. Entre 2010 e 2011 os cursos foram de 30 horas. Quando a duração registra 1º e 2º semestres, significa que os professores farão dois módulos que somados resultarão em 60 horas.

> A partir de 2012, estamos mudando a política relativa ao tempo destinado para os cursos. Precisamos oferecer cursos onde os professores possam aprender mesmo, no sentido de incorporar o apreendido na prática da sala de aula. Então planejamos um módulo no 1º semestre e outro no 2º semestre. Este procedimento auxilia os professores no sentido de ter um tempo para construir o aprendizado e outro tempo para aprofundar e apropriar-se do conhecimento adquirido no curso. Mas tem exceções, como no caso de dois cursos da Editora SM, em 2012, que foram de 4 horas/cada (Entrevista com Colaborador/a 1, em 6/3/2014).

A relação carga horária e formato dos cursos (oficinas, palestras, conferência, projetos, cursos) não existe. Uma oficina pode ter a duração de 4 horas ou 30 horas. Esse fato pode apontar para o isolamento das ações, para a falta de um programa ou um projeto coerente de formação.

Todos os cursos são certificados. A pontuação decorrente da participação conta na hora da escolha das classes e para a possibilidade de se manter no período desejado e também

> quando ele [se referindo ao professor] se inscreve para, por exemplo, ser coordenador pedagógico (...) ele apresenta o projeto, [a] esse projeto também é atribuído uma nota, e essa nota ela compõe também se o um professor tem vários anos, mais antigo né, tem mais tempo de rede, ele tem uma pontuação maior em cursos, isso tudo também acompanha ele (entrevista Colaborador/a 2, em 8/4/2014).

Assim, tem-se mais um exemplo de como a lógica da troca antecede a lógica do uso (CANÁRIO, 2000), uma vez que a pontuação pela presença nos cursos é a garantia

de promoção na carreira. Esse fato chega a ser um constrangimento porque impõe aos docentes a necessidade de fazerem cursos de formação como condição para futuras promoções na carreira, independente da sua necessidade ou da relação com a prática de sala de aula. Nesse sentido, os/as professores/as são apenas consumidores/as dos cursos de formação, o que dificulta um exercício profissional que busca, antes de tudo, fazer uso dos conhecimentos construídos nos momentos de formação.

Resumindo, a maioria das ações de formação ofertadas em Hortolândia no período de 2000 a 2012, tem como **proponente** a própria SME, e como destinatários/as os/as professores/as, os/as coordenadores/as pedagógicos/as das escolas, os/s gestores/as, os/as vice-diretores/as, os/as assistentes de direção e os/as coordenadores/as pedagógicos/as do próprio Centro de Formação. O Governo Federal comparece como proponente de programas de FC destinados principalmente aos professores das classes de alfabetização/séries iniciais do Ensino Fundamental. O setor privado se faz presente, dentre outros, com a AutoBan responsável pela proposição de ações em mais da metade dos anos pesquisados.

Os **objetivos** da SME centram-se na FC dos professores, dos formadores do Centro de Formação, dos coordenadores pedagógicos das escolas, das equipes administrativas das escolas e, em menor número, verificam-se ações cujos objetivos se dirigem ás bibliotecárias e nutricionistas.

As **parcerias** são realizadas com as esferas federal e estadual, bem como com o setor privado e com ONGs.

As parcerias com o setor privado têm influenciado a organização do currículo do Ensino Fundamental. Com o objetivo de unificar os programas de ensino da Secretaria de Educação de Hortolândia com os programas dos parceiros, os temas das parcerias foram incorporados nos Programas de Ensino, evitando assim, a fragmentação entre programas dos projetos parceiros e programas de ensino do município.

Dentre as parcerias com o setor privado, tem-se a AutoBan - parceiro desde 2000; a ArcelorMittar[95] - parceiro desde 2003; e o Instituto Estre[96] - parceiro desde 2003. Estes três parceiros fornecem materiais para os alunos e cursos para os professores, mas a pesquisa encontrou apenas registro dos cursos de FCP promovidos pela Autoban.

[95] Para saber mais:< http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/>.
[96] Para saber mais: <http://www.institutoestre.com.br/.>.

Os **temas**, na sua maioria, incidem sobre os componentes curriculares, seguidos pelos temas da gestão e atualização profissional. Os temas relativos a uma boa convivência no ambiente escolar apresentam-se em menor número. De modo geral os temas predominantes no período analisado estão voltados, principalmente para o aprendizado da leitura, da escrita e da matemática e para a questão da inclusão. Nesse sentido percebemos que a FCP está, em grande medida, comprometida com as políticas educacionais do governo federal. Portanto, tanto a estrutura temática como a forma, como as ações são realizadas (ausência de continuidade, carga horária nem sempre adequada) indicam a não existência de um plano de formação elaborado pelo Centro que responda às necessidades e anseios dos/das docentes.

Finalizando, constatamos que o Centro de Formação da cidade de Hortolândia tem suas ações de formação centrada nomeadamente nos professores, nos coordenadores pedagógicos e, principalmente em 2012, identificamos os/as gestores/as como público alvo de quase todos os cursos. Não identificamos no conjunto das ações um plano de ação ou um projeto de formação. A formação continuada, segundo os dados coletados e discutidos nesse capítulo, nos parece, é organizada segundo as demandas apontadas mais pelos/as gestores/as e coordenadores/as pedagógicos/as das escolas e dos centros e menos pelos/as professores/as a partir de suas necessidades.

Dentro de uma perspectiva cumulativa, onde mais ações podem significar mais saber ou substituição de um conhecimento por outro na concepção de reciclagem (BARROSO; CANÁRIO, 1999), as ações de formação acontecem ainda dentro de uma perspectiva de escolarização. Ainda assim, verificamos que esse Centro de Formação atua em consonância com as diretrizes do governo federal, formalizando ações nesse sentido. Outra constatação está na opção por ações presenciais, fato que consideramos muito positivo, pois abre sempre a possibilidade de troca entre pares de diferentes escolas, o que nos parece possível por ser uma rede pequena.

CAPÍTULO V

A FORMAÇÃO CONTINUADA EM CAMPINAS: proponentes, objetivos, temas e participação.

Essa parte da pesquisa, que se refere à FC no Centro de Formação da cidade de Campinas, será apresentada na mesma sequência em que apresentamos a FC em Hortolândia.

Inicialmente, trazemos um pouco da história da constituição da cidade e em seguida os dados sobre população, IDH e renda, mostrando um panorama mais geral que influencia a política educacional nessa realidade. Os dados sobre a educação no município apresentam números relativos às escolas, às matrículas, aos professores do ensino fundamental, ao IDEB, à população em idade escolar, dentre outros. Esses dados vão influenciar a organização da formação dos professores. Por fim, os dados da pesquisa sobre a FCP em Campinas, são apresentados e discutidos.

5.1 - Breve história da cidade de Campinas

Iniciamos a história de Campinas tomando um pequeno trecho do livro "Conhecer Campinas numa perspectiva histórica", elaborado por um grupo de educadores da Rede Municipal de Educação de Campinas participantes do Grupo de Trabalho "Os Estudos do Meio na Prática Pedagógica da Cidade de Campinas" organizado e coordenado por Ângelo Emílio da Silva Pessoa,

> Campinas surgiu a partir de pequenos pousos de tropas ao longo da estrada dos Goiases. Por volta de 1722 uma expedição comandada por Bartolomeu Bueno e Silva descobriu ouro em quantidade na região do sertão dos goiases (atual Estado de Goiás), o que levou a um grande afluxo de pessoas para aquela região. A partir da antiga trilha do Anhanguera se abriu a estrada dos goiases, que permitiu o trânsito de pessoas e mercadorias entre São Paulo e aquela região. Ao longo da estrada se organizavam diversos pousos, (...) e nas redondezas desses pousos se estabeleceram pequenos posseiros, interessados em criar roças para autoconsumo e abastecimento das tropas, tal como se deu na localidade dos campinhos do mato-grosso, da Vila de Jundiaí, atual área de Campinas (PESSOA et al, 2005, p. 140).

É também em Pessoa et al (2005) que encontramos a data oficial de fundação da cidade de Campinas que foi 14 de julho de 1774.

Campinas foi elevada à condição de cidade e sede municipal com essa denominação , pela Lei nº 5 ou 181, no dia 5 de fevereiro de 1842 (IBGE, Cidades)[97].

Sua história é marcada pelo cultivo do café e da cana-de-açúcar, como atividades econômicas, bem como pela construção de duas ferrovias importantes como a Cia. Mogiana e a Cia. Paulista, que ampliaram suas possibilidades de desenvolvimento e avanço na área da indústria e do comércio (MARTINS, 2010).

Com a expansão da economia cafeeira, Campinas passou a concentrar um grande contingente de trabalhadores, empregados tanto nas plantações como nas atividades produtivas rurais e urbanas. Na segunda metade do século XVIII, a cidade começava a experimentar uma intensa "modernização" dos seus meios de transporte, de produção e de vida (IBGE, Cidades). Diante do crescimento acelerado da cidade, a necessidade de construção de escolas se impôs anos após Campinas ser elevada à condição de cidade.

Conforme Moraes (2007, p. 68)

> Campinas conta com a EE “Culto à Ciência”, fundada em 1.874, por uma loja maçônica (a terceira escola em antiguidade do Estado). O nome é uma referência aos ideais positivistas do final do século XIX, incorporados pelos maçons. Ela passou para o poder público municipal em 1.892, já na república, e do Estado em 1.894. Em 1.897, em Campinas, cria-se o Primeiro Grupo escolar de Campinas, atual Francisco Glicério. Em 1.902, cria-se a Escola Complementar de Campinas, atual EE Carlos Gomes, primeira escola normal da região. Essas três escolas, além de sua importância educacional, contam também com prédios de grande importância patrimonial e histórica, tendo sido tombadas pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de S. Paulo-CONDEPHAAT e pelo Conselho do Patrimônio Arqueológico de Campinas-CONDEPACC.

Na década de 30, com a crise da economia cafeeira, a cidade passou a vivenciar um novo momento histórico, marcado pela migração e pela multiplicação de bairros nas proximidades das fábricas, e das grandes rodovias em implantação - Via Anhanguera, (1948), Rodovia Bandeirantes (1979) e Rodovia Santos Dumont, (década de 1980) (IBGE, Cidades).

Campinas está situada no Estado de São Paulo, ocupando o terceiro lugar em termos populacionais neste Estado além de ser também, a maior cidade em termos populacionais e econômicos da Região Metropolitana de Campinas.

[97] Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>, acessado em: abril de 2014.

Conforme Oliveira (2013, p. 147)

> Além dos indicadores populacionais, o município é importante para a área de ciências e tecnologia, sendo considerado um pólo industrial regional e o terceiro maior pólo de pesquisa e desenvolvimento no Brasil, responsável por, pelo menos, 15% da produção científica nacional, sediando importantes institutos de pesquisas, como o Centro de Tecnologia e Informação Renato Ascher (CTI), Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Agronômico de Campinas (IAC), Laboratório Nacional de Luz Síncroton (LNLS), entre outros.

O setor de serviços está em constante crescimento em função do grande número de pessoas que chegam à cidade todos os dias para trabalhar, realizar negócios e/ou para estudar (OLIVEIRA, 2013). Além dos pólos tecnológicos, citados acima, a cidade comporta indústrias eletroeletrônica, eletrônica industrial e de metalurgia, dentre outras.

As diversas universidades sediadas em Campinas recebem estudantes das cidades da RMC e de todo o Brasil o que faz com a cidade se mantenha preocupada com a infraestrutura de hotéis, pousadas e alojamentos estudantis. Como destaque pode-se citar, dentre outras, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC) e a Faculdade de Campinas (Facamp).

Destacamos que em 2001, foi realizado na Faculdade de Educação da Unicamp, o primeiro fórum de educação com a participação dos secretários da educação da RMC, com o objetivo de discutir e sanar os problemas relativos à educação nesses municípios, sendo que, dentre eles "destacou-se de imediato a necessidade de se promover a formação em serviço dos docentes dos sistemas municipais de educação" (MORAIS, 2007, p. 86) necessidade apontada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que determina em seus dispositivos que os/as professores/as do Infantil e do Ensino Fundamental tenham como formação mínima a graduação. O Programa Especial de Formação de Professores em Serviço - PROESF formou várias turmas de professores de Campinas e região a partir de 2002, mas não está sendo mais oferecido pela Unicamp.

Conforme verificamos em estudos realizados por Oliveira (2013), no período de 1997 a 2013, uma característica da política em Campinas foram as rupturas frequentes nos seus governos municipais. Como observa a autora:

> (...) apenas quatro [se referindo aos prefeitos do período] cumpriram o mandato integralmente, sem contar a gestão do atual prefeito. O que mostra algumas questões partidárias importantes, principalmente a corrupção, essas mudanças impactam diretamente na administração do município que, nesse contexto, sofreu seguidos processos de descontinuidades políticas prejudicando o desenvolvimento dos serviços sociais e o atendimento ao cidadão campineiro (OLIVEIRA, 2013, p. 150-151).

Essa autora sinaliza, também, as descontinuidades verificadas na educação, com as constantes mudanças de secretários/as da educação, uma vez que mudanças no governo municipal acarretam novas designações para as secretarias. Como exemplo, em todo período analisado – 1997 a 2013 - "apenas a última gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) (2001 – 2004) manteve durante todo o mandato a mesma secretária de educação, Profª. Dra. Corinta Grisolia Geraldi, professora aposentada da Faculdade de Educação da Unicamp" (OLIVEIRA, 2013, p. 51).

Campinas, uma cidade grande em todos os sentidos: número de habitantes, renda per capita, descontinuidade de governos, demografia e corrupção. Também grande em termos de bolsões de pobreza[98]. Uma cidade de contrastes.

5.2 - Campinas no período de 2000 a 2012: população, IDHM e renda

No período de 2001 a 2004 Campinas teve dois prefeitos do PT: Antonio da Costa Santos (que ficou menos de 1 ano no cargo devido ao seu assassinato em setembro de 2001) e Izalene Tiene que o substituiu até o final do mandato. No período de 2005 a 2012 a prefeitura foi ocupada por Helio de Oliveira Santos do PDT. Esse prefeito não chegou a completar o mandato, sendo acusado por corrupção. Afastado do cargo e substituído por seu vice Pedro Serafim. Atualmente a cidade de Campinas é administrada pelo prefeito Jonas Donizette Ferreira (PSB).

Campinas registrou uma população de 968.160 em 2000 e em 2012 passou a ter 1.100.970 habitantes, com uma densidade demográfica de 1.399,81habitantes/km2[99]. Em treze anos a cidade registrou um crescimento de 14% em sua população.

---

[98] Para exemplificar, os bolsões de pobreza a que nos referimos, estão situados no Jardim Mariza e Gleba B. Este último fica perto do Jardim Monte Cristo e Parque Oziel. São espaços onde constatamos - no período de 2004 a 2010 quando trabalhamos na coordenação da FC de professores das Naves Mães desses bairros - muita miséria e quase total esquecimento do poder público municipal,

[99] De acordo com o SEADE – Fundação Estadual de análise de Dados, disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>. Acesso em: 25/02/2014.

Nessa cidade, conforme dados da Seade, a Renda per capita (em reais correntes) foi de R$ 611,55 em 2000 e de R$ 1.135,29 em 2010, o que significou um aumento de 86%. Na RMC os valores para 2000 e 2010, são respectivamente R$478,67 e R$945,32, significando um aumento de 97% o que indica que alguns municípios menores dessa região tiveram um crescimento maior do que o da cidade de Campinas.

Com relação às condições de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM apresentado em 2000 foi de 0,735. Em 2010 foi de 0,805, representando 10% de melhoria nas condições de vida da população.

O IDHM - Educação apresentado em 2000 foi de 0,614 e em 2010 o índice foi de 0,731, representando uma melhoria de 19% de elevação na educação.

5.2.1 - A educação em Campinas no período de 2000 a 2012

Apresentam-se os dados relativos à situação do Ensino Fundamental na cidade de Campinas, uma vez que ela pode influenciar o planejamento da formação continuada na cidade.

De 2000 para 2012, verificam-se os seguintes dados em relação à população em idade escolar em Campinas: a população de 6 anos apresenta uma queda de 14%, houve uma queda de 13% na população entre 7 e 10 anos, e a população entre 11 e 14 anos apresenta uma queda de 10%. Todas as faixas etárias em idade escolar apresentam redução em seus números, conforme a Tabela 12. No período de 2000 para 2012, houve uma redução de 12% no total da população em idade escolar. Essa queda deve-se à diminuição da população residente em Campinas nessas faixas etárias no período de 2000 a 2010. De acordo com os dados apresentados para o município no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013[100], ocorreu uma redução de 10% na população com menos de 15 anos.

[100] Disponível em: ≤http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/campinas_sp. Acessado em: 31 de agosto de 2014.

Tabela 12 - População de Campinas em idade escolar, no período de 2000/2012				
Idade	**2000**	**2004**	**2008**	**2012**
6 anos	14.871	14.027	13.102	12.775
7 a 10 anos	61.462	59.345	56.799	53.602
11 a 14 anos	66.238	65.633	64.435	59.696
Total	142.571	139.005	134.336	126.073

Fonte: Seade - Fundação Estadual de Análise de Dados (2014). Organizado pela autora

Essa redução da população em idade escolar refletiu-se nas matrículas no ensino fundamental. Nas Tabelas 13 e 14 é possível verificar que houve uma redução significativa no número de matriculados tanto na rede estadual quanto na rede municipal. Na primeira, a queda foi de 12% no período de 2000 a 2012, (sendo de 13% nos anos iniciais e de 11% nos anos finais). Na rede municipal a redução foi ainda mais expressiva, sendo de 30% no total, mas de 37% nos anos iniciais contra 22% nos anos finais. No entanto, essas tabelas mostram também a ocorrência de um aumento nas matrículas na rede privada, de 30%, alcançando o patamar de 53% de crescimento nos anos iniciais e de 9% nos anos finais. Isso indica que, provavelmente, uma parte da redução das matrículas no Ensino Fundamental nas redes municipal e estadual se deve à redução da população em idade escolar no município, mas outra parte se deve à transferência de número significativo de matrículas, principalmente nos anos iniciais, para a rede privada.

Tabela 13 - Matrículas no Ensino Fundamental de Campinas nas esferas estadual, municipal e privada – 2000/20012				
ESFERAS/ANO	**2000**	**2004**	**2008**	**2012**
Rede Estadual (total)	91.962	85.879	86.574	81.306
Anos Iniciais – Rede Estadual	43.389	43.925	43.212	37.893
Anos Finais – Rede Estadual	48.573	41.954	43.362	43.413
Rede Municipal (total)	29.764	34.184	24.534	20.716
Anos Iniciais – Rede Municipal	17.020	16.965	12.372	10.751
Anos Finais – Rede Municipal	12.744	17.219	12.162	9.965
Rede Privada (total)	22.977	22.986	26.400	29.851
Anos Iniciais – Rede Privada	10.951	11.290	14.282	16.798
Anos Finais – Rede Privada	12.026	11.696	12.118	13.053

Fonte: Fundação Seade. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br>. Acessado em: 3/6/2014. Organizado pela autora.

Tabela 14 – Matrículas no Ensino Fundamental de Campinas – 2000/20012 (em %)				
ESFERAS/ANO	**2000/2004**	**2004/2008**	**2008/2012**	**2000/2012**
Rede Estadual (total)	-7%	1%	-6%	-12%
Anos Iniciais – Rede Estadual	1%	-2%	-12%	-13%
Anos Finais – Rede Estadual	-14%	3%	0%	-11%
Rede Municipal (total)	15%	-28%	-16%	-30%
Anos Iniciais – Rede Municipal	0%	-27%	-13%	-37%
Anos Finais – Rede Municipal	35%	-29%	-18%	-22%
Rede Privada (total)	0%	15%	13%	30%
Anos Iniciais – Rede Privada	3%	27%	18%	53%
Anos Finais – Rede Privada	-3%	4%	8%	9%

Fonte: Fundação Seade. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br>. Acessado em: 3/6/2014.
Dados organizados pela autora

Ainda em relação ao decréscimo do número de matrículas no município de Campinas e segundo Oliveira (2013, p. 159), "A diminuição nas matrículas do ensino fundamental, também vai contra o movimento da maioria dos municípios do estado de São Paulo, aonde as matrículas do ensino fundamental municipal vêm aumentando desde a década de 1990". Cabe observar que verificamos que nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004 – período em que um mesmo partido e uma mesma secretária da educação administraram a educação no município – as matrículas estiveram em alta, sendo respectivamente, 34.691, 33.517, 34.900 e 34.184 matrículas no ensino fundamental[101]. Esse período é marcado por um número maior de matrículas nas séries iniciais, provavelmente em função das pressões para a descentralização e municipalização das matrículas desse nível de ensino.

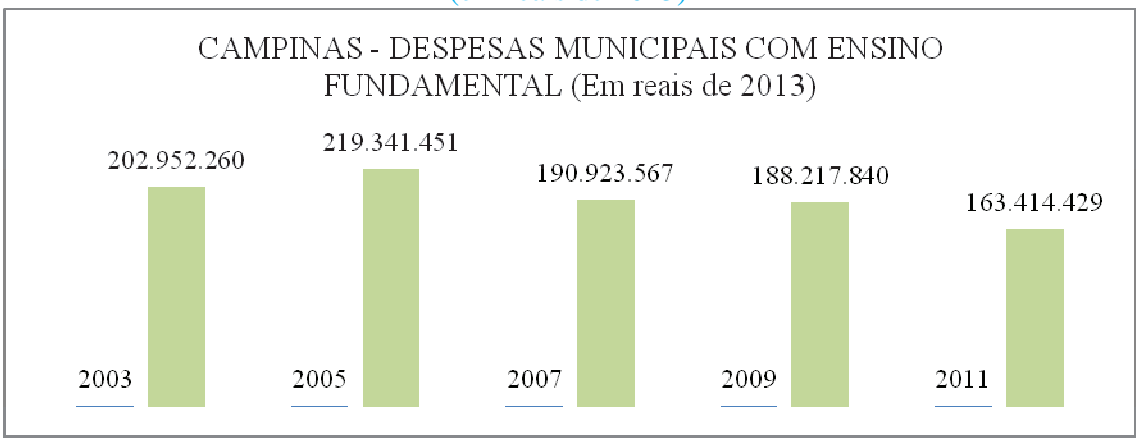
Quando questionamos o processo de municipalização das matrículas do Ensino Fundamental em Campinas, solicitando o número de escolas municipalizadas, obtivemos como resposta "Recebemos alguns imóveis de unidades Escolares Estaduais, mas não se trata de municipalização, pois não adotamos esta forma de gestão" (Colaborador/a 3, em 09/06/201).

O Gráfico 2 mostra que ocorreu uma redução nos gastos do município com o Ensino Fundamental, o que está diretamente relacionado com a redução no número de

[101] Conforme <http://produtos.seade.gov.br>/. Acessado em: 16/2015.

matrículas. É possível observar inclusive, que há inicialmente um aumento nesse gasto entre 2003 e 2005, que parece corresponder ao crescimento de 15% (Tabela 13) das matrículas na rede municipal entre 2000 e 2004. A partir de 2005, a redução do gasto é constante até 2011, perfazendo uma queda de 25% nesse período, o que parece corresponder à redução das matrículas que entre 2004 e 2012 foi de 39%.

Gráfico 2 – Campinas - Gastos municipais com o Ensino Fundamental –- 2003/2011 (em reais de 2013)



Fonte: Seade - Fundação Estadual de Análise de Dados (2014). Organizado pela autora.

No que diz respeito à distorção idade/série no Ensino Fundamental, ao contrário do que observamos em Hortolândia, em Campinas a maior distorção encontra-se na rede municipal e, em segundo lugar, na rede estadual. O índice da rede privada é o menor e equivalente ao que identificamos para o município de Hortolândia. É interessante observar que nas três redes verificou-se um ligeiro aumento na distorção entre 2011 e 2012.

Tabela 15 - Distorção idade/série no Ensino Fundamental de Campinas – anos 2011 e 2012

Ano	Estadual	Municipal	Privada
2011	8	13,2	3,8
2012	8,1	13,6	3,9
Em %	1%	3%	3%

Fonte: Fundação Seade. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acessado em: 3/6/2014.
Organizado pela autora.

Tomando o IDEB como indicador de melhoria nas condições do Ensino Fundamental, verificamos na Tabela 16, que em Campinas o Índice para as séries iniciais na rede municipal acompanhou mais de perto o da rede estadual no município,

mas só alcançou a meta nas séries finais em 2009. Ele esteve, no entanto, acima da média do conjunto dos municípios no Brasil. Em comparação com a média alcançada no Estado de São Paulo pelas redes públicas e privada, o IDEB da rede municipal de Campinas esteve sempre abaixo nos anos de 2007 a 2011, assim como também em relação à rede privada nacional.

Tabela 16 – IDEB em Campinas – comparação entre as redes municipal, estadual e privado com outras esferas – período 2005 a 2011

Ano / Esferas	2005		2007		2009		2011	
	4ªs./5ºa.	8ªs./9ºa.	4ªs./5ºa.	8ªs./9ºa.	4ªs./5ºa.	8ªs./9ºa.	4ªs./5ºa.	8ªs./9ºa.
Municipal	*	*	4.7	4.1	4.7	**4.5**	5.2	4.2
Estadual	5.0	4.1	4.8	4.1	**5.4**	**4.3**	5.3	4.3
Estado de São Paulo	4.7	4.2	**5.0**	**4.3**	**5.5**	**4.5**	**5.6**	**4.7**
Brasil/ média dos municípios	3.4	3.1	**4.0**	3.4	**4.4**	3.6	**4.7**	3.8
Brasil/ privado	5.9	5.8	**6.0**	**5.8**	**6.4**	5.9	6.5	6.0

Fonte: <http://IDEB.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 16/04/2014. Dados organizados pela autora.
Resultados marcados em negrito referem-se ao IDEB que atingiu a meta.
* Não existem resultados para a série.

A ausência de resultados do IDEB de Campinas no ano de 2005, primeiro ano de sua implementação, pode ser justificada. Assumindo uma postura de rejeição à avaliação classificatória e ao desempenho individual comparativo - dois princípios que acompanham as avaliações externas impostas pelo IDEB, conforme discutidos no Capítulo II - a SME de Campinas, a partir de discussões desencadeadas desde a década de 90, busca criar seus próprios mecanismos de avaliação, instituindo a Avaliação Institucional Participativa cujo objetivo geral é "*Instituir política pública de avaliação da educação básica municipal*" (CAMPINAS, 2007, p. 7).

Outro aspecto que se soma ao conjunto do trabalho em relação às avaliações internas e, portanto, ao aprendizado qualificado dos alunos da rede municipal foi a criação da Comissão Própria de Avaliação (resolução SME, Nº 05/2008)

> (...) que busca, por meio de um colegiado, avaliar as unidades educativas nas diferentes etapas da educação ofertada pela rede de Campinas. Além disso, com a assessoria de avaliação, a SME vem tentando aplicar a Prova Campinas, que teve apenas uma edição em 2008, quando foi aplicada em todas as 118 turmas das 4ª séries (atual 5º ano) do ensino fundamental da Rede Municipal de Campinas, por professores e/ou equipes das escolas. As provas foram de Língua Portuguesa e Matemática, cujos resultados ainda não foram apropriados pelas escolas (OLIVEIRA, 2013, p. 167).

A Prova Campinas que visa, por um lado, "avaliar as práticas escolares que são desenvolvidas nos anos iniciais do ensino fundamental" e, por outro lado, "visa produzir uma base de informações e recomendações que possam ajudar na transformação e melhora das práticas escolares e das políticas educativas para a melhoria do ensino" foi um dos mecanismos criados. Essa avaliação contempla também os conteúdos de Arte e Literatura e é aplicada pelos próprios professores das Emefs.

> O processo de elaboração da Prova Campinas foi iniciado em 2005 quando uma equipe da SME, com orientação de professores da Faculdade de Educação da Unicamp, colheu material do conteúdo que os professores aplicam nas turmas do 1º ano do Ciclo II. Os dados foram recolhidos e analisados, e o resultado foi a elaboração da avaliação composta por 12 questões de matemática e outras 12 de português, todas dissertativas que foi aplicada pela primeira vez em 2008 [102].

O que se percebe é que a rejeição a uma visão de educação que se define em termos comparativos, considerando apenas resultados como nas avaliações nacionais, leva uma atitude que considera as práticas escolares para a partir delas propor uma forma de avaliação com objetivos claros de melhoria das políticas educacionais e do ensino.

> Buscando coerência com princípios de não "ranqueamento", a SME estabeleceu também que cada escola, em particular, receberia os resultados obtidos por seus alunos, e as análises de desempenho a serem publicizadas seriam do conjunto da Rede. Tais análises devem proporcionar uma reflexão sobre o trabalho com leitura, com escrita e com matemática a partir das tendências observadas nas várias escolas. Interessa à SME qualificar o olhar sobre elas, devolvendo-lhes dados locais e mantendo, ao mesmo tempo, uma visão global de rede (GODOY, 2012, p. 37)

As colocações desse autor tornam claros os objetivos das avaliações propostas para o conjunto da RMEC, cujas medidas não são generalistas, porque consideram os

[102] Disponível em <http://www.campinas.sp.gov.br>. Acessado em: 30/07/2014.

dados locais, sem deixar de cuidar de uma visão da rede como totalidade. Também, não privilegiam apenas resultados mensuráveis que corroboram para a produção de mais desigualdades, conforme se viu em Arroyo (2010), no Capítulo I, na discussão sobre o neoliberalismo e a educação.

Mesmo com a criação da Prova Campinas, a SME participa das avaliações externas (IDEB) – processo iniciado em 2007, conforme Tabela16 – e assume como compromisso o cruzamento desses dados para o planejamento de suas ações.

> As ações de avaliação interna e externa devem ser realizadas de forma combinada e complementar, havendo em ambas plena liberdade de expressão e busca de rigor e de justiça. O exame "de fora para dentro" pode corrigir eventuais erros de percepção produzidos pelos agentes internos, muitas vezes acostumados acriticamente às rotinas e, mesmo, aos interesses corporativos. A avaliação externa, coerente com a dimensão interna, é um importante instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e da SME. Ela exige a organização, a sistematização e o inter-relacionamento do conjunto de informações quantitativas e qualitativas, além de juízos de valor sobre a qualidade das práticas da UE. Por isso, a integração da avaliação interna e externa faz parte de um importante processo de discussão e reflexão relativo aos grandes temas de política pedagógica, bem como às tomadas de decisão, buscando o fortalecimento ou redirecionamento de ações e de políticas da SME (CAMPINAS, 2007, p. 10)

Portanto, pode-se dizer que a RMEC em termos de avaliação dos/das alunos/as já estava com meio caminho andado quando o IDEB foi instituído e só iniciou sua participação nas avaliações externas depois de discutir e refletir com os/as profissionais da educação da rede um caminho, uma direção que pudesse ir além de simples resultados mensurados, assumindo assim sua responsabilidade com a educação pública.

Numa análise geral, apesar do IDHM – Educação de Campinas mostrar uma melhora de 19% entre 2000 e 2010, o que é possível observar a partir dos dados discutidos acima é que há na rede municipal uma redução do número de alunos (Tabelas 13 e 14) e uma redução significativa no gasto público com o Ensino Fundamental (Gráfico 2) e um IDEB (Tabela 16) que não mostra a existência de uma melhoria considerável na qualidade do ensino. Aparentemente, verifica-se um paradoxo entre o IDHM – Educação e o conjunto dos dados apresentados.

Para atender à população em idade escolar, Campinas conta hoje com um total de 6.868 docentes no Ensino Fundamental distribuídos em 292 escolas, conforme a Tabela 17.

Tabela 17 - Número de Docentes e Escolas em Campinas				
	2005	2007	2009	2012
Docentes - Ensino fundamental (total)	**6.870**	**6.779**	**6.504**	**6.868**
Esfera privada	1.552	1.511	1.633	1.883
Esfera pública estadual	4.056	4.078	3.746	3.964
Esfera pública federal	0	0	0	0
Esfera pública municipal	1.262	1.190	1.125	1.021
Escolas - Ensino fundamental (total)	**268**	**275**	**279**	**292**
Esfera privada	74	82	85	95
Esfera pública estadual	155	154	154	157
Esfera pública federal	0	0	0	0
Esfera pública municipal	39	39	40	40

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Organizado pela autora

Considerando o número de alunos matriculados em 2012 – sendo 81.306 na esfera estadual, 20.716 na esfera municipal e 29.851 na esfera privada, conforme os dados da Tabela 13 – verifica-se que as esferas municipal e estadual estão equiparadas em relação à média de 20 alunos por docentes. Como observamos em Hortolândia, o número de alunos por docentes nas duas esferas pode ser maior, dependendo do número de professores/as que estão de licença ou ocupando cargos administrativos. A rede privada apresenta uma média de 314 alunos por escola e a proporção 16 alunos por professor/a. Tentar estabelecer uma média de alunos por docente é importante porque salas muito numerosas dificultam o trabalho dos/as professores/as, mesmo quando esses possuem uma boa e sólida formação.

5.3 - A Formação Continuada em Campinas de 2000 a 2012.

Verificamos que existe uma quantidade grande de pesquisas acadêmicas que têm como mote a FCP em Campinas, com enfoques e objetivos diferentes, sem que ainda tenham questionado o papel do Centro de Formação Continuada. No entanto, muitas delas dialogam com essa pesquisa e serão referenciadas quando citadas.

A Formação Continuada dos/das Professores/as - FCP, em Campinas, tem uma história consolidada que vem se construindo desde a década de 1980.

Ferraz (2001, p. 47) ao fazer uma análise das políticas de FC no período de 1983 a 1996 coloca que

> Todos os programas governamentais inseriram na sua política educacional a formação dos profissionais de educação como uma das suas ações. A formação docente foi tratada com maior ênfase em relação a dos outros profissionais. Constatamos que estava presente nas propostas o reconhecimento de que era necessário investir na formação em serviço como um dos pontos básicos para a melhoria da qualidade de ensino.

Destaca-se das colocações dessa autora, a preocupação com a formação em serviço, fato que remete à discussão do lócus da formação, que na experiência histórica de Campinas, também se organiza no interior das escolas.

Partindo das pesquisas de Ferraz (2001), Moreto (2009) e Oliveira (2013) organizamos, no Quadro 7, resumidamente, o seguinte histórico de mudanças na organização da FC na SME de Campinas:

Quadro 7 - Histórico da organização da FC em Campinas

Ano	Nomenclatura	Objetivo
1980	Assessoria Técnico Pedagógica (Vinculada ao Departamento Municipal de Educação da SME)	Formação em serviço dos profissionais (agentes) do quadro central da SME responsáveis pela orientação dos professores nas unidades escolares.
1988	Academia Municipal de Aperfeiçoamento Pedagógico e Administrativo Geral (AMAPAGE)	Estudar e conceber a política educacional para ser implementada nas escolas.
1996	Centro de Formação Continuada da Educação Municipal (CEFORMA) (vinculado à Coordenadoria Setorial de Formação que faz parte da estrutura e responsabilidade do Departamento Pedagógico)	Criar condições adequadas no âmbito da educação municipal para a institucionalização e o gerenciamento das práticas de capacitação e formação continuada dos profissionais da área, dentre outras.[103]
2008	Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional "Prof. Dr. Milton Santos" (CEFORTEPE)[104] (vinculado à Coordenadoria Setorial de Formação, que faz parte da estrutura e responsabilidade do Departamento Pedagógico)	Aliar à formação, a pesquisa e a tecnologia para a qualidade do ensino.

[103] O detalhamento desses objetivos encontram-se em Ferraz (2001, p. 61-62).

[104] Segundo Moreto (2009, p, 102), "apesar da inauguração deste espaço de formação, a SME não publicou, até o período em que compreendeu esta pesquisa, qualquer documento oficializando a alteração da denominação de CEFORMA para CEFORTEPE, diferentemente do que ocorrera anteriormente na mudança de AMAPAGE para CEFORMA. Contudo é possível apreender que com a proposta da estrutura do CEFORTEPE, a SME incorpora à formação continuada dos professores e dos seus profissionais no geral, setores que colaboram com a importância das ações para a consecução de uma educação para a humanização e para a cidadania ativa".

Verificamos que as mudanças de gestão bem como as mudanças estruturais no interior da SME, vão estabelecendo modificações nas formas de planejamento e organização da FC no município (MORETO, 2009; FERRAZ, 2001). Ainda que com diferentes denominações e concepções, observamos como uma constante a preocupação com a FCP nesse município. Destacamos como mudança significativa verificada no quadro acima, a passagem da Amapage para o Ceforma que conforme Moreto (2009, p. 94-95)

> Passou-se de um espaço denominado de Academia – onde inicialmente fora marcado por um local em que alguns profissionais, ligados diretamente à administração da SME – no caso as Assistentes Técnico-Pedagógicas (ATPs) e as Orientadoras Pedagógicas (OPs) – ficavam reunidas estudando, concebendo a política para ser implementada pelas escolas; e posteriormente enquanto um espaço de formação continuada dos profissionais da educação municipal – para um Centro de formação, em uma concepção que abrange para além da *academia*, as possibilidades de também incorporando a academia pensar a prática escolar a partir e juntamente com os responsáveis por ela – os professores (grifo do autor).

Da pesquisa desse autor depreendemos que antes de 1996 os professores não participavam do planejamento da FC, ficando esse trabalho a cargo dos/as especialistas, fato que mostra uma concepção que separa quem pensa e quem executa as ações de FC.

Outro aspecto que nos chama a atenção está nos termos iniciais utilizados para designar o objetivo principal do CEFORMA "Institucionalização e gerenciamento das práticas de capacitação e formação continuada". 'Gerenciar' é uma ação que coaduna com os propósitos ditados pela Reforma do Estado em 1995, cujo objetivo principal é o controle e quando acompanhados do restante da frase são um bom exemplo do que discutimos no Capítulo II com Marin (1995). No entanto, os termos aqui já aparecem juntos "capacitação e formação continuada", podendo significar o início da passagem de uma concepção para outra em relação à formação dos/as professores/as.

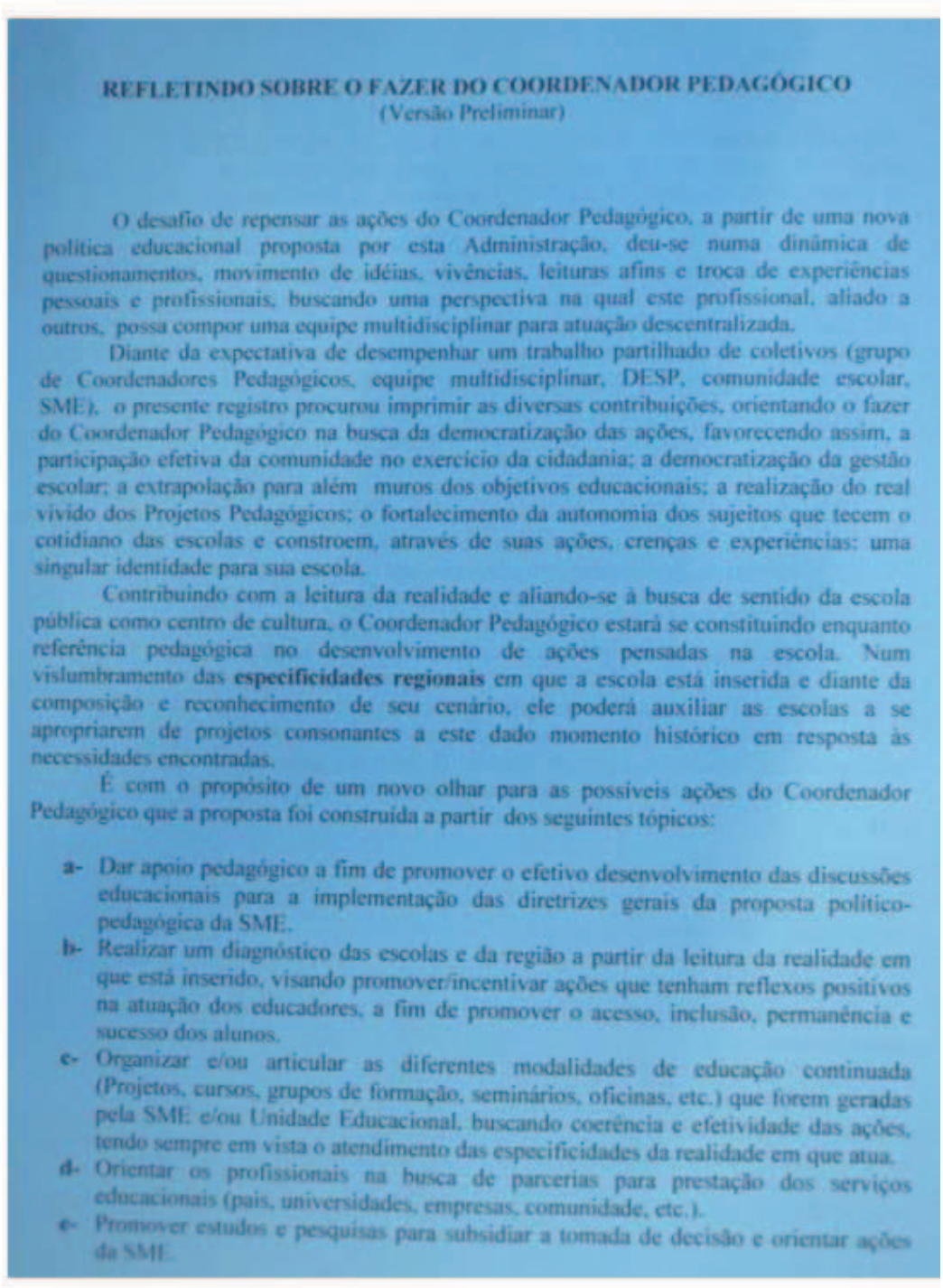
Em nossa pesquisa documental, encontramos alguns achados que refletem posicionamentos, preocupações e encaminhamentos da SMEC e dos professores em relação à FCP.

No Quadro 8 apresentamos uma amostra desses achados e na sequência apresentamos e discutimos um documento de cada caixa.

Quadro 8 – Outros achados da FCP no Centro de Memória do Cefortepe - Campinas	
Nº da caixa	**Documento**
289	- Vários documentos testemunhando discussões teóricas sobre educação, participação dos professores em congressos e seminários locais ou em outras localidades; - Texto escrito pelos coordenadores: **Refletindo sobre o fazer do coordenador pedagógico(2001)**; - Doc. Grupo de Formação faz uma reconstrução da trajetória do trabalho e do desenvolvimento do grupo "recuperando as linhas gerais que nortearam e desenharam este processo bem como elementos para possíveis encaminhamentos".
290	- **Proposta do departamento pedagógico para a formação continuada (2003)** - Doc pesquisa sobre o projeto "explorando a música na escola"
292	- **Memorando em 13/10/2004: Proposta de Formação do NAED Noroeste p/ o DEPE**
293	- **Princípios norteadores da SME no ano de 2002** - Apresenta uma tabela de dados sobre a avaliação dos professores do curso "A lei 10.639/03[105]*:* reflexão sobre o currículo e a prática no cotidiano escolar do ensino fundamental"
301	- Informa os projetos que serão desenvolvidos nas escolas junto aos professores; - **Doc. 1568 - Pensando a Política de Formação de Professores - 3/12/2003**

[105] Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acessado em: 2/9/202.

Assim temos o texto **Refletindo sobre o fazer do coordenador pedagógico** (caixa 289), escrito em 12 de março de 2001, por uma equipe composta por 15 Coordenadores Pedagógicos[106].



REFLETINDO SOBRE O FAZER DO COORDENADOR PEDAGÓGICO
(Versão Preliminar)

O desafio de repensar as ações do Coordenador Pedagógico, a partir de uma nova política educacional proposta por esta Administração, deu-se numa dinâmica de questionamentos, movimento de idéias, vivências, leituras afins e troca de experiências pessoais e profissionais, buscando uma perspectiva na qual este profissional, aliado a outros, possa compor uma equipe multidisciplinar para atuação descentralizada.

Diante da expectativa de desempenhar um trabalho partilhado de coletivos (grupo de Coordenadores Pedagógicos, equipe multidisciplinar, DESP, comunidade escolar, SME), o presente registro procurou imprimir as diversas contribuições, orientando o fazer do Coordenador Pedagógico na busca da democratização das ações, favorecendo assim, a participação efetiva da comunidade no exercício da cidadania; a democratização da gestão escolar; a extrapolação para além muros dos objetivos educacionais; a realização do real vivido dos Projetos Pedagógicos; o fortalecimento da autonomia dos sujeitos que tecem o cotidiano das escolas e constroem, através de suas ações, crenças e experiências: uma singular identidade para sua escola.

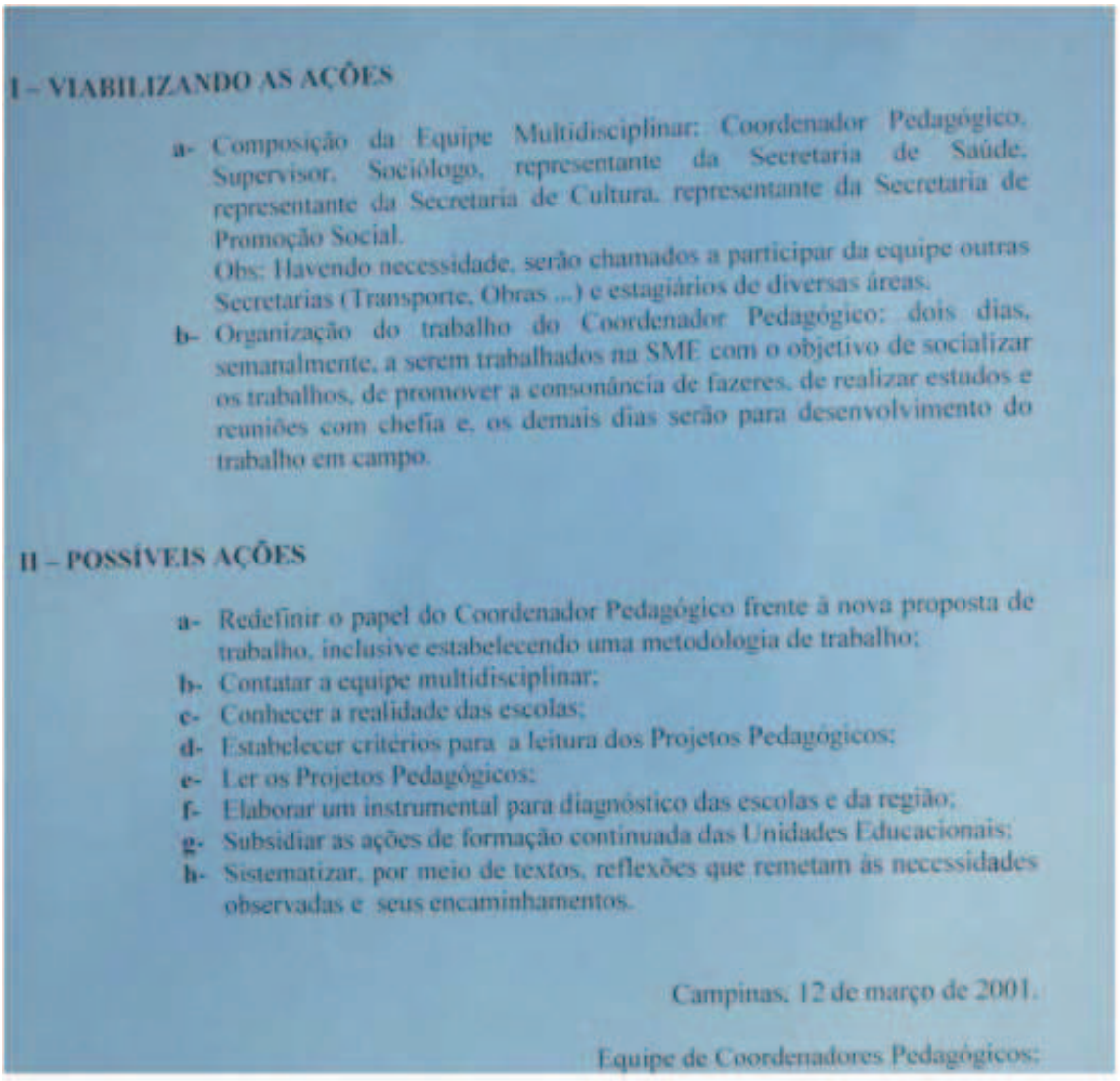
Contribuindo com a leitura da realidade e aliando-se à busca de sentido da escola pública como centro de cultura, o Coordenador Pedagógico estará se constituindo enquanto referência pedagógica no desenvolvimento de ações pensadas na escola. Num vislumbramento das **especificidades regionais** em que a escola está inserida e diante da composição e reconhecimento de seu cenário, ele poderá auxiliar as escolas a se apropriarem de projetos consonantes a este dado momento histórico em resposta às necessidades encontradas.

É com o propósito de um novo olhar para as possíveis ações do Coordenador Pedagógico que a proposta foi construída a partir dos seguintes tópicos:

a- Dar apoio pedagógico a fim de promover o efetivo desenvolvimento das discussões educacionais para a implementação das diretrizes gerais da proposta político-pedagógica da SME.
b- Realizar um diagnóstico das escolas e da região a partir da leitura da realidade em que está inserido, visando promover/incentivar ações que tenham reflexos positivos na atuação dos educadores, a fim de promover o acesso, inclusão, permanência e sucesso dos alunos.
c- Organizar e/ou articular as diferentes modalidades de educação continuada (Projetos, cursos, grupos de formação, seminários, oficinas, etc.) que forem geradas pela SME e/ou Unidade Educacional, buscando coerência e efetividade das ações, tendo sempre em vista o atendimento das especificidades da realidade em que atua.
d- Orientar os profissionais na busca de parcerias para prestação dos serviços educacionais (pais, universidades, empresas, comunidade, etc.).
e- Promover estudos e pesquisas para subsidiar a tomada de decisão e orientar ações da SME.

Figura 17 - Refletindo sobre o fazer do coordenador pedagógico.

[106] Omitimos os nomes dos autores para preservar suas identidades.



I – VIABILIZANDO AS AÇÕES

a- Composição da Equipe Multidisciplinar: Coordenador Pedagógico, Supervisor, Sociólogo, representante da Secretaria de Saúde, representante da Secretaria de Cultura, representante da Secretaria de Promoção Social.
Obs: Havendo necessidade, serão chamados a participar da equipe outras Secretarias (Transporte, Obras ...) e estagiários de diversas áreas.
b- Organização do trabalho do Coordenador Pedagógico: dois dias, semanalmente, a serem trabalhados na SME com o objetivo de socializar os trabalhos, de promover a consonância de fazeres, de realizar estudos e reuniões com chefia e, os demais dias serão para desenvolvimento do trabalho em campo.

II – POSSÍVEIS AÇÕES

a- Redefinir o papel do Coordenador Pedagógico frente à nova proposta de trabalho, inclusive estabelecendo uma metodologia de trabalho;
b- Contatar a equipe multidisciplinar;
c- Conhecer a realidade das escolas;
d- Estabelecer critérios para a leitura dos Projetos Pedagógicos;
e- Ler os Projetos Pedagógicos;
f- Elaborar um instrumental para diagnóstico das escolas e da região;
g- Subsidiar as ações de formação continuada das Unidades Educacionais;
h- Sistematizar, por meio de textos, reflexões que remetam às necessidades observadas e seus encaminhamentos.

Campinas, 12 de março de 2001.

Equipe de Coordenadores Pedagógicos:

Continuação: Figura 17 - Refletindo sobre o fazer do coordenador pedagógico.

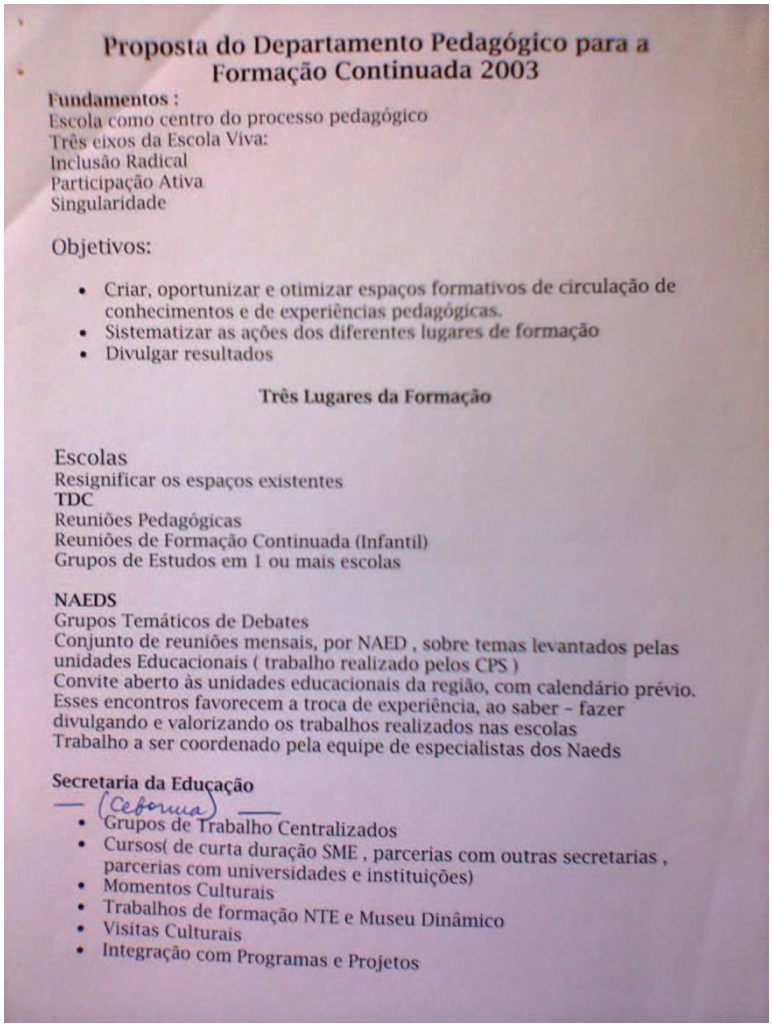
Observamos, no texto acima, uma busca de posicionamento e redefinição do papel dos/as coordenadores/as pedagógicos/as no âmbito da SME, fato provavelmente motivado pelo início da gestão do prefeito Antonio Costa Santos (Toninho do PT) e da secretária de Educação da época Corinta Maria Grisolia Geraldi.

Dentre as propostas de trabalho que esse grupo apresenta, encontra-se

> Organizar e/ou articular diferentes modalidades de educação continuada (Projetos, cursos, grupos de formação, seminários, oficinas, etc) que forem geradas pela SME e/ou Unidade Educacional, buscando coerência e efetividade das ações tendo sempre em vista o atendimento das especificidades da realidade em que atua. (Figura 15 – Refletindo...)

O grupo propõe também a tarefa de subsidiar as ações de FC nas Unidades Educacionais. Desse modo, podemos perceber que a FCP já acontecia através de ações geradas pela SME, através do Ceforma, mas também ocorriam ações centradas na escola. Outro aspecto a ressaltar está relacionado com a proposta 'a' que objetivava promover discussões educacionais para a implementação das diretrizes presentes na proposta político-pedagógica da SME. Entendemos que os CPs – Coordenadores/as Pedagógicos/as - faziam um trabalho de articulação das ações da SME com as ações da escola, buscando a vinculação de propósitos. A liberdade das escolas na organização de uma FC coerente com suas necessidades, provavelmente, também esbarrava/esbarra nos limites dos propósitos de implementação de ações da SME. A proposta 'd' elucida as parcerias estabelecidas para a prestação de serviços educacionais, inclusive com empresas. No entanto, na Tabela 09 que trata dos proponentes da FC, encontramos que no período de 2001 a 2004 poucas foram as parcerias com o setor privado, se comparado com os outros anos.

O documento abaixo, **Proposta do Departamento Pedagógico para a Formação Continuada 2003** (caixa 290), está em consonância com os objetivos da nova proposta educacional do governo petista denominado de "Escola Viva", gestão iniciada em 2001.



Proposta do Departamento Pedagógico para a Formação Continuada 2003

Fundamentos :
Escola como centro do processo pedagógico
Três eixos da Escola Viva:
Inclusão Radical
Participação Ativa
Singularidade

Objetivos:

- Criar, oportunizar e otimizar espaços formativos de circulação de conhecimentos e de experiências pedagógicas.
- Sistematizar as ações dos diferentes lugares de formação
- Divulgar resultados

Três Lugares da Formação

Escolas
Resignificar os espaços existentes
TDC
Reuniões Pedagógicas
Reuniões de Formação Continuada (Infantil)
Grupos de Estudos em 1 ou mais escolas

NAEDS
Grupos Temáticos de Debates
Conjunto de reuniões mensais, por NAED , sobre temas levantados pelas unidades Educacionais (trabalho realizado pelos CPS)
Convite aberto às unidades educacionais da região, com calendário prévio.
Esses encontros favorecem a troca de experiência, ao saber - fazer divulgando e valorizando os trabalhos realizados nas escolas
Trabalho a ser coordenado pela equipe de especialistas dos Naeds

Secretaria da Educação
(Ceforma)

- Grupos de Trabalho Centralizados
- Cursos(de curta duração SME , parcerias com outras secretarias , parcerias com universidades e instituições)
- Momentos Culturais
- Trabalhos de formação NTE e Museu Dinâmico
- Visitas Culturais
- Integração com Programas e Projetos

Figura 18 – Foto documento: Proposta do Departamento Pedagógico para a formação Continuada 2003 .

Esse documento informa que o *lócus* da formação em Campinas tinha três endereços: as escolas, a Secretaria de Educação – Ceforma - e os Naeds. A rede municipal de Campinas

> está dividida em cinco Núcleos de Ação Educativa Descentralizada (Naeds), desde 2001, conforme a divisão geográfica da cidade: Naed norte, Naed sul, Naed leste, Naed noroeste, Naed sudoeste. (...) As Naeds têm várias atribuições no sentido da descentralização das ações administrativas da SME (Oliveira, 2013, p. 154).

Destaca-se que dos três fundamentos da Escola Viva, a inclusão radical é o aspecto que mais identificamos na documentação disponível e será retomada ainda nesse capítulo na discussão dos temas da FC de Campinas, quando encontramos uma grande quantidade de ações de FC com essa temática.

Conforme os objetivos listados por esse documento, procuramos encontrar nas demais caixas, documentos apontados pelo texto que apresentassem a sistematização das ações nos três lugares de formação e a divulgação dos seus resultados. Não encontramos esse material. Seria muito rico conhecer esses resultados da FCP e poder contrariar o que Imbernón (2009) diz sobre a ênfase dada na quantidade de ações realizadas em detrimento da qualidade do que se executou, como discutimos no Capítulo II.

Além da formação individual, realizada através da escolha por cursos, encontramos três formas de participação dos/as docentes que se diferenciam conforme o local: Grupos de Trabalhos Centralizados (Ceforma), Grupos Temáticos de Debates (Naeds) e Grupos de Estudos (debates). Esses diferentes espaços e formas de participação ainda orientam a FCP de Campinas, conforme se pode ver no Quadro 7, nas páginas à frente.

A participação dos profissionais na programação da FC para o ano de 2005, pode ser constatada por um Memorando, cujo assunto é **Proposta de Formação** (caixa 292) envidada do Naed Noroeste para o Departamento Pedagógico, em 13 de outubro de 2004. O documento apresenta o seguinte texto:

> Através de consulta aos profissionais do Naed Noroeste, foram levantados temas relevantes com as especificidades da região noroeste. Dado o tempo reduzido e demanda de trabalho que competiram com este levantamento, foi possível elencar as indicações abaixo:
> Temas
> 1 - Alfabetização (processo que continua além da alfabetização inicial)
> Sugestão de palestrante: Ana Maria Smolka
> 2. Passagem da 4ª série para a 5ª série " Síndrome da 5ª série"
> Sugestão de palestrante: Ana Maria Aragão
> 3. Metodologia Freinet
> Sugestão de palestrante: Profª. Judite (Emei Satélite Iris) e Ruth Joffly
> 4. A construção social da deficiência mental
> Sugestão de palestrante: Ana Torresan"

O texto informa temas que tem relevância para as *especificidades da região noroeste*, fato que nos leva ao entendimento de que os temas informados ao Depe serão trabalhados na FC dos/as docentes da região em questão e, é possível que sejam temas para o ano de 2005. Esse texto também nos revela que a descentralização das ações administrativas da SME possibilitou que o respeito às diferenças regionais fosse considerado e que a FCP fosse organizada coerente com essas especificidades. Esses

fatores apresentam coerência com os princípios que nortearam as ações da SMEC nesses anos de governo petista.

Os **Princípios Norteadores da SME** (caixa 293) são divulgados no Boletim SME Planejamento 2002, (p.3), sendo eles:

1) Respeito aos saberes dos profissionais da educação, para que não se perca o que já foi construído;

2) Respeito à diferença para que cada um dos sujeitos tenha o seu lugar na escola;

3) Boas condições de trabalho e de salário para os profissionais da educação;

4) Compreensão do profissional como alguém que está em contínuo aprendizado sendo, portanto, capaz de agir;

5) Democratização da gestão, do acesso e da permanência na escola;

6) Aprendizagem para todos;

7) Aposta nas crianças, jovens e adultos, com suas culturas.

O sexto princípio nos leva a retomar um pouco da discussão que fizemos no Capítulo II sobre a metodologia de FC. A aprendizagem de todos, nesse caso dos/as alunos/as e dos/as professores/as, nos parece possível na medida em que os/as docentes são colocados frente às suas próprias dificuldades de entender as respostas que os alunos dão ao processo de aprendizagem. A investigação da própria ação, conforme Prado (2011) pode ser um caminho possível para que se garanta a aprendizagem de todos.

O documento **Pensando a Política de Formação de Professores** (caixa 301) de 3/12/2003 endereçado À Coordenadoria de Educação Básica C/C DEPE e Coordenadoria de Formação, reflete a preocupação dos autores do texto que são coordenadores/as pedagógicos/as - sobre os dados de reprovação e defasagem idade/série verificadas em 2003 em relação aos resultados de 2002. Os/as autores/as apontam a necessidade de qualificar o debate sobre os problemas que os profissionais das séries iniciais enfrentam e as possibilidades de sua superação. Apontam a necessidade de ampliar a oferta de FC específica nesta área (professores de 1ª e 2ª séries). Sugerem a contratação do grupo ABAPORU, com grande experiência e resultados em alfabetização, para a oferta de um curso de longa duração, se comprometem com acompanhamento desse trabalho e com a realização, ao longo de

2004, de estudos sistematizados sobre as práticas de leitura e escrita na escola, dirigidos aos Orientadores Pedagógicos.

Não identificamos, em nossa pesquisa, a presença do grupo ABAPORU[107] como proponente da FCP, no entanto encontramos nas ações de FCP de 2004, o GEPA – Grupo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização, cujo objetivo de trabalho foi o de "Reunir pesquisas relativas ao tema, promover o intercâmbio de experiências entre as escolas e professores da Rede, integrar as propostas formativas das escolas, Naeds e da Coordenadoria Setorial de Formação". Outro curso que encontramos em 2004 foi o Letramento e Alfabetização com o objetivo de "Discutir as práticas de alfabetização bem como aspectos teóricos que as embasam, privilegiando estratégias metodológicas de resolução de situações - problemas, tematizando a prática da sala de aula, discutindo os programas de vídeos com conteúdos didáticos, estudo e discussão de textos de subsídios". Percebemos por parte desses/as profissionais um processo de reflexão sobre o problema, a proposição de uma solução externa aliada à proposição de uma atitude interna, somando esforços para conter a defasagem idade/série que, conforme visto na Tabela 15, é um problema que ainda persiste em Campinas.

Enfim, a partir desses achados pode-se destacar como características ou perfil da FCP da SMEC: a presença do estudo e das discussões teóricas sobre temas educacionais; reflexões sobre o papel e o fazer do/a coordenador/a pedagógico/a; a prática da avaliação grupal (Grupos de Formação) sobre trajetória, trabalho e desenvolvimento do próprio grupo; os três o *lócus* da FCP, sendo na escola, nos Naeds e na Secretaria de Educação; os Naeds como proponentes de FCP; as propostas de cursos e programas de FCP ancoradas em demandas que apontam dificuldades que a rede deve enfrentar, como no caso das distorções idade/série. Observamos que em 2002 a rede tinha princípios bem definidos em relação aos propósitos da educação e dos/as educadores/as de Campinas.

Na busca pela superação dos desafios postos pela política de FC em uma rede com mais de mil docentes só no Ensino Fundamental (ver Tabela 17), observamos que a Coordenadoria Setorial de Formação empreende esforços para ofertar ações de

[107] Instituto Abaporu de Educação e Cultura desenvolve, desde 2002, projetos educacionais e sociais em diferentes instituições e estados do país, sendo a assessoria a instituições educativas uma dessas áreas. Disponível em: <http://www.institutoabaporu.com.br/>. Acessado em: 5/2/2015.

formação que se desenvolvem tanto no Cefortepe, como nas unidades escolares e nos Naeds.

Atualmente, como mostrado no Quadro 9, são quatro as modalidades de FCP oferecidas pela Coordenadoria Setorial de Formação: Cursos, Grupos de Estudos, Grupos de Trabalho e Grupos de Formação Curricular. As modalidades têm características próprias e a indicação de um lócus para se desenvolver. Os Grupos de Estudos e Grupos de Trabalho são modalidades que devem acontecer preferencialmente nas Unidades Educacionais – UE e/ou Naeds e os Cursos e Grupos de Formação Curricular são modalidades que acontecem preferencialmente, no Cefortepe.

Quadro 9 – Modalidades/características de FCP em Campinas.
GRUPO DE ESTUDO - Temático, não necessariamente atrelado a uma reflexão imediata sobre a prática pedagógica, mas que dialogue com o projeto pedagógico, favorecendo o aprofundamento da reflexão teórica via pesquisa bibliográfica. É de caráter eletivo/optativo, por grupos de afinidade, mediante apresentação de plano de estudo. O caráter da coordenação pode ser rotativo, entre seus integrantes. Pode ser realizado no Cefortepe, no Naed e com prioridade, nas unidades educacionais. A duração e participação devem ser anuais.
GRUPO DE TRABALHO - Tem características semelhantes às do grupo de estudo, porém necessariamente, implica na prática pedagógica, gerando um "produto", de caráter publicável ou não. É de caráter eletivo/optativo, por grupos de afinidade, mediante apresentação de plano de trabalho. Preferencialmente, o local de sua realização deve ser nas unidades educacionais. A carga horária deve ser compatível com o tempo necessário para conclusão do objetivo do trabalho.
GRUPO DE FORMAÇÃO CURRICULAR - Necessariamente focado nos processos relacionais entre teoria e prática pedagógicas, subsidiados por pesquisas, leituras e partilhas de experiências/vivências. O princípio norteador do trabalho é a implementação curricular. Sua coordenação é previamente definida, sendo, preferencialmente, um formador com experiência de sala de aula na rede de ensino de Campinas e com possibilidade de parceria com formador externo. Carga horária flexível, com Mínimo de 30 horas, devendo ser desenvolvida de forma contínua ao longo do ano.
CURSOS - Abordagem prioritariamente teórico-prática. Objetivo, tema, conteúdo e carga horários preestabelecidos pelo formador da rede municipal de ensino ou externo. Os cursos podem ocorrer em parcerias com universidades ou outras instituições.

Fonte: DOM Nº 10.754 - Ano XLIII - Quinta-feira, 14 de novembro de 2013, p.4. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/664846500.pdf>. Acessado em: 12/08/2014

Dependendo da modalidade que escolher participar, o/a docente pode ser remunerado. Encontramos no Art. 4º da RESOLUÇÃO SME/FUMEC Nº 02/2011 que fixa normas para processo seletivo relativo à participação de servidores da Secretaria Municipal de Educação e da Fundação Municipal para Educação Comunitária em Cursos e Grupos de Formação ofertados pela Secretaria Municipal de Educação a seguinte informação:

> Art. 4º Os Cursos/GFs estão reunidos em dois grupos denominados EIXOS A e B, e ambos compõem o ANEXO I desta Resolução.
>
> § 1º O EIXO A, inclui os Cursos/GFs que poderão ser remunerados por meio de Carga Horária Pedagógica, CHP, ou por meio de Hora Projeto, HP.
>
> § 2º O EIXO B, inclui os Cursos/GFs que poderão ser remunerados por meio de Hora Projeto, HP (CAMPINAS, 2011, p. 4).

O Anexo I citado nessa Resolução refere-se à relação dos cursos e GFs – Grupos de Formação centralizados da SME e da FUMEC que são listados pelos Eixos A e B[108]. Essa Resolução deixa claro que a remuneração se refere apenas às atividades centralizadas. Portanto, as atividades de FC descentralizada, realizadas nas escolas e nos Naeds, não são remuneradas, mas são certificadas pela Coordenadoria Setorial de Formação[109].

Abaixo apresentamos dois exemplos de cursos nos eixos A e B, do Anexo I, transcritos do DOM Nº 10.078 DE 12/02/2011.

[108] A lista completa dos Cursos e GFs citados na RESOLUÇÃO SME/FUMEC Nº 02/2011 consta no CD que acompanha a versão impressa desta dissertação.

[109] Conforme a **RESOLUÇÃO SME Nº 12 /2012**, que fixa diretrizes para a participação e a certificação nos cursos descentralizados de formação continuada promovidos pelos Núcleos de Ação Educativa Descentralizada (NAEDs), e dá outras providências. **Art. 1º.** Os NAEDs Leste, Noroeste, Sudoeste e Sul, em consonância com a política de formação da Coordenadoria Setorial de Formação/DEPE/SME, oferecerão cursos descentralizados de formação continuada. **Art. 2º.** O planejamento e o acompanhamento dos cursos descentralizados são de responsabilidade das respectivas equipes educativa dos NAEDs Leste, Noroeste, Sudoeste e Sul. **Art. 3º.** Compete a Coordenadoria Setorial de Formação: I – a emissão dos certificados dos cursos descentralizados; II – a disponibilização para a equipe educativa dos NAEDs Leste, Noroeste, Sudoeste e Sul do modelo padrão para a lista de presença, bem como orientações gerais para o seu preenchimento (CAMPINAS, 2012, p.12).

Quadro 10 - Exemplo de ações de FCP nos eixos A e B – Campinas/2011			
Ações	**Proponente**	**Objetivo/ementa**	**Público Alvo**
A.18. CURSO DE LIBRAS – MÓDULO I	SMEC/FUMEC Formadora: Mônica Amaral Azevedo	Promover o conhecimento da Língua de Sinais Brasileiras (LIBRAS) para os educadores e a importância da LIBRAS para a pessoa surda.	1º. Professores de Educação Especial da SME, 2º demais profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas. Possibilidade de uso da CHP: Professores de Educação Especial da SME. Nº Vagas: 30 por turma. CH total 50 h/a; CH Semanal: 03 h/a. Local: CEFORTEPE.
B.15. CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA	SMEC/FUMEC Formadora: Márcia Azevedo	Este curso foi elaborado visando à inclusão digital dos professores, para que façam uso das tecnologias em seu trabalho na unidade escolar.	Prioritariamente professores da SME, da FUMEC, dos CEIS e das Entidades Conveniadas 100 h/a. Nº Vagas: 15 por turma Local: CEFORTEPE

Em relação à carga horária, a diferença é bem marcante, no entanto, o/a docente que optar pelo curso do eixo A, e só se for docente da Educação Especial, poderá escolher se quer ser remunerado como HP ou HTP, sendo que os/as demais docentes podem fazer o curso, mas não serão remunerados. O curso do eixo B, com expressiva carga horária, pode remunerar a todos/as que apresentarem um projeto a ser trabalhado na escola e será remunerado em HP.

Se por um lado a indicação expressa de remuneração nos parece uma tentativa de controlar os resultados da FC garantindo que o que foi aprendido no curso seja aplicado na escola, por outro lado, também verificamos uma lógica de valor de uso (CANÁRIO, 2000) quando o aprendido se transforma em projeto, porque ao escrevê-lo e planejá-lo haverá a necessidade de refletir sobre o que foi aprendido na formação.

Mais adiante, na mesma Resolução, os artigos 6º e 7º explicitam os limites e trâmites da participação remunerada.

> Art. 6º - O professor poderá ter a sua participação remunerada por meio de HP ou de CHP, respeitando-se o limite máximo de até 04 (quatro) horas-aula semanais, para os professores que atuam na SME e de até 03 (três) horas-aula, para os professores que atuam na FUMEC.
>
> Art. 7º Para requerer a remuneração por meio de HP, o professor da SME e o da FUMEC deverão apresentar o Formulário previsto no ANEXO II, desta Resolução, devidamente preenchido, até o terceiro encontro do Curso/GF para o qual foi selecionado (CAMPINAS, 2011).

Observamos um diferencial de carga horária entre os/as docentes da SME e da FUMEC[110], fato que a Resolução N° 02/2011, não explica. Uma hipótese pode ser a diferença de carga horária entre os níveis referidos.

Chama a atenção o Formulário do Anexo II, (Cf. RESOLUÇÕES SME Nº 22/2010, FUMEC Nº 07/2010 E SME/FUMEC Nº 02/2011) pela extensa lista de representantes das instâncias deliberativas da SME - Conselho de Escola, Representante Regional, Coordenadoria do Programa de Jovens e Adultos (CPJA), ou assinatura e carimbo do Presidente do Conselho de Escola, assinatura e carimbo do Representante Regional da SME, assinatura e carimbo da CPJA da FUMEC – que deverão se manifestar a respeito da solicitação de remuneração em HP feita pelo/a docente. Esses fatos nos levam a refletir sobre como o *lócus* da FCP, no caso de Campinas, influencia nos acordos que deliberam sobre a própria FCP e a sua remuneração.

Outro aspecto que desperta nossa atenção refere-se ao fato dessa remuneração não ser incorporada ao salário dos/as docentes. Encontramos que "na lei que vigorou a partir da administração do PT, era garantido aos professores um tempo remunerado constante da sua jornada de trabalho para a formação continuada" (MORETO, 2009, p. 248).

Essas medidas apontam para uma concepção de FC onde o aprendizado se encerra junto com o curso ou o projeto realizado na escola. Parece-nos que a política que organiza a FC, não acredita que os professores/as sejam capazes de agregar o aprendizado adquirido nos Cursos e Grupos de Formação ao seu cabedal de conhecimentos, caso contrário, não hesitariam em incorporar as horas de FC à jornada de trabalho. Nesse sentido, há também a questão da crença na qualidade dessa oferta, o que sinaliza uma contradição: os cursos ministrados só têm efeito durante o período em que são realizados. Passado esse período, perdem a validade. Por isso os salários só crescem no período da validade.

Essas reflexões nos reportam às discussões realizadas sobre a profissionalização docente (FERREIRA, 1994; CANÁRIO, 1994; IMEN; FELDFEBER, 2003), uma vez

[110] A FUMEC – Fundação Municipal para Educação Comunitária foi instituída nos termos da Lei 5830/87. É uma fundação pública, vinculada à Secretaria Municipal de Educação. É mantenedora dos programas de Alfabetização para Jovens e Adultos através da EJA I – Educação de Jovens e Adultos (anos iniciais) equivalente aos cinco primeiros anos da educação básica e Educação Profissional, através do CEPROCAMP – Centro de Educação Profissional de Campinas – Prefeito Antonio da Costa Santos. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/fumec/>. Acessado em 21/02/2015.

que a pontualidade com que a oferta de ações é concebida caracteriza-se mais como escolarização. Nesse sentido Moreto (2009, p. 248) coloca que "é imperioso que além de incentivo à formação continuada, o professor tenha enquanto constituição da sua profissionalização, tempo remunerado na composição de sua jornada de trabalho".

Continuando, a política de FC[111] atual tem suas ações organizadas nas áreas: a) Ciência da Educação e áreas correlatas junto aos vários níveis e modalidades de educação de crianças, jovens e adultos; b) Linguagens e Tecnologias; c) Prática e Investigação Pedagógica; d) Metodologias e inovações, produção de material didático; d) Avaliação da aprendizagem e avaliação institucional; f) Manifestações sociais, culturais e artísticas. Conhecer essas áreas é importante na medida em que ajudam a compreender as ações de FC ofertadas para o conjunto dos profissionais da RMEC que se apresentam diversificadas de um ano para o outro, bem como se verifica a presença mais constante de um ou outro curso ou grupo de formação no rol da oferta no período para identificar e entender em que categoria ele se enquadra.

A concepção de FCP que orienta as ações atuais entende que

> A Escola é um espaço vivo, que se articula com a sociedade, com a vida do aluno, e, como educadores, precisamos nutrir nossos conhecimentos e práticas com o exercício da reflexão junto com demais pares, outros profissionais da Educação. (...) a FC deve percorrer com o educador todo percurso de seu trabalho, sendo sua aliada, respaldando suas ações, opções, novas buscas, que possam superar os desafios que fazem parte do cotidiano escolar (trecho retirado do questionário respondido pelo/a Colaborador/a 3, em 906/2014).

Na visão desse/a Colaborador/a, é inquestionável a necessidade dessa formação ao longo do percurso de trabalho dos/as educadores/as, portanto, uma FC ao longo da vida profissional. Considerando que em Campinas são três os locais da FC, é possível que haja uma sobrecarga de atividades na rotina dos/as docentes.

5.3.1 – Estrutura e organização do CEFORTEPE em Campinas

Antes da instituição do Cefortepe, era o CEFORMA o responsável pela FCP da rede. De acordo com Moreto (2009, p. 101),

[111] **Política de Formação Continuada da Rede Municipal de Educação de Campinas**. Campinas, 18 de abril de 2011 (Temos uma cópia, mas não encontramos registro legal desse documento). Esse documento apresenta detalhadamente a política de FC: objetivos da FC, princípios da política de FC; diretrizes do plano de FC; organização da FC em ações, áreas, modalidades e espaços; responsabilidades sobre a FC (SME, DEPE e CSF e os NAEDs).

> Na administração do PDT, até novembro de 2008, a formação continuada dos professores continuou a cargo do CEFORMA, (...) [e] em 18 de dezembro de 2008, é inaugurado o CEFORTEPE, que incorpora à formação continuada, a questão da tecnologia e da pesquisa educacional. Assim passa-se do CEFORMA para o – Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional "Prof. Dr. Milton Santos" – CEFORTEPE, aliando à formação, a pesquisa e a tecnologia para a qualidade do ensino.

Portanto, o período contemplado por essa pesquisa elenca programas de FCP tanto do período do Ceforma como do atual Cefortepe, conforme se pode ver no Quadro 7 da página 158.

O texto abaixo foi desenvolvido considerando as informações encontradas no site da Prefeitura de Campinas[112], nos documentos e materiais disponibilizados no Núcleo de Memória e Pesquisa em Educação e nas informações contidas no Diário de Campo da autora.

Os PFC para o conjunto dos/as professores/as da rede municipal são realizadas atualmente através do Centro de Formação Tecnologia e Pesquisa em Educação Milton Santos – CEFORTEPE, equipamento público vinculado à Coordenadoria Setorial de Formação do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Campinas Dentre os objetivos do Departamento Pedagógico - DEPE encontram-se os de promover na rede municipal, propostas político-pedagógicas de Educação, possibilitando que cada unidade educacional elabore e desenvolva seu Projeto Pedagógico, e fomentar atividades que melhorem o desempenho educacional de alunos e profissionais da educação na relação ensino aprendizagem, propondo, planejando, orientando e supervisionando as atividades administrativas pedagógicas das unidades escolares de competência de suas respectivas coordenadorias.

Ligada à coordenação do DEPE, encontram-se a Coordenadoria de Educação Básica, a Coordenadoria de Educação Especial, a Assessoria de Educação e Cidadania, a Coordenadoria Setorial de Formação, o Centro de Formação Tecnologia e Pesquisa em Educação – CEFORTEPE, o Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE, a Assessoria de Informações Educacionais – AIE, a Assessoria de Currículo e Pesquisa Educacional, a Coordenadoria de Projetos, a Assessoria de Avaliação Institucional.

A Coordenadoria Setorial de Formação tem como objetivos: I – realizar as ações de formação em serviço de todos os profissionais da SME, no que se refere às

[112]Em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/cefortepe/index.php>. Acesso em: 07/10/2014.

atividades específicas de sua função e àquelas que os constituem como educadores;
II – organizar as ações para suprir as necessidades básicas de formação dos profissionais, exigidas para o exercício da função; III – viabilizar as diversas possibilidades formativas, tais como grupos de estudos/pesquisa, palestras, oficinas, dentre outros; IV – viabilizar e organizar o material que subsidie a reflexão curricular de modo mais amplo que as especificidades das áreas de conhecimento;
V – articular a integração da formação entre a SME e a FUMEC; VI – sistematizar o processo de vivência curricular, de forma a construir o currículo em movimento constante de pesquisa-ação, fundado na promoção constante da investigação e da produção acerca do trabalho pedagógico desenvolvido com a Rede e pela Rede.

A Coordenadoria Setorial de Formação – CSF está situada no mesmo espaço do CEFORTEPE, local onde também se encontram a Coordenação do Núcleo de Memória, a Coordenação do Núcleo de Cursos e a Coordenação dos Programas e Projetos.

O CEFORTEPE possui três frentes de trabalhos: Formação Continuada – Cursos[113]; Formação Continuada – Programas e Projetos[114]; Núcleo de Memória e Pesquisa em Educação[115].

O espaço comporta salas para os cursos e infraestrutura para atendimento ao público. No entanto, conforme já registrado, o Núcleo de Memória, local que guarda a história da FC, não possui infraestrutura para receber interessados em pesquisar a educação em Campinas. No período da pesquisa de campo, verificou-se a presença de professores nos cursos ofertados no local, bem como o uso de material audiovisual em cursos concomitantes, o que demonstra uma infraestrutura de apoio material aos cursos.

---

[113] Recebe e analisa propostas de Cursos (curta, média e longa duração). Planeja, implementa e acompanha as respectivas atividades, emitindo relatórios de avaliação de cada uma delas, bem como, os encaminhamentos para certificação. Supervisiona e acompanha a realização de Palestras e Oficinas, Fóruns e Encontros, Congressos e Seminários. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/cefortepe/index.php>. Acessado em 6/9/2014.

[114] Recebe e analisa as propostas de Projetos com aderência aos Programas Institucionalizados ou Especiais, oriundos de parcerias e convênios. Planeja, implementa e acompanha as respectivas atividades elaborando, quando necessário, relatórios de avaliação de cada uma delas. Com aderência aos Programas e Projetos institucionalizados, acompanha a formação específica e necessária por meio de Grupos de Trabalho e de Formação. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/cefortepe/index.php>. Acessado em: 6/9/2014.

[115] Planeja, promove, executa e acompanha atividades relacionadas à sistematização de informações, estudo e pesquisa, respeitadas as diferentes abordagens e concepções teóricas e metodológicas, com temas relacionados à Educação e a Formação. Planeja, implementa e acompanha atividades relacionadas ao Acervo e a Memória da Formação do Sistema Educacional Municipal de Campinas. Promove a divulgação das experiências do cotidiano escolar por meio de publicações e os acervos de memória e pesquisa para publicações científicas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/cefortepe/index.php>. Acessado em: 6/9/2014.

5.3.2 – As ações de FCP ofertados no CEFORTEPE em Campinas, no período 2001 a 2012.

Apresentamos a seguir os dados da pesquisa documental, na qual foi possível constatar a oferta de 749 ações de FCP no período. Essas ações foram desenvolvidas em parceria com todas as esferas administrativas, com instituições privadas e com Ongs.

Os temas que comparecem no período também estão organizados em três grupos, como foi feito para o caso de Hortolândia: Temas Curriculares, Temas Relativos à Gestão e Formação Profissional e Temas da Convivência Escolar. Os objetivos das ações serão apresentados por esferas o que possibilita uma análise dos propósitos. Por último serão apresentadas as modalidades em que essas 749 ações foram veiculadas.

5.3.3 - Os proponentes da FCP em Campinas

Na tabela abaixo, apresentamos os proponentes que realizaram parcerias, durante o período analisado, para a consolidação das ações de FCP em Campinas.

TABELA 18 - Proponentes das ações de FCP em Campinas e número de ações realizadas– período 2001 a 2012

ANO	Esfera Municipal[116]	Esfera Estadual	Esfera Federal	Parceria c/ setor Privado	Parceria com ONGs	Total
2001	04	-	-	01	01	06
2002	160	-	-	-	-	160
2003	58	-	-	03	01	62
2004	80	-	-	02	-	82
2005	28	-	-	01	-	29
2006	09	-	-	-	-	09
2007	67	03	01	08	01	80
2008	01	-	-	-	-	01
2009	31	01	06	07	-	45
2010	31	-	07	09	01	48
2011	78	08	01	17[117]	-	104
2012	91	08	07	16	-	122
12 anos	**639**	**20**	**22**	**64**	**04**	**749**
Em %	**85%**	**2.5%**	**3%**	**9%**	**0.5%**	**100%**

Organizada pela autora.

[116] Considerou-se dentro da Esfera Municipal as parcerias público-público - SME/Unicamp por exemplo, bem como as parcerias intersetoriais, SME/Secretaria Municipal da Saúde como exemplo. Este fato não exclui a realização de despesas com estas parcerias. Existe a possibilidade de que tenham ocorrido despesas com os pró-labores de professores convidados para cursos, palestras, oficinas.

[117] Desses 17 cursos oferecidos através da parceria da SME com a esfera privada 16 deles referem-se aos cursos de inglês, espanhol, francês e italiano.

Pelos dados da Tabela 18 verificamos que 85% das ações de FCP no período de 2000 a 2012, tem como proponente a própria Secretaria Municipal de Educação, através do CEFORMA (2000 – 2007)[118] e do CEFORTEPE "PF" (2008 – 2012) e são destinadas, na sua grande maioria, aos professores e coordenadores pedagógicos, através de várias modalidades (cursos, grupos de estudos, grupos de trabalho e grupos de formação, além dos congressos, simpósios, etc.). A partir de 2005, os/as gestores/as aparecem na indicação do público alvo. Destacamos que nos anos de 2002 e 2006 e 2008 toda a oferta foi realizada pela SME sem a presença de parceiros. O Banquete Pedagógico [119], programação ofertada no início do ano letivo de 2002, apresentou um cardápio com 36 conferências e 57 oficinas, fato que incide no número alto de ações da SMEC nesse ano.

Os programas em parceria com a Esfera Federal e Estadual são poucos quando comparados com os 9% de oferta em parceria com o setor privado. Nota-se que a parceria da SME com a esfera federal e estadual só aparece no período, a partir de 2007. Esse fato pode ter relação com a regulamentação do FUNDEB pela Lei nº. 11.494/2007, pois é nesse ano que se inicia a adesão dos municípios ao PAR – Plano de Ações Articuladas[120] - que vai garantir o repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

As parcerias com a esfera privada foram realizadas em nove dos doze anos pesquisados. Essas parcerias são orientadas deste os anos 90. Na segunda gestão do prefeito Magalhães Teixeira (1993/1996) a busca por parcerias com o setor privado, para a garantia da qualidade do ensino público e da equidade, apresentava-se entre as alternativas colocadas em seu plano de governo.

> (...) Busca de parcerias com o governo federal, estadual, universidades, empresas, associações culturais, clubes de serviços, SENAI, SENAC, SESI, escolas técnicas, conservatórios, entidades filantrópicas e organismos de cooperação internacional. Através da atuação em parceria, será possível obter suporte para várias atividades e programas como: capacitação de profissionais; programas de Educação Especial; transporte escolar; material didático; montagem e manutenção de laboratórios e bibliotecas; manutenção de creches;

[118] Indicaremos, daqui em diante, o Centro de Formação pela nomenclatura atual – CEFORTEPE. No entanto deixamos registrado o período do CEFORMA, já colocado no histórico da FCP nesse município.
[119] Programação ocorrida nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro de 2002. (Programação completa em: Diário de Campo da autora em 29 de abril de 2014 - e arquivo de fotos nºs. 7911/12/13/14/15/16/17, mesma data)
[120] Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>. Acessado em: 24/11/2013.

> estágios de formação profissionalizante etc (FERRAZ, 2001, p. 40-41, grifo da autora).

Observamos ampla abertura para as parcerias com os vários setores e governos com objetivo de obter suporte financeiro para atividades variadas e, dentre elas a "capacitação profissional". Fica uma curiosidade, que não teremos tempo de sanar para esta pesquisa: quais foram os parceiros privados convidados para a FCP? Uma hipótese que aventamos é que pode ter havido parceria com organismos internacionais, já que as políticas educacionais nas décadas de 80 e 90 sofreram interferências do Banco Mundial, da OMC e do FMI (ver Capítulo I).

Pelos dados atuais, colhidos em campo e em entrevistas, nos parece que essa busca por parceria com o setor privado perdeu campo para as parcerias com colaboradores externos (professores convidados) e internos.

> A maioria das parceiras é com o setor público: outras secretarias, universidades, órgãos públicos. Com o setor privado há em menor número, até porque a oferta desta também é menor. O setor privado procura nosso contato para colocar seus serviços e produtos, porém para fins de venda. Este material é analisado em relação às Diretrizes Curriculares assumidas pela Rede Municipal de Ensino, podem até ser adquiridos, se há convergência com as concepções da RMEC. (trecho retirado do questionário respondido pelo/a Colaborador/a 3, em 9/6/2014).

Verificamos que as propostas das escolas de línguas estrangeiras – parcerias que acontecem desde 1993 - convergem em termos de concepções com as diretrizes curriculares da rede.

Segundo o/a Colaborador/a 4, em resposta às questões sobre as parcerias com as escolas de língua estrangeira:

> O interesse na formação do professor do município de Campinas em Língua Estrangeira é o de desenvolver projetos com a língua e/ou cultura dos países que falam inglês, francês, italiano e espanhol. Quanto às parcerias, temos um convênio assinado pela prefeitura com o Consulado Geral da França em São Paulo e a Aliança Francesa de Campinas. (Trecho retirado das informações enviadas por e-mail pelo/a Colaborador/a 4, em 27/11/2014).

A formação linguística básica, bem como a formação pedagógica e cultural em línguas fica por conta de uma profissional da rede que trabalha na Coordenadoria Setorial de Formação. Se os/as professores/as manifestam interesse de continuidade

para aprofundamento na língua francesa, eles/as têm direito a bolsa 100% para realizarem a formação completa na Aliança Francesa, se aprovados nos testes preliminares. Em contrapartida, a Aliança Francesa desenvolve projetos nas escolas desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental e oferece em torno de 30 bolsas de estudos, anualmente, para alunos entre 13 e 14 anos.

Sobre as demais línguas estrangeiras,

> Quanto ao Inglês, já tivemos uma formação realizada ao final de 2007: uma parceria com o Centro Cultural Brasil Estados Unidos CCBEU para oferta de um curso de atualização e didática da língua inglesa a professores de inglês da rede. O curso aconteceu durante o ano de 2008. Em 2010, a Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenadoria Setorial de Formação ofereceu, em parceria com a Escola de Idiomas Yázigi, um curso de formação linguística e cultural a 20 professores (10 professores de Educação Infantil e 10 de Educação Fundamental I). Quanto ao Espanhol, nunca tivemos nenhuma parceria. Os professores de Espanhol, responsáveis pela formação são professores da rede e professores contratados pela Secretaria Municipal de Educação. Quanto ao Italiano, já tivemos uma parceria com a Casa d'Italia de 1998 a 2002. Ela se responsabilizava pela formação linguística e cultural dos professores. Atualmente, estamos firmando um convênio com a FECIBESP, Federação das Entidades Culturais Ítalo Brasileiras do Estado de São Paulo para efetuar a formação linguística e cultural. (Trecho retirado das informações enviadas por e-mail pelo/a Colaborador/a 4, em 27/11/2014, grifos nossos).

As parcerias realizadas com as escolas de línguas estrangeiras - ainda que privadas e, possivelmente com gestões baseadas nas orientações empresariais para a qualidade - agregam valor qualitativo ao currículo da escola pública, uma vez que não são línguas disponíveis no currículo do/as professores/as, a não ser daqueles que fizeram a opção pela licenciatura em línguas estrangeiras. Pensar o aluno da escola pública podendo falar dois ou três idiomas é pensar a inclusão dele num mundo onde as fronteiras geográficas têm sido reduzidas, tanto no campo do trabalho como do lazer. Outro aspecto a ressaltar é que aliado ao conhecimento da língua é objetivo desses cursos conhecer a cultura dos países que falam essas línguas. Pensamos que quanto mais os/as alunos/as conhecem a história e a cultura de um povo, melhores condições de respeito por esse mesmo povo terão. Nesse sentido, são portas que se abrem para relações mais harmônicas e compreensivas.

A presença das ONGs na oferta de FCP não é expressiva e apresenta-se ocasionalmente, se comparada com os outros proponentes que mantém parcerias mais regulares com a SMEC de Campinas.

5.3.4 – Os objetivos da FCP em Campinas

Os objetivos da FCP em Campinas foram agrupados conforme os proponentes das ações. Dentro de cada grupo selecionamos e apresentamos alguns desses objetivos[121].

A) Objetivos vinculados aos programas da Secretaria Municipal de Educação de Campinas

A.1 - Objetivos que visam a FC para professores das séries/anos iniciais e/ou séries/anos finais do Ensino Fundamental:

- implementação curricular;
- estudos e reflexões sobre a prática pedagógicas, subsidiadas por pesquisas, leituras e partilhas de experiências/vivências;
- formação básica ou avançada de línguas estrangeiras, para futura atuação junto aos alunos da Rede;
- inovações curriculares e novas metodologias de ensino;
- capacitar para o trabalho com jovens e adultos (EJA);
- estudos para a inclusão de alunos com necessidades especiais (abordagem teórica e prática);
- instrumentalizar para o uso das TIC, através do ProInfo;
- produção de material[122];
- implementação dos programas do governo federal e estadual;

A.2 - Objetivos que visam a formação dos profissionais da SMEC, dos coordenadores e orientadores das escolas e/ou dos Naeds[123] e especialistas, dentre outros:

- implementação de programas do governo federal e estadual;

---

[121] Como são muitas as ações de FC, 749, optamos por apresentar apenas alguns dos objetivos. No CD que acompanha a dissertação impressa, os objetivos são especificados sempre que foram encontrados junto à oferta de cada curso.

[122] Como exemplo, cita-se o livro **Conhecer Campinas numa perspectiva histórica**, organizado e coordenado pelo Profº. Ângelo Emílio da Silva Pessoa - produzido pelo Grupo de Trabalho "Os Estudos do Meio na Prática Pedagógica", entre 2002 e 2004 e publicado em 2005.

[123] NAED – Núcleo de Ação Educativa Descentralizada

- estudos para a inclusão de alunos com necessidades especiais (abordagem teórica e prática);
- estudos sobre a importância da construção do projeto político pedagógico considerando novos paradigmas de gestão e de desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas;
- orientar para a gestão do trabalho pedagógico;
- Refletir sobre as relações interpessoais na escola;
- orientar estudos sobre novos conceitos e paradigmas (ex.: curso Etnomatemática, em 2012 em continuidade)
- Analisar e interpretar as práticas escolares a partir dos resultados obtidos na Prova Campinas/2010 articulados às Diretrizes Curriculares dos Anos Iniciais (2012);

A.3 - Objetivos que visam a formação de gestores/as e vice – diretores/as:
- refletir numa perspectiva teórica e prática sobre o currículo no cotidiano escolar (Lei 10.639/03);
- instrumentalizar para o uso das TIC, através do Proinfo, animação em *stop motion*; blogs na educação;
- implementação curricular;
- implementação de programas do governo federal e/ou estadual;
- implantar ações educativas em Museus;
- estudos para a inclusão de alunos com necessidades especiais (abordagem teórica e prática);
- o projeto pedagógico e a formação de professores: escrita, encontros e diálogos da/na escola;
- utilização da informática, no que diz respeito à utilização dos aplicativos e internet em seu trabalho nas unidades escolares.

No conjunto dos objetivos das ações de FC proposto pela SMEC, observamos que alguns deles se dirigem a todos os profissionais da rede. Como exemplos podemos citar a "implementação de programas dos governos federal e estadual", bem como os "estudos para inclusão de alunos com necessidades especiais, dentro das abordagens teóricas e práticas". Esses exemplos nos indicam a amplitude e a importância com que esses objetivos são incorporados nos planos de trabalhado da rede.

Outro objetivo colocado para a FCP que destacamos está relacionado aos "estudos e reflexões sobre as práticas pedagógicas, subsidiadas por pesquisas, leituras e

partilhas de experiências e vivências". Podemos verificar que o Centro de Formação também propõe reflexões e estudos e que as diferentes experiências são compartilhadas, nos informando que as experiências vividas no cotidiano do "chão da escola" têm espaços, também, no Centro de Formação. Esse fato tem aproximação com os objetivos da FC centrada na escola, conforme discutimos a partir da literatura (PRADO, 2009; NÓVOA, 2009; IMBERNÓ, 2005; SILVA, 2003; CANÁRIO, 2000, 1995, 1994; BARROSO; CANÁRIO, 1999; FERREIRA, 1994) (Ver Capítulo II).

Para Orientadores/as e Coordenadores/as Pedagógicos/as coloca-se a responsabilidade desse objetivo: "Analisar e interpretar as práticas escolares a partir dos resultados obtidos na Prova Campinas/2010, articulados às Diretrizes Curriculares dos Anos Iniciais". Para o alcance desse objetivo, o Grupo de Formação de Ciências realizou um trabalho de 60 horas e disponibilizou 25 vagas. Esse grupo teve como público alvo, também, professores elaboradores e/ou corretores que participaram da Prova Campinas 2010, professores elaboradores e/ou colaboradores das Diretrizes Curriculares dos Anos Iniciais. Contudo, ações de FC que objetivam trabalhar a responsabilidade pela implementação curricular terá como público alvo os/as gestores/as e as que visam refletir sobre as relações interpessoais na escola terão como público alvo os coordenadores e orientadores.

Os cursos que objetivam as relações interpessoais, a nosso ver, são tão importantes quanto os que objetivam a atualização curricular. Um dos aprendizados mais difíceis é o da convivência, o "trabalhar junto" requer competências humanas que podem ser desenvolvidas nos ambientes educativos e uma delas é o respeito pela diferença que se manifesta em todos/as que pensam, sentem e agem "diferentes de mim". Essa capacidade de respeitar o/a outro/a colabora para relações interpessoais saudáveis. Discutimos no Capítulo II as questões relativas à criação de uma cultura colaborativa no ambiente escolar (DAVIS et al., 2011a; IMBERNÓN, 2005; SERRA, 2004) e pensamos que os Centros de Formação poderiam ofertar mais cursos que objetivam refletir sobre a qualidade das relações entre as pessoas, ação que poderia auxiliar a FC centrada na escola e nos Naeds.

B) Objetivos vinculados aos programas da parceria da SMEC com as Esferas Federal e Estadual:

B.1 – A COR DA CULTURA - O projeto A Cor da Cultura visa implementar ações a partir dos programas que o integram, de forma a contribuir para a valorização e preservação das culturas afrobrasileiras e da presença africana na nossa história.

B.2 – GESTAR II - Oferece formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais (do sexto ao nono ano) do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas.

B.3 – LETRAMENTO - Ampliar a qualidade de aprendizagem de leitura, escrita e matemática.

B.4 – MAIS EDUCAÇÃO – Conhecer os objetivos da educação integral e o papel dos professores articuladores.

B.5 – LER E ESCREVER - Fundamentar os processos de construção da leitura e da escrita pela criança com realização e análise de situações didáticas a partir das propostas no material "Ler e Escrever" e em consonância com as diretrizes curriculares do Ensino Fundamental. O Curso está organizado em 03 (três) módulos, sendo o 1º módulo no 2º semestre de 2011 e o 2º e 3º módulos durante o ano de 2012.

B.6 – PROINFO - Promover o uso pedagógico através das mídias tendo como ferramenta as tecnologias educacionais.

B.7 - EMBRAPA[124] - desenvolver as atividades propostas no Projeto GeoAtlas, em continuidade ao módulo I, oferecido no segundo semestre de 2009. Neste novo módulo o grupo atua conjuntamente na definição dos temas que serão abordados no Atlas Ambiental Escolar, segundo sua importância e contribuição ao ensino e aprendizagem de estudantes do 6º ao 9º ano, bem como no modo como esses temas podem ser explorados a partir de geotecnologias.

C) Objetivos vinculados aos programas em parceria com a Esfera Privada.

C.1 - Clickidéia Tecnologia Educacional Ltda. - EPP[125] - capacitar os professores para uso pedagógico do computador e da internet em unidades escolares.

---

[124] Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Localizada em Campinas (SP), a Embrapa Monitoramento por Satélite é um centro temático da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária com foco em pesquisas e inovações geoespaciais para a agricultura. Disponível em: <http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/projetos.php. acessado em 30/07/2014>.

[125] A Clickideia Tecnologia Educacional é uma empresa que atua no desenvolvimento de conteúdos educacionais e metodologias pedagógicas, concebidas para Web, de alta qualidade para alunos e professores do ensino médio e fundamental nos segmentos de escolas públicas e privadas, dentre outros**.** Portal educacional com conteúdos curriculares do Ensino Fundamental e Médio e ferramentas de criação,

C.2 - Revista Ciência Hoje[126] – acompanhar entrega de revistas nas escolas e fazer a formação docente dos professores de ciências do 6º ano

C.3 – LÍNGUAS ESTRANGEIRAS[127], sendo:

- Parceria com o Consulado da França e a Aliança Francesa – Destinado a professores que virão a ensinar a língua francesa para alunos da RMEC.

- Parceria com o Consulado Italiano e Casa d'Italia - formação básica em língua e cultura italianas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, para futura atuação junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.

- Escola Yázigi Internexo - Formação básica inicial em língua e cultura inglesa, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, para futura atuação junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.

De modo geral, os objetivos das ações de FCP das parcerias com os governos e com o setor privado não utilizam os verbos que designam e correspondem às concepções que ignoram a capacidade reflexiva do professor, com exceção do curso proposto pela Clickidéia Tecnologia Educacional Ltda., que objetiva capacitar o professor para utilizar pedagogicamente o computador nas escolas. Já discutimos a concepção que está relacionada a esse termo (ver Capítulo II e Capítulo III). Mais de 2000 professores e mais de 700 alunos fizeram essa formação. Portanto, uma formação massiva.

D) Objetivos vinculados aos programas em parceria com Ongs

- INSTITUTO GAIA[128] - Compartilhar as próprias experiências proporcionando um auto-aperfeiçoamento e a melhoria das relações interpessoais; resgatar a segurança das pessoas, facilitando o reconhecimento da sua identidade e de seus valores.

---

publicação e interação com gestão e atualização de conteúdo. Disponível em: <http://assespro-sp.org.br/assespro/associadas/clickideia-tecnologia-educacional-ltda/>. Acessado em: 22/02/2015. Segundo informações contidas no contrato de parceria, encontrado na CAIXA 292, do Núcleo de Memória, o investimento foi de R$ 79.353,00 durante 9 meses,no ano de 2007.

[126] Essa parceria só aparece em 2012.

[127] Pode-se encontrar no site <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/cefortepe/index.php>, na lista de Programas e Projetos de Formação Continuada o Projeto Línguas: Desde 1993, envolvendo parcerias com o Consulado Geral da França em São Paulo, a Aliança Francesa de Campinas, com o Consulado Geral da Itália e a Casa d'Italia, o projeto promove a formação linguística, cultural e pedagógica de profissionais da educação com atividades junto aos alunos, em suas escolas, no ensino das estruturas linguísticas primárias das línguas francesa, italiana e espanhola e divulgação das culturas dos países que falam essas línguas. Atualmente, novas parcerias estão sendo firmadas para a formação nas línguas inglesa (norte americana) e espanhola.

[128] Credenciada como Entidade Beneficente de Assistência Social, Direito da Criança e do Adolescente, Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente. Criado há 15 anos o Projeto Gaia tem sido um novo modelo

- TABA - Este curso propõe um espaço de compreensão do universo das adolescências, podendo contribuir com a prática do Ensino Fundamental numa perspectiva da cultura do prazer como forma de prevenção às situações das vulnerabilidades vividas pelos/as adolescentes , discutindo as relações entre as possibilidades de prevenção da violência e a violação de direitos dos e das adolescentes.

- CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade - Sensibilizar e capacitar os profissionais da educação sobre a importância do trabalho com relações raciais e de outros grupos étnicos e garantia do direito de acesso e permanência nas escolas.

- COMUNIDADE VIRTUAL ESCREVENDO O FUTURO - tem como objetivo o estudo de gêneros de textos e propõe reflexões gerais sobre o ensino de Língua Portuguesa.

5.3.5. - Os temas da FCP em Campinas

O levantamento e a organização dos temas em categorias têm como objetivo a análise dos critérios de continuidade/descontinuidade além de nos proporcionar uma visão do conjunto temático da oferta.

Os temas de Campinas foram classificados nas mesmas categorias utilizadas para Hortolândia, decisão que precedeu a análise das duas cidades, uma vez que já havíamos realizado os quadros de proponentes e objetivos, fato que contribuiu para a eleição dessas categorias: Temas Curriculares, Temas Relativos à Formação Profissional e à Gestão, Temas da Convivência Escolar, como pode ser visto no Quadro 11. Para identificar os primeiros consideramos os conteúdos propostos pelas Diretrizes Curriculares do Município e os objetivos das ações. Para as outras duas categorias foram considerados os objetivos das ações.

Lembrando que nosso objetivo é o de identificar se existe um planejamento que orienta a continuidade de temas nas ações de FCP ou se as ações são ofertadas em mais de um ano, mas com interrupções, adiantamos que vamos realizar uma discussão que possa dar sustentação apenas a essa questão, ainda que os dados do Quadro nos

---

de educação sócio cultural. Tornou-se para crianças e jovens do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, uma oportunidade de conhecimento, crescimento e futuro. Pela primeira vez, cerca de 1500 meninos e meninas tiveram contato e, principalmente, produziram cultura. A partir das aulas de teatro, dança e musica, o projeto resgata a cidadania, desenvolve valores humanos e eleva a auto-estima de crianças e adolescentes promovendo a inclusão social na região. Em: <http://gaiainstituto.blogspot.com.br>.

forneçam elementos para uma análise aprofundada em função da variedade de elementos que informa. Sendo assim, agrupamos os temas conforme o foco das ações de FC, dando-lhes um nome mais genérico, como Tecnologias, por exemplo, que abarca um rol de muitas e variadas ações de FC.

Conforme o extenso Quadro 11, ao todo identificamos 83 temas, sendo 27 na categoria "Temas Curriculares", 43 relativos à "Gestão e à Formação Profissional" e 13 na categoria "Convivência Escolar". Um tema pode ser ofertado em modalidades diferentes (GT, Curso, GF), mais de uma vez ao ano (no 1º e 2º semestres), e podem também ser divididos em módulos. No entanto, nesse quadro os registros foram lançados apenas uma vez. Como exemplo, podemos citar as ações dentro do tema "Africanidades" na categoria Curricular, que no ano de 2003 (nota de rodapé 128), foram desenvolvidas nas modalidades de Curso, GTs e Oficina, com diferentes enfoques para o tratamento do tema.

As notas de rodapé são muitas e extensas porque, como não vamos anexar os doze Quadros que somam as 749 ações de FCP no período e que totalizam mais de 150 páginas, optamos pela citação de alguns exemplos para dar consistência à nossa análise além de informar e situar o leitor na discussão.

O total tanto de temas numa mesma categoria, como o número de anos em que ele foi trabalhado, representa e indica as opções que a RMEC vem fazendo em relação à FCP, assim como também fornece pistas sobre a concepção de educação e de professor/a, que está na base dessas escolhas. Um exemplo disso está, dentre outros, no componente curricular "Arte", uma área, raramente valorizada nas escolas públicas[129], e que está no top da lista da categoria Curricular, junto às áreas tradicionalmente de maior peso como a Língua Portuguesa, Alfabetização, Matemática. Essa constatação indica que o planejamento da FCP considera que esse conteúdo deve ser discutido, refletido, estudado e possa ocupar o seu lugar no currículo dos alunos da escola pública, a exemplo do Grupo de Trabalho "Arte: construção de políticas públicas no currículo escolar", cujo objetivo, em 2007, visou "discutir, desenvolver e avaliar o componente curricular Artes na escola" (cf. DOM Nº 9.144 de 12/04/2007).

[129] Essa é uma conclusão que tiramos da nossa experiência como professora de Arte, área do currículo que sempre ficou relegada para o segundo plano, além do pequeno espaço que ela ocupa na "grade curricular" ainda são poucos, ou quase inexistentes, os espaços de discussão e estudos de aprofundamento que a FC centrada na escola oferece para a Arte.

QUADRO 11 CATEGORIAS, TEMAS E PERIODOCIDADE DA OFERTA DA FCP – CAMPINAS 2001 a 2012													
Tema Curriculares	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**TOTAL**
1. Língua portuguesa – literatura, leitura e produção de texto[130]	x	x	x	x	x		x		x	x	x	x	10
2. Africanidades[131]		x	x	x	x		x		x	x	x	x	9
3. ARTE[132]		x	x	x			x		x	x	x	x	8

[130] Inclui em 2001: Correio escola – projeto uso do jornal na educação, curso Personagem idosa na Literatura infantil; em 2002: GF Procura-se o sentido, Curso Língua Portuguesa – leitura e produção de textos, GF A produção de texto na sala de aula; A leitura na escola (momento cultural); em 2003: Curso Produção e interpretação de texto – fatos de língua e de discurso, Curso leitura e bibliotecas, GT Procuram-se os sentidos, Curso Fatos de língua e de texto; em 2004: Curso Contando um conto, Curso Linguagem e produção de texto em prosa e verso e teorias (Projeto biblioteca), Curso Procura-se o sentido, Curso Leitura critica da mídia – o que o brasileiro lê?; em 2005: Curso as dimensões da linguagem e o seu ensino na escola, Curso pedagogia da imagem; em 2007: Curso História em quadrinhos, Curso pedagogia da imagem; em 2009: GF por área do conhecimento – Gestar II, Leitura, fantoche e a contação de história na escola; Curso Reforma ortográfica, Curso projeto imprensa na escola; em 2010: Gestar II – Língua Portuguesa, Curso O livro, a literatura, o fantoche e a contação de histórias na escola, Curso Ensino da leitura e escrita com foco em gêneros textuais, poesia, artigo de opinião e memórias literárias (EAD); em 2011: GF do Componente Curricular Língua Portuguesa, Curso publicidade como veículo das diferentes linguagens, Curso A apropriação do livro e estratégias de leitura; em 2012: . GF de Língua Portuguesa, GF componente curricular de Português, Curso práticas de leitura e escrita: buscando a coerência e coesão textuais – ciclo II, Curso Aquisição de habilidades e competências para utilização de textos jornalísticos em sala de aula, Projeto Rádio na escola..

[131] Inclui em 2002: Capoeira e currículo escolar:descobrindo mitos; em 2003: Curso história e cultura afro-brasileiras como curso de extensão, Curso Tratamento da temática racial/étnica nas escolas, GT Memória e identidade: resgatando a cultura negra, Oficina de sensibilização e confecção de bonecas étnicas, GT literatura afro-brasileira; em 2004: GT Ações de sensibilização e confecção de bonecas étnicas, Curso Educar para a igualdade racial; em 2005: GT memória – Discutindo o negro na literatura infanto-juvenil; em 2007: Curso educar para a igualdade racial; Curso de aperfeiçoamento em história da África, Curso - Lei 10.639/03 discutindo relações étnico-raciais nas práticas pedagógicas, GT a Lei 10.639/03 – capoeira na escola, estudo das africanidades, diversidade étnico-racial e currículo, GT Lei 10.639/03- Reflexões teóricas e práticas sobre o currículo no cotidiano escolar; em 2009: GF A cor da cultura I e II, em 2010: A Lei 10.639/03: compromissos e mudanças na educação, GF A cor da cultura, GF – Sexualidade humana, gênero e etnia I e II; em 2011: Curso: a construção da imagem do negro no Brasil: olhares na mídia, Curso A cor da cultura; em 2012: Curso Cor e Gênero na Mídia: as imagens dos brasileiros nos meios de comunicação.

[132] Inclui em 2002: Movimento Hip Hop e Educação, Arte, movimento e Valores Humanos, GT Brasil, terreiro de brinquedos e magia, Cidadania através do teatro, poema, música e dança; em 2003: Curso A criança e a história da arte – conhecer, fruir e viajar, Curso Processos educativos através do teatro; em 2004: Corpo lúdico e educação através do teatro, Curso Caminhos dos movimentos - dança, teatro e educação corporal, Curso Processos educativos através do teatro; em 2007: GTArte: construção de políticas públicas no currículo escolar, Curso história da arte (desenho, pintura, relações intersemióticas com a literatura), Curso Ações Educativas em museus; em 2009: GF área do conhecimento – Arte; em 2010: GF por área do conhecimento em Arte; em 2011: Curso de desenho artístico e pintura na escola, Curso técnicas básicas de pintura, Curso a pintura na prática pedagógica, Curso A dança na escola – um recurso para a aprendizagem, Curso contando e fazendo arte – módulo II; em 2012: Arte e literatura no desenvolvimento do PPP, Parque da Águas um ambiente para as práticas pedagógicas das expressões artísticas, Curso o desenho na sala de aula: ver , imaginar e criar, Curso artes cênicas na sala de aula, Curso O papel da dança no desenvolvimento integral do aluno, Curso A arte e a literatura no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, Curso A pintura na prática pedagógica com uso de materiais convencionais, Curso A pintura contemporânea e os artistas da pós-modernidade – conhecer, valorizar, criar, Curso Artes cênicas na sala de aula.

4. Formação musical[133]		x	x	x	x		x		x		x	x	8
5. Alfabetização/ letramento [134]	x	x	x	x			x		x		x	x	8
6. Matemática[135]				x	x		x		x	x	x	x	7
7. Francês[136]			x	x	x		x		x		x	x	7
8. Educação Alimentar[137]		x	x	x	x		x		x		x		7
9. Educação Ambiental[138]	x		x		x		x				x	x	6

[132] Inclui em 2002: curso apreciação e vivência musical; em 2003: Curso iniciação musical para profissionais da educação; em 2004; Curso Apreciação e compreensão da música clássica; em 2005: Curso apreciação musical; em 2006: Curso de violão ; em 2007: Curso Musicalizando Campinas (8 cursos para aprender diferentes instrumentos musicais e canto coral); em 2009: Musicalizando Campinas (Flauta doce e ritmo -fanfarra); em 2011: Violão popular I/ violão popular II/ curso formação musical teórica, básico/ curso a formação musical na escola/ curso de formação em música; em 2012: Curso Educação Musical, Curso canto coral com performance, Curso violão como recurso didático pedagógico, Curso violão popular, curso banda rítmica (1º e 2º semestre), Curso subsídios teóricos e prática musical para o trabalho com bandinha rítmica, Curso Reflexão sobre a educação musical na rede pública: ouvir, sensibilizar e compartilhar, Curso introdução do violão como recurso didático-pedagógico na sala de aula, Curso violão como recurso didático pedagógico na sala de aula.

[133] Inclui entre 2001 e 2003: Curso analfabetismo funcional; GT Alfabetização: todos podem aprender; Curso letramento e projeto interdisciplinar no cotidiano escolar; em 2004: GEPA – GE e pesquisa em alfabetização; em 2007: Curso Alfabetização e cultura letrada, Curso Ensino Fundamental de nove anos e o Ciclo de Alfabetização, Curso Letra e Vida; em 2009: Curso letra e Vida/ Ler e Escrever: práticas escolares de leitura e escrita nos anos iniciais; em 2011: Ler e escrever- alfabetização e letramento, Ler e Escrever – práticas escolares de leitura e escrita nos anos iniciais; em 2012: Ler e escrever (iniciante e anos iniciais), Curso Alfabetização e letramento: aprendizagem da leitura – 1º ciclo.

[135] Inclui em 2004: Jogos matemáticos; em 2005: Educação matemática; em 2007: Curso - Das primeiras formas de contagem à utilização do ábaco; em 2009 e 2010: Gestar II matemática; em 2011: Grupo de formação curricular em Matemática, Curso Etnomatemática, GF Programa Gestão da Aprendizagem escolar – GESTAR II matemática; em 2012: Ler e Escrever – contextualizando a matemática anos iniciais (continuidade); Curso Etnomatemática (1º e 2º semestres); GF estudos curriculares; GF componente curricular de matemática; Ler e Escrever matemática: os números e as operações no contexto social e escolar.

[136] Inclui em 2003, 2004 e 2005: Curso básico; em 2007, curso III, GT Formação pedagógica para o ensino de Francês na SME; Francês I e II (2º semestre); em 2009, Grupo de Formação – formação pedagógica para o ensino de francês; como curso Francês I; curso francês II, curso Francês III; em 2011, Básico V e básico IV (1º e 2º semestres) / básico III/ curso formação pedagógica para o ensino do francês/ francês intermediário; em 2012, Dentro do módulo LINGUAGENS: línguas e imprensa - Curso Língua e cultura estrangeira – Francês V/Francês intermediário I (1º e 2º semestres)/ Francês II, Curso Francês intermediário II, III Simpósio de práticas pedagógicas do Programa linguagens e educação (vale também para os cursos de inglês, espanhol e italiano).

[137] Inclui em 2002: Conferência Programa de alimentação escolar – uma questão educacional; em 2003: GT Educação Alimentar; em 2004: Curso educação alimentar; em 2005: Curso Educação Alimentar e currículo; em 2007: Curso Educação Alimentar e currículo; em 2009: Curso educação alimentar e currículo; em 2010: Curso educação alimentar e currículo; em 2011: Curso educação alimentar e currículo, Curso Hortas pedagógicas no cotidiano escolar.

[138] Inclui em 2001: Educação ambiental e participação, Educação ambiental no município de Campinas (ambos no Banquete Pedagógico); 2003, GT I e II Educação Ambiental; em 2005: GT Educação Ambiental; em 2007: Curso – programa transversalidade, Curso Trabalhando o conceito de Educação ambiental através de maquetes e jogos I e II, Curso de extensão – Amazônia: uma questão de sobrevivência; em 2011: Curso Conceitos e práticas pedagógicas de Educação Ambiental; em 2012: Conceitos e

10. História[139]			x		x				x	x	x	x	6
11. Italiano[140]			x	x			x		x		x	x	6
12. A fotografia como instrumento pedagógico[141]		x	x	x							x	x	5
13. Estudos do meio na prática pedagógica[142]		x	x	x	x		x						5
14. Geografia[143]		x							x	x	x	x	5
15. Educação física[144]							x		x	x	x	x	5
16. ERET[145]			x	x					x	x	x		5
17. Ciências[146]			x		x		x				x	x	5
18. Inglês[147]									x	x	x	x	4

práticas pedagógicas em educação ambiental, Curso Todo ambiente, Curso Múltiplas abordagens das práticas ambientais no cotidiano escolar, Curso O ambiente presente na arte e a arte presente no ambiente: uma proposta de educação ambiental para crianças, Curso Todoambiente : a interdisciplinaridade presente na educação ambiental.

[139] Inclui em 2003 e 2005, curso Possibilidades do ensino de História nas séries iniciais do EF; em 2005: GT História, memória e meio ambiente, Curso de Aperfeiçoamento em história da África; em 2009: GF História; em 2010: GF História; em 2012: GF em História, GF componente curricular de história.

[140] Inclui em 2003: Curso Italiano I e II; em 2004: Curso Italiano II; em 2007: Curso Italiano básico e intermediário; em 2009, Curso Italiano básico III; 2011, Curso Italiano básico/ curso Italiano intermediário II; 2012, Italiano Básico V, Curso Italiano básico II.

[141] Inclui em 2002: A fotografia como instrumento pedagógico (Banquete Pedagógico); em 2003: Curso Olhar fotográfico, GT pedagogia da imagem; em 2004: Curso Pedagogia da imagem; em 2011: Curso A fotografia nas escolas; 2012: Curso a fotografia como recurso didático e de inclusão digital.

[142] Inclui em 2002: Grupo de estudos, pesquisa e trabalho Estudos do meio na prática pedagógica; em 2003: Educar em Campinas ; em 2004: Curso Conhecer Campinas numa perspectiva histórica, GT Educar em Campinas; em 2005: GT História, memória e meio ambiente; em 2007: Curso - Conheça Campinas na escola.

[143] Inclui em 2002: Grupo de estudos, pesquisa e trabalho Estudos do meio na prática pedagógica, Curso Conhecimento do espaço mundial - por uma geografia renovada; 2009, GF por área de conhecimento Geografia; em 2010: GF por área de conhecimento Geografia anos finais; em 2011: GF anos finais Geografia, GF componente curricular de Geografia; em 2012: Curso Todo ambiente : a interdisciplinaridade presente na educação ambiental, GF componente curricular de geografia.

[144]Inclui em 2007: GT Educação Física (1º e 2º semestres), Curso Vivências de atividades circenses na escola, curso O circo educando; em 2009: GF por área de conhecimento; em 2010: GF por área do conhecimento anos finais; em 2011: GF em Educação Física especial, GF em Educação Física e currículo, Curso Circo educando, Curso Vivências de atividades circenses na escola; em 2012: Grupo de Formação em Cultura Corporal do Movimento, GF estudos curriculares, GF componente curricular de EF, Curso Cultura corporal do jogo na sala de aula do professor de educação física.

[145] Inclui em 2003: GT – Educação, relações econômicas e tecnologia; em 2004: Grupo de Trabalho; em 2009: GF área do conhecimento; em 2010: GF em área de conhecimento específico; em 2011: GF em conhecimentos específicos.

[146] Inclui em 2003: Estudos culturais das ciências - 1º e 2º semestres; em 2005: GT – Ciências e Culturas nos cotidianos das escolas, GF componente curricular de ciências. Em 2007: Curso – Aprender a perguntar, pesquisar e descobrir, O desenvolvimento de projetos com crianças no ciclo de alfabetização; em 2011: GF componente curricular Ciências, GF anos finais do ensino fundamental; em 2012: Curso Desafios e experiências, Curso e Oficina O mundo sob a ótica da ciência (ambos em parceria com a Revista Ciência Hoje).

19. Espanhol[148]									x		x	x	3
20. Imprensa na escola[149]							x				x	x	3
21. Xadrez[150]							x		x				2
22. Produção de Vídeo[151]				x								x	2
23. EJA[152]							x		x				2
24. GF Prática da pesquisa escolar		x											1
Temas da Formação Profissional e Gestão	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**TOTAL**
1. Educação inclusiva[153]		x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	10

[147] Inclui: em 2009: Grupo de Formação pela área de conhecimento; em 2010: Grupo de Formação por área de conhecimento anos finais, Curso Inglês Básico I; em 2011: GF por componente curricular, Curso inglês básico II, Curso diretrizes curriculares da língua inglesa, Curso básico III; em 2012: GF de Inglês, GF componente curricular de Inglês, Língua e Cultura estrangeira, Inglês Básico I.

[148] Inclui em 2009: Curso básico; em 2011: Curso básico I, Curso básico II; em 2012: Curso básico III, Curso intermediário II, Curso espanhol básico I, Espanhol básico IV, Curso Conversando com o mundo; Curso ensino da língua espanhola – módulo II.

[149] Inclui em 2007: GT Imprensa na Escola (Iniciantes) e GT continuidade; GT Rádio e TV. Em 2011: Curso projeto Imprensa Iniciante, Módulo II e Módulo IV , Publicidade como veículo das diferentes linguagens. Em 2012: Curso projeto imprensa na escola módulo II/ Curso projeto imprensa na escola Módulo III, Curso projeto imprensa na escola – módulo IV.

[150] Inclui em 2007 e em 2009: Curso Ensinando com o jogo de xadrez (metodologia de projetos) – Lei municipal 8.829/96

[151] Inclui em 2004: Curso currículo e registro em vídeo no espaço escolar e em 2012: Curso Introdução ao vídeo popular como instrumento educativo: teoria e prática.

[152] Inclui em 2007: Curso das primeiras formas de contagem à utilização do ábaco (registro na matemática/ EJA e Inclusão); em 2009: GF EJA II – construção do currículo.

[153] Inclui em 2001, 2010 e 2011: Sexualidade humana, gênero e etnia: diálogos com educadores; 2002: Momentos culturais: relatos de experiências de inclusão na escola, Desenvolvimento auditivo e aprendizagem; em 2003: Curso Libras I e II, Curso Educação na escola pública: uma abordagem da educação especial na perspectiva da inclusão, GT Movimento e Inclusão. Em 2004: Curso Educar para a igualdade racial, GT Movimento de Inclusão, Curso Educação Inclusiva – um novo paradigma; em 2005: Escola Regular no caminho da inclusão (módulos I, II, III), Curso de Educação especial, Rodas de educadores pela Educação Inclusiva. Em 2006: Curso educação especial e novas tecnologias, Libras, Curso aluno deficiente físico no ensino regular; Surdez, linguagem e o ensino de Português como 2ª língua para surdos, Curso Construindo uma sociedade para todos (ciclo de palestras: educação e cidadania, inclusão, população em estado de vulnerabilidade social, tecnologias assistivas).. Em 2007: Curso Aluno com deficiência física: discutindo possibilidades tecnológicas para o sucesso escolar, Curso ensino de português como segunda língua para surdos, Libras I, II , Curso O aluno com autismo na rede regular de ensino; Curso Inclusão de superdotados. Em 2009: Curso Deficiência visual: abordagem teórico-prática; LIBRAS I; Curso Educação e saúde mental; GF (metodologia de projeto) Educação e saúde mental; GF (metodologia de projetos) formação de áudio descritores – acessibilidade para teatro, televisão e cinema; Curso O aluno com deficiência física e o uso de tecnologias assistivas. Em 2010: Curso Inclusão aluno com deficiência; Curso Educação e saúde mental; Curso O aluno com deficiência física e uso das tecnologias, curso Libras (módulo I). Em 2011: GF Educação Física especial, Curso Educação e saúde mental, Inclusão de crianças com alterações motoras: a contribuição do fisioterapeuta, Curso Inclusão de alunos com múltipla deficiência, Curso Introdução à formação de áudio descritores (acessibilidade para teatro, televisão, cinema), Libras Módulo I, Curso Inclusão do aluno com deficiência visual na escola regular, Curso Educação e saúde mental; em 2012: Cursos: Educação e saúde mental, Inclusão escolar de crianças com alterações motoras: a contribuição do fisioterapeuta (1º e 2º semestres), A Escola inclusiva e a educação especial, Curso Inclusão do aluno

2. Tecnologias[154]		x	x	x	x		x		x		x	x	8
3. EJA[155]		x	x	x	x	x	x				x	x	8
4. práticas Pedagógicas[156]		x	x	x			x		x		x		7
5. Gestão Educacional[157]		x		x	x		x				x		5
6. Educação organizada em Ciclos[158]								x	x		x	x	4
7. Prodança para professores[159]			x	x			x						3

com múltipla deficiência ou surdo-cegueira na educação básica, Curso Inclusão escolar de alunos com transtornos invasivo do desenvolvimento espectro autista (1º e 2º semestres), Libras I e módulo intermediário, Curso A cor púrpura & homens de honra, Curso Ampliando conhecimentos na perspectiva da educação inclusiva, FC em parceria com Centro Infantil Boldrini, Curso A expressão corporal como recurso para a inclusão, Dislexia e outros distúrbios de aprendizagem: da avaliação à intervenção escolar, GF para professores de educação especial: ensino colaborativo (co-ensino) para o apoio á inclusão escolar, Curso Educação física, inclusão social e diversidade, Curso a Escola inclusiva e a educação especial – Módulo II.

[154] Inclui em 2002 e 2003: Cursos Software escritor, Abordagem para inclusão digital. Em 2004: Curso de desenho animado. Em 2005: Informática I, informática II; curso informática para gestão educacional; web. Em 2007: Curso básico de informática educativa, Podcast, Curso Uso pedagógico do computador, ProInfo e TV Escola. Em 2009: Curso O vídeo e a internet na escola; Curso tecnologias na educação: ensinando coma as TICs, GF (metodologia de projeto) ferramentas on line para uso educacional, Curso informática educativa. Em 2011: Curso básico de informática educativa, Curso mídias na educação- trabalhando áudio e publicações, Curso de utilização de Lied e informática educativa, Curso de utilização de objetos educacionais – internet I e II, Curso novas tecnologias e dança árabe: um caminho para a pesquisa em sexualidade humana, 'Curso Produção de publicações eletrônicas usando ferramentas da internet, Curso Informática para gestores; em 2012: Curso Possibilidades tecnológicas aliadas ao currículo escolar, Curso noções básicas do programa Boardmaker (fabricantes de placas), Curso básico de informática educativa – módulo II, Curso Utilização de objetos educacionais ligados ao currículo (uso do laboratório de informática).

[155] Inclui em 2002: Conferência Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação; em 2003 e 2004: GT EJA I reflexão e pesquisa de prática docente para inclusão; 2005: GT EJA - reconstruindo coletivamente práticas docentes, Curso Culturas e sujeitos na educação de Jovens e Adultos; Em 2006: Seminário Temático de Educação de Jovens e Adultos II; em 2007: Curso Educação de Jovens e Adultos; em 2009: GF A Democracia e a cidadania como construção sociopolítica; em 2011: GF O Professor do EJA anos finais e a organização do Tb pedagógico; em 2012: GF – Currículo e o mundo do trabalho, Seminário curricular da EJA, anos finais.

[156] Inclui em 2002: Como se configuram competências de um professor?; em 2003: GT Práxis; em 2004: Curso Resgatando valores e construindo hábitos através dos jogos, curso metodologia de Projetos; em 2007: Curso O projeto pedagógico e a formação de professores - escrita, encontros e diálogos da/na escola, Curso Memória de professores, Curso Um novo olhar para os registros (individuais dos professores) - produção de conhecimentos, Curso A construção do trabalho coletivo: cuidar de si para interagir e orientar novas práticas, Curso Bio- educação; em 2009: Curso jogos pedagógicos para os ciclos iniciais do EF; em 2011: Conhecimento e desenvolvimento de atitudes de pesquisa a partir da prática pedagógica, Curso Confecção de jogos pedagógicos a partir de resíduos, Curso pedagogia de projetos, Curso Eixos temáticos para o trabalho pedagógico para o Ensino Fundamental.

[157] Inclui em 2002: Gestão escolar (planejamento e financiamento), Gestão educacional – financiamento e educação/gestor escolar/do compromisso político à competência pedagógica; em 2004: Curso Gestão democrática e participativa, Curso Gestão Educacional e cidadania; em 2005: Gestão educacional; em 2007: Curso de especialização em gestão educacional; em 2011: Curso Gestão escolar e a organização do trabalho pedagógico;

[158] Inclui em 2008: Curso Formação Continuada 3º e 4º ciclos da escola fundamental; em 2009: Formação de docentes coordenadores de ciclos, Curso A Educação organizada em ciclos: perspectiva para a mudança do ensino e do aprender; em 2011: GF Anos finais do EF 3º e 4º ciclos); em 2012; GF Ciclo I e ciclo II (anos iniciais).

8. Corporeidade no cotidiano escolar[160]		x			x								2
9. Crianças que não aprendem na escola[161]		x					x						2
10. Currículo[162]	x										x		2
11. Freinet[163]		x	x				x						2
12. Projeto Pedagógico[164]							x				x		2
13. Anemia falciforme		x	x										2
14. Astronomia[165]				x	x								2
15. Centro de memória da rede[166]			x										1
16. A educação indireta e a escola: um diálogo possível											x		1
17. A escola como espaço de desenvolvimento											x		1
18. A segurança do educador		x											1
19. Curso - Aproveitamento da cultura popular na escola											x		1
20. Avaliação institucional[167]												x	1
21. Brincar		x											1
22. Carlos Gomes animado na escola		x											1
23. Curso Crianças consumidoras: um olhar para a infância e a escola												x	1
24. Curso: Cultura e linguagem I – acervo			x										1

[159] Inclui em 2003: GT Prodança para professores; em 2004: dança; em 2007: Programa Arte e movimento - curso dança na educação.

[160] Inclui em 2002: corporeidade, movimento e o cotidiano escolar; em 2005: Curso O corpo como linguagem: possibilidades expressivas e comunicativas.

[161] Inclui em 2002: Crianças que não aprendem na escola; em 2007: Curso – Classes voltadas a alunos em defasagem IDADE/SÉRIE

[162] Inclui em 2001: Currículo e subjetividades; em 2011: Seminário curricular.

[163] Inclui em 2002. : Uma experiência Freinet – a complexidade do cotidiano; em 2003: Curso Pedagogia Freinet séries iniciais (5 grupos), em 2007: Os anos iniciais do EF- exercício de cidadania na perspectiva freinetiana.

[164] Inclui em 2007: Curso Projeto pedagógico – carta de intenções ou concretização de uma proposta coletiva de trabalho?, em 2011: Curso Projeto Político Pedagógico e realidade educacional.

[165] Inclui em 2004: curso Astronomia, história e filosofia da ciência para educadores; em 2005: Curso Astronomia para educadores.

[166] Inclui em 2004: GT Memória da rede – a memória como eixo articulador entre pesquisa e trabalho pedagógico; em 2005: GT Rede na rede;

[167] Inclui: Curso avaliação de desempenho externa em matemática e a produção da qualidade nas escolas do EF, Curso Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o aprimoramento do papel dos professores articuladores na avaliação interna das instituições escolares, Curso prova campinas.

25. Diretor de escola: educador que se constitui no Trabalho educacional[168]		x											1
26. Educação e conhecimento para profilaxia da dengue[169]											x		1
27. Educação integral[170]												x	1
28. EI e EF; uma passagem integrada pelo trabalho pedagógico											x		1
29. GT Educação e sexualidade							x						1
30. Educador social na escola pública: reflexão sobre vulnerabilidade e resiliência			x										1
31. Escola da Ponte	x												1
32. Escola e sociedade				x									1
33. Espiritualidade na educação		x											1
34. Curso Família e escola				x									1
35. Gramsci e a Educação	x												1
36. Implicações da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento Humano nas práticas pedagógicas				x									1
37. Neurolinguística: abordagem discursiva		x											1
38. O projeto Ceprocamp – educação profissional		x											1
39. O sentido da escola em diferentes realidades sócio e econômicas e culturais		x											1
40. Patrimônio cultural na escola: conceitos diretrizes e práticas									x				1
41. Paulo Freire	x												1
42. Pedagogia da infância			x										1

[168] Inclui: Diretor de escola: educador que se constitui no trabalho educacional e no 2º semestre: Pensando possibilidades de uma política de FC dos diretores das escolas da RMEC

[169] Inclui: um curso e um projeto na mesma temática e mesmo ano.

[170] Inclui : Curso Mais Educação Campinas: a educação integral e o papel dos professores articuladores (módulos I e II)

43. Psicoterapias para educadores			x										1
Temas da convivência escolar	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**Total**
1. Qualidade de vida e relacionamento humano[171]		x					x					x	3
23. Saúde do educador[172]											x	x	2
3. Adolescências[173]			x				x						2
4. Violência sexual[174]	x					x							2
5. Violência e educação		x					x						2
6. Valorização do ser educador											x		1
7. Redução da idade penal		x											1
8. Ginástica harmônica	x												1
9. Curso Masculinidades e violências											x		1
10. GT Crianças e jovens em situação de violação de direitos			x										1
11. Afetividade e auto-estima no complexo vida		x											1
12.Educação popular, a cultura do cuidar e as relações na rede				x									1

[171] Inclui em 2002: Relações interpessoais; em 2007: Curso Qualidade de vida dos profissionais da educação; em 2012: Curso Refletindo sobre as relações interpessoais na escola; Curso Relacionamentos líquidos.

[172] Inclui em 2011: Curso Saúde vocal; em 2012: Curso Terapêuticas para a saúde emocional e integral do educador.

[173] Inclui em 2003: Curso adolescências; em 2007: Curso – Convivendo com o universo da adolescência.

[174] Inclui em 2001: Projeto de assistência às vítimas de violência sexual, Oficina violência sexual – uma questão de saúde pública, Curso Cuidando das vítimas de violência sexual (mesmo tema nas modalidades de curso, oficina e seminário); em 2006: Curso cuidando das vítimas.

Continuando a discussão, ressaltamos ainda que essa temática – a da Arte - contemplou as quatro linguagens orientadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997): Artes Visuais, Dança, Teatro e Música, em várias modalidades, nas ações do período.

Alguns temas, conforme o Quadro II, podem pertencer a mais de uma categoria, como o EJA que se enquadra tanto nos temas "Curriculares" quanto no tema "Formação Profissional e Gestão". O motivo desse amplo pertencimento está no fato de que na primeira categoria consideramos os temas que incidem diretamente na prática pedagógica dos/as docentes da EJA, como foi o caso em 2009 do "GF EJA II – construção do currículo". Na segunda categoria, consideramos as ações que objetivaram estudos de reflexões e aprofundamentos sobre a educação de jovens e adultos, como as ações desencadeadas em 2005, constituindo-se na formação do "GT EJA - reconstruindo coletivamente práticas docentes" e no Curso "Culturas e Sujeitos na Educação de Jovens e Adultos". Podemos resumir essa questão da seguinte forma: os temas curriculares vão discutir "o que" e "por que" ensinar e os temas da formação discutem o "como" e o "para quem" ensinar. Evidentemente, essas questões não são tratadas de modo isolado, pois fazem parte de uma ação totalmente complementar: o ensinar e o aprender. Optamos por essa distinção, apenas para tornar a exposição mais didática.

Os temas **Curriculares** representam 32.5% da oferta em relação aos temas das outras categorias, no entanto, é nessa categoria, ao analisar o conjunto dos anos, que identificamos uma maior continuidade de ações de FC. Os 27 temas distribuem-se ao longo dos 12 anos, perfazendo um total de 131 registros anuais[175]. Nessa categoria encontramos também os GFs que se constituíram para discussão dos componentes curriculares da rede. Principalmente, a partir de 2007, vamos identificar em quase todos os anos, à exceção de 2008[176], uma variedade de ações, como nos exemplos abaixo:

A) Em 2007: CURSO - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – objetiva discutir uma proposta curricular para a EJA a partir da análise de teorias de

[175] Registramos que os números apresentados no Quadro 11 podem ter sido maiores, pois não tivemos tempo para aprofundar, no âmbito desta pesquisa de mestrado, a análise da documentação e realizar um diálogo com os profissionais da rede.

[176] Citamos o ano 2008 como exceção porque conseguimos apenas um registro de ação de FC nesse ano, o Curso "Formação Continuada 3º e 4º Ciclos da Escola Fundamental" cujo objetivo foi o de "ampliar o estudo sobre o histórico, a conceituação, o planejamento, e a avaliação, assim como as implicações na organização do trabalho pedagógico, com vistas a subsidiar as ações para a implantação dos 3º e 4º ciclos nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Campinas" (cf. DOM 9.536, de 15/11/2008)

ensino e trabalhos contemporâneos sobre o tema, identificando suas metodologias. Será enfatizada a organização do currículo por projetos de trabalho, numa perspectiva interdisciplinar, tendo em vista os novos sujeitos da EJA. (DOM Nº 9.144 de 12/04/2007)[177].

B) Em 2009: GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO FÍSICA – objetiva discutir e elaborar referenciais teórico/práticos sobre o Currículo das Escolas da Secretaria Municipal de Educação por área de conhecimento para subsidiar a análise e reflexão em consonância com as Diretrizes Curriculares da SME – DEPE nos Anos Finais do Ensino Fundamental (3º e 4º Ciclos) (DOM Nº 9.616 de 21/03/09);

C) GRUPOS DE FORMAÇÃO EM ÁREAS DO CONHECIMENTO: EIXO A.1. ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (3º E 4º CICLOS) – pretende discutir a prática dos profissionais de áreas específicas/ componentes curriculares e elaborar referenciais teóricos/práticos em relação ao Currículo do Sistema Municipal de Educação para os ciclos III e IV. Grupo de Formação pela Área de Conhecimento: Língua Estrangeira, Artes, E.R.E.T., História, Geografia. (DOM Nº 9.846 de 04/03/2010)

D) GRUPO DE FORMAÇÃO COMPONENTE CURRICULAR – deve discutir e elaborar referenciais teóricos/práticos sobre o Currículo das Escolas da SME da área de conhecimento de Educação Física Especial, para subsidiar a análise e reflexão em consonância com as Diretrizes Curriculares da SME – DEPE nos Anos iniciais e Finais do Ensino Fundamental quanto ao conteúdo e avaliação (DOM Nº 10.078 de 12/02/2011)

Decorrente desse processo, que abarcou discussões e estudos que contemplaram todas as áreas da SMEC, conforme os exemplos acima, dentre outros, em 2012 acontece a publicação das "Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental Anos Iniciais: um Processo Contínuo de Reflexão e Ação" e, em 2013 as "Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais: um Processo Contínuo de Reflexão e Ação"[178]. Nesse contexto, pode-se

[177] Todos os Diários Oficiais do Município de Campinas podem ser acessados pelo site <http://www.campinas.sp.gov.br/diario-oficial>.

[178] Disponíveis em: <http://campinas.sp.gov.br/arquivos/educacao/01_diretrizes_anos_iniciais.pdf>. e para anos finais em: <http://campinas.sp.gov.br/arquivos/educacao/03_diretrizes_anos_finais_eja.pdf>. Acesso em: 20/02/2015.

dizer que a FC objetivou a participação e discussão dos/as professores/as na elaboração das Diretrizes Curriculares.

Os temas da "Língua Portuguesa" comparecem em 10 anos do período analisado (80%) sob vários enfoques, como se pode ver no ano de 2009: "GF por área do conhecimento – Gestar II", "Leitura, fantoche e a contação de história na escola", "Reforma ortográfica", em 2010 o "Gestar II – Língua Portuguesa", "O livro, a literatura, o fantoche e a contação de histórias na escola", "Ensino da leitura e escrita com foco em gêneros textuais, poesia, artigo de opinião e memórias literárias" (EAD).

O tema "Africanidades" comparece em nove anos (75% do período analisado) e desde 2002, adiantando-se à Lei nº 10.639/2003, que foi incluída no currículo com estatuto obrigatório em todas as redes públicas e na rede privada, com a temática "História e Cultura Afro-Brasileira"[179].

Diante dessas evidências, entendemos que os/as professores/as se ocupam do espaço da FCP no Centro de Formação, para a discussão, reflexão e implementação curricular, numa ação que se constitui como processo contínuo e, nos parece, participativo. Entretanto, nos perguntamos se a FCP realizada no CF consegue dar conta dos desafios que os/as docentes vivem no que tange à prática pedagógica. Em que medida as ações de FCP conseguem subsidiar os/as docentes em seu trabalho pedagógico, uma vez que a dinâmica da sala de aula não carece só de conhecimento curricular por parte dos/as mesmos/as?

Na categoria **Formação Profissional e Gestão**, os temas representam 54,5% da oferta, atingindo no período 88 registros anuais. Dos 43 temas dessa categoria, apenas seis deles foram ofertados em mais de três anos, sendo que os demais foram ofertados no máximo em três.

Nessa categoria, os temas indicados na "Educação Inclusiva" comparecem em 10 anos, ou 83% dos 12 pesquisados e se apresentam de forma contínua com uma diversidade enorme de abordagens e modalidades, que objetivam a formação dos/as professores/as, e não só dos especialistas da educação especial, para que possam trabalhar com a inclusão dos/as alunos/as com necessidades educacionais especiais em classes comuns da educação regular.

Em face desse conjunto de dados, a impressão que se tem é que a inclusão sempre foi uma realidade na RMEC. No entanto e segundo Joaquim (2006), que

[179] Disponível em: <www. planalto.gov.br/ccivl_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 18/01/2015.

realizou pesquisa que analisa o processo de implementação da Política de Educação Especial nas escolas de Campinas no período de 1989 a 2004, a história da implementação dessa política enfrentou dificuldades.

Segundo essa autora,

> A pouca abordagem ao tema da inclusão escolar, seja no interior das escolas ou no âmbito mais geral da SME, dá-nos a impressão que a inclusão já aconteceu, de forma e em número satisfatórios, e que tudo que era possível fazer por ela, já está feito. Paira a impressão, de que, no cotidiano escolar, tudo acontece na direção esperada de construção da cidadania, e, portanto, nada mais precisaria ser dito. Nossas entrevistas, no entanto, deixam claro que, ao contrário do que parece, o assunto não é quase nunca tratado, e uma das razões aventadas de por que isso acontece é que não estão definidos os procedimentos e as alternativas de atendimento especializado, que podem e devem ser realizados na escola regular (JOAQUIM, 2006, p.179).

Diante das colocações dessa autora, buscamos observar a oferta temática antes e depois de 2004 e constatamos que houve uma evolução nesse sentido, pelo menos no que tange ao tratamento do tema da Educação Inclusiva nas ações de FC no CEFORTEPE, bastando para isso, consultar a nota de rodapé 153.

Os temas da "Gestão Escolar" sinalizam as mudanças que ocorreram no papel dos/as diretores/as escolares que passaram a gestores/as das escolas, do dinheiro público destinado a elas, por meio das parcerias com o governo federal. Esse deslocamento no papel dos/das diretores/as provocou uma mudança de foco, da administração da política educacional para a gestão (BALL, 2011), mudanças essas orientadas pelo neoliberalismo e que conformam o gerencialismo presente na educação. "Gestão escolar: planejamento e financiamento", "Gestão educacional – financiamento e educação" e "Curso de especialização em gestão educacional", são temas que em tempos idos não comporiam o rol das ações de FC. Um exemplo é o curso "Gestão escolar e a organização do trabalho pedagógico" que teve como ementa: "Discute a importância da gestão escolar democrática. Apresenta os níveis de participação da equipe escolar e seus determinantes. Discute a natureza do trabalho pedagógico e a questão da organização escolar. Apresenta a importância da participação da comunidade escolar nos rumos da escola" (cf. DOM nº 10.078 de 12/02/2011). Esse último curso foi de 45 horas e exemplifica bem a amplitude de responsabilidades e ações que hoje estão centralizadas nas equipes de gestão, mesmo porque, os recursos financeiros foram

descentralizados, mas a autonomia em relação ao uso desse dinheiro é relativa e requer prestações de contas, o que demanda tempo e trabalho burocrático.

Das ações de FC que agrupamos no tema da "Prática Pedagógica", destacamos, inicialmente, uma oferta do ano de 2011: "Conhecimento e desenvolvimento de atitudes de pesquisa a partir da prática pedagógica". Esse curso nos chamou a atenção pelo fato de que a literatura tem insistido na prática da investigação como necessária ao processo de profissionalização, nas palavras de Ferreira (1994, p.78) "um investigador reflexivo que inova a partir da análise de suas próprias práticas", como também a literatura tem apontado a escola como o lugar onde esse exercício de reflexão e de pesquisa da prática deve acontecer. Nessa direção, podemos entender que o Centro de Formação atua colaborativamente, incentivando e despertando para a necessidade de um olhar diferenciado sobre a própria prática.

Outra ação que destacamos é o "Curso Memória de professores". Esse curso foi de 12 horas e é apresentado com a ementa: "No exercício da memória, nossa proposta é a escrita da História. Propomos falar de nós mesmos, das experiências por nós vividas, do cotidiano que nos circunda na relação com as políticas educacionais, falar de escola. Mais do que isso, pretendemos o registro dessas memórias." Essa ação de FC vai ao encontro do que Canário (1994) coloca a respeito de uma FC que não se limite à análise de necessidades para o preenchimento das lacunas do sujeito, mas a FC como um processo de "inventariação dos saberes experiências e competências" (CANÁRIO 1994, p. 21). Por que uma proposta dessa envergadura com um número tão reduzido de horas? Onde foram parar essas memórias?

Os temas da categoria **Convivência Escolar** representam 15.1% da oferta e somam 18 registros no total dos anos analisados. Analisando os dados numéricos, constatamos que essas ações não ocupam centralidade nos objetivos da oferta de FCP no Centro de Formação.

A questão que colocamos é: quais são os critérios que determinam que uns conteúdos sejam mais importantes que os outros para que se possa programar a FCP? Senão, por que temas como "Saúde do Educador", "Sexualidades", "Redução da idade penal", "Afetividade e autoestima no complexo vida", "Violência e Educação" e "Relações Interpessoais" não ocupam espaço nas listas da oferta se sabemos que todos os fatores decorrentes do não trabalho com esses temas vão refletir na escola em termos de fracasso escolar, evasão, relações de conflito extremo e violência?

Nossa conclusão em relação a essa questão é a de que, como Hortolândia, o CF de Campinas também se dedica mais à oferta de cursos cujos conteúdos são cobrados pela esfera federal. Afinal, o IDEB não avalia "Violência Sexual" e, no entanto, sabemos o quanto esse tipo de agressão pode afetar as condições de aprendizagem de uma pessoa, ainda mais se for criança ou adolescente! Mais ainda, os temas dessas ações ocupam, hoje, as páginas dos jornais, os noticiários da TV e mobilizam recursos públicos materiais para dar conta de suas consequências.

Finalizando a apresentação dos temas da FC em Campinas apresentamos uma tabela síntese dos dados discutidos acima.

Tabela 19 – Síntese do número de temas e registros anuais - 2001/2012

Categorias	Nº de temas	Nº de registros totais no período
Curriculares	24 (30.4%)	129 (54,8%)
Formação Profissional e Gestão	43 (54.5%)	88 (37,4%)
Convivência Escolar	12 (15.1%)	18 (7,6%)
Total	**79**	**235**

Juntas, as categorias "Formação Profissional e Gestão" e "Convivência Escolar", somam 55 temas e 106 registros, ao passo que a categoria "Curriculares" sozinha totaliza, com apenas 24 temas, 129 registros. As temáticas abordadas na "Formação Pedagógica e Gestão", ofertadas continuamente durante o período, são também aquelas que estão diretamente ligadas às políticas educacionais do MEC, como "Educação Inclusiva", "Tecnologias" e EJA.

Esses resultados confirmam que a FC no Centro de Formação de Campinas está comprometida com uma formação que possa tornar o professor apto a ministrar os conteúdos previstos nos Referenciais do Município, que são, por sua vez, orientados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, uma vez que as áreas são praticamente as mesmas.

Os temas da "Convivência Escolar" deveriam ser concebidos como a aprendizagem necessária para que o "currículo oficial" se cumpra de forma satisfatória. Não dar muita atenção aos temas da convivência ou da formação profissional, principalmente focando na FC temas que tratam das relações inter/intra pessoal/ais e dos valores como respeito, honestidade, delicadeza, solidariedade, tolerância e o trabalho colaborativo, nos parece uma desconsideração aos problemas vivenciados nas escolas

na atualidade. Sendo assim, se adiantamos no Capítulo I o quanto professores/as e gestores/as são cobrados pelos resultados alcançados pelos/as alunos/as, ainda que não concordando com o modo como esses resultados são aferidos e propagados pelos órgãos oficiais – num exercício prospectivo, imagino que essa cobrança será acentuada no futuro. Por isso ainda insistimos: os/as alunos/as têm hoje outras fontes de acesso ao conhecimento – o que de maneira alguma exclui a presença do/a professor/a na tarefa de ensinar. Mas ensinar como? A repetir conteúdos? Isso vários softwares já fazem. O diferencial do trabalho docente não estaria então em conseguir conjugar currículo e convivência? E esses não deveriam ter o mesmo peso na oferta da FCP nos Centros de Formação?

5.3.6 - As modalidades da FCP em Campinas

No Quadro 12 apresentamos as modalidades em que as 749 ações de Formação foram ofertadas no Centro de Formação.

Quadro 12 – Modalidades da oferta de FCP – Campinas - 2001 a 2012

Ano	Modalidades da oferta de FCP - Campinas
2001	Cursos, Seminários, Congresso.
2002	Momentos Culturais, conferências, oficinas, GEPT – grupos de estudos/pesquisas e trabalho; cursos, banquete pedagógico, GT – grupo de trabalho; congressos; GFE – Grupo de Formação para Especialistas.
2003	Grupos de Trabalho, Cursos, Congressos, Oficinas, Encontro Regional de Formação, Seminários, Projeto.
2004	Cursos, Grupos de Trabalho, Congressos, GEPA - Grupos de Estudos e Pesquisa em Alfabetização, Conferências.
2005	Cursos, Grupos de Trabalho, Roda de Educadores
2006	Cursos, Seminários, Congresso.
2007	Cursos, Grupos de Trabalho, Simpósio, Seminário, Fórum, Encontro, Congresso.
2008	Curso.
2009	Grupos de Formação por Área do Conhecimento, Grupo de Formação por Programas, Grupo de Formação por Temas Específicos, Grupo de Formação com Metodologia de Projetos
2010	Grupos de Formação por Área do Conhecimento, Grupo de Formação por Programas, Grupo de Formação por Temas Específicos, Grupo de Formação com Metodologia de Projetos
2011	Grupos de Formação do Componente Curricular, Cursos e Seminários.
2012	GF por Área do Conhecimento e por Componente Curricular, Simpósio.

Verifica-se, conforme os dados do Quadro 12, que a oferta da FC na RMEC entre 2001 e 2007 estrutura-se em várias modalidades, sendo os Grupos de Trabalho –

GT, os Congressos e os Seminários as mais regulares. Entre 2009 e 2012, a modalidade que aparece com frequência e continuidade são os Grupos de Formação - GF. Observamos que alguns cursos são direcionados para esses grupos: GTs e GFs.

Buscamos mapear as diferenças entre um GT e um GF, analisando um exemplo de cada ano da oferta nessas modalidades. Alguns exemplos são citados a seguir:

a) Ações de FC na modalidade GT: GT Produção de Conhecimento sobre as Práticas Pedagógicas (2003); GT Movimentos de Inclusão (2004); GT história, Memória e Meio Ambiente (2005); GT Imprensa na Escola (2007).
b) Ações de FC na modalidade GF: GF por área do conhecimento (Português. Matemática, História, Geografia, Ciências...); Grupo de formação por programas (Gestar II), Grupo de Formação por temas específicos (A Cor da Cultura, Sexualidade Humana, EJA II, Estudos e Curso Registros das Práticas Ambientais na Educação, Curso Italiano), Grupo de Formação com Metodologia de Projetos (Curso Formação Pedagógica para o Ensino de Francês, Curso Educação e Saúde Mental) (2009, 2010 e 2011); GF em Geografia, GF em Educação Física, GF em Arte (2012).

Observamos que tanto os GTs como os GFs comportam temas variados, ainda que os GFs, nos parece, tenham o foco mais direcionado para os temas curriculares.

O diferencial que estrutura e organiza a FC nessas modalidades, provavelmente, pode ser encontrado no Quadro 7, apresentado e discutido no início desse capítulo, onde o compromisso dos GTs implica na prática pedagógica, gerando um "produto", de caráter publicável ou não, além de ser temático e ter que dialogar com o projeto pedagógico e com a pesquisa bibliográfica. O quadro não apresenta a modalidade GF, mas sim o GFC – Grupo de Formação por Componente Curricular que tem como princípio norteador o trabalho e a implementação curricular, por esse motivo, está focado nos processos relacionais entre teoria e prática pedagógicas, subsidiados por pesquisas, leituras e partilhas de experiências/vivências. Uma hipótese que aventamos, quando mapeamos as ações de FC dos GF, é a de que eles foram transformados em GFC.

Os Seminários ocorreram em cinco anos, os Congressos em quatro anos e as demais modalidades como conferências, simpósios, fóruns e encontros num ou noutro ano, mostrando que parte da oferta mantém determinadas modalidades como constantes, enquanto uma outra parte se abre para modelos mais diversificados, como as oficinas,

registro que só encontramos em 2003 e que a literatura (ver Capítulo II) aponta como uma das modalidades preferidas dos/as docentes.

Tabela 20 – Número de participantes nas ações ofertadas em Campinas no período 2001 a 2012.		
Ano	**Nº de cursos**	**Nº de participantes**
2001	06	225
2002	160	105
2003	62	696
2004	82	1.122
2005	29	-[180]
2006	09	75[181]
2007	80	3.388
2008	01	-
2009	45	737
2010	49	1.010
2011	104	614
2012	122	129
Total	**749**	**8.101**
Total = para 749 cursos, 8.101 participantes		

Fonte: Elaborado pela autora.

5.3.7 - Participação quantificada e qualificada na FCP em Campinas

Os resultados em relação ao nível quantitativo e qualitativo da participação nas ações de FCP são apresentados na sequência. No entanto, adiantamos que se foram poucas as informações sobre a participação quantitativa, a qualidade da participação nas decisões sobre as ações necessárias á FCP sofre restrições por não termos realizado entrevistas com professores da RMEC.

a) A participação quantitativa:

Nem todos os cursos informam o número de participantes e alguns apenas designam o público alvo e o número de vagas[182].

Os números apresentados na Tabela 20 resultam das informações que conseguimos nos DOMs e nos documentos do Centro de Memória do CEFORTEPE.

[180] Nos anos de 2005 e 2008 não foram informados o número de participantes.
[181] Apenas três cursos informam o número de participantes.
[182] Registramos que seria necessário uma busca mais intensa, para a qual não tivemos tempo. Muitas das informações apresentadas sobre o número de participantes foram colhidas das listas dos selecionados para os cursos, publicadas nos DOMs e, nesse sentido, pode existir uma margem de erro, pois consideramos que um/uma professor/a selecionado/a pode desistir de realizar o curso.

Os/as 225 participantes registrados em 2001 referem-se ao Projeto de Assistência às Vítimas da Violência, realizado em parceria intersetorial entre as Secretarias de Educação e de Saúde. Em 2002 foram realizadas 160 ações de FCP, no entanto, 123 delas se dividem em participantes de 36 conferências, 57 oficinas e 30 Momentos Culturais que não informam a sua abrangência. Nos anos de 2003 e de 2004 encontramos o número de participantes no 1º e 2º semestres, o que não ocorreu nos dois anos seguintes.

Um dos cursos - Clickideia Tecnologia Educacional Ltda. - realizado em 2007, teve a participação de 2.156 professores da rede, fato que coloca em alta o número de participantes nesse ano. Em 2009, encontramos 737 participações só no 1º semestre e nenhum número para o 2º semestre, enquanto em 2011, os 614 participantes se referem aos participantes das ações do 2º semestre. Em 2010 o CEFORTEPE só ofertou cursos no 1º semestre, conforme Comunicado SME Nº 109/2010 "Fica suspensa, neste segundo semestre, a abertura de novos Cursos e Grupos de Formação, em âmbito Central, permanecendo a possibilidade de oferta no âmbito dos Núcleos de Ação Descentralizada, NAEDs (DOM nº 9.950 de 4 de agosto de 2010). Em 2012, ano que apresenta a maior oferta de cursos no período, os registros de participação se referem aos dois cursos realizados pela Revista Ciência Hoje.

Dado a falta de informações mais consistentes, optamos apenas por informar os dados e nos omitimos de comentá-los para não incorrer em erros de análise.

b) A participação qualitativa.

Se um dos objetivos da descentralização foi o de democratizar os processos decisórios e, em decorrência, transferir maior responsabilidade às escolas (como discutido no Capítulo I), pensamos que é de fundamental importância que os professores tenham vez e voz nas decisões sobre a sua própria formação.

Em Campinas "São várias as vias que alimentam as propostas formativas: os próprios professores, os gestores, os NAEDs, as Assessorias, as políticas educacionais" (Entrevista com Colaborador/a 3, em 09/06/2014). Portanto essas são as fontes pelas quais as demandas de ações de FC são captadas.

Os/as professores/as participam com sugestões na oferta de cursos nas próprias escolas, nos Naeds e no Cefortepe, bem como são convidados e/ou indicados para a coordenação de Cursos e Grupos de Formação. Como as demandas de FC são apontadas

também por gestores/as, pelos Naeds e pelas assessorias, ficamos sem saber quais os instrumentos utilizados para aferir as necessidades das escolas e dos/as docentes, informação preciosa, que seria possível obter se tivéssemos tempo para dialogar com esses proponentes.

5.3.8– Carga horária das ações FCP em Campinas

Devido à diversidade de carga horária relativa às ações de FCP, buscamos agrupá-la na Tabela 21, de modo a facilitar a visualização e a análise. A oferta se divide nos formatos presenciais e semipresenciais. Algumas ações informam o formato, outras não. Nesse sentido, estamos considerando como semipresenciais apenas as ações que registram explicitamente essa informação.

Tabela 21 - Carga horária das ações de FCP - Campinas 2001 a 2012																								
Horas	**Até 10**		**11 a 30**		**31 a 50**		**51 a 70**		**71 a 90**		**91 a 110**		**111 a 130**		**151 a 170**		**171 a 190**		**191 a 210**		**+ de 211**		**N/C[183]**	**Total**
Ano	P[184]	S/P[185]	P	S/P	P	S/P	P	S/P	P	S/P	P	S/P	P	S/P	P	S/P	P	S/P	P	S/P	P	S/P		
2001	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	**6**
2002	125	-	4	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	**160**
2003	1	-	14	-	7	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	**62**
2004	24	-	10	-	17	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	1	-	25	**82**
2005	-	-	3	-	7	-	2	-	2	-	1	-	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	9	**29**
2006	**-**	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	**9**
2007	3	-	7	-	17	-	12	-	23		4	-	6	-	1	-	2	-	-	-	-	-	5	**80**
2008	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	**1**
2009	-	-	6	-	14	-	7	-	13	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	**45**
2010	-	-	2	-	10	-	23	-	5	1	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	**49**
2011	-	-	11	-	30	-	43	-	7	-	2	1	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	2	**104**
2012	2	-	8	-	40	-	58	-	3	-	1	-	2		-	-	7	-	-	-	-	-	1	**122**
Total	**157**	**-**	**67**	**-**	**146**	**-**	**149**	**-**	**54**	**1**	**10**	**4**	**15**	**-**	**1**	**-**	**22**	**-**	**-**	**-**	**3**	**2**	**118**	**749**

[183] N/C = não consta carga horária
[184] P = presencial
[185] S/P = semipresencial (quando indicado nos documentos pesquisados)

A Tabela 21 aponta para mudanças mais substanciais em termos de duração dos cursos a partir de 2011, quando observamos que a maioria deles se apresenta com carga horária entre 30 e 70 horas e, ainda nesses anos, identificamos o maior volume de cursos, um total de 15 ações, com duração entre 171 e 190 horas.

Na análise do período, selecionamos e destacamos algumas ações dentro de cada ano, para evidenciar as mudanças percebidas.

Em 2001, o "IV Seminário de Atualização", parceria SME e Unicamp, é a ação que corresponde a 30h. Em 2002, computamos as ações de FC do "Cardápio do Banquete Pedagógico", que consistiu em uma oferta de 36 Conferências e 57 Oficinas, sendo responsável por 93 ações de FC, nos períodos da manhã, tarde e noite, com duração de cerca de 3 a 4 horas cada. Ainda que incidam sobre o número de ações realizadas em 2002, não são representativos do conjunto que orienta a política da carga horária no período analisado.

Em 2003, foram 14 ações de 30 h, dentre elas os cursos "Olhar fotográfico", "Francês I e II" e "Italiano" e "Adolescências". Já em 2004, em relação às 24 atividades realizadas no "Momento Cultural" – à noite a partir das 19h30 – concluímos que, pelo horário, tiveram uma carga horária entre 2h30 e 3 horas. Nesse mesmo ano, contudo encontramos o curso Letramento e Alfabetização de 120 horas e os cursos: "Gestão Educacional e Cidadania" (curso trabalhado em 6 módulos) e "Culturas e Sujeitos na Educação de Jovens e Adultos" com duração de 180 horas cada um, sendo que este último foi financiado com recursos provenientes do convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Em 2005, os sete cursos com duração de 31 a 50 horas trabalharam com temas de Informática. Os cursos "Educação Alimentar e Currículo" e "As Dimensões da Linguagem e o seu Ensino na Escola" foram ofertados com carga horária de 120 horas. Também são deste ano os cursos "Culturas e Sujeitos na Educação de Jovens e Adultos" e "Aperfeiçoamento em História da África", ambos com180 horas.

A partir de 2007 observamos que a maioria das ações de FC apresenta carga horária maior. Dentre as 23 ações com carga horária entre 71 e 90 horas citamos os cursos "Aprender a Perguntar, Pesquisar e Descobrir: o desenvolvimento de projetos com crianças do ciclo de alfabetização", "Ensino e Aprendizado em Matemática: alternativas para a

diversidade na sala de aula", "Musicalizando Campinas: banda rítmica infantil" e "Libras", sendo todos eles na modalidade de cursos. Ainda nesse ano, destacamos os cursos de 180 horas: "Letra e Vida" e "Programa de Capacitação de Professores para o uso do Computador e da Internet em Unidades Escolares", este último em parceria com a Unicamp.

Em 2009, das 13 ações com carga horária entre 71 a 90h, situam-se todos os cursos do GF pela Área do Conhecimento. Já os cursos de língua estrangeira, Francês, Italiano e Espanhol, que em 2003 tinham duração de 30horas, passaram a ser de 80 horas. Esse fato representa 50 horas a mais de curso e, ao mesmo tempo, sinaliza que ganharam maior status e credibilidade no currículo da FCP. O programa "Gestar II Língua Portuguesa" e "Gestar II Matemática" foram os dois cursos de 300 horas, e com 100 horas de duração encontramos o Curso "Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TICs".

Em 2010, as duas ações de 300h – sendo 200h em 2010 e 100h em 2011 são: Programa Gestão da Aprendizagem Escolar- Gestar II, um de Matemática e outro em Língua Portuguesa, realizado em parceria com o governo federal. Os Cursos por Área do Conhecimento que em 2009 tinham 90 horas, em 2010 passaram a ser de 60 horas. Os cursos da área de Língua Estrangeira, também tiveram redução da carga horária, de 80 para 60 horas em 2010.

Em 2011, as oito ações de FC classificadas entre 171 e 190 horas referem-se ao Programa Ler e Escrever com duração de180 horas e em parceria com a esfera estadual. Ainda nesse ano, registramos a oferta do Programa Gestão da Aprendizagem Escolar - Gestar II Matemática, com duração de 100 horas. A maioria das ações de FC nesse ano tem uma carga horária entre 30 e 60 horas.

Em 2012, destacamos o curso de 8 horas "Noções Básicas do Programa Boardmaker" e os cursos com temas variados sobre "Inclusão" de 40 horas cada um. Com duração de 60 horas encontramos os cursos de Artes (visuais, cênicas e dança), o relativo à "Avaliação de Desempenho Externa em Matemática", além do curso "Produção da Qualidade nas Escolas de Ensino Fundamental - anos finais". Esse último nos chama a atenção porque o IDEB de Campinas em 2011 esteve abaixo das metas projetadas tanto para o 5º como para o 9º ano, conforme mostram os dados da Tabela 16 deste capítulo. O título do curso indica que esses fatores acabaram mobilizando o município na organização

da sua política de FC, mesmo sabendo que Campinas tem uma visão e uma política de avaliação própria.

> Os índices do IDEB sinalizam ações a serem desencadeadas, vários investimentos e, a formação é um deles. Procuramos desenvolver continuamente a qualidade no trabalho na educação pública, com políticas de inclusão, de discussão de facetas que fazem parte da história do Brasil e de Campinas. A Formação Continuada é condição imprescindível para que o professor esteja munido para os enfrentamentos que surgem na relação ensino aprendizagem, favorecendo a superação de dificuldades encontradas, com segurança (Colaborador/a 3, em 9/6/2014).

O que a maioria dos cursos tem em comum, em relação à carga horária, é o fato de reservarem um número de horas, normalmente um terço, para atividades fora da sala de aula como leituras e realização de trabalhos. A maior oferta de cursos com 180h horas foi realizada pelo Governo Estadual, com o curso Ler e Escrever, no formato semipresencial.

Os cursos do CEFORTEPE são certificados, bem como os cursos dos Naeds. No entanto, cursos realizados nas escolas só podem ser certificados se forem abertos para todo o coletivo da rede, o que mostra que as atividades de formação continuada realizadas no âmbito das escolas não são consideradas como parte da qualificação dos docentes nem da valorização profissional.

Em Campinas, há pelo menos duas formas de valorização desta certificação: anualmente os professores devem apresentar as formações que realizaram nos últimos 5 anos, para fins de pontuação no Sistema SER. Esta pontuação pode ser utilizada para a atribuição de aulas e também para a remoção de Unidade Escolar.

Todos os anos os professores passam pela Avaliação do Desempenho, que tem por finalidade orientar ações de formação. Os cursos de FC feitos pelo/a docente influenciam o critério Evolução da Qualificação, medido pelos pontos obtidos apenas nos cursos cujos temas têm consonância com sua área de atuação (OLIVEIRA, 2013). Há também, anualmente, a apresentação de títulos que são protocolados na Secretaria Municipal de Recursos Humanos com vistas à Avaliação de Desempenho. Esta pontuação se soma com os outros critérios que, se atingidos plenamente, incidirão na possibilidade de progressão horizontal.

Finalizando a discussão sobre a FCP em Campinas, os documentos encontrados no CEFORTEPE e nos DOMs, além de contribuir com dados sobre os cursos, também

forneceram informações sobre as preocupações que tomam conta dos Coordenadores Pedagógicos e se transformam em ações de formação. Verificamos, portanto, que a FC acontece em três lócus: nas escolas, nos Naeds e no Cefortepe e tem como característica básica o trabalho coletivo que orienta a formação dos GF, GE e GT, além disso, a participação dos/as docentes em cursos e Grupos de Formação no CEFORTEPE pode ser remunerada.

Em relação às modalidades em que as ações de FC foram ofertadas, podemos dizer que existe uma estrutura que se mantém, como os Grupos de Formação em temas específicos. No entanto, verificamos também que existem outras modalidades utilizadas para veicular debates e atualizações de certos temas como os simpósios, congressos e seminários. Houve, no período estudado, uma evolução em termos da duração dos cursos, pois nos últimos anos eles passam a ter uma carga horária maior do que a verificada no início do período.

Além disso, uma característica da formação continuada em Campinas, presente ao longo da sua história, é a de que os professores participam opinando sobre quais ações devem entrar no programa da FC, mas a oferta anual também considera as orientações vindas dos/as gestores/as, especialistas e assessores/as.

Em síntese, pode-se destacar que as ações de FC no período de 2001 a 2012 têm como **proponente** principal a própria SME, e como destinatários os/as professores/as e coordenadores/as pedagógicos/as e, a partir de 2005 os gestores também foram incorporados como público alvo. O setor privado comparece no período como segundo maior proponente, através da oferta de ações de FC relativas às línguas estrangeiras. Como proponentes, os governos Federal e Estadual comparecem a partir de 2007, principalmente com programas de FC destinados aos professores das classes de alfabetização/séries iniciais do Ensino Fundamental. As ONGs foram responsáveis por apenas 04 propostas de FC durante todo o período.

Os **objetivos** da SME centram-se na FC dos professores das séries iniciais e finais dos EF, dos profissionais da SMEC, bem como dos coordenadores/as, especialistas e orientadores/as das escolas e dos Naeds. Esses objetivos contemplam a FC de gestores/as e vice-diretores/as também. Identificou-se como objetivo comum à FC de todos os/os

profissionais acima citados, a implementação de programas dos governos Federal e Estadual.

As **parcerias** são realizadas com todas as esferas, sendo elas federal e estadual, bem como com o setor privado e ONGs. Essas parcerias efetivam-se principalmente com empresas educacionais do setor privado (para cursos de línguas fundamentalmente) e, em menor grau, com os governos federal e estadual, ainda que nos últimos anos essa parceria apareça com maior frequência. A presença das Ongs na FC, no entanto, não é expressiva.

Em relação aos **temas,** é na categoria Curricular que encontramos o maior número de registros e de continuidade de ações ao longo dos 12 anos analisados, com destaque para o componente curricular Arte que junto às áreas de Língua Portuguesa e Matemática, comparece no top da lista de registros. Na categoria Formação Profissional e Gestão encontramos uma variedade de temas, sendo a Educação Inclusiva o tema com maior destaque e continuidade de ações. Os temas da categoria Convivência Escolar não ocupam centralidade na oferta de FCP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS[186]

Iniciamos essa pesquisa com o propósito de identificar qual é o papel que os Centros de Formação de Professores das cidades de Campinas e de Hortolândia vêm desempenhando na condução das políticas de formação continuada, através da análise dos Programas de Formação ofertados aos docentes do Ensino Fundamental, no período de 2000 a 2012.

Para entender a Formação Continuada realizada nesses municípios, foi importante entender como vem ocorrendo o processo de municipalização das matrículas decorrente da Reforma do Estado, uma vez que as linhas de mudanças propostas pela Reforma influenciaram a educação nos âmbitos das políticas, da administração e da concepção de ensino.

A educação, um direito social, passa a ser tratada como um serviço social e, nesse sentido, um dos aspectos mais marcantes dessa mudança está no binômio financiamento e resultado. A adoção do modelo da administração pública gerencial, proposto pelo então Ministro do Planejamento, autor e mentor do documento da Reforma de 1995, Sr. Bresser Pereira, influencia sobremaneira na condução da política educacional, orientada para o alcance dos resultados, através da imposição do modelo gerencialista, estratégia da ideologia neoliberal.

Descentralizar, dentro da concepção neoliberal, significa reduzir as responsabilidades do Estado para com as políticas sociais. A educação, nesse caso, foi pensada para ser uma responsabilidade dos entes federados em regime de colaboração, mas os resultados que ela tem alcançado recaem como cobrança sobre os municípios, os/as gestores/as das escolas e, principalmente, sobre os/as professores/as. Para dar conta dos desafios colocados pela descentralização das matrículas, dentre eles as metas propostas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, muitos municípios, sem histórico no

[186] Em tempo: registramos que em visita recente ao Centro de Formação de Hortolândia, fomos à Sala de Pesquisa e constatamos que os documentos da FC, que ao final da pesquisa de campo, em 2014, encontravam-se nas caixas-arquivos sem identificação - conforme registramos no Capítulo III - já estão sob nova coordenação e organização. Estão acondicionados em caixas-arquivos brancas, para proteger da poeira, devidamente identificados informando o conteúdo de cada caixa. Esse fato nos trouxe certo alívio, pois a riqueza do material e a história da FC em Hortolândia continuam sendo cuidados.

campo da formação continuada, aproveitam-se das orientações previstas pela Reforma, e realizam parcerias com o setor privado e com as instituições sociais como as Organizações Não Governamentais – as ONGs.

Essas são as circunstâncias pelas quais os conceitos empresariais, tais como performatividade, qualidade total, gestão de resultados são inseridos como linguagem corrente nas políticas e projetos educacionais. Os instrumentos de monitoramento e avaliação da educação pública definem os recursos financeiros para a educação básica através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, o que também, permitiu uma maior centralização do controle dos resultados pelo governo federal.

Os impactos desse processo na Formação Continuada de Professores acabaram por permitir ampla discussão na literatura sobre a concepção de formação continuada que deve orientar o trabalho com os/as professores/as de modo a garantir que os/as mesmos/as sejam capazes de um trabalho bem sucedido em termos da aprendizagem dos/as alunos/as. Nesse sentido, dois conceitos importantes, o de escolarização e o de profissionalização, orientam os modelos de formação continuada e se colocam como fatores determinantes no processo, uma vez que são portadores de distintas visões da profissão docente como também dos/as professores/as enquanto sujeitos da educação.

A formação continuada orientada pela escolarização está pautada no ensino transmissivo e no acúmulo de conhecimentos e os/as docentes são concebidos/as como meros transmissores/as, abstraídos/as que são, nessa concepção, da capacidade de pensar sobre o ato de ensinar. As metodologias utilizadas, nesse caso, voltam-se para o trabalho individualizado e objetivam basicamente mudar o "modo de fazer" dos/as professores/as, com ênfase na prática em detrimento da teoria que embasa essa mesma prática. Uma formação que não exige ações com longo tempo de duração e que podem ocorrer, inclusive, nos Centros de Formação.

A formação continuada que orienta para a profissionalização concebe os/as professores/as como sujeitos de saberes e propõe um trabalho mais aprofundado por entender como necessário os processos de reelaboração do conhecimento e, como consequência, transformações nos atos de pensar sobre o ensinar, provocando mudanças conscientes na prática pedagógica. Nesse sentido, as metodologias mais adequadas

consideram a reflexão sobre a própria ação e o trabalho colaborativo como partes integrantes desse processo e como capazes de provocarem inovações institucionais. Por esse motivo a literatura tem sido unânime na indicação de uma formação centrada na escola e nas necessidades apontadas pelos/as professores.

Um dos elementos debatidos na literatura e definidor da concepção de formação continuada transformadora tanto dos sujeitos como de suas práticas, é justamente o *lócus* da formação. Onde a formação continuada deve ocorrer: nas escolas ou nos centros? É nesse debate que se inserem as lógicas que vão orientar a formação num ou noutro espaço.

O campo dessa pesquisa são os Centros de Formação. Os resultados dessa pesquisa são oriundos, principalmente, do diálogo que realizamos com os documentos que informam as ações de formação continuada ocorridas no período analisado.

Ainda que com históricos muito diferentes, os Centros de Formação Continuada tanto de Campinas quanto de Hortolândia guardam semelhanças. Uma delas está relacionada às demandas que orientam os programas, sendo que os dois Centros organizam os programas considerando as sugestões dos professores, dos gestores, dos coordenadores pedagógicos, das assessorias. Não observamos em nenhum dos dois Centros de Formação prioridade às necessidades colocadas pelos professores, fato que comprova que as reais motivações da FC nos Centros de Formação encontram-se na possibilidade de ser o CF um espaço para implementação das políticas dos governos Federal e Estadual.

Em Hortolândia o setor privado também cria a demanda a partir da oferta de temas de seu interesse, como é o caso da parceria com a AutoBan, fato que facilita a inserção da ideologia desse setor na educação pública. Campinas também tem uma parceria com o setor privado, no entanto essa parceria se estabelece com empresas educacionais voltadas para o ensino de línguas estrangeiras, fato que demonstra uma preocupação da SMEC em oferecer, aos professores/as, a possibilidade de ampliar o conhecimento das línguas e culturas de outros países.

Os dois Centros também priorizam, nas ações de formação, os temas que tratam do Currículo em detrimento dos temas que levam a uma reflexão maior sobre a formação profissional, a gestão e a convivência escolar, deixando, a nosso ver, uma lacuna na formação, porque as atividades centradas nessas temáticas poderiam conscientizar e orientar os/as professores/as no trabalho com os/as alunos, transformando a escola em um

espaço para a construção e o exercício dos saberes que alimentam relações mais saudáveis, menos violentas e individualizadas.

Também, identificamos que os dois Centros são parceiros dos governos Federal e Estadual e favorecem a implementação dos programas oficiais em seus municípios, principalmente programas do governo federal, voltados para a obtenção de bons resultados no IDEB. No entanto, a maior demanda verificada no conjunto dos anos vem da própria Secretaria de Educação desses municípios. Os Centros de Formação aparecem como um espaço adequado para a realização dessas parcerias, uma vez que reúnem profissionais de todas as escolas. Entretanto, consideramos que os Centros poderiam ser utilizados, também, para estimular e incentivar os/as docentes a uma participação mais autônoma, planejada por eles mesmos.

Em ambos os Centros, verificamos que as horas, decorrentes da participação nas ações de formação e acumuladas pelos docentes são utilizadas com propósitos de progressão na carreira e/ou benefícios adicionais, como prioridade na escolha de escolas. Nesse sentido, nossa hipótese inicial se confirma: os Centros de Formação atuam como espaços que submetem e controlam os/as professores/as, uma vez que conjugam formação continuada com certificação. Consideramos essa medida impositiva e cerceadora da liberdade de escolha. O Centro de Formação de Campinas, inclusive, remunera a participação em algumas modalidades de formação realizadas em seu espaço, remuneração esta que corresponde apenas às horas destinadas ao trabalho ou ao projeto da formação, não sendo incorporadas aos salários. No nosso entendimento, a lógica que alimenta essa decisão dá pouca credibilidade à própria formação que propõe e à capacidade dos/as docentes de agregarem o saber adquirido ao seu conhecimento profissional.

O formato das ações nesses dois Centros é basicamente presencial. São poucas as ações realizadas à distância e, algumas delas em Campinas são semipresenciais. Consideramos esses dados como positivos, porque não é possível discutir educação com softwares de programas educativos e as salas de formação virtuais são limitadoras, não propiciam o debate aprofundado necessário à construção de saberes.

Uma das diferenças que verificamos entre os dois Centros concentra-se na opção que fazem pelas modalidades de formação. Em Hortolândia as modalidades são variadas: cursos, oficinas, seminários, mostras, jornadas pedagógicas. Em Campinas a formação está

organizada em cursos e grupos de estudos com propósitos diferenciados. Esses grupos de estudos e de trabalhos são importantes porque nascem da iniciativa dos/as próprios/as professores/as motivados pelas suas necessidades. Mesmo que esses grupos estejam atualmente regulamentados, por resoluções, eles oferecem a possibilidade do encontro e o diálogo de professores de diferentes escolas.

Outro aspecto identificado por essa pesquisa é que as duas cidades têm mais de um endereço para a formação. Em Hortolândia a FC ocorre nas Escolas e no Centro e em Campinas ela acontece nas Escolas, no Centro e nos Naeds.

Salientamos que a preservação da memória histórica da FC nos dois municípios será importante no sentido de proporcionar dados para uma avaliação consistente sobre "o que" já foi realizado bem como para o planejamento de ações futuras condizentes com necessidades reais.

Diante do exposto, ainda que pese sobre os Centros de Formação o papel de articuladores entre os programas das instâncias federativas e as escolas, nossa visão é a de que eles atuam como espaços importantes exatamente porque favorecem aos/às professores/as um olhar sobre a própria formação além-muros da escola, propiciando interações entre diferentes realidades.

Portanto, entendemos que a FC deve ocorrer em todos os espaços onde grupos de professores possam, com liberdade, expressar suas angústias, necessidades num movimento de busca de respostas e ao mesmo tempo, disponibilizar suas experiências bem sucedidas aos seus pares. As posturas individualizadas e ou colaborativas podem ser expressas independente do *lócus* da formação. Todas as modalidades de formação podem servir para ajudar os professores na tarefa de ensinar e educar sejam elas de cunho teórico e/ou prático.

Para complementar essa nossa visão, trazemos um trecho da entrevista realizada com o Professor Rui Canário, em Lisboa

> O processo de vivência prática da profissão e o processo teórico sobre a profissão (...) é um vai e vem que deveria abarcar todos os dispositivos de formação. É digamos assim, o colorário lógico da ideia do professor como prático reflexivo da experiência da aprendizagem na ação e da valorização dos saberes de contextos diferentes. (...) Uma aprendizagem ganha uma nova dimensão quando se liberta da experiência prática que lhe deu origem e se transforma em algo possível de se reinvestir em outros contextos. Portanto, eu acho que minha intenção com a formação centrada

> na escola não pode ser entendida como o fechamento da escola sobre si própria. Isso é fundamental. (...) O ideal seria constituir redes de escolas. (Entrevista realizada dia 07/02/2015.)

É, portanto, do equilíbrio entre ações escolarizadas e ações da profissionalização que, provavelmente, emergirá um profissional consciente e seguro do seu fazer. É na junção dos vários dispositivos de formação que a Formação Continuada poderá se constituir de forma consistente e fundamental para o avanço da educação pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, F. L. Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal brasileira. **Desigualdade & Diversidade**. Revista de Ciências Sociais da PUC – Rio. Dossiê Especial, Rio de Janeiro, p. 119-142, segundo semestre de 2011.

AFONSO, A. J. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernidade revisitada. **Revista Brasileira de Educação,** Goiânia, v.18, n.53, p. 267-284, abr.-jun. 2013 (Anped).

AFONSO, A. J. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.33, n. 119, p.471-484, abr.-jun. 2012.

AFONSO, A. J. Protagonismos instáveis dos princípios de regulação e interfaces público/privado em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p.1137-1156, out.-dez. 2010.

AFONSO, A. J. Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.22, n. 75, p. 15-32, agosto 2001.

ALVES, R. P.; OLIVEIRA, W.I. D. Formação Continuada de Professores: uma análise das políticas descentralizadas na RMC. In: **36ª Reunião Nacional da Anped,** 2013, Goiânia.Pôster.

APPLE, M. W. Entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: educação e conservadorismo em um contexto global. In: BURBULES, N.; TORRES, C. A. (orgs.) e Colaboradores. **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004, p. 45-76.

ARAUJO, A. M. C. Globalização e Trabalho: uma resenha da literatura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Anpocs Bib., São Paulo, n. 52, p, 5-44, 2º semestre de 2001.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p.1137-1156, out.-dez. 2010.

BAIOCCHI, J. C. C. B. Formação do Coordenador Pedagógico na construção do Projeto Político-Pedagógico nas escolas da Rede Municipal de Hortolândia: desdobramentos de uma história. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2012.

BALL, S. J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L.A. (Orgs.) **Sociologia da educação**: análise internacional.

Trad. Cristina Monteiro; Ver. Luís Armando Gandin. Porto Alegre: Penso Editora, 2013, p. 177-189.

BALL, J. S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, J. S. e MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas Educacionais***:* questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21-53.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo, e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 1105-1126, set./dez. 2005.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y Estratégias para la Educación**. Washington, DC: World Bank, 1995.

BARROSO, J.; CANÁRIO, R. **Centros de Formação das Associações de escolas**: das expectativas às realidades. Temas da investigação 10. Instituto de Inovação Institucional – Ministério da Educação. Lisboa, 1999.

BERGER G. Evaluation et validation des acquis. In: LESPESSAILLES, C. et al. (Orgs.) **Les formations en alternance**. Paris: La Documentation Française, 1992, p. 331-342.

BRASIL. **Decreto 6.755 de janeiro/2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 25/08/2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.253 de 13 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm>. Acesso em: 24/11/2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em 24/03/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica de 2007**. Brasília: Inep, 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 20/08/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº- 10, de 24 de abril de 2007**. Institui a Avaliação de Alfabetização "Provinha Brasil", a ser estruturada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" - INEP, de acordo com as disposições estabelecidas nesta Portaria. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2007/provinha_brasil_portaria_normativa_n10_24_abril_2007.pdf>. Acesso em: 20/04/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16/10/2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: ≤http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf≥. Acesso em: 20/01/2015.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil.htm>. Acesso em: 16/10/2013.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 26/11/2013.

BRESSER-PEREIRA L. C. Democracia republicana e participativa. **Revista Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 71, p. 77-91, março/2005. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/wagnerromao/20080627-democracia-republicana-bresser>. Acesso em: 25/02/2014.

BURBULES, N.; TORRES, C. A. (Orgs.) e Colaboradores. **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

CALLEGARI, C. (Org.). **O Fundeb e o financiamento da educação pública no Estado de São Paulo**. São Paulo: Aquariana; IBSA: APEOESP, 2009.

CAMPINAS. **RESOLUÇÃO SME/FUMEC Nº 02/2011**, de 12 de fevereiro de 2011. Diário Oficial [da] Prefeitura Municipal de Campinas, Poder Executivo, Campinas, SP, 12 fev. 2011, n. 10.078, Ano XLI.

CAMPINAS. **RESOLUÇÃO SME Nº 12/2012**, de 10 de agosto de 2012. Diário Oficial [da] Prefeitura Municipal de Campinas, Poder Executivo, Campinas, SP, 10 ago. 2012, n. 10.443, Ano XLII, p. 12.

CAMPOS, R. F. Do professor reflexivo ao professor competente: os caminhos da reforma da formação de professores no Brasil. In: MORAES, M. C. et al.(Orgs.) **Formação de Professores**: perspectivas educacionais e curriculares. Portugal: Porto Editora, 2003, p. 83-103.

CANÁRIO, R. A experiência portuguesa dos centros de formação das associações de escolas. In: MARIN, A. J. (Org.) **Educação Continuada: reflexões, alternativas**. Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 63-88.

CANÁRIO, R. **Gestão da escola**: como elaborar o plano de formação. Lisboa/POR: Instituto de Inovação Educacional/Ministério da Educação, 1995. (Cadernos de organização e gestão escolar, 3).

CANÁRIO, R. Centros de formação das associações de escolas: que futuro? In: AMIGUINHO, A.; CANÁRIO, R. (Orgs). **Escolas e mudança**: o papel dos centros de formação. Lisboa: Educa, 1994, p. 13-58.

CANÁRIO, R.; PIRES, C. M. C.; HADJI, C. **Articulação entre as formações inicial e continuada de professores**. Simpósio 10 (s/d). Disponível em: <http://portal.mec.gov/seb/arquivos/pdf/vol1c.pdf>. Acesso em: 10/11/2014.

CANÁRIO, R. O papel da prática profissional na formação inicial e contínua de professores. In: CANÁRIO, R.; PIRES, C. M. C.; HADJI, C. **Articulação entre as formações inicial e continuada de professores**. Simpósio 10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1c.pdf>. Acesso em: 10/11/2014.

CARNOY, M. **Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: UNESCO, 2012.

CASSAN, E.R. **A política da educação infantil no município de Campinas-SP**: um diálogo com as fontes documentais. 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2013.

COLLARES, C. A. L. et al. Educação continuada: a política da descontinuidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XX, n. 68, p. 202-219, dezembro/1999.

CONFERÊNCIA DE JOMTIEN, 1990, Tailândia. **Declaração Mundial sobre a Educação para Todos.** Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 04/08/2014.

COSTA, J. A. Modelos organizacionais de escola e qualidade de ensino: o futuro em incursão especulativa. In: ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação**. Política Educacional**: gestão e qualidade do ensino. Brasília: Liber Livros, 2009, p.45-65.

DAGNINO, E. "¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?" In: MATO, D. (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p 95-110.

DAVIS, C. L. F. et al. Formação continuada de professores em alguns Estados e Municípios do Brasil. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v.41, n.144, set./dez. 2011a.

DAVIS, C. L. F. et al. **Formação Continuada de professores:** uma análise das modalidades e das práticas em Estados e Municípios brasileiros. Estudos e Pesquisas Educacionais. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011b.

DI GIORGI, C. **Uma outra escola é possível**: uma análise radical da inserção social e da democracia na escola do mundo globalizado. Campinas, SP: Mercado de Letras (ALB), 2004.Coleção Leituras do Brasil.

DRAIBE, S. M. A experiência brasileira recente de descentralização de programas Federais de apoio ao ensino fundamental. In: COSTA, V. L. C. (org.). **Descentralização da educação**: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: FUNDAP; Cortez, 1999, p. 68-98.

ESTRELA, M. T. A formação continuada entre a teoria e a prática. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Formação continuada e gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 43-64.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO UFMG. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. **Orientações para a Organização do Ciclo Inicial de Alfabetização**, v. 1 a 4. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais, 2004.

FARENZENA, N.; MARCHAND, P. S. Relações intergovernamentais na educação à luz do conceito de regulação. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, v. 43, n. 150, p. 788-811, set/dez. 2013.

FARIAS, M. N. O. **Travessia da prática docente**: paisagens que constituíram a formação e o trabalho numa escola de ensino fundamental. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2006.

FÁVERO, A.; TONIETO, C. **Educar o educador**: reflexões sobre a formação docente. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

FELDFEBER, M.; IMEN, P. A formação continuada dos docentes: os imperativos da profissionalização em contexto de reforma educativa. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Formação continuada e gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 165-185.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª Edição (14ª reimpressão). Editora Nova Fronteira, s/d/.

FERREIRA, F. I. **Formação Contínua e Unidade do Ensino Básico**: o papel dos Professores, das Escolas e dos Centros de Formação. Porto: Porto Editora, 1994.

FERREIRA, N. S. C. Formação continuada e gestão da educação no contexto da "cultura globalizada". In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Formação continuada e gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 17-42.

FIGUEIREDO, A. C. Princípios de justiça e a avaliação de políticas. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, Governo & Direitos, São Paulo, n. 39, 1997, p. 73-103.

FILUS, J. F. **Amarrações e arrumações na inclusão escolar do município de Hortolândia**. 2011. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2011.

FORMOSINHO, J; FERREIRA, I.; SILVA,V. **Avaliar, Refletir e Inovar**: Estudos de Avaliação Externa. Braga: CFAE – Braga/sul, 1999.

FREITAS, D. N. T. Avaliação e monitoramento do ensino fundamental no Brasil. In: JEFREY, D. C.; AGUILAR, L. E. (Orgs). **Balanço da política educacional brasileira (1999-2009)**: ações e programas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013a, p. 37-60.

FREITAS, D. N. T. Avaliação da Educação Básica no Brasil: características e pressupostos. In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: Origem e pressupostos. Fundação Carlos Chagas: Florianópolis: Editora Insular, 2013b, v. I, p. 70-83.

FREITAS, H. C. L. A construção do sistema nacional de formação e valorização e a formação do profissional da educação. In: PINO, I. R.; ZAN, D. D. P. (orgs.). **Plano Nacional da Educação (PNE)**: questões desafiadoras e embates emblemáticos. Brasília, DF: Inep, 2013, p. 229-249.

FREITAS, L. C. Responsabilização, meritocracia e privatização: como conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: PINO, I. R.; ZAN, D. D. P. (orgs.). **Plano Nacional da Educação (PNE)**: questões desafiadoras e embates emblemáticos. Brasília, DF: Inep, 2013, p. 47-84.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FRIEDMANN, J. R. P. Dois séculos de teoria do planejamento: uma visão geral. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (Orgs.). **Planejamento e orçamento governamental**: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006, v. 1, p. 69-111.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 69-90. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola, v. 11)

FULLAN, M. G. **The new meaning of educational change**. 4.ed. New York: Teachers College Press, 2007

FULLAN, M. & HARGREAVES, A. (Orgs.). **Teacher development and educational change**. London: Falmer Press, 1992, *apud* CANÁRIO, 1994.

GATTI, B. A. et al. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de Sá (Coords.). **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília, UNESCO: 2009.

GENTILINE, J. Marcos institucionais e gestão da educação básica no Brasil. In: JEFREY, D. C.; AGUILAR, L. E. (Orgs). **Balanço da política educacional brasileira (1999-2009)**: ações e programas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013, p.13-36.

GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. de A. (Orgs.). **Cartografias do trabalho docente**: professor (a) pesquisador(a). Campinas: Mercado das Letras, 1998. (coleção Leituras do Brasil)

GEWIRTZ, S.; BALL, S. J. Do modelo de gestão do "Bem-Estar Social" ao "novo gerencialismo": mudanças discursivas sobre gestão escolar e mercado educacional. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs). **Políticas Educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011, p. 193-221.

GODOY. H. L. (Org. e Coord.). **Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Um processo Contínuo de Reflexão e Ação.** Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico, 2012.

GPPE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação. **Projeto Banco de Dados – Descentralização e formação continuada de professores: novas articulações institucionais na RMC**. Coordenador Prof. Dr. Vicente Rodriguez. FE/Unicamp 2012 (Mimeo).

HADDAD, S. et al. **Banco Mundial, OMC e FME**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

HÖFLING, E. de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedes**,Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, novembro/2001.

HORTOLÂNDIA Almanaque. **Revista**. Hortolândia: lutas e lendas, v.III, 2007.

HORTOLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Hortolândia. Lei nº 1.263, de 19 de setembro de 2003. Dispõe sobre a incluso do projeto denominado "Construção do Centro de

Capacitação de Professores" no Plano Plurianual 2002/2005 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 e 2004 e dá outras providências.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (org.) **Vida de Professores**. 2.ed. Portugal: Porto Editora, 2007.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação Docente Profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época).

IMBERNÓN, F. **La formación del profesorado**. Buenos Aires: Ediciones Pidós Ibérica, S.A., 1994.

JOAQUIM, R.C. V. **A política de educação especial**: um estudo sobre sua implementação nas escolas municipais de Campinas no período de 1989 a 2004. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). Disponível em <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: julho de 2014.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Educação comparada**. Organização Ruy Lourenço Filho, Carlos Monarcha. 3. ed., Brasília: MEC/Inep, 2004. (Coleção Lourenço Filho 7).

LÜDKE, M. Aprendendo o caminho da pesquisa. In: FAZENDA, I. (Org.). **Novos Enfoques da Pesquisa Educacional**. 6. ed. São Paulo; Cortez, 2007, p. 35-50.

LÜDKE, M. et al. Repercussões e tendências internacionais sobre a formação de nossos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XX, n. 68, p. 278-298, dezembro/1999.

MARIN, A. J. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 36, p. 13-20, 1995.

MARTINS, E. M. **Políticas Públicas de Formação Continuada de professores na RMC**: parcerias entre o público e o privado. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, FE/ UNICAMP, Campinas, 2010.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: **IX Anped Sul**: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012, Universidade Caxias do Sul. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul>. Acesso em: julho/2014.

MONTEIRO, D. C.; GIOVANNI, L. M. Formação Continuada de professores: o desafio metodológico. In: MARIN, A. J. (Org.) **Educação Continuada: reflexões, alternativas.** Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 129-143.

MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? Coord. Benjamin Abdala Junior, Izabel Maria M. Alexandre. São Paulo: Editora SENAC, 2001. (Série Ponto Futuro; 6).

MORAIS, D. C. B. de. A formação de professores nos municípios na Região Metropolitana de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2007.

MORETO, J. A. **Formação continuada de professores**: dos (des) caminhos dos órgãos do colegiado às instâncias de gestão de políticas publicas. 2009. Tese (Doutorado) - . Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2009.

MORETO, J. A. **Formação profissional e profissionalização do professor**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, SP, 2008.

MORETO, J. A. **A educação continuada do diretor de escola**: Avaliação da política implementada pela secretaria municipal de Educação de campinas, no período de 1994 a 2000. 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2002.

MORROW, R. A.; TORRES, C. A. Estado, Globalização e Políticas Educacionais. In: BURBULES, N.; TORRES, C.s A. (Orgs.) e Colaboradores. **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

NÓVOA, A. (org.) **Vidas de professores**. 2.ed. Portugal: Porto Editora, 2007.

NÓVOA, A. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: EDUCA - Instituto de Educação universidade de Lisboa, 2009.

OLIVEIRA, W. I. O. **A ação pública e a formação continuada de professores**: um estudo de caso no Brasil e na Argentina. 2013. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação - UNICAMP, Campinas, 2013.

PAIVA, V. Educação e bem-estar social. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, n. 39, p. 161-200, agosto 1991.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 373-418.

PASCHOAL, A. Hortolândia sempre. São Paulo: Edilivros, 2012.

PETERS, M. et al. Gerencialismo e política educacional em um contexto global: Foucault, Neoliberalismo e a Doutrina da auto-administração. In: BURBULES, N.; TORRES, C. A. (orgs.) e Colaboradores. **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004, p. 77-90.

PRADO, G.V.T. et al. Processos de (Auto) Formação Docente no cotidiano da escola: horizontes de possibilidades. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 11, p. 53-67, 2011.
REVISTA **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v.34, n.2, mai-ago 2009.

RODRIGUEZ, V; VIEIRA, M. Descentralização e formação continuada de professores na RMC. **Pro-Posições**, Campinas, v.23, n.2(68), p.67-90, maio/ago. 2012.

RODRIGUEZ, V. Financiamento da educação e políticas públicas*:* o Fundef e a política de descentralização. Políticas Públicas e Educação. **Caderno Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 42-57, novembro 2001.

ROSSI, V. L. S. Desafio da escola pública: Tomar em suas mãos seu próprio destino. Políticas Públicas e Educação, **Caderno Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 92-107, novembro/2001.

SÁ, H. A. et al. Coordenação pedagógica e o processo de ensino aprendizagem: as evidências de um exercício acadêmico. In: Congresso de Ciências Humanas, Letras e Arte, 2001, Ouro Preto. **Anais**... Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1601.htm>.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos**: a dialética entre perguntas e respostas. Chapecó: Argos, 2013.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v. 11)

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política.** Porto: Edições Afrontamento, 2006, apud Prado et al., 2011.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B.S. (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campus Ltda., 1979.

SANTOS FILHO, J. C. Pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, J. C.; SÁNCHEZ GAMBOA, S. (Orgs.). **Pesquisa**

Educacional: qualidade-quantidade. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 46.)

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico - crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2008, p. 223-274.

SAVIANI, D. História Comparada da Educação: algumas aproximações. **História da Educação.** Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, n. 10, p. 05-16, out.2001.

SERVA, M; SANTOS, L. S. A tensão entre a racionalidade substantiva e a racionalidade instrumental na gestão pública: novos caminhos de um campo de estudo. In: **XXXVIII Encontro da ANPAD, 2013,** Rio de Janeiro.

SILVA, D. P.; RODRIGUEZ, V. A Política Educacional Brasileira no Contexto do Gerencialismo Contemporâneo. In**:** Seminário Sobre "A Produção do Conhecimento em Educação" - Política educacional do século XXI: paradoxos, limites e possibilidades, 2013, São Paulo. **Anais....** São Paulo: PUC/SP, 2013, p. 125-132.

SILVA, J. N. A formação contínua de professores; contradições de um modelo. In: MORAES, M. C.; PACHECO, J. A.; EVANGELISTA, M. O. (Orgs.) **Formação de professores**: perspectivas educacionais e curriculares. Porto: Porto Editora, 2003, p. 105-125.

SILVA, S. R. **Estado, educação e equidade no Brasil**: a formação gerenciada da cidadania. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. (Série educação geral, educação superior e formação continuada do educador).

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica?: as estratégias do banco mundial. Trad. Mônica Corullón. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O banco mundial e as políticas educacionais**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 125-193.

TRAGTENBERG, M. A escola como organização complexa. In: GARCIA, W. Educação Brasileira Contemporânea. São Paulo: McGraw-Hil, 1978. P. 15-30.

VASQUEZ, D. A. Modelos de classificação do Welfare State: as tipologias de Titmuss e Esping-Andersen. **Revista Pensamento e Realidade**, n. 21, Ano X//2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8307>. Acesso em: 12/03/2014.

VIEIRA, S. L. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógico,** Brasília, v. 88, n. 219, p.291-309, maio/ago, 2007.

XIMENEZ, S. B. Responsabilidade educacional: concepções diferentes e riscos iminentes ao direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

ANEXO I

CENTRO DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO "PAULO FREIRE" - HORTOLÂNDIA 2000 a 2012: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO	PROGRAMAS	PROPONENTES	OBJETIVOS	N º DE PARTICIPANTES
2000 OTP[187]	ENCONTRO REGIONAL ENSINO FUNDAMENTAL - Região Sudeste, Pólo Hortolândia - PCN em AÇÃO.	ESFERAS MUNICIPAL/REGIONAL FEDERAL	Capacitar os professores, para que possam trabalhar com os conteúdos dos PCN em Ação, através de suas práticas pedagógicas.	42 escolas atendidas 577 - professores envolvidos 20.384 alunos atingidos Localização das escolas: urbana central = 06; urbana periférica= 31; rurais = 05 + equipe técnica envolvida.Não consta carga horária
2000	Implantação do PCN em AÇÃO 2000/2001[188]	ESFERAS MUNICPAL/FEDERAL	-	30h
2000	PROERD[189] - Programa de Erradicação de Drogas	ESFERAS MUNICIPAL/FEDERAL	-	30h
2001	OFICINAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS XADREZ	ESFERAS MUNICIPAL/PRIVADO[190]	Alunos deveriam ampliar capacidade intelectual e de concentração, através do aprendizado do xadrez.	24 coordenadores pedagógicos e 21 professores (abrangência 1655 crianças do EF inicial e 1407 do EF final) 30h

[187] Oficina Técnico - Pedagógicas - OTP

[188] Coordenadoras do Fundamental "foram capacitadas por consultoras do MEC e deveriam continuar com a formação dos professores no decorrer do ano letivo". Doc. 01

[189] *PROERD* - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - é um programa de educação preventiva ao uso de drogas. Disponível em www.**proerd**brasil.com.br/ Acessado em outubro de 2013.

[190] Parceria com a Federação Paulista de Xadrez

2001	PROJETO CIDADANIA	ESFERA MUNICIPAL (Temas transversais - OTP)	Oferecer subsídios teóricos para os coordenadores e vice-diretores desenvolverem suas atividades de formação com os professores	Coordenadores e vice-diretores 30h
2001	PROFA - programa de formação de professores alfabetizadores - módulo II	ESFERA MUNICIPAL//FEDERAL	Capacitar professores para a alfabetização	Professores alfabetizadores 30h
2002	OFICINAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS XADREZ	ESFERA MUNICIPAL/PRIVADO	Alunos deveriam ampliar capacidade intelectual, de diversificação e criação de estratégias e de concentração, através do aprendizado do xadrez. Necessidade de manter a cç > tempo na escola	18 professores 30h
2002	PROJETO TRÂNSITO PARA 1ª E 2ª SÉRIES	ESFERA MUNICIPAL/PRIVADO AutoBan proponente e responsável, através de dois profissionais, pela capacitação dos professores do município.	Educar as crianças para o transito, através do binômio VIDA X VEICULO.	160 professores e 13 coordenadores 30h
2002	PROJETO BRINQUEDOTECA CURSO: O JOGO E O PAPEL DO EDUCADOR[191]	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Visar maior qualidade de ensino através da integração comunidade conhecimento de um modo geral, de modo que o educando permaneça o maior tempo possível no ambiente escolar.	20 participantes 15 escolas e 2.595 alunos 30h
2002	PROJETO TEATRO	ESFERA MUNICIPAL/PRIVADO (parceria com SESI de Campinas)	Orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. No objetivo Geral deste projeto encontra-se "Visar maior qualidade de ensino através da integração comunidade conhecimento de um modo geral, de modo que o educando permaneça o maior tempo possível no ambiente escolar."	15 participantes Obs.: material apresenta registros sobre divisão dos professores da capacitação em turnos manhã e tarde para o trabalho como multiplicadores. 30h

[191] Primeiro registro de certificação de professores,

2002	PROJETO HORA DA LEITURA	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Desenvolver hábito de leitura – aprender a ler praticando.	30h
2002	PROJETO CIDADANIA	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Oferecer subsídios teóricos para os coordenadores e vice-diretores desenvolverem suas atividades	30h
2002	PROJETO ADOLESCER	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Oferecer informações adequadas sobre sexualidade para instrumentalizar alunos a tomarem decisões conscientes e responsáveis.	Nº Professores multiplicadores = 09 30h
2002	PROJETO VIDA - A Natureza é a melhor escola Projeto Vida/Educação Ambiental	ESFERA MUNICIPAL	Enriquecer currículo dos alunos com possibilidades de construir conceitos referentes à consciência de conservação e preservação da natureza	Participação: 27 professores multiplicadores. 32h
2002	REDE AÇÃO – Projeto Jornal na Escola	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Estimulo à leitura e a escrita.	30h
2002	PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores	ESFERA MUNICIPAL/ FEDERAL	Capacitar os alfabetizadores para a erradicação do fracasso escolar, principalmente na aprendizagem da leitura e da escrita	30h
2003	PROJETO ADOLESCER	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Transmitir informações sobre adolescência e sexualidade para alunos e famílias.	4 professores multiplicadores e 77 professores participantes. 30h
2003	PROJETO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	SECEL – Departamento pedagógico - OTP ESFERA MUNICIPAL	Evitar o desperdício de alimentos e favorecer o desenvolvimento alimentar e nutricional.	3 coordenadores do projeto, abrangência: 18.581 alunos do EF e EI + alunos da rede estadual - 30h
2003	PROJETO BRINQUEDOTECA	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Instrumentalizar os professores para o trabalho em sala de aula, inserindo o lúdico no desenvolvimento cognitivo da criança.	16 escolas (não consta número de participantes) 30h
2003	PROJETO CIDADANIA	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Compreender e trabalhar cidadania como processo de construção de valores referentes à participação diante do coletivo, dentro do ambiente escolar.	Todos os professores da rede 30h
2003	PROJETO COMUNICAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Criar informativo para informar professores sobre experiências na rede. Capacitar professores para uso da comunicação como	30h

			recurso pedagógico.	
2003	Projeto Educação Ambiental Reciclagem do Lixo: O PAPEL DO LIXO: RECICLE	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Sensibilizar sobre problemas ambientais, produção de lixo, redução da produção e reutilização.	Todos os professores da rede, vice-diretores, diretoras, comunidade e parcerias 30h
2003	PROJETO EDUCANDO PARA O TRÂNSITO	ESFERA MUNICIPAL/PRIVADO (AutoBan, Editora Kalimera)	Educar cças para o trânsito, através da questão transito e do binômio VIDA X VEICULO.	180 professores e coordenadores 30h
2003	PROJETO EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO FUNDAMENTAL	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Reconhecimento da importância da Educação Física para os alunos em idade escolar. Em atendimento às propostas dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais	Professores de educação física da rede e demais professores 30h
2003	PROJETO HORA DA LEITURA	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Incentivar hábito de leitura, reflexão a partir do texto lido, leitura como uma frente de informação e conhecimento	Oficina de capacitação para os responsáveis pela organização da biblioteca das EMEF. 30h
2003	PROJETO INCLUSÃO	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Sensibilizar e conscientizar a rede para essa nova realidade de educação onde todos devem fazer parte, através da formação continuada em cursos e palestras específicas, para a construção de uma escola inclusiva.	28 coordenadores das Emei e Emef 32 diretores[192]. 30h
2003	PROJETO TEATRO	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, e no objetivo Geral este projeto encontra-se " Visar maior qualidade de ensino através da integração comunidade conhecimento de um modo geral, de modo que o educando permaneça o maior tempo possível no ambiente escolar."	Coordenador mais dois professores multiplicadores fazem a formação de 8 professoras multiplicadoras exclusivas. Abrangência: 16 EMEFs = 2.321 alunos 30h

[192] Esta equipe teve como responsabilidade mapear os tipos de deficiências nas matrículas e a elaboração de um cronograma de cursos a serem ministrados no decorrer do ano.

2003	PROJETO VIDA - A NATUREZA É A MELHOR ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Enriquecer currículo dos alunos com possibilidades de construir conceitos referentes à consciência de conservação e preservação, por meio da mudança de hábitos, atitudes e experiências.	Todas as Vice-diretoras das Emefs que tiveram como tarefa a formação do coordenador pedagógico e estes, a formação dos professores. 30h
2003	PROJETO XADREZ	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Desenvolvimento da capacidade intelectual e de concentração, através do aprendizado do xadrez. Permanência da criança um maior tempo na escola	7 professores multiplicadores, mais coordenador do projeto 30h
2003	OFICINA DE MATERIAIS[193]	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Auxiliar professores e coordenadores da OTP e demais especialistas da Rede Municipal de Ensino na orientação e confecção de materiais pedagógicos que venham a facilitar o processo ensino-aprendizagem de maneira lúdica e contextualizada	Todos os professores da rede 30h
2003	OFICINA PEDAGÓGICA[194]	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Elaboração de uma proposta pedagógica real, contextualizada com a necessidade do município, [...] garantindo uma boa qualidade de ensino.[195] Justificativa: grande crescimento da Rede Municipal em todos os níveis, percebeu-se a necessidade de uma atuação pedagógica mais direcionada que dê suporte aos profissionais a fim de garantir a qualidade máxima do ensino.	Coordenadores: 28 Diretores: 32 Rede particular: 40 profissionais 30h
2003	PROJETO VIDA	ESFERA MUNICIPAL	Enriquecer currículo dos alunos com possibilidades de construir conceitos referentes à consciência de conservação e preservação da natureza.	Responsável = vice-diretoras das EMEFs e diretoras das EMEIS 30h
2003	PROFA – PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE	ESFERAS MUNICIPAL/ FEDERAL	Capacitar os professores das séries iniciais, objetivando erradicar o fracasso escolar,	30h

[193] Primeira vez que apresenta o termo OFICINA. Esta oficina teve a participação de professores da rede particular, também.
[194] Várias atividades e estudos foram realizados nas oficinas pedagógicas. Lista dos cursos no Diário de campo, data 12/09/2013.
[195] Verifica-se nos objetivos específicos, preocupação em "contextualizar a teoria da proposta com a prática em sala de aula, do professor".

	PROFESSORES ALFABETIZADORES		principalmente na aprendizagem da leitura e da escrita.	
2003	PCN DE ALFABETIZAÇÃO	ESFERAS MUNICIPAL/ FEDERAL	-	30h
2004	PROGRAMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL - VIII SEMANA DA ÁGUA – Tema: Hortolândia: sua história no curso da água	ESFERA MUNICIPAL/ ONG Consórcio PCJ[196]	Educar para a Gestão dos Recursos Hídricos	900 professores 30h
2004	PROJETO "VALORES E ATITUDES"[197]	ESFERA MUNICIPAL	Discutir sobre as condutas violentas no ambiente escolar e refletir sobre a possibilidade de atitudes pacificadoras, relações harmoniosas.	30h
2004	PROJETO ESTRADA PARA CIDADANIA BINÔMIO VIDA/VEÍCULO	ESFERA MUNICIPAL/PRIVADO (Autoban)	Preparar e educar o motorista para o futuro, transformando os códigos transmitidos em significados.	162 professores 30h
2004	ORIENTAÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO DO CICLO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO[198]	ESFERA MUNICIPAL/ESTADUAL DE MINAS GERAIS	Capacitar os professores das séries iniciais, objetivando erradicar o fracasso escolar, principalmente na aprendizagem da leitura e da escrita.	30h
2004	INOVAÇÃO E SUCESSO NA ESCOLA – O PAPEL DOS GESTORES	ESFERA MUNICIPAL/PRIVADO (GAL - consultoria)	Formação para gestores	Todos os diretores das escolas - todos 3 blocos de 30 horas = 90h
2005	AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA: ALFABETIZAÇÃO NO CICLO INICIAL – CADERNO 5	ESFERA MUNICIPAL/ESTADUAL (Centro de Alfabetização Leitura e Escrita - Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais)	Orientar e analisar as bases conceituais da avaliação processual e continuada, sugerir instrumentos para diagnostico e acompanhamento.	30h

[196] O Consórcio PCJ, que é uma ONG formada por empresas e prefeituras. Disponível em: Comitespcj.org.br, agenciapcj.org.br, agua.org.br - Consórcio.
[197] Proponente: Carla Magalhães de Souza (professora da rede municipal).
[198] Ciclo Inicial de Alfabetização /Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Belo Horizonte Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais, 2004. (Vol. 1,2,3,4)

2005	BRINQUEDOTECA	ESFERA MUNICIPAL (OTP)	Visar maior qualidade de ensino através da integração comunidade conhecimento de um modo geral, de modo que o educando permaneça o maior tempo possível no ambiente escolar.	30h
2005	SALA DE LEITURA	ESFERA MUNICIPAL	Desenvolver hábito de leitura – aprender a ler praticando.	30h
2005	XADREZ	ESFERA MUNICIPAL	Desenvolvimento da capacidade intelectual e de concentração, através do aprendizado do xadrez. Permanência da criança um maior tempo na escola	30h
2005	TEATRO	ESFERA MUNICIPAL	Visar maior qualidade de ensino através da integração comunidade e conhecimento de um modo geral, de modo que o educando permaneça o maior tempo possível no ambiente escolar.”	30h
2005	SEMINÁRIOS DO PROGRAMA “VALORES E ATITUDES” EM BUSCA DE UMA “CULTURA DE PAZ”	ESFERA MUNICIPAL	Discutir sobre as condutas violentas no ambiente escolar e refletir sobre a possibilidade de atitudes pacificadoras, relações harmoniosas.	As diretoras foram preparadas para realizar trabalho com todas as professoras nas unidades escolares. 30h
2005	GRUPO GESTOR DE CORPO EM MOVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA	ESFERA MUNICIPAL, parceria com FCM/FEF - Unicamp	Trabalhar temas relacionados à Saúde e qualidade de vida: conceitos e aplicações para a boa alimentação e o controle do peso corporal	Todos os professores 30h
2005	PROJETO KIDSMART[199]	ESFERA MUNICIPAL	Zelar pela qualidade do ensino e visar sempre reduzir as diferenças quanto ao acesso à tecnologia.	Curso realizado nas escolas com Pré - escolar e ensino fundamental 30h

[199] Este projeto foi implementado em 2003, com a participação de 2.900 alunos da EI; em 2004, com a participação de 3.200 alunos. Em 2005 inicia-se o trabalho com professoras multiplicadoras que atuarão diretamente nas escolas, fazendo a formação e orientação dos/das professores/as.

2005	PROJETO INFORMÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Ensinar o professor o uso do computador; incentivar na elaboração de aulas; utilizar o computador como ferramenta pedagógica e em projetos interdisciplinares.	84 participantes 30h
2005	PROJETO Educação Ambiental "É dever é legal" - Oficina brinquedos com sucata	ESFERA MUNICIPAL	-	30h
2005	PROFA	ESFERAS MUNICIPAL /FEDERAL	-	290 professores + 4 formadores 30h
2005	TEORIA PEDAGÓGICA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM MATEMÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Formação continuada para professores do ensino fundamental e coordenadores pedagógicos da rede.	Professores do ensino fundamental e coordenadores pedagógicos 60 horas
2005	SINAIS DA LIBRAS E CULTURA SURDA	ESFERA MUNICIPAL	-	Coordenadores pedagógicos e professores com alunos surdos 30h
2006	JORNADA PEDAGÓGICA 2006[200]	ESFERA MUNICIPAL	-	Todos os professores 30h
2006	QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE	ESFERA MUNICIPAL (parceria Unicamp)	Objetiva trabalhar conceitos e aplicações para a boa alimentação e o controle do peso corporal	Todos os professores, cantineiras e nutricionistas 30h

[200] Ao todo foram ofertados 44 atividades sendo 08 palestras e 36 oficinas. Cita-se alguns temas das Oficinas: Desperdício de tempo: quais as consequências para a sua escola?; Por que brincar?; O – Onde estão as sexualidades?; Shantala toque e troque com os pequenos; Leitura e produção de textos: gênero discursivo na sala de aula; Aproveitando e criando com pet; Consciência fonológica: a atuação do educador; O folclore interdisciplinar; Aprendizagem matemática através dos jogos facilitadores; Prevenção na adolescência; Paulo Freire na educação brasileira; Educação e qualidade de vida: corpo para comunicar; Arte e educação; Projeto teatro: a arte de viver.
Cita-se alguns temas das palestras: Conhecendo o FUNDEB; Ser Humano de corpo e alma; Aprendizagem de conceitos no ambiente de robótica pedagógica; A importância do ambiente escolar para o desenvolvimento; Alfabetização na Pré-Escola – sim ou não?; Noções de saúde ambiental.

2006	PROGRAMA VALORES E ATITUDES	ESFERA MUNICIPAL	Resgate de valores e atitudes, que infelizmente nossa sociedade não tem como prioridade, devido a diversos fatores, principalmente a realidade, muitas vezes injusta que nossas crianças convivem.	217 professores 30h
2006	PROJETO XADREZ	ESFERA MUNICIPAL	-	30h
2006	CAMPANHA MEIO AMBIENTE E A ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	-	30h
2006	FORMAÇÃO PARA GRUPO DE APOIO	ESFERA MUNICIPAL	Apoio na alfabetização dos alunos da 1ª série (prioridade) e os outros só irão para Grupo de Apoio em caso de necessidade de diminuir a defasagem idade/série, entre alunos de 9 e 10 anos	Participação voluntária 30h
2006	PROFA - módulos I e II	ESFERAS MUNICIPAL / FEDERAL	Capacitar os professores das séries iniciais, objetivando erradicar o fracasso escolar, principalmente na aprendizagem da leitura e da escrita.	Professores das series iniciais 30h
2006	GRUPO DE APOIO	ESFERA MUNICIPAL	Oferecer apoio pedagógico aos alunos em situação de dificuldade de aprendizagem, no próprio ambiente escolar do aluno, em outro horário	A formação foi dirigida a professores do Grupo de Apoio. 30h
2006	A PRÁTICA DA LEITURA E ESCRITA NA FORMAÇÃO DOCENTE[201]	ESFERA MUNICIPAL	-	30h
2006	PROJETO INFORMÁTICA – CURSO LINUX	ESFERA MUNICIPAL Parceria com o NIED[202]/Unicamp	Ensinar ao professor o uso do computador, na elaboração das aulas, como instrumento pedagógico, conscientizar e sensibilizar sobre o laboratório como extensão de uma sala de aula	7 turmas de professores 30h
2006	PROGRAMA PEQUENAS AÇÕES MUDAM O MUNDO	ESFERA MUNICIPAL	Propor ações que visam a mudança comportamental cotidiano do ser humano e sua	404 participantes 30h

[201] Material destinado a professores de Português da 5ª à 8ª.
[202] Núcleo de Informática Aplicada à Educação

	(oriundo do Projeto Educação ambiental "É dever é legal"		relação com o meio ambiente, resgatar valores e sensibilizar para a necessidade de defesa do meio ambiente.	
2006	Curso de " GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO"	ESFERA MUNICIPAL/ PRIVADO (parceria com Fundação Getúlio Vargas)	-	Todos os gestores escolares, coordenadores pedagógicos de todas as escolas e coordenadores do CFPE "PF" 30h
2006	OFICINA DE MATERIAL DOURADO	ESFERA MUNICIPAL	Aprender a utilizar o Material Dourado e Ábaco	Todos os professores do ensino fundamental da rede. Em HTPC[203]. 04h
2007	TEORIA PEDAGÓGICA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM MATEMÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Capacitar os professores no sentido de discutir os fundamentos da matemática; vivência, elaboração e discussão de atividades de ensino de matemática; refletir, vivenciando o jogo como instrumento didático.	Professores do Ensino Fundamental 30h
2007	A questão racial/ética e a formação permanente em Hortolândia: O PENSAR SOCIAL BRASILEIRO E A QUESTÃO RACIAL E A EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL com a ONG"Casa da Dinda"[204]	Discutir distorções educacionais e papel dos educadores no combate ao racismo	32h
2007	ELABORAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS – O que deve conter um plano de gestão?	ESFERA MUNICIPAL E UDEMO[205]	-	30h
2007	PROGRAMA PEQUENAS AÇÕES MUDAM O MUNDO	ESFERA MUNICIPAL	Propor ações que visam a mudança comportamental cotidiano do ser humano e sua	30h

[203] Realizado e coordenado por uma coordenadora do Centro de Formação, nas escolas, no horário destinado à HTPC - Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo

[204] Para saber mais: http://www.ibp-casadadinda.org.br/Ong/Historico.html, acessado em 28/02/2014.

[205] Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo Considerado dentro da esfera estadual, pois trabalha com temas que afinam com as propostas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, como Projetos Pedagógicos, Gestão e Ciclos .

	(oriundo do Projeto Educação Ambiental "É dever é legal"		relação com o meio ambiente, resgatar valores e sensibilizar para a necessidade de defesa do meio ambiente.	
2007	Curso de História e Geografia[206]	ESFERA MUNICIPAL	Sanar dificuldades dos professores em relação ao ensino de história e geografia	30h
2007	A Prática da Escrita e da Leitura na Formação Docente	ESFERA MUNICIPAL	Atender as exigências e necessidades do trabalho do professor em relação à Alfabetização, Texto na perspectiva do Letramento	Professores do Ensino fundamental, EJA e CIER – - Centro Integrado de Educação e Reabilitação, diretores, vice-diretores e Coordenadores Carga horária = 120horas
2007	PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO – Instrumento de Campo. Brasília /DF/Abril de 2007[207]	ESFERAS MUNICIPAL/ ESFERA FEDERAL	Fazer uma análise compartilhada da situação educacional na rede municipal	Teve uma reunião de trabalho com todos os gestores para dialogar sobre o Plano e assinar compromisso conjunto com a SME 30h
2007	Curso TEORIA PEDAGÓGICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM MATEMÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Discutir os fundamentos do processo de ensino e aprendizagem de conteúdos matemáticos referentes às séries iniciais do Ens. Fund. Proporcionar a vivência, elaboração e discussão de atividades de ensino	30h
2007	MUSICALIZAÇÃO INFANTIL E JOGOS DRAMÁTICOS	ESFERA MUNICIPAL	-	09h
2007	Programa de Formação de Professores Alfabetizadores PROFA - MÓDULO III	ESFERAS MUNICIPAL/ FEDERAL	-	30h

[206] Curso organizado a partir de demandas colocadas pelos professores, em questionário enviado pelo Centro, solicitando dificuldades e propostas de temas.

[207] Ação direta do MEC em consonância com o movimento iniciado por um grupo de lideranças da sociedade civil, em sintonia com órgãos como o MEC, o Conselho Nacional de Secretarias de Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)

2008	EJA – Programa "Janelas do Saber"[208]	ESFERA MUNICIPAL	Capacitar os professores que trabalham com jovens e adultos, EJA I e EJA II	20 professores 30h
2008	PROGRAMA VALORES E ATITUDES	ESFERA MUNICIPAL	Resgate de valores e atitudes, que infelizmente nossa sociedade não tem como prioridade, devido a diversos fatores, principalmente a realidade, muitas vezes injusta que nossas crianças convivem.	30h
2008	CEJA/2008 - Projetos que serão trabalhados pelo segmento de Educação de Jovens e Adultos	ESFERA MUNICIPAL	-	Professores do EJA I e II e coordenadores EJA 30h
2008	PLANO DE FORMAÇÃO PARA O COORDENADOR PEDAGÓGICO[209]	ESFERA MUNICIPAL	Favorecer as vias de acesso ao professor para desenvolver seus projetos pedagógicos, visando a formação de um cidadão ativo, possuidor de uma mentalidade científica, lógica e criativa, co-responsável pela construção do seu conhecimento.	Todos coordenadores pedagógicos 30h
2008	CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA	ESFERA MUNICIPAL	Formar professores para lidar com os problemas decorrentes da dificuldade de aquisição do código alfabético.	30h
2008	PRÓ-LETRAMENTO	ESFERAS MUNICIPAL/ FEDERAL	Ampliar a qualidade de aprendizagem de leitura, escrita e matemática.	Professores em exercício no Ensino Fundamental – por adesão 120h (1º e 2º semestres)
2008	JORNADA PEDAGÓGICA	ESFERA MUNICIPAL	-	Até 60 horas para o professor que participou de todas as oficinas
2009	Sugestões para PRÉ-CONFERÊNCIA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	ESFERA MUNICIPAL	Esse material foi elaborado a partir de ampla discussão entre os profissionais da EJA, culminando com sugestões para a Conferência Municipal de Educação. 30h	

[208] Hortolândia tem um Centro de Educação de Jovens e Adultos.

[209] "A ação do coordenador, tal como a do professor, traz subjacente um saber ser e um saber agir que envolvam, respectivamente, as dimensões técnicas, humana-interacional e política. Placco, 1994:18

2009	PRÓ-LETRAMENTO	ESFERA MUNICIPAL/ FEDERAL	Ampliar a qualidade de aprendizagem de leitura, escrita e matemática.	Professores em exercício no Ensino Fundamental – por adesão 120h (1º e 2º semestres)
2009	MOSTRA EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL	Divulgar e compartilhar trabalhos inovadores que professores realizam com seus alunos. OBS.: O Centro de Formação avalia e aprova para serem apresentados nos dias da Mostra	Por adesão
2009	CONFERENCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Fórum de discussão	8 horas 1 representante de cada segmento (Prof., aluno, pais) de cada escola
2009	LETRAMENTO E SURDEZ	ESFERA MUNICIPAL (parceria com Unicamp)	-	Professores com alunos surdos incluídos e coordenadores pedagógicos 30h (por adesão)
2010	MOSTRA EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL	Divulgar e compartilhar trabalhos inovadores que professores realizam com seus alunos. OBS.: O Centro de Formação avalia e aprova para serem apresentados nos dias da Mostra	Por adesão
2010	PRÓ-LETRAMENTO	ESFERA MUNICIPAL/ FEDERAL	Ampliar a qualidade de aprendizagem de leitura, escrita e matemática.	Professores em exercício no Ensino Fundamental – por adesão 120h (1º e 2º semestres)
2010	RECURSOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL/ PRIVADA (Sistema Positivo de Ensino)	Capacitação para utilização da “Banca positivo para alfabetização”	1 professor e 1 coordenador pedagógico por escola 44 horas
2010	PESC - LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS	ESFERA MUNICIPAL	Aprender a utilizar o laboratório de ciências - PESC	Coordenadores pedagógicos da rede 30 horas

2011	PROJETO ESTUDAR PRA VALER[210] do 1º 5º ano.	ESFERA MUNICIPAL/PRIVADO (CENPEC - Centro Profissional de Comércio Exterior).	Melhoria da aprendizagem dos alunos	Um professor de cada ano, de todas as escolas e um coordenador de cada escola (na 5ª-feira os diretores) 30h
2011	PESC Laboratório de Ciências	ESFERA MUNICIPAL	Utilização do laboratório PESC	30 horas
2011	ESTRADA PARA A CIDADANIA	ESFERA MUNICIPAL/ PRIVADA (AutoBan)	Formação para o trânsito	Professores dos 5ºs anos por adesão 30 horas
2011	PRÓ-LETRAMENTO	ESFERAS MUNICIPAL/ FEDERAL	Ampliar a qualidade de aprendizagem de leitura, escrita e matemática.	Professores em exercício no Ensino Fundamental e na Educação Infantil + gestores (por adesão) 120h (1º e 2º semestres)
2011	CURSO DE APREFEIÇOAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL (parceria com UFSCar - Universidade Federal de São Carlos)	Formar o gestor buscando princípio democrático e compreensão das políticas públicas educacionais.	Gestores educacionais 180h - 1º semestre

[210] CENPEC - Centro Profissional de Comércio Exterior. Tem a Wolksvagem como parceira. Projeto Estudar pra Valer do 1º ao 5º ano. http://www.cenpec.com.br/, em 14/02/2014.

2012	PRÓ-LETRAMENTO	ESFERAS MUNICIPAL/FEDERAL	Ampliar a qualidade de aprendizagem de leitura, escrita e matemática oferecendo suporte	Professores Infantil, Ensino Fundamental e gestores 180h (1º e 2º semestres)
2012	PROINFO	ESFERAS MUNICIPAL/FEDERAL	Promover o uso pedagógico através das mídias tendo como ferramenta as tecnologias educacionais	Professores Ensino Fundamental e gestores 180h (1º e 2º semestres)
2012	BULLYNG: Quem tem medo?	ESFERA MUNICIPAL	Tratar das questões da violência na escola e na construção de valores colaborativos de superação. Inclui kit de livros e contação de histórias para todas as crianças da rede.	1º. sem. Prof. Ens. Fundamental e gestores educacionais/ 2º. Sem. Prof. Infantil e gestores educacionais 30h
2012	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES EM LEITURA E ESCRITA	ESFERA MUNICIPAL EM PARCERIA COM EDITORA SM	Envolver os gestores com palestras e oficinas nesta temática	Coordenadores do Ensino Fundamental Duração: 1º semestre (4h)
2012	EDUCAÇÃO EM VALORES NO COTIDIANO DOS PROFESSORES	ESFERA MUNICIPAL EM PARCERIA COM EDITORA SM	Envolver os gestores com palestras e oficinas nesta temática	Coordenadores do Centro de Formação Duração: 1º semestre (4h)
2012	AFRICANIDADES Sensibilizações nas HTPCs	ESFERA MUNICIPAL	Discutir e trazer o ensino da história e cultura afro e sua importância na identidade do país.	Professores e gestores educacionais Duração: 1º e 2º semestres (60h)
2012	CÁLCULO MENTAL	ESFERA MUNICIPAL EM PARCERIA COM EDITORA SM	Formação por meio das mídias, em matemática, que trazem ações para o cotidiano das aulas do professor	Coordenadores do Centro de Formação Duração: 1º semestre (30h) Modalidade: à distância
2012	CURSO DE APREFEIÇOAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL (parceria com UFSCar - Universidade Federal de São Carlos)	Formar o gestor buscando princípio democrático e compreensão das políticas públicas educacionais 250	Gestores educacionais 180h - 1º semestre
2012	LABORATÓRIO "VIVA CIÊNCIAS"	ESFERA MUNICIPAL	Utilizar o laboratório de ciências e os recursos tecnológicos para dinamizar as aulas	Gestores educacionais e professores do Ensino fundamental, Infantil e EJA 30h

2012	VIVÊNCIA EM DANÇA CIRCULAR	ESFERA MUNICIPAL	Pensar na dança e nas cantigas de roda com os alunos como meio de resgate da cultura popular	30h - 2º semestre (Vivência em HTPCs) professores, gestores, funcionários e agentes de políticas públicas
2012	MÚSICA - Canto Coral	ESFERA MUNICIPAL	Formar diversos grupos nos eixos: musicalização infantil, bandinha rítmica e canto coral	Professores, Gestores, Agentes de Políticas Públicas e comunidade 60h 1º e 2º semestre
2012	LIBRAS (Inicial e Intermediário)	ESFERA MUNICIPAL	Formar profissionais da escola para difundir a língua brasileira de sinais e melhorar a comunicação no espaço escolar	Agentes de Políticas Públicas[211], professores, gestores e familiares dos alunos surdos 60h 1º e 2º semestre
2012	TEORIAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA	ESFERA MUNICIPAL	Focar as deficiências e sugerir propostas de atividades e possíveis adaptações de materiais	Agentes de Políticas Públicas, professores, gestores 60h 1º e 2º semestre
2012	FORMAÇÃO EM INCLUSÃO ESCOLAR PARA ESTAGIÁRIOS DE PEDAGOGIA	ESFERA MUNICIPAL	Orientar os alunos/estagiários que acompanham os professores das salas regulares que possuem alunos com deficiência	Alunos de graduação Duração: 1º e 2º semestre 60h
2012	RECREIO DIRIGIDO	ESFERA MUNICIPAL	Orientar os profissionais de apoio escolar no acompanhamento pedagógico no recreio escolar com atividades recreativas	Duração: 1º e 2º semestre 60h
2012	FORMAÇÃO PARA PROFESSORES DO GRUPO DE APOIO	ESFERA MUNICIPAL	Propor atividades diferenciadas para o uso dos professores na alfabetização de alunos com dificuldade de aprendizagem	Professores do Ensino Fundamental do Grupo de Apoio Duração: 1º e 2º semestres 60h

[211] Agentes de Políticas Públicas - é o educador infantil, que auxilia na creche - antigo recreacionsista.

2012	FORMAÇÃO EM HTPC - Língua Inglesa, Artes e Educação Física	ESFERA MUNICIPAL	Oportunizar uma formação específica para os professores de Inglês, Artes e Educação Física	Professores III (especialistas) do Ensino Fundamental Duração: 1º e 2º semestres 60h
2012	FORMAÇÃO HTPC NAS ESCOLAS	ESFERA MUNICIPAL	Formação específica para os professores da escola com a troca de experiências entre os profissionais da rede	Professores, Educadores Infantis e gestores Duração: 1º e 2º semestres 60h
2012	FORMAÇÃO EM HTPC - EJA	ESFERA MUNICIPAL	Formação específica para os professores da Educação de Jovens e Adultos	Professores e gestores Duração: 1º e 2º semestres 60h
2012	OFICINA DE FORMAÇÃO - OLP - Olimpíadas da Língua Portuguesa[212]	ESFERAS MUNICIPAL/ FEDERAL	Orientar os professores para a participação na OLP 2012	Professores e gestores Duração: 1º semestre 30h
2012	FORMAÇÃO PROGRAMA ESCOLA E FAMÍLIA: conhecer para aprender	ESFERA MUNICIPAL	Formação específica para os professores que participam do programa e visitam as casas dos alunos	Professores e gestores Duração: 1º e 2º semestres 60h

[212] OLP - Escrevendo o Futuro - "Originalmente, a Itaú Social lançou em 2001, o projeto Escrevendo o Futuro, voltado à formação de educadores para o ensino da escrita e a realização de concursos de redação entre os alunos dos professores participantes. '*Hoje somos parceiros técnicos da Olimpíada a convite do MEC. Transferimos para o Ministério toda a estratégia'*, conta Izabel (superintendente da Fundação Itaú Social). *'Tornou-se uma ação nacional, com 98% dos municípios brasileiros registrando escolas participantes"* (CHARÃO, C.; SEGRE, L. OUCHANA (Colaboradora). Cabo de Guerra: como a atuação dos institutos, fundações empresarias e entidades do terceiro setor mexeu com a correlação de forças no debate das políticas educacionais. REVISTA EDUCAÇÃO. Editora Segmento, ano 18 - nº 202, fevereiro de 2014. p.42) [grifo nosso].

2012	FORMAÇÃO ESTRADA PARA A CIDADANIA	ESFERA MUNICIPAL/ PRIVADA (parceria Autoban)	Formação específica para professores de 4º e 5º anos sobre a educação no trânsito e meio ambiente	Professores e gestores Duração: 1º e 2º semestres 60h
2012	FORMAÇÃO LOUSA DIGITAL	ESFERA MUNICIPAL / PRIVADA (parceria Positivo Informática)	Formação específica para uso da lousa digital como recurso pedagógico em sala de aula	Professores e gestores Duração: 1º semestre 30h
2012	FORMAÇÃO INTERAJA - Interagindo Saberes (Brasil Alfabetizado)[213]	ESFERAS MUNICIPAL/ FEDERAL	Formação específica para Educador Popular	Professores e gestores Duração: 1º e 2º semestres 60h
2012	PROJOVEM	ESFERA MUNICIPAL	Formação específica para professores do programa	Professores e gestores Duração: 2º semestre 30h
2012	FORMAÇÃO PEDAGÓGICA SOBRE TRÂNSITO - Semana Nacional do Trânsito	ESFERA MUNICIPAL	Formação para conscientização da importância de um trânsito mais humano e que valorize a vida	Coordenadores e Professores do Ensino Fundamental e Infantil Duração: 2º semestre 30h
2012	FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES III DE INGLÊS - TTC - Teacher Training Course	ESFERA MUNICIPAL	Formação específica para professores de inglês III da rede regular de ensino nas questões da língua, pronúncia e da escrita.	Professores III de Inglês Duração: 2º semestre 30h
2012	FORMAÇÃO EM ARTES E MÚSICA NA METODOLOGIA	ESFERA MUNICIPAL	Formação específica para professores de Artes que farão um mapeamento cultural e étnico das pessoas da cidade, partindo da	Professores III Artes Duração: 2º semestre 30h

[213] OBJETIVO: Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. Em http://portal.mec.gov.br/, acessado em 28/02/14. (A página que apresenta o programa traz o selo do PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola) Projeto sediado no SECADI - Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

	DA DANÇA CIRCULAR		respectiva região em que atua como docente, resgatando a História de Vida e identidade das famílias e das crianças. Desta forma, o curso trará elementos da Cultura, Arte e da Música dessas localidades mapeadas.	
2012	A PRÁTICA PEDAGÓGICA: pensando na aprendizagem dos alunos autistas	ESFERA MUNICIPAL	Formação para professores da rede municipal que possuem alunos com TGD - Transtorno Global de Desenvolvimento, possibilitando uma estruturação de propostas pedagógicas específica para o trabalho com os alunos.	Professores e gestores Duração: 2º semestre 30h
2012	O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL e suas necessidades educacionais específicas	ESFERA MUNICIPAL	Instrumentalizar a formação e informação para a reflexão e análise da atuação de professores da Educação Especial da rede de Hortolândia	Professores e gestores Duração: 2º semestre 30h
2012	FORMAÇÃO EM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE - TDAH	ESFERA MUNICIPAL	Formação específica para os professores do Programa de distúrbio de Aprendizagem do CIER - Centro Integrado de Educação e Reabilitação.	Gestores, professores do CIER e coordenadores da rede municipal de ensino. Duração: 2º semestre 30h
2012	FORMAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA	ESFERA MUNICIPAL	Formação que contempla a lei nº. 10.639/03 e as contribuições culturais, sociais, econômicas, históricas e sociais desta etnia na identidade do país e seu povo.	Professores, gestores e funcionários da rede municipal de ensino. Duração: 2º semestre 30h
2012	FORMAÇÃO EJA - Educação de Jovens e Adultos: Uma possibilidade de aprendizagem ao longo da vida.	MUNICIPAL (parceria com Unicamp[214])	Possibilitar aos professores III da EJA reflexões sobre a prática no cotidiano desta modalidade.	Professores III e gestores da EJA Duração: 2º semestre 30h
2012	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	ESFERA MUNICIPAL	Refletir sobre as possibilidades no trabalho com crianças com deficiência incluída na rede	Professores III de Educação Física Duração: 2º semestre

[214] Entre os dias 19 e 20 de outubro de 2012, o IV Simpósio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos – GEPEJA. Local do Simpósio: Unicamp.

			regular de ensino	30h
2012	GÊNEROS TEXTUAIS DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	ESFERA MUNICIPAL	Definir diretrizes adequadas dos gêneros textuais de leitura e produção de textos para Educação Infantil e Ensino Fundamental, orientando coordenadores para o estreitamento entre conhecimento pedagógico e linguístico.	Coordenadores do Centro de Formação, da educação Infantil e do Ensino Fundamental Duração: 2º semestre 30h
2012	GESTOR EM AÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Possibilitar reflexões sobre questões administrativas e pedagógicas que permeiam o cotidiano da escola e sua atuação gestora.	Diretores e Assistentes de direção Duração: 2º semestre 30h
2012	CURSO DE APREFEIÇOAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR	ESFERA MUNICIPA c/ UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	Formar o gestor buscando princípio democrático e compreensão das políticas públicas educacionais	Gestores educacionais 180h -2º semestre (Cont. 1º semestre de 2013)

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS" – CEFORTEPE/ 2001:programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2001	**PROGRAMAS**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**PARTICIPANTES E CARGA HORÁRIA**
1º semestre				
DOC. CEFORTEPE CAIXA 288	IV SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL / Unicamp	Atualização em variados temas (ver diário de campo)	30 horas (em 3 meses)
DOC. CEFORTEPE CAIXA 288	SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O ANALFABETISMO FUNCIONAL[215]	ESFERA MUNICIPAL / ONG (Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro[216])	Debater a criação de um índice nacional de analfabetismo funcional, fenômeno que vem gerando preocupação tanto nos países ricos como nos países em desenvolvimento.	09h
DOC. CEFORTEPE CAIXA 289	CORREIO ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL / PRIVADO (Associação Nacional de Jornais)	Melhorar o desenvolvimento dos projetos de uso do jornal na educação	Envolveu 8 EMEF + Fumec
DOC. CEFORTEPE CAIXA 292	PROJETO DE ASSISTÊNCIA À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL OFICINA: VIOLÊNCIA SEXUAL, UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA".	ESFERA MUNICIPAL (parceria Secretaria Municipal de Saúde)	Sensibilizar para o acolhimento ás vítimas da violência sexual; refletir sobre os conceitos: violência sexual, saúde pública e cidadania; divulgar o fluxograma da rede de serviços de Campinas; promover orientações e encaminhamentos adequado.	225 participantes 08h

[215] Realizado em São Paulo

[216] Instituto Montenegro (disponível em www.ipm.org.br/): organização sem fins lucrativos vinculado ao IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. O IBOPE é a maior empresa privada de pesquisa da América Latina e a 13ª maior do mundo. (Disponível em www.ibope.com.br).

DOC. CEFORTEPE CAIXA 292	I SEMINÁRIO INTERSETORIAL SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ESFERA MUNICIPAL (parceria Secretaria Municipal de Saúde)	Possibilitar a construção de propostas para ações intersetoriais e transdisciplinares frente às situações de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes	Não consta.
2º semestre /2001				
DOM Nº 7.789 2/10/2001	II CONGRESSO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (05, 06 e 07/11/2001)	SME	Não consta.	Não consta.
CAMPINAS 2001 – 1º semestre = 05 / 2º semestre = 01 **Total = 06 ações de FCP** **FORMATOS**: cursos, seminários, congresso.				

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS - CEFORTEPE/2002: programas, proponentes, objetivos e número de participantes				
ANO 2002	**PROGRAMAS**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**Nº DE PARTICIPANTES e CARGA HORÁRIA**
1º semestre				
DOM Nº 7.932 7/5/2002	GRUPOS DE FORMAÇÃO PARA ESPECIALISTAS DA SME/FUMEC - GFE	ESFERA MUNICIPAL	Pensando nas pessoas que estão, hoje, coordenando a gestão escolar e na necessidade de oferecer a essas pessoas a possibilidade de poder estudar temas que dizem respeito diretamente ao seu trabalho, é que estamos organizando Grupos de Formação com temáticas de interesse dos especialistas da SME/FUMEC, manifesto em diversas ocasiões.	Público: (Supervisores, Diretores, Vice-Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Administratoras de Creche e Coordenadores de Unidade/FUMEC
DOM Nº 7.932 7/5/2002	1) GFE - QUALIDADE DE VIDA E RELACIONAMENTO HUMANO	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	IDEM

DOM Nº 7.932 7/5/2002	2) GFE - GESTÃO EDUCACIONAL (O Planejamento da Unidade Escolar; Financiamento da Educação)	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	IDEM
DOM Nº 7.932 7/5/2002	3) GFE - RELAÇÕES INTERPESSOAIS: vivências do cotidiano	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	IDEM
DOM Nº 7.932 7/5/2002	4) GF - VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO 4.1- As raízes da agressividade e a tendência anti-social 4.2- Adolescente autor de ato infracional e seu devido processo legal.	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	IDEM
DOM Nº 7.932 7/5/2002	GRUPO DE FORMAÇÃO -- ‘‘PROCURA-SE O SENTIDO’’	ESFERA MUNICIPAL	Curso de formação, lúdico na forma e responsável na essência, na busca de se achar o sentido da leitura. Ler é mais que codificar as letras pretas nos espaços brancos ou, nas noites de insônia, uma armadilha para capturar o sono. Ler é movimento que parte dos olhos e contagia outros sentidos.	Vagas: 30 Público: professores da Rede Municipal de Campinas e Fumec, especialmente para os professores que desenvolvem o programa biblioteca.
DOM Nº 7.929 1/5/2002	GEPT[217] - OS ESTUDOS DO MEIO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESFERA MUNICIPAL	Fazer um trabalho de pesquisa na cidade de Campinas e seu entorno com a finalidade de desenvolver, sistematizar e vivenciar experiências de formulação de estudos do meio, associados ao trabalho cotidiano de	Vagas: 30 Público: Professores (as) de História e Geografia da RMEC e FUMEC; de educação infantil, 1ª a 4ª séries, inclusive FUMEC.

[217] GEPT – Grupos de Estudos/Pesquisa e Trabalho

			Professores da Rede Municipal de Ensino de Campinas e FUMEC[218]	
DOM Nº 7948 29/5/2002	CURSO: LÍNGUA PORTUGUESA - LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	ESFERA MUNICIPAL	Leitura de textos jornalísticos, acadêmicos, publicitários, literários e outros. Análise dos jogos de argumentação e os efeitos de sentido presentes nos textos. Trabalho prático com os conceitos básicos que são mobilizados no ato de ler. Produção de textos de natureza variada, em especial, os de gênero argumentativo (...)	Início 10 de junho até o final do mês de novembro de 2002. OBS.:Este curso não é remunerado.
DOM Nº 7.950 4/6/2002	GRUPO DE FORMAÇÃO -- PRÁTICA DE PESQUISA ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL	O trabalho e pesquisa na biblioteca e na sala de aula. O estímulo da curiosidade e a construção da postura investigativa. As dificuldades do professor e do aluno na elaboração de projetos de pesquisa e perspectivas de superação dessas dificuldades. O movimento do sujeito (professor e aluno) na busca de conhecimentos.	Vagas: 25 Público: Professores que estejam trabalhando na biblioteca da Unidade Escolar e professores que estejam interessados em discutir a questão da pesquisa escolar.
2002 DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	BANQUETE PEDAGÓGICO[219]	ESFERA MUNICIPAL	Uma série de conferências e oficinas para subsidiar e nortear o planejamento do trabalho de construção do ano letivo de 2002.	36 conferências e 57 oficinas
2002 DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA RMC	ESFERA MUNICIPAL / parceria Unicamp	Preparar professores-assistentes para a docência no Curso de Pedagogia que será criado para a Formação de Professores.	Não consta.

[218] Decorrente deste GEPT tem-se a publicação PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.). **Conhecer Campinas numa Perspectiva Histórica. Campinas**: 1ª Reimpressão 2006. Secretaria Municipal de Educação. Contou com a colaboração dos participantes entre 2002 e 2004, sendo uma produção de caráter coletivo. Conforme dados registrados no próprio livro (p.6), " O referido livro foi produzido durante as administrações municipais 2001/2004 (Prefeita Izalene Tiene e Sec. da Educação Corinta M. Grisolia Geraldi) e 2005/2008 (Prefeito Hélio de Oliveira Santos e Sec. da Educação Graciliano de Oliveira Neto).

[219] Programação ocorrida nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro de 2002.

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	ESTUDOS SOBRE ALFABETIZAÇÃO[220]	ESFERA MUNICIPAL	Formação em Alfabetização solicitada pelos educadores da SME.	Três grupos de 35 participantes = 105 Professores de 1ª série e pré Duração = semestral
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	PROGRAMA DE FORMAÇÃO MUSICAL	ESFERA MUNICIPAL	Fornecer aos professores formação musical a respeito da orquestra sinfônica, através de oficinas quinzenais	50 vagas, com prioridade para professores de ED. Artística, depois professores que fizeram solicitação ao DITEPE no ano de 2001[221]
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GRUPO DE FORMAÇÃO: A PRODUÇÃO DE TEXTO EM SALA DE AULA	ESFERA MUNICIPAL	Estudar a língua oral e sua relação com a língua escrita e os diferentes tipos de textos, a importância da leitura do mundo para a produção de textos, o papel do professor/leitor na construção do texto em sala de aula (...)	30 vagas Professores das 3ª às 8ª séries do EF, supletivo e Fumec Maio a jun.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	A INSTITUCIONALIZAÇÃO INVISÍVEL; CRIANÇAS QUE NÃO APRENDEM NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	"Espaço onde diversos aspectos da complexidade da vida dentro das unidades educacionais podem ser discutidos em um espaço cuidadosamente planejado pelos convidados, para tornar a Escola Viva do Município de Campinas uma realidade cada vez mais próxima de nós" (DOM, 7/8/02)	(3 a 4 h cada) Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	A FOTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	CAPOEIRA E CURRÍCULO ESCOLAR: DESCOSTRUINDO MITOS	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	OFICINA PARA SENSIBILIZAÇÃO DA CIDADANIA: TEATRO, POEMA, MÚSICA E DANÇA	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho

[220] Curso realizado nos NAEDs Sul, Leste, Norte, Sudoeste e Noroeste

[221] Professor receberá 12/horas aula mensais pela participação nesse projeto de Formação Musical.

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	BRINCAR: FANTASIA OU REALIDADE?	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	QUEM CONHECE MAIS ENCAMINHA MELHOR; DESENVOLVIMENTO AUDITIVO X APRENDIZAGEM	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	O MOVIMENTO HIP HOP E A EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	O PROJETO CEPROCAMP - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	DIRETOR DE ESCOLA: EDUCADOR QUE SE CONSTITUI NO COTIDIANO DO TRABALHO EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	ENTENDENDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	O SENTIDO DA ESCOLA EM DIFERENTES REALIDADES SÓCIO E ECONÔMICAS E CULTURAIS	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	NUTROLOGIA MÉDICA: CURA PELO ALIMENTO	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	ARTE EM MOVIMENTO E OS VALORES HUMANOS	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Momentos Culturais 1º semestre Local: Salão Vermelho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	OS ESTUDOS DO MEIO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESFERA MUNICIPAL	Pesquisar a cidade de Campinas e seu entorno com a finalidade de desenvolver, sistematiza e vivenciar experiências de formulação de Estudos do Meio, associados ao trabalho cotidiano dos professores da RMEC[222] e FUMEC[223]	30 vagas Professores de História e Geografia, 1ª a 4ª séries, EI e Fumec Maio a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GRUPO DE FORMAÇÃO: PROCURA-SE OS SENTIDOS	ESFERA MUNICIPAL	Curso de formação, lúdico na forma e responsável na essência, na busca de se achar o sentido da leitura.	30 vagas Professores que desenvolvem o Programa Biblioteca Encontros quinzenais de 2:30h Maio a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	QUALIDADE DE VIDA E RELACIONAMENTO HUMANO [224]	ESFERA MUNICIPAL	Estudar temas que dizem respeito diretamente ao trabalho dos especialistas, para refletir e alcançar condições de avançar de forma significativa na construção de um projeto pedagógico mais coerente com as necessidades e anseios da população	28h Grupo de formação para especialistas da SME e FUMEC Maio a jun
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GESTÃO EDUCACIONAL: Planejamento da Unidade Escolar; Financiamento da Educação; O Gestor Escolar: do Compromisso Político à Competência Pedagógica;	ESFERA MUNICIPAL	Estudar temas que dizem respeito diretamente ao trabalho dos especialistas, para refletir e alcançar condições de avançar de forma significativa na construção de um projeto pedagógico mais coerente com as necessidades e anseios da população	Grupo de formação para especialistas da SME e FUMEC
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	RELAÇÕES INTERPESSOAIS: VIVÊNCIAS DO COTIDIANO	ESFERA MUNICIPAL	Estudar temas que dizem respeito diretamente ao trabalho dos especialistas, para refletir e alcançar condições de avançar de forma significativa na construção de um projeto	Grupo de formação para especialistas da SME e FUMEC

[222] Rede Municipal de Ensino de Campinas
[223] Fundação Municipal para Educação Comunitária
[224] Só este curso apresenta nº de horas anotado em caneta no recorte do DOM de maio de 2002, colado no caderno de registro, na caixa 293.

			pedagógico mais coerente com as necessidades e anseios da população	
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: 1. As raízes da agressividade e a tendência anti-social; 2. Adolescente autor de ato infracional e seu devido processo legal	ESFERA MUNICIPAL	Estudar temas que dizem respeito diretamente ao trabalho dos especialistas, para refletir e alcançar condições de avançar de forma significativa na construção de um projeto pedagógico mais coerente com as necessidades e anseios da população	Grupo de formação para especialistas da SME e FUMEC
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	PRÁTICA DE PESQUISA ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL	Discutir as dificuldades de professores e alunos na elaboração de projetos de pesquisa e perspectivas de superação dessas dificuldades	50h 25 pessoas por grupo Professores que trabalham na Biblioteca Escolar e outros que tenham interesse no assunto. Jun. a dez.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (Grupos de Formação)	ESFERA MUNICIPAL /SERES[225]	Discutir as dificuldades de professores e alunos na elaboração de projetos de pesquisa e perspectivas de superação dessas dificuldades	Profissionais da RME/FUMEC Semanal
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	ASPECTOS EDUCACIONAIS DO EDUCANDO COM A VISÃO DEFICIENTE	ESFERA MUNICIPAL /SERES	Discutir as dificuldades de professores e alunos na elaboração de projetos de pesquisa e perspectivas de superação dessas dificuldades	Grupos de Formação Profissionais da RME/FUMEC Quinzenal
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	RE-SIGNIFICAÇÕES DOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS: O SURDO NA ESCOLA REGULAR	ESFERA MUNICIPAL /SERES	Discutir as dificuldades de professores e alunos na elaboração de projetos de pesquisa e perspectivas de superação dessas dificuldades	Grupos de Formação Profissionais da RME/FUMEC Quinzenal
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	EDUCAÇÃO ESPECIAL: DEFICIÊNCIA MENTAL	ESFERA MUNICIPAL /SERES	Discutir as dificuldades de professores e alunos na elaboração de projetos de pesquisa e perspectivas de superação dessas dificuldades	Grupos de Formação Profissionais da RME/FUMEC Semanal
DOC. CEFORTEPE	LÍNGUA DE SINAIS	ESFERA MUNICIPAL	Discutir as dificuldades de professores e alunos na elaboração de projetos de pesquisa e	Grupos de Formação Profissionais da RME/FUMEC

[225] Setor de Referência e Recursos em Educação Especial

CAIXA 293		/SERES	perspectivas de superação dessas dificuldades	Quinzenal
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CIDADANIA	ESFERA MUNICIPAL /SERES	Oficinas pedagógicas	Preferencialmente para Professores de Educação Especial Encontros mensais
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	INFORMÁTICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	ESFERA MUNICIPAL /SERES	Oficinas pedagógicas	Preferencialmente para Professores de Educação Especial Encontros mensais
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ECA[226]	ESFERA MUNICIPAL /SERES	Oficinas pedagógicas	Preferencialmente para Professores de Educação Especial Encontros mensais
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	ESFERA MUNICIPAL /SERES	Oficinas pedagógicas	Preferencialmente para Professores de Educação Especial Encontros mensais
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	BRASIL, TERREIRO DE BRINQUEDOS E MAGIA	ESFERA MUNICIPAL	Conhecer melhor o Brasil através da dança: Maracatu, Côco, Lundu, Samba, Lenço Rural Paulista, Dança Dos Orixás	40h 50 vagas
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	PROGRAMA DE FORMAÇÃO SOBRE A DOENÇA ANEMIA FALCIFORME	ESFERA MUNICIPAL / parceria Secretaria da Saúde e Cipói - Centro de Integrado de Pesquisa Oncohematológicas / Unicamp	Levar às unidades de EI, Ensino Fundamental e Supletivo informações e orientações sobre a Doença Anemia Falciforme	12h semanais 20 vagas
2º semestre /2002				
DOM Nº 7.989	III CONGRESSO MUNICIPAL DE	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	Não consta.

[226] Estatuto da Criança e do Adolescente

31/07/2002	EDUCAÇÃO (04 a 08 de novembro de 2002)			
DOM Nº 7.989 31/07/2002	GT. BRASIL, TERREIRO DE BRINQUEDOS E MAGIA	RMEC/FUMEC	Extravasar a alma éter material para trabalhar com os alunos; Maracaru, Côco, Lundu, Samba, Lenço Rural Paulista, danças dos Orixás, e todo o folclore nacional	Vagas = 50 Público alvo: profissionais da Educação da RMEC e Fumec
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	CURSO SOFTWARE ESCRITOR	SME/NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional	Na linha de pesquisa-ação, oferecer curso utilizando o software Escritor desenvolvido pela Profª. Dra. Afira Vianna Ripper da LEIA/FE/Unicamp	30h 20 vagas professores de 1ª série do Ensino Fundamental Ago. a out.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	TENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO SÉCULO XXI	ESFERA MUNICIPAL	"Espaço onde diversos aspectos da complexidade da vida dentro das unidades educacionais podem ser discutidos em um espaço cuidadosamente planejado pelos convidados, para tornar a Escola Viva do Município de Campinas uma realidade cada vez mais próxima de nós" (DOM, 7/8/02)	(3 a 4 h cada) Momentos Culturais[227] Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	A IMPORTÂNCIA DOS VALORES HUMANOS NA EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	"Espaço onde diversos aspectos da complexidade da vida dentro das unidades educacionais podem ser discutidos em um espaço cuidadosamente planejado pelos convidados, para tornar a Escola Viva do Município de Campinas uma realidade cada vez mais próxima de nós" (DOM, 7/8/02)	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	O MOVIMENTO HIP HOP NA EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	PENSANDO POSSIBILIDADES DE UMA POLÍTICA DE	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre

[227] O profissional pode se inscrever em um curso avulso ou se cadastrar em sua primeira participação registrando presença em 15 dos 17 cursos oferecidos e, neste caso, receberá um certificado de 30 horas (conforme DOM, 07/08/2002).

	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DIRETORES (A) DAS ESCOLAS DA RMC[228]			
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	REDUÇÃO DA IDADE PENAL	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	O QUE O BRASILEIRO LÊ?	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	AFETIVIDADE E AUTO-ESTIMA NO COMPLEXO VIDA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	CARLOS GOMES ANIMADO NA ESCOLA -	ESFERA MUNICIPAL	Apresentação de filmes de animação sobre Carlos Gomes produzidos pelo núcleo de cinema de animação de Campinas.	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	A LEITURA NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	UMA EXPERIÊNCIA FREINET: A COMPLEXIDADE DO COTIDIANO	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	MINHA EXPERIÊNCIA DE PSICÓLOGA NO TRABALHO DE INCLUSÃO NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre

[228] Região Metropolitana de Campinas

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	A SEGURANÇA DO EDUCADOR	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E O MOVIMENTO HIP HOP	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	COMO SE CONFIGURAM AS COMPETÊNCIAS DE UM PROFESSOR?	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	A ESPIRITUALIDADE NA EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	NEUROLINGUÍSTICA: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Momentos Culturais Salão Vermelho 2º semestre
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	FORMAÇÃO SOBRE ALFABETIZAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Construir um trabalho de registro de seu processo de reflexão e construção de saberes enquanto professor alfabetizador mediante os desafios encontrados para este trabalho e os estudos/pesquisas que se fazem necessários para a constituição desse profissional.	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	CONHECIMENTO DO ESPAÇO MUNDIAL: POR UMA GEOGRAFIA RENOVADA	ESFERA MUNICIPAL	Refletir a cerca da rapidez das transformações do mundo atual e a invenção permanente de objetos técnicos ligados à produção de informação e imagem que afetam diretamente o ensino, atribuindo à geografia um papel	40h 35 vagas Especialmente professores de geografia e professores de 3ª e 4ª séries

			fundamental.	Set. a dez.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	CORPOREIDADE, MOVIMENTO E O COTIDIANO ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a importância da corporeidade no desenvolvimento global do sujeito e o movimento corporal como instrumento de trabalho educacional e preventivo das dificuldades de aprendizagem	30h 25 vagas Set. a dez.
CAMPINAS 2002 – 1º semestre: 137[229] - 2º semestre: 23 - TOTAL: 160 ações de FCP **FORMATOS**: GF - grupos de formação; momentos culturais; GEPT – grupos de estudos/pesquisas e trabalho; cursos, banquete pedagógico, GT – grupo de trabalho; congressos; GFE – grupo de formação para especialistas .				

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS - CEFORTEPE /2003: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2003	**PROGRAMAS**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**Nº DE PARTICIPANTES**
1º semestre				
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	SEMINÁRIO TEMÁTICO DO EJA	ESFERA MUNICIPAL	Todos os trabalhos de comunicação, oficinas e seção de pôster deverão privilegiar as propostas contidas no documento "Políticas para a Educação de Jovens e Adultos" (SME/FUMEC - 2002)	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 290	ESTUDOS CULTURAIS DA CIÊNCIA	ESFERA MUNICIPAL / parceria com	Situar os professores da SMEC a respeito das representações de ciências, a partir de discussões de textos, contatos com diferentes	30 horas 30 participantes

[229] Incluídas neste total o "cardápio" do Banquete Pedagógico que se constituiu de uma oferta de 36 conferências e 57 oficinas.

		Museu Dinâmico de Ciências de Campinas (Unicamp)	produções que constroem discursos sobre ciência, e elaboração de objetos, cenários e atividades a serem expostas no MDCC.	
DOC. CEFORTEPE CAIXA 290	PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL	ESFERA MUNICIPAL	Proporcionar a inclusão digital de professores e alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas e FUMEC[230], mediante capacitação dos professores para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, disponíveis na Unidades Educacionais, como ferramentas pedagógicas em suas aulas, promovendo de forma efetiva a inclusão digital.	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 290	PROJETO PSICOTERAPIA PARA EDUCADORES	ESFERA MUNICIPAL SMEC/Instituto Gaia[231] - Ações em Prol da Evolução Humana	Compartilhar as próprias experiências proporcionando um auto-aperfeiçoamento e a melhoria das relações interpessoais; resgatar a segurança das pessoas, facilitando o reconhecimento da sua identidade e de seus valores.	Duas horas semanais com grupos de 5 a 10 pessoas, durante 6 meses.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 290	OFICINA DE DESENHO ANIMADO	ESFERA MUNICIPAL Núcleo de Cinema e Animação de Campinas	Expor os professores o outro lado da animação e mostrar-lhes que são capazes de fazer desenhos animados.	39 horas 15 participantes

[230] Fundação Municipal para Educação Comunitária

[231] Credenciada como Entidade Beneficente de Assistência Social, Direito da Criança e do Adolescente, Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente. Criado há 15 anos o Projeto Gaia tem sido um novo modelo de educação sócio cultural. Tornou-se para crianças e jovens do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, uma oportunidade de conhecimento, crescimento e futuro. Pela primeira vez, cerca de 1500 meninos e meninas tiveram contato e, principalmente, produziram cultura. A partir das aulas de teatro, dança e musica, o projeto resgata a cidadania, desenvolve valores humanos e eleva a auto-estima de crianças e adolescentes promovendo a inclusão social na região. Em http://gaiainstituto.blogspot.com.br/.

DOC. CEFORTEPE CAIXA 292	A CRIANÇA E A HISTÓRIA DA ARTE: CONHECER, FRUIR E VIAJAR	ESFERA MUNICIPAL	Tomar conhecimento do conceito de Arte e das linguagens artísticas; compreender a arte como processo humano e deliberado de expressões; compreender e identificar os principais movimentos da historiografia artísticas e suas manifestações; promover ampliação do repertório cultural através do contato com obras de arte	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293[232]	C1 HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	ESFERA MUNICIPAL / PRIVADO (parceria com Centro de Estudos Afro-Brasileiros - Universidade Cândido Mendes[233] - Rio de Janeiro)	Intervir na questão complexa e sensível da formação continuada de educadores contribuindo para a construção de umas práxis docente que questione pré-conceitos e discriminação racial, através da incorporação de novos conteúdos e procedimentos didáticos diferenciados.	70h 33 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C2 TRATAMENTO DA TEMÁTICA RACIAL/ÉTNICA NAS ESCOLAS	ESFERA MUNICIPAL / CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade[234] .	Sensibilizar e capacitar os profissionais da educação sobre a importância do trabalho com relações raciais e de outros grupos étnicos e garantia do direito de acesso e permanência nas escolas	48h 45 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C3 INICIAÇÃO MUSICAL PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Exercícios rítmicos, melódicos, solfejos e repertório, curso de música e canto coral	30h 23 participantes

[232] RELATÓRIO FINAIL DAS ATIVIDADES (2001-2004) Cursos para professores, monitores da SME e FUMEC em 2003[232] (pp. 07-17).
[233] Universidade particular, conforme se verificou no site http://www.ucam.edu.br/index.php/apresentacao. Acessado em 22/08/2014.
[234] Conforme http://www.ceert.org.br/institucional/. Acessado em 22/08/2014.

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C4 ELEMENTOS DA PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: FATOS DE LÍNGUA E DE DISCURSO	ESFERA MUNICIPAL / parceria IEL - Unicamp - Curso de extensão universitária	Propiciar uma reflexão sobre as questões relativas ao processo de leitura e produção de textos escritos, tomando como ponto de partida certas hipóteses sobre o funcionamento da escrita.	45 h 22 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C5/C22 ESTUDOS CULTURAIS DA CIÊNCIA	ESFERA MUNICIPAL / parceria UNICAMP	Situar os professores da SMEC a respeito das representações de ciências, a partir de discussões de textos, contatos com diferentes produções que constroem discursos sobre ciência, e elaboração de objetos, cenários e atividades a serem expostas no Museu Dinâmico de Ciências de Campinas	30 h 22 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C6 FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	ESFERA MUNICIPAL / EMDEC[235]	Promover nova postura sobre a circulação, pautada na valorização do pedestre, promovendo o exercício da cidadania e do transporte coletivo que fortalecido na circulação, é um instrumento de melhoria na qualidade de vida. Visa inclusão social e acessibilidade e a mobilidade para todos.	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C7/C15 I CORPO LÚDICO - TEATRO E EXPRESSÃO CORPORAL	SME	Levar os participantes a uma prazerosa experiência de trabalho em grupo, a partir de vivências teatrais e corporais, tendo aí possibilidades de produzir novas relações humanas, de ver e agir no mundo a partir de pontos de vista diversos.	36 h 19 Participantes 21 Participantes (duas turmas)
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C9 CULTURA E LINGUAGEM I: ACERVO	ESFERA MUNICIPAL e LABEURB[236]/ NUDECRI - UNICAMP	Discutir amplamente os mecanismos de produção, funcionamento e gerenciamento da cultura, enfocando os tópicos: cultura e seus valores; a construção do acervo cultural; modos de funcionamento dos vários tipos de acervo cultural (objetos, práticas, pessoas, memórias); modos de gerenciamento dos acervos: as	40h 34 Participantes

[235] Consta como empresa municipal em www.emdec.com.br
[236] Laboratório de Estudos Urbanos

			políticas de cotas (ensino público, indústria cinematográfica, cultura e shoppings; acesso tecnológico)	
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C10 PEDAGOGIA FREINET NA EDUCAÇÃO INFANTIL E 1ª E 2ª SÉRIES DO FUNDAMENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Trabalhar os eixos e princípios da Pedagogia Freinet que organizam uma prática que realiza a ruptura com as concepções que separam escola/vida, criança/adulto, trabalho/prazer, pensar/fazer, indivíduo/sociedade.	30h 30 Participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C12 ADOLESCÊNCIAS	ESFERA MUNICIPAL		30h 25 Participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 1 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	ESFERA MUNICIPAL /Lapplane[237] -	Aprofundar o entendimento das práticas pedagógicas para a criação de novas práticas	51 participantes Março a junho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 2 CENTROS DE MEMÓRIA DA REDE	ESFERA MUNICIPAL	Constituir uma equipe de profissionais para a elaboração de uma proposta de criação do "Centro de Memória da RME" partindo do resgate da memória das escolas de origem dos participantes	13 Participantes Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 3 LEITURA E BIBLIOTECAS...	ESFERA MUNICIPAL	Trabalho de discussão e de criação de alternativas para que as bibliotecas das escolas se transformem em lugar de encontro dos sujeitos com o conhecimento e não apenas "lugar de guardar livros".	27 Participantes Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 4 I E II EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	56 participantes (duas turmas) Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 5 DIVULGAÇÃO, FORMAÇÃO E PESQUISA SOBRE A DOENÇA ANEMIA FALCIFORME	ESFERA MUNICIPAL / parceria com Secretaria da Saúde e	Pesquisar e divulgar informações sobre a doença junto a comunidade escolar, tendo em vista um melhor atendimento educacional das crianças e adolescentes portadores de traço da doença falciformes.	09 Participantes Março a nov.

[237] Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional - Unicamp

		Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra		
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 6 ESTUDO DO MEIO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA[238]	ESFERA MUNICIPAL	Discutir e sistematizar o conjunto de propostas de estudos do meio e ações desenvolvidas alicerçadas no Projeto Pedagógico das Escolas.	19 Participantes Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 7 EDUCAR EM CAMPINAS	ESFERA MUNICIPAL	Vinculado ao GE Estudos do Meio na prática pedagógica, pretende coleta de material de história oral e transformar os depoimentos em documentos permanentes e acessíveis para pesquisadores e professores...	09 Participantes Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 8 GT 18 PROCURAM-SE OS SENTIDOS	ESFERA MUNICIPAL	Através do contato prazeroso com a literatura e literatura infantil, reavivar os sentidos de se ler; através de exercícios corporais, de relaxamento e sensibilização, ativar outros sentidos de percepção e expressão normalmente esquecidos (...).	49 Participantes de Março a junho 23 participantes de set. a nov. 72part.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 9 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	11 Participantes Março a junho
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 10 EJA I	ESFERA MUNICIPAL	Reflexão, pesquisa e construção de práticas docentes para uma EJA I inclusiva.	10 Participantes Abril a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 11 EDUCAÇÃO ALIMENTAR	ESFERA MUNICIPAL	Subsidiar os educadores no que se refere à alimentação e nutrição, para que possam promover ações pedagógicas integradas acerca do direito à informação e construção de novos saberes sobre alimentação, criando alternativas para as rotinas alimentares das escolas (...).	22 participantes Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 12 O EDUCADOR SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A	ESFERA MUNICIPAL	Refletir sobre a responsabilidade do professor de construir uma escola através de uma pedagogia dos direitos e ter um desempenho voltado para a sensibilidade do trabalho social,	24 Participantes Março a nov.

[238] Grupo de Trabalho organizado e estruturado por iniciativa dos professores.

	VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA		obtendo assim uma outra qualidade de ensino-aprendizagem (...)	
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 13 ALFABETIZAÇÃO: TODOS PODEM APRENDER	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	69 Participantes (três grupos) Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 14 PRODANÇA PARA PROFESSORES	ESFERA MUNICIPAL	Estudar o método de ensino, as técnicas aplicadas, os estilos de dança e as coreografias trabalhadas no projeto Prodança	35 Participantes Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 15 ERET - EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ECONÔMICAS E TECNOLOGIA	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	16 Participantes Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 16 MEMÓRIA E IDENTIDADE: RESGATANDO A CULTURA NEGRA	ESFERA MUNICIPAL	Resgatar a cultura negra na SME e FUMEC	15 Participantes Abril a nov.
2º semestre /2003				
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C11 PEDAGOGIA DA INFÂNCIA	ESFERA MUNICIPAL	-	30h 50 participantes (dois grupos)
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C12 ADOLESCÊNCIAS	ESFERA MUNICIPAL	Propiciar uma nova visão sobre as adolescências, tendo em vista a possibilidade de estabelecimento de novas relações na escola entre educadores e adolescentes.	30h 21 Participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C13 APRECIAÇÃO E VIVÊNCIA MUSICAL	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	30h 22 Participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C14 OLHAR FOTOGRÁFICO	ESFERA MUNICIPAL	Despertar o olhar fotográfico a partir de diferentes atividades, como observação de fotografias, dinâmicas de leitura de textos, discussão de vídeos.	30h 25 Participantes

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C15 II PROCESSOS EDUCATIVOS ATRAVÉS DO TEATRO	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	36h 22 Participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C16 CULTURA E LINGUAGEM - REDE DE MEMÓRIA DE CONHECIMENTO	ESFERA MUNICIPAL	Instalação da Rede de Memória de Conhecimento que propõe agregar produção de conhecimento realizada na Rede de Ensino de Campinas.	30h 19 Participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C17 I E II FRANCÊS -	ESFERA MUNICIPAL / PRIVADO[239] (Aliança Francesa)	Formação básica de professores em Língua Francesa	30h 30 Participantes (duas turmas)
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C18 I E II ITALIANO	ESFERA MUNICIPAL / PRIVADO (Casa d'Italia)	Formação básica de professores em Língua Italiana	30h 51 Participantes (duas turmas)
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C19 I E II LIBRAS - LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS	ESFERA MUNICIPAL	Oferecer o ensino de Libras como forma de comunicação com os alunos surdos em seus contatos educacionais e sociais	30h 48 Participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C 20 I E II OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO E CONFECÇÃO DE BONECAS ÉTNICAS	ESFERA MUNICIPAL	Intervir na formação de educadores, subsidiando-os para a revisão e construção de uma práxis docente que interrogue e provoque ruptura nos conceitos discriminatórios raciais/étnicos existentes nas atividades lúdicas (...), bem como contribuir para a construção de identidade onde as diferenças façam parte do cotidiano do PPP das unidades educacionais da RME / FUMEC/Campinas	30h 51 participantes (duas turmas)
DOC. CEFORTEPE	C 21 EDUCAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA: UMA	ESFERA MUNICIPAL	Propiciar subsídios teóricos capazes de favorecer a reflexão acerca de questões	36h 14 participantes

[239] Convênio assinado pela Prefeitura, Consulado Geral da França em São Paulo e a Aliança Francesa de Campinas.

CAIXA 293	ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO		relacionadas à educação especial em seus aspectos filosóficos, políticos e sociais.	
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C 22 ESTUDOS CULTURAIS DA CIÊNCIA	ESFERA MUNICIPAL /Unicamp	A eleição da cultura como foco para olhar as diferentes práticas sociais tem se mostrados muito produtiva para um conjunto de análises (...)	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT LITERATURA AFRO-BRASILEIRA	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	43 participantes (dois grupos) Set. a out.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 18 PROCURAM-SE OS SENTIDOS	ESFERA MUNICIPAL	Através do contato prazeroso com a literatura e literatura infantil, reavivar os sentidos de se ler; através de exercícios corporais, de relaxamento e sensibilização, ativar outros sentidos de percepção e expressão normalmente esquecidos (...).	26 participantes Set. a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 19 PEDAGOGIA DA IMAGEM	ESFERA MUNICIPAL	Elaborar um projeto de exibição de vídeos, como ferramenta pedagógica para o trabalho das escolas da rede	42 Participantes Set. a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 20 CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	ESFERA MUNICIPAL	Discutir e criar alternativas de trabalho pedagógico com crianças e jovens em situação de violação de direitos, buscando apoiar as escolas através de um trabalho intersetorial com Organizações Governamentais e ONGs	28 Participantes Set a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 21 MOVIMENTO E INCLUSÃO	ESFERA MUNICIPAL	Propões uma reflexão sobre a valorização do ser humano, a legislação e as políticas educacionais contemporâneas que trazem o desafio de uma educação que busque um novo olhar, que contemple a diversidade cultural, a heterogeneidade e a inclusão de todos os cidadãos na escola e na sociedade.	18 participantes Set. a nov.

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT 22 REDE NA REDE	ESFERA MUNICIPAL	Objetiva aglutinar trabalhos de pesquisa em desenvolvimento por NAED[240] e criar possibilidades de estruturá-los em uma rede de conhecimento	14 participantes Set. a nov
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT PRÁXIS	ESFERA MUNICIPAL / Unicamp	Não consta.	15 participantes Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	LEGISLAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL (EMEF Sylvia Simões Magro)	Não consta.	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	POSSIBILIDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA NAS 1ª SÉRIES DO EF	ESFERA MUNICIPAL (EMEF Leonor Savi Chaib)	Possibilidades do ensino de História nas 1ª séries do EF	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	LETRAMENTO E PROJETO INTERDISCIPLINAR NO COTIDIANO ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL (EMEF Profª Geny Rodriguez)	Letramento e Projeto interdisciplinar no cotidiano escolar	Não consta.
DOM Nº 8.168 17/04/2003	14° CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL -- COLE	Não consta.	Não consta.	Não consta.
DOM Nº 8.168 17/04/2003	II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - SIE	Não consta.	Não consta.	Não consta.
DOM Nº 8.205 13/06/2003	III ENCONTRO REGIONAL DE FORMAÇÃO - SUDOESTE - sobre o tema direitos humanos, violência e	ESFERA MUNICIPAL /vários profissionais convidados	Não consta.	04h PARTICIPANTES: 01 Professor(a) por Unidade, Diretores, Vice-Diretores, Orientadores Pedagógicos,

[240] Núcleo de Ação Educativa Descentralizada

	cotidiano escolar - 12 de junho de 2003			Supervisores e Coordenadores Pedagógicos.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293[241]	Do C4[242] - FATOS DE LÍNGUA E DE TEXTO: reflexões para uma nova prática	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	16 participantes Agost./Nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	Do C9 – CULTURA E LINGUAGEM (AIMEM)	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	15 participantes Agost./Nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	Do C10 –PEDAGOGIA FREINET (5 GRUPOS)	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	19 participantes julho./Nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	Do C2 –EDUCAR PARA A IGUALDADE SOCIAL	-	Não consta.	16 participantes set./Nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	Do C3 - MÚSICA	Não consta.	Não consta.	10 participantes
CAMPINAS 2003 – 1º semestre = 32 / 2º semestre = 30 **TOTAL = 62 ações de FCP** **FORMATOS**: GT - grupos de trabalho; cursos; congressos; oficinas; encontro regional de formação; seminários.				

[241] GTs formados a partir de cursos do 1º semestre (em itálico)

[242] Do C4 significa que do curso 4 (C4 Elementos da Produção e Interpretação de Texto: Fatos de Língua e de Discurso), ofertado no 1º semestre os/as docentes organizaram-se em GTs. O mesmo ocorreu com "Do C9", "Do C10", "Do C2" e "Do C3".

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS - CEFORTEPE /2004: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2004	**PROGRAMAS**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**Nº de PARTICIPANTES**
1º semestre				
DOC. CEFORTEPE CAIXA 289	Grupo de Formação METODOLOGIA DE PROJETOS	ESFERA MUNICIPAL	Estudar a viabilidade de trabalhar com a metodologia de projetos.	Grupo de 12 professores inicialmente (que depois farão a multiplicação)
DOC. CEFORTEPE CAIXA 292	CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Possibilitar discussões sobre o meio ambiente, ecologia, ambientalismo, educação e educação ambiental voltados à realidade local, além de dar subsídios para a edição de métodos e técnicas de Educação Ambiental que possam ser por eles apropriados para seus cotidianos (a partir das propostas do PCN).	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 290	LINGUAGENS: PRODUÇÃO DE TEXTOS EM PROSA E EM VERSOS E TEORIAS "lingüísticas", "literária" e "literaturas" - Projeto Biblioteca.	ESFERA MUNICIPAL	Fortalecer a utilização das bibliotecas nas unidades escolares.; trabalhar com textos diversificados (crônicas, críticas, opiniões em jornais e revistas, dentre outros.	30h 40 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C1 OLHAR FOTOGRÁFICO	ESFERA MUNICIPAL	Objetiva gerar reflexões sobre o olhar do cotidiano a partir da linguagem fotográfica, priorizando discussões conceituais sobre a imagem e abordagem de algumas técnicas básicas de fotografia, como enquadramento, composição e jogo de luz e sombra, para equipamentos simples.	45h 14 participantes Março a jun.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C2 CORPO LÚDICO	ESFERA MUNICIPAL	Levar os participantes ao fazer teatral e à conscientização do movimento a partir de	48h 17 participantes

			práticas de reorganização corporal, de improvisação e de jogos teatrais.	Março a jun.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C3 PROCESSOS EDUCATIVOS ATRAVÉS DO TEATRO	ESFERA MUNICIPAL	Ampliar o contato com a metodologia do jogo teatral e de técnicas de consciência corporal	36h 16 Participantes Março a jul.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C4 LIBRAS (LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS)	ESFERA MUNICIPAL	Oferecer o ensino da Libras como ferramenta para a comunicação com os surdos	42h 18 Participantes Março a jul.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C5 PROCURA-SE O SENTIDO	ESFERA MUNICIPAL	Discutir o papel do professor na relação com a criança, tendo como norteadores do processo práticas lúdicas e corporais, jogos e atividades realizadas coletivamente, teatro, dança, música e literatura infantil; despertar novas formas de olhar para a criança, colegas de trabalho e para si mesmo.	45h 23 Participantes Março a jul. (duas turmas)
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C6 EDUCAÇÃO ALIMENTAR	ESFERA MUNICIPAL	Subsidiar os educadores no que se refere à alimentação e nutrição, para que possam promover ações pedagógicas integradas acerca do direito à informação e construção de novos saberes sobre alimentação, criando alternativas para as rotinas alimentares das escolas (...).	45h 15 Participantes Março a jul.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C7 CONTANDO CONTOS	ESFERA MUNICIPAL	Resgatar histórias recolhidas da literatura universal, com a intenção de incentivar os participantes a contarem mais histórias do seu cotidiano e a resgatarem suas histórias de vida, por meio da prática lúdica e criativa	40h 42 participantes Março a out. (duas turmas)
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C8 CONHECER CAMPINAS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	ESFERA MUNICIPAL	Estabelecer um conjunto de interpretações sobre a cidade de Campinas, a partir de uma perspectiva histórica que possibilite a discussão de questões como a origem da cidade e as transformações ocorridas ao longo de mais de dois séculos; discutir a história da cidade relacionada ao ensino desenvolvido nas Escolas municipais.	30h 15 participantes Abril a jun

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C9 DANÇA	ESFERA MUNICIPAL	-	42h 23 participantes Março a jun.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C11 LEITURA CRÍTICA DA MÍDIA	ESFERA MUNICIPAL	Propõe formas de desvelar os bastidores das mensagens veiculadas através do estudo das relações que permeiam a produção do jornalismo; discutir as implicações desse processo na sociedade, em especial para crianças, jovens e adolescentes.	30h 09 participantes Abril a jun.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C12 EDUCAÇÃO ESPECIAL: POSSIBILIDADES DE TRABALHO PEDAGÓGICO	ESFERA MUNICIPAL	Refletir acerca do desenvolvimento de trabalho pedagógico com as pessoas com necessidades educacionais especiais com ênfase nos chamados Transtornos Emocionais Graves - TEG, no ensino regular	-
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C13 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: TRANSFORMANDO O FAZER PEDAGÓGICO	ESFERA MUNICIPAL	Propõe que a partir da escola como esfera pública, os profissionais da SME/FUMEC/Rede de atendimento e Conselheiros de Escolas encontrem formas de fortalecimento pessoal e social que possam efetivar a gestão participativa.	45h 13 Participantes Março a jun.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C15 ESCOLA E SOCIEDADE	ESFERA MUNICIPAL	Discutir as relações entre a escola e a sociedade atual e a comunidade escolar, o processo de ensinar e de aprender e os movimentos atuais da sociedade, através das contribuições da Sociologia da Educação, buscando subsidiar as discussões em autores da Ciências Sociais.	30h 07 Participantes Março a maio
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C16 APRECIAÇÃO MUSICAL: FUNDAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA MÚSICA CLÁSSICA OCIDENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Introduzir os conceitos básicos da evolução da música clássica ocidental: as características do som musical e dos instrumentos; as características dos períodos e dos compositores mais influentes; fatores culturais que determinam as mudanças do estilo musical e a função da música na história; e a construção de um vocabulário básico para lidar com a música como uma arte	33h 16 participantes Março a maio

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C17 EXPERIMENTANDO A PRODUÇÃO DE VÍDEOS: PROFESSORES E ADOLESCENTES COM UMA CÂMERA NA MÃO[243]	ESFERA MUNICIPAL	Abrir aos profissionais de educação da Rede (especialmente de 5ª à 8ª série) uma ampla discussão em torno das possibilidades de produção audiovisual no ambiente escolar, a partir da experimentação	48h 06 Participantes Março a jul.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C18 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM NOVO PARADIGMA EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL	Subsidiar o trabalho pedagógico, sob o olhar de novos paradigmas em educação/educação especial, levando em conta a realidade escolar, visando um trabalho de maior qualidade no processo educativo, auxiliando a equipe pedagógica na construção de um processo dialético entre teoria e prática no contexto escolar.	39h 12 Participantes Março a jun.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C19 EDUCAR PARA A IGUALDADE RACIAL	ESFERA MUNICIPAL	Sensibilizar/capacitar os profissionais da educação sobre a importância do trabalho com relações raciais para o pleno desenvolvimento escolar de todas as crianças (negras, brancas, indígenas e de outros grupos étnicos) e garantia do direito de acesso e permanência nas escolas, construindo referenciais de políticas públicas educacionais de inclusão da temática racial/étnica.	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C20 IMPLICAÇÕES DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	ESFERA MUNICIPAL	Introduzir os conceitos fundamentais de Vigotsky com relação ao desenvolvimento humano e derivar, a partir da análise de eventos práticos da escola, implicações para a organização do trabalho docente na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	54h 65 Participantes Março a jul.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C25 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Discutir as práticas de alfabetização bem como aspectos teóricos que as embasam, privilegiando estratégias metodológicas de resolução de situações - problemas, tematizando a prática da sala de aula,	120h 28 Participantes Março a nov.

[243] Curso resultante de uma experiência pedagógica com alunos da 8ª série da EMEF Raul Pila, em que os alunos realizaram um vídeo ficcional de curta direção, em 2003.

			discutindo os programas de vídeos com conteúdos didáticos, estudo e discussão de textos de subsídios.	
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C26 INTEGRANDO FAMÍLIA E ESCOLA COM MUITO PRAZER!	ESFERA MUNICIPAL	Sensibilizar os educadores para a importância de realizar ações sociopedagógicas, integrando famílias e contribuindo para que as crianças se desenvolvam em um ambiente propício e de forma integral	30h 15 Participantes Março a maio
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C27 GESTÃO EDUCACIONAL E CIDADANIA[244]	ESFERA MUNICIPAL / Naed Sul	Discutir a complexidade do trabalho de gestão educacional na relação das políticas educacionais com as vivências cotidianas, na construção das singularidades de cada unidade escolar	180h - 30h cada (dois módulos) 70 Participantes Março a jun.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C28 JOGOS MATEMÁTICOS	ESFERA MUNICIPAL	Oferecer aos professores a discussão da introdução de conceitos matemáticos através de jogos	30h 15 participantes Março a maio
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	CURSO PARA FORMAÇÃO DE MONITORES	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	240h 200 participantes Março a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	MOMENTOS CULTURAIS[245]	ESFERA MUNICIPAL /EMEFs	Socialização dos trabalhos desenvolvidos nas escolas	Salão Vermelho e Paço Municipal Início: 19:30
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT5 MEMÓRIA DA REDE	ESFERA MUNICIPAL	Reunir trabalhos de professores ou grupos de professores que já trabalharam na RME[246] com a temática Memória ou História Local , num grupo de discussão e troca de experiências, buscando na Memória um eixo articulador entre pesquisa e trabalho pedagógico	1º semestre 02 participantes

[244] Este curso foi trabalhado em seis módulos, a saber: I. Política e Gestão Educacional; II. Projeto Político Pedagógico e Currículo; III. Educação em Direitos Humanos; IV. Metodologia para levantamento de dados quantitativos e qualitativos; V. Planejamento; VI. Legislação e Regimento Escolar.
[245] Momentos culturais 1º semestre registram 8 (oito) temas, conforme doc. Relatório Final, p.31 (caixa 293)
[246] Rede Municipal de Ensino

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT6 SUJEITOS E CONHECIMENTO NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	ESFERA MUNICIPAL	Refletir as práticas pedagógicas e suas rotinas, a partir das relações entre os sujeitos e com os saberes que permeiam o cotidiano escolar.	(Para profissionais de 1ª a 8ª série) 1º semestre 10 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA I)	ESFERA MUNICIPAL	Refletir, pesquisar e construir práticas docentes diferenciadas para uma EJA I inclusiva.	1º semestre 10 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT8 EDUCAR EM CAMPINAS	ESFERA MUNICIPAL	Organizar um acervo de documentos primários, escritos iconográficos sobre a educação em Campinas	1º semestre 03 participantes
2º Semestre / 2004				
DOM Nº 8.492 De 10/08/2004	I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SERÁ REALIZADANOS DIAS 13 E 14 DE AGOSTO DE 2004	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	Não consta.
DOM Nº 8.497 17/08/2004	IV CONGRESSO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 09, 10 E 11/11/ 2004	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C1CONHECER CAMPINAS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	ESFERA MUNICIPAL	Estabelecer um conjunto de interpretações sobre a cidade de Campinas, a partir de uma perspectiva histórica que possibilite a discussão de questões como a origem da cidade e as transformações ocorridas ao longo de mais de dois séculos; discutir a história da cidade relacionada ao ensino desenvolvido nas Escolas municipais.	30h 18 participantes Ago. a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR	ESFERA MUNICIPAL	Subsidiar os educadores no que se refere à alimentação e nutrição, para que possam promover ações pedagógicas integradas acerca do direito à informação e construção de novos saberes sobre alimentação, criando alternativas para as rotinas alimentares das escolas (...).	42h 30 participantes Ago. a nov.

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C3 OS CAMINHOS DO MOVIMENTO: DANÇA, TEATRO E EDUCAÇÃO CORPORAL	ESFERA MUNICIPAL	Propiciar aos participantes a descoberta do movimento como forma de expressão e introduzi-los uma experiência prática de dança, utilizando exercícios de reorganização corporal, improvisação, sequências coreográficas e jogos teatrais.	39h 49 participantes Ago. a nov. (duas turmas)
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C4 PROCESSOS EDUCATIVOS ATRAVÉS DO TEATRO	ESFERA MUNICIPAL	Jogar, fazer teatro, aprender: aprofundar as relações entre esses fazeres. Ampliar o contato com as metodologias do jogo teatral e de técnicas de consciência corporal[247]	39h 29 participantes Ago. a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C5 PROCURA-SE O SENTIDO	ESFERA MUNICIPAL	Discutir o papel do professor na relação com a criança, tendo como norteadores do processo práticas lúdicas e corporais, jogos e atividades realizadas coletivamente, teatro, dança, música e literatura infantil; despertar novas formas de olhar para a criança, colegas de trabalho e para si mesmo.	42h 55 participantes Ago. a nov. (três turmas)
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C6 CULTURAS E SUJEITOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS[248]	ESFERA MUNICIPAL	Módulos: I. O aluno como porta voz de sua realidade social; II. Trabalho e pesquisas sobre educação de jovens e adultos; III. A formação do professor como mediador entre o aluno e o conhecimento	180 horas Certificação de aperfeiçoamento: Fundação Unesp
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C7 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM NOVO PARADIGMA EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL	Subsidiar o trabalho pedagógico, sob o olhar de novos paradigmas em educação/educação especial, levando em conta a realidade escolar, visando um trabalho de maior qualidade no processo educativo, auxiliando a equipe pedagógica na construção de um processo dialético entre teoria e prática no contexto escolar.	30h 18 participantes Ago. a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C8 INTEGRANDO FAMÍLIA E ESCOLA COM MUITO PRAZER!	ESFERA MUNICIPAL	Sensibilizar os educadores para a importância de realizar ações sociopedagógicas, integrando famílias e contribuindo para que as crianças se	30h 23 participantes Ago. a nov.

[247] Para educadores que já participaram de cursos voltados a práticas dramáticas aliadas à educação.
[248] Curso oferecido com recursos provenientes do convênio com o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

			desenvolvam em um ambiente propício e de forma integral	
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C9 ASTRONOMIA, HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA PARA EDUCADORES	ESFERA MUNICIPAL	Oferecer aos participantes o conhecimento básico de astronomia teórico e prática - ciências correlatas - com embasamento histórico e filosófico, permitindo que posteriormente venham a desenvolver propostas educacionais, culturais ou de pesquisa em conformidade com uma metodologia adequada	40h 30 participantes Set. a dez.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C20 IMPLICAÇÕES DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	ESFERA MUNICIPAL	Introduzir os conceitos fundamentais de Vigotsky com relação ao desenvolvimento humano e derivar, a partir da análise de eventos práticos da escola, implicações para a organização do trabalho docente na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	54h 40 participantes Ago. a dez.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	C27 GESTÃO EDUCACIONAL E CIDADANIA	ESFERA MUNICIPAL / Naed Sul	Discutir a complexidade do trabalho de gestão educacional na relação das políticas educacionais com as vivências cotidianas, na construção das singularidades de cada unidade escolar[249]	30h cada (dois módulos) 53 Participantes Ago. a nov.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	FRANCÊS	ESFERA MUNICIPAL/ PRIVADO	Não consta.	39 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	ITALIANO - II	ESFERA MUNICIPAL/ PRIVADO	Não consta.	38 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT1 ESTUDO DO MEIO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESFERA MUNICIPAL	Discutir e sistematizar o conjunto de propostas de estudos do meio e ações desenvolvidas alicerçadas no Projeto Pedagógico das Escolas.	Ano todo 17 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a educação ambiental, desenvolvendo uma linguagem que traduza o real sentido do desenvolvimento sustentável, através do	Ano todo 53 participantes

[249] Este curso foi trabalhado em seis módulos, a saber: I. Política e Gestão Educacional; II. Projeto Político Pedagógico e Currículo; III. Educação em Direitos Humanos; IV. Metodologia para levantamento de dados quantitativos e qualitativos; V. Planejamento; VI. Legislação e Regimento Escolar.

			diagnóstico dos problemas do entorno, para propor soluções com funcionalidade	
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT3 MOVIMENTO DE INCLUSÃO	ESFERA MUNICIPAL	Refletir e subsidiar os participantes na identificação do conjunto das necessidades educacionais especiais que constituem a diversidade do alunato da escola e a ele responder com competência e qualidade	Ano todo 18 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT7 A EDUCAÇÃO POPULAR, A CULTURA DO CUIDAR E AS RELAÇÕES EM REDE	ESFERA MUNICIPAL	Conhecer as experiências bem sucedidas do trabalho em rede, propor e discutir alternativas para os problemas de exclusão/inclusão, consolidar saberes dos professores para que o conhecimento escolar seja significativo para o aluno	Ano todo 47 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT9 AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E FABRICAÇÃO DE BONECAS ÉTNICAS	ESFERA MUNICIPAL	Intervir na formação de educadores, subsidiando-os para a revisão e construção de uma práxis docente que interrogue e provoque ruptura nos conceitos discriminatórios raciais/étnicos existentes nas atividades lúdicas (...), bem como contribuir para a construção de identidade onde as diferenças façam parte do cotidiano do PPP das unidades educacionais da RME / FUMEC/Campinas	Ano todo 30 participantes
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GEPA - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ALFABETIZAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Reunir pesquisas relativas ao tema, promover o intercâmbio de experiências entre as escolas e professores da Rede, integrar as propostas formativas das escolas, Naeds e da Coordenadoria Setorial de Formação	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E FABRICAÇÃO DE BONECAS ÉTNICAS	ESFERA MUNICIPAL	Intervir na formação de educadores, subsidiando-os para a revisão e construção de uma práxis docente que interrogue e provoque ruptura nos conceitos discriminatórios raciais/étnicos existentes nas atividades lúdicas (...), bem como contribuir para a construção de identidade onde as diferenças façam parte do cotidiano do PPP das unidades educacionais da	Não consta.

			RME / FUMEC/Campinas	
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	ESTUDO DO MEIO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESFERA MUNICIPAL	Discutir e sistematizar o conjunto de propostas de estudos do meio e ações desenvolvidas alicerçadas no Projeto Pedagógico das Escolas.	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a educação ambiental, desenvolvendo uma linguagem que traduza o real sentido do desenvolvimento sustentável, através do diagnóstico dos problemas do entorno, para propor soluções com funcionalidade	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	MOVIMENTO DE INCLUSÃO	ESFERA MUNICIPAL	Refletir e subsidiar os participantes na identificação do conjunto das necessidades educacionais especiais que constituem a diversidade do alunato da escola e a ele responder com competência e qualidade	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	A EDUCAÇÃO POPULAR, A CULTURA DO CUIDAR E AS RELAÇÕES EM REDE	ESFERA MUNICIPAL	Conhecer as experiências bem sucedidas do trabalho em rede, propor e discutir alternativas para os problemas de exclusão/inclusão, consolidar saberes dos professores para que o conhecimento escolar seja significativo para o aluno.	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	GT10 ERET - EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ECONÔMICAS E TECNOLOGIA	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	PEDAGOGIA DA IMAGEM	ESFERA MUNICIPAL	Debater o papel da imagem veiculada pelos meios de comunicação de massa (MCM) na criação de modelos, padrões e estereótipos de comportamento individual e social, assim como acompanhar a implementação de projetos pedagógicos desenvolvidos pelos participantes, fornecendo conhecimentos e instrumental técnico necessários	Não consta.

DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	MOMENTOS CULTURAIS[250]	SME/EMEFs	Socialização dos trabalhos desenvolvidos nas escolas	Salão Vermelho e Paço Municipal Início: 19:30
CAMPINAS 2004 – 1º semestre = 38/ 2º semestre = 44 **Total = 82 ações de FCP** **FORMATOS**: cursos, GT – grupos de trabalho, congressos, GEPA – grupo de estudos e pesquisas em alfabetização, conferências.				

[250] Momentos culturais 2º semestre registram 16 (oito) temas, conforme doc. Relatório Final, p.32 (caixa 293)

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS - CEFORTEPE /2005: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2005	**PROGRAMAS[251]**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**Nº de PARTICIPANTES**
1º semestre				
DOM Nº 8.671 - 5/5/2005	GT DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Não informa	Não informa
DOM Nº 8.671 5/5/2005	PROGRAMA MIPID[252]: GT - MEMÓRIA: DISCUTINDO O NEGRO NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL.	ESFERA MUNICIPAL	Este grupo pretende ser um espaço da região onde se realizará a discussão teórica sobre a presença do negro na literatura infanto-juvenil; estabelecendo a relação entre as práticas com literatura infanto-juvenil com a produção teórica sobre o tema. Como resultado teremos a sistematização do trabalho do grupo, devendo culminar com a produção de material sobre o tema, o qual servirá para subsidiar o trabalho docente de outros profissionais da região e da rede.	30 horas Público: Educadores, gestores e demais profissionais de educação da SME/FUMEC.
DOM Nº 8.653 7/4/2005	GT HISTÓRIA, MEMÓRIA E MEIO AMBIENTE	ESFERA MUNICIPAL	Quem são os habitantes da cidade? De onde vieram? Por que vieram? O lixo e a água, enquanto componentes do ambiente habitado por essa vasta população nos servirão de guia para buscarmos na história e na memória da população, a compreensão desse movimento. Voltado para todos os profissionais da Educação, nosso grupo	30 vagas Público alvo: prioridade aos professores da RMEC/FUMEC, havendo vagas, monitores e gestores.

[251] Só foram considerados cursos para Ensino Fundamental e/ou que incluíram docentes do Ensino Fundamental
[252] Memória e identidade: promoção da igualdade na diversidade

			procurará, através da pesquisa do cotidiano o recontar da História através de seus próprios protagonistas.	
DOM Nº 8.653 7/4/2005	GT EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RECONSTRUINDO COLETIVAMENTE PRÁTICAS DOCENTES	ESFERA MUNICIPAL	Partir da ação-reflexão-ação, e da pesquisa, buscar construir práticas docentes diferenciadas para uma EJA transformadora, inclusiva e integral.	30 vagas em cada turma Público alvo: professores de EJA I e II, professores do ensino fundamental (regular) e gestores das EMEFs. A prioridade será dada aos profissionais nesta ordem.
DOM Nº 8.653 7/4/2005	GT POSSIBILIDADES EM ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL .	ESFERA MUNICIPAL	O grupo de estudos busca conhecer a intersecção entre a História, a Literatura e o Cinema, na construção da representação do real. Discute práticas de sala de aula no ensino da história .	10 vagas Público alvo: professores de 1ª a 4ª série e professoras de EJA I
DOM Nº 8.653 7/4/2005	Curso: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E CURRÍCULO -	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	120 horas 15 vagas Público alvo: professores, monitores, gestores e demais funcionários da escola.
DOM Nº 8.653 7/4/2005	Curso: AS DIMENSÕES DA LINGUAGEM E O SEU ENSINO NA ESCOLA.	ESFERA MUNICIPAL	discutir a linguagem em diferentes dimensões: social, textual e gramatical. Serão realizadas atividades que tratam de oralidade e escrita, variação da linguagem (...).	120 horas (abril a novembro) Público alvo: professores de 3ª, 4ª, 5ª séries e EJA.
DOM Nº 8.653 7/4/2005	ESCOLA REGULAR NO CAMINHO DA INCLUSÃO – MÓDULOS I E II	ESFERA MUNICIPAL	Considerando o direito ao acesso e permanência, com sucesso, dos educandos com deficiência e necessidades educacionais especiais na escola regular, este curso tem como objetivo discutir sobre o processo de inclusão e possibilitar a reflexão dos profissionais envolvidos, além de subsidia-los	Carga horária: 40 horas 30 vagas Público alvo: Professores da RMEC/FUMEC, monitores e gestores.

			no cotidiano escolar frente à inclusão.	
DOM Nº 8.653 7/4/2005	ESCOLA REGULAR NO CAMINHO DA INCLUSÃO – MÓDULO III	ESFERA MUNICIPAL	Objetivo de aprofundamento nas áreas de deficiências mentais, síndromes, autismo, distúrbios de aprendizagem e de comportamento, transtornos emocionais graves e doenças do sangue com impactos limitantes de condições físicas ou mentais.	Carga horária: 40 horas Destinado aos educadores que já participaram dos Módulos I e II em 2004
DOM Nº 8.653 7/4/2005	PEDAGOGIA DA IMAGEM	ESFERA MUNICIPAL	construir bases teóricas para um debate consistente a respeito das imagens veiculadas pelos meios de comunicação de massas, que contemplem a forma de produção dessas imagens, seu conteúdo ideológico e suas consequências para o meio social e para o indivíduo, bem como a busca de alternativas mais democráticas e libertadoras para os modelos que são veiculados. (...)	Carga horária: 60 horas 40 vagas Público alvo: professores RMEC/FUMEC, monitores, gestores de demais funcionários da escola, nesta ordem de prioridade.
DOM Nº 8.653 7/4/2005	FRANCÊS	ESFERA MUNICIPAL/ PRIVADO	Destinado a professores que virão a ensinar a língua francesa para alunos da RMEC.	30 vagas Público alvo: professores efetivos da RMEC
DOM Nº 8.653 7/4/2005	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	Carga horária: 180 horas.
DOM Nº 8.653 7/4/2005	CURSO “CULTURAS E SUJEITOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS”	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	Carga horária: 180 horas. Nº de vagas: 120
2º semestre / 2005				

DOM Nº 8.731 30/07/2005	CURSO: EDUCAÇÃO ESPECIAL	ESFERA MUNICIPAL	Aprofundar os conhecimentos nas diversas áreas das deficiências, oferecer respostas e alternativas de atendimento especializado no que se refere às necessidades educacionais dos alunos com necessidades educativas especiais.	3 módulos (1º = 30h e o 2º e 3º 40h) 110 h Número de Vagas: 30
DOM Nº 8.731 30/07/2005	CURSO: EDUCAÇÃO MATEMÁTICA.	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	Número de vagas: 30. Público: professores das séries iniciais, professores da FUMEC, professores de 5ª a 8ª série (matemática) e Ed. Infantil.
DOM Nº 8.731 30/07/2005	CURSO: GESTÃO EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL	Buscar aprofundamento dos estudos para que Diretores e Vice Diretores fortaleçam seus saberes e possam contar com subsídios para o enfrentamento do cotidiano escolar na perspectiva da práxis. Partindo das práticas, das trocas de experiências e do aprofundamento teórico, buscar-se-á ampliar perspectivas na gestão democrática do Projeto Político Pedagógico da escola e no fortalecimento da autonomia e do trabalho coletivo das equipes escolares.	Carga horária: 50 horas. Número de vagas: 35. Público alvo: Diretores e Vice Diretores das escolas municipais.
DOM Nº 8.731 30/07/2005	CURSO: AS DIMENSÕES DA LINGUAGEM E O SEU ENSINO NA ESCOLA 2º SEMESTRE	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a linguagem em diferentes dimensões: social, textual e gramatical. Serão realizadas atividades que tratam de oralidade e escrita, variação da linguagem (variação social, geográfica, histórica, preconceito linguístico) e a relação com e ensino-aprendizagem. Em seguida, os conceitos de letramento, texto, coerência, coesão e gênero possibilitarão pensar em alternativas de trabalho com a linguagem na escola, tanto na leitura como na produção de textos. (...)	3 módulos totalizando 80 horas Público alvo: professores de 3ª, 4ª, 5ª séries e EJA.

DOM Nº 8.731 30/07/2005	CURSO: ASTRONOMIA PARA PROFESSORES.	ESFERA MUNICIPAL	Conhecimentos básicos da Astronomia teórica e prática e das ciências correlatas. A partir de um embasamento histórico e filosófico e da exploração de instrumentos de pesquisa em Astronomia, buscar-se-á promover a atualização dos docentes neste campo do conhecimento, de modo que estes possam vir a desenvolver propostas educacionais, culturais ou de pesquisas com metodologias adequadas.	Carga horária: 90 horas. Número de vagas: 30.
DOM Nº 8.731 30/07/2005	CURSO: O CORPO COMO LINGUAGEM: POSSIBILIDADES EXPRESSIVAS E COMUNICATIVAS	ESFERA MUNICIPAL	Orientar o professor quanto às possibilidades expressivas e comunicativas de seu corpo. São objetivos desejados: a conquista duradoura de estados físicos e mentais de relaxamento; o conhecimento da linguagem/mensagem que o seu corpo está emitindo; a ampliação da percepção sensível de todos os sentidos; desconstrução e reflexão poética do cotidiano através do conhecimento simbólico; canalização do potencial criativo na construção de cenas dramáticas. O teatro, a música e as técnicas meditativas e de relaxamento serão os instrumentos que permitirão o alcance desses objetivos.	Número de vagas: 20.
DOM Nº 8.731 - 30/07/2005	CURSO: VIOLÃO	ESFERA MUNICIPAL	Teoria e prática de violão para iniciantes e para os que têm pouca formação na área.	Número de vagas: 8.
DOM Nº 8.731 - 30/07/2005	CURSO: CULTURAS E SUJEITOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (2º semestre)	ESFERA MUNICIPAL	Não informa	120 horas Público: professores e gestores da RMEC/FUMEC. Módulo I foi no 1º semestre e módulos II e III serão no 2º semestre =

DOM Nº 8.731 30/07/2005	GT: CIÊNCIAS E CULTURAS NOS COTIDIANOS DAS ESCOLAS	ESFERA MUNICIPAL	O curso terá como força de seu trabalho as experiências de ensino e as reflexões, análises e sentidos que podemos lançar para elas. Orientarão teoricamente nossos trabalhos as vertentes dos estudos culturais das ciências e suas conexões com a educação.	Carga horária: 60 horas (45 horas presenciais e 15 para estudos e reflexões em situações de aula). Número de vagas: 35. Público alvo: professores de ciências e das 3ªs e 4ªs séries.
DOM Nº 8.731 30/07/2005	GT: MEMÓRIA: DISCUTINDO O NEGRO NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL	ESFERA MUNICIPAL	Este grupo pretende ser um espaço de estudos sobre práticas de usos da literatura infanto-juvenil com o foco nas questões do negro. Como resultado haverá a sistematização do trabalho do grupo, devendo culminar com a produção de material sobre o tema, o qual servirá para subsidiar o trabalho docente de outros profissionais da rede.	Número de vagas: 30 Público alvo: professores, gestores, monitores e demais profissionais da SME/ FUMEC.
DOM Nº 8.749 25/08/2005	1 CURSO INTERMEDIÁRIO	ESFERA MUNICIPAL	Aprofundamento nos aplicativos Open – Escritor, Paint, Internet e Ferramentas de E-mail.	48 horas 72 vagas (3 turmas) Público alvo: profissionais da Educação que já fizeram Curso Básico no CEPROCAMP em 2004 ou que já tenham noções básicas de informática. A prioridade será dada aos gestores da RMEC e FUMEC.
DOM Nº 8.749 25/08/2005	2. CURSO AVANÇADO	ESFERA MUNICIPAL	Aprofundamento nos aplicativos Open – Escritor, Paint, Internet e Ferramentas de E-mail.	48 horas 92 vagas (3 turmas) Público alvo: profissionais da Educação que já fizeram Curso Básico no CEPROCAMP em 2004 ou que já tenham noções básicas de informática. A prioridade será dada aos gestores da RMEC e FUMEC.
DOM Nº 8.749 25/08/2005	3. INFORMÁTICA PARA GESTÃO EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL	Introdução ao ambiente, consulta a banco de dados como MEC, INEP, Secretaria Estadual, Diário Oficial do Município, textos e planilhas	48 horas 96 vagas (4 turmas) Público alvo: profissionais da Educação que já fizeram Curso Básico no CEPROCAMP em 2004

				ou que tenham noções básicas de informática. A prioridade será dada aos gestores da RMEC e FUMEC.
DOM Nº 8.749 25/08/2005	4. WEB	ESFERA MUNICIPAL	Criação de página na Internet	48 horas/aula 20 vagas Público: profissionais da Educação que já possuem conhecimentos aprofundados em informática e internet. A prioridade será dada aos gestores da RMEC e FUMEC.
DOM Nº 8.760 9/9/2005	"RODAS DE EDUCADORES PELA EDUCAÇÃO INCLUSIVA" ENCONTROS MENSAIS 2º SEMESTRE	ESFERA MUNICIPAL	Oportunidade para reflexão, sobre as questões da diversidade humana na escola. Tema: Políticas Públicas na Escola Inclusiva. Profissional: Profª. Mônica Moraes - Coordenadora Pedagógica da SME. Tema1: O Projeto Pedagógico como Aglutinador das Práticas de Inclusão. Profissional: Prof. Júlio Antônio Moreto - Coordenador Pedagógico SME. Tema2: O que é Educação Especial? O que é Inclusão? O que são necessidades educacionais especiais? Profissional: Profª. Dra. Rosângela Gavioli Pietro - Faculdade de Educação da USP.	Não consta
DOM Nº 8.760 9/9/2005	CURSO - RESGATANDO VALORES E CONSTITUINDO HÁBITOS ATRAVÉS DOS JOGOS	ESFERA MUNICIPAL	Destina-se a formação de profissionais para o trabalho com jogos criativos, confeccionados com materiais reutilizáveis, articulando as questões da educação ambiental à produção para o cotidiano pedagógico.	30 horas Público: Profissionais da Educação
CAMPINAS 2005 – 1º semestre = 13 / 2º semestre = 16 **Total = 29 ações de FCP** **FORMATOS**: cursos, GT – grupos de trabalho, Roda de Educadores (mensais)				

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS - CEFORTEPE /2006: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2006	**PROGRAMAS**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**Nº de PARTICIPANTES**
DOM Nº 9.616 21/03/2006	CURSO 2: EDUCAÇÃO ESPECIAL E NOVAS TECNOLOGIAS: O ALUNO CONSTRUINDO SUA AUTONOMIA	ESFERA MUNICIPAL	Oferecer subsídios técnicos para adaptação de materiais no ensino de deficientes físicos, incluindo a exploração de programas de informática que auxiliam na interação entre alunos e professores e entre alunos e objetos dos conhecimentos a serem organizados na escola regular.	50 h/a: sendo 25 teóricas e 25 para a produção de materiais. Nº de vagas: 25
DOM Nº 8.931 26/05/06	Curso CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE PARA TODOS	ESFERA MUNICIPAL[253]	Este curso será composto por um conjunto de palestras sobre a temática da Educação e Cidadania, Inclusão, Educação Especial, Movimentos de Inclusão e atendimento às populações em situações de vulnerabilidade social, Tecnologias Assistivas e outros.	60h 35 vagas Público Alvo: Todos os Profissionais da RMEC/FUMEC e Instituições vinculadas à SME.
2º semestre / 2006				
DOM Nº 9.616 21/03/2006	CURSO1: LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (Início no 2º semestre)	ESFERA MUNICIPAL	Este curso tem por objetivo inserir o profissional da educação no contexto linguístico da Libras, visando o uso efetivo desta linguagem e a promoção de interação entre pessoas ouvintes e surdas.	80 horas/aula Nº de vagas: 30 Público Alvo: Todos os Profissionais da SME/FUMEC.
DOM Nº 8.966 19/07/2006	CURSO 1 – O ALUNO DEFICIENTE FÍSICO NO ENSINO REGULAR	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	30 vagas 20 participantes
DOM Nº 8.966	CURSO 2 – LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	32 participantes

[253] São convidados para ministrar estas palestras, profissionais da RMEC/FUMEC e de outras Instituições.

19/07/2006	DE SINAIS			
DOM Nº 8.966 19/07/2006	CURSO 3 – SURDEZ, LINGUAGEM E O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	30 vagas 23 participantes
DOM Nº 9.043 - 10/11/2006	SEMINÁRIO TEMÁTICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS II, (13 e 14 de novembro de 2006)	ESFERA MUNICIPAL	Proporcionar a reflexão sobre novas possibilidades de organização de espaço e tempo no Curso de Educação e Jovens e Adultos - EJAII para que atenda as reais necessidades dos alunos, considerando a constatação da diminuição de matrículas e os altos índices de retenção e da evasão escolar.	Professores de Educação de Jovens e Adultos – EJAII - 1º ao 4º termo, Orientadores Pedagógicos, Gestores Educacionais, Equipe Educativa dos NAED's e 2 representantes dos alunos por escola
DOM Nº 9.055 30/11/2006	V CONGRESSO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (5, 6 e (7 de dezembro de 2006)	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	Não consta.
DOC. CEFORTEPE CAIXA 292	CUIDANDO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	ESFERA MUNICIPAL (Iluminar Campinas[254])	Identificar, capacitar, integrar e avaliar a Rede de cuidados para evitar a revitimização; qualificar e humanizar os serviços.	Não consta.
CAMPINAS 2006 – 1º semestre: 2 / 2º semestre: 7 **TOTAL = 09 ações de FCP** **FORMATOS**: cursos; seminário; congresso.				

[254] Programa iniciado em 2001. Atua como rede intersetorial e interinstitucional de serviços nas áreas da saúde, educação, assistência social, jurídica e de cidadania. Disponível em http://www.campinas.sp.gov.br/governo/saude/atencao-a-saude/iluminar/default.php. Acesso em 18/01/2015.

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS - CEFORTEPE /2007: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2007	**PROGRAMAS[255]**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**PARTICIPANTES E CARGA HORÁRIA**
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	I EDUCAÇÃO BÁSICA CURSO - O ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E A APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO: discutindo possibilidades tecnológicas para o sucesso escolar	ESFERA MUNICIPAL	O objetivo geral do curso é propor momentos de construção quanto aos materiais necessários à educação do aluno com deficiência física na sala de aula do ensino regular, consoante a socialização de subsídios teóricos. (...)	Carga horária:32 h 30 vagas Público Alvo: Professores que realizaram curso em 2006. Nº de participantes = 18
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA PARA SURDOS	ESFERA MUNICIPAL	O curso propõe discussões, reflexões que levem a uma transformação da concepção teórico-prática referente à compreensão dos processos de ensino-aprendizagem do Português como segunda língua para surdos. (...)	55h/a - (45h/a presenciais e 10h/a não presenciais) – com encontros quinzenais 25 vagas Nº de participantes = 11
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: EXERCÍCIO DA CIDADANIA	ESFERA MUNICIPAL	Proporcionar a reflexão sobre a necessidade e as possibilidades de transformação das formas de org. das salas de aula, visando a atender e a valorizar a diversidade presente nas classes; proporcionar	Carga horária: 60 h/a 30 vagas Público Alvo: Profissionais do ciclo de alfabetização e das 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental

[255] Só foram considerados cursos e GTs para e/ou que incluíram os/as professores/as do Ensino Fundamental

			uma reflexão crítica sobre o modelo tradicional de ensino e, trabalhando a teoria e prática na perspectiva da Pedagogia Freinet (...).	Nº de participantes = 13
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	ESFERA MUNICIPAL	Discutir uma proposta curricular para EJA a partir da análise de teorias de ensino e trabalhos contemporâneos sobre o tema, identificando suas metodologias. Será enfatizada a organização do currículo por projetos de trabalho, numa perspectiva interdisciplinar, tendo em vista os novos sujeitos da EJA.	Carga horária: 100 h/a – (75 h/a presenciais e 25h/a não presenciais) 35 vagas Público Alvo: Professores da EJA Nº de participantes = 16
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - DAS PRIMEIRAS FORMAS DE CONTAGEM À UTILIZAÇÃO DO ÁBACO	ESFERA MUNICIPAL	Pensar e fazer o conceito matemático como forma de refletir sobre os fundamentos do ensino da Matemática na construção dos números e na utilização do ábaco. (...)	Carga horária: 30 h/a 35 vagas Público Alvo: professores da Educação Especial e EJA. Nº de participantes = 17
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - HISTÓRIA EM QUADRINHOS - UMA PROPOSTA ENVOLVENTE	ESFERA MUNICIPAL	Apresentar ferramentas e propostas para criação e elaboração de histórias em quadrinhos, por ser uma linguagem que possibilita o trabalho com diferentes aspectos do desenvolvimento cognitivo.	Carga horária: 30 h/a 18 vagas Público: Prof. da Ed. Infantil, Ens. Fund. e EJA. Nº de participantes = 13
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - O PROJETO PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESCRITA, ENCONTROS E DIÁLOGOS DA/NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Compreender a escrita como instrumento de reflexões e transformações de cada profissional e da Unidade Educacional como um todo, assim como, compreender o Projeto Pedagógico como importante forma de registro e de sistematização dos conhecimentos produzidos da/na escola.	Carga horária: 40 h/a 40 vagas cd turma Público: Professores, monitores e gestores da Ed. Infantil e demais profissionais de CEMEI, EMEI e EMEF da SME e das entidades conveniadas. Nº de participantes = 25 (turma A) e 19 (turma B)
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - APRENDER A PERGUNTAR, PESQUISAR E DESCOBRIR: O	ESFERA MUNICIPAL	Aprender a perguntar, pesquisar e descobrir: o desenvolvimento de projetos com crianças do ciclo de alfabetização	Carga horária: 80 h/a – (60 h/a presenciais e 20 h/a não presenciais 30 vagas

	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS COM CRIANÇAS DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO			Público: prof. das turmas do ciclo de alfabetização da SME. Nº de participantes = 22
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - MEMÓRIA DE PROFESSORES	ESFERA MUNICIPAL	No exercício da memória, nossa proposta é a escrita da História. Propomos falar de nós mesmos, das experiências por nós vividas, do cotidiano que nos circunda na relação com as políticas educacionais, falar de escola. Mais do que isso, pretendemos o registro dessas memórias. (...).	Carga horária: 112 h/a – (3h/a presenciais e 1 h/a não presencial para leitura e estudo) 30 vagas Público Alvo: Professores do ciclo de alfabetização à 8ª série do Ensino Fundamental Nº de participantes = 15
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - ALFABETIZAÇÃO E CULTURA LETRADA (CONTINUIDADE DO CURSO LETRA E VIDA / 2006)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Retomar e aprofundar temas trabalhados no curso Letra e Vida em 2006, como: aspectos metodológicos e avaliativos necessários para desenvolvimento do trabalho de ensino-aprendizagem; discussão sobre alfabetização tendo como eixo o texto; ampliação do repertório a respeito da literatura infantil e o seu uso no aprendizado da linguagem escrita; (...)	Carga horária: 120 h/a 35 vagas Público Alvo: Prioritariamente professores que fizeram o curso Letra e Vida em 2006; professores do 2º e 3º anos do ciclo de alfabetização e 3ª série, nesta ordem. Nº de participantes = 18
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: TEORIAS E PRÁTICAS	ESFERA MUNICIPAL/ MEC/UNICAMP	Realizar a reflexão e a sistematização dos pressupostos, conceitos e práticas relacionados à organização do Ens. Fund. de nove anos, em especial do ciclo de alfabetização. Pretende-se partir de uma reflexão e discussão sobre as práticas pedagógicas, buscando a articulação entre os estudos que serão feitos e as ações cotidianas do educador. (Há possibilidade de continuidade deste curso no segundo semestre, na modalidade "especialização lato sensu", a ser realizada na UNICAMP)	Carga horária: 40 h/a – (300 vagas) Público Alvo: professores da Educação Especial do Ens. Fund. e especialistas do Ensino Fundamental. Nº de participantes = 153 (distribuídos em 4 turmas) Certificado pelo Centro de Formação de Professores - Alfabetização e Linguagem, do Cefiel/MEC/UNICAMP
DOM Nº 9.144	CURSO - UM NOVO	ESFERA	Propõe a olhar, discutir e refletir os registros	Carga horária: 45 h/a

de 12/04/2007	OLHAR PARA OS REGISTROS: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS	MUNICIPAL	individuais produzidos pelos profissionais das Unidades Educacionais e, a partir desses, re-significar a prática pedagógica e a de documentação do trabalho pedagógico. Para tanto, serão utilizadas leituras, debates e análises dos registros dos profissionais.	30 vagas Público Alvo: Professores e monitores da Educação Infantil e do ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental da SME. Nº de participantes = 18
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - CLASSES VOLTADAS A ALUNOS EM DEFASAGEM IDADE/SÉRIE	ESFERA MUNICIPAL	Discutir questões acerca da exclusão revelada pelos dados estatísticos da retenção e evasão, como forma de repensar os Projetos Pedagógicos e Planos de Ensino para que sejam mais condizentes com o público que atendem, em especial com aqueles que estão à margem da aprendizagem.	Carga horária: 40 h/a 35 vagas Público Alvo: Professores e especialistas do Ensino Fundamental que tenham alunos em defasagem idade/série. Nº de participantes = 13
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - ENSINO/APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA: ALTERNATIVAS PARA A DIVERSIDADE DA SALA DE AULA	SME	Estudos dos conceitos fundamentais da Matemática abordados no Ensino Fundamental, a partir de atividade de ensino que proporcionam a (re)construção dos conceitos matemáticos, considerando a diversidade da sala de aula, as diferenças de tempo e forma de apreensão dos conteúdos e habilidades, possibilitando a (re)elaboração e domínio dos conceitos aritméticos, geométricos e algébricos (...).	Carga horária: 90 h/a – (80 h/a presenciais e 10 h/a não presenciais) 35 vagas Público Alvo: Professores do ciclo de alfabetização e das 3ª e 4ª séries e professores de Matemática de 5ª à 8ª séries do Ens. Fund. da SME. Nº de participantes = 10
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - FRANCÊS BÁSICO III	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADO	Continuidade da formação em língua e cultura francesas, buscando além do desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, uma discussão sobre a prática pedagógica, para atuação imediata junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.	Carga horária: 85 h/a 15 vagas cada turma Público Alvo: Professores titulares de cargo que frequentaram o Curso Francês Básico II em 2006 Pré-requisito: Professores que se comprometam a ministrar aulas de Francês para os alunos. Nº de participantes = 17
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - ITALIANO – INTERMEDIÁRIO	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA	Continuidade da formação em língua e cultura italianas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, para	Carga horária: 80 h/a 20 vagas Público Alvo: Professores que

		PRIVADO	futura atuação junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.	tiveram interrompido o curso de Italiano no ano de 2006 da SME de Campinas ou que já passaram por uma formação básica em Italiano. Nº de participantes = 11
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO DE LIBRAS - MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADO	Promover o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais para a comunidade das escolas e professores e a importância da LIBRAS para a pessoa surda.	Carga horária: 75 h/a. 20 vagas Público Alvo: Profissionais que participaram do Módulo I (curso básico) em 2006. Nº de participantes = 20
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	GT FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE FRANCÊS NA SME	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADO	Refletir sobre a prática pedagógica, discutindo e propondo atividades que visem à aprendizagem dos alunos na língua e cultura francesas.	Carga horária: 18 h/a Vagas (não consta) Público Alvo: Professores que fazem parte do Projeto Francês Nº de participantes = 05
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	GT IMPRENSA NA ESCOLA (INICIANTE)	ESFERA MUNICIPAL	1º.Promover discussões sobre fundamentos e práticas de leitura para que os professores realizem atividades e projetos em sala de aula, utilizando principalmente a imprensa escrita, falada e eletrônica (jornais e revistas p.ex.), como uma das fontes de pesquisa para análise de diversos temas relacionados às áreas de conhecimentos (...)	Carga horária: 50 h/a com encontros quinzenais 40 vagas cd turma Público Alvo: Professores e demais profissionais da educação SME/FUMEC e das entidades conveniadas. Nº de participantes = 38
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	GT IMPRENSA NA ESCOLA (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL	IDEM	Carga horária: 50 h/a com encontros quinzenais 40 vagas cd turma Público Alvo: Professores e demais profissionais da educação SME/FUMEC e das conveniadas que já participam do grupo. Nº de participantes = 44

DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	GT RÁDIO E TV	ESFERA MUNICIPAL	O campo da Comunicação é amplo e abrangente, por isso, sobre Mídia, destacam-se projetos que versam sobre os meios de comunicação social: Rádio, Televisão, Cinema, Internet e, ainda, além desses eletrônicos citados, os impressos como: Jornal e Revista. (...)	Carga horária: 45 h/a 15 vagas cd turma Público Alvo: Professores da SME/FUMEC Nº de participantes = 27[256]
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - O CIRCO EDUCANDO	ESFERA MUNICIPAL	Conscientizar os professores sobre a importância da "Educação através do movimento" a partir da manufatura e prática dos malabares circenses que auxiliarão na sua criatividade, concentração, persistência e habilidade manual. (...)	Carga horária: 66 h/a 20 vagas cd turma Público Alvo: Professores e Monitores da Educação Infantil, do Ens. Fund., EJA SME/FUMEC e das entidades conveniadas. Nº de participantes = 34
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - VIVÊNCIAS DE ATIVIDADES CIRCENSES NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Possibilitar ao professor o conhecimento de atividades circenses e sua aplicabilidade junto à comunidade escolar, estimulando a criatividade através do movimento, da música e do teatro, promovendo novas vivências corporais.	Carga horária: 40 h/a 35 vagas do teatro, promovendo novas vivências corporais. Público Alvo: Professores da Educação Infantil, do Ens. Fund. , EJA SME/FUMEC e das entidades conveniadas. Nº de participantes = 26
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - MUSICALIZANDO CAMPINAS: NAIPE DE CORDAS - VIOLINO OU VIOLA	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo oferecer teoria e prática do instrumento Viola e Violino, possibilitando o acesso e a apreciação musical.	Carga horária: 78 h/a 08 vagas cd turma Público Alvo: Professores do Ens. Fund., EJA I e II da SME/ FUMEC. Pré-requisito: O professor será multiplicador das ações de formação junto aos alunos. Nº de participantes = 10 em 2

[256] Quando nº de participantes é maior que o nº de vagas significa que houve mais de uma turma.

				turmas
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - MUSICALIZANDO CAMPINAS: NAIPE DE SOPRO - FLAUTA DOCE (SOPRANO)	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo aos educadores um repertório musical sensível, no qual o prazer de ouvir se alia ao prazer de tocar. Tem como objetivo, também, proporcionar a formação de educadores para que possam multiplicar este conhecimento a outros educadores e aos seus alunos.	Carga horária: 60 h/a 12 vagas cd turma Público Alvo: Professores da SME, preferencialmente do Ciclo de Alfabetização. Pré-requisito: O professor será multiplicador das ações de formação junto aos alunos. Nº de participantes = 23
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - MUSICALIZANDO CAMPINAS: BANDA RÍTMICA INFANTIL 2	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem o objetivo de proporcionar o conhecimento musical básico para uma atuação segura e consistente com seus alunos no tocante a formação da banda rítmica, entendendo-a como um desenvolvimento e um preparo para outras atividades musicais.	Carga horária: 80 h/a 40 vagas Público Alvo: Prof. do Ens. Fund. da SME, preferencialmente aqueles que lecionam no ciclo de alfabetização - crianças com 6, 7 e 8 anos. Pré-requisito: O professor será multiplicador das ações de formação junto aos alunos. Nº de participantes = 28
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - MUSICALIZANDO CAMPINAS: REGÊNCIA CORAL	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem o objetivo de trabalhar a auto-estima e contribuir para ampliar a cultura em vários âmbitos em seus participantes. Proporcionar a frequência dos integrantes em teatros como ouvintes e como cantores. Desenvolver acuidade auditiva e intelectual dos coralistas.	Carga horária: 76 h/a 30 vagas Público Alvo: Prof. e monitores da Ed. Inf. e Ens. Fund. da SME e conveniadas. Pré-requisito: candidatos que já tenham cantado em coral e que já tenham tido contato com algum instrumento (...) Nº de participantes = 25
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - MUSICALIZANDO	ESFERA MUNICIPAL	O curso visa a criar situações e conhecer, entre outros pontos, a história da música, sua análise	Carga horária: 78 h/a Não consta nº de vagas

	CAMPINAS: RITMO - FANFARRA NAS ESCOLAS		técnica e o trabalho com os instrumentos de percussão dentro da fanfarra.	Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental SME Nº de participantes = 10
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - MUSICALIZANDO CAMPINAS: NAIPE DE PERCUSSÃO	ESFERA MUNICIPAL	Dar possibilidade aos professores a aprenderem a tocar um instrumento de percussão; teoria e prática musical; inclusão musical em horário contraturno de aula.	Carga horária: 90 h/a 05 vagas Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental e EJA Nº de participantes = 04
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - MUSICALIZANDO CAMPINAS: NAIPE DE METAL: TROMPETE, TROMBONE, TUBA ETC	ESFERA MUNICIPAL	Dar possibilidade aos professores a aprenderem a tocar um instrumento de metal; teoria e prática musical; inclusão musical em horário contraturno de aula.	Carga horária: 90 h/a 05 vagas Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental e EJA Nº de participantes = 01
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO MUSICALIZANDO CAMPINAS: CORPO COREOGRÁFICO E BALIZA	ESFERA MUNICIPAL	Oferecer aos professores o aprendizado das técnicas específicas de coreografias e prática de baliza realizadas juntamente com a fanfarra.	Carga horária: 90 h/a Não consta nº de vagas e nº de participantes Público Alvo: Professores do Ens. Fund. e EJA
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - ENSINANDO COM O JOGO DE XADREZ	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem o objetivo de capacitar professores no jogo de xadrez contribuindo, desenvolvendo e reconhecendo-o como articulador na melhoria da qualidade de ensino.	Carga horária: 80 h/a 20 vagas Público Alvo: Professores do Ens. Fund. SME e EJA/ FUMEC Nº de participantes = 17 distribuídos em 2 turmas
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	**GT:** EDUCAÇÃO FÍSICA - CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CURRÍCULO ESCOLAR – JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS (JEM) E REGULAMENTOS	ESFERA MUNICIPAL	O Grupo de Trabalho visa a discutir, desenvolver e avaliar a Educação Física no currículo escolar. Jogos Escolares Municipais - (JEM) e regulamento.	Carga horária: 40 h/a 40 vagas Público Alvo: Professores de Educação Física do Ens. Fund. da SME e EJA. Nº de participantes = 08

DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	GT: ARTE - CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CURRÍCULO ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL	O Grupo de Trabalho visa a discutir, a desenvolver e a avaliar o componente curricular Artes na escola.	Carga horária: 40 h/a 30 vagas Público Alvo: Professores de Artes do Ens. Fund. da SME e EJA. Nº de participantes = 04
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	IV - PROGRAMA TRANSVERSALIDADE CURSO - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Aperfeiçoamento profissional, através das contribuições epistemológicas e metodológicas da Ed. Ambiental, enquanto área do conhecimento que preconiza a participação, a "quebra" da estrutura disciplinar e abordagem local/global da problemática ambiental.	Carga horária: 57h/a 20 vagas cd turma Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental da SME/FUMEC Nº de participantes = 30
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - EDUCAÇÃO ALIMENTAR E CURRÍCULO	ESFERA MUNICIPAL	Visa a discutir a questão alimentação, nutrição e educação, e sua inserção no currículo escolar, de maneira interdisciplinar com a colaboração de profissionais da rede e de outros segmentos. Tem como propósito subsidiar os educadores quanto à promoção de práticas que levem a construção de saberes relacionados à alimentação e formação de hábitos saudáveis (...)	Carga horária: 36 h/a 35 vagas Público Alvo: Professores, monitores e gestores da SME/FUMEC e profissionais das entidades conveniadas. Nº de participantes = 17
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - BIO-EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Oferecer subsídios para que o professor seja sensibilizado a respeito de seu papel no contexto do mundo atual, onde se espera que ele não seja simplesmente um mero 'transmissor do conhecimento', mas que inove continuamente suas estratégias de ensino, despertando em si a capacidade de fazer brotar o seu potencial infinito de possibilidades (...)	Carga horária: 66 h/a 25 vagas Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental da SME/FUMEC Nº de participantes = 07
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - TRABALHANDO CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DE MAQUETES E JOGOS I	ESFERA MUNICIPAL	Criar materiais educativos que possibilitem aplicar os conceitos de educação ambiental através de maquetes e jogos construídos com materiais recicláveis, ferramentas estas que propõem uma interação criativa e holística entre as questões ambientais e sua transversalidade nos diferentes componentes	Carga horária: 57h/a 20 vagas Público Alvo: Professores da SME/FUMEC Nº de participantes = 05

			curriculares, como artes, geografia, história, ciências (...)	
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - AÇÕES EDUCATIVAS EM MUSEUS	ESFERA MUNICIPAL	Capacitar professores e especialistas para serem mediadores nos espaços educativos não formais, como os museus. Haverá visitas técnicas aos museus, palestras, discussões bibliográficas e elaboração de propostas educativas. (...) ações educativas nos museus e o reconhecimento dos diversos campos de atuação, como preservação do acervo, montagem de exposições, monitorias e outras ações educativas.	Carga horária: 100 h/a – (o curso terá continuidade no 2º semestre) 60 vagas Público Alvo: Profissionais da Educação da SME/ FUMEC Nº de participantes = 16
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - CONVIVENDO COM O UNIVERSO DA ADOLESCÊNCIA	ESFERA MUNICIPAL / ONG (TABA[257])	Este curso propõe um espaço de compreensão do universo das adolescências, podendo contribuir com a prática do Ensino Fundamental numa perspectiva da cultura do prazer como forma de prevenção às situações das vulnerabilidades vividas pelas adolescências, discutindo as relações entre as possibilidades de prevenção as violências e a violação de direitos dos e das adolescentes.	Carga horária: 80 h/a 20 vagas Público Alvo: Prioritariamente professores de 4ª a 8ª séries e especialistas do Ens. Fund. da Região Noroeste. Havendo vagas, estende-se para os profissionais das outras regiões. Nº de participantes = 08
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - A AMIZADE COMO ATO EDUCATIVO NA VISÃO DA FILOSOFIA	ESFERA MUNICIPAL	Propondo a discussão da amizade a partir do pensamento filosófico, como instrumento de possibilidade de amenizar os conflitos negativos (a violência muda, surda e muitas vezes declarada abertamente no cotidiano da escola e da sociedade).	Carga horária: 80 h/a 30 vagas Público Alvo: Profissionais da Educação da SME/ FUMEC Nº de participantes = 19
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	GT: "EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE"	ESFERA MUNICIPAL	Por meio de subsídios teóricos e práticos, formar o profissional para implementar ações em sexualidade humana, visando a valorização, participação, a saúde sexual e reprodutiva nas escolas da Rede Municipal de	Carga horária: 36 h/a 20 vagas cd turma Público Alvo: Profissionais da Educação SME/FUMEC

[257] A TABA é uma Organização Social sem fins lucrativos, criada em 1996, que desenvolve projetos relacionados à participação social juvenil, direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, mobilização social e capacitação de profissionais relacionados a jovens e adolescentes, com envolvimento e participação de jovens e adolescentes. Tem como parceiros a CPFL, a FACAMP, a Prefeitura Municipal de Campinas dentre outros. Disponível em http://www.espacotaba.org.br/. Acesso em 18/01/2015.

			Ensino.	Nº de participantes = 23 distribuídos em 2 turmas
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	V - PROGRAMA MIPID - MEMÓRIA E ENTIDADE: PROMOÇÃO DA IGUALDADE NA DIVERSIDADE CURSO - A LEI 10.639/03 - COMPROMISSOS E MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Objetiva o diálogo entre a Lei nº 9394/96, acrescida da Lei 10.639/03, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aliado ao estudo teórico-prático permeando por debates sobre ideias/concepções, bem como a reflexão sobre a amplitude do currículo experimentado nos espaços da comunidade escolar.	Carga horária: 120 h/a – (parte da carga horária destina-se a produção de trabalho) 35 vagas cd turma Público Alvo: Professores, monitores e gestores da SME/FUMEC. Nº de participantes = 50 distribuídos em 6 turmas
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	GT: A LEI 10.639/03: DISCUTINDO RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	ESFERA MUNICIPAL	Objetiva ser um espaço de discussão sobre a prática pedagógica proposta pela Lei nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, problematizando a ação pedagógica, possibilitando a produção de reflexões e materiais que poderá subsidiar os educadores no trato da temática étnico-racial no ambiente escolar.	Carga horária: 100 h/a 20 vagas Público Alvo: Professores, monitores e gestores da SME/FUMEC. Nº de participantes = 18
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	GT: "A LEI 10.639/03 - CAPOEIRA NA ESCOLA, ESTUDO DAS AFRICANIDADES, DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E CURRÍCULO.	ESFERA MUNICIPAL	Por meio de aula expositiva acompanhada de leituras, o GT procurará construir estratégias para compreensão e aplicação da Lei nº 10.639/03 com ênfase nos estudos de capoeira, cosmogonia afro, diversidade étnico-racial e currículo.	Carga horária: 45 h/a 25 vagas Público Alvo: Professores, monitores e gestores da SME e profissionais das entidades conveniadas. Nº de participantes = 05
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	GT: A LEI 10.639/03 - REFLEXÕES TEÓRICAS E	ESFERA MUNICIPAL	Estudar a aplicação da Lei 10.639/03 passando pela discussão sobre conceitos básicos das relações raciais e étnicas, abordando aspectos	Carga horária: 100 h/a 25 vagas Público Alvo: Professores,

	PRÁTICAS SOBRE O CURRÍCULO NO COTIDIANO ESCOLAR		da legislação pertinente ao tema, terminando por uma reflexão sobre o currículo vivenciado na rede (...)	monitores e gestores da SME, com prioridade para os profissionais da Educação Infantil e profissionais das entidades conveniadas. Nº de participantes = 05
DOM Nº 9.149 de 19/04/2007	CURSO OFICINA DE TEATRO PARA PROFESSORES	ESFERA MUNICIPAL	Este curso está na "lista dos selecionados" do Dom de 19 de abril/2007 e não consta objetivos	80 h/a 20 vagas Participação = 40 em 2 turmas
DOM Nº 9.149 de 19/04/2007	CURSO DE LIBRAS – MÓDULO I	ESFERA MUNICIPAL / PRIVADO	Este curso está na "lista dos selecionados" do Dom de 19 de abril/2007 e não consta objetivos	75 h/a 20 vagas cd turma Nº de participantes = 40 cada
DOM Nº 9.149 de 19/04/2007	CURSO DE LIBRAS - MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL / PRIVADO	Promover o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais para a comunidade das escolas e professores e a importância da LIBRAS para a pessoa surda. Objetivo copiado do curso abaixo.	Carga horária: 88 h/a Nº de Vagas: 20 Participantes = 06
DOM Nº 9.149 de 19/04/2007	CURSO – LETRA E VIDA	ESFERA MUNICIPAL /ESFERA ESTADUAL	Este curso está na "lista dos selecionados" do Dom de 19 de abril/2007 e não consta objetivos	180 h/a 35 vagas Nº de participantes = 35
DOM Nº 9.149 de 19/04/2007	CURSO: CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA	ESFERA MUNICIPAL	Este curso está na "lista dos selecionados" do Dom de 19 de abril/2007 e não consta objetivos	60h/a 18 vagas Nº de participantes = 18 (turma A) e 16 participantes (turma B)
DOM Nº 9.149 de 19/04/2007	II PROGRAMA LINGUAGEM E EDUCAÇÃO CURSO – PEDAGOGIA DA IMAGEM	ESFERA MUNICIPAL	Este curso está na "lista dos selecionados" do Dom de 19 de abril/2007 e não consta objetivos	160 h/a (80 h/a presenciais e 80 h/a atividades práticas e estudos) 40 vagas 40 participantes
DOM Nº 9.149 de 19/04/2007	CURSO: ITALIANO - BÁSICO I	ESFERA MUNICIPAL / PRIVADO	Este curso está na "lista dos selecionados" do Dom de 19 de abril/2007 e não consta objetivos	Carga horária: 80 h/a Nº de Vagas: 20 Nº de participantes = 20
DOM Nº 9.149 de 19/04/2007	III - PROGRAMA ARTE E MOVIMENTO	ESFERA MUNICIPAL	Este curso está na "lista dos selecionados" do Dom de 19 de abril/2007 e não consta	120 h/a 30 vagas

	CURSO DANÇA EDUCAÇÃO		objetivos	Participantes = 30
DOM Nº 9.149 de 19/04/2007	CURSO HISTÓRIA DA ARTE - ABRANGÊNCIA: DESENHO E PINTURA, RELAÇÕES INTERSEMIÓTICAS COM A LITERATURA	ESFERA MUNICIPAL	Este curso está na "lista dos selecionados" do Dom de 19 de abril/2007 e não consta objetivos	120 h/a 30 vagas Nº de participantes = 30
2007 DOC. CEFORTEPE CAIXA 292	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA USO PEDAGÓGICO DO COMPUTADOR E DA INTERNETE EM UNIDADES ESCOLARES	ESFERA MUNICIPAL / PRIVADO (parceria com Clickidéia Tecnoloiga Educacional Ltda - EPP[258])	Não consta	180 h Participação: 2.156 professores e 783 alunos (Custo mensal, por 9 meses: R$ 79.353,00)
2007 DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL (parceria Unicamp)	Não consta	Não consta
2007 DOC. CEFORTEPE CAIXA 294	ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES PROINFO E TV ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL/ ESFERA FEDERAL	Contribuir para a integração entre os órgãos da SEED[259] e as Coordenações Regionais dos dois programas (...)	Não consta
MORETO (2009)[260]	CURSO - A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	60h

[258] Portal educacional com conteúdos curriculares do Ens. Fundamental e Médio e ferramentas de criação, publicação e interação com gestão e atualização de conteúdo. Disponível em www.clickideia.com.br. Acessado em 19/01/2-15.
[259] SEED – Secretaria de Educação à Distância
[260] MORETO, Julio Antonio. **Formação Continuada de Professores**: dos (des)caminhos aos órgãos colegiados de participação, às instâncias de gestão das políticas públicas. Tese de Doutorado. Unicamp/FE, Campinas, SP: [s/n], 2009. (p.312-314)

	COLETIVO: CUIDAR DE SI PARA INTERAGIR E ORIENTAR NOVAS PRÁTICAS			
MORETO (2009)	CURSO: O ALUNO COM AUTISMO NA REDE REDUGAR DE ENSINO	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	08h
MORETO (2009)	A INCLUSÃO DE SUPERDOTADOS: DESENVOLVENDO CAPACIDADES E TALENTEOS	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	Não consta
MORETO (2009)	CURSO: CONHEÇA CAMPINAS NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	12h
MORETO (2009)	CURSO: EDUCAÇÃO PARA MOBILIDADE	ESFERA MUNICIPAL /EMDEC	Não consta	112h
MORETO (2009)	CURSO: PROJETO PEDAGÓGICO: CARTA DE INTENÇÕES OU CONCRETIZAÇÃO DE UMA PROPOSTA COLETIVA DE TRABALHO?	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	30h
MORETO (2009)	CURSO DE EXTENSÃO: AMAZÔNIA: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	34h

MORETO (2009)	CURSO: II CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA ISAAC Brasil – Caminhos da Comunicação Alternativa no Brasil: usuário, família, profissional, pesquisador.	ESFERA MUNICIPAL /CEPRE[261]/FCM[262]/ IEL[263]/ UNICAMP	Não consta	Não consta
MORETO (2009)	VI SIMPÓSIO DO LABORATÓRIO DE GESTÃO EDUCACIONAL Tema: GESTÃO EDUCACIONAL REALIDADES E COMPROMISSOS	ESFERA MUNICIPAL /Faculdade de Educação da UNICAMP	Não consta	08h
MORETO (2009)	CURSO QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	80h
MORETO (2009)	CURSO LABORATÓRIO DE INORMÁTICA EDUCATIVA	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	45h
MORETO (2009)	CURSO ENTROU POR UM FIO... SAIU POR UM LAÇO... QUEM QUISER QUE DÊ UM ABRAÇO	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	80h

[261] CEPRE - Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação/
[262] FCM – Faculdade de Ciências Médicas
[263] IEL – Instituto de Estudos da Linguagem

MORETO (2009)	CURSO FRANCÊS BÁSICO I	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	68h
MORETO (2009)	CURSO FRANCÊS BÁSICO II	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	68h
MORETO (2009)	CURSO LIBRAS – MÓDULO I	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	80h
MORETO (2009)	CURSO LIBRAS- MÓDULOII	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	88h
MORETO (2009)	GT EDUCAÇÃO FÍSICA - Construção de políticas públicas no currículo escolar – jogos escolares municipais (JEM) e regulamentos	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	40h
MORETO (2009)	CURSO TRABALHANDO O CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DE MAQUETES E JOGOS II	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	57h
2º semestre / 2007				
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - PODCAST: DANDO VOZ AOS ALUNOS DA REDE (Início 2º semestre)	ESFERA MUNICIPAL	Mostrar as potencialidades educativas de um novo meio multimidiático para que os alunos usem a voz expressando suas ideias para a escola e para o mundo, desenvolvendo assim a oralidade e a escrita	Carga horária: 30 h/a. Início: 18 vagas. Público Alvo: Professores do Ens. Fund. SME, EJA e FUMEC lotados em EMEFs. Pré-requisito: Conhecimento de internet (pesquisa e navegação) Nº de participantes = 08
DOM Nº 9.144 de 12/04/2007	CURSO - LEITURA E RELEITURA DE IMAGENS (Início 2º semestre)	ESFERA MUNICIPAL	Este curso apresenta o computador como uma ferramenta para o trabalho de leitura e releitura de imagens, podendo ser desenvolvido em diversas áreas de conhecimento ou disciplinas.	Carga horária: 30 h/a 18 vagas. Público Alvo: Professores da Ed. Inf. e Ens. Fund. e EJA SME/FUMEC e

				das entidades conveniadas.Nº de participantes = 13
DOM Nº 9.224 09/08/2007	SEMINÁRIO TEMÁTICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	ESFERA MUNICIPAL	Promover a reflexão dos profissionais da EJA sobre os novos sujeitos, o direito e as políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos, face às constantes mudanças na dinâmica interna da sociedade brasileira que afetam o sistema público de ensino.	03H
DOC. CEFORTEPE CAIXA 293	2º FÓRUM INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NA RMC – GESTÃO, AVALIAÇÃO E CURRÍCULO	ESFERA MUNICIPAL /RMC	Não consta	Não consta
CAMPINAS 2007 - 1º semestre = 76 / 2º semestre = 04 **TOTAL = 80 ações de FCP** **FORMATOS**: cursos; GT – grupo de trabalho; simpósios; seminários; fórum; encontro nacional; congresso.				

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS - CEFORTEPE /2008: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2008	**PROGRAMAS[264]**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**PARTICIPANTES E CARGA HORÁRIA**
DOM Nº 9.536 15/11/2008	Curso "FORMAÇÃO CONTINUADA 3º E 4º CICLOS DA ESCOLA FUNDAMENTAL"	SME	Este curso pretende ampliar o estudo sobre o histórico, a conceituação, o planejamento, e a avaliação, assim como as implicações na organização do trabalho pedagógico, com vistas a subsidiar as ações para a implantação dos 3º e 4º ciclos nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Campinas	CARGA HORÁRIA: 16 horas (divididas em dois dias, para cada turma). Público: OPs e professores das EMEFs
CAMPINAS 2008 - 2º semestre = 01 **TOTAL = 01 ação de FCP** **FORMATO**: curso				

[264] Só foram considerados cursos e GTs para e/ou que incluíram os/as professores/as do Ensino Fundamental

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS - CEFORTEPE /2009: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2009	**PROGRAMAS**[265]	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**PARTICIPANTES E CARGA HORÁRIA**
DOM Nº 9.616 [266] 21/03/09 (só informa)	(A) Programação dos Grupos de Formação pela Área do Conhecimento: A.1. ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (3º e 4º CICLOS)	ESFERA MUNICIPAL	Discutir e elaborar referenciais teórico/prático sobre o Currículo das Escolas da Secretaria Municipal de Educação por área de conhecimento para subsidiar a análise e reflexão em consonância com as Diretrizes Curriculares da SME – DEPE nos Anos Finais do Ensino Fundamental (3º e 4º Ciclos).	Carga Horária: 90 h/a Nº Vagas: 25 por disciplina Público Alvo: Professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental.
DOM Nº 9.616 21/03/09	A.1.2. GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Carga Horária: 90 h/a Nº Vagas: 25 por disciplina 04 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	A.1.3. GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: ARTE	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Carga Horária: 90 h/a Nº Vagas: 25 por disciplina O8 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	A.1.4. GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO FÍSICA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Carga Horária: 90 h/a Nº Vagas: 25 por disciplina 28 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	A.1.6. GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Carga Horária: 90 h/a Nº Vagas: 25 por disciplina 09 participantes

[265] Só foram considerados cursos e GTs que incluíram os/as professores/as do Ensino Fundamental

[266] Esse DOM informa sobre a participação remunerada: "*Da participação remunerada por meio de horas projetos HP: 2.1. A participação do professor efetivo, função pública, função atividade e reintegrado judicialmente da SME, nos Cursos e Grupos de Formação, poderá ser remunerada por meio de Horas-Projeto* (p. 2).

	CONHECIMENTO: CIÊNCIAS / ERET			
DOM Nº 9.616 21/03/09	A.1.7. GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: HISTÓRIA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Carga Horária: 90 h/a Nº Vagas: 25 por disciplina 04participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	A.1.8. GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: GEOGRAFIA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	Carga Horária: 90 h/a Nº Vagas: 25 por disciplina 07 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	A.2. GRUPO DE FORMAÇÃO: PROGRAMA GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR - GESTAR II - LÍNGUA PORTUGUESA	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	O propósito do Programa Gestar II – Língua Portuguesa é promover, através da formação continuada de professores, o estudo de conceitos como: variação linguística, texto, intertextualidade, gramática, arte e literatura e gêneros textuais; e refletir como esses conteúdos podem e devem fazer parte das práticas pedagógicas para os ciclos III e IV, a fim de que os alunos se desenvolvam de forma harmoniosa, tornando-se autônomos e cooperativos, críticos e criativos.	Carga Horária: 300 h/a (120 h/a presenciais e 180 h/a para estudos, pesquisa e realização dos trabalhos) Nº Vagas: 25 por turma Público: professores do 2º ano do II Ciclo, Professores do III e IV Ciclos do Ensino Fundamental e do EJA II, que ministram aulas de Língua Portuguesa e ACE (...) 20 participantes - 3 turmas
DOM Nº 9.616 21/03/09	A.3. GRUPO DE FORMAÇÃO: PROGRAMA GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR - GESTAR II - MATEMÁTICA	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	O propósito do Programa Gestar II – Matemática é promover condições para que, através da formação continuada dos professores, se estude a matemática em diferentes contextos da vida real, bem como provocar o desenvolvimento dessa visão junto aos alunos.	Carga Horária: 300 h/a (120 h/a presenciais e 180 h/a para estudos, pesquisa e realização dos trabalhos) Nº Vagas: 25 por turma Público:Professores do 2º ano do II Ciclo, Professores do III e IV Ciclos do Ensino Fundamental e do EJA II, que ministram aulas de Matemática, ACE e ERET 19 participantes - 3 turmas
DOM Nº	B.2. GRUPO DE FORMAÇÃO POR	ESFERA MUNICIPAL /	Programas que o integram, de forma a contribuir para a valorização e preservação das culturas	Carga Horária: 30 h/a Nº de Vagas: 25

9.616 21/03/09	TEMÁTICA: A COR DA CULTURA I	ESFERA FEDERAL	afro-brasileiras e da presença africana na nossa história. (...)	Público alvo: Docentes do Ensino Fundamental da SME 08 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	B.3. GRUPO DE FORMAÇÃO POR TEMÁTICA: EJA II: CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	Carga Horária: 60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não-presenciais) Não consta nº de vagas 23participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	B.5. GRUPO DE FORMAÇÃO POR TEMÁTICA: SEXUALIDADE HUMANA, GÊNERO E ETNIA	ESFERA MUNICIPAL	Não consta	Carga Horária: 60 h/a Não consta nº de vagas 58 participantes – 2 turmas
DOM Nº 9.616 21/03/09	(C) Programação dos Grupos de Formação com Metodologia de Projetos. C.1. GRUPO DE FORMAÇÃO: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DO FRANCÊS	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Não consta	Carga horária: 30h/a Não consta nº de vagas 13 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.2. CURSO: FRANCÊS I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Não consta	Carga horária: 80 h/a Não consta nº de vagas 16 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.3. CURSO: FRANCÊS II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Não consta	Carga horária: 80 h/a Nº Vagas: 16 14 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.4. CURSO: FRANCÊS III	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Não consta	Carga horária: 80 h/a Não consta nº de vagas 08 participantes
DOM Nº 9.616	C.5. CURSO: ITALIANO II	ESFERA MUNICIPAL /	Não consta	Carga horária: 80 h/a Não consta nº de vagas

21/03/09		ESFERA PRIVADA		13 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.6. CURSO: ITALIANO III	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Não consta	Carga horária: 80 h/a Não consta nº de vagas 12 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.7. CURSO: ESPANHOL BÁSICO	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Formação básica em língua e cultura espanhola, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita para futura atuação do professor junto aos alunos.	Carga horária: 80 h/a Nº Vagas: 25 Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental 54 participantes – três turmas
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.8. CURSO: INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR: ABORDAGEM TEÓRICO-PRÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Favorecer condições para que os educadores possam identificar e atender às necessidades educacionais dos alunos cegos e com baixa visão inseridos nas Unidades Educacionais da SME (...).	Carga Horária: 50 h/a Nº Vagas: 30 por turma Público Alvo: Profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas 48 participantes – 2 turmas
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.9. CURSO: LIBRAS – LÍNGUA DE SINAIS – MÓDULO I	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	Carga Horária: 60 h/a Nº Vagas: 25 25 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.12. CURSO: EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	Carga Horária: 50 h/a (40 h/a presenciais e 10 h/a não-presenciais) Nº Vagas: 30 30 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.13. CURSO: MUSICALIZANDO CAMPINAS: NAIPE DE SOPRO - FLAUTA DOCE (SOPRANO)	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	Carga horária: 60 h/a 29 participantes
DOM Nº 9.616	C.15. CURSO: MUSICALIZANDO	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo proporcionar o conhecimento da música, dos instrumentos de	Carga horária: 60 h/a Nº de Vagas: 20

21/03/09	CAMPINAS: RITMO – FANFARRA NAS ESCOLAS		percussão da fanfarra, do corpo coreográfico e baliza, assim como de suas técnicas, capacitando o docente para o desenvolvimento deste trabalho junto aos alunos.	Público Alvo: Professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental 11 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.16. CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA	ESFERA MUNICIPAL		Carga Horária: 60 h/a 90 participantes – seis turmas
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.17. CURSO: JOGOS PEDAGÓGICOS PARA OS CICLOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi elaborado pensando em instrumentalizar os docentes dos ciclos iniciais, para a utilização de jogos educacionais no Laboratório de Informática.	Carga Horária: 40 h/a Nº Vagas: 15 por turma Público Alvo: Professores dos ciclos iniciais do Ensino Fundamental 16 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.18. CURSO: O VÍDEO E A INTERNET NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Não consta.	Carga Horária: 40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a não-presenciais, com atividades de filmagem, navegação em portais de vídeo *on-line*) 33 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.19. CURSO: TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: ENSINANDO E APRENDENDO COM AS TIC	ESFERA MUNICIPAL/ ESFERA FEDERAL	Em parceria da Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Educação com o Proinfo Integrado/MEC/SEED, o curso visa a oferecer subsídios teórico metodológico prático para que os professores e gestores escolares possam: compreender o potencial pedagógico de recursos das TIC (...).	Carga Horária: 100 h/a (36 h/a presenciais e 64 h/a não presenciais de estudo à distância) Semipresencial Nº Vagas: 30 por turma Público Alvo: Professores e especialistas da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas 82 participantes – três turmas
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.20. CURSO: LETRA E VIDA	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	O curso Letra e Vida é uma parceria da SME com o Governo do Estado de São Paulo para a formação de professores alfabetizadores. O curso pretende aprofundar conhecimentos sobre os processos de	Carga horária: 180 h (135 h presenciais e 45 h não-presenciais) Nº Vagas: 30 Professores do 1º e 2º ciclos e Orientadores Pedagógicos do

			aprendizagem e utilizar esses conhecimentos para planejar as situações didáticas de leitura e escrita (...).	Ensino Fundamental, prioritariamente nesta ordem. 18 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.21. CURSO: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E CURRÍCULO – MÓDULO I	ESFERA MUNICIPAL	O curso visa oportunizar a construção de conhecimento que favoreça a prática da alimentação saudável; desenvolver projeto nas Unidades Educacionais que integrem professores, alunos e demais profissionais da escola e comunidade do entorno em práticas de cultura alimentar; e sistematizar conhecimentos relacionados ao tema de forma a subsidiar educadores e promover atividades pedagógicas nas Unidades Educacionais.	Carga horária: 36 h/a 30 participantes
DOM Nº 9.616 21/03/09	C.22. CURSO: EDUCAÇÃO PARA MOBILIDADE / EMDEC	ESFERA MUNICIPAL / EMDEC	Promover um processo de educação com fundamento no conceito de mobilidade urbana, integrando questões relativas ao trânsito, transporte, meio ambiente, sustentabilidade, segurança, acessibilidade, inclusão social e cidadania. (...)	Carga Horária: 32 h/a (encontros mensais) Nº Vagas: 40 por turma Público Alvo: Profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas 07 participantes
2º semestre / 2009				
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO B -A LEI 10.639/03: COMPROMISSOS E MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO[267]	ESFERA MUNICIPAL	Este curso objetiva o diálogo entre a Lei nº 9.394/96 acrescida da Lei 10.639/03[268] e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aliado ao estudo teórico-prático permeando por reflexão sobre a amplitude do Currículo experimentado nos espaços da comunidade escolar. Discussão e construção de práticas de promoção da igualdade racial no	120 h/a (90 h/a presenciais e 30 h/a não-presenciais com entregas de trabalhos)[269]. Semi-presencial 25 vagas Prioritariamente professores das disciplinas de História, Língua Portuguesa e Arte da SME

[267] DOM, 9/7/09, p.7.
[268] Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
[269] A participação poderá ser remunerada por meio de Horas-Projetos.

			cotidiano escolar: o que iremos construir juntos?	
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO B - GRUPO DE FORMAÇÃO POR TEMÁTICA: A COR DA CULTURA I[270]	ESFERA MUNICIPAL/ ESFERA FEDERAL	O projeto A Cor da Cultura visa implementar ações culturais e educativas, a partir dos programas que o integram, de forma a contribuir para a valorização e preservação das culturas afro-brasileiras e da presença africana na nossa história; tornar visíveis o patrimônio e a memória construídos pelos africanos e seus descendentes no Brasil; resgatar uma História negada e de abrir amplas janelas para as muitas paisagens, ainda desconhecidas por muitos, que compõem o universo cultural brasileiro.	30h/a 25 vagas - Profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO B -GRUPO DE FORMAÇÃO POR TEMÁTICA: A COR DA CULTURA II	ESFERA MUNICIPAL/ ESFERA FEDERAL	A continuidade do projeto A Cor da Cultura visa aprofundar os temas e as ações culturais e educativas, estudadas nos encontros anteriores a partir dos programas que o integram. Consequentemente, deseja tornar visíveis o patrimônio e a memória construídos pelos africanos e seus descendentes no Brasil	30h 25 VAGAS Profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas que cursaram o Grupo de Formação por Temática: A Cor da Cultura I
DOM nº 9.688 9/7/09	CURSOS E GRUPOS DE FORMAÇÃO (GFS)[271] Não conta como curso. É só uma chamada	ESFERA MUNICIPAL	Poderão se inscrever para os Cursos/ GFs dos **Eixos B e C** os profissionais pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, SME, aos Centros de Educação Infantil, CEIs, e as Entidades Educacionais Conveniadas com a SME.	Frequência mínima de 75 % do total de horas presenciais e entrega de trabalhos solicitados.
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO B[272] - O LIVRO, A LEITURA, O FANTOCHE E A CONTAÇÃO DE	ESFERA MUNICIPAL	Refletir sobre o trabalho de leitura realizada nas escolas, buscando a elaboração e a viabilização de outras intervenções junto aos alunos, utilizando livros, fantoches e outros recursos.	45h/a 30 VAGAS Prioritariamente professores da Educação Infantil e dos Anos

[270] A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira por meio de programas audiovisuais, fruto de uma parceria entre o MEC, Fundação Cultural Palmares, Canal Futura, Petrobras e Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN). Iniciado em 2004, o projeto está apoiado na Lei 10.639/03, que estabelece o ensino da história da África e dos negros nas escolas brasileiras. Fonte http://www.portaldaigualdade.gov.br/acoes/a-cor-da-cultura

[271] Não conta como curso. É só uma chamada.

[272] **Eixo B** - Grupos de Formação em Temas Específicos.

	HISTÓRIAS NA ESCOLA			Iniciais do Ensino Fundamental da SME.
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO B - FORMAÇÃO DE DOCENTES COORDENADORES DE CICLOS - DESAFIOS, PRÁTICAS E POSSIBILIDADES DE AVANÇO	ESFERA MUNICIPAL	O curso visa a propiciar aos grupos de docentes que exercem ou irão exercer a coordenação de ciclos escolares nas UEs subsídios que fomentem a Formação Coletiva do Docente Coordenador de Ciclo e possam gerar ferramentas de registro e acompanhamento dos trabalhos em classes organizadas em ciclos de desenvolvimento humano.	30h/a 50 VAGAS Prioritariamente professores coordenadores de ciclos do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO B - EDUCAÇÃO ORGANIZADA EM CICLOS: PERSPECTIVA PARA A MUDANÇA DO ENSINO E DO APRENDER	ESFERA MUNICIPAL	O curso visa a proporcionar aos professores uma formação inicial, no que tange aos fundamentos da educação organizada em ciclo de desenvolvimento humano, contextualizada pelo pensamento de alguns autores e vivenciada por docentes, discentes e gestores de redes de ensino público no Brasil e Europa.	48h/a 25 VAGAS Professores dos Ciclos I, II, III e IV do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO B - REFORMA ORTOGRÁFICA	ESFERA MUNICIPAL	Contextualiza a reforma ortográfica, ocorrida a partir de 2009, de acordo com o que preconiza o acordo ortográfico de 1990. Estuda as mudanças nas regras; discute o ensino da ortografia e as consequências das alterações.	15h/a 25 VAGAS Professores dos Ciclos I, II, III e IV do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO B - GRUPO DE FORMAÇÃO POR TEMÁTICA: A DEMOCRACIA E A CIDADANIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIOPOLÍTICA	ESFERA MUNICIPAL	Curso de formação para profissionais de Educação de Jovens e Adultos da SME (EJA II) que tem por objetivo discutir a função da escola na formação dos alunos do EJA como lugar privilegiado da construção de sua cidadania.	45h/a 30 VAGAS Professores de Educação de Jovens e Adultos da SME (EJA II)
DOM nº 9.688	EIXO C[273] - PROGRAMAÇÃO DOS	ESFERA MUNICIPAL	O atual curso visa trazer o conhecimento necessário na área de Saúde Mental através da	50 h/a (40 h/a presenciais e 10 h/a não-presenciais)

[273] **Eixo C** - Grupos de Formação em Metodologia de Projetos.

9/7/09	GRUPOS DE FORMAÇÃO COM METODOLOGIA DE PROJETOS CURSO: EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL		qual os professores poderão ser mais bem preparados para lidar com aspectos emocionais de seus alunos e para atuar nos seguintes níveis: promoção da Saúde Mental, prevenção de transtornos mentais e participação no tratamento de transtornos mentais já estabelecidos; incentivar e inspirar os professores colaborando para compor o olhar que tocará essas vidas em formação.	30 VAGAS Professores da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO C - INTRODUÇÃO À FORMAÇÃO DE AUDIO DESCRITORES – ACESSIBILIDADE PARA TEATRO, TELEVISÃO E CINEMA	ESFERA MUNICIPAL	O objetivo principal deste curso é introduzir os educadores no processo de acessibilidade de pessoas com deficiência visual aos bens culturais no que se refere às práticas audiovisuais e oferecendo-lhes os recursos necessários para que possam apropriar-se dos conceitos e das técnicas de audiodescrição de filmes (ao vivo ou gravada) e consequentemente, conduzirem com autonomia as atividades dentro de suas escolas.	45 h/a 25 VAGAS Profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO C - O ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA REGULAR E O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	ESFERA MUNICIPAL	O curso visa a levar ao conhecimento dos professores as diversas possibilidades de implantação das tecnologias assistivas no cotidiano escolar, favorecendo a apropriação do conhecimento do aluno com deficiência física.	45 h/a 25 VAGAS Profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO C - ENSINANDO COM O JOGO DE XADREZ – LEI MUNICIPAL 8.829/96	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem o objetivo de capacitar professores no jogo de xadrez contribuindo, desenvolvendo e reconhecendo-o como articulador na melhoria da qualidade de ensino.	60 h/a 40 vagas Professores do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO C - FERRAMENTAS ON LINE PARA USO EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL	Cada vez mais mostra-se necessário ao professor integrar-se digitalmente e participar mais ativamente do mundo virtual para um melhor relacionamento com seus educandos, os quais têm no cyberespaço uma linguagem mais próxima de suas realidades. O objetivo deste	40 h/a 45 vagas Especialistas e professores da SME.

			curso é oferecer ao educador noções básicas da utilização de diversas ferramentas online e suas possibilidades num contexto educacional.	
DOM nº 9.688 9/7/09	EIXO C - PATRIMÔNIO CULTURAL NA ESCOLA: CONCEITOS, DIRETRIZES E PRÁTICAS	ESFERA MUNICIPAL	Partindo de uma abordagem contemporânea sobre a figura do patrimônio cultural, o curso pretende discutir a preservação de bens e a permanência de manifestações culturais a partir de três prismas distintos: por que preservar? o que preservar?e como preservar?. No intuito de contribuir com esse último aspecto, serão abordadas questões relacionadas à metodologia da educação patrimonial, entendida aqui como um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de nossa cultura.	50h/a 25 vagas Prioritariamente professores do Ensino Fundamental da SME
CAMPINAS 2009 - 1º semestre = 30 cursos / 2º semestre = 15 **Total = 45 ações de FCP** **FORMATOS**: GF – grupos de formação: por área de conhecimento (Eixo A), por programa, em temas específicos (Eixo B); GF – grupos de formação em metodologia de projetos (eixo C); cursos.				

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS - CEFORTEPE /2010: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2010	**PROGRAMAS[274]**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**PARTICIPANTES E CARGA HORÁRIA**
DOM Nº 9.846 04/03/2010	GRUPOS DE FORMAÇÃO EM ÁREAS DO CONHECIMENTO[275]: EIXO A.1. ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (3º E 4º CICLOS)	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a prática dos profissionais de áreas específicas/componentes curriculares e elaborar referenciais teóricos/práticos em relação ao Currículo do Sistema Municipal de Educação para os ciclos III e IV. Grupo de Formação pela Área de Conhecimento: Língua Estrangeira, Artes, Educação Física, E.R.E.T., História, Geografia	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Vagas: 25 Nº de participantes: Inglês 4; Artes 8; Ed Física 37; ERET 6; História 3; Geografia 2.
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO A.1 - GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: LÍNGUA ESTRANGEIRA	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a prática dos profissionais de áreas específicas/componentes curriculares e elaborar referenciais teóricos/práticos em relação ao Currículo do Sistema Municipal de Educação para os ciclos III e IV.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Vagas: 25 Professores que atuam no ano de 2010 nos Anos Finais do Ensino Fundamental 4 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO A.1 - GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: ARTE	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a prática dos profissionais de áreas específicas/componentes curriculares e elaborar referenciais teóricos/práticos em relação ao Currículo do Sistema Municipal de Educação para os ciclos III e IV.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 25 Vagas: 25 8 participantes
DOM Nº 9.84604/03/ 2010	EIXO A.1 - GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO:	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a prática dos profissionais de áreas específicas/componentes curriculares e elaborar referenciais teóricos/práticos em relação ao	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Vagas: 25

[274] Só foram considerados cursos e GTs que incluíram os/as professores/as do Ensino Fundamental

[275] **Eixo A1** - Grupos de Formação em Áreas do Conhecimento Anos Finais do Ensino Fundamental

	EDUCAÇÃO FÍSICA		Currículo do Sistema Municipal de Educação para os ciclos III e IV.	37 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO A.1 - GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: E.R.E.T.[276]	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a prática dos profissionais de áreas específicas/componentes curriculares e elaborar referenciais teóricos/práticos em relação ao Currículo do Sistema Municipal de Educação para os ciclos III e IV.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Vagas: 25 6 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO A.1 - GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: HISTÓRIA	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a prática dos profissionais de áreas específicas/componentes curriculares e elaborar referenciais teóricos/práticos em relação ao Currículo do Sistema Municipal de Educação para os ciclos III e IV.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Vagas: 25 3 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO A.1 - GRUPO DE FORMAÇÃO PELA ÁREA DE CONHECIMENTO: GEOGRAFIA	ESFERA MUNICIPAL	Discutir a prática dos profissionais de áreas específicas/componentes curriculares e elaborar referenciais teóricos/práticos em relação ao Currículo do Sistema Municipal de Educação para os ciclos III e IV.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 25 Vagas: 25 2 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO A.2 - GRUPO DE FORMAÇÃO: PROGRAMA GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR - GESTAR II[277] - LÍNGUA PORTUGUESA	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	O propósito do Programa Gestar II – Língua Portuguesa é promover, através da formação continuada de professores, o estudo de conceitos como: variação linguística, texto, intertextualidade, gramática, arte e literatura e gêneros textuais; e refletir como esses conteúdos podem e devem fazer parte das práticas pedagógicas para os ciclos III e IV, a fim de que os alunos se desenvolvam de forma harmoniosa, tornando-se autônomos e cooperativos, críticos e criativos.	300 h/a (200 h/a em 2010 e 100 h/a em 2011 semipresencial 25 vagas por turma (3 turmas) Público: professores de Língua Portuguesa dos ciclos III e IV do Ensino Fundamental e EJA II professores do 5º ano do ciclo II. Participantes: Turma A : 2; Turma B: 3.
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO A.3 - GRUPO DE FORMAÇÃO: PROGRAMA GESTÃO DA	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA	O propósito do Programa Gestar II – Matemática é promover condições para que, através da formação continuada dos professores, se estude	300 h/a (200 h/a em 2010 e 100 h/a em 2011) semipresencial

[276] E.R.E.T. – Educação, Relações Econômicas e Tecnologia.
[277] GESTAR II - Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Finais do Ensino Fundamental. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12380:gestar-ii&catid=315:gestar-ii&Itemid=642

	APRENDIZAGEM ESCOLAR - GESTAR II - MATEMÁTICA	FEDERAL	a matemática em diferentes contextos da vida real, bem como provocar o desenvolvimento dessa visão junto aos alunos. A proposta desta formação foi estruturada a partir de três eixos: I. conhecimentos matemáticos: um convite ao "fazer matemático"; II. Conhecimentos de educação matemática: um convite a leituras, reflexões e discussões acerca do tema; e III. transposição didática, que implica conhecimentos para a sala de aula.	25 vagas por turma (3 turmas) Público: professores de Matemática dos ciclos III e IV do Ensino Fundamental e EJA II, professores do 5º ano do ciclo II. Participantes: Turma A: 9; Turma B: 1.
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO A.4 - GRUPO DE FORMAÇÃO: PROGRAMA GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR - GESTAR II - LÍNGUA PORTUGUESA (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	O Grupo de Formação, no primeiro semestre de 2010, refere-se à continuidade dos estudos realizados em 2009, junto ao Programa GESTAR II, organizado em 03 (três) módulos: Linguagem e Cultura (30 h/a); Análise Linguística e Análise Literária (35 h/a); e Leitura e Processos de Escrita II (35 h/a). As atividades à distância serão desenvolvidas junto ao "Ambiente de Aprendizagem à Distância e-ProInfor – MEC".	100 h/a (modalidade semipresencial) Público: Professores da SME que concluíram o Grupo de Formação: Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR II – Língua Portuguesa em 2009 Participantes: 19
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO A.5 - GRUPO DE FORMAÇÃO: PROGRAMA GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR – GESTAR II – MATEMÁTICA (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	O Grupo de Formação, no primeiro semestre de 2010, refere-se à continuidade dos estudos realizados em 2009, junto ao Programa GESTAR II, organizado em 03 (três) módulos: Construção do conhecimento matemático em ação (30 h/a); Diversidade cultural e meio ambiente: de estratégias de contagem às propriedades geométricas (35 h/a); e Matemática nas migrações e em fenômenos cotidianos (35 h/a). As atividades serão desenvolvidas na modalidade semipresencial. As atividades à distância serão desenvolvidas junto ao "Ambiente de Aprendizagem à Distância e-ProInfor – MEC".	100 h/a (modalidade semipresencial) 24 participantes Professores da SME que concluíram o Grupo de Formação: Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR II – Matemática em 2009 Participantes: 24

DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO B[278] - A LEI 10.639/03[279]: COMPROMISSOS E MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL)	Este curso objetiva o diálogo entre a Lei nº 9.394/96 acrescida da Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aliado ao estudo teórico-prático permeando por reflexão sobre a amplitude do currículo experimentado nos espaços da comunidade escolar. Discussão e construção de práticas de promoção da igualdade racial no cotidiano escolar: o que iremos construir juntos?	120 h/a (90 h/a presenciais e 30 h/a não-presenciais com entregas de trabalhos) Público: Prioritariamente profissionais do Ensino Fundamental e do EJA II da SME 21 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO B - GRUPO DE FORMAÇÃO POR TEMÁTICA: A COR DA CULTURA I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	O projeto A Cor da Cultura visa implementar ações a partir dos programas que o integram, deforma a contribuir para a valorização e preservação das culturas afro-brasileiras e da presença africana na nossa história. Deseja tornar visíveis o patrimônio e a memória construídos pelos africanos e seus descendentes no Brasil. Trata-se, portanto, de resgatar uma História negada e de abrir amplas janelas para as muitas paisagens, ainda desconhecidas por muitos, que compõem o universo cultural brasileiro.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a não presenciais) Público alvo: Prioritariamente professores da Educação Infantil (AG III) da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas e do EJA I da FUMEC 25 vagas 18 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO B - GRUPO DE FORMAÇÃO POR TEMÁTICA: SEXUALIDADE HUMANA, GÊNERO E ETNIA – MÓDULO I	ESFERA MUNICIPAL	O objetivo do GF é investigar, estudar e pesquisar a sexualidade humana como manifestação cultural, que possui caráter histórico, antropológico e sociológico e que está intimamente ligada a questões sociais e étnico-raciais.	30h/a 25 vagas Público Alvo: Profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas 13 participantes

[278] **Eixo B -** Cursos/Grupos de Formação em temas específicos. A chamada para o curso já apresenta a lista de selecionados. O nº de participantes está sendo lançado no quadro a partir da contagem dos nomes selecionados.

[279] A Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Fonte http://educador.brasilescola.com/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm. Acessado em 25/07/2014.

DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO B - GRUPO DE FORMAÇÃO POR TEMÁTICA: SEXUALIDADE HUMANA, GÊNERO E ETNIA – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL	O GF se destina a aprofundar conceitos delineados no módulo anterior, sempre buscando demonstrar a síntese das matrizes culturais que compõem o universo afro-brasileiro, a relação entre a sexualidade e a sociedade, gênero e etnia.	30h/a 25 vagas Profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas que concluíram o Grupo de Formação por Temática: Sexualidade Humana, Gênero e Etnia em 2009 09 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO B - GRUPO DE FORMAÇÃO POR TEMÁTICA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS II: CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO	ESFERA MUNICIPAL	Curso de formação para profissionais de Educação de Jovens e Adultos Anos Finais que tem como objetivos discutir o currículo da Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva interdisciplinar;analisar teorias de ensino, identificando suas características metodológicas; discutir o processo de planejamento curricular e os modelos de organização; discutir as concepções e tendências pedagógicas progressistas e entendimento do contexto sócio-político-cultural dos educandos atendidos por esta modalidade de ensino.	60h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 30 vagas Docentes de Educação de Jovens e Adultos II da SME, prioritariamente os professores que exercerão a função de coordenadores de EJA II 27 participantes em duas turmas
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO B - CURSO: O LIVRO, A LEITURA, O FANTOCHE E A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Refletir sobre o trabalho de leitura realizada nas escolas, buscando a elaboração e a viabilização de outras intervenções junto aos alunos, utilizando livros, fantoches e outros recursos.	45h/a 2 turmas Público: Prioritariamente professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da SME Turma A - 33 participantes Turma B - 30 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO B - CURSO: INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR: ABORDAGEM TEÓRICA-PRÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Favorecer condições para que os educadores possam identificar e atender às necessidades educacionais dos alunos cegos e com baixa visão, inseridos nas Unidades Educacionais da SME. Temas: A deficiência visual ao longo da história; Conceituar: visão, cegueira e baixa visão ou visão subnormal; Principais causas de	50h/a 25 vagas por turma (2 turmas) Público: Prioritariamente Professores e Monitores da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas 11 turma A e 12 turma B

			deficiência visual; Desenvolvimento global; Avaliação funcional e do desempenho visual (...).	
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO B - CURSO: EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL	ESFERA MUNICIPAL	O atual curso visa trazer o conhecimento necessário na área de saúde mental através da qual os professores poderão ser preparados para lidar com aspectos emocionais de seus alunos e para atuar nos seguintes níveis: promoção da saúde mental, prevenção de transtornos mentais e participação no tratamento de transtornos mentais já estabelecidos. Esse curso pretende também incentivar e inspirar os professores colaborando para compor o olhar que tocará essas vidas em formação.	50 h/a 25 vagas Público: Prioritariamente Professores e Especialistas da SME e da FUMEC 31 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	EIXO B - CURSO: O ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA REGULAR E O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	ESFERA MUNICIPAL	Estudo das diversas possibilidades de implantação das tecnologias assistivas no cotidiano escolar, favorecendo a apropriação do conhecimento do aluno com deficiência física.	50 h/a 25 vagas Público: Prioritariamente Professores e Monitores da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas 11 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	B - CURSO: LIBRAS – LÍNGUA DE SINAIS – MÓDULO I	ESFERA MUNICIPAL	Promover o conhecimento da Língua de Sinais Brasileiras (LIBRAS), para os educadores e a importância da LIBRAS para a pessoa surda	50 h/a 25 vagas Público: Prioritariamente Professores e Monitores da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas 25 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	B - CURSO EAD SOBRE O ENSINO DA LEITURA E ESCRITA COM FOCO EM GÊNEROS	ESFERA MUNICIPAL / FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL -	Este curso é uma parceria com a Comunidade Virtual Escrevendo o Futuro e tem como objetivo o estudo de gêneros de textos e propõe reflexões gerais sobre o ensino de Língua	90 h (30 h por módulo – online) 100 vagas Público: Prioritariamente professores do Ens. Fund. e do

	TEXTUAIS: POESIA, ARTIGO DE OPINIÃO E MEMÓRIAS LITERÁRIAS	Comunidade Virtual Escrevendo o Futuro[280]	Portuguesa.Ao longo do curso serão discutidos e analisados exemplares do gênero estudado e seus elementos mais importantes, além de trabalhar a importância do planejamento de sequencias didáticas para esta abordagem. (...)	EJA II da SME e da FUMEC Pré-requisitos: Esse curso exige que o cursista tenha acesso a internet e tenha *e-mail* ativo. 81 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	B - CURSO: ESTUDO E REGISTRO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NA EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	Registro de imagens dos parques (direcionadas ou não pelas informações das educadoras ambientais ou de livre escolha das cursistas) como forma de se levantar temas e roteiros para futuros estudos do meio adequado a cada segmento (observação na Educação Infantil e pesquisa dos recursos naturais existentes no Ensino Fundamental); estudo do ambiente ideal ou correto para a flora e fauna, comparando-os com as plantas e animais domésticos, urbanos ou introduzidos.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a não presenciais) 25 vagas Público Alvo: Em primeiro lugar professores de Educação Infantil (AG III) da SME e em segundo, demais professores da SME, da FUMEC, dos CEIS e das Entidades Conveniadas 09 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	B - CURSO: GEOTECNOLOGIA COMO APOIO À ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENS. FUND.: ATLAS AMBIENTAL ESCOLAR DA RMC[281] – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL / (Parceria com EMBRAPA[282])	A formação visa desenvolver as atividades propostas no Projeto GeoAtlas, em continuidade ao módulo I oferecido no segundo semestre de 2009. Neste novo módulo o grupo atuará conjuntamente na definição dos temas que serão abordados no Atlas Ambiental Escolar, segundo sua importância e contribuição ao ensino e aprendizagem de estudantes do 6º ao 9º ano e	100 h/a 25 vagas Público: Professores que tenham concluído o módulo I desse curso no segundo semestre de 2009 19 participantes

[280] A principal iniciativa da Fundação Itaú Social para contribuir com a superação dos problemas na área de leitura e escrita foi a criação do Programa Escrevendo o Futuro, em 2002. Até 2007, mais de 3,5 milhões de alunos foram envolvidos nas atividades do programa. Em 2008, reconhecido como uma iniciativa importante para alcançar a melhoria da qualidade da educação pública, o Escrevendo o Futuro foi transformado em política pública de educação do governo federal e nomeado Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. A partir daí, passou a compor o Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação (MEC).A Comunidade Virtual Escrevendo o Futuro é uma Disponível em http://ww2.itau.com.br/itausocial/site_fundacao/LeituraEEscrita/OlimpiadaDeLinguaPortuguesaEscrevendoOFuturo.aspx. Acessado em 20/01/2015

[281] Região Metropolitana de Campinas.

[282] Localizada em Campinas (SP), a Embrapa Monitoramento por Satélite é um centro temático da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária com foco em pesquisas e inovações geoespaciais para a agricultura. Entre suas atribuições, está a geração de conhecimento, tecnologias e inovações com aplicações para o Estado Brasileiro e para a sociedade, direcionadas para a governança territorial. Além desta Unidade, a Embrapa possui mais 46 centros de pesquisa e unidades de serviços em diferentes regiões do país, abrangendo a pesquisa em produtos, temas básicos e agroflorestal ou agropecuária nas ecorregiões brasileiras. Disponível em http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/projetos.php. Acessado em 30/07/2014.

			como esses temas podem ser explorados a partir de geotecnologias.	
DOM Nº 9.846 04/03/2010	GRUPO DE FORMAÇÃO: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DO FRANCÊS	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	O GT reflete sobre a prática pedagógica, discutindo e propondo atividades que visem à aprendizagem dos alunos na língua e cultura francesas.	40 h/a 15 vagas por turma (2 turmas) Público Alvo: Professores que participam do Projeto Ecole, ministrando aulas para os alunos da rede Turma A 6 e turma B 2 participantes.
DOM Nº 9.846 04/03/2010	FRANCÊS BÁSICO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Formação básica em língua e cultura francesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita para futura atuação do professor junto aos alunos. Público Alvo: Em primeiro lugar as vagas serão preenchidas pelos professores de Educação Infantil (AG III) da SME e em segundo lugar pelos professores do Ensino Fundamental da SME	60h/a (45h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 20 vagas Público Alvo: professores de Educação Infantil (AG III) da SME e em segundo lugar pelos professores do Ensino Fundamental da SME 20 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: FRANCÊS BÁSICO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura francesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, para futura atuação junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 16 vagas Público: Professores do Ensino Fundamental e de Educação Infantil, que concluíram o Curso de Francês I em 2008 ou 2009 09 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: FRANCÊS BÁSICO III	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura francesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, para futura atuação junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 16 vagas Professores do Ensino Fundamental e de Educação Infantil, que concluíram o Curso

				de Francês II em 2008 ou 2009 15 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: ITALIANO BÁSICO I[283]	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Formação básica em língua e cultura italianas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, para futura atuação junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 20 vagas Público: professores de Educação Infantil, (AG III) professores do Ensino Fundamental da SME 20 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: ITALIANO BÁSICO III	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura italianas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, para futura atuação junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 20 vagas Público: Professores do Ensino Fundamental e de Educação Infantil, que concluíram o Curso de Italiano II em 2008 ou 2009 09 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: ITALIANO BÁSICO IV	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura italianas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, para futura atuação junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 20 vagas 15 participantes Público: Professores do Ensino Fundamental e de Educação Infantil, que concluíram o Curso de Italiano III em 2009 15 participantes

[283] Não consta no DOM a existência de parceria. No trabalho de Penna (2010), também não consta parceria para o curso de italiano, como ocorre com os cursos de Francês e Inglês. No entanto, pode-se encontrar no site http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/cefortepe/index.php, na lista de Programas e Projetos de Formação Continuada o Projeto Línguas: Desde 1993, envolvendo parcerias com o Consulado Geral da França em São Paulo, a Aliança Francesa de Campinas, com o Consulado Geral da Itália e a Casa d'Italia, o projeto promove a formação linguística, cultural e pedagógica de profissionais da educação com atividades junto aos alunos, em suas escolas, no ensino das estruturas linguísticas primárias das línguas francesa, italiana e espanhola e divulgação das culturas dos países que falam essas línguas. Atualmente, novas parcerias estão sendo firmadas para a formação nas línguas inglesa (norte americana) e espanhola. Conforme esta informação serão considerados como parceria privada, os cursos de italiano,francês e espanhol.

DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: ESPANHOL BÁSICO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação básica em língua e cultura espanhola, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita para futura atuação do professor junto aos alunos.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 20 vagas por turma (3 turmas) Público: Professores do Ensino Fundamental e de Educação Infantil, que concluíram o Curso de Espanhol Básico em 2009 Turma A, 9 participantes, turma B, 9 partic. e turma C14
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: INGLÊS BÁSICO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA (parceria com Escola Yásigi Internexo)	Formação básica inicial em língua e cultura inglesa, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, para futura atuação junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas. O curso será na modalidade semipresencial	70 h (35 h presenciais e 35 h online) 30 vagas 2 turmas com Público: Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da SME 15 participantes em cada
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA I	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi elaborado visando à inclusão digital de educadores, para que façam uso das tecnologias em seu trabalho na unidade escolar. O programa do curso contemplará os aplicativos de escritório (editor de textos-Writer, planilha-Calc, apresentação-Impress) no sistema Linux, e sua equiparação no SO Windows, bem como a utilização da Internet.	100h/a 45 vagas Público: Professores e gestores da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas Turma A 15 participantes, turma B1, 15 e turma B2, 14 partic.
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA II	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi elaborado visando à continuidade da formação digital de professores e gestores, para que façam uso das tecnologias em seu trabalho na unidade escolar. O programa do curso contemplará um aprofundamento de conhecimentos nos aplicativos de escritório (Editor de textos, planilha e apresentação), uso da internet e algumas ferramentas online, bem como gerenciamento de arquivos no	60 h/a 15 vagas por turma Público: Professores e gestores da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas que concluíram o Curso Básico de Informática Educativa em 2009 15 participantes selecionados

			computador.	
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: ELABORAÇÃO DE PROJETOS EM TECNOLOGIAS	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL (Proinfo Integrado MEC/SEED)	O curso propicia aos professores e gestores o aprofundamento teórico sobre o conceito de projeto e suas especificidades no contexto escolar, bem como a articulação das práticas pedagógicas baseadas em projetos de trabalho com aspectos relacionados ao currículo e à convergência de mídias e tecnologias de educação existentes na escola. Pré-requisitos: Conhecimentos em informática, conhecimentos dos aplicativos editor de textos (word) e apresentação (Power Point) e destreza na navegação pela internet.	40 h/a (15 h/a presenciais e 25 h/a à distância) 25 vagas por turma Público: Professores e gestores da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas 10 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: ANIMAÇÃO STOP MOTION	ESFERA MUNICIPAL	Stop Motion é a técnica de animação na qual o animador trabalha fotografando objetos, fotograma por fotograma, ou seja, quadro a quadro. Entre um fotograma e outro, o animador muda um pouco a posição dos objetos. Quando o filme é projetado a 24 fotogramas por segundo, temos a ilusão de que os objetos estão se movimentando. Através deste curso o professor poderá conhecer um pouco mais sobre essa técnica de animação bem como iniciar experiências com seu uso.	60h/a 15 vagas por turma (2 turmas) Público: Professores e gestores da SME, da FUMEC, dos CEIS e das Entidades Conveniadas Turma A - 6 participantes e turma B 13 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: BLOGS NA EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	O objetivo deste curso é oferecer ao educador noções básicas da utilização do blog bem como ferramentas diversas que podem ser usadas com ele, e suas possibilidades num contexto educacional. Pré-requisitos: Conhecimentos de informática como usuário e navegação na internet. Esse curso exige que o cursista tenha facilidade no uso de Editor de textos e dos recursos copiar/colar, organizar arquivos, anexar arquivos em e-mail e pesquisas na Internet.	60 h/a (50 h/a presenciais e 10 h/a à distância) 15 vagas por turma (3 turmas) Público: Professores e gestores da SME, da FUMEC, dos CEIS e das Entidades Conveniadas Turma A, 9; B, 10 e turma C 13

DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: INFORMÁTICA PARA GESTORES	ESFERA MUNICIPAL	O objetivo do curso é atender as necessidades dos gestores quanto ao uso da informática, no que diz respeito à utilização dos aplicativos e internet em seu trabalho nas unidades escolares. O programa do curso contemplará o editor de texto, planilha e editor de apresentação de *slides* com a equiparação dos dois sistemas operacionais (*Linux* e *Windows*), ferramentas disponíveis na internet, uso de *e-mail* e sistemas de gestão da SME.	60h/a 15 vagas Público: Diretores, Vice-diretores, Orientadores e Coordenadores Pedagógicos e Supervisores da SME 11 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: MUSICALIZANDO CAMPINAS: NAIPE DE SOPRO – FLAUTA DOCE (SOPRANO)	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo oferecer iniciação musical através da flauta, utilizando um repertório que resgate os valores da cultura musical/ folclórica, com ênfase nas cantigas de roda.	80 h/a (60 h/a presenciais e 20 h/a não presenciais) 12 vagas por turma Professores da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas, preferencialmente aqueles que atuam no Ciclo I Participantes - turma A = 11 e B = 12
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: MUSICALIZANDO CAMPINAS: BANDA RÍTMICA	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo proporcionar o conhecimento musical básico do docente para uma atuação segura e consistente junto aos seus alunos. Esta atuação poderá ser desenvolvida, inicialmente, por uma banda rítmica, podendo culminar no preparo para outras atividades musicais.	68 h/a (51 h/a presenciais e 17 h/a não presenciais) 70 vagas Público Alvo: professores de Educação Infantil (AG III) da SME, professores do ciclo I do Ensino Fundamental da SME e professores da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas Turma A = 13 e turma B = 30 participantes.
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: MUSICALIZANDO CAMPINAS: RITMO – FANFARRA NAS ESCOLAS	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo proporcionar o conhecimento da música, dos instrumentos de percussão da fanfarra, do corpo coreográfico e baliza, assim como de suas técnicas, capacitando o docente para o desenvolvimento deste trabalho junto aos alunos.	60h/a 20 vagas Participantes: 2

DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: MUSICALIZANDO CAMPINAS: VIOLÃO POPULAR I	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo proporcionar o conhecimento musical inicial do docente para uma atuação segura e consistente junto aos seus alunos, na utilização do instrumento como recurso pedagógico e lúdico.	80 h/a (60 h/a presenciais e 20 h/a não presenciais) 30 vagas - Participantes:. Público Alvo: professores de Educação Infantil da SME, professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, professores da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas Turma A 15; Lista de espera 15. Turma B 15
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: MUSICALIZANDO CAMPINAS: O CANTO CORAL COM PERFORMANCE: UMA PRÁTICA POSSÍVEL NA AÇÃO DO EDUCADOR E SEUS REFLEXOS NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	O curso abordará os seguintes temas: Os benefícios que o canto coral promovem na escola; A preparação do educador para a regência e montagem de coro infantil; Abordagem do conceito de regência coral enquanto prática de coro a capela e/ou acompanhado com repertório variado; Interpretação de peças musicais infantis; Apresentação e escolha de repertório adequado às faixas etárias trabalhadas; A música vocal na abordagem histórica; Tecnologia aliada às aulas de música; Percepção musical para o desenvolvimento de habilidades referentes ao reconhecimento de sons musicais e seus elementos constitutivos,entre os quais a dinâmica, articulação, o timbre e a altura; (...) Performance, ritmos corporais e utilização de materiais alternativos na montagem do espetáculo.	80 h/a (60 h/a presenciais e 20 h/a não presenciais) 25 vagas Público Alvo: professores de Educação Infantil da SME, professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da SME e professores da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas 25 participantes
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: MUSICALIZANDO CAMPINAS: EDUCAÇÃO MUSICAL	ESFERA MUNICIPAL	O curso, através da música, visa integrar a dança, o teatro, o circo e as artes plásticas e assim propiciar aos participantes o desenvolvimento da sua auto-expressão, incentivando o espírito criador e observador.	80 h/a (60 h/a presenciais e 20 h/a não presenciais) 50 vagas Público Alvo: professores de Educação Infantil (AG III) da SME, professores dos anos

				iniciais do Ensino Fundamental da SME e professores da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas Turma A 25 e turma B 24.
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: PROJETO IMPRENSA	ESFERA MUNICIPAL	Promover discussões sobre fundamento se práticas de leitura para que os professores da escola realizem atividades e projetos em sala de aula, utilizando principalmente a imprensa escrita, falada e eletrônica (jornais e revistas p. ex), como uma das fontes de pesquisa para análise de diversos temas relacionados às áreas de conhecimentos de forma integrada e interdisciplinar. A segunda ação refere-se à produção de murais informativos e de jornais escolares para socialização dos estudos realizados por alunos e professores e para integração entre escola e comunidade.	80 h/a (60 h/a presenciais e 20 h/a não presenciais) 75 vagas Turma A - 9 partic. Turma B - 8 e turma C 8 participantes Público Alvo: professores de Educação Infantil (AG III) da SME, professores da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas Turma A - 9 partic. Turma B - 8 e turma C 8 participantes.
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: PEDAGOGIA DA IMAGEM	ESFERA MUNICIPAL	Promover a apropriação crítica e dialógica das linguagens e tecnologias da comunicação. Por meio de encontros presenciais e desenvolvimento de projetos práticos e coletivos nas escolas, com a participação de alunos/ comunidade, os educadores são estimulados à produção audiovisual (em fotografia, vídeo ou animação). Os eixos são (...)	120 h/a (68 h/a presenciais e 52 h/a de estudos e prática na escola) 40 vagas Professores do Ensino Fundamental e do EJA II da SME, professores e monitores de Educação Infantil da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas e, professores do ciclo III e IV do Ensino Fundamental da SME. e 40 participantes.

DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO, MOBILIDADE URBANA E CIDADANIA	ESFERA MUNICIPAL / EMDEC[284]	Promover um processo de educação com fundamento no conceito de mobilidade urbana, integrando questões relativas ao trânsito, transporte, meio ambiente, sustentabilidade, segurança, acessibilidade, inclusão social e cidadania. (...).	60 h/a (30 h/a presenciais e 30 h/a para projetos pontuais e atividades realizadas na unidade educacional) 60 vagas Público Alvo: prof. de Ed. Inf. (AG III) da SME, prof.s da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas Participantes Turma A - 2 B - 4
DOM Nº 9.846 04/03/2010	CURSO: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E CURRÍCULO	ESFERA MUNICIPAL	O curso visa oportunizar a construção de conhecimento que favoreça a prática da alimentação saudável; desenvolver projeto nas Unidades Educacionais que integrem professores, alunos e demais profissionais da escola e comunidade do entorno em práticas de cultura alimentar; e sistematizar conhecimentos relacionados ao tema de forma a subsidiar educadores e promover atividades pedagógicas nas Unidades Educacionais	36h/a 25 vagas Prioritariamente profissionais do Ensino Fundamental da SME 12 participantes
CAMPINAS - 2º semestre de 2010				
- **COMUNICADO SME Nº 109/2010** (DOM nº 9.950 de 4 de agosto de 2010) O Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições de seu cargo, e considerando o processo de elaboração das diretrizes que orientarão a Formação Continuada na Secretaria de Educação, COMUNICA: 1. Fica suspensa, neste segundo semestre, a abertura de novos Cursos e Grupos de Formação, em âmbito Central, permanecendo a possibilidade de oferta no âmbito dos Núcleos de Ação Descentralizada, NAEDs. 2. O Representante Regional da SM, deverá encaminhar à Coordenadoria Setorial de Formação do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, SME, projetos de Cursos e Oficinas a serem realizados em âmbito descentralizado, nas situações em que houver interesse				

[284] Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A- O "Curso Semipresencial Educação de Trânsito, Mobilidade Urbana e Cidadania" é oferecido pela EMDEC a profissionais da área de educação. Em 2012, formou 44 professores das Diretorias Estaduais de Ensino Campinas Leste e Campinas Oeste.Com o curso, a EMDEC busca desenvolver valores, comportamentos e estimular uma visão global e crítica da Mobilidade Urbana, valorizando o coletivo ao invés do individual. Fonte: http://www.emdec.com.br/eficiente/sites/portalemdec/pt-br/site.php?secao=formacaoprofessoresmult. Acessado em 20/07/2014

em certificação e/ou verbas para o pagamento de formador externo à SME.

2.1. Os projetos deverão ser:

2.1.1. elaborados conforme disposto no artigo 18 da Resolução SME Nº 09/2009, e conter a indicação de um Coordenador Pedagógico para gerenciar o projeto;

2.1.2. encaminhamento até dia 16/08/2010, para a Coordenadoria Setorial de Formação, com previsão de carga horária de, no máximo 30 horas/aula, e início a partir da quarta semana de setembro de 2010,quando houver necessidade de verba para o pagamento de formador externo à SME.

2.2. A análise do projeto, pela Coordenadoria Setorial de Formação, limitar-se-á à disponibilidade orçamentária da SME.

3. Caberá ao coordenador pedagógico, indicado pelo Representante Regional da SME, gerenciar o processo de inscrição, seleção e frequência dos candidatos no(s) Curso(s) e/ou Oficina(s).

4. Caberá ao CEFORTEPE o processo de contratação do formador e a emissão da certificação, desde que cumprido o disposto neste Comunicado.

5. Demais informações poderão ser obtidas no CEFORTEPE pelo telefone (19) 3259- 1496 ou por meio do endereço eletrônico: sme.cefortepe@campinas.sp.gov.br.

Campinas, 03 de agosto de 2010

JOSÉ TADEU JORGE

Secretário Municipal De Educação

CAMPINAS 2010 - 1º semestre: 49 cursos / 2º semestre: cursos aconteceram nos NAEDs, de forma descentralizada

Total de ações de FCP = 49

FORMATOS: GF – grupos de formação por área do conhecimento/ gf por tema específico e gf por programa; cursos.

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL "PROF. MILTON SANTOS - CEFORTEPE /2011: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2011	**PROGRAMAS[285]**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**PARTICIPANTES E CARGA HORÁRIA**
DOM Nº 10.078 12/02/2011 (informação)	A.1 - GRUPO DE FORMAÇÃO: ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (3º E 4º CICLOS)[286]	ESFERA MUNICIPAL	Estudo para a implementação das Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação para os ciclos III e IV do Ensino Fundamental; levantamento, discussão e elaboração dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares e das áreas de conhecimento; dos subsídios teóricos e práticos ao processo de avaliação de aprendizagem.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 por disciplina e por turma. Público - Professores que atuam no ano de 2011 nos Anos Finais do Ensino Fundamental da SME nas respectivas disciplinas listadas abaixo
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.1.1. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: LÍNGUA PORTUGUESA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 por disciplina e por turma.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.1.2. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: ARTES	ESFERA MUNICIPAL	Idem	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 por disciplina e por turma.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.1.3. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: INGLÊS	ESFERA MUNICIPAL	Idem	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 por disciplina e por turma.

[285] Só foram considerados cursos e GTs que incluíram os/as professores/as do Ensino Fundamental

[286] EIXO A: inclui os Cursos/Grupos de Formação – GFs que poderão ser remunerados por meio de Carga Horária Pedagógica, CHP, ou por meio de Hora Projeto, HP.

DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.1.4. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: ERET	ESFERA MUNICIPAL	Idem	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 por disciplina e por turma.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.1.5. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: MATEMÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 por disciplina e por turma.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.1.6. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: CIÊNCIAS	ESFERA MUNICIPAL	Idem	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 por disciplina e por turma.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.1.7. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 por disciplina e por turma.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.1.8. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA	ESFERA MUNICIPAL	Idem	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 por disciplina e por turma.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.2. GRUPO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL	ESFERA MUNICIPAL	Discutir e elaborar referenciais teóricos/práticos sobre o Currículo das Escolas da SME da área de conhecimento de Educação Física Especial, para subsidiar a análise e reflexão em consonância com as Diretrizes Curriculares da SME – DEPE nos Anos iniciais e Finais do Ens. Fundamental quanto ao conteúdo e avaliação.	90 h/ Nº Vagas: 25 Professores de Educação Física do Ensino Fundamental da SME que tenham alunos com deficiência

DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.3. GRUPO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E CURRÍCULO	ESFERA MUNICIPAL	Discutir e elaborar referenciais teórico/prático sobre o Currículo das Escolas da Secretaria Municipal de Educação da área de conhecimento de Educação Física, para subsidiar a análise e reflexão ao conteúdo e avaliação de ensino nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental	90 h/a Nº Vagas: 25 Público: professores de Ed. Física do Ensino Fundamental da SME que atuaram nos GTs desenvolvidos no ano de 2010
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.4. GRUPO DE FORMAÇÃO EM CULTURA CORPORAL DO MOVIMENTO	ESFERA MUNICIPAL	Promover a formação cultural corporal do movimento, consequentemente o desenvolvimento da proposta pedagógica do professor, motivando-o para estudos sobre a aprendizagem e possibilitando novas formas de relacionamento com a qualidade de ensino nos núcleos de educação física	90 h/a 25 vagas Público: Professores de educação física do ensino fundamental
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.5 – GRUPO DE FORMAÇÃO: O PROFESSOR DE EJA ANOS FINAIS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO – módulo I	ESFERA MUNICIPAL	Formação continuada com a abordagem de temas relativos ao Currículo da Educação de Jovens e Adultos, a partir da coordenação de um grupo de estudos constituído por professores coordenadores de EJA Anos Finais, demais professores das diferentes áreas do conhecimento e de especialistas da educação da rede municipal de Campinas	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 30 Público: 1º lugar professores do EJA anos finais da SME; 2ª especialistas de EJA anos finais SME
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.6. CURSO: LER E ESCREVER – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO (INICIANTE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Fundamentação sobre os processos de construção da leitura e da escrita pela criança dentre eles: Hipóteses de escrita e aprendizado do sistema alfabético de escrita; Estratégias de leitura; Processos de letramento. Realizar análises das situações didáticas propostas no material do Programa Ler e Escrever e desenvolvê-las com os alunos.	180h//a (45 h/a por módulo, sendo 36 presenciais e 09 não presenciais) 25 vagas Público: professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da SME e em segundo lugar pelos especialistas da SME
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.7 – CURSO LER E ESCREVER – PRÁTICAS ESCOALRES DE	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA	Discutir sobre as práticas pedagógicas de ensino da Língua Portuguesa e a partir delas identificar quais dificuldades ocorrem na	180 h/a – 4 módulos (45 h/a por módulo, sendo36

	LEITRUAE ESCRITA NOS ANOS INICIAIS	ESTADUAL	introdução e no trabalho de alguns conceitos dessa área do conhecimento. Construir caminhos para ressignificar a ação pedagógica e realizar análises de situações didáticas propostas no material do Programa Ler e Escrever e desenvolvê-los com os alunos.	presenciais e 09 não presenciais) 25 vagas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.8. CURSO: LER E ESCREVER – CONTEXTUALIZANDO A MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS (INICIANTES)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	O curso pretende abordar discussões sobre as práticas pedagógicas de ensino da Matemática e a partir delas identificar quais dificuldades ocorrem na introdução e no trabalho de alguns conceitos dessa área de conhecimento. Pretende-se, ainda, construir caminhos para ressignificar a ação pedagógica nas aulas de Matemática e realizar análises das situações didáticas propostas no material do Programa Ler e Escrever e desenvolvê-las com os alunos.	180 h/a – 4 módulos (45 h/a por módulo, sendo36 presenciais e 09 não presenciais) Nº Vagas: 25 Público Alvo: professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da SME e em segundo lugar pelos especialistas da SME
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.9. CURSO: LER E ESCREVER – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Fundamentação sobre os processos de construção da leitura e da escrita pela criança dentre eles: Hipóteses de escrita e aprendizado do sistema alfabético de escrita; Estratégias de leitura; Processo de letramento.metodologia de resolução de problemas: intervenções problematizadoras, agrupamentos produtivos, atividades desafiadoras etc. Modalidades de organização didática. (...)	180 h/a (45 h/a por módulo, sendo 36 h/a presenciais e 09 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 Público Alvo - Professores e especialistas da SME que concluíram o módulo I em 2010.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.10. – CURSO LER E ESCREVER – PRÁTICAS ESCOALRES DE LEITRUAE ESCRITA NOS ANOS INICIAIS (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Discutir sobre as práticas pedagógicas de ensino da Língua Portuguesa e a partir delas identificar quais dificuldades ocorrem na introdução e no trabalho de alguns conceitos dessa área do conhecimento. Construir caminhos para ressignificar a ação pedagógica e realizar análises de situações didáticas propostas no material do Programa Ler e Escrever e desenvolvê-los com os alunos.	180 h/a (45 h/a por módulo, sendo 36 h/a presenciais e 09 h/a não presenciais) Nº Vagas: 25 Público Alvo: Professores e especialistas da SME que concluíram o módulo I em 2010.

DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.11. CURSO: LER E ESCREVER – CONTEXTUALIZANDO A MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Práticas pedagógicas de ensino da Matemática e a partir delas identificar quais dificuldades ocorrem na introdução e no trabalho de alguns conceitos dessa área de conhecimento. Pretende-se, ainda, construir caminhos para ressignificar a ação pedagógica nas aulas de Matemática e realizar análises das situações didáticas propostas no material do Programa Ler e Escrever e desenvolvê-las com os alunos.	180 h/a (45 h/a por módulo, sendo 36 h/a presenciais e 09 h/a não presenciais) 25 vagas Público Alvo: Professores e especialistas da SME que concluíram o módulo I em 2010.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.12. GRUPO DE FORMAÇÃO: PROGRAMA GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR – GESTAR II – MATEMÁTICA (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	As atividades serão desenvolvidas na modalidade semipresencial, sendo que haverá 03 (três) encontros presenciais. As atividades à distância desenvolvidas via e-mail. Terá direito à certificação da formação que compreende o semestre de estudos, o participante: que entregar, ao final desse período, a realização das atividades propostas pelo professor formador; que tiver frequência igual ou superior a 75% (...).	100 h/a (formato semipresencial) 25 vagas Público alvo: professores de matemática da SME que concluíram o GF: Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR II – Matemática 2010.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.13. CURSO: INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR: ABORDAGEM TEÓRICA-PRÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Favorecer condições para que os educadores possam identificar e atender às necessidades educacionais dos alunos cegos e com baixa visão inseridos nas Unidades Educacionais da SME.	50 h/a 30 vagas Público: 1º para professores de Educação Especial da SME, 2º demais profissionais da SMC, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.14. CURSO: EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL	ESFERA MUNICIPAL	O atual curso visa trazer o conhecimento necessário na área de saúde mental através da qual os professores poderão ser mais bem preparados para lidar com aspectos emocionais de seus alunos e para atuar nos seguintes níveis: promoção da saúde mental, prevenção de transtornos mentais e participação no tratamento de transtornos mentais já estabelecidos. (...)	50 h/a 30 vagas Público: 1º para professores de Educação Especial da SME, 2º demais profissionais da SMC, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas

DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.15 – CURSO: INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM ALTERAÇÕES MOTORAS: A CONTRIBUIÇÃO DO FISIOTERAPEUTA	ESFERA MUNICIPAL	Proporcionar aos educadores complemento à sua formação profissional através de curso teórico auxiliando-os no processo de Inclusão Escolar de crianças com deficiência, particularmente aquelas que apresentam dificuldades motoras.	50 h/a 30 vagas Público: 1º para professores de Educação Especial da SME, 2º demais profissionais da SMC, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.16 – CURSO: INCLUSÃO DO ALUNO COM MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA OU SURDO-CEGUEIRA NO ENSINO REGULAR	ESFERA MUNICIPAL	Capacitar os profissionais para identificar e atuar com a população surdocega ou com múltipla deficiência.	50 h/a 30 vagas Público: 1º para professores de Educação Especial da SME, 2º demais profissionais da SMC, da FUMEC, dos CEIs e Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.17 –CURSO: INTRODUÇÃO À FORMAÇÃO DE AUDIODESCRITORES – ACESSIBILIDADE PARA TEATRO, TELEVISÃO E CINEMA – MÓDULO I	ESFERA MUNICIPAL	O objetivo principal deste curso é introduzir os educadores no processo de acessibilidade de pessoas com deficiência visual aos bens culturais no que se refere às práticas audiovisuais e ofErecendo-lhes os recursos necessários para que possam apropriar-se dos conceitos e das técnicas de audiodescrição de filmes (ao vivo ou gravada) e consequentemente, conduzirem com autonomia as atividades dentro de suas escolas.	50 h/a 30 vagas Público: 1º para professores de Educação Especial da SME, 2º demais profissionais da SMC, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.18. CURSO DE LIBRAS – MÓDULO I	ESFERA MUNICIPAL	Promover o conhecimento da Língua de Sinais Brasileiras (LIBRAS) para os educadores e a importância da LIBRAS para a pessoa surda.	50 h/a 30 vagas Público: 1º para professores de Educação Especial da SME, 2º demais profissionais da SMC, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.19. CURSO: FRANCÊS BÁSICO V	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura francesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura dos países	60 h/a (45 h/a presenciais e 15h/a não presenciais) Nº Vagas: 15 Público: professores do ensino fundamental e de educação

			francófonos para os professores que ministrarão aulas nas escolas municipais a partir de 2011.	infantil da SME que concluíram Francês Básico IV em 2010.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.20. CURSO: ITALIANO BÁSICO III	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura italianas, buscando o aprimoramento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura italiana para futura atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15h/a não presenciais) Nº Vagas: 20 Professores do ensino fundamental e de educação infantil da SME que concluíram o curso Italiano Básico II em 2010.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.21. CURSO: ITALIANO BÁSICO IV	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura italianas, buscando o aprimoramento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura italiana para professores que ministrarão aulas nas escolas municipais a partir de 2011.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15h/a não presenciais) Nº Vagas: 20 Professores do ensino fundamental e de educação infantil da SME que concluíram o curso Italiano Básico III em 2010.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.22. CURSO: ITALIANO INTERMEDIÁRIO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura italianas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura italiana para os profes. que já ministram aulas nas escolas municipais e os que começarão em 2011	60 h/a (45 h/a presenciais e 15h/a não presenciais) Nº Vagas: 20 Professores do ensino fundamental e de educação infantil da SME que concluíram o curso Italiano Básico IV em 2010.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.23. CURSO: ESPANHOL BÁSICO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Formação básica inicial em língua e cultura espanholas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita para futura atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15h/a não presenciais Nº Vagas: 20 Público alvo: professores do Agr. III da Educação Infantil da SME e em segundo lugar pelos professores do Ensino Fundamental da SME.

DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.24. CURSO: ESPANHOL INTERMEDIÁRIO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura espanholas, buscando o aprimoramento da compreensão e expressão oral e escrita para professores que ministrarão aulas nas escolas municipais a partir de 2011	60 h/a (45 h/a presenciais e 15h/a não presenciais Nº Vagas: 20 Público alvo: professores do Ensino Fundamental e de Educação Infantil da SME, que concluíram o curso Espanhol Básico III em 2010
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.25. CURSO: INGLÊS BÁSICO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Formação básica inicial em língua e cultura inglesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita para futura atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas.	60 h/a (45h/a presenciais e 15h/a não presenciais) Nº Vagas: 20 por turma Público alvo: professores do Ensino Fundamental e de Ed. Inf. da SME, que concluíram o curso Inglês Básico I em 2010
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.26. CURSO: PROJETO IMPRENSA (INICIANTE)	ESFERA MUNICIPAL	Promover discussões sobre fundamentos e práticas de leitura para que os professores da escola realizem atividades e projetos em sala de aula, utilizando principalmente a imprensa escrita, falada e eletrônica (jornais e revistas p. ex), como uma das fontes de pesquisa para análise de diversos temas relacionados às áreas de conhecimentos de forma integrada e interdisciplinar.	80 h/a (60 h/a presenciais e 20 h/a não presenciais) N° Vagas: 30 Público alvo: professores do Agrupamento III da Educação Infantil da SME e professores do Ensino Fundamental da SME e da FUMEC.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.27. CURSO: PROJETO IMPRENSA – MÓDULO III (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL	Objetivo principal trabalhar a leitura das mídias com suas múltiplas linguagens, relacionando os fatos, as opiniões com conteúdos discutidos no currículo escolar. Busca-se desta forma contextualizar os conhecimentos construídos na escola e, com isso, formar um cidadão que conhece a realidade e consegue articulá-la ao conjunto de saberes e conhecimentos construídos ao longo	80 h/a (60 h/a presenciais e 20 h/a não presenciais) N° Vagas: 30 Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental e de Educação Infantil da SME, que concluíram o curso Projeto Imprensa – Módulo II em 2010.

			da história humana.	
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.36. CURSO: FRANCÊS BÁSICO III[287]	ESFERA MUNICIPAL	Continuidade da formação em língua e cultura francesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura dos países francófonos para futura atuação junto aos alunos da RMEC.	60 h/a (45h/a presenciais e 15h/a não presenciais) Nº Vagas: 20 Público: Professores do Ensino Fundamental e de Educação Infantil da SME, que concluíram o Francês Básico II em 2010.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	A.37. CURSO: FRANCÊS BÁSICO IV	ESFERA MUNICIPAL	Continuidade da formação em língua e cultura francesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura dos países francófonos para futura atuação junto aos alunos da RMEC.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº Vagas: 15 Público alvo: 1º professores do Ensino Fundamental e de Educação Infantil que concluíram curso Francês Básico III em 2010.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.1. CURSO DE APROFUNDAMENTO NAS CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DE CRIANÇA, EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO INFANTIL, EDUCADOR	ESFERA MUNICIPAL	Trata da questão do significado e da importância do entendimento das relações entre História e da História da Educação para a compreensão da realidade educacional; aborda a temática do curso a partir de três eixos fundamentais: a concepção histórica de criança, de educação, de educação infantil e de educador tendo como interlocutores os cursistas.	98 h/a (72 h/a presenciais e 26 h/a não presenciais) Nº Vagas: 30 Público-Alvo: Profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas Pré-requisito: não ter ainda realizado pós-graduação strictu sensu.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.2[288] CURSO: O CONHECIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DE ATITUDES DE PESQUISA,	ESFERA MUNICIPAL SME/FUMEC	Aborda a questão da humanidade, cultura e o conhecimento, a noção de curiosidade e descoberta, as atitudes de pesquisa e a prática do pesquisador. Realiza a iniciação científica	90 h/a (66 h/a presenciais e 24 h/a não presenciais) Nº Vagas: 30 Público Alvo: Profissionais da

[287] Este curso e o curso de nº 37 priorizam as vagas para os professores do Ensino fundamental, mas as possibilidades de uso da CHP são para os professores do Agrupamento III da Educação Infantil da SME. Neste caso, foram considerados levando-se em conta o critério da prioridade na participação.

[288] **O EIXO B** inclui os Cursos/Grupos de Formação que poderão ser remunerados por meio de Hora Projeto, HP (ver sobre regulamentos para remuneração no DOM Nº 10.078 FEVEREIRO 2011 (p.5). Disponível em http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1532901098.pdf. Acessado em 11/08/2014.

	A PARTIR DA PRÁTICA PEDAGÓGICA		do professor, para o exercício de problematização da sua prática pedagógica e elaboração de projeto leitura, discussão e produção escrita sobre os fundamentos da pesquisa educacional.	SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas Pré-requisitos: possuir graduação
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.3. CURSO: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO	ESFERA MUNICIPAL	Estudar os fundamentos do desenvolvimento infantil como um processo histórico e participativo. O papel da escola e de seus atores na construção de um espaço promotor de desenvolvimento, identificando fatores e indicadores deste processo. As possíveis relações entre a escola, a família e a comunidade.	45 h/a Nº Vagas: 30 Público-Alvo: Profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental da SME
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.4. CURSO: A EDUCAÇÃO INDIRETA E A ESCOLA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL	ESFERA MUNICIPAL	A mediação como base do processo educativo, (Vygotsky), por signo (linguagem) e instrumento (técnica): traços inerentes à natureza humana, para constatação de que a educação é mediada também pelas tecnologias de comunicação, produtora de linguagens. Características da educação na sociedade complexa (Morin), onde o desenvolvimento humano se faz pela educação formal, assim como pela mediação das linguagens tecnológicas: educação indireta...	30 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental da SME
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.5. CURSO: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL: UMA PASSAGEM INTEGRADA PELO TRABALHO PEDAGÓGICO	ESFERA MUNICIPAL	Estuda as características das crianças de 6 anos, aprofundando-se no conceito infância hoje; procura num diálogo entre Educação Infantil e Ensino Fundamental uma passagem integrada pelo trabalho pedagógico.	45 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental da SME
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.6. CURSO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REALIDADE EDUCACIONAL	ESFERA MUNICIPAL	Abordar a importância da construção do projeto político pedagógico considerando os novos paradigmas de gestão e de desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas, que atendam aos interesses e necessidades da comunidade escolar.	45 h/a (30 h/a de atividades presenciais e 15 h/a de atividades a distância) Nº Vagas: 30 Público Alvo: especialistas da SME e professores da SME

DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.7. CURSO: PEDAGOGIA DE PROJETOS	ESFERA MUNICIPAL	Aborda a questão do trabalho com projetos como ferramenta pedagógica alternativa. Discute a importância dos conteúdos escolares a partir de uma visão ampla e integrada. Apresenta conceitos de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade. Desenvolve projetos variados.	45 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIS e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.8. CURSO: GESTÃO ESCOLAR E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	ESFERA MUNICIPAL	Discute a importância da gestão escolar democrática. Apresenta os níveis de participação da equipe escolar e seus determinantes. Discute a natureza do trabalho pedagógico e a questão da organização escolar. Apresenta a importância da participação da comunidade escolar nos rumos da escola.	45 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Especialistas da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.9. CURSO: SAÚDE VOCAL – EXPRESSÃO VOCAL E ORAL PARA PROFESSORES	ESFERA MUNICIPAL	Promover a saúde vocal. Prevenir patologias vocais. Sensibilizar e instrumentalizar o professor para um melhor uso do seu potencial vocal. Promover a conscientização vocal, corpórea e postural. Estimular a descoberta de novas possibilidades sonoras. Conceituar elementos pertinentes ao universo vocal/oral. Aplicar exercícios sonoros facilitadores á prática pedagógica...	90 h/a Nº Vagas: 30 Público alvo: prioritariamente professores da SME, da FUMEC, dos CEIs e das conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.11. CURSO: A PUBLICIDADE COMO VEÍCULO DAS DIFERENTES LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Por meio do estudo de referências e do desenvolvimento de técnicas de produção, estabelece a legitimidade e viabiliza o uso da linguagem da publicidade como instrumento para a transmissão, assimilação e prática de conteúdos, na forma de projetos e materiais didáticos.	40 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Prioritariamente professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da SME.
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.13. CURSO: CONCEITOS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Conhecer os conceitos atualmente propostos para as práticas de Educação Ambiental: sustentabilidade, pegada ecológica, desenvolvimento sustentável, sujeito	30 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e

			ecológico, consumismo, urbanismo, biorregionalismo articulados às práticas ambientais.	das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.15. CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi elaborado visando a inclusão digital dos professores, para que façam uso das tecnologias em seu trabalho na unidade escolar.	100 h/a. Nº Vagas: 15 por turma Público Alvo: Prioritariamente professores da SME, da FUMEC, dos CEIS e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.16. CURSO DE INFORMÁTICA PARA GESTORES	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi elaborado visando atender as necessidades dos gestores no uso das tecnologias no trabalho administrativo da unidade escolar.	40 h/a Nº Vagas: 15 por turma Público Alvo: Gestores da SME e da FUMEC
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.17. CURSO MIDIAS NA EDUCAÇÃO – TRABALHANDO ÁUDIO E PUBLICAÇÕES	ESFERA MUNICIPAL	Conhecer e produzir conteúdos multimídia para uso no contexto educacional, utilizando áudio e ferramentas de publicação *online*.	30 h/a (24 h/a presenciais e 06 h/a *online*) Nº Vagas: 15 por turma
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.18. CURSO DE UTILIZAÇÃO DO LIED E INFORMÁTICA EDUCATIVA	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi criado para ajudar professores do ensino fundamental a utilizar o laboratório de informática educativa, atuando diretamente no planejamento das aulas, ligando o conteúdo a ser trabalhado com as TIC's. Também capacitação no manuseio dos equipamentos do LIED, computador, impressora, câmera.	40 h/a Nº Vagas: 15 Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental, da EJA Anos Finais e da FUMEC com sala de aula em EMEF
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.19. CURSO DE UTILIZAÇÃO DE OBJETOS EDUCACIONAIS - INTERNET	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi criado para ajudar os professores a dinamizar sua atuação em sala de aula utilizando objetos educacionais da internet. Nele serão trabalhados diversos sites e suas possibilidades de uso pedagógico.	40 h/a Nº Vagas: 15 Público Alvo: Professores da SME e da FUMEC
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.20. CURSO: ETNOMATEMÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Orientar e oferecer subsídios teóricos e metodológicos do Programa da Etnomatemática aos professores, educadores e, ou gestores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais, visando o aprendizado da matemática na realidade/cultura dos grupos, presentes nas	60 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Professores e especialistas da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

			brincadeiras que as crianças desenvolvem naturalmente, nas técnicas de construção de uma casa e outras situações. (...)	da SME
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.21. CURSO: MASCULINIDADES E VIOLÊNCIAS	ESFERA MUNICIPAL	Escola e as relações de gênero. Relações democráticas, solidárias e não violentas. Relações igualitárias de gênero na promoção da saúde pessoal e social. Estatísticas sobre a violência e mortalidade masculina juvenil. Mudanças no comportamento de homens adolescentes e a consequência no compor formato feminino.	36 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Professores e Especialistas do Ensino Fundamental da SME e da FUMEC
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.22. CURSO: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO NEGRO NO BRASIL: OLHARES NA MÍDIA	ESFERA MUNICIPAL	Com base na implantação da LDB nº 9394/96, da Lei nº 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, analisaremos a construção da imagem no negro na sociedade brasileira (principalmente a partir da mídia) e como esse imaginário segue reproduzido nos espaços de sociabilidade nacional, focando no ambiente escolar.	40h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.23. CURSO: A COR DA CULTURA	ESFERA MUNICIPAL	O projeto *A Cor da Cultura* visa implementar ações culturais e educativas, a partir dos programas que o integram, de forma a contribuir para a valorização e preservação das culturas afro-brasileiras e da presença africana na nossa história. Consequentemente, deseja tornar visíveis o patrimônio e a memória construídos pelos africanos e seus descendentes no Brasil. Trata-se, portanto, de resgatar uma História negada e de abrir amplas janelas para as muitas paisagens, ainda desconhecidas por muitos, que compõem o universo cultural brasileiro.	30 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Profissionais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da SME
DOM Nº 10.078	B.24. CURSO: SEXUALIDADE	ESFERA MUNICIPAL	O objetivo do curso é investigar, estudar e pesquisar a sexualidade humana como	30 h/a Nº Vagas: 30

12/02/2011	HUMANA, GÊNERO E ETNIA		manifestação cultural, que possui caráter histórico e sociológico e que está intimamente ligada a questões sociais e étnico-raciais.	Público Alvo: Profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.25. CURSO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E CURRÍCULO	ESFERA MUNICIPAL	O curso visa oportunizar a construção de conhecimento que favoreça a prática da alimentação saudável; desenvolver projeto nas Unidades Educacionais que integrem professores, alunos e demais profissionais da escola e comunidade do entorno em práticas de cultura alimentar; sistematizar conhecimentos relacionados ao tema de forma a subsidiar educadores e promover atividades pedagógicas nas Unidades Educacionais; promover espaços de interlocução entre os educadores e divulgação das ações realizadas.	30 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental da SME, prioritariamente professores das escolas de Ensino Fundamental que estão no Projeto Piloto do Programa "Educação para uma Vida Mias (sic) Saudável"
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.26. CURSO: PROGRAMA ARTE E MOVIMENTO - IV FEM	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo proporcionar noções de produção, composição (tema, letra e música), gravação, nos diversos gêneros musicais e acompanhamento e avaliação do FEM – Festival Estudantil de Música.	30 h/a Nº Vagas: 44 Público Alvo: Professores do Ens. Fund. da SME que serão os articuladores e responsáveis pelo Festival Estudantil de Música nas EMEFs, sendo 01 professor por escola
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B. 27. CURSO: VALORIZANDO O SER EDUCADOR	ESFERA MUNICIPAL	Trabalhar junto a profissionais da Rede Municipal de Campinas temas e dinâmicas relacionados ao universo da vida do educador, orientada pelos princípios e conceitos teóricos e práticos da Psicologia Transpessoal. Esses princípios e conceitos visam estimular o Ser humano como um todo, contribuindo para o seu desenvolvimento integral, saudável, harmonioso, favorecendo com isso a emergência de valores éticos. .	30 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas

DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.30. CURSO: PROJETO EDUCAÇÃO E CONHECIMENTOS PARA PROFILAXIA DA DENGUE	ESFERA MUNICIPAL	Capacitar o corpo docente sobre as características morfológicas e o ciclo do vetor da Dengue. Possibilitar maior interação entre o corpo docente municipal com o corpo discente e seus familiares, na profilaxia da Dengue. Valorizar e estimular as ações de controle e preservação ambiental. Compreender as articulações existentes entre políticas públicas de profilaxias e educação. (...)	30 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.31. CURSO: EIXOS TEMÁTICOS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Análise dos fatores que possibilitam compreender a relação teoria-prática e as articulações entre políticas públicas e educação. Reflexão sobre os fundamentos da Educação e a construção do currículo. Perceber o processo de avaliação como instrumento do processo ensino-aprendizagem. (...)	60 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Professores do Ensino Fundamental da SME
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.32. CURSO: O APROVEITAMENTO DA CULTURA POPULAR NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem por objetivo despertar a importância da preservação de nosso patrimônio cultural imaterial, a Cultura Popular, traçando um breve panorama das culturas: indígenas, africanas e europeias através das cinco regiões do país e localizando manifestações da Cultura Popular no nosso Cotidiano (...)	30 h/a Nº Vagas: 30 Público Alvo: Profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas
DOM Nº 10.078 12/02/2011	B.33. GRUPO DE FORMAÇÃO: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DO FRANCÊS	ESFERA MUNICIPAL	O GF reflete sobre a prática pedagógica do professor, discutindo e propondo atividades que visem à aprendizagem dos alunos na língua e cultura dos países francófonos.	40 h/a Nº Vagas: 15 Público Alvo: Professores que participam do Projeto École, ministrando aulas para os alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas
2º semestre / 2011				

DOM Nº 10.205 18/08/2012	III SEMINÁRIO CURRICULAR	ESFERA MUNICIPAL	O Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições de seu cargo, COMUNICA a realização do III Seminário Curricular que tem por objetivo a discussão do documento preliminar - versão I das Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental Anos Iniciais - Um processo contínuo de reflexão e ação, segundo o cronograma anexo.	Não consta carga horária ou número de vagas. Certificação[289] Público Alvo: Profissionais que compõem a equipe educativa dos NAEDs, gestores das Unidades Educacionais do Ens. Fund. , professores PEB II, PEB III dos respectivos componentes curriculares de Arte, Educação Física, Inglês, PEB IV e Professores Adjuntos dos Anos Iniciais.
DOM Nº 10.207 22/08/2011	CURSO DIRETRIZES CURRICULARES DA LÍNGUA INGLESA	ESFERA MUNICIPAL/ ESFERA PRIVADA	Será realizado curso em forma de oficina, tendo como objetivo a discussão da proposta das diretrizes Curriculares da língua inglesa para os anos iniciais com foco no material didático para o ensino da língua, ministrado pela Profª Maria Lucia Mercante Naddeo[290].	Não consta carga horária e número de vagas. Publico alvo: professores de língua inglesa. Os professores participantes receberão declaração de participação e farão jus ao recebimento de 3h de HP.
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.30. CURSO: VIOLÃO POPULAR I	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo proporcionar ao docente o conhecimento musical inicial para uma atuação junto aos seus alunos, na utilização do instrumento como recurso pedagógico e lúdico	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais). 25 vagas. Público Alvo: professores da SME, professores dos CEIs e das Entidades Conveniadas, demais profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas. Pré-requisito: possuir o instrumento. Participantes: 25

[289] Certificação: participantes receberão declaração com carga horária de 4h/aula para cada encontro. Pagamento HP: Os professores que frequentarem o Seminário no contraturno a sua jornada de trabalho farão jus ao recebimento de 4h/a.

[290] Diretora na INTERACTIO CONSULTORIA EM LÍNGUAS, Autora e Formadora de Professores na YENDIS EDITORA (Firma individual). Disponível em http://br.linkedin.com/pub/maria-lucia-malu-mercante-naddeo/48/20/973/en. Acessado em 30/07/2014.

DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.31. CURSO: VIOLÃO POPULAR II	ESFERA MUNICIPAL	Dar continuidade ao conhecimento musical inicial oferecido no 1º semestre de 2011 aos profissionais do Curso Violão Popular I.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 20 vagas Público Alvo: prof. que participaram do Curso "Violão Popular I", no 1º semestre de 2011, prof. da SME que tenham iniciação em violão, profes. dos CEIs e das Entidades Conveniadas que tenham iniciação em violão, profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas que tenham iniciação em violão Pré-requisito: possuir o instrumento. Participantes: 18
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.32. CURSO: FORMAÇÃO MUSICAL TEÓRICA: PRÁTICA PARA EDUCADORES – NÍVEL BÁSICO	ESFERA MUNICIPAL	Curso de estruturação musical para formação de conhecimentos teóricos e práticos, sobre escrita e linguagem musical, com noções de ritmos, criação, interpretação e improvisação.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a não presenciais) 30 vagas - Público Alvo: professores da SME, professores dos CEIs e das Entidades Conveniadas. Participantes: 14
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.38. CURSO: A FORMAÇÃO MUSICAL NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Dar continuidade ao estudo da estruturação musical para ampliação dos conhecimentos teóricos e práticos, sobre escrita e linguagem musical, com noções de ritmos, criação, interpretação e improvisação, contribuindo para a prática do ensino de música nas escolas.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a não presenciais) 30 vagas Público Alvo: Profissionais que participaram do Curso "Formação Musical Teórica: Prática para Educadores – Nível Básico", no 1º semestre de 2011. Participantes: 7
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.34. CURSO: TÉCNICAS BÁSICAS DE DESENHO	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo oferecer noções da linguagem do desenho, desenvolver a percepção visual, buscando uma linguagem própria através de conteúdos técnicos e	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 25 vagas Público Alvo: professores da SME,

			teóricos, com ênfase na criatividade e na expressão pessoal, a fim de auxiliar o trabalho pedagógico do professor.	professores dos CEIs e das Entidades Conveniadas e profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas Participantes: 25
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.39. CURSO: O DESENHO ARTÍSTICO E A PINTURA NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Contribuir para a formação continuada dos profissionais da educação, nos diversos níveis de ensino, explorando o desenvolvimento da criatividade, da expressão dos sentimentos, da emoção, de técnicas e conceitos de desenho e pintura para que possam orientar e estimular seus alunos em sala de aula a se expressarem, através de cores e formas, ideias e emoções.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 25 vagas Público Alvo: Profissionais da SME que participaram do Curso "Técnicas Básicas de Desenho", no 1º semestre de 2011. Participantes: 8
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.40. CURSO: TÉCNICAS BÁSICAS DE PINTURA	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo oferecer noções da linguagem da pintura utilizando diversos materiais, conteúdos técnicos e teóricos, procurando desenvolver o senso estético para atuação no trabalho pedagógico do professor.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 25 vagas Público Alvo: professores da SME, professores dos CEIs e das Entidades Conveniadas para demais profissionais da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas. Participantes: 20
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.41. CURSO: A PINTURA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESFERA MUNICIPAL	O curso tem como objetivo proporcionar ao professor noções da linguagem da pintura usando materiais convencionais da escola, aplicando os conteúdos práticos e teóricos, com ênfase na criatividade, oferecendo contatos com artistas de Campinas e suas obra se alguns artistas da história da arte ampliando os seus conhecimentos e desenvolvendo o senso estético para atuação em sala de aula.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 25 vagas Público Alvo: Profissionais que participaram do Curso "Técnicas Básicas de Pintura", no 1º semestre de 2011. Participantes: 23

DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.37. CURSO: FRANCÊS BÁSICO IV	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura francesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura dos países francófonos para futura atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas.	60 h/a (45h/a presenciais e 15h/a não presenciais) 20 vagas Público Alvo: professores que participaram do Curso "Francês Básico III", no 1º semestre de 2011, professores da SME que comprovem formação básica inicial na língua, demais profissionais da SME que comprovem formação básica inicial na língua. Participantes: 12
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.19. CURSO: FRANCÊS BÁSICO V	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura francesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura dos países francófonos para futura atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas.	60 h/a (45h/a presenciais e 15h/a não presenciais) 15 vagas Público Alvo: professores que participaram do Curso "Francês Básico IV", no 1º semestre de 2011, profes. da SME que comprovem formação básica inicial na língua, demais profissionais da SME que comprovem formação básica inicial na língua. Participantes: 8
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.42. CURSO: FRANCÊS INTERMEDIÁRIO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura francesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura dos países francófonos para os professores que já ministram ou ministrarão aulas nas escolas municipais.	60 h/a (45h/a presenciais e 15h/a não presenciais) 15 vagas Público Alvo: professores que participaram do Curso "Francês Básico V", no 1º semestre de 2011, professores da SME que comprovem formação básica inicial na língua, demais profissionais da SME que

				comprovem formação básica inicial na língua. Participantes: 9
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.21. CURSO: ITALIANO BÁSICO IV	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura italianas, buscando o aprimoramento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura italiana para futura atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas.	60 h/a (45h/a presenciais e 15h/a não presenciais) 20 vagas Público Alvo: professores que participaram do Curso "Italiano Básico III", no 1º semestre de 2011, demais professores da SME que comprovem formação básica inicial na língua, demais profissionais da SME que comprovem formação básica inicial na língua. 16 participantes
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.43. CURSO: ITALIANO INTERMEDIÁRIO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura italianas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura italiana para os professores que já ministram ou ministrarão aulas nas escolas municipais a partir do 2º semestre de 2011.	60 h/a (45h/a presenciais e 15h/a não presenciais) 20 vagas Público Alvo: professores que participaram do Curso "Italiano Intermediário I", no 1º semestre de 2011, demais professores da SME que comprovem formação básica inicial na língua, s demais profissionais da SME que comprovem formação básica 9 participantes
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.44. CURSO: ESPANHOL BÁSICO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Formação básica inicial em língua e cultura espanholas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita para futura atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas.	60 h/a (45h/a presenciais e 15h/a não presenciais) 20 vagas Público Alvo: professores que participaram do Curso "Espanhol Básico I", no 1º semestre de 2011,

				demais professores da SME que comprovem formação básica inicial na língua, demais profissionais da SME que comprovem formação básica inicial na língua. Participantes: 16
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.45. CURSO: ESPANHOL INTERMEDIÁRIO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura espanholas, buscando o aprimoramento da compreensão e expressão oral e escrita para professores que já ministram ou ministrarão aulas nas escolas municipais a partir do 2º semestre de 2011.	60 h/a (45h/a presenciais e 15h/a não presenciais) 20 vagas por turma Público Alvo: professores que participaram do Curso "Espanhol Intermediário I", no 1º semestre de 2011, demais professores da SME demais profissionais da SME que comprovem formação básica inicial na língua Participantes: Turma A: 6; Turma B: 8
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.46. CURSO: INGLÊS BÁSICO III	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Formação básica inicial em língua e cultura inglesas, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita.	60 h/a (45h/a presenciais e 15h/a não presenciais) 20 vagas Público Alvo: professores que participaram do Curso "Inglês Básico II", no 1º semestre de 2011, demais professores da SME que comprovem formação básica inicial e demais profissionais da SME que comprovem formação

				básica inicial na língua. Participantes: 21
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.47. CURSO: PROJETO IMPRENSA[291] – MÓDULO II (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Trabalhar as leituras das mídias com suas múltiplas linguagens, relacionando os fatos, as opiniões, com conteúdos do currículo escolar, contextualizando assim, os conhecimentos e os saberes na escola. Propicia também técnicas para a produção do jornal falado e de diagramação do jornal escolar, mural e eletrônico.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a não presenciais) 30 vagas por turma Público Alvo: Professores que participaram do módulo I deste curso, no 1º semestre de 2011. Participantes: Turma A= 20; B= 13
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.48. CURSO: PROJETO IMPRENSA – MÓDULO IV (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL	Aprofundar o trabalho comas leituras das mídias com suas múltiplas linguagens, relacionando os fatos, as opiniões com conteúdos do currículo escolar, contextualizando assim, os conhecimentos e os saberes na escola. Aprimorar as técnicas de produção do jornal falado e de diagramação do jornal escolar, mural e eletrônico, assim como apresentar técnicas para a elaboração de blogs.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a não presenciais) 30 vagas por turma Público Alvo: Professores que participaram do módulo III deste curso, no 1º semestre de 2011. Participantes: Turma A: Cancelada. Turma B: 8
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.50. CURSO: AS HORTAS PEDAGÓGICAS NO COTIDIANO ESCOLAR – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL	Aprofundamento do estudo da implantação de hortas nas unidades escolares nos aspectos nutricional e ambiental. Objetiva o desenvolvimento do Projeto Mãos na Horta nas respectivas unidades educacionais.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a não presenciais) 30 vagas Público Alvo: Profissionais que tenham cursado o módulo I deste curso, no 1º semestre de 2011. Participantes: 11

[291] **Público alvo:** Professores e Alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas e Educação de Jovens e Adultos. Objetivo: Proporciona condições e oportunidades de leitura, busca de informações em textos da mídia impressa e falada; orienta a produção de mural e jornal escolar, como canais de veiculação de textos, pesquisas e desenhos produzidos pelos alunos. Desenvolve a capacidade de seleção de informação de textos da mídia; motiva a expressão de pontos de vista dos alunos, como forma de respeito ao seu saber e as suas opiniões e promover a responsabilidade e cooperação de alunos no trabalho individual e em grupo. Atendimento em **2005**: 81 profissionais da educação, 60 unidades educacionais e 60 salas FUMEC com 1.820 alunos, total geral de 24.133 alunos. Coordenação: Vera Moraes. Professores envolvidos: Vera Lúcia Batista e Moraes, Elisabete Pimentel, Isa Speranza Righetto. Para mais informações: verabmoraes@uol.com.br . Disponível em http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/projetos/projeto-imprensa.php. Acessado em 30/07/2014.

DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.13. CURSO: INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR: ABORDAGEM TEÓRICA- PRÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Favorecer condições para que os educadores possam identificar e atender às necessidades educacionais dos alunos cegos e com baixa visão inseridos nas Unidades Educacionais da SME. Temas: A deficiência visual ao longo da história; Conceituar: visão, cegueira e baixa visão ou visão subnormal; Principais causas de deficiência visual; Desenvolvimento global; Avaliação funcional e do desempenho visual; Propostas de intervenção; Estimulação precoce; Auxílios ópticos e não ópticos para magnificação da imagem; Sistema Braille; Soroban; Orientação e mobilidade. (...)	50 h/a 30 vagas por turma Público Alvo: as vagas serão preenchidas pelos professores de Educação Especial da SME e em segundo lugar pelos demais profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas/ Participantes: 18
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.14. CURSO: EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL	ESFERA MUNICIPAL	O atual curso visa trazer o conhecimento necessário na área de saúde mental através da qual os professores poderão ser mais bem preparados para lidar com aspectos emocionais de seus alunos e para atuar nos seguintes níveis: promoção da saúde mental,prevenção de transtornos mentais e participação no tratamento de transtornos mentais já estabelecidos. Esse curso pretende também incentivar e inspirar os professores colaborando para compor o olhar que tocará essas vidas em formação	50 h/a 30 vagas por turma Não consta quantas turmas Público Alvo: as vagas serão preenchidas pelos professores de Educação Especial da SME e em segundo lugar pelos demais profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas Participantes: 23
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.51. GRUPO DE FORMAÇÃO: O PROFESSOR DE EJA ANOS FINAIS E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL	(...) Os temas para discussão deste GF devem contemplar: Currículo de EJA; Metodologia do Trabalho Pedagógico e Avaliação.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 30 vagas Público Alvo: Professores e especialistas de EJA Anos Finais da SME que participaram do módulo I do GF no 1º semestre de2011 Participantes: 17

DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.1. GRUPO DE FORMAÇÃO: ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (3º E 4º CICLOS)	ESFERA MUNICIPAL	Estudo para a implementação das Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação para os ciclos III e IV do Ensino Fundamental; levantamento, discussão e elaboração dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares e das áreas de conhecimento; dos subsídios teóricos e práticos ao processo de avaliação de aprendizagem, em consonância com as Diretrizes Curriculares. Componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Inglês, ERET, Matemática, Ciências, Historia, Geografia.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 25 vagas por disciplina e por turma Público Alvo: Professores que atuam no ano de 2011 nos Anos Finais e Iniciais (para os componentes curriculares de Arte, Educação Física e Inglês) do Ensino Fundamental da SME nos respectivos componentes curriculares listados abaixo. Participantes: Lingua Portuguesa: Turma A: 4. Turma B: 6. Artes: Turma A: 3. Turma B: 5. Inglês: Turma B: 2. Turma C: 5 ERET: 6 Matemáticas: Turma A: 7. Ciências: Turma A: 3. Turma B: 4. História: Turma A: 2; Geografia: 6
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.52. CURSO: LER E ESCREVER[292] – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO (INICIANTE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Fundamentação sobre os processos de construção da leitura e da escrita pela criança dentre eles: Hipóteses de escrita e aprendizado do sistema alfabético de escrita; Estratégias de leitura; Processos de	180 h/a (60 h/a por módulo, sendo 45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais). 20 vagas Público Alvo: professores dos

[292] INTRODUÇÃO: Em **2006** e **2007** a DOT/SME em parceria com as DOTs-P/ Coordenadorias de Educação, implantou no Ensino Fundamental o Programa "Ler e Escrever- Prioridade na Escola Municipal", compreendendo o Projeto "Toda Força ao 1º ano- TOF", o "Projeto Intensivo no Ciclo I- PIC", o Projeto "Ler e Escrever no 2º ano do Ciclo I" e o Projeto "Ler e Escrever em todas as Áreas do Ciclo II". O programa Ler e Escrever propõe o envolvimento de todos os educadores da escola para a alfabetização de seus alunos. Por isso, a formação dos professores se dá, principalmente, na própria unidade educacional. Os educadores contam também com um material didático organizado para o planejamento diário do trabalho de alfabetização, com atividades de comunicação oral e práticas de leitura e escrita. Assim, a partir de avaliações realizadas, no ano de **2008**, o Programa "Ler e Escrever- Prioridade na Escola Municipal" será ampliado e reorganizado, conforme as especificações constantes de cada Projeto. Disponível em http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/fundemedio/AnonimoSistema/MenuTexto.aspx?MenuID=12. Acessado em 30/07/2014.

			letramento. Metodologia de resolução de situações problema:intervenções problematizadoras, agrupamentos produtivos, atividades desafiadoras etc. (...) Realizar análises das situações didáticas propostas no material do Programa Ler e Escrever e desenvolvê-las com os alunos. O Curso está organizado em 03 (três) módulos, sendo o 1º módulo no 2º semestre de 2011 e o 2º e 3º módulos durante o ano de2012.	Anos Iniciais do Ens. Fund. da SME, especialistas da SME, professores da FUMEC e em quarto lugar pelos professores de Educação Infantil da SME.
DOM Nº 10.109 10/08/2011	A.53. CURSO: LER E ESCREVER – PRÁTICAS ESCOLARES DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS (INICIANTE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	O curso pretende abordar discussões sobre as práticas pedagógicas de ensino da Língua Portuguesa e a partir delas identificar quais dificuldades ocorrem na introdução e no trabalho de alguns conceitos dessa área de conhecimento; construir caminhos para ressignificar a ação pedagógica nas aulas de Língua Portuguesa e realizar análises das situações didáticas propostas no material do Programa Ler e Escrever (...). 1º módulo no 2º semestre de 2011 e o 2º e 3º módulos durante o ano de 2012.	180 h/a (60 h/a por módulo, sendo 45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 20 vagas Público Alvo: professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da SME, especialistas da SME, professores da FUMEC e em quarto lugar pelos professores de Educação Infantil da SME. Participantes: Turma A: Cancelada. Turma B: 8
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.34. CURSO: A FOTOGRAFIA NAS ESCOLAS	ESFERA MUNICIPAL	Este curso vai trabalhar, através de dinâmicas lúdicas que podem ser replicadas com adolescentes, os conceitos básicos da fotografia e de programa de tratamento de imagem, tornando o professor familiarizado com equipamento e noções básicas referente à linguagem fotográfica (como composição, estilo, efeitos visuais e filtros), o curso aprimora o "olhar fotográfico", procurando desenvolver o senso estético.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 20 vagas / Público Alvo: professores do Ensino Fundamental da SME e demais professores da SME. Pré-requisito: possuir equipamento próprio – máquina fotográfica Participantes: 20.

DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.35. CURSO: CONFECÇÃO DE JOGOS PEDAGÓGICOS A PARTIR DE RESÍDUOS	ESFERA MUNICIPAL	Promover e estimular a confecção de materiais lúdico-pedagógicos interativos, a partir de resíduos, baseando-se nas premissas da educação compartilhada com qualidade, respeito à vida e ao meio ambiente e cultura ambiental sustentável.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 25 vagas Público Alvo: professores da Educação Infantil da SME, professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da SME Participantes: 25
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.36. CURSO: NOVAS TECNOLOGIAS E DANÇA ÁRABE: UM CAMINHO PARA A PESQUISA EM SEXUALIDADE HUMANA	ESFERA MUNICIPAL	Propiciar uma reflexão voltada para as múltiplas formas de manifestação da sexualidade e o lugar que estas manifestações ocupam em nossa sociedade. Os meios utilizados para a reflexão serão as danças (masculina e feminina) e acultura árabes, a pesquisa sobre a história da sexualidade humana, incluindo a construção de blogs, canais de youtube e de documentários e vídeos através do programa MovieMaker.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 25 vagas por turma Público Alvo: professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental da SME e em segundo lugar pelos demais professores da SME, dos CEIs e das Entidades Conveniadas. Participantes: Turma A: Cancelada. Turma B: 8.
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.37. CURSO: A DANÇA NAS ESCOLAS – UM RECURSO PARA A APRENDIZAGEM	ESFERA MUNICIPAL	Conhecer e perceber o papel da dança no âmbito educacional, por meio de sua história, utilizando como recursos a leitura e discussão de textos, vídeos e vivência, a fim de fornecer elementos para a criação de novos apreciadores e incentivadores da dança nas escolas.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) 25 vagas por turma Público Alvo: professores do Ensino Fundamental da SME, professores da SME, e r pelos professores dos CEIs e das Entidades Conveniadas. Participantes: Turma A: 11. Turma B: Cancelada
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.38. CURSO DE UTILIZAÇÃO DE OBJETOS EDUCACIONAIS – INTERNET I	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi criado para ajudar os professores a dinamizar sua atuação em sala de aula e os gestores a incentivar o uso do laboratório de informática através do conhecimento e da utilização de objetos educacionais da internet. Nele serão apresentados diversos sites e suas	40 h/a 15 vagas por turma Público Alvo: professores que participaram do Curso de Utilização do LIED e Informática Educativa, no 1º semestre de 2011e demais professores e gestores da

			possibilidades de uso pedagógico.	SME e da FUMEC. Participantes: Turma A: 8 e B: 15.
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.39. CURSO DE UTILIZAÇÃO DE OBJETOS EDUCACIONAIS – INTERNET II (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi criado para ajudar os professores a dinamizar sua atuação em sala de aula e gestores a incentivar o uso do laboratório de informática através do conhecimento e da utilização de objetos educacionais da internet. Será dada a continuidade do curso iniciado no primeiro semestre/2011, devido a grande variedade de objetos educacionais existentes e a boa avaliação do grupo que participou, utilizando o que foi trabalhado em sua prática pedagógica.	40 h/a 15 vagas por turma Público Alvo: professores que participaram do Curso de Utilização de Objetos Educacionais – Internet, no 1º semestre de 2011, e demais professores e gestores da SME e da FUMEC. Participantes: Turma A: 10. B: 15.
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.40. CURSO: PRODUÇÃO DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS USANDO FERRAMENTAS DA INTERNET	ESFERA MUNICIPAL	O curso fornecerá subsídios para o conhecimento e criação de publicações eletrônicas como livros virtuais, revistas e conteúdos multimídia. O objetivo é levar o educador a produzir novos conteúdos e divulgar o seu trabalho dentro das diversas possibilidades que a rede Internet oferece.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) 15 vagas Público Alvo: profissionais que participaram do Curso "Mídias na Educação – Trabalhando Áudio e Publicações", no 1º semestre de 2011, demais profissionais da SME e da FUMEC. Pré requisitos: Conhecimentos em navegação na Internet (...) Participantes: Turma A: 13; Turma B: 15. Turma C: 9.
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.41. CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi elaborado visando a inclusão digital dos professores e gestores, para que se apropriem das tecnologias e possam utilizá-las de forma a enriquecer seu trabalho na unidade escolar.	60 h/a 15 vagas. Público Alvo: Professores e gestores da SME e FUMEC. Pré requisitos: Que o candidato inscrito não tenha participado de outra oferta de Curso Básico de Informática Educativa pelo NTE

				anteriormente. Participantes: Turma A: 10. B: 15
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.43. CURSO: CONCEITOS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL	Aprofundamento dos conceitos biorregionalismo e sujeito ecológico nas práticas pedagógicas.	40 h/a 30 vagas Público Alvo: Profissionais que tenham participado do módulo I deste curso, no 1º semestre dee 2011. / Participantes: Turma A: 4. Turma B: 7
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.44. CURSO: CONTANDO E FAZENDO ARTE – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL	Apresentação de novas técnicas de confecção de personagens para a criação de histórias com temáticas ambientais veiculadas na mídia, como a erupção dos vulcões, terremotos, Tsunamis.	40 h/a 30 vagas Público Alvo: Profissionais que tenham participado do módulo I deste curso, no 1º semestre de 2011. Participantes: 4
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.45. CURSO: SEXUALIDADE HUMANA, GÊNERO E ETNIA[293] – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL	Promover, a reflexão e ações sociais comprometidas com a qualidade de vida das pessoas, bem como de enfrentamento de problemas sociais, calcados em atividades de expressão cultural, oral, corporal significativa, alicerçado em debates temáticos relacionado são tema sexualidade humana, gênero e etnia, valorizando a diversidade étnico/cultural e de gênero.	30 h/a 30 vagas/ Participantes: 22 Público Alvo: Em primeiro lugar as vagas serão preenchidas pelos cursistas que concluíram o Curso Sexualidade Humana, Gênero e Etnia (Módulo I) no primeiro semestre de 2011 e em segundo lugar pelos demais profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas.

[293] O curso Sexualidade humana, gênero e etnia faz parte do Programa MIPID - Memória e Identidade. Disponível em http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/projetos/memoria-identidade.php. Acessado em 30/07/2014.

DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.46. CURSO DE FORMAÇÃO EM MÚSICA	ESFERA MUNICIPAL	Este curso tem por objetivo fornecer aos professores de Arte as bases necessárias são ensino de música nas escolas. A partir da fundamentação teórica, prática e da vivência de cada professor acerca dos principais elementos que constituem a música, poder-se-á alcançar o entendimento e o estímulo ao trabalho pedagógico. (...)	35 h/a 50 vagas Público Alvo: Professores de Arte da SME. Participantes: 13
DOM Nº 10.109 10/08/2011	B.47. CURSO: A APROPRIAÇÃO DO LIVRO E ESTRATÉGIAS DE LEITURA	ESFERA MUNICIPAL	Este curso pretende resgatar e socializar as práticas de incentivo à leitura, buscando ampliar o seu espaço na atividade escolar e explorar de maneira otimizada as estruturas de suporte à atividade de leitura existentes na escola e nos entornos dela, no sentido de motivar os estudantes à apropriação da cultura livresca.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a em atividades práticas de leitura e pesquisas) 30 vagas Público Alvo: Professores da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas. Participantes: 22.
CAMPINAS 2011 - 1º semestre = 64 / 2º semestre = 40 **TOTAL = 104 ações de FCP** **FORMATOS**: GF - grupos de formação; cursos; seminários				

CENTRO DE FORMAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EDUCACIONAL - CEFORTEPE /2012: programas, proponentes, objetivos e número de participantes.				
ANO 2012	**PROGRAMAS[294]**	**PROPONENTES**	**OBJETIVOS**	**PARTICIPANTES E CARGA HORÁRIA**
DOM nº 10.339 09/03/2012	1. ARTES: ARTES VISUAIS 1.1. CURSO: A ARTE E A LITERATURA NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO	ESFERA MUNICIPAL	Sensibilização para as diferentes linguagens e expressões artísticas. Pesquisa, estudo e vivências articuladas com a literatura e obras no campo das artes plásticas,cênicas e da música.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 (por turma Público: Professores de Educação Infantil, Professores dos Anos Iniciais e Professores da EJA/Anos Iniciais
DOM nº 10.339 09/03/2012	1.2. CURSO: PARQUE DAS ÁGUAS: UM AMBIENTE PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DAS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS	ESFERA MUNICIPAL	Sensibilidade estética e artística. Imaginação e potencial criativo. Comunicação visual, verbal e não verbal tendo como objeto o ambiente natural. Parque das Águas, patrimônio natural e possível espaço pedagógico repleto de significados, rico em biodiversidade, fomentador e desencadeador de um processo criativo, vivo e dinâmico.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 15 Público: Professores dos Anos Finais, Professores da EJA/Anos Iniciais e Professores da EJA/Anos Finais
DOM nº 10.339 09/03/2012	1.4. CURSO: A PINTURA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: A PINTURA CONTEMPORÂNEA E OS ARTISTAS DA PÓS-MODERNIDADE	ESFERA MUNICIPAL	Estudos da pintura na prática pedagógica. Os artistas contemporâneos e suas produções nos âmbitos conceituais e práticos. Relações de proximidade com a produção da pós-modernidade.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Educação Infantil e Professores dos Anos Iniciais
DOM nº 10.339 09/03/2012	1.5. CURSO: O DESENHO NA SALA-DE-AULA: VER, IMAGINAR E CRIAR	ESFERA MUNICIPAL	Noções da linguagem do desenho. Conceitos teóricos e técnicos. Percepção Visual. Criatividade, expressão pessoal e trabalho pedagógico.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 25 (por turma) Público: Professores de Educação Infantil e Professores de Arte
DOM nº 10.339 09/03/2012	1.6. CURSO: A FOTOGRAFIA COMO RECURSO DIDÁTICO E DE INCLUSÃO DIGITAL NA	ESFERA MUNICIPAL	Conceitos básicos da fotografia. Noções básicas da linguagem fotográfica. Tratamento digital de imagem. Fotografia como recurso lúdico junto aos adolescentes.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 15 (por turma) Público: Professores dos Anos

[294] Só foram considerados cursos e GTs que incluíram os/as professores/as do Ensino Fundamental

	PRÁTICA PEDAGÓGICA		Fotografia, registro e memória.	Finais/História, Geografia e Ciências
DOM nº 10.339 09/03/2012	2. ARTES: ARTES CÊNICAS 2.1. CURSO: AS ARTES CÊNICAS NA SALA-DE-AULA	ESFERA MUNICIPAL	Expressão oral e corporal por meio de conhecimentos teóricos e práticos para o trabalho com artes circenses, teatro e contação de história na sala-de-aula.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 25 (por turma) Público: Professores de Educação Infantil e Professores dos Anos Finais/Arte
DOM nº 10.339 09/03/2012	3. ARTES: DANÇA 3.1. CURSO: O PAPEL DA DANÇA NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO: CONSTRUINDO	ESFERA MUNICIPAL	Subsídios, informações e conhecimentos sobre as habilidades e competências da Dança no âmbito educacional. Concepções históricas e possibilidades metodológicas para a construção de um projeto a partir da realidade e interesse da unidade educacional e comunidade local.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 15 Público: Professores dos Anos Finais/Arte e Educação Física
DOM nº 10.339 09/03/2012	4.2. CURSO: EDUCAÇÃO MUSICAL	ESFERA MUNICIPAL	Sensibilização e estimulação musical. Iniciação Musical e desenvolvimento infanto-juvenil. Procedimentos metodológicos e projetos integrados.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 30 (por turma) Público: Professores dos Anos Iniciais e Professores de Arte
DOM nº 10.339 09/03/2012	4.3. CURSO: O CANTO CORAL COM PERFORMANCE: UMA PRÁTICA POSSÍVEL NA AÇÃO DO EDUCADOR E SEUS REFL EXOS NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Os benefícios promovidos pelo canto coral na escola; A preparação do educador para a regência e montagem de coro infantil; Abordagem do conceito de regência coral enquanto prática de coro a capela e/ou acompanhado com repertório variado; Interpretação de peças musicais infantis; Apresentação e escolha de repertório adequado às faixas etárias trabalhadas	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 50 (por turma) Público: Professores dos Anos Iniciais e Professores de Arte
DOM nº 10.339 09/03/2012	4.5. CURSO: VIOLÃO: RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NA SALA-DE-AULA	ESFERA MUNICIPAL	Teoria musical e instrumental básico: ampliação do repertório rítmico de acompanhamento. Ampliação das possibilidades do violão como recurso pedagógico e lúdico.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Educação Infantil, Professores dos Anos Iniciais e Professores de Arte
DOM nº 10.339	4.6. CURSO: VIOLÃO POPULAR	ESFERA MUNICIPAL	Conhecimento musical inicial para uma atuação segura e consistente junto a alunos.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância)

09/03/2012			Utilização do instrumento como recurso pedagógico e lúdico.	Nº de vagas: 20 (por turma) Público: Professores dos Anos Iniciais e Professores de Arte
DOM nº 10.339 09/03/2012	4.7. CURSO: BANDA RÍTMICA	ESFERA MUNICIPAL	Conhecimento musical básico para uma atuação segura e consistente junto aos alunos, inicialmente, por uma banda rítmica e podendo culminar no preparo para outras atividades musicais.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 30 (por turma) Público: Professores dos Anos Iniciais e Professores de Arte
DOM nº 10.339 09/03/2012	5. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 5.1. CURSO: AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EXTERNA EM MATEMÁTICA E A PRODUÇÃO DA QUALIDADE NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Interpretação dos dados de avaliações externas em matemática. Subsídios que contribuam para o processo de mudanças de práticas escolares a partir da Avaliação Institucional Participativa, condição para política pública de qualidade.	60 h/a Nº de vagas: 35 Público: Professores dos Anos Iniciais, Professores dos Anos Finais/Matemática e Orientadores Pedagógicos do Ensino Fundamental
DOM nº 10.339 09/03/2012	6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL 6.1. CURSO: CONCEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Conceitos abordados pela Educação Ambiental: sustentabilidade, pegada ecológica, desenvolvimento sustentável, sujeito ecológico, consumo e consumismo, biorregionalismo. Articulação conceitual e as práticas pedagógicas cotidianas na unidade educacional e sala-de-aula.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 30 Público: Professores dos Anos Iniciais e Finais (Ciências e Geografia), Professores da EJA/A. Iniciais e Professores da EJA/Anos Finais Ciências e Geografia
DOM nº 10.339 09/03/2012	6.2. CURSO: TODO AMBIENTE: MÚLTIPLAS ABORDAGENS DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NO COTIDIANO ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL	Práticas ambientais a partir de temáticas relacionadas ao ambiente e entorno escolar. Campinas e a diversidade regional. Identidade Campineira.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 30 Público: Prof. dos Anos Iniciais, Prof. dos Anos Finais/ Ciências, Geografia e História, Professores da EJA/Anos Iniciais e Professores da EJA/Anos Finais Ciências, Geografia e História

DOM nº 10.339 09/03/2012	7. EDUCAÇÃO ESPECIAL 7.1. CURSO: EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Conhecimento necessário na área de saúde mental. Atuação nos seguintes níveis: promoção da saúde mental, prevenção de transtornos mentais e participação no tratamento de transtornos mentais já estabelecidos.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores dos Anos Inicias, Anos Finais, EJA/Anos Iniciais e Anos Finais, Professores de Educação Especial e Orientadores Pedagógicos
DOM nº 10.339 09/03/2012	7.2. CURSO: INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM ALTERAÇÕES MOTORAS: A CONTRIBUIÇÃO DO FI SIOTERAPEUTA	ESFERA MUNICIPAL	Inclusão Escolar de crianças com deficiência, particularmente aquelas que apresentam dificuldades motoras. Discussões sobre a rotina em sala de aula, aulas específicas sobre as patologias, suas etiologias e cursos clínicos e as possibilidades de adaptações do espaço físico para auxiliar nas condutas pedagógicas e no aprendizado.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Monitores e Agentes de Educação Infantil, Professores de Educação Infantil, Professores dos Anos Iniciais, Professores da EJA/Anos Iniciais e Professores de Educação Especial
DOM nº 10.339 09/03/2012	7.3. CURSO: INCLUSÃO DO ALUNO COM MÚLTIPLA DEFI CIÊNCIA OU SURDOCEGUEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	ESFERA MUNICIPAL	Identificação de população surdo-cega ou com múltipla deficiência. Propostas de atuação.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Monitores e Agentes de Educação Infantil, Professores de Educação Infantil, Professores dos Anos Iniciais, Professores da EJA/Anos Iniciais e Professores de Educação Especial
DOM nº 10.339 09/03/2012	7.4. CURSO: INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO INVASIVO DO DESENVOLVIMENTO – ESPECTRO AUTISTA	ESFERA MUNICIPAL	O curso abordará os seguintes aspectos: o panorama atual do autismo; o diagnóstico interdisciplinar; as características específicas; a possibilidades de intervenção e manejo da criança autista na escola; a psicomotricidade e autismo; o papel da escola, da família e da sociedade; a emoção do professor.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores da EJA/Anos Iniciais, Professores da EJA/ Anos Finais e Professores de Educação Especial
DOM nº 10.339 09/03/2012	8.2. GRUPO DE FORMAÇÃO DE ARTE	ESFERA MUNICIPAL	Promover o conhecimento da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) para os educadores.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 25

				Público: Professores de Educação Infantil e Educação Especial
DOM nº 10.339 09/03/2012	8.3. GRUPO DE FORMAÇÃO DE CIÊNCIAS	ESFERA MUNICIPAL	Análise e interpretação das práticas escolares a partir dos resultados obtidos na Prova Campinas/2010 articulados às Diretrizes Curriculares dos Anos Iniciais com ênfase no oferecimento de subsídios para a melhoria da qualidade social da educação.	60 h/a Nº de vagas: 25 Público: Professores elaboradores e/ou corretores que participaram da Prova Campinas 2010, Professores elaboradores e/ou colaboradores das Diretrizes Curriculares dos Anos Iniciais, Orientador Pedagógico e Coordenador Pedagógico
DOM nº 10.339 09/03/2012	8.4. GRUPO DE FORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ESFERA MUNICIPAL	Estudos curriculares: a Dança e as possibilidades metodológicas; a Dança e o desenvolvimento integral do aluno; a Dança e suas concepções históricas; a realidade e o interesse social – unidade educacional e comunidade local.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 15 Público: Professores de Arte
DOM nº 10.339 09/03/2012	8.5. GRUPO DE FORMAÇÃO DE GEOGRAFI A	ESFERA MUNICIPAL	Estudos curriculares: as múltiplas abordagens das práticas ambientais no cotidiano escolar; temas relacionados ao ambiente e ao entorno escolar. Campinas e a diversidade regional.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores dos Anos Finais/Ciências
DOM nº 10.339 09/03/2012	8.6. GRUPO DE FORMAÇÃO DE HISTÓRIA	ESFERA MUNICIPAL	Estudos curriculares: Turma A – Estudos sobre as diferentes formas de ginástica integrada. Turma B – Inclusão e deficiências. Gênero e Etnia. Prática pedagógica, diversidade de manifestações culturais, sociais, físicas, políticas e religiosas. Turma C – Prática Pedagógica e o cotidiano da sala de aula. Aprofundamento dos referenciais teóricos e práticos.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 por turma Público: Professores de Educação Física
DOM nº 10.339 09/03/2012	8.7. GRUPO DE FORMAÇÃO DE INGLÊS	ESFERA MUNICIPAL	Estudos curriculares: práticas pedagógicas no cotidiano da sala de aula e aprofundamento dos referenciais teóricos e práticos no ensino de	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25

			geografia.	Público: Professores dos Anos Finais/Geografia
DOM nº 10.339 09/03/2012	8.8. GRUPO DE FORMAÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA	ESFERA MUNICIPAL	Estudos curriculares: práticas pedagógicas no cotidiano da sala de aula e aprofundamento dos referenciais teóricos e práticos no ensino de história.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 – Público: Professores dos Anos Finais/História.
DOM nº 10.339 09/03/2012	8.9. GRUPO DE FORMAÇÃO DE MATEMÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Estudos curriculares: formação pedagógica para o Ensino de Língua e da Cultura Estrangeira; a importância no processo de letramento e formação integral do aluno; a prática pedagógica do professor; novas abordagens e estratégias com ênfase à aprendizagem em língua e cultura estrangeira.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores dos Anos Finais/Inglês
DOM nº 10.339 09/03/2012	8.10. GRUPO DE FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: CURRÍCULO E O MUNDO DO TRABALHO	ESFERA MUNICIPAL	Fundamentação sobre temas relacionados à aprendizagem da leitura e da escrita e discussão de práticas pedagógicas em consonância com as Diretrizes curriculares da SME.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores dos Anos Finais/Língua Portuguesa
DOM nº 10.339 09/03/2012	9. LER E ESCREVER 9.1. CURSO: LER E ESCREVER – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO (INCIANTE)	ESFERA MUNICIPAL	Fundamentação sobre os processos de construção da leitura e da escrita pela criança, com realização e análise de situações didáticas a partir das propostas no material “Ler e Escrever” e em consonância com as diretrizes curriculares do Ensino Fundamental.	120 h Nº de vagas: 25 Público: Professores dos Anos Finais/Matemática
DOM nº 10.339 09/03/2012	9.2. CURSO: LER E ESCREVER – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO (EM CONTINUIDADE) Mod. II	ESFERA MUNICIPAL	Fundamentação sobre os processos de construção da leitura e da escrita pela criança, com realização e análise de situações didáticas a partir das propostas no material “Ler e Escrever” e em consonância com as diretrizes curriculares do Ensino Fundamental.	180h Nº de vagas: 40 Público: Professores da EJA Anos Finais, Professores da EJA/Anos Iniciais e Orientador Pedagógico
DOM nº 10.339 09/03/2012	9.3. CURSO: LER E ESCREVER – ALFABETIZAÇÃO E	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA	Fundamentação sobre os processos de construção da leitura e da escrita pela criança, com realização e análise de situações didáticas	180h Nº de vagas: 25 Público: professores dos Anos

	LETRAMENTO (EM CONTINUIDADE) Mod. IV	ESTADUAL	a partir das propostas no material "Ler e Escrever" e em consonância com as diretrizes curriculares do Ensino Fundamental.	Iniciais do Ens. Fund. e de Ed. Inf. SME, especialistas da SME, em 3º, profes. da FUMEC/Anos Iniciais.
DOM nº 10.339 09/03/2012	9.4. CURSO: LER E ESCREVER – PRÁTICAS ESCOLARES DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS (INICIANTE) Mod. II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Discussão e ressignificação das práticas pedagógicas de leitura e escrita no ensino da Língua Portuguesa, incluindo realização e análise de situações didáticas a partir material "Ler e Escrever" e em consonância com as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental.	120 h Nº de vagas: 25 Público: professores e especialistas da SME que concluíram o módulo I em 2011
DOM nº 10.339 09/03/2012	9.5. CURSO: LER E ESCREVER – PRÁTICAS ESCOLARES DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS (EM CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Discussão e ressignificação das práticas pedagógicas de leitura e escrita no ensino da Língua Portuguesa, incluindo realização e análise de situações didáticas a partir material "Ler e Escrever" e em consonância com as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental.	180 h/a Nº de vagas: 25 (por turma). Público: professores e especialistas da SME que concluíram o módulo III em 2011
DOM nº 10.339 09/03/2012	9.6. CURSO: LER E ESCREVER – PRÁTICAS ESCOLARES DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS (EM CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Discussão e ressignificação das práticas pedagógicas de leitura e escrita no ensino da Língua Portuguesa, incluindo realização e análise de situações didáticas a partir material "Ler e Escrever" e em consonância com as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental. O Curso está organizado em 02 (dois)	180 h/a Nº de vagas: 25 Público Alvo, professores dos Anos Iniciais do Ens. Fund. da SME, especialistas da SME, professores da FUMEC/Anos Iniciais e, em 4º lugar, professores de Educação Infantil da SME.
DOM nº 10.339 09/03/2012	9.7. CURSO: LER E ESCREVER – CONTEXTUALIZANDO A MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS (CONTINUIDADE)	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Discussão e ressignificação das práticas pedagógica no ensino da Matemática, incluindo realização e análise de situações didáticas a partir material "Ler e Escrever" e em consonância com as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental. O módulo IV trata das grandezas e medidas e tratamento da informação (45h/a).	180 h/a (45 h/a por módulo, sendo 36 h/a presenciais e 09 h/a não presenciais) Nº de vagas: 25 (por turma) Público: professores e especialistas da SME que concluíram o módulo III em 2011
DOM nº 10.339	10.2. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA:	ESFERA MUNICIPAL /	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura dos países francófonos.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância)

09/03/2012	FRANCÊS V	ESFERA PRIVADA	Compreensão e expressão oral e escrita para a atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.	Nº de vagas: 15 Público: Professores que cursaram Francês IV
DOM nº 10.339 09/03/2012	10.3. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: FRANCÊS INTERMEDIÁRIO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura dos países francófonos. Compreensão e expressão oral e escrita para a atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 15 Público: Professores que cursaram Francês I
DOM nº 10.339 09/03/2012	10.5. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: ITALIANO BÁSICO V	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura italiana.Compreensão e expressão oral e escrita para a atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 15 Público: Professores que cursaram Italiano Básico IV
DOM nº 10.339 09/03/2012	10.6. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: ESPANHOL BÁSICO III	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura dos países hispanófonos. Compreensão e expressão oral e escrita para a atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 15 Público: Professores que cursaram Espanhol Básico II
DOM nº 10.339 09/03/2012	10.7. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: ESPANHOL INTERMEDIÁRIO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade e aprofundamento da formação em língua e cultura dos países hispanófonos. Compreensão e expressão oral e escrita para a atuação do professor junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 15 Público: Professores que cursaram Espanhol Intermediário I
DOM nº 10.339 09/03/2012	10.8. CURSO: IMPRENSA NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL	Imprensa e práticas de leitura. Pesquisa e Análise dos conteúdos didáticos. Interdisciplinaridade e técnicas de produção de mural informativo e jornal escolar.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 (por turma) Público: Professores de Educação Infantil, Professores dos Anos Iniciais e Anos Finais/Português
DOM nº 10.339 09/03/2012	10.9. CURSO: IMPRENSA NA ESCOLA – MÓDULO III	ESFERA MUNICIPAL	Imprensa, múltiplas linguagens e leitura. Conteúdo midiático e o currículo escolar. Cidadania e produção de jornal escolar. A importância do mural e demais meios de comunicação.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores dos Anos Iniciais e Professores dos Anos Finais/ Português

DOM nº 10.339 09/03/2012	11. MAIS EDUCAÇÃO CAMPINAS 11.1. CURSO: MAIS EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PAPEL DOS PROFESSORES ARTICULADORES	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	Funções do Professor Articulador do Programa Mais Educação Campinas. Importância do Professor Articulador como elo entre alunos, Educadores Sociais, Gestão Escolar e Coordenação Central do Programa. As interfaces do Programa comas demais instâncias da SME/PMC entre outras instituições parceiras.	45 h/a Nº de vagas: 25 Público: Professores Articuladores do Programa Mais Educação Campinas
DOM nº 10.339 09/03/2012	12. MEMÓRIA E IDENTIDADE NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE NA DIVERSIDADE - MIPID 12.1. CURSO: SEXUALIDADE HUMANA, GÊNERO E ETNIA: DIÁLOGOS COM EDUCADORES	ESFERA MUNICIPAL	Investigação, Estudo, Aprofundamento e Pesquisa dos conceitos étnico, racial e sexualidade humana. Síntese das matrizes culturais que compõe o universo afro-brasileiro. A relação entre a sexualidade e a sociedade, o gênero e a etnia.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 35 Público: Profissionais da RMEC e FUMEC/Anos Iniciais
DOM nº 10.339 09/03/2012	12.2. CURSO: COR E GÊNERO NA MÍDIA: AS IMAGENS DO BRASILEIRO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL	História e Imagem. Imprensa e Poder. Imagem, Sociedade e Identidade. Core Gênero na Mídia.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) sendo 03 h/a presenciais e 01 h/a à distância Nº de vagas: 35 Público: Professores dos Anos Finais/História e Português
DOM nº 10.339 09/03/2012	12.3. CURSO: CRIANÇAS CONSUMIDORAS: UM OLHAR PARA A ESCOLA E A INFÂNCIA	ESFERA MUNICIPAL	Análise e discussões sobre a Boneca Barbie e os padrões de comportamento apresentados às crianças. O brinquedo e a Indústria Cultural. A publicidade, o consumo e as questões de gênero. A infância e os diferentes aspectos sócio-afetivos.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 35 Público: Monitores e Agentes de Educação Infantil, Professores de Educação Infantil e Professores dos Anos Iniciais
DOM nº 10.339 09/03/2012	13. TECNOLOGIA EDUCACIONAL 13.1. CURSO: POSSIBILIDADES TECNOLÓGICAS ALIADAS AO CURRÍCULO ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL	Integração de novas tecnologias ao Projeto Pedagógico. Inserção da tecnologia no currículo escolar. Tecnologia como suporte e apoio didático em sala-de-aula.	45 h/a Nº de vagas: 15 (por turma) Público: Professores dos Anos Iniciais e Anos Finais, Professores da EJA/Anos Iniciais e EJA/Anos Finais

DOM nº 10.339 09/03/2012	13.2. CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA	ESFERA MUNICIPAL	Conhecimentos básicos, teóricos e práticos sobre informática educativa, promoção da inclusão social digital.	45 h/a Nº de vagas: 15 (por turma) Público alvo: profissionais e especialistas da SME e da FUMEC
DOM nº 10.339 09/03/2012	14. TEMAS EM CONTINUIDADE 14.1. CURSO: ETNOMATEMÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Proporcionar aos professores, educadores e gestores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais uma visão teórica e exercitar no cotidiano da sala de aula aos pressupostos do Programa da Etnomatemática, visando a experimentação/criação de outras formas de aprender/ensinar a partir da metodologia da modelagem matemática, que tem como ferramenta básica o método científico. (...) 22 cursos de60 hs	30 h/a Carga horária semanal: 03 h/a Nº de vagas: 30 Público alvo prioritário: Monitores e Agentes de Educação Infantil, Professores de Educação Infantil, Professores dos Anos Iniciais e Especialistas
DOM nº 10.355 1759385798 02/04/2012	13. CURSO: COR PÚRPURA & HOMENS DE HONRA	ESFERA MUNICIPAL /NAED Sul	Colaborar na formação de uma sociedade mais justa e igualitária por meio da divulgação de nossas experiências com os grupos de alunas e alunos adolescentes que, semanalmente, reúnem-se nas dependências da EMEF Leonor SaviChaib com a orientação de professores para vivências sobre questões de gênero, autoestima, solidariedade e política. (...)	24 h / a presencial Carga horária: 3 encontros quinzenais a partir do dia 13 de abril e dois encontros mensais (15 de junho e 6 de julho) Público alvo: Professores do Ensino Fundamental (Ciclos III e IV) do NAED Sul
DOM nº 10.358 466687782 05/04/2012	AMPLIANDO CONHECIMENTOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	Estudar e aprofundar os conhecimentos sobre as diferenças entre deficiência e distúrbio de aprendizagem; diagnóstico precoce e correto dos casos sugestivos de deficiência; currículo funcional: conceito e benefícios; ingresso na escola do aluno com deficiência; possibilidades de implantação das tecnologias assistivas no cotidiano escolar, favorecendo a apropriação do conhecimento pelo aluno.	100 h/a (20 h/a por módulo, sendo que no Módulo V os 02 encontros finais serão destinados para confecção de material e relatório de avaliação do curso) 25 vagas Público-Alvo: Poderão participar desse processo professores da SME, FUMEC/EJA Anos Iniciais e Finais, professor de Educação Especial, Especialistas da SME e profissionais dos CEIs e

				Entidades Conveniadas com a SME.
DOM nº 10.358 466687782 05/04/2012	NOÇÕES BÁSICAS DO PROGRAMA BOARDMAKER[295]	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	Com a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, o Ministério da Educação disponibilizou recursos de tecnologia assistiva[296] que poderão fazer uma grande diferença no acesso à aprendizagem dos alunos com deficiência. Para que, de fato, sejam eficientes na escolarização desses alunos, torna-se necessária a capacitação dos professores nos programas de tecnologia assistiva, particularmente, no programa boardmaker, que faz parte dos recursos enviados às salas de recursos multifuncionais. (...)	CH: 08 horas 20 vagas por turma 2 turmas Público: a) Convocação para todos os Professores das Salas de Recursos Multifuncionais podendo inscrever-se no horário de trabalho; b) Convite para os professores de Educação Especial que cursaram ou estão cursando o Atendimento Educacional Especializado(AEE) podendo inscrever-se, no curso, apenas no contra turno do horário de trabalho.

[295] Tradução: "fabricante de placas". Para ver mais sobre este programa e o material disponibilizado em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ajudas_tec.pdf.
[296] O site convida para entrar na página do Programa TV Escola: Salto para o Futuro – Série Escola de Atenção às Diferenças. Assim, considera-se que a SME de Campinas fez parceria com o MEC, e este, fez a parceria com a Assistiva Tecnologia e Educação. Ainda no mesmo site, podem ser encontrados os cursos realizados e os valores para os cursos presenciais. Disponível em http://www.assistiva.com.br/curso01.html. Acessado em 30/07/2014.

2º semestre[297] / 2012				
ANO	**PROGRAMAS**	**PROPONENTES/ ORIGEM**	**DEMANDAS / OBJETIVOS -**	**Nº DE PARTICIPANTES/CARGA HORÁRIA/ CERTIFICADOS**
DOM nº 10.430 1330976079 24/07/2012	1. ARTES: ARTES INTEGRADAS 1.1. CURSO: A ARTE E A LITERATURA NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO	ESFERA MUNICIPAL	Ampliar a sensibilização para as diferentes linguagens e expressões artísticas, por meio de pesquisa, estudo e vivências, articulando literatura às outras artes (visuais, cênicas e música) aos temas e assuntos integrantes do planejamento.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Educação Infantil, Professores dos Anos Iniciais e Professores da EJA/ Anos Iniciais
DOM nº 10.430 1330976079 24/07/2012	2. ARTES: ARTES VISUAIS 2.1. CURSO: A PINTURA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: O USO DOS MATERIAIS CONVENCIONAIS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESFERA MUNICIPAL	Noções da linguagem da pintura, com materiais convencionais existentes na escola, aplicando conteúdos técnicos e teóricos, dando ênfase à criatividade e ao desenvolvimento do senso estético no trabalho pedagógico.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Educação Infantil, Professores dos Anos Iniciais e Professores da EJA/ Anos Iniciais
DOM nº 10.433 1618069835 27/07/2012	2.2. CURSO: A PINTURA CONTEMPORÂNEA E OS ARTISTAS DA PÓS-MODERNIDADE: CONHECER, VALORIZAR, CRIAR	ESFERA MUNICIPAL	Entrar em contato com os artistas contemporâneos e sua produção, nos âmbitos conceituais e práticos, buscando contextualizar e aproximar professores e alunos da produção da pós-modernidade e desenvolvimento competências: olhar, apreciar, valorizar, criar, fazer.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Educação Infantil e Professores do Ensino Fundamental

[297] DOM **Nº 10.443** (pdf nº 590919078) - **RESOLUÇÃO SME Nº 12 /2012 -** *Fixa diretrizes para a participação e a certificação nos cursos descentralizados de formação continuada promovidos pelos Núcleos de Ação Educativa Descentralizada (NAEDs), e dá outras providências.* **Art. 1º.** Os NAEDs Leste, Noroeste, Sudoeste e Sul, em consonância com a política de formação da Coordenadoria Setorial de Formação/DEPE/SME, oferecerão cursos descentralizados de formação continuada. **Art. 2º.** O planejamento e o acompanhamento dos cursos descentralizados são de responsabilidade das respectivas equipes educativa dos NAEDs Leste, Noroeste, Sudoeste e Sul. **Art. 3º.** Compete {a Coordenadoria Setorial de Formação: I – a emissão dos certificados dos cursos descentralizados; II –a disponibilização para a equipe educativa dos NAEDs Leste, Noroeste, Sudoeste e Sul do modelo padrão para a lista de presença, bem como orientações gerais para o seu preenchimento. Observa-se, pela leitura da lista de cursos anunciadas pelos NAEDs para o 2º semestre (Dom **Nº 10.443** (pdf nº 590919078) que a maioria dos cursos está dirigida para os professores da Educação Infantil.

DOM nº 10.433 1618069835 27/07/2012	2.3. CURSO: O DESENHO NA SALA-DE-AULA: VER, IMAGINAR E CRIAR	ESFERA MUNICIPAL	Noções da linguagem do desenho, desenvolvimento da percepção visual, buscando uma linguagem própria através de conteúdos técnicos e teóricos, com ênfase na criatividade e na expressão pessoal, a fim de auxiliar o trabalho pedagógico do professor.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 25 por turma Público: Professores da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	2.4. CURSO: A FOTOGRAFIA COMO RECURSO DIDÁTICO E DE INCLUSÃO DIGITAL NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESFERA MUNICIPAL	Conhecimentos sobre os conceitos básicos da fotografia, técnicos e historiográficos, tornando o professor familiarizado com o equipamento e as noções básicas referentes à linguagem fotográfica (...)	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 15 Público: Professores do Ensino Fundamental
DOM nº 10.433 27/07/2012	3. ARTES: ARTES CÊNICAS 3.1. CURSO: AS ARTES CÊNICAS NA SALA-DE-AULA	ESFERA MUNICIPAL	Expressão oral e corporal por meio de conhecimentos teóricos e práticos para o trabalho com artes circenses, teatro e contação de história na sala de aula.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: Professores da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	3.2. CURSO: CORPO EM MOVIMENTO: A EXPRESSÃO CORPORAL COMO RECURSO PARA A INCLUSÃO	ESFERA MUNICIPAL	Despertar o corpo através da capacidade e habilidade de cada indivíduo, a partir da diversidade dos participantes com ou sem deficiência, dos preconceitos, medos e julgamentos que se têm sobre os outros e sobre si mesmo, propiciando a inclusão.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 15 Público: Professores da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	4. ARTES: MÚSICA 4.1. CURSO: BANDA RÍTMICA	ESFERA MUNICIPAL	Conhecimento musical básico, teórico e prático para uma atuação consistente junto aos alunos, utilizando a banda rítmica.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Ed. Infantil e Professores dos Anos Iniciais do Ens. Fund.
DOM nº 10.433 27/07/2012	4.2. CURSO: SUBSÍDIOS TEÓRICOS E PRÁTICA MUSICAL PARA O TRABALHO COM BANDINHA RÍTMICA	ESFERA MUNICIPAL	Conhecimentos teóricos e práticos, reflexão sobre alguns métodos de musicalização, construção de instrumentos musicais e elaboração de atividades com alunos.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Educação Infantil, Professores dos Anos

				Iniciais e Finais
DOM nº 10.433 27/07/2012	4.3. CURSO: REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO MUSICAL NA REDE PÚBLICA: OUVIR, SENSIBILIZAR E COMPARTILHAR	ESFERA MUNICIPAL	Trata-se de propor um novo olhar do professor não-músico sobre a utilização de atividades musicais nasala de aula, com apresentação de alguns compositores, instrumentos e o mundo sonoro que nos envolve.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 30 Público: Professores da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	4.4. CURSO: INTRODUÇÃO DO VIOLÃO COMO RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NA SALA-DE-AULA	ESFERA MUNICIPAL	Oferecer o conhecimento musical inicial para uma atuação junto aos alunos, na utilização do instrumento como recurso pedagógico e lúdico.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público alvo prioritário: Professores de Educação Infantil, Professores do Ensino Fundamental e Professores da EJA/Anos Iniciais
DOM nº 10.433 27/07/2012	4.5. CURSO: VIOLÃO: RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NA SALA-DE-AULA	ESFERA MUNICIPAL	Ampliação dos conhecimentos teóricos, do repertório rítmico e das possibilidades do uso do instrumento como recurso pedagógico e lúdico. Pré-requisito: Conhecimentos teóricos e musicais do instrumento violão básico e inicial: acompanhamento. Possuir o instrumento.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Educação Infantil, Professores do Ensino Fundamental e Professores da EJA/Anos Iniciais
DOM nº 10.433 27/07/2012	5. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 5.1. CURSO: COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) E O APRIMORAMENTO DO PAPEL DOS PROF. ARTICULADORES NA AVAL. INTERNA DAS INST. ESCOLARES	ESFERA MUNICIPAL	Importância da atuação do Professor Articulador no desenvolvimento do processo de avaliação interna. Socialização, sistematização e aprimoramento das experiências e das atividades vivenciadas no processo de avaliação interna das Unidades Escolares.	30 h/a Nº de vagas: 22 por turma Público alvo exclusivo: Professores Articuladores da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

DOM nº 10.433 27/07/2012	5.2. CURSO: PROVA CAMPINAS[298]	ESFERA MUNICIPAL	Análise e interpretação das práticas escolares, a partir do diagnóstico produzido pela Prova Campinas buscando oferecer subsídios para melhoria da qualidade social da educação. Produção coletiva de material a ser utilizado, nas escolas de Ensino Fundamental, para discussão dos resultados e das recomendações da Prova Campinas.	48 h/a Nº de vagas: 20 Público: Professores dos Anos Iniciais da SME e professores elaboradores e/ou corretores que participaram do Prova Campinas 2008 e/ou 2010.
DOM nº 10.433 27/07/2012	6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL 6.1. CURSO: O AMBIENTE PRESENTE NA ARTE E A ARTE PRESENTE NO AMBIENTE: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CRIANÇAS	ESFERA MUNICIPAL	Elaboração e desenvolvimento de projetos tendo a arte como desencadeadora de temas na Educação Ambiental.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público alvo prioritário: Professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	6.2. CURSO: TODOAMBIENTE: A INTERDISCIPLINARIDADE PRESENTE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Elaboração de práticas ambientais interdisciplinares a partir de temáticas relacionadas ao ambiente e entorno escolares e demais regiões da cidade de Campinas. Identidade campineira.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância). Nº de vagas: 25 Público: profissionais que tenham concluído o Curso "Todo ambiente: múltiplas abordagens das práticas ambientais no cotidiano escolar" e o Grupo de Formação de Geografia no 1º semestre de 2012

[298] Com o objetivo de avaliar as práticas escolares que são desenvolvidas nos anos iniciais do ensino fundamental, a Prova Campinas visa produzir uma base de informações e recomendações que possam ajudar na transformação e melhora das práticas escolares e das políticas educativas para a melhoria do ensino. Por isso, **os alunos não serão classificados, nem comparados pelo desempenho individual**. Os 2.769 alunos dos 4º anos de 101 turmas do ensino fundamental da rede municipal irão participar da Prova Campinas 2010, que é dividida em duas partes. Cada uma delas será aplicada em um dia, e possui 7 textos com várias questões dissertativas, envolvendo localização, meio ambiente, cálculos, interpretações. Muitos dos textos referem-se à Campinas e à história da cidade. Arte e literatura também fazem parte da avaliação. A aplicação da avaliação será feitas pelos professores das Emefs. O processo de elaboração da Prova Campinas foi iniciado em 2005 quando uma equipe da SME, com orientação de professores da Faculdade de Educação da Unicamp, colheu material do conteúdo que os professores aplicam nas turmas do 1º ano do Ciclo II. Os dados foram recolhidos e analisados, e o resultado foi a elaboração da avaliação composta por 12 questões de matemática e outras 12 de português, todas dissertativas que foi aplicada pela primeira vez em 2008. Disponível em http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=4365. Acessado em 30/07/2014.

DOM nº 10.433 27/07/2012	7. EDUCAÇÃO ESPECIAL 7.1. CURSO: EDUCAÇÃO E SAÚDE MENTAL	ESFERA MUNICIPAL	Conhecimento necessário na área de saúde mental. Atuação nos seguintes níveis: promoção da saúde mental, prevenção de transtornos mentais e participação no tratamento de transtornos mentais já estabelecidos.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 à distância) Nº de vagas: 30 Público: Professores de Educação Especial e Professores da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	7.2. CURSO: INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM ALTERAÇÕES MOTORAS: A CONTRIBUIÇÃO DO FISIOTERAPEUTA	ESFERA MUNICIPAL	Proporcionar aos educadores complemento à sua formação profissional, através de curso teórico auxiliando-os no processo de Inclusão Escolar de crianças com deficiência, particularmente aquelas que apresentam dificuldades motoras. (...)	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 à distância) Nº de vagas: 30 Público: Professores de Educação Especial e Professores da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	7.3. CURSO: INCLUSÃO DO ALUNO COM MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA OU SURDOCEGUEIRA NO ENSINO REGULAR	ESFERA MUNICIPAL	Capacitar os profissionais para identificar e atuar com a população surdo-cega ou com múltipla deficiência.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 à distância) Nº de vagas: 30 Público: Professores de Educação Especial e Professores da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	7.4. CURSO: INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO INVASIVO DO DESENVOLVIMENTO - ESPECTRO AUTISTA	ESFERA MUNICIPAL	O curso abordará os seguintes aspectos: o panorama atual do autismo; o diagnóstico interdisciplinar; as características específicas; a possibilidades de intervenção e manejo da criança autista na escola; a psicomotricidade e autismo; o papel da escola, da família e da sociedade; a emoção do professor	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 à distância) Nº de vagas: 30 Público: Professores de Educação Especial e Professores da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	7.5. CURSO: CURSO DE LIBRAS - MÓDULO INTERMEDIÁRIO	ESFERA MUNICIPAL	Promover, em continuidade, o conhecimento da Língua de Sinais Brasileiras (LIBRAS), para os educadores e a importância da LIBRAS para a pessoa surda.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 à distância) Nº de vagas: 30 Público prioritário: profissionais que participaram do Curso de LIBRAS no 1º semestre de 2012 e profissionais que comprovem formação básica em LIBRAS
DOM nº 10.433 27/07/2012	7.6. CURSO: DISLEXIA E OUTROS DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM: DA AVALIAÇÃO À INTERVENÇÃO ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL	O curso será abordado sob o enfoque da Neurociência e sua relação com a Educação. A proposta é que o professor possa identificar crianças com possíveis distúrbios	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores do Ensino

			neurobiológicos que interferem diretamente na aprendizagem escolar. Pretende-se criar uma rede de conhecimento de alterações que não são somente educacionais e que, o professor adquira condições para também intervir adequadamente dentro de sala de aula (...).	Fundamental e Orientadores Pedagógicos da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	8. GRUPOS DE FORMAÇÃO 8.1. GRUPO DE FORMAÇÃO DE ANOS INICIAIS - CICLO I	ESFERA MUNICIPAL	Promover a discussão do documento das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da SME, refletir e balizar estratégias de sua implementação, aprofundando o estudo acerca das práticas de sala de aula no ciclo I, com foco na alfabetização e letramento (...).	75 h/a (60 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores do Ciclo I do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.2. GRUPO DE FORMAÇÃO DE ANOS INICIAIS - CICLO II	ESFERA MUNICIPAL	Promover a discussão do documento das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da SME, refletir e balizar estratégias de sua implementação, aprofundando o estudo acerca das práticas de sala de aula no ciclo II,com foco na Leitura e prática de escrita e na articulação das diversas áreas de conhecimento.	75 h/a (60 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores do Ciclo II do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.3. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR ARTE	ESFERA MUNICIPAL	Proporcionar o estudo para implementação das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamenta da SME, refletindo sobre os subsídios teóricos e práticos relacionados ao processo de avaliação de aprendizagem. Os encontros terão a seguinte distribuição: 01 h/a para curso de violão; 02 h/a para duas oficinas de cada linguagem artística no decorrer do curso (Música, Dança, Teatro e Artes Visuais) e 01 h/a para discussão do Documento das Diretrizes Curriculares.	75 h/a (60 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: professores de Arte dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.4. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DECIÊNCIAS	ESFERA MUNICIPAL	Estudo de práticas pedagógicas a partir dos objetivos constantes nas Diretrizes Curriculares da SME dos anos finais associadas à metodologia de investigação científica e a projetos afins.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº. de vagas: 25 Público: Professores de Ciências dos anos finais do Ensino

				Fundamental da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.5.GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ESFERA MUNICIPAL	Elaborar subsídios com referenciais teórico/prático sobre a prática pedagógica das diferentes formas do esporte, consequentemente o desenvolvimento da proposta pedagógica do professor, motivando-o para estudos sobre a aprendizagem e possibilitando novas formas de relacionamento com a qualidade de ensino nos núcleos de educação física em consonância com as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da SME.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 30 Público: Professores de Educação Física dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.6. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE GEOGRAFIA	ESFERA MUNICIPAL	Aprofundar os estudos quanto aos objetivos estabelecidos no documento "Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos Anos Finais: um processo contínuo de reflexão e ação", e discutir as estratégias de sua implementação. (...)	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: Professores de Geografia dos anos finais do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.7. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE HISTÓRIA	ESFERA MUNICIPAL	Estudos curriculares: práticas pedagógicas no cotidiano da sala de aula e aprofundamentos dos referenciais teóricos e práticos no ensino de História, desde os anos iniciais do ensino fundamental e de acordo com as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da SME.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº. de vagas: 25 Público: professores de História dos anos finais da SME e em segundo lugar pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.8. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE INGLÊS	ESFERA MUNICIPAL	Estudo para a implementação das Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação para o Ensino Fundamental; levantamento, discussão e elaboração dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares e das áreas de conhecimento; (...)	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Publico: Professores de Inglês do Ensino Fundamental da SME

			em consonância com as Diretrizes Curriculares da SME.	
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.9. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA	ESFERA MUNICIPAL	Estudo e discussão das principais propostas teóricas e práticas de descrição, modelização didática e ensino de gêneros textuais. Reflexão sobre o trabalho pedagógico com gêneros textuais desenvolvido atualmente na Rede Municipal de Campinas, levantando dados para a definição de propostas que orientem a definição de objetos de ensino articulados às Diretrizes Curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental, focalizando a progressão de aprendizagens visada a cada Ciclo.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância). Nº de vagas: 25 Público: professores de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.10. GRUPO DE FORMAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE MATEMÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Estudos curriculares: práticas pedagógicas no cotidiano da sala de aula e aprofundamento dos referenciais teóricos e práticos no ensino de matemática com base nas Diretrizes Curriculares da SME.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.11. GRUPO DE FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA: CURRÍCULO E O MUNDO DO TRABALHO	ESFERA MUNICIPAL	Estudos curriculares: Programa EJA-Profissões e o Mundo do Trabalho. Reflexão, discussão e produção curricular.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 40 Público: professores e especialistas vinculados ao EJA/Anos Finais e em segundo lugar pelos profissionais do CEPROCAMP
DOM nº 10.433 27/07/2012	8.12. GRUPO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: ENSINO COLABORATIVO (CO-ENSINO) PARA O APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL	Possibilitar a ampliação dos conhecimentos sobre a temática do co-ensino para professores de educação especial que atuam na rede regular de ensino no município de Campinas/SP; discutir as experiências individuais e coletivas de implantação do co-ensino na Rede Regular de Campinas; refletir em grupo sobre processos de ensino e aprendizagem de alunos com	60 h/a (40 h/a presenciais e 20 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Educação Especial da SME

			necessidades educacionais especiais matriculados na rede regular de ensino. (...)	
DOM nº 10.433 27/07/2012	9. LER E ESCREVER - FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS EM MATEMÁTICA, ALFABETIZAÇÃO E LÍNGUA PORTUGUESA 9.8. CURSO: MATEMÁTICA: OS NÚMEROS E AS OPERAÇÕES NO CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA ESTADUAL	Contribuir para que os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente os de 3º, 4º e 5º anos, conduzam um processo de ensino da Matemática contextualizado e, assim, propiciar a potencialização de suas capacidades e seus conhecimentos matemáticos. Proporcionar a realização de situações didáticas que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares da SME, com o material "Ler e Escrever"[299], com a "Prova Campinas" e com a "Provinha Brasil"[300].	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da SME, especialistas do Ensino Fundamental da SME e em professores de EJA/Anos Iniciais
DOM nº 10.433 27/07/2012	9.9. CURSO: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: APRENDIZADO DA LEITURA - CICLO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	Fundamentação, junto a professores do ciclo I, sobre os processos de alfabetização e letramento que possibilitam a aprendizagem efetiva da leitura pela criança, com análise e realização de situações didáticas com base nas propostas do material "Ler e Escrever" e nas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da SME[301].	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: professores do Ciclo I do Ensino Fundamental da SME, professores do Ciclo II do Ensino Fundamental da SME, especialistas do Ens. Fund.da SME e em quarto lugar pelos professores de EJA/Anos Iniciais.
DOM nº 10.433 27/07/2012	9.10. CURSO: PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA: BUSCANDO A COERÊNCIA E COESÃO	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	Discussão e ressignificação das práticas escolares de leitura e escrita, para professores do ciclo II, visando analisar a textualidade das produções textuais elaboradas no cotidiano	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: professores dos anos

[299] O programa Ler e Escrever é da SEE de SP. Para saber mais, acessar http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/fundemedio.

[300] A Portaria Nº 867, de 4 de julho de 2012, instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC com a proposta de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, conforme uma das metas previstas pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, utiliza a Provinha Brasil como meio de aferir os resultados. Para saber mais acesse http://portal.inep.gov.br/web/provinha-brasil/apresentacao.

[301] Programa completo das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da SME de Campinas, disponível em http://campinas.sp.gov.br/arquivos/educacao/01_diretrizes_anos_iniciais.pdf. Acessado em 30/07/2014.

	TEXTUAIS - CICLO II		escolar, sobretudo a coerência e os recursos coesivos próprios da língua escrita, incluindo a realização e análise de situações didáticas com base no material "Ler e Escrever" e nas Diretrizes Curriculares da SME.	iniciais do Ensino Fundamental da SME, especialistas do Ens. Fund. da SME e em 3º pelos professores de EJA/Anos Iniciais e professores de EJA/Anos Finais da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	10. LINGUAGENS: LÍNGUAS E IMPRENSA 10.1. CURSO: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA	ESFERA MUNICIPAL	O curso reflete sobre a importância do ensino de Língua e Cultura Estrangeira no processo de letramento e formação integral do aluno, bem como sobre a prática pedagógica do professor, discutindo e propondo estratégias e atividades que visem à aprendizagem dos alunos em língua e cultura estrangeira.	60h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: educadores que participam do Projeto Línguas e demais professores e especialistas da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	10.2. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: FRANCÊS II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação básica em língua e cultura dos países francófonos, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita para atuação do educador junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas, de maneira a integrar o ensino da Língua Francesa nas escolas aos objetivos do currículo da SME	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: Professores e especialistas que cursaram "Língua e Cultura Estrangeira: Francês I" e professores ou especialistas que comprovem formação básica na língua
DOM nº 10.433 27/07/2012	10.3. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: FRANCÊS INTERMEDIÁRIO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura dos países francófonos, buscando o aprimoramento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura dos países francófonos visando à atuação do educador junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas, integrando-o aos objetivos do currículo da SME	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: Professores de Educação Infantil e de Ensino Fundamental que cursaram "Língua e Cultura estrangeira: Francês Básico V "no 1º semestre de 2012 e demais professores ou especialistas que comprovem formação básica inicial na língua Pré-requisito: ter formação básica na língua francesa correspondente a um ano de estudos

DOM nº 10.433 27/07/2012	10.4. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: FRANCÊS INTERMEDIÁRIO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura dos países francófonos, buscando o aprimoramento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura dos países francófonos visando à atuação do educador junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas, integrando-o aos objetivos do currículo da SME.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: Profes. de Ed. Inf. e de Ens. Fund. que cursaram " Língua e Cultura Estrangeira: Francês Intermediário I " no 1º semestre de 2012 e demais professores ou especialistas que comprovem formação básica na língua
DOM nº 10.433 27/07/2012	10.5. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: ITALIANO BÁSICO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação básica em língua e cultura italiana, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita para atuação do educador junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas, de maneira a integrar o ensino da língua italiana nas escolas aos objetivos do currículo da SME	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: Profs. de Ed. Inf. e de Ens. Fund. que cursaram "Língua e Cultura Estrangeira: Italiano Básico I " e demais professores ou especialistas que comprovem formação básica na língua
DOM nº 10.433 27/07/2012	10.6. CURSO LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: ESPANHOL BÁSICO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Formação básica inicial em língua e cultura dos países hispanófonos, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita para atuação do educador junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas, de maneira a integrar o ensino da língua espanhola nas escolas aos objetivos do currículo da SME.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 20 por turma Público: professores de Ens.Fund. da SME, professores de Ed. Inf. da SME e em terceiro lugar pelos especialistas da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	10.7. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: ESPANHOL BÁSICO IV	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Continuidade da formação em língua e cultura dos países hispanófonos, buscando o aprofundamento da compreensão e expressão oral e escrita, bem como formação pedagógica para o ensino do idioma e cultura dos países hispanófonos, visando à atuação do educador junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Campinas,integrando-o ao currículo da SME.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: Professores de Educação Infantil e do Ensino Fundamental que cursaram "Língua e Cultura Estrangeira: Espanhol Básico III" no 1º semestre de 2012 e demais professores ou especialistas que

				comprovem formação básica na língua.
DOM nº 10.433 27/07/2012	10.8. CURSO: LÍNGUA E CULTURA ESTRANGEIRA: INGLÊS BÁSICO I	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Formação básica inicial em língua e cultura dos países anglófonos, buscando o desenvolvimento da compreensão e expressão oral e escrita para atuação do educador junto aos alunos da Rede Municipal de Educação de Campinas, de maneira a integrar o ensino da língua inglesa nas escolas aos objetivos do currículo da SME.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: em primeiro lugar as vagas serão preenchidas pelos professores de Ens. Fund. Da SME, em segundo lugar pelos professores de Ed. Inf. da SME e em 3º especialistas da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	10.9. CURSO: IMPRENSA NA ESCOLA – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL / NTE[302]	O curso visa ampliar as discussões sobre fundamentos e práticas de leitura para que os professores da escola realizem atividades e projetos em sala de aula, utilizando a imprensa escrita, falada e eletrônica como uma das fontes de pesquisa para análise de diversos temas relacionados às áreas de conhecimento de forma integrada e interdisciplinar, além de propiciar técnicas para a produção do jornal impresso e eletrônico em parceria com o NTE	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Professores de Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da FUMEC que frequentaram o módulo I no 1º semestre de 2012 e demais educadores da SME
DOM nº 10.433 27/07/2012	10.10. CURSO: PROJETO IMPRENSA NA ESCOLA – MÓDULO IV	ESFERA MUNICIPAL /NTE	o curso tem como objetivo aprofundar o trabalho com a leitura das mídias e suas múltiplas linguagens,relacionando os fatos e os acontecimentos com conteúdos previstos no currículo escolar, além de propiciar técnicas para fazer um blog destinado à produção de gêneros discursivos veiculados na mídia, em parceria com o NTE(Núcleo de Tecnologia Educacional)	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público Professores de Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da FUMEC que frequentaram o módulo III no 1º semestre de 2012 e demais educadores da SME

[302] Núcleo de Tecnologia Educacional do Município, situado no mesmo espaço que abriga o CEFORTEPE.

DOM nº 10.433 27/07/2012	10.11. CURSO: PROJETO RÁDIO NA ESCOLA: MÓDULO I	ESFERA MUNICIPAL	o curso visa discutir a importância da rádio enquanto mídia veiculada na sociedade e consequentemente uma grande possibilidade de expressão da linguagem oral, formação cultural e da consciência crítica, propiciando ao professor opções de trabalho junto à comunidade escolar com a criação da rádio na escola.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: professores do Ensino Fundamental e/ou de Educação Infantil e especialistas da SME. Observação: o curso tem como objetivo instrumentalizar o profissional para a montagem da rádio na escola
DOM nº 10.433 27/07/2012	10.12. CURSO: CURRÍCULO E REGISTRO EM VÍDEO NO ESPAÇO ESCOLAR	ESFERA MUNICIPAL	Estudos curriculares: produção de registros em vídeo no cotidiano escolar como ferramenta que possibilita o debate e a reflexão sobre o fazer pedagógico, possibilitando dar voz e vez aos professores e alunos como documento de investigação da realidade. Com base nas discussões teórico-conceituais apresentadas nos encontros, os cursistas deverão desenvolver produções audiovisuais a serem analisadas e debatidas ao longo da formação.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 20 Público: Em 1º lugar as vagas serão preenchidas pelos profissionais da SME e em 2º pelos profissionais da FUMEC/EJA Anos Iniciais
DOM nº 10.433 27/07/2012	10.13. CURSO: INTRODUÇÃO AO VÍDEO POPULAR COMO INSTRUMENTO EDUCATIVO: TEORIA E PRÁTICA	ESFERA MUNICIPAL	Introdução ao universo teórico e prático do vídeo popular, em específico do documentário popular como instrumento educativo. Elementos básicos para uma leitura crítica da mídia audiovisual e sua produção.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs[303] e das Entidades Conveniadas
DOM nº 10.433 27/07/2012	11. MAIS EDUCAÇÃO CAMPINAS[304] 11.1. CURSO: MAIS EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO INTEGRAL E O PAPEL DOS	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA FEDERAL	Aprofundamento em relação às funções e atribuições do Professor Articulador do Programa Mais Educação Campinas. As interfaces do Programa com as demais instâncias da SME/PMC entre outras instituições parceiras, numa perspectiva de	45 h/a Nº de vagas: 20 por turma Público: Professores Articuladores do Programa Mais Educação Campinas

[303] Centros de Educação Infantil

[304] O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17, em 26 de abril de 2007, sendo posteriormente regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010. Trata-se de uma contribuição para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, projetos e programas das diferentes esferas de governo e de Entidades Parceiras, mediante subsídio do Governo Federal. Disponível em http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/projetos/mais-educacao.php

	PROFESSORES ARTICULADORES – MÓDULO II		integrar as ações de educação integral ao Projeto Político Pedagógico e ao cotidiano escolar.	
DOM nº 10.433 27/07/2012	12. MEMÓRIA E IDENTIDADE NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE NA DIVERSIDADE – MIPID[305] 12.1. CURSO: SONS DA MEMÓRIA DO BRASIL: CORES, SABORES E ODORES	ESFERA MUNICIPAL	Abordar o conceito de "brasilidade", o qual é construído historicamente à partir das vivências, das falas e dos silêncios, das presenças e das ausências, intencionais ou acidentais, tendo a produção pictórica de Debret (Jean- -Baptiste Debret,1768-1848) como ponto de partida e de chegada. Desenvolver estratégias táteis, visuais, sonoras e olfativas para trabalhar com os elementos presentes nas obras de arte. (...)	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: Profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas.
DOM nº 10.433 27/07/2012	12.2. CURSO: SEXUALIDADE HUMANA GÊNERO E ETNIA (MIPID): DIÁLOGOS COM EDUCADORES – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL	Partindo do tema inicial, aprofundar o diálogo sobre os diversos aspectos das questões raciais e de gênero, evidenciando os conflitos decorrentes desta construção social. Problematizar a relação entre sexualidade e a sociedade contemporânea.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 25 Público: profissionais que concluíram o Curso "Sexualidade Humana, Gênero e Etnia: Diálogos com Educadores" no 1º semestre 2012
DOM nº 10.433 27/07/2012	13. TECNOLOGIA EDUCACIONAL 13.1. CURSO: BÁSICO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL	Este curso visa a continuidade da inserção de professores e especialistas no mundo tecnológico iniciado no1° semestre de 2012, enfocando os aplicativos "Apresentação de slides" e "Planilha eletrônica".	45 h/a Nº de vagas: 15 por turma Público: profissionais da SME/ FUMEC que participaram do curso Básico de Informática Educativa no 1º semestre de 2012 e professores e especialistas da SME/FUMEC.

[305] O Programa MIPID, tem como um dos seus objetivos propiciar ações para que a escola compreenda a diversidade étnico-cultural em seu interior; construir um acervo diversificado para registro da memória, pesquisa e produção realizada nos diversos espaços formativos, relatos de experiências e acervo literários específicos, viabilizando aos educadores/pesquisadores subsídios para o desenvolvimento de sua prática pedagógica; intensificar as reflexões no âmbito escolar com relação à diversidade humana e a pluralidade cultural no sentido de produzir subsídios metodológicos e didáticos para a abordagem da Promoção da Igualdade na Diversidade. Disponível em http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/projetos/memoria-identidade.php . Acessado em 30/07/2014.

DOM nº 10.433 27/07/2012	13.2. CURSO: UTILIZAÇÃO DE OBJETOS EDUCACIONAIS LIGADOS AO CURRÍCULO	ESFERA MUNICIPAL	Este curso foi criado para ajudar os professores a dinamizar sua atuação em sala de aula e os especialistas a incentivar o uso do laboratório de informática em suas escolas através do conhecimento, da utilização e criação de objetos educacionais. No curso serão apresentados diversos sites e suas possibilidades de uso pedagógico.	45 h/a Nº de vagas: 15 por turma Público: professores e especialistas que participaram do curso Possibilidade s Tecnológicas Aliadas ao Currículo Escolar no 1º semestre de 2012 e demais professores e especialistas da SME/FUMEC.
DOM nº 10.433 27/07/2012	14. TEMAS INTEGRADOS 14.1. CURSO: ETNOMATEMÁTICA[306]	ESFERA MUNICIPAL	Proporcionar aos professores, educadores e gestores da Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais uma visão teórica e exercitar no cotidiano da sala de aula os pressupostos do Programa da Etnomatemática, visando a experimentação/criação de outras formas de aprender/ensinar a partir da metodologia da modelagem matemática, que tem como ferramenta básica o método científico. (...)	30 h/a Nº de vagas: 30 Público: Monitores e Agentes de Educação Infantil, Professores de Educação Infantil, Professores do Ensino Fundamental e Especialistas.
DOM nº 10.433 27/07/2012	14.4. CURSO: SAÚDE E DOCÊNCIA – TERAPÊUTICAS PARA A SAÚDE EMOCIONAL E INTEGRAL DO EDUCADOR	ESFERA MUNICIPAL	Sensibilizar o educador diante da realidade da sala de aula e instrumentalizá-lo para prevenir distúrbios em sua saúde emocional e física. Alertar o professor quanto ao seu nível de estresse que causam doenças; minimizar conflitos e fatores estressantes; detectar os sintomas e procurar saná-los, buscar formas de diminuir problemas emocionais; desenvolver um olhar sensível sobre o aluno; (...).	40 h/a (encontros quinzenais) Nº de vagas: 20 Público: Profissionais da SME, da FUMEC, dos CEIs e das Entidades Conveniadas

[306] Historicamente, a palavra **Etnomatemática** surgiu na década de 70, com base em críticas sociais acerca do ensino tradicional da Matemática, como a análise das práticas matemáticas em seus diferentes contextos culturais. Tendo Ubiratan D'Ambrósio como precursor e idealizador aqui no Brasil. A palavra foi cunhada da junção dos termos *techné*, *mátema* e *etno*. Fonte:http://www.infoescola.com/matematica/a-etnomatematica-e-seus-pressupostos-historicos. Disponível em http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/depto-pedagogico/nte/index.php. Acessado em 30/07/2014.

DOM nº 10.433 27/07/2012	14.5. CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO SOCIAL E DIVERSIDADE	ESFERA MUNICIPAL	Discussão de temáticas como as relações da sala de aula e cotidiano escolar dos alunos com deficiência,das questões étnico-raciais e de gênero, buscando aproximar os professores à compreensão da realidade de sua prática pedagógica, diante da diversidade de manifestações culturais, sociais, físicas (...).	60 h/a (45h/a presenciais e 15 h/a à distância) Nº de vagas: 30 Público: Professores de Educação Física dos anos Iniciais e finais do Ensino Fundamental e professores de educação especial
DOM nº 10.433 27/07/2012	14.6. CURSO: CULTURA CORPORAL DO JOGO NA SALA DE AULA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ESFERA MUNICIPAL	Aprofundar os estudos das diferentes formas de jogos oferecendo subsídios para que o professor aplique esse conteúdo com tranquilidade e eficiência no programa de Educação Física Escolar, promovendo a formação cultural corporal do movimento, consequentemente o desenvolvimento da proposta pedagógica do professor, (...) em consonância com as Diretrizes Curriculares da SME.	60 h/a (45 h/a presenciais e 15 h/a não presenciais) Nº de vagas: 30 Público: Professores de Educação Física dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da SME
DOM nº 10.443 590919078 10/08/2012	AQUISIÇÃO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS PARA A UTILIZAÇÃO DE TEXTOS JORNALÍSTICOS EM SALA DE AULA	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA (parceria Correio Escola Multimídia)	Os objetivos do Curso serão oferecer subsídios para conhecer o jornal regional e saber utilizá-lo para incentivo à leitura, como parte integrante de atividades escolares e desenvolver habilidades de leitura e interpretação das informações, possibilitando o uso mais crítico e consciente da produção jornalística. O planejamento e o desenvolvimento do Curso serão realizados pelo Correio Escola Multimídia, sob a coordenação geral da Profª. Cecília Pavani do Departamento de Educação do Grupo RAC (Correio Escola Multimídia)[307].	18 h/a. Serão oferecidas 30 (trinta) vagas. Poderão participar desse processo todos os profissionais da SME.

[307] O Grupo RAC tem um trabalho especial voltado para as áreas de inclusão social, acessibilidade para pessoas com deficiência, saúde, educação e meio ambiente. Vários projetos são desenvolvidos com a participação de jornalistas, professores, organizações não-governamentais e leitores dos produtos editados pelo grupo. O projeto Correio Escola Multimídia, pioneiro no Estado de São Paulo, está em sua 22ª edição neste ano. Desde a sua fundação, em março de 1992, é coordenado pelo Departamento de Educação do Grupo RAC. Disponível em http://correio.rac.com.br/projetos_correio. Acessado em 30/07/2014.

DOM nº 10.443 10/08/2012	2. CURSO: REFLETINDO SOBRE AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA ESCOLA	ESFERA MUNICIPAL / NAED Noroeste	Considerando o processo construtivo do próprio professor, o presente curso objetiva um estudo com educadores que atuam no Ensino Fundamental, em que se pretende trabalhar principalmente as características de um ambiente escolar cooperativo e mais democrático favorável à construção da autonomia intelectual e moral.	40 h/a (30 h/a presenciais e 10 h/a on-line com fórum de discussão das leituras e relatos online (com acompanhamento do formador) Nº de vagas: 40, sendo 35 para o NAED Noroeste e 05 para outros NAEDs/Regiões Público: Professores do Ensino Fundamental e Orientadores Pedagógicos
DOM nº 10.443 10/08/2012	5. CURSO: HUMANARTE – VALORES HUMANOS ATRAVÉS DA ARTE	ESFERA MUNICIPAL / NAED Noroeste	Criação de dinâmicas de interpretação de obras-primas da arte ocidental para estimular a produção de texto e o desenvolvimento de valores (empatia,sensibilidade e solidariedade).	40 h/a Nº de vagas: 30 por turma Público alvo: Educadores do Ensino Infantil e Fundamental da SME do NAED Noroeste
DOM nº 10.443 10/08/2012	1. CURSO: A ESCOLA INCLUSIVA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL / NAED Sudoeste	Discutir a escola inclusiva na educação infantil. Esclarecimento sobre as deficiências, etiologia e intervenções pedagógicas. Conhecer os diferentes serviços de apoio oferecidos no município de Campinas. Orientações sobre tecnologia assistida e comunicação alternativa.	32 horas Nº de vagas: 16 Público alvo: a) Monitores e Agentes da unidade pólo do NAED Sudoeste; Professores da unidade pólo; Professores, Monitores e Agentes do NAED Sudoeste; Profissionais das outras regiões. Todos os profissionais acima, para inscrição, deverão ter participado do Módulo I.
DOM nº 10.443 10/08/2012	2. CURSO: CONVERSANDO COM O MUNDO: O ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA - MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA	Visa ampliar o universo dos profissionais da Educação Infantil	32 horas Nº de vagas: 16 Público alvo: a) Monitores e Agentes da unidade pólo do NAED Sudoeste; Professores da unidade pólo; Professores, Monitores e Agentes do NAED Sudoeste; Profissionais das outras regiões. Todos os profissionais acima, para inscrição, deverão ter participado

				do Módulo I.
DOM nº 10.443 10/08/2012	14. CURSO: RELACIONAMENTOS LÍQUIDOS – MÓDULO II	ESFERA MUNICIPAL / NAED Sudoeste	(...) Refletir criticamente sobre nossas posturas individuais e coletivas, desde simples gestos do cotidiano até estruturas mais complexas, como o próprio sistema educacional, baseado em análises da filosofia, da sociologia e da história.	30 horas (22h30min presenciais e 7h30min não presenciais) Nº de vagas: 25 Público alvo: Professores do NAED Sudoeste; Monitores, Agentes, Diretor, vice-diretor e orientador pedagógico do NAED Sudoeste; Profissionais das outras regiões. Todos os profissionais deverão ter participado do Módulo I.
DOM nº 10.502 1458635629 06/11/2012	SEMINÁRIO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E DULTOS/ANOS FINAIS – 2012	ESFERA MUNICIPAL	O objetivo deste Seminário é o de analisar as contribuições apresentadas pelos profissionais desse segmento, com vistas a consolidar o Documento "Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos/Anos Finais da Rede Municipal de Educação de Campinas".	03 horas, referente a cada um dos dias do qual participar Nº de vagas: Não consta Público: O Seminário destina-se, exclusivamente, aos profissionais da Educação de Jovens e Adultos/Anos Finais da SME e do CEPROCAMP/FUMEC.
DOM nº 10.507 715707698 13/11/2012	III SIMPÓSIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROGRAMA LINGUAGENS E EDUCAÇÃO	ESFERA MUNICIPAL / FUMEC	O objetivo do Simpósio é o de promover uma reflexão sobre o ensino de Língua Materna e Estrangeira e sobre a importância das diversas mídias na escola, divulgando as práticas pedagógicas dos docentes envolvidos no Programa Linguagens e Educação. Dias 27, 28 e 29 de novembro de 2012	Não consta 100 vagas por período Público: O Simpósio destina-se, prioritariamente, aos Profissionais da SME e da FUMEC.
Contrato 118/2012	DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA (parceria com Revista Ciência Hoje)	Curso promovido pela Revista Ciência Hoje para acompanhar material entregue nas escolas da SME.	30 horas 25 participantes 8 turmas Professores de 4º e 5º ano

Contrato 118/2012	O MUNDO SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA – OFICINA	ESFERA MUNICIPAL / ESFERA PRIVADA (parceria com Revista Ciência Hoje)	Formação docente para professores de ciências do 6º ano.	20 horas 104 participantes Professores 6º ano
CAMPINAS 2012 - 1º semestre = 53 cursos / 2º semestre = 69 **Total = 122 ações de FCP** **FORMATOS**: cursos por área (artes; educação especial); GF – grupos de formação e cursos (anos inicias por disciplina curricular, EJA, Ler e Escrever, linguagens, Mais Educação, MIPID[308], tecnologias e temas em continuidade); simpósio				

[308] MIPID – Memória e Identidade na Promoção da Diversidade